PROJETO ORVIL

As Tentativas de Tomada do Poder

Volume II



CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

Projeto ORVIL

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER
Volume II

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Luis Valentin Vallejo
2016

Link para baixar esse e outros livros:
http://cloneclock.blogspot.com.br/2010/01/downloads.html

Email:
lsvltn@ojooo.com
lsvltn@gmail.com

Luis V Vallejo – editor
Outono- 2016

Sumário dos Três Volumes

- 6 -

INDICE

VOLUME II

(continuação do Volume I)

CAPÍTULO VI
1969

CAPITULO VII
O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

CAPITULO VIII
1970

CAPITULO IX

1971

(continua no Volume III)

(continuação do Volume I)

CAPÍTULO VI

1969

"Nas primeiras ações pegamos o inimigo de surpresa e ele acreditou que se tratavam de simples marginais. Ele perdeu um ano seguindo pistas falsas. Quando descobriu seu erro, era tarde demais. A guerra revolucionária havia começado".
Carlos Marighela [1]

1. Os reflexos do AI-5

Começávamos o ano de 1969 com as maiores dificuldades já vividas pela Revolução na área institucional. A Constituição de 1967, que se apresentava como das mais pragmáticas que tivemos, mostrara-se insuficiente para conciliar a Revolução e a legalidade. [2] Embora houvesse uma preocupação notória de recompor o mais cedo possível as instituições, esta era a mais séria crise pós-1964 e não teria solução em curto prazo. O Congresso tivera suas atividades suspensas pela primeira vez, limitações foram impostas à imprensa e o AI-5 não tinha prazo de vigência.

As dificuldades maiores estavam situadas no campo político, mas era exatamente aí que não podia haver pressa. Desde que fora adotada a

[1] Do documento "O Papel da Ação na Organização Revolucionária", maio/69.

[2] Eugênio Gudin assim se refere a esta Carta Magna: *"(...) uma Constituição que é a melhor que o Brasil já teve, como país independente, porque é, a meu ver, a única que não é utópica e que tem possibilidade de ser cumprida*". No artigo "O Quinto Aniversário da Revolução" – Pub AERP.

Constituição de 1967, os políticos só se preocuparam em dar por encerrado o processo revolucionário, deixando de encontrar ou mesmo bloqueando as medidas necessárias à promoção das reformas proclamadas pela Revolução pelas vias institucionais. Recorde-se que, ainda na primeira metade do mandato do Presidente Costa e Silva, o Governo ficou sem condições de vencer qualquer batalha importante no Congresso. Agora o Governo se voltaria com prioridade para essas reformas.

Poucos dias após a assinatura do Ato Institucional, referindo-se a ele, o Ministro da Fazenda declarava: *"(...) ele nos permitirá tomar as medidas necessárias no sentido de reduzir o déficit do Tesouro e conter o processo inflacionário com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do País"*. Ainda em dezembro de 1968, a Constituição fora modificada em diversos pontos relativos à autoridade federal em questões econômicas, de modo a permitir uma ação mais enérgica do Governo. Removidos os obstáculos, o combate à inflação foi retomado em ritmo acelerado. O Governo voltava-se prioritariamente para a ordenação financeira, a mudança das estruturas e o saneamento do organismo político-administrativo do País.

Não estavam, porém, fechadas as vias do processo democrático. A Revolução mantinha-se fiel à sua inspiração e aos seus compromissos. Apenas pretendia remover o entulho da "má política e da ameaça subversiva". A consciência da profundidade da crise era, no entanto, o sinal mais seguro de que caminhos estavam sendo procurados.

Um aspecto era particularmente importante em razão da guerra revolucionária que aflorava no País. As divergências que foram assinaladas no capítulo anterior, no campo militar, em relação ao apoio da Instituição ao Governo, não afetavam a realidade essencial da unidade, e os últimos acontecimentos eram um atestado disso. Os pronunciamentos dos chefes revolucionários puderam assim expressar claramente que a Revolução continuava, e o fazia perseguindo a manutenção da ordem econômica, política e social vigentes, reformulando-as onde se fizesse necessário para promover o seu desenvolvimento. Havia, porém, etapas intermediárias nesse

processo, e elas estavam claramente definidas: o combate à inflação, no campo econômico; e o combate à subversão, no campo político.

Os políticos, entretanto, e mais insistentemente do que eles, os cronistas políticos, pensavam e agiam apenas em função da reabertura do Congresso. Somente em maio, o Presidente da República incumbiu o Vice-Presidente de promover estudos e propor sugestões para as alterações constitucionais necessárias, a fim de atender os objetivos da Revolução, compatibilizando-a com o regime democrático. A ideia do Presidente era reformar o mínimo possível a carta de 1967, preservando sua essência.

Mas, a guerra revolucionária em curso agravava-se como consequência natural da evolução das organizações, as quais havia anos, vinham se preparando para ela. Passaram-se seis meses e o Governo ficara apenas na chamada "limpeza de área", por meio de cassações. O AI-5 e os poderes de que o Governo se investiu não resolviam o problema por si. A situação estava a exigir medidas para a coordenação e unificação do combate à subversão, que só aquela altura seriam tomadas.

Em julho, a reforma constitucional passou a ser estudada por uma comissão de juristas, da qual faziam parte, além de Pedro Aleixo, Gama e Silva, Carlos Medeiros, Miguel Reale e Themistocles Cavalcanti. Participava ainda dessa comissão, como representante do executivo, o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão.

No final de agosto, era dada a público a notícia de que a reforma da Constituição estava pronta e que seria promulgada por meio de uma emenda constitucional, no dia 2, para entrar em vigor a 7 de setembro. No dia imediato à sua entrada em vigor, seria reconvocado o Congresso Nacional. Todavia, na madrugada de 29 de agosto, numa sexta-feira, o Marechal Costa e Silva adoeceu, tendo perdido a voz, primeiro sintoma de uma trombose cerebral.



2. O impedimento de Costa e Silva

Ainda no dia 29, o Presidente Costa e Silva foi transferido para o Rio de Janeiro, em busca de melhor atendimento médico, onde chegou caminhando. Em poucos dias, porém, teria o lado direito do corpo totalmente paralisado. A gravidade de sua moléstia não foi revelada de imediato, mas desde logo era evidente o seu impedimento, ainda que temporário.

Na noite de sábado, houve uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas. Nessa ocasião, não se tinha um prognóstico preciso sobre a provável evolução do estado de saúde do Presidente, e não sendo até então afastada a possibilidade de sua recuperação. Na reunião, ficou decidido que não se entregaria o poder ao Vice-Presidente, que não tinha apoio militar e político suficiente para resguardar os interesses da Revolução e a segurança interna, seriamente afetada. Tal postura não significava que os membros do Alto Comando não concordavam com o plano político do Presidente, como se chegou a aventar. Pelo contrário, endossavam a abertura política por ele planejada, mas acreditavam que o Senhor Pedro Aleixo representaria no poder um método de pensar e agir totalmente diferente. Como o Vice-Presidente mostrara-se contrário ao AI-5, julgavam aqueles chefes militares que o momento não permitia correr-se o risco de vê-lo revogado, antes que cessassem ou fossem corrigidas as causas que o determinaram.

Como solução de emergência, ficou decidido que os poderes presidenciais seriam entregues, temporariamente, aos três ministros militares.

O Vice-Presidente Pedro Aleixo foi convocado para uma reunião, no Rio de Janeiro, no dia 31 de agosto, quando foi posto a par da real situação de saúde do Presidente e da decisão do Alto Comando das Forças Armadas. Se a apresentação dessa decisão, como fato consumado, não provocou maior reação por parte do Vice Presidente, ela não foi bem recebida por alguns chefes militares.

Nessa mesma noite de domingo, a notícia do impedimento temporário do Presidente foi dada por uma cadeia nacional de rádio e televisão, oportunidade em que foi lido o texto do Ato Institucional nº 12, que começava por reafirmar a vigência do AI-5 e explicava a decisão do Alto Comando das Forças Armadas. No seu artigo 4º, esse Ato esclarecia que, uma vez cessados os motivos do impedimento, o presidente reassumiria suas funções em toda a sua plenitude. Nessa ocasião, foi difundida, também, uma proclamação dos ministros militares à Nação.

Somando-se à tensão e às dificuldades já enfrentadas, no dia 4 de setembro era sequestrado, no Rio de Janeiro o embaixador norte-americano Charles Elbrick. Essa ação demonstrava aos incrédulos que o movimento subversivo estava solidamente implantado, dispunha de recursos e sentia-se com força suficiente para realizar ações cada vez mais audaciosas, enfrentando e negociando com o próprio Governo. É possível que, se os ministros militares não estivessem investidos dos poderes presidenciais, não se houvessem vencido a indignação e as resistências que, superadas, permitiram resguardar a integridade física do embaixador. Essa ação, de certa forma, dava respaldo à decisão do Alto Comando das Forças Armadas no episódio do impedimento temporário do Presidente. Por outro lado, o atendimento das exigências dos terroristas, que impunham a divulgação de um manifesto pelos jornais, rádios e televisões, e a libertação de quinze subversivos serviriam de estímulo para a realização de futuras ações semelhantes.



3. A eleição de um novo Presidente

Com o correr dos dias, acentuava-se a perspectiva da invalidez permanente do Presidente Costa e Silva. Os membros do Alto Comando das Forças Armadas começaram a examinar as alternativas para solucionar o impasse, que já apresentava reflexos na condução da política governamental.

Desta vez, os políticos e os cronistas políticos, que viviam reprovando a Revolução por não atender a um dos principais postulados de Maquiavel, segundo o qual "*todo mal deve ser feito de uma só vez*", não teriam do que reclamar. Ante a alternativa de se eleger um presidente apenas para cumprir o mandato interrompido ou para cumprir esse mandato restante e mais um mandato integral, decidiram-se por esta última opção. Além do fato das eleições presidenciais representarem sempre momentos de instabilidade e tensão políticas - não sendo indicada pela situação a conveniência de promover-se duas eleições consecutivas - havia ainda o precedente do governo Castelo Branco, que fora levado à prorrogação de seu mandato, por consenso, mas que quebrara, de qualquer modo, as regras estabelecidas. Embora não interessasse a muitos essa verdade, o fato é que o objetivo da Revolução era encontrar uma solução que permitisse sair da emergência e, mesmo em meio do arbítrio, preservar, tanto quanto possível, a estrutura democrática. Decidiram-se, também, os políticos, pela apresentação de uma candidatura militar que obtivesse o maior consenso possível - de modo a preservar a unidade - e pela participação do Congresso na eleição do indicado.

Os dirigentes da ARENA propuseram ao Governo que, uma vez escolhido o candidato, esse fosse incorporado ao partido, sob o argumento de que, uma vez tendo sido preservados os partidos, eram eles os instrumentos adequados à apresentação do candidato. Pleiteavam, ainda, um encontro preliminar entre este e os líderes arenistas.

Conduzida a seleção do candidato pelo Alto Comando das Forças Armadas, através de consulta aos oficiais generais das três Forças, no dia 6 de outubro, esse órgão colegiado reuniu-se para definir a escolha e no dia seguinte emitia uma nota oficial. Nessa nota, era analisada a situação interna, anunciando o resultado da escolha e informando que o escolhido, o General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, aquiescera em "*aceitar a convocação, considerando-a como missão a ser cumprida*".



4. A eleição do Presidente Médici e a nova Constituição

O discurso que o Gen. Médici proferiu, na ocasião do comunicado de sua escolha, como virtual Presidente da República, impressionou profundamente os meios políticos, conforme noticiou a imprensa à época. O tom franco com que expôs a origem de seu mandato e os problemas relativos à segurança, a mensagem de renovação que transmitiu e a determinação revelada no conjunto de seu discurso, talvez pelo inesperado de suas declarações, criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo. O Gen. Médici disse, com toda clareza, a que veio e como veio. Veio como delegado das Forças Armadas, das quais recebeu missão irrecusável. Veio com a enorme autoridade de quem fez tudo que estava ao seu alcance para não ser cogitado. E veio para "*completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica revolução da democracia e do desenvolvimento*".



Presidente Emílio Garrastazu Médici

O Gen. Médici não se preocupou em mascarar a realidade. Já ao assumir o Comando do III Exército, dissera que "*o povo não reclama do que a Revolução fez, mas do que ela deixou de fazer*". Médici voltou seu discurso para o futuro e fez um apelo: "*em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis*

para construir o futuro". Dentre os vários aspectos de seu pronunciamento, vale ressaltar aquele em que fixava, como objetivo final de seu governo, dotar o País de instituições livres e permanentes.

No dia 14 de outubro, foi editado o AI-16, que determinou a vacância da Presidência da República, convocou as eleições indiretas e marcou o pleito para o dia 25 e a posse do eleito para o dia 30. Ato Complementar suspendia o recesso do Congresso a partir do dia 22 de outubro.
No dia 16, a ARENA em convocação extraordinária, aclamou os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, declarando compreender inteiramente as razões de segurança com que se justificava a condução revolucionária. O MDB, em reunião informal, reconheceu a legitimidade do processo.

Precedendo à eleição, foi promulgada a nova Constituição. Aqueles que saudaram a Constituição de 1967 como excelente, por dispor de adequada declaração direitos e das garantias individuais, e a presença da representação popular que assegurava a renovação periódica dos governantes, por meio de eleições, não tiveram por que se descontentarem. A nova Constituição conservava essa parte, ainda que restringisse, como era de se esperar, a proteção dos direitos políticos. A nova Constituição, porém, mantinha inserida nas suas disposições gerais e transitórias os Atos Institucionais e Complementares. Ao Presidente da República caberia decidir sobre a oportunidade e a forma de revogá-los, sendo a única autoridade competente para decretar sua cessação. O Presidente recém-empossado colocou como meta-síntese de seu governo, fazê-lo até o término de seu mandato, o que significava o fim do processo revolucionário. Esse era seu objetivo claramente expresso. Esse era o objetivo é ser alcançado para que a Revolução fosse vitoriosa. Por outro lado, significava que, naquele momento, o processo revolucionário ainda estava em curso. Na compreensão dessa dicotomia residiria em boa parte a mais rápida ou mais demorada volta à plenitude democrática no País.



5. O Movimento Estudantil entra em descenso

A partir de 1969, deixou de existir o Movimento Estudantil como movimento de massa organizado, pelo ingresso de centenas de estudantes nas organizações comunistas. O acesso à luta armada empolgava os jovens, que vislumbravam, em plena idade da afirmação, a oportunidade de tornarem-se novos "guevaras". Segundo Alfredo Hélio Sirkis, era a época da "*aventura cintilante da militância revolucionária*".[3]

Mesmo aqueles que não haviam entrado para essas organizações procuravam organizar-se em grupos, como o Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara, que possuía, inclusive, um Setor Paramilitar, com um grupo de choque armado.

As atividades do Movimento Estudantil, basicamente, restringiram-se aos comícios relâmpagos, às pichações e às panfletagens, todas efetuadas com cobertura armada, vistas como uma forma de auxiliar as organizações comunistas no preparo da opinião pública e no recrutamento da classe operária.

A rigor, o único evento significativo, nesse ano, foi a denominada "Semana Rockfeller", desencadeada em junho, contra a visita do Governador Nelson Rockfeller, enviado do Governo norte-americano para visitar diversos países da América do Sul.

Os estudantes, dirigidos por militantes das organizações clandestinas - muitos sem o saber - organizaram manifestações de repúdio em todo o País, das quais podem ser citadas a depredação da biblioteca Thomaz Jefferson, em Copacabana, a colocação de bombas no Instituto Brasil-Estados Unidos, em Fortaleza, no jornal "O Globo", no Rio de Janeiro, e na União Cultural Brasil-Estados Unidos, em são Paulo.

---

[3] Sirkis, A.H.: "Os Carbonários” – Global Editora, SP – 1984 – pág: 117.

Após a tal "Semana Rockfeller", considerada pelos estudantes como uma vitória, a UNE, na clandestinidade e sem forças para competir com as organizações subversivas, só iria voltar à atividade com a realização de um novo Congresso em Salvador, em 1979, época do ressurgimento do Movimento Estudantil em nível nacional.



Carro do jornal "O Globo" incendiado pela UNE



6. O PCB desencadeia a "guerra de papel"

Estruturado, desde o ano anterior, para o trabalho de massa, o PCB, em 1969, procurou manter-se à distância da luta armada das organizações comunistas que integravam a esquerda revolucionária. Ao mesmo tempo, entretanto, buscava manter uma linguagem que lhe assegurasse a liderança junto à juventude e a outros segmentos da população.

A "Voz Operária", de abril de 1969, publicou o documento "A Tática do Partido nas Novas Condições", no qual estabelece cinco pontos para a atuação de seus militantes. No primeiro, traça considerações a respeito da "luta contra a política econômica" do Governo, visando a ganhar adeptos através das reivindicações salariais. No segundo, valoriza a posição da Igreja Católica, vista como um dos polos de oposição ao Governo, em face da prisão de padres que colaboravam com algumas organizações que defendiam a luta revolucionária. No terceiro ponto, analisa a sua posição diante das Forças Armadas e determina que seus militantes não as combatam "em bloco", visando a atrair parte de seus membros. No quarto, o PCB, pelo menos em teoria, procura manter uma imagem radical, defendendo a preparação das "*massas para responder com violência à violência da ditadura*". Finalmente, no último ponto, preconiza uma "unidade de ação"', buscando a aproximação com outras organizações comunistas.

No entanto, tudo não passava de mera retórica. Inserido no trabalho de massa, o PCB, na realidade, só conseguiu isolar-se das demais organizações, sendo alcunhado de "reformista" e "conciliador". Nem o documento aprovado pelo Comitê Central, "A Orientação do Partido quanto ao Emprego das Formas de Luta nas Condições Atuais", que seguia, basicamente, a linha do VI Congresso, conseguiu modificar o desprezo com que era visto pelas organizações militaristas.

Enquanto estas ensanguentavam as ruas das grandes cidades, o PCB desencadeava a sua "guerra de papel".



7. A fuga da penitenciária e a desarticulação do MAR

Decidida a fuga da Penitenciária Lemos de Brito, o grupo externo do Movimento de Ação Revolucionária (MAR) resolveu realizar "expropriações" para financiá-la. Com os fugitivos, pretendia-se implantar um foco de guerrilha próximo a Angra dos Reis.

O primeiro assalto foi realizado dia 19 de março de 1969. O alvo foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Realengo, tendo sido roubados mais de trinta e sete mil cruzeiros novos. [4] Os assaltantes deixaram dentro do banco panfletos com o titulo "Exército Libertador para libertar o País".[5]

Enquanto a organização comemorava o sucesso de sua primeira ação armada, prosseguiam em ritmo acelerado as reuniões de planejamento da fuga da penitenciária. Pedro França Viegas fazia contatos na Divisão Legal com estagiários e funcionários da penitenciária, aliciando-os para participar e facilitar a fuga. O acadêmico de Direito Júlio Cesar Bueno Brandão concordou em ceder sua caminhonete Rural Willys para o transbordo dos presos após a fuga. Da mesma forma, o acadêmico Júlio César Senra Barros começou a colaborar com o movimento cedendo, a partir de janeiro de 1969, seu apartamento na Ilha do Governador, para homiziar José Duarte dos Santos e para realizar reuniões de planejamento da fuga.


Rural Willys 1970


Volks 1969

Ressentindo-se da falta de recursos e tendo em vista a proximidade da ação de fuga, o MAR realizou no dia 5 de maio o seu segundo

---

[4] O salário mínimo da época era NCR$ 156,00. O cruzeiro novo (NCr$) circulou no Brasil no período entre 13 de fevereiro de 1967 e 14 de maio de 1970. Portanto, todas as referências neste volume sobre "*cruzeiros*" são na realidade "*cruzeiros novos*". (NE)

[5] Participaram da "ação revolucionária": Flávio Tavares, José Duarte dos Santos, o ex-cabo da Marinha, Edvaldo Celestino da Silva, Wilson do Nascimento Barbosa, Leôncio Queiroz Maia, Antônio Geraldo da Costa e Élio Ferreira Rego.

assalto, roubando o Banco Nacional Brasileiro, agência Piedade.[6] A organização conseguiu mais de dezenove mil cruzeiros novos nessa ação.

Pedro França Viegas, em ligação com o "Grupo de Mallet", conseguiu encontrar uma área favorável ao homízio dos fugitivos e à implantação do foco guerrilheiro. Ficava na região da serra de Jacareí, com entrada pela estrada que liga Angra dos Reis ao estaleiro Verolme.

Flora Frisch, trabalhando num escritório de advocacia, amante de Avelino Bioni Capitani, estava integrada no esquema de fuga. Conseguiu, através de elementos simpatizantes, roupas para os fugitivos. A prima de Flora, Jeny Waitsman, amante de Antônio Duarte dos Santos, também participava dos preparativos de fuga.[7]

A guarda estadual Naterça Passos, já tinha sido aliciada por Marco Antônio da Silva Lima e seria a encarregada de passar as armas para os fugitivos.

O "Grupo de São Paulo" recebeu a incumbência de eliminar o soldado da PM que normalmente permanecia armado de metralhadora na calçada do presídio.

Finalmente chegou o dia da fuga, 26 de maio de 1969. Pela manhã, o estagiário Júlio César entregou à funcionária, Naterça Passos, dentro de um pacote, 3 revólveres calibre .38, que seriam utilizados na tentativa de fuga pelos detentos.

Pouco antes das 17:30 horas, aproveitando-se do trânsito livre dentro do sistema penitenciário, já estavam reunidos na Divisão Legal os 9 componentes do MAR, prontos para iniciar a ação. Pontualmente às 17:30 horas, estacionou em frente à entrada de pedestres um Aero-Willys dirigido por Edvaldo Celestino da Silva. A um sinal de Marco Antônio, o grupo dirigiu-se para a portaria. Ao atingirem a passagem

[6] O bando assaltante era o mesmo da ação anterior, acrescido de Jarbas da Silva Marques, estudante de Economia de Brasília.

[7] Marco Antônio Silva Lima e Avelino Bioni Capitani eram ex-marinheiros presos na penitenciária da Rua Frei Caneca.

de pedestres, os detentos defrontaram-se com os guardas Ailton de Oliveira e Jorge Felix Barbosa, que, surpreendidos, esboçaram uma reação sacando suas armas. Em situação de inferioridade e colhidos pela surpresa, os guardas foram abatidos durante o intenso tiroteio que se seguiu. Ailton de Oliveira morreria cinco dias depois.[8] A fuga causou mais uma vítima inocente: o funcionário da Light, João Dias Pereira, que se encontrava na calçada da penitenciária, foi atingido por um disparo dos fugitivos, tendo ficado inutilizado.


Aero Willys - 1969


Aero Willys 1962

(Obs: Para aumentar as imagens e poder ler use o zoom do editor)

Jornal do Brasil, têrça-feira, 27-5-69

...zuis
...os em
...io 8

...le Furtos de
...ormou que os
...côr azul rou-
...de maio são
...GB 11-30-55/
...5/1969, licen-
...5-93-61/1967;
...68; GB ....
...GB 40-30-07/
...06/1968; GB

...o-Willys de
...lacionado na
...rtos de Au-
...ôr mais pró-
...ão dos guar-
...ciária Lemos
...ro cinza cla-
...GB 2-34-26/
...o dia 23 de
...Marquês de

Nove presos ferem quatro na fuga da Lemos de Brito

Nove detentos — seis dos quais ex-militares, condenados por subversão — fugiram no fim da tarde de ontem da Penitenciária Lemos de Brito, depois de ferirem quatro pessoas a bala. Os fugitivos contaram com o auxílio de gente de fora do presídio, que os transportou em dois automóveis.

Os organismos de segurança do Govêrno — Serviço Secreto do Exército, Serviço Nacional de Informações e o Cenimar — estão investigando a fuga em todos os detalhes e implicações. O Govêrno acredita que a evasão foi concebida fora da penitenciária e deflagrada com a ajuda de elementos estranhos ao corpo de funcionários.

TIROS E FUGA

O relógio do saguão, junto à entrada do prédio, marcava 17h25m. O guarda Ailton de Oliveira estava só, em substituição a seu colega José Santos, que tinha ido jantar.

atingido no pé. O grupo retornou ao Aero Willys, já aberto por outros detentos, atingiu a Rua Salvador de Sá e dobrou à esquerda, para desaparecer definitivamente.

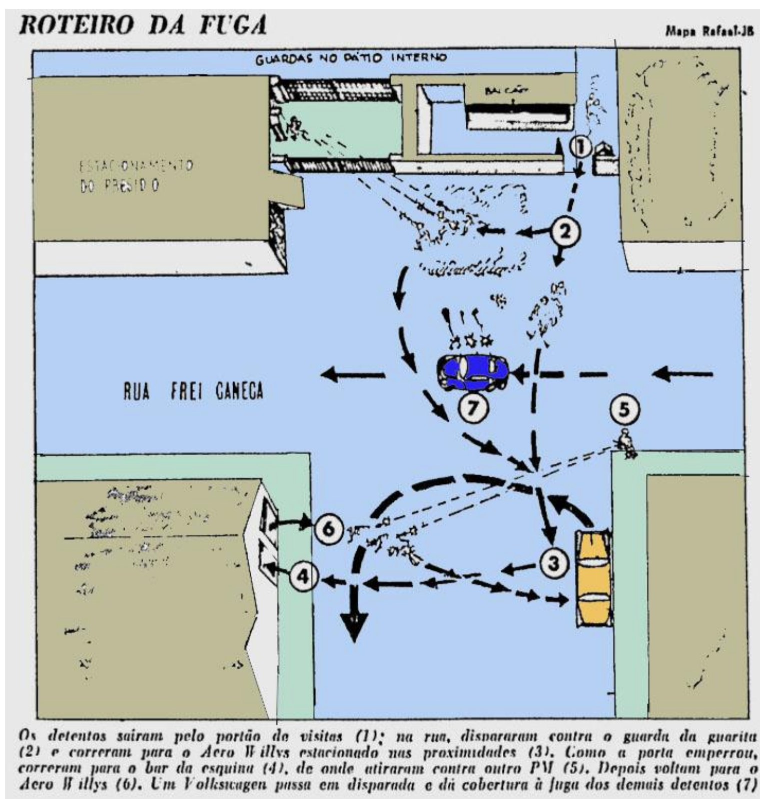
OS FORAGIDOS

Segundo informações fornecidas pela Secretaria de Segurança na noite de ontem, são os seguintes o foragidos, com as respectivas condenações impostas pela Justiça com base no Artigo 130 do Código Penal Militar:

Benedito Alves de Campos, nove anos, 1.ª Auditoria de Marinha; Antônio Duarte dos Santos, nove anos, 1.ª Auditoria de Marinha; Avelino Bione Capitani, 13 anos, 1.ª Auditoria de Marinha; José Adeildo Ramos, cinco anos, 1.ª Auditoria de Marinha; Antônio Prestes de Paula, 16 anos, 1.ª Auditoria de Aeronáutica; Marcos Antônio da Silva, nove anos, 1.ª Auditoria de Marinha.

---

[8] Avelino Bioni Capitani foi citado como autor do tiro fatal.



Os detentos saíram pelo portão de visitas (1); na rua, dispararam contra o guarda da guarita (2) e correram para o Aero Willys estacionado nas proximidades (3). Como a porta emperrou, correram para o bar da esquina (4), de onde atiraram contra outro PM (5). Depois voltam para o Aero Willys (6). Um Volkswagen passa em disparada e dá cobertura à fuga dos demais detentos (7)

Croquis da Fuga

Consumada a fuga, o grupo dirigiu-se para a região da serra de Jacareí, onde chegou à noite. Os fugitivos saltaram das viaturas e embrenharam-se na mata, guiados por Luiz Mário Neri. Após marcharem durante três noites, atingiram um barraco onde encontraram José Sabino Gomes Barbosa. Instalados no barraco de José Sahino, que foi batizado como "Cabana do Jacu", os fugitivos articularam-se na região e iniciaram seus treinamentos de guerrilha.

A ideia de deflagrar a Guerra Revolucionária, através de um "foco guerrilheiro", norteava o MAR, desde o início de sua articulação na penitenciária. Marco Antônio havia realizado o curso de guerrilhas em Cuba e tinha retornado ao País impregnado pelas diretrizes

emanadas da I Conferência da OLAS. A ideia do "foco" era a grande novidade das esquerdas, inclusive dentro da penitenciária.

Estabelecido com sucesso o "embrião do foco guerrilheiro” em Conceição de Jacareí, o MAR prosseguiu realizando seus assaltos para poder sustentar sua estrutura clandestina.

No dia 10 de junho, o Grupo de Ação do MAR como passou a ser conhecido o núcleo de assaltantes de bancos, realizou o assalto à agência Ramos da União de Bancos Brasileiros. A ação transcorreu sem problemas e rendeu mais de trinta e três mil cruzeiros novos.

Naquela altura, o apoio logístico aos guerrilheiros da "Cabana do Jacu" era prestado pelo "Grupo de Mallet". A vida desconfortável da "guerrilha", no entanto, causou logo de início, três defecções. Antônio Prestes de Paula e Roberto Cietto não se adaptaram à vida cigana dos "guerrilheiros" e retornaram à cidade, integrando-se à "guerrilha urbana", ou seja, aos assaltos a banco. José André Borges perdeu-se na mata e resolveu retornar ao Rio de Janeiro, também se integrando ao grupo de assaltantes de banco. No dia 18 de junho de 1969, o MAR realizou o seu quarto assalto à agência Ramos do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, com um saldo positivo de mais de quarenta mil cruzeiros novos.

Após a ação do banco de Ramos, o grupo resolveu intensificar a ação armada. Élio Ferreira Rego conseguiu com uma parente de Jorge Medeiros do Vale ("Bom Burguês") um lote de carabinas .30 M1. Flávio Tavares contatou o ex-coronel cassado Nicolau José de Seixas e conseguiu umas metralhadoras de mão que teriam sido utilizadas na campanha da FEB.

Reforçado pelos elementos que haviam desistido da guerrilha rural, o Grupo de Ação assaltou, pela segunda vez, em 18 de julho de 1969, a agência Piedade do Banco Nacional Brasileiro.

Após esse assalto, o “Grupo de São Paulo" desligou-se do MAR e seguiu para o Uruguai. Leôncio Queiroz Maia, em companhia de outros, seguiria para a Itália. Wilson do Nascimento Barbosa seria

preso no Uruguai em setembro de 1969, em companhia do comunista uruguaio Milton Júlio Valenzuela.[9]

Apesar dessas primeiras defecções, continuava o treinamento de guerrilhas em Conceição do Jacareí. Liderados por Marco Antônio e por Avelino Capitani, os "guerrilheiros" montavam e trocavam frequentemente de acampamento, realizavam exercícios de tiro e marchas.

Confiantes com o sucesso até então alcançado por suas ações armadas, Flávio Tavares e José Duarte dos Santos, em contato com parentes do "Bom Burguês", iniciaram planejamento de uma ação espetacular para libertá-lo da prisão em que se encontrava na Ilha das Flores. A ação não chegou a ser tentada, em virtude da desarticulação da organização, pelos órgãos de segurança a partir de agosto.

Em 7 de agosto, o MAR realizaria o seu sexto e último assalto. O alvo escolhido foi a agência Vista Alegre do Banco Nacional de São Paulo, situada na Avenida Brás de Pina.[10] Tudo correu normalmente até que, durante a fuga, o Volks dirigido por Flávio Tavares, em que iam José Duarte e José André, foi interceptado pela polícia e teve um pneu furado. Flávio Tavares separou-se dos dois outros assaltantes e conseguiu fugir. No tiroteio que se seguiu, José Duarte descarregou a sua metralhadora INA contra os policiais. Encurralados os dois bandidos pegaram uma criança de quatro anos como refém e a ameaçaram de morte caso a polícia se aproximasse. Mais tarde, desgastados moral e psicologicamente, devolveram a criança e entregaram-se à polícia.

Flávio Tavares ainda conseguiu homízio na casa do advogado Jorge Antônio de Miranda Jordão, situada na Rua General Glicério 114, onde recebeu, no dia 8 de agosto, uma sacola com oito mil cruzeiros novos - parte do produto do roubo - enviada por Antônio Prestes de

[9] Wilson do Nascimento Barbosa foi devolvido pelas autoridades uruguaias e mais tarde, em 10 de março de 1970, banido em troca do embaixador suíço.

[10] Participaram da ação Flávio Tavares, Edvaldo Celestino da Silva, José Duarte dos Santos, Antônio Prestes de Paula, Jarbas da Silva Marques, Roberto Cietto e José André Borges.

Paula. [11] Tavares seria preso no dia seguinte, 9 de agosto de 1969, na Rua Paíssandu 162, outro aparelho que possuía naquela rua.

José Duarte, durante suas declarações na polícia, "entregou" o local de treinamento de guerrilhas em Conceição de Jacareí. A Marinha realizou o cerco da área com elementos da Força de Fuzileiros Navais e destruiu as instalações existentes. Durante o cerco, um dos grupamentos, ao se aproximar de uma cabana, foi recebido a tiros, envolvendo-se em violento tiroteio. Pedro França Viegas, ferido na perna durante o entrevero, foi preso na localidade de Lídice, próxima de Angra dos Reis, no dia 12 de agosto. Os demais conseguiram escapar.

Avelino Capitani e José Adeildo Ramos ficaram homiziados na Igreja de São Geraldo, em Olaria, acoitados pelo padre Antônio Lengoen Helmo e, posteriormente, na Igreja de Nossa Senhora das Cabeças, na Penha, sob os cuidados do padre Pasquali Visconso. Ambos seriam colocados em contato com o PCBR ao qual aderiram por intermédio de Flora Frisch, amante de Capitani. Marco Antônio e Antônio Prestes de Paula também abandonariam o MAR, aderindo ao PCBR.

Antônio Duarte (irmão de José) conseguiria homiziar-se em Goiânia, com o auxilio de sua amante Jeny Waitsrnan, e iriam ambos para Cuba, no primeiro semestre de 1970, em companhia de Avelino Capitani. Marco Antônio morreria dia 13 de janeiro de 1970, num "aparelho" do PCBR na Rua Inhangá 27/608, em Copacabana, ao reagir a bala à ordem de prisão. José Michel Godoy foi preso dia 2 de setembro de 1969, também em Lídice. Roberto Cietto foi preso no Rio de Janeiro, dia 4 de setembro de 1969, após sofrer um acidente automobilístico, tendo cometido suicídio na mesma data.[12]

[11] Jorge Antônio de Miranda Jordão, para não se comprometer, viajou para São Paulo, deixando Flávio Tavares aos cuidados da empregada.

[12] Edvaldo Celestino da Silva, Jarbas da Silva Marques e Adail Ivan Lemos, juntamente com outras pessoas, envolvidas consciente ou desavisadamente com o MAR, foram detidos e indiciados ou arrolados como testemunhas em IPM – Inquérito Policial Militar.

Do "Grupo de Mallet" foram presos Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri. José Ferreira Cardoso, Jose Leonardo Sobrinho e Sílvio Souza Gomes pediram asilo político ao Uruguai e José Gonçalves de Lima continuou foragido. Havia intenção por parte do MAR, de radicalizar suas atividades. No "aparelho" de José Duarte dos Santos foram encontradas armas, granadas de fabricação caseira e 8.500 g de Trotil, explosivo de alto poder de destruição.

Dessa forma, foi desestruturado o Movimento Armado Revolucionário, que nunca foi orientado por nenhum documento base. Sem fazer avaliações conjunturais, fazia uma opção espontânea pelo "foco guerrilheiro".

A estrutura da organização, não definida em estatutos, foi esmiuçada por Flávio Tavares, em declarações à polícia. Existia um Grupo de Direção, que coordenava e supervisionava os trabalhos. O Grupo de Estudos, provavelmente localizado em São Paulo, dedicava-se ao estudo das ações políticas e militares. O Grupo de Ação era encarregado dos assaltos, e, mais tarde, encarregar-se-ia do terrorismo. Um Grupo de Apoio, que seria responsável pelo suprimento do Grupo Rural, era encarregado do treinamento e da implantação do foco guerrilheiro. Finalmente, o Grupo Legal realizava as tarefas legais do movimento, como: aluguéis de "aparelhos”, compra de roupas e suprimentos, etc.



8. O PCBR inicia as ações armadas

A prisão de Thomaz Miguel Pressburger, membro efetivo do Comitê Central (CC), em 23 de fevereiro no Distrito Federal, iniciou o desvelamento, para os órgãos policiais, da estrutura do PCBR. Alguns dias depois, em 3 de março, a prisão de outro membro do CC, Miguel Batista dos Santos, trazia novos conhecimentos sobre a organização.

Enquanto isso, o PCBR iniciava a sua articulação partidária a nível nacional. O Comitê Regional do Nordeste (CR/NE) foi o primeiro.[13] Subordinados ao CR/NE, havia três Comitês Zonais (CZ): o do grande Recife, o de João Pessoa e o de campo, que atuava na Zona da Mata. Além desses, iniciava-se a estruturação de novos CZ, em Fortaleza, Natal, Maceió e Aracaju.[14]

Para conduzir as ações armadas e de acordo com a orientação do Comitê Central (CC), foi criado um Comando Político Militar (CPM) do Nordeste, integrado, dentre outros, por Luciano de Almeida, Alberto Vinicius Melo do Nascimento e Carlos Alberto Soares.[15]

Nessa época o CR/NE, que editava os jornais "Luta de Classe" e "Resistência Popular", era assistido por dois membros do CC, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, este, especificamente para o CPM.

Estruturado, o CR/NE iniciou suas ações armadas em meados de 1969, com uma série de assaltos em João Pessoa e Recife. Em agosto, cerca de uma dezena de militantes do PCBR foram presos em João Pessoa, dentre os quais Rômulo de Araújo Lima, suplente do CC. Mesmo assim, prosseguiu suas atividades armadas.

Na madrugada de 7 de setembro, militantes lançaram uma bomba contra o palanque armado para o desfile militar, na Avenida Conde da Boa Vista, em Recife, e, em 24 de setembro, assaltaram a Companhia de Tecidos do Norte, Fábrica Tacaruna, em Olinda, roubando cerca de 8 mil cruzeiros destinados ao pagamento de seus trabalhadores. Na ocasião, o funcionário Gedeão Caetano da Silva, de

---

[13] A direção do CR/NE estava a cargo de Juliano Homem de Siqueira, Marcelo Mário de Melo, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Alberto Vinicius Melo do Nascimento e Luciano de Almeida, membro do CC.

[14] No CZ/Grande Recife, seus principais militantes eram Frederico José Menezes de Oliveira, Airton Correa de Araújo, Paulo Pontes da Silva, Grivaldo Tenório, Cândido Pinto de Melo e Carlos Henrique Costa de Albuquerque, irmão de Bruno Maranhão.

[15] Compunham ainda o CPM do Nordeste: João Mauricio de Andrade Baltar, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Samuel Firmino de Oliveira, Perly Cipriano, Mauricio Anísio de Araújo e José Pedro da Silva.

56 anos, foi ferido com um tiro de rifle 44, o que lhe ocasionou uma lesão permanente na perna.

No dia 31 de outubro, a organização cometeu seu primeiro assassinato. Nilson José de Azevedo Lins, um jovem de 23 anos era o gerente da firma "Cornélio de Souza e Silva", distribuidora dos produtos da Souza Cruz, em Olinda. Ao levar para o banco os 50 mil cruzeiros apurados no dia anterior, foi assaltado e morto por Alberto Vinícius Melo do Nascimento, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Carlos Alberto Soares e João Maurício de Andrade Baltar. As autoridades policiais, entretanto, apertavam o cerco aos terroristas do Nordeste, provocando a fuga de diversos deles para o exterior.

Por divergências políticas, militantes do PCBR, centrados no CPM do Nordeste, "racharam" com a organização e ingressaram na ALN.[16] Apesar das fugas e do "racha", o CR/NE iria prosseguir, no ano seguinte, com suas atividades de violência e mortes.

No Paraná, o PCBR organizou-se a partir de uma reunião realizada em fevereiro de 1969, em Pontal do Sul.[17]

Em nível nacional, no entanto, a situação do PCBR era, em meados de 1969, contraditória em termos de atuação armada. Enquanto alguns CR propugnavam por uma intensa atividade militar, a exemplo do CR/NE, a direção procurava dar ao Partido uma orientação considerada "massista". Assim, o CC faz publicar, em agosto, um "Plano Nacional de Agitação e Propaganda", em que decidiu elaborar o seu órgão oficial, o "Vanguarda", e o documento "Raízes ideológicas de nossos desvios: militarismo e massismo". Contudo, em setembro, o ingresso no Partido de remanescentes do MAR modificou a balança com o peso da experiência militar de seus militantes e fez

[16] Desse grupo faziam parte, dentre outros: Luciano de Almeida, membro do CC, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Perly Cipriano, Mauricio Anísio de Araújo, Grivaldo Tenório, Samuel Firmino de Oliveira, José Pedro da Silva e Maria Tereza de Lemos Vilaça.

[17] Estavam presentes em Pontal do Sul, dentre outros, José dos Reis Garcia, Rosa Maria Viana de Castro, Olien Lustosa de Morais, Romeu Bertol, Carlos Frederico Marcos de Souza Filho e Déa Sílvia Pereira.

com que o PCBR descambasse, definitivamente, para a luta militarista.

Assim, em outubro de 1969, o CC detalhava a organização de sua estrutura armada, através do documento "Plano Tático do Comando Político Militar Nacional", no qual tecia considerações sobre a guerrilha rural, a guerrilha urbana, a "auto-defesa das massas", a propaganda armada, a logística e as atividades de "informação e contra-informação".

O PCBR publicou, ainda, um documento no qual traçou as diretrizes para a construção de uma "frente única do proletariado" com outras classes e camadas da população, denominando-a de "Frente Revolucionária Popular" (FREP).

Nessa época, foi ativado de fato, como estrutura partidária, o CR do Sudeste, na área da Guanabara, editando o jornal "Avante".[18] Foi montada uma área de treinamento militar na Ilha dos Cabritos, no litoral fluminense próximo a Cabo Frio, e realizado um assalto a uma agência bancária na praia de Icaraí, de onde foram roubados cerca de 40 mil cruzeiros.

Em 17 de dezembro de 1969, o PCBR assaltou o Banco Sotto-Maior da Praça do Carmo, no subúrbio carioca de Brás de Pina, de onde foram roubados cerca de 80 mil cruzeiros. Na fuga, obstados por uma viatura policial, surgiu um violento tiroteio, no qual Avelino Bioni Capitani matou o Sargento da Polícia Militar da Guanabara Joel Nunes. Na ocasião, foi preso o terrorista Paulo Sérgio Granado Paranhos, cujas declarações possibilitaram a chegada, no dia seguinte, a um "aparelho" do PCBR, localizado na Rua Baronesa de Uruguaiana nº 70, no bairro de Lins de Vasconcelos. Ali, Antônio Prestes de Paula ao fugir pelos fundos da casa, disparou, à queima-roupa, um tiro de pistola .45 no Soldado do Exército, Elias dos Santos, que morreu momentos depois.

---

[18] O “Avante” era dirigido por Renê Louis Laurgery de Carvalho, Jarbas Amorim, Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides e Fernando Augusto da Fonseca, este também conduzindo o CMP regional, junto com Antônio Prestes de Paula e Bruno Dauster Magalhães e Silva.

JORNAL DO BRASIL ☐ Quinta-feira, 18/12/69 ☐ 1.º Caderno

Bando rouba banco, mata soldado e fere sargento

Cinco rapazes assaltaram ontem a agência Brás de Pina do Banco Sotto Maior, de onde levaram NCr$ 75 mil. Um dos cúmplices dos ladrões baleou um sargento na cabeça e na barriga e outro foi prêso. Um soldado da PE morreu à noite, depois de nôvo tiroteio.

O quartanista de Direito Paulo Sérgio Paranhos, o Vitor, de 27 anos, foi prêso no largo da Vila Cosmos no momento que seu companheiro, conhecido por Genésio, disparava contra o sargento da PM Joel Nunes, que tentava prendê-los.

Cobertura falhou

Os dois rapazes viajavam no Volkswagen vermelho de placa GB 10-07-15, que dava cobertura ao outro carro dos assaltantes quando colidiu com o Volkswagen de placa GB 16-15-15, dirigido por Naum Cimerman na Estrada de Vicente de Carvalho.

O assalto ocorreu às 15h20m. Dois rapazes aparentando 25 anos entraram no banco carregando duas sacolas. O gerente Nilton Ferreira pensou tratar-se de clientes e só ficou assustado quando outro homem entrou no banco segurando uma metralhadora. Nesse momento, mais dois assaltantes entraram na agência e obrigaram os 13 funcionários e três clientes a irem para o banheiro.

Quando os dois primeiros assaltantes entraram no banco, o tesoureiro Cléber Nolasco Vinhosa estava arrumando várias pilhas de dinheiro na caixa-forte, com a porta aberta. Êle ainda tentou fechá-la, mas foi logo imobilizado por dois homens e obrigado a ir para o banheiro. Enquanto um assaltante retirava todo o dinheiro da caixa-forte — NCr$ 66 mil — outros dois apanhavam o dinheiro dos três guichês das caixas, cêrca de NCr$ 9 mil, e os dois homens restantes vigiavam os funcionários e demais confinados no banheiro.

Caçada começa

O assalto durou apenas cinco minutos e os ladrões fugiram em um Volkswagen bege que estava estacionado perto da agência. Êles pararam em uma rua um pouco distante do banco e passaram para outro Volkswagen, mais claro. Os policiais encontraram o carro bege abandonado e o removeram para a Secretaria de Segurança, onde estava sendo periciado.

Minutos depois do assalto, uma camioneta Ford do Grupo de Operações Especiais da Secretaria de Segurança fazia uma ronda em

[...] fusão no local, quando os policiais tentavam socorrer o sargento ferido.

Contou tudo

O estudante Paulo Sérgio Paranhos, no instante que foi detido, colocou as mãos na cabeça e pediu clemência aos policiais. Êle começou a gritar "eu conto tudo, eu conto tudo", temendo que fôsse ser morto no local.

Paulo foi levado imediatamente para o DOPS e contou ao General Paulo Silva, diretor do Departamento de Contrôle e Segurança, que pertencia ao grupo terrorista AP — Ação Popular — ligado ao MR-8. Durante o rápido interrogatório em que foi submetido, confessou vários detalhes de sua organização subversiva, explicando que seu colega conhecido por Genésio foi quem disparou a arma contra o/ sargento Joel Nunes.

Paulo Sérgio, antes de ser levado para o Cenimar, confessou a existência de um aparelho na Rua das Laranjeiras, onde, segundo êle tem um rádio transmissor. Os policiais do DOPS até as 21h30m, estavam em diligência para localizar o aparelho.

Paulo Sérgio revelou que é bancário, técnico em contabilidade e estudante de Direito.

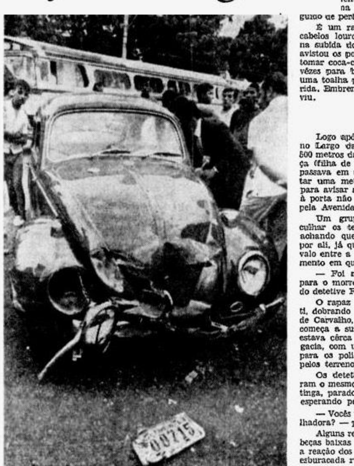
Muitas armas

Depois que o sargento Joel Nunes foi baleado, os policiais revistaram o Volkswagen vermelho e encontraram uma bôlsa no banco traseiro. Êles pensaram que era o dinheiro roubado e quando a abriram encontraram dois fuzis, uma Winchester 44 e um saco de plástico contendo munições.

O estado do sargento Joel Nunes, segundo os médicos do HGV é muito grave. Êle levou um tiro na testa, com perda de substância, e um tiro no estômago. Os médicos acham que se êle se salvar poderá ficar cego e paralítico.

Outro detido

Minutos depois de Paulo Sérgio ser detido, os policiais prenderam o estudante Antônio Padilha Gomes, de 18 anos, que foi visto por algumas testemunhas conversando com os ocupantes do Volkswagen vermelho, em frente ao numero 336 da Rua Coronel Heitor, na Penha. Antônio Padilha foi ouvido no DOPS e removido para a Polícia do Exército. Suas declarações estão sendo mantidas em sigilo, mas



Contou tudo

O estudante Paulo Sérgio Paranhos, no instante que foi detido, colocou as mãos na cabeça e pediu clemência aos policiais. Êle começou a gritar "eu conto tudo, eu conto tudo", temendo que fôsse ser morto no local.

Paulo foi levado imediatamente para o DOPS e contou ao General Paulo Silva, diretor do Departamento de Contrôle e Segurança, que pertencia ao grupo terrorista AP — Ação Popular — ligado ao MR-8. Durante o rápido interrogatório em que foi submetido, confessou vários detalhes de sua organização subversiva, explicando que seu colega conhecido por Genésio foi quem disparou a arma contra o/ sargento Joel Nunes.

Paulo Sérgio, antes de ser levado para o Cenimar, confessou a existência de um aparelho na Rua das Laranjeiras, onde, segundo êle tem um rádio transmissor. Os policiais do DOPS até as 21h30m, estavam em diligência para localizar o aparelho.

Paulo Sérgio revelou que é bancário, técnico em contabilidade e estudante de Direito.

Morte à noite

O soldado da Polícia do Exército Elias dos Santos morreu na noite de ontem, em conseqüência dos ferimentos que sofreu durante a troca de tiros, na esquina das Ruas Baronesa Uruguaiana e Cabuçu, entre militares e um grupo de terroristas que participaram à tarde do assalto ao Banco Soto Maior.

O militar foi levado ainda com vida para o Hospital Salgado Filho, no Meier, morrendo quando dava entrada ali num carro conduzido pelo tenente Duque Estrada e um major. Os dois oficiais, após deixarem ali o soldado, voltaram ao local onde ocorreu o tiroteio.

Moradores das proximidades informaram que a ação dos militares começou por volta das 23h30m, quando vinham perseguindo os terroristas que se dirigiram para o morro do Amor, que foi logo cercado.

Começou então o que os moradores consideraram uma verdadeira guerra, com várias bombas explodindo a curto espaço de tempo, sem que ninguém tivesse coragem de ao menos olhar para a rua. Algumas pessoas afirmavam que as explosões chegavam a estremecer as paredes dos prédios. Mais tarde chegaram grupos de policiais e bombeiros para auxiliar a busca, que entrou pela madrugada.

Detalhe da reportagem da figura anterior no JB

O PCBR encerrava com três mortes o ano de 1969. Sendo ainda pouco conhecido, essas ações chamaram sobre ele a atenção dos órgãos policiais. As declarações de Paulo Sérgio iriam contribuir para o levantamento do partido e dar início a seu desmantelamento na Guanabara.



9. O fim da Corrente

No início de 1969, a direção da Corrente, liderada por Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Chuchu"), planejou uma série de ações sucessivas, a serem desencadeadas em fins de abril, visando a intranquilizar a população e desmoralizar as autoridades. O plano constava da atuação de cinco grupos distintos que, durante 17 dias, realizariam atos terroristas, roubos de armas de delegacias, pichamentos, telefonemas ameaçadores as autoridades, tiros em carros de polícia, etc. Nos pichamentos seria utilizada a sigla COLINA, para dar maior divulgação às ações já realizadas anteriormente por aquela organização, visando a manter as autoridades desorientadas sobre a existência da Corrente.[19]

No dia 20 de janeiro, a organização voltou à ação com o ataque e roubo de explosivos na Pedreira Sarzedo, no município de Ibirité.[20] Na mesma data, foi realizada a tentativa de assalto à Pedreira Belo Horizonte, no bairro São Geraldo, em Belo Horizonte.

Em 5 de fevereiro, tentando refazer-se de um frustrado assalto a uma mercearia, Arnaldo Portes Drummond chefiou o também frustrado assalto ao Banco de Minas Gerais, na localidade de Ibirité.

---

[19] Os grupos previamente constituídos seriam chefiados por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Marco Antônio Victória Barros, Marília Angélica do Amaral, Sérgio Bittencourt Siqueira e José Adão Pinto.

[20] Participaram da ação: Antônio José de Oliveira, Marco Antônio Victoria Barros, Rouberdário Diniz Valério, Délio de Oliveira Fantini e Sérgio Bittencourt Siqueira. Foram roubados 40 kg de dinamite, 60 espoletas e 2 rolos de cordel detonante, além de um revólver Taurus .38 do vigia.

Na ação em si não ocorreram problemas, a retirada, porém, foi desastrosa. Após o assalto, realizado por volta das 14:30 horas, foi encetada a fuga.[21] À saída do banco, os criminosos foram assinalados por Salvador Campos, que, em seu caminhão, passou a perseguira Volks dos fugitivos em companhia de Desidérios Nagy Varga. Na localidade de Barreiro, na estrada Belo Horizonte-Ibirité, o caminhão abalroou o Volkswagen que não pôde prosseguir. Obrigados a abandonar o carro, os assaltantes reagiram, disparando suas armas. Naquela altura, elementos da Polícia Militar e da Polícia Civil já se tinham juntado aos dois perseguidores. Antônio José de Oliveira, ferido na perna e pressentindo que seria preso, disparou por duas vezes sua arma contra o próprio peito, caindo gravemente ferido. No prosseguimento do confronto, Délio Fantini foi preso, após violenta resistência, ficando também ferido. Na fuga, os três assaltantes restantes perderam a maleta com o produto do roubo, que foi recuperado pela polícia. Pouco depois, nas diligências para a localização dos fugitivos, foi ferido a bala o 1º Tenente da Polícia Militar Milton Tomás Firmo.

Durante seus depoimentos no Inquérito Policial Militar que foi instaurado, Délio Fantini, ameaçando o encarregado do inquérito e os policiais, declarou que, quando a revolução fosse vitoriosa, todos aqueles que a ela se antepunham seriam fuzilados.

Após as "quedas" de Antônio José e Délio, a direção da Corrente planejou uma ação contra o Hospital de Pronto Socorro para resgatá-los, juntamente com o militante do COLINA Maurício Vieira Paiva, que lá se encontrava internado. Em face das medidas de segurança adotadas pelas autoridades, a ação não foi realizada.

Em razão dos sucessivos fracassos em suas ações, a Corrente utilizou o Convento dos Dominicanos para fazer uma reunião e autocrítica.[22]

---

[21] Neste assalto, houve a participação de Délio de Oliveira Fantini, Antônio José de Oliveira, Nelson José de Almeida e Marco Antônio Victória Barros.

[22] Participaram da reunião Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes Jose Alfredo, Marco Antônio Victoria Barros, Rouberdário Diniz Valério, Nelson José de Almeida, Lúcio Dias Nogueira, Marília Angélica do Amaral, Conceição Imaculada de Oliveira, Márcio Araújo de Lacerda, José Adão Pinto e Arnaldo Fortes Drummond.

Nela, ficou decidida a reestruturação da organização. À semelhança da estrutura imposta por Marighela à ALN, a Corrente instituiu setores de atividades.[23]

Após a reunião de reestruturação, foi realizado no dia 31 de março o assalto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, situada na Avenida Alfredo Balena.

No dia seguinte, visando a intensificar as atividades, foi tentado, sem sucesso, o assalto à Casa Tucano, situada na rua Tupinambás 1109, em Belo Horizonte. O alvo em questão era importante para aumentar a potência de fogo da organização, visto que se tratava de comércio de armas e munições. O grupo chegou à Casa Tucano às 7:00 horas. Hélcio, Zanconato e Lúcio Dias, ao entrarem na loja e darem a voz de assalto, foram surpreendidos pela reação do proprietário Gutierrez da Rocha Jardim. Ato contínuo, Lúcio Dias disparou sua arma, atingindo o ancião no peito. Após o disparo, o bando fugiu ameaçado pelos tiros dados por Sebastião Dantas Rocha, filho da vítima.[24]

A trajetória de crimes e de terror da Corrente foi interrompida a partir de 10 de abril de 1969, como resultado da ação perseverante dos órgãos de segurança. A Corrente, até então confundida com o COLINA, foi completamente desbaratada com a prisão de 17 militantes, incluindo o seu principal líder, Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Chuchu"). Os militantes que não foram presos foram identificados e caíram em completa clandestinidade, tendo a grande maioria sido abrigada pela ALN e deslocada para outros Estados.

---

[23] Gilney Amorim Viana ficou responsável pelo setor de expropriação, Hélcio Pereira Fortes, pelo setor de instrução, Márcio Araújo de Lacerda, pelo setor de armas, e Mário Roberto Galhardo Zanconato, pelo setor de propaganda.

[24] Márcio Araújo de Lacerda foi o motorista do Volks utilizado nessa tentativa de assalto.

Jornal do Brasil, sexta-feira, 11-4-69

Polícia mineira prende 17 assaltantes de bancos do grupo de Marighela

Belo Horizonte (Sucursal) — A Polícia Militar e o DOPS prenderam nesta capital e em Ouro Prêto 17 membros de uma quadrilha de assaltantes de bancos, identificados como pertencentes ao grupo *Corrente*, chefiado pelo ex-Deputado Carlos Marighela.

Em poder dos prisioneiros foi encontrada documentação suficiente para desbaratar tôda a quadrilha, que tem centro em São Paulo; em Minas, os assaltantes eram liderados por um ex-estudante de Medicina, Mário *Chuchu*. A *Corrente* havia planejado assaltos a quartéis e delegacias mineiras, além do rapto de autoridades.

MOÇAS PRESAS

Os presos estão sendo submetidos a interrogatórios pelos homens da G-2 — Serviço Secreto da PM — e delegados do DOPS, Srs. Davi Hazan e Tacir Meneses. Os nomes estão sendo mantidos em sigilo, mas sabe-se que além de Mário chuchu, baluarte da eleição do estudante de Medicina José Luís Guedes para a presidência da ex-UNE, há três anos, estão presos diversos assaltantes, entre êles os que roubaram a casa de armas Tucano, a agência do Banco de Minas Gerais em Ibirité, o depósito de dinamites de Sarzedo e a agência Alfredo Balena da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. Foi detido também o motorista do carro utilizado no assalto ao comerciante Rui Gomes e a sua namorada, Ana Gomes Quaresma, no alto das Mangabeiras.

Entre os 17 presos, figuram duas môças, uma das quais, Conceição Imaculada, foi secretária do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica de Minas, sob intervenção desde a greve de 11 dias do ano passado, que terminou com a demissão de centenas de operários.

ANTECEDENTES

Desde o assalto à agência de Ibirité do Banco de Minas Gerais que a polícia mineira caçava três rapazes que haviam escapado ao cêrco, realizado quase imediatamente após a fuga em um carro Volkswagen.

Dois dêles haviam sido presos em flagrante: o secundarista Délio de Oliveira Fantini, cujo irmão militava no Partido Comunista, núcleo da pedreira Prado Lopes, antes da Revolução de 1964, e Antônio José de Oliveira que havia sido baleado. Nesse assalto, o grupo Corrente apurou NCr$ 20 680,00, mas apenas por alguns minutos, porque mais da metade foi recuperada pelo húngaro Desidério Nagy Vargas, que saiu ao seu encalço. Os que restavam foram presos ontem.

No mês passado três rapazes assaltaram o comerciante Rui Gomes e sua namorada Ana Quaresma, no Alto das Mangabeiras. Um dêles foi reconhecido pela môça: Gilnei Viana que foi seu companheiro de infância numa cidade do Sul da Bahia. Ana Quaresma levou um tiro no braço e os assaltantes fugiram com NCr$ 200,00, um relógio e um automóvel Simca dourado, recuperado depois. Ontem o motorista do carro utilizado no assalto foi também prêso.

Finalmente os assaltantes da agência Alfredo Balena da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, invadida após o expediente no anoitecer do dia 31 de março foram igualmente presos.

TREINAMENTO

Tôdas as pistas conseguidas pela G-2 para a prisão dos membros da quadrilha de assaltantes de bancos foram dadas pelos dois rapazes, um moreno e um claro, presos na noite de têrça-feira passada na Rua Icaraí 449, em Belo Horizonte, que estavam sob interrogatório.

A organização política Corrente é composta por ex-integrantes da Ação Popular, Partido Comunista, Polop e Partido Comunista do Brasil. Os melhores elementos eram selecionados em Minas por Mario Chuchu e submetidos a um período de treinamento em São Paulo, centro de convergência de militantes de todo o país.

Os dois rapazes presos na noite de têrça-feira no Alto Caiçara haviam alugado a casa da Rua Icaraí, há apenas três dias, e sua captura por cêrca de 40 soldados, cabos, sargentos e tenentes da Polícia Militar de Minas foi tranquila. Êles estavam com metralhadoras e pistolas carregadas mas não tiveram tempo de reagir à ofensiva policial.

Na diligência realizada na cidade mineira de Ouro Prêto, onde Mário Chuchu, o líder estava instalado, um tenente da



10. Ação Libertadora Nacional - ALN

Em janeiro de 1969, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP) utilizaria, pela primeira vez, no documento "Sobre Problemas e Princípios Estratégicos”, o nome Ação Libertadora Nacional (ALN), que seria a denominação daí por diante utilizada pela organização orientada por Marighela. Neste ano, a ALN emitiria uma série de outros documentos com os quais procuraria fixar sua estratégia, suas táticas, transmitir técnicas de guerrilha e regular sua estrutura a nível nacional.

Nesse documento, divulgado em janeiro, repisaria o caráter tático e complementar da luta na cidade em relação ao caráter estratégico e principal da luta no campo. Com isso, a ALN procurava reforçar sua linha política, uma vez que se constatava uma tendência de tornar as ações nas cidades a própria razão de ser da organização. Os militantes da ALN estavam no dia a dia vivendo apenas o planejamento e a execução de assaltos, alheios ao problema da guerrilha rural, ressaltada como objetivo de caráter estratégico da organização.

Por volta de abril, a ALN apresentava uma evolução na sua organização, com a expedição do documento "Características da Nossa Atual Estrutura”, onde, mais uma vez, em nível nacional, era privilegiado seu objetivo estratégico. Por esse documento, a organização teria um "Comandamento Estratégico", ao qual estariam afetos os problemas “*da guerrilha rural, o manejamento das áreas estratégicas secretas e o trabalho de campo; o controle do centro de aperfeiçoamento técnico de combate; a realização das operações de deslocamento e o estabelecimento do apoio estratégico*".

Esse "Comandamento" estaria ligado diretamente às "coordenações regionais", através de um “elo de ligação" que não ficara definido no documento. As "Coordenações Regionais" eram organismos criados nos grandes centros urbanos e, responsáveis "*pela guerrilha urbana, impulsionando a frente urbana de massas e organizando a frente urbana de sustentação*".

Apesar dessa estrutura, o documento considerava que todos os grupos ou revolucionários isolados, que aceitassem, defendessem e cumprissem os princípios estratégicos, táticos e orgânicos da ALN, seriam considerados vinculados à organização, embora mantivessem total liberdade para executar atos revolucionários. As operações mais complexas que exigissem um efetivo maior seriam articuladas pela Coordenação, que conciliaria a atuação em conjunto de mais de um grupo.

Em maio, foi difundido o documento "O Papel da Ação Revolucionária na Organização", no qual procurava valorizar a ação prática na evolução da organização; que de um pequeno grupo, através da ação, tornara-se um organismo de nível nacional. Neste documento, eram descritas as ações realizadas pela organização e salientado que a guerrilha urbana e a guerra psicológica em curso eram o prenúncio da guerrilha rural. Criticava as organizações que buscavam evoluir na base do puro proselitismo e, ao fazer a apologia da sua evolução, sustentada pela ação, assim se expressava: *"(...) sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo, os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim atraídos pela violência que nos caracteriza"*. Neste documento, defendia-se das críticas e objeções que eram feitas à organização e admitia a formação de uma "frente única", desde que voltada para a ação.

Em agosto, a ALN difundiria dois documentos: "O mini-manual do guerrilheiro urbano", que se tornou a bíblia dos terroristas, e "Sobre a Organização dos Revolucionários", onde, de forma monótona, repetia os conceitos e pontos de vista já expostos em documentos anteriores.

Em outubro, era dado ao conhecimento da organização o documento "Alocução sobre a guerrilha rural". Por esse documento, era considerada consolidada a guerrilha urbana, através do clima de intranquilidade criado pelas ações de banditismo que ocorriam nas principais cidades brasileiras. Preconizava a união dos grupos armados que atuavam nas cidades, para terminar com a disputa de liderança, já assinalada em documentos anteriores.

A organização entendia que a primeira fase da guerra revolucionária estava prestes a completar-se, mas que seria necessário manter o

ritmo e intensificar a guerra psicológica para reter o "inimigo'" ocupado nas cidades. O trabalho de agitação no campo seria fundamental para a conflagração social, ambiente indispensável para a deflagração da guerrilha rural. Os revolucionários no campo deveriam continuar montando a infra-estrutura ao longo dos eixos guerrilheiros, criando pontos de apoio junto aos camponeses, "à moda Lampião", pois que reafirmava o caráter de mobilidade da guerrilha, que seria executada "sob a forma de marcha".

A violência dos camponeses era orientada no sentido de assassinar os "latifundiários e seus empregados" de destruir as plantações e matar o gado, a fim de "*levar ao campo o mesmo terror de esquerda e a mesma inquietação que já dominam e apavoram, na área urbana, as classes dominantes, os militares e imperialistas*".

Marighela reafirmava que 1969 seria o ano da guerrilha rural, mantendo uma posição baseada numa expectativa otimista e equivocada ou procurando manter elevado o moral da organização.

Ainda neste ano, a ALN difundiria dois outros documentos: "Operações e Técnicas Guerrilheiras" e "A Ação Revolucionária e a Frente Unificada", uma maçante repetição de assuntos já tratados em documentos anteriores.



11. ALN - Ascensão terrorista em São Paulo

Em meados de 1969, a ALN/SP era coordenada por Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"), visto que Carlos Marighela viajava constantemente para coordenar o estabelecimento de áreas estratégicas pelo interior do País. À coordenação estavam ligados os setores de imprensa, de massas, de logística e de expropriação.

O setor de imprensa, assim como parte do setor de logística, estava sob a responsabilidade dos frades dominicanos e elementos a eles ligados. O coordenador do setor de imprensa era Frei Fernando de

Brito, enquanto o coordenador do setor logístico era Paulo de Tarso Venceslau.

O setor de massas, sob a coordenação de Gilberto Luciano Beloque, estava subdividido em subsetor operário e subsetor estudantil. O subsetor operário era coordenado por José Alprim Filho, que, preso logo após assumir a coordenação, não chegou a desenvolver um trabalho profundo. O subsetor estudantil era coordenado por Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque, esposa de Gilberto, e estava sendo estruturado para o trabalho de aliciamento de estudantes e de radicalização do movimento, principalmente na área universitária.[25]

O setor de expropriações, também conhecido como Grupo Tático Armado (GTA), era chefiado por Virgílio Gomes da Silva, que tinha a assessorá-lo Carlos Eduardo Pires Fleury. O GTA era composto por 2 Grupos de Ação (GA).

Nesse início do ano, a ALN sofreria importantes perdas em São Paulo. Em 26 de janeiro, morria em tiroteio com a polícia um dos principais assessores de Marighela e coordenador do GTA, Marco Antônio Braz de Carvalho, o "Marquito". Ainda em janeiro, foram presos Argonauta Pacheco da Silva, coordenador de cursos de explosivos, e João Leonardo da Silva Rocha, membro do mesmo GA. Em fevereiro, morria também em tiroteio com a polícia, no interior da gráfica Urupés, Hamilton Fernando Cunha. Nessa operação, Arno Preiss, que substituíra "Marquito" na coordenação do GTA, queimou-se,

[25] Dentro do movimento estudantil de São Paulo, consoante com a orientação de formação de grupos taticamente independentes, Gilberto Beloque, que era estudante da Escola Politécnica da USP e professor secundário, orientou a formação de uma organização que atuasse de forma violenta dentro das áreas de jurisdição das universidades. O grupo autodenominou-se Frente Estudantil pela Luta Armada (FELA) e a ação mais importante que realizou foi a colocação de uma bomba nos elevadores da USP em outubro. Desta ação participaram, entre outros, o professor de Pedagogia da USP José Claudio Barrigueli que chefiou a ação, o presidente do DCE/USP José Miguel Martins Veloso, que idealizou a sabotagem e o estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP Abelardo Blanco Falgueiras. A FELA, com a prisão de seus integrantes e orientadores, no final de março de 1970, foi desarticulada no mais atuando em São Paulo.

passando, então, as funções de coordenador do GTA para Virgílio Gomes da Silva.[26]

A esses fatos viria somar-se um estremecimento nas relações da organização com a VPR, que eram muito intensas. O estremecimento deu-se em razão da ALN, que armazenara parte do armamento roubado do 4º RI para a VPR, haver relutado em devolvê-lo quando solicitado pela organização. Como foi visto no capítulo anterior, "Marquito", que acabara de ser morto, participara, em frente com a VPR, do assassinato do Capitão Chandler. Esses acontecimentos provocaram um refluxo temporário nas ações da ALN em São Paulo. Para sobreviver durante esse período, a organização realizou ações de pequena monta, como assaltos a padarias e supermercados.[27] Em meados de abril, houve uma tentativa de assalto ao Banco Itaú-América, da Rua Lopes Chaves, na Barra Funda, porém o grupo foi posto em fuga por um soldado da Força Pública.

A partir dessa ação frustrada, a ALN realizou uma série de ações violentas, a iniciar-se com o assalto à agência de Suzano da União de Bancos Brasileiros, no dia 7 de maio. Durante a fuga, os terroristas foram surpreendidos, travando-se intenso tiroteio com a polícia, com o saldo de quatro vítimas. O investigador José de Carvalho que tentara impedir a fuga foi atingido por vários impactos. Socorrido, veio a falecer na Santa Casa de Suzano. Os civis Antônio Maria Comenda Belchior e Ferdinando Biamini, que passavam pelo local no momento do tiroteio, foram feridos. O terrorista Takao Amano, ferido na coxa, foi operado por Boanerges Massa na casa do casal Carlos Henrique Knapp e Eliane Toscano Zamikhowski, todos militantes da rede de apoio da ALN em São Paulo.[28]

Neste período, a ALN realizou ainda, atentado a bomba contra a empresa "Allis-Chalmers", na Av. Água Branca, e assalto a joalheria Majó, na Alameda Jaú.

---

[26] "Queimado"- subversivo que teve a sua identidade levantada pela polícia.

[27] Essas ações foram realizadas pelo grupo de Virgílio Gomes da Silva, composto por Manoel Cyrilo de Oliveira, Aton Fon Filho e Takao Amano.

[28] Participaram desse assalto: Virgílio Comes da Silva, Manoel Cyrilo de Oliveira, Aton Fon Filho, Takao Amano, Ney da Costa Falcão e João Batista Zeferino Sales Vani.

No dia 27 de maio, no afã de aumentar a potência de fogo de seu GTA e realizar uma ação de propaganda armada, buscando desmoralizar as forças de segurança, foi perpetrada uma ação contra o 15º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, na Avenida Cruzeiro do Sul. No Volkswagen dirigido por Celso Antunes Horta, iam Virgílio Gomes da Silva, Aton Fon Filho, Carlos Eduardo Pires Fleury e Maria Aparecida da Costa.



Karman-Ghia 1969

O Karman-Ghia da cobertura era dirigido por Ana Maria de Cerqueira Cesar Corbisier, que, antecipando-se ao Volkswagen, estacionara na esquina próxima, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. A repentina parada do carro e o rápido desembarque de três elementos surpreenderam o soldado da Força Pública paulista Nau José Mantovani que se encontrava de guarda. Virgílio, Carlos Eduardo e Aton Fon não deram qualquer chance ao soldado de serviço, que caiu fuzilado pelos terroristas e teve sua metralhadora roubada. O soldado Nicácio Conceição Pupo, que acorreu ao local ao ouvir os disparos, foi gravemente ferido na cabeça, lesionado no cérebro, ficou paralisado. Os assassinos, ante a reação da guarda, que respondeu atirando contra o carro, lograram empreender a fuga.

Em 4 de junho, no assalto ao Banco Tonzan, na Avenida Penha de França, a ALN deu prosseguimento ao rol de suas vítimas fatais. Durante a fuga, o soldado da FPESP Boaventura Rodrigues da Silva, que se encontrava de serviço nas proximidades do banco e tentou obstar a ação, foi morto a tiros e teve sua metralhadora roubada.

O terrorista Francisco Gomes da Silva, que saiu ferido com um tiro nas costas, durante o assalto, foi atendido pela mesma equipe da rede de apoio da ALN na casa de Carlos Knapp. Devido à gravidade do ferimento, Francisco foi levado para o Hospital Boa Esperança, na estrada de Itapecerica da Serra, onde foi operado. A equipe médica de plantão, ao verificar que se tratava de ferimento a bala, resolveu denunciar o fato à polícia. Boanerges, ao tomar conhecimento disso, auxiliado por Eliane e Paulo de Tarso Venceslau, roubou uma ambulância, rendeu os médicos e retirou o recém-operado, transportando-o para a casa de Carlos Knapp. Mais tarde, Francisco foi convalescer na casa de praia da militante da rede de apoio, Sandra Brizola, em São Sebastião, litoral de São Paulo.

Nos meses subsequentes, a ALN realizou uma série de assaltos a bancos, supermercados e empresas de transporte coletivo e de atentados a bomba, dos quais se destacam o atentado ao Palácio Episcopal, em 6 de agosto, e o metralhamento, em 24 de agosto, da vitrina da loja "Mappin" que expunha material alusivo a Semana do Exército.[29]

---

[29] As ações da ALN no referido período foram: atentado a bomba nos elevadores da CBI, na Rua Formosa, em 16 de junho; assalto à empresa de ônibus “Viação Leste Oeste”, em 23 de junho; atentado à bomba contra uma subestação da Light, em Piquete, em 26 de junho; assalto simultâneo ao União de Bancos Brasileiros e à Caixa Econômica Federal, na Avenida Guapira, em Jaçanã, em 12 de julho; assalto ao Banco do Brasil, Santo André, em 8 de julho; primeiro assalto ao Bradesco na Rua Major Diogo, em 15 de julho; assalto contra a União Cultural Brasil-Estados Unidos na Rua Oscar Porto, em 24 de julho; assalto ao supermercado Pão de Açúcar, no bairro Pinheiros, no final de julho; assalto ao Banco Comércio e Indústria da Avenida São Gabriel, em 18 de agosto; atentado a bomba contra a agência da Light, em 24 de agosto; assalto à empresa Instrumental Berge Ltda, na Rua Agostinho Gomes, 1622, em 29 de agosto; assalto ao Banco Itaú-América da Rua Pamplona, em 9 de setembro e segundo assalto ao Bradesco da Rua Major Diogo, em 22 de setembro.

No dia 19 de setembro, a ALN realizou mais uma ação de propaganda armada, desta feita contra a guarnição da radiopatrulha nº 21, que habitualmente permanecia estacionada no Conjunto Nacional, na Av. Paulista. A guarnição da RP era constituída de dois homens, e nas suas proximidades ficava um guarda-civil do policiamento ostensivo. Por volta das 22 horas após saltarem do carro dirigido por Aton Fon Filho, Virgílio Comes da Silva, o comandante da ação, Denison Luís de Oliveira e Manoel Cyrilo de Oliveira Neto dirigiram-se para a viatura como se fossem solicitar uma informação. Ao mesmo tempo, Takao Amano aproximava-se do guarda-civil. Takao, num gesto desnecessário de prepotência, rendeu o guarda e obrigou-o a colocar-se de joelhos à sua frente, humilhando-o ao exigir que lhe pedisse clemência. A trinca que se ocupava da radiopatrulha, ao imaginar ou pressentir uma tentativa de reação, disparou suas armas para o interior da viatura. O soldado da FPESP Pedro Fernandes da Silva, atingido por vários disparos, um deles na coluna, ficou aleijado. Denison e Virgílio recolheram uma metralhadora INA e dois revólveres .38, enquanto Takao recolhia um revólver .38 do tripudiado guarda-civil.

Para complementar a "ação revolucionária”, os dois primeiros espalharam gasolina e incendiaram a radiopatrulha. Esta seria uma das últimas ações da ALN em São Paulo, no ano de 1969.



12. Os dominicanos na subversão

A ALN ia estruturando-se para conduzir a guerra revolucionária com todo o apoio. Dispunha já de uma rede de atendimento médico e, como vimos no item anterior, de uma casa de recuperação no litoral, contando ainda com outra área de homízio em Ribeirão Preto.

Paulo de Tarso Venceslau, coordenador do setor logístico ou de apoio, conseguiu a mansão do industrial francês Jacques Emile Frederic Breyton, na Rua Souza Ramos nº 517, na Vila Mariana, para realizar reuniões do comando da organização. A mansão servia, também, como área de repouso dos combatentes mais importantes

da ALN, onde Marighela, "Toledo" e outros terroristas se reuniam para comemorar as vitórias. As festas eram organizadas por Nair Benedicto, mulher do industrial, que levava estudantes para "fazer companhia" aos subversivos.

Ampliando suas atribuições, no início de 1969, Paulo de Tarso foi apresentado por Frei Osvaldo a Frei Ivo para ser o contato da ALN com os frades dominicanos do Convento das Perdizes. Os dominicanos continuavam a apoiar a ALN e desempenhavam importante papel na rede de sustentação.

Em janeiro, Frei Beto afastou-se de sua residência, por questões de segurança, quando da prisão de elementos da VPR que pintavam um caminhão com as cores do Exército, em Itapecerica da Serra. Em março, com a prisão de Isaías do Vale Almada, membro da VPR, Frei Beto foi "aberto", tendo sido procurado em sua residência pela polícia. Com o beneplácito do Provincial da Ordem, Frei Domingos Maia Leite, Frei Beto foi transferido para o Seminário Dominicano Christo Rei, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em julho, Frei Beto foi chamado a São Paulo por Marighela, que lhe determinou a montagem de um esquema para passagem de militantes clandestinos pela fronteira para o Uruguai. Frei Beto, em ligação com o padre Veríssimo em Rivera, no Uruguai, montou uma estrutura que contava com a participação de um funcionário corrupto da Aduana daquela cidade. Frei Beto recebia por meio de ligação telefônica com Frei Fernando, em São Paulo, a notícia de que ia ser contatado. Usando senhas combinadas, encontrava-se com o elemento em frente ao Cine São João, em São Leopoldo, e o alojava na Igreja da Piedade, onde contava com a conivência dos padres Manoel Vasconcellos Valiente e Marcelo Pinto Carvalheira. Camilo Borre Garcia, ex-seminarista espanhol e colega de Frei Beto no Christo Rei, também colaborava com o esquema, recebendo correspondência para Frei Beto e ajudando a esconder os clandestinos. Camilo foi quem escondeu Joaquim Câmara Ferreira, quando este abandonou o País, após o sequestro do embaixador norte-americano. De São Leopoldo a Santana do Livramento, Frei Beto utilizava o seminarista Francisco Castro para conduzir os fugitivos e apresentá-los ao Padre Verissimo. Após regularizada a

situação dos fugitivos, Verissimo hospedava-os em Rivera e acompanhava-os a Montevidéu.

O dispositivo de Frei Beto ia ser ampliado para ser utilizada a cidade de Jaguarão como saída, entretanto o "contato" em Porto Alegre considerou o esquema "queimado" e sem condições de ser empregado.

Por este dispositivo, foram retirados do País: José Roberto Arantes Almeida, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Zamikhowski, Joaquim Câmara Ferreira, Ana Maria Soares Palmeira, Sebastião Mendes Filho e Arno Preiss. Joseph Berthold Calvert foi preso na fronteira, em 26 de outubro, não conseguindo atingir o Uruguai.

Frei Osvaldo colocou Frei Bernardo Catão, responsável pela Casa da Ordem de Conceição do Araguaia, em contato com o líder da ALN. A reunião ocorreu na Rua São Vicente de Paula nº 360, e Frei Catão colocou as dependências religiosas de Conceição do Araguaia à disposição, para homiziar elementos foragidos.

Aproximadamente no final de maio, Frei Osvaldo foi deslocado para o Rio de Janeiro para transmitir a experiência das ações armadas da ALN/SP e auxiliar a estruturação da organização. Após acompanhar a realização de assaltos, Frei Osvaldo viajou para a Europa, onde, sob o pretexto de realizar cursos, cumpria missões da ALN. Foi para a cidade de Fribourg, na Suíça, para realizar um curso de Teologia e adquirir conhecimentos sobre a realidade do socialismo na URSS. Por orientação da ALN, Frei Osvaldo, aproveitando-se de sua permanência na Suíça, montou um esquema noticioso para divulgar as atividades da ALN na Europa. Para tal, contaria com a colaboração da revista “Front” publicada em Paris.[30]

Ao assumir a coordenação dos dominicanos, no lugar de Frei Osvaldo, Frei Fernando fez contato com Marighela no bairro do Méier, no Rio de Janeiro, e recebeu a orientação de coordenar prioritariamente o esquema de saída para o Uruguai e a divulgação das notícias da organização na Europa.

---

[30] Na realidade a revista “Front” era editada por Arraes e pela MPL. Ver página 211 (NE)

Além das tarefas já desenvolvidas pelos dominicanos, Frei Giorgio Calegari (Frei "Jorge" ou "Roberto"), que tinha facilidades com a imprensa italiana, ficou com a incumbência de verter para o italiano os documentos da ALN e mandá-los para a Editora Frateneli, que os publicaria, divulgando, as posições da organização. Frei "Jorge" também mantinha contato com Frei Osvaldo na Europa.

Frei João Antônio de Caldas Valença (Frei "Mauricio") ficou com a responsabilidade do setor de imprensa, após a ida de Frei Beto para o Rio Grande do Sul. O setor não foi estruturado por falta de espaço e local adequados, permanecendo o esquema de utilizar o material gráfico do próprio convento. A documentação doutrinária da ALN era batida em matrizes e rodada pelos dominicanos dentro do Convento da Rua Caiubi. Em agosto, com a adesão de Frei Roberto Romano, que ficou com a incumbência de rodar o mimeógrafo, o setor de imprensa foi reforçado.

Frei Tito de Alencar Lima era o responsável por manter contato com os seminaristas e arregimentá-los para a ALN.



13. ALN - A guerra psicológica

Vimos que a ALN, além de conduzir a guerrilha urbana, preocupava-se em estabelecer uma estrutura de apoio, até certo ponto sofisticada. Por seus documentos, constatamos que, além da guerrilha urbana, considerada um instrumento complementar, a organização preocupava-se com a guerra psicológica e, naturalmente, com a guerrilha rural - seu objetivo estratégico – para a qual se preparava.

Uma primeira ação de propaganda foi feita nos Estados Unidos, onde, em 4 de fevereiro de 1969, foi publicada no jornal "Diário de las Américas", de Miami, uma mensagem de Marighela, afirmando, entre outras coisas: *"(...) o País está entrando numa fase típica de ações de guerrilha, compreendendo emboscadas, roubos de armas,*

sabotagens, greves e manifestações populares". A mensagem tinha a finalidade de incentivar as atividades terroristas no Brasil, realizar a propaganda externa e, ao mesmo tempo, dar uma satisfação ao governo cubano, de onde provinham os dólares que auxiliavam o sustento da ALN e onde eram preparados os seus quadros.

Em maio, a ALN procurava enfraquecer as instituições e desmoralizá-las aos olhos da população. Valendo-se do roubo de armamento realizado pela célula de esquerda que existia no 4º RI, por intermédio de cartas e panfletos instigava militares das três forças singulares a seguirem aquele exemplo, entregando as armas e munições de suas unidades.

Em junho, buscando intensificar e ampliar o clima de desassossego e de insegurança reinantes, a organização remeteu cartas às agências bancárias, contendo ameaças de assalto.

Com o objetivo de ampliar os fatos, tirando deles o maior partido, buscou, também, sensibilizar os representantes das nações estrangeiras, no Rio de Janeiro, através de manifestos enviados pelo correio. Um desses documentos, distribuído em junho, continha os seguintes trechos: *"Oficiais e Praças desertam do Exército e entregam aos revolucionários as armas e munições mais modernas, como fez Lamarca. São armas que a OTAN usa, como os FAL. O Sargento Prestes e seus companheiros são libertados da penitenciária pelos guerrilheiros urbanos. O espião ianque Charles Chandler é castigado pelos patriotas. A guerra revolucionária está em curso, chefiada no País por Carlos Marighela. Por favor, avise seu governo para que este não seja mal informado. Saudações. Ação Libertadora Nacional. 17/6/69".*

No dia 25 de junho, com o objetivo de desmoralizar as Forças Armadas e disseminar o medo e a insegurança na população, foi colocada uma bomba na barraca do Exército instalada na Feira do Livro, na Praça Saens Peña, no Rio de Janeiro. Felizmente para a multidão de inocentes que visitava a Feira, houve falha no dispositivo e a bomba não funcionou.

Em 15 de agosto, um comando da ALN com doze elementos, tomou de assalto os transmissores da Rádio Nacional, em Piraporinha,

município de Diadema. Após espancarem o operador-chefe Libório Schuck e tomarem o revólver do guarda Raymundo Salustiano de Souza, os terroristas colocaram no ar uma fita gravada por Gilberto Luciano Beloque, contendo a mensagem "Ao Povo Brasileiro" de Carlos Marighela. Na mensagem, datada de junho de 1968, Marighela conclamava pelo prosseguimento e pela intensificação das ações de terrorismo na cidade, para que as tropas se mantivessem ocupadas e não pudessem intervir na área rural onde, já em 1969, seria lançada a guerrilha rural.

Marighela tentava despistar o financiamento que recebia de Cuba, apresentando os assaltos a bancos como a única fonte de recursos da organização. Reiterava seus ataques ao imperialismo norte-americano e à "ditadura militar" e repetia os chavões da "luta prolongada" e da panaceia revolucionária representada pela "*aliança armada de operários e camponeses*".

Não tinham objetivo maior do que a propaganda os ataques realizados a sentinelas e a viaturas de radiopatrulha. Embora esses homens estivessem isoladamente ou em dupla, no cumprimento do dever, e fosse fácil uma ação de grupos sobre eles, a repercussão desses atos visava a criar o medo e a demonstrar o poder da organização subversiva e a ineficiência dos meios de repressão. Com a mesma finalidade, foi feito o metralhamento da loja Mappin, que expunha material alusivo à Semana do Exército.

Não apenas os militares, mas também seus familiares foram alvos da propaganda da ALN. Ela, ora procurava justificar as ações terroristas que realizava e ora fazia ameaças aos familiares dos que a combatiam, principalmente a seus filhos em idade escolar, trazendo a intranquilidade e o medo para o seio das famílias.

Prosseguindo suas atividades de guerra psicológica, a ALN remeteu às autoridades de São Paulo, dias antes de 7 de setembro, um manifesto recomendando que fossem suspensas todas as solenidades da Semana da Pátria no Vale do Anhangabaú. No documento, a organização ameaçava realizar atos de terrorismo contra a população, responsabilizando as autoridades pelo que viesse a ocorrer. Além do aspecto psicológico, ações desse tipo desgastavam as forças de segurança, que tinham por obrigação zelar pela vida e

tranquilidade da população, empregando grandes efetivos para evitar uma ação terrorista desastrosa.

No final de outubro, o esquema noticioso na Europa (a que nos referimos no item anterior) começava a funcionar. Marighela concedia uma entrevista à revista francesa "Front", através de Conrad Detrez, onde expunha o seu ideário e a sua convicção de que "*O Brasil será um novo Vietnã*", título da reportagem. Quando a matéria foi publicada, já havia ocorrido a morte de Marighela.

Comentando o óbito, a revista Front estranhava o ocorrido afirmando que sentira muita segurança no líder comunista durante a entrevista. Quanto às possíveis causas do acontecimento, a revista levantava hipóteses, procurando preservar a estratégia da organização e atribuindo a ocorrência a uma falha de compartimentação na vida clandestina do movimento - um "erro técnico" - a uma temeridade inconsequente de Marighela que se expunha desnecessariamente, ou à "violência das torturas". Quanto às "torturas", a revista orientava uma campanha de denúncias e a previsão de medidas apropriadas no plano da organização...



14. ALN em Ribeirão Preto/SP e no Ceará

Em Ribeirão Preto, o grupo integrante da ALN, coordenado por Paulo Eduardo Pereira, era visto pela direção da organização em São Paulo como um organismo de apoio e de preparação e treinamento de guerrilheiros.[31] Seguindo a orientação de Virgílio e "Toledo", o grupo realizou o levantamento de estabelecimentos comerciais, casas de crédito e casas de armas, em Ribeirão Preto e cidades vizinhas com vistas a futuros assaltos. Realizou o mapeamento da região, locando

---

[31] Faziam parte do grupo, na época: José Marieto, Nanci Marieto, Carlos Russo Júnior, Antônio de Souza, Darrier Carlos Galhardo, Patrocínio Henrique dos Santos, José Adolfo Granville, Toshio Tanaka, Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, José Eduardo de Sales Rosemiro e Walnier Leon Carrijo.

áreas adequadas à implantação da guerrilha rural. Aliciou camponeses das cidades de Bebedouro e Pitangueiras e realizou treinamento de tiro com os mesmos, tendo também feito um treinamento de tiro e de guerrilha num sítio de Águas Virtuosas, entre Serrana e Ribeirão Preto.

Dois militantes do grupo, Guilherme dos Santos Carvalho e Ary Almeida Normanha, mantinham um "aparelho" em São Paulo onde recebiam instruções de Virgílio. Em 19 de abril, Guilherme foi preso na rodoviária de São Paulo com 10 kg de clorato de potássio que seria utilizado em atos terroristas em Ribeirão Preto. No dia seguinte, foram presos Ary, em São Paulo, e Paulo Eduardo, em Ribeirão Preto.

Liberados pela polícia, após dois meses de prisão, Paulo Eduardo e Ary Almeida foram procurados por Virgílio para reiniciarem as atividades. Durante a reunião, Virgílio, demonstrando o comprometimento a que se sujeitava um militante da ALN, propôs o assassinato de Guilherme, por ter delatado os dois à polícia. O assunto ficou para ser resolvido posteriormente, pois a proposta preocupara e assustara Paulo Eduardo e Ary.

O grupo, em meados de outubro de 1969, planejou e tentou realizar um atentado contra as Lojas Americanas de Ribeirão Preto. Por defeito de fabricação, as bombas incendiárias não explodiram, tendo sido encontradas por um funcionário da loja no dia seguinte.

O grupo de Ribeirão Preto não conseguiu desenvolver nenhuma ação de vulto e, no início de novembro, com prisões em São Paulo, Ribeirão Preto e cidades vizinhas, foi desbaratado.

No Ceará, a ALN estruturou-se a partir da dissensão de militantes do PCB. José Sales de Oliveira, expulso do PCB, continuou mantendo contatos com os militantes do partido e foi formando um grupo que via na violência o caminho para a revolução no Brasil. Em 1968, com a radicalização no movimento estudantil, foi possível arregimentar mais adeptos para o grupo, inclusive militantes da AP que já haviam realizado expropriações armadas de mimeógrafos, além da fabricação e lançamento de coquetéis molotov durante as manifestações estudantis.

A ALN designou Sílvio de Albuquerque Mota para orientar os trabalhos exercidos por José Sales.[32]

A única ação do grupo em 1969 foi a frustrada tentativa de assalto, no dia 4 de dezembro, à agência São Sebastião do Banco Mercantil do Ceará. Ronaldo Dutra Machado, do Grupo de Ação da ALN da Guanabara, encontrava-se em Fortaleza para assessorar e participar da ação junto com a ALN/CE. José Sales de Oliveira e mais outro militante entraram no banco enquanto o resto do bando dominou o guarda que se encontrava na porta, tirando-lhe a metralhadora. O guarda conseguiu escapar e entrou correndo banco, generalizando-se um intenso tiroteio, frustrando o que seria o primeiro assalto da ALN no Ceará.[33]



15. ALN no Planalto Central

Desde 1967, o Comitê Metropolitano do PCB de Brasília (CM/PCB/Bsb) preparava-se para a luta armada. Sob a supervisão do Comitê Central, seus membros realizaram em Paracatu/MG exercícios de guerrilha, com treinamentos de tiro, execução de marcha e confecção de bombas com explosivos. Sob a liderança dos advogados Thomas Miguel Pressburger e Raimundo Nonato dos Santos, o CM/PCB/Bsb, por ser partidário da luta armada, afastou-se do

[32] No meio universitário de Fortaleza, foram aliciados os estudantes da UFCe Hélio Pereira Ximenez, Gilberto Thelmo Sidney Marques, Fabiani Cunha, Swami Cunha, Moema Correia São Tiago "e Nilton Gurgel Barreto. Foram também recrutados o agente da Secretaria de Polícia Carlos Timoschenko Soares de Sales, funcionário da Petrobrás José Elven Siqueira, o funcionário do DNOS Gessé Jerônimo de Oliveira, a supervisora da Enciclopédia Delta-Larrousse Jane Vasconcelos Dantas, o funcionário do DNER José Bento da Silva, o fotógrafo João Batista de Lima e o agricultor João Xavier de Lacerda ("Cambito"), ex-vereador do PTB.

[33] Participaram dessa tentativa: Fabiani Cunha, Francisco William de Montenegro Medeiros, Maurício Anísio de Araújo, Adolfo Sales de Carvalho, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Ronaldo Dutra Machado.

partido, após o VI Congresso, e aproximou-se do Grupo de Marighela, o AC/SP.
No segundo semestre de 1968, chegou a Brasília o militante do AC/SP Edmur Péricles de Camargo, que seria o responsável pelo levantamento de áreas para implantação da guerrilha rural nos Estados de Goiás e Minas Gerais, junto com o pessoal do antigo CM/PCB/Bsb.

No início de 1969, os levantamentos no campo já haviam sido realizados e Edmur aguardava uma definição da direção da ALN sobre o prosseguimento das atividades ligadas à guerrilha rural.

Na terça-feira de carnaval de 1969, foi realizado um assalto ao posto de identificação da Asa Norte, de onde foram roubadas mais de cem cédulas de identidade, uma máquina de escrever e carimbos.[34] Foi a primeira ação da organização em Brasília, a qual, em seguida, provocaria as primeiras "quedas" da ALN na capital federal. Desencadeada uma operação, foram presos quatorze subversivos, a maioria oriunda do antigo CM/PCB/Bsb.[35]

Sofrido este primeiro abalo, o grupo recompôs-se sob a liderança de José Carlos Vidal, Jorge Alberto Bittar e Jaime Hélio Dick. Foi estabelecido o contato com George Michel Sobrinho e com Flávio Tavares, por intermédio de Roberts Pericris Vitoriano Gomes.

Rearticulado, o grupo assaltou, no dia 7 de maio, o Cine Karin em Brasília[36] e, passado algum tempo, um posto de gasolina.

---

[34] Participaram do assalto: Luís Werneck, Jorge Alberto Bittar, José Carlos Vidal, Roberts Pericris Vitoriano Gomes e mais um elemento.

[35] Foram presos na operação desencadeada em Brasília, entre outros, Raimundo Nonato dos Santos, Clóvis Bezerra de Almeida, Amilcar Coleho Chaves, José Ribamar Lopes, João Guedes da Silva, Francisco Gonçalves Vieira, Luís Werneck de Castro Filho e Thomas Miguel Pressburger.

[36] A equipe assaltante era composta de Jaime Hélio Dick ("Joca"), Guilherme Modesto Gonzaga ("Gustavo"), Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra ("Lucas"), George Michel Sobrinho e o soldado do Exército Paulo César Lopes da Silva Rodrigues (“Caju”)

A integração do soldado do Exército Paulo Cesar Lopes da Silva Rodrigues ao grupo rendeu dividendos preciosos para a ALN. Como integrante do grupo, foi orientado para agir em proveito do movimento subversivo. Dias antes de desligar-se do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB), Paulo Cesar retirou duas metralhadoras INA da reserva de armamento da 3ª Companhia e as entregou a José Carlos Vidal. Anteriormente, passara uma relação contendo nome, endereço e telefone dos oficiais do BPEB e um croquis da unidade. Furtou ainda, um documento sigiloso, que mais tarde foi encontrado no escritório do ex-coronel comunista cassado, Nicolau José de Seixas, o mesmo que havia cedido a Flávio Tavares as metralhadoras para as ações do MAR.

Em agosto de 1969, Jeová Assis Gomes, enviado de São Paulo por "Toledo", fez contato com José Carlos Vidal para estabelecer as diretrizes do trabalho no campo. Nas reuniões, realizadas em Taguatinga, ficou decidido o deslocamento de pessoal para a área de Goiânia e Anápolis. Vários elementos foram deslocados para Goiânia. A ideia inicial era formar uma rede de apoio para a futura guerrilha rural.

Jeová recebeu dinheiro de Marighela e arrendou a Fazenda Embira, no município de Goiânia, na rodovia Goiânia-Nerópolis. Fazia frequentes contatos com José Carlos Vidal em Brasília e recebia recursos para manter o grupo em Goiânia. Na Fazenda Embira, o grupo realizava treinamentos de tiro e de guerrilhas. Jeová recebeu de José Carlos duas metralhadoras INA e uma pistola e de São Paulo dois FAL com munição, enviados por "Toledo” para o treinamento do grupo.

Em setembro e outubro, em função das investigações sobre o desaparecimento do estudante menor Carlos Gustavo do Nascimento, em Brasília, ficou configurada a trama subversiva que provocou o desmantelamento da ALN em Brasília e em Goiânia. Na ocasião, ficou constatado que na casa do diplomata Marco Antônio de Salvo Coimbra - que estava servindo na embaixada do Brasil na Romênia - funcionava um "aparelho" da ALN. Lá foram presos Marcos Estelita Lins de Salvo Coimbra, Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra, o menor Carlos Gustavo do Nascimento, Benedito José Cabral e Ricardo Moreira Pena. O grupo preso tinha em seu poder uma metralhadora

INA e dez revólveres de diversos calibres, que eram utilizados nos treinamentos.

As "quedas" prosseguiram, inclusive com a prisão de José Carlos Vidal, e foi constatado que a grande maioria de estudantes presos era de secundaristas do Centro Integrado de Ensino Médio e do Colégio Elefante Branco.

No final de outubro, em consequência das prisões em Brasília, iniciou-se o desmantelamento da organização em Goiânia, com a prisão de diversos universitários egressos da UnB e de um repórter do Correio Braziliense, José Anibas de Moraes. Foi apreendido farto armamento, inclusive os dois FAL que haviam sido remetidos de São Paulo. [37]

Culminando a operação dos órgãos de segurança, foi preso, a 12 de novembro, Jeová Assis Gomes, o coordenador da implantação da área estratégica em Goiás. O plano do grupo, de acordo com orientação recebida de Marighela em São Paulo, era desencadear ações de guerrilha no norte de Goiás, enquanto São Paulo era mantida como área prioritária para ações de guerrilha urbana.



16. ALN - Ações na Guanabara

No Rio de Janeiro, os adeptos de Marighela iniciaram a preparação para a guerrilha. Do início do ano até abril, limitaram-se a treinamentos e distribuição de textos de Marighela.[38]

---

[37] Foram presos em Goiânia: Márcio José dos Santos, Jorge Alberto Bittar, Aldir Silva de Almeida Nunes, Artur Carvalho Neto, José Anibas de Moraes e Aristeu Romão dos Santos. Com exceção dos dois últimos, que eram, respectivamente, jornalista e pedreiro, todos os demais eram estudantes universitários.

[38] Compunham esse grupo, entre outros: José Pereira da Silva, Domingos Fernandes, Luiz Afonso Miranda da Costa Rodrigues, Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Brito de Souza Neto.

Apesar da descentralizarão característica da ALN, João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira podiam ser considerados os coordenadores da ALN na Guanabara, em função da ligação que tinham com Marighela.

Em março, um grupo de estudantes, liderado por Carlos Eduardo Fayal de Lira, que estava em contato com a Ala Vermelha, resolveu ingressar na ALN.[39]

A primeira ação da ALN na Guanabara foi a tentativa de assalto ao Cine Opera, na praia de Botafogo, em 27 de abril de 1969, sob o comando de Domingos Fernandes.[40] Os subversivos entraram no saguão do Cine Opera, e, de armas na mão, dirigiram-se à bilheteria. Foram obstados pelo guarda Antônio Guedes de Moraes, que sacou a arma, dando início ao tiroteio. José Pereira da Silva e Domingos Fernandes descarregaram suas armas na direção do guarda Antônio, que, ao final, ficou prostrado no saguão, baleado. Surpreendidos, os terroristas debutantes retiraram-se sem conseguir perpetrar o roubo.

O fracasso da ação provocou uma reflexão autocrítica na ALN/GB. Não estavam preparados para ela. Tal constatação provocou a ida para o Rio de Janeiro de Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"'), orientador dos dominicanos em São Paulo, para estruturar a organização.

Com o reforço do grupo de Fayal e o assessoramento de Frei Osvaldo, a ALN/GB reencetou suas atividades. No dia 12 de junho era assaltada a agência Uruguai do Banco Boa Vista. O levantamento, a título de ensinamento, foi realizado pelo próprio Frei Osvaldo, assessorado por Valentim Ferreira. O assalto, comandado por Domingos Fernandes, teve sucesso, sendo arrecadados quatro mil cruzeiros novos.

---

[39] O novo grupo que engrossava as hostes da ALN/GB era constituído por: Ronaldo Dutra Machado, Newton Leão Duarte, Flávio de Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Jorge Wilson Fayal de Lira, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins e Jorge Raimundo Júnior.

[40] Participaram dessa ação: José Pereira da Silva, Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz, Aldo Sá Brito Souza Neto, Luís Afonso Miranda da Costa Rodrigues e o Dr. Iberê Brandão Fonseca.

A partir dessa ação, a ALN/GB realizou uma série de assaltos bem sucedidos: dia 8, à agência São Cristóvão do Banco de Crédito Territorial, na Rua Bela nº 597; dia 12, à agência de automóveis Novocar, na rua Uruguai nº 234; e dia 29, à agência Saens Peña do Banco do Estado de Minas Gerais, situada na Rua Carlos de Vasconcelos.[41] Essas ações, porém, ensejaram a atuação dos órgãos de segurança e, ainda em julho, foram presos Newton Leão Duarte e Jorge Wilson Fayal de Lira, quando iam apanhar um carro roubado, para a realização de uma ação.

As prisões geraram uma crise de segurança na Regional Guanabara da ALN. Até então, nenhum dos militantes tinha se "queimado", todos tinham vida legal. O caminho era a clandestinidade. O grupo de Domingos Fernandes, através de Francisco Eduardo Sebrão, conseguiu um "aparelho" em São Cristóvão, na Rua Mourão do Vale, que teria a finalidade de guardar militantes que estivessem sendo perseguidos, além de servir de depósito para as armas da organização.

A polícia chegou à residência de João Batista Xavier Pereira, mas este já a havia abandonado com a sua empregada Maria José Silvério, que se havia tornado sua amante. O material de sua casa seria encontrado, mais tarde, na garagem da residência de Maria Antonieta Campos da Paz, no Jardim Botânico.

Zilda de Paula Xavier Pereira foi presa na Rua dos Araújos 76, casa 5. Após várias peripécias, acabou internada no Hospital Pinel, de onde fugiu para o exterior em meados do ano seguinte.

Em agosto, Ronaldo Dutra Machado recebeu de Marighela a incumbência de fazer contato com um grupo em Recife e "ganhá-lo" para a ALN. Ronaldo manteve contato com Francisco Vicente Ferreira, o líder do grupo, e convenceu-o a atuar dentro da orientação preconizada por Marighela. Ronaldo retornou ao Rio de

---

[41] Faziam parte do bando assaltante: Dulce Chaves Pandolfi que se amasiara a Ronaldo Dutra Machado, Carlos Roberto Nolasco Ferreira e Nelson Luís Lott de Morais Costa, neto do Marechal Lott.

Janeiro, mas ficou com a responsabilidade de orientar as atividades na área do Nordeste.

Nessa época, foram "passados" para São Paulo, Sebastião Mendes Filho e Joseph Berthold Calvert. Eram comuns essas transferências de área, seja para que fossem retirados do País, seja para atuar em outra área, sempre que o militante estivesse "queimado" ou com problemas de segurança. De São Paulo, foram atuar no Rio de Janeiro, em setembro, Aton Fon Filho e Maria Aparecida da Costa.

No dia 4 de setembro, a nação foi surpreendida com o primeiro sequestro no País. Em "frente", a ALN participara do sequestro do embaixador dos Estados Unidos da América.

No dia 9 de setembro a ALN realizou mais uma ação audaciosa para "expropriação" de armas. Nesse dia, em dois Volkswagen, a organização atacou dois soldados da Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG) que, armados de metralhadoras, patrulhavam as dependências da TV Excelsior na Rua Visconde de Pirajá. Foram rendidos os soldados PMEG Sérgio Rodrigues Teixeira e Hélio Guimarães Monteiro, sendo que o primeiro levou violenta coronhada na cabeça desferida por Ronaldo Dutra Machado. As metralhadoras foram incorporadas ao arsenal da ALN/GB.

Em outubro, quando de sua volta ao Nordeste, Ronaldo Machado retomou seu contato em Recife e encontrou o grupo de Francisco Ferreira, reforçado por elementos do PCBR conhecidos como "pessoal do racha". [42]

Em 19 de dezembro, o grupo, já então contando com a assistência permanente de Ronaldo, que se estabelecera em Recife junto com Dulce Chaves Pandolfi, assaltou a agência Cavaleiro, do Banco Financial, em Jaboatão.

A partir do dia 8 de dezembro, iniciaram-se as "quedas” de fim de ano da ALN/GB. Maria Aparecida da Costa foi presa, em companhia de Valentim Ferreira, quando foi reconhecida, por acaso, por um

[42] Ronaldo travou contato com Rholine Sonde Cavalcanti Silva, Luciano Almeida, Perlv Cipriano e Mauricio Anísio de Araújo.

policial paulista em férias no Rio de Janeiro. Valentim, estudante de 18 anos, guardava em sua casa na Rua das Palmeiras 77, casa 4, em Botafogo, um fuzil Mauser com munição, um mimeógrafo e vários estênceis prontos para rodar. Era o "aparelho" de imprensa da organização.

Em decorrência da prisão de Maria Aparecida, foram presos, em 19 de dezembro, Aton Fon Filho e Linda Tayah - militante do setor de apoio - na Rua Domingos Soares nº 21. No dia seguinte, no mesmo endereço, era preso Domingos Fernandes, que "abriu" o "aparelho" da Rua República do Peru 143/1106, onde foi presa sua esposa Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

Foram presos, também em dezembro, os irmãos Pedro Henrique e Alfredo Carlos de Miranda Pacheco, donos da Agência de Turismo Riviera, na Rua Erasmo Braga 227/419. Através da Agência, a ALN mandava para o exterior os militantes que iam fazer curso em Cuba. Os irmãos Miranda Pacheco facilitavam a saída para o exterior de elementos com nomes falsos.

A ALN no Rio de Janeiro praticou ainda em 1969, uma série de assaltos para sobrevivência: à agência Catete do Banco Novo Mundo, em 27 de agosto; à agência Bonsucesso do Banco de Crédito Territorial, em 25 de setembro; à agência da Rua Bela do Banco da Bahia, em 15 de outubro; à firma Construtora Presidente, na Rua Mayrink Veiga 11, 2º andar, em 29 de novembro; à agência Castelo do Banco Bordalo Brenha, em 5 de dezembro; e à agência Méier do Banco da Bahia, em 16 de dezembro.



17. ALN - As “quedas” em São Paulo

Após as prisões e mortes ocorridas no início do ano, no mesmo dia em que assaltava a União de Bancos Brasileiros, em Suzano no dia 7 de maio, a ALN sofreria mais três “quedas”. Seriam presos, na esquina das Ruas 1º de Janeiro e Mirassol, em São Paulo, os militantes Rolando Fratti, Alexandre Malavazzi e José Jofre de Farias.

A partir de agosto, a ação dos órgãos de segurança atingiria profundamente a organização. No dia 8, o grupo de ação de José Wilson Lessa Sabag assaltou o Curso Objetivo, na Rua Tomaz Gonzaga, de onde levou oito mil cruzeiros novos em dinheiro e doze mil em cheques. Resolveram depositar os cheques na conta que Antenor Meyer tinha, sob o nome falso de Luiz Rodolfo Goldman.

Temerosos em verificarem se os cheques haviam sido compensados, os terroristas resolveram fazer a compra de um gravador na loja Lutz Ferrando, na esquina da Rua São Luiz com Avenida Ipiranga, pagando com um cheque em nome de Luiz Rodolfo Goldman. A loja, ao tentar descontar o cheque, foi informada que a conta tinha sido alimentada com cheques roubados e que a polícia deveria ser avisada caso os compradores retornassem para apanhar a compra.

No dia seguinte, bisonhamente, dirigiram-se à loja, num Volkswagen, Antenor Meyer e mais José Wilson Lessa Sabag, Francisco José de Oliveira e Maria Augusta Thomaz. José Wilson e Francisco entraram na loja, enquanto Antenor ficava ao volante e a mulher saltava do carro e se postava na calçada. Fingindo que ia apanhar o gravador, um funcionário alertou três guardas civis que tinham sido colocados na vigilância. Ao dar voz de prisão aos terroristas, os guardas e aqueles que estavam dentro da loja viram-se envolvidos num intenso tiroteio iniciado pelos terroristas. O guarda civil João Szelacsok Neto ficou ferido com um tiro na coxa e o funcionário da Lutz Ferrando, José Getúlio Borba, ferido na ocasião, veio a falecer mais tarde. Maria Augusta evadiu-se ao iniciar-se o conflito e os terroristas José Wilson, ferido no braço esquerdo, e Francisco conseguiram retornar ao carro que arrancou rapidamente na direção da Rua da Consolação.

O acaso obrigou o carro a ficar retido no primeiro semáforo. Teve início a perseguição. Francisco conseguiu sair do carro e abandonar o local. José Wilson e Antenor permaneceram na expectativa do sinal abrir e só abandonaram o veículo ao observarem que um dos guardas civis falava com o soldado da FPESP que se encontrava no local. Perseguidos, os dois terroristas correram para o edifício da Rua Epitácio Pessoa 162, onde, no apartamento 46, morava um apoio de Antenor, de nome Roberto Ricardo Cômodo.

Acolhidos no apartamento, os terroristas verificaram que o prédio estava cercado, ocasião em que Antenor propôs a José Wilson que se entregassem. Este, fanatizado pelas ideias de Marighela, recusou-se e afirmou que resistiria à prisão. Enquanto Roberto Cômodo descia para tentar despistar a polícia, Antenor subia as escadas, tentando sem sucesso, homízio em outros apartamentos. Desesperado, ao atingir o 7º andar, resolveu escapar por um encanamento d'água existente na parte externa do edifício. Ao atingir o 4º andar, este não aguentou o peso de seu corpo que estatelou-se na área interna, sendo preso com uma perna e a bacia fraturadas. José Wilson, adotando uma atitude suicida, matou a tiros o soldado da FPESP João Guilherme de Brito, quando o apartamento foi invadido, refugiando-se no banheiro. Instado a entregar-se, manteve-se irredutível e quando saiu, desalojado por bombas de gás, o fez de forma violenta, atirando em todas as direções, obrigando os policiais a revidarem, o que provocou a sua morte. Roberto Ricardo Cômodo foi preso sem resistir à prisão.

Carlos Eduardo Pires Fleury, que auxiliava Virgílio Gomes da Silva na coordenação do GTA, assumiu o controle do grupo de ação de José Wilson. A violência não podia parar. No dia seguinte, pela manhã, Ishiro Nagami que se havia ligado ao grupo de José Wilson, ao conduzir no Volkswagen azul, placa 44-52-77, uma poderosa bomba para um atentado, foi surpreendido pela explosão prematura do petardo, morrendo estraçalhado junto a outro terrorista. A explosão deu-se às 05:45 horas, na Rua da Consolação, defronte ao nº 758, esquina da Rua Maria Antônia, e o desditoso acompanhante de Nagami, desintegrado na explosão, não foi identificado.

O final de setembro seria melancólico para a ALN em São Paulo. No dia 24, elementos do GTA foram surpreendidos na Alameda Campinas, quando iam apanhar dois carros roubados para praticar ações. Como era de se esperar, pela mística que envolvia os elementos pertencentes ao grupo, a resistência à prisão foi violenta. Após cerrado tiroteio, feridos, foram presos, Takao Amano, Luís Fogaça Balboni e Carlos Lichtsztejn. Na confusão, conseguiu evadir-se Manoel Cyrilo de Oliveira Neto. Luís Fogaça não resistiu aos ferimentos e morreu na mesma data no Hospital das Clinicas.

Em consequência desse encontro, graças ao trabalho intensivo dos órgãos de segurança, no espaço de uma semana, foi desbaratado o GTA da ALN e parte do setor de apoio. João Katsonobu Amano foi preso, na madrugada de 25 de setembro, na pensão onde morava com seu irmão Takéo.

Francisco Gomes da Silva, preso na noite de 28 de setembro na pensão onde morava, indicou a residência de Antônio Carlos Fon, na Avenida Duque de Caxias 312, apartamento 23, onde estavam homiziados dois perigosos terroristas. De uma forma previsível, o coordenador do GTA, Virgílio Gomes da Silva, reagiu à bala, vindo a falecer em consequência dos ferimentos recebidos. Maria Aparecida dos Santos, a outra foragida, foi presa com o dono da casa.

Celso Antunes Horta foi preso no dia 29 de setembro ao "cobrir o ponto" que tinha marcado com Francisco Gomes da Silva.

No "Solar dos Brizolas", em São Sebastião, também por indicação de Francisco, foram presos, em 30 de setembro, Ilda Martins da Silva, esposa do falecido Virgílio, e Manoel Cyrilo de Oliveira Neto.

A onda de prisões continuou dia 30 de setembro. Carlos Eduardo Pires Fleury foi preso na casa de José Paulo Reis, na Praça Floriano Peixoto nº 12, apartamento 32, em Santo Amaro. O dono da casa, dentista e oficial R/2, foi preso na mesma ocasião e confessou que o "aparelho" era depósito da ALN. Ainda no dia 30, foram presos José Luiz Novaes Lima e Gontran Guanaes Netto, ambos do setor de apoio.

Márcio Beck Machado, militante do setor de apoio, foi detido, também no dia 30 de setembro, na Rua Maria Antônia, em frente à Universidade Mackenzie. Quando era conduzido para a viatura policial, três elementos que faziam a sua cobertura intervieram, atirando e ferindo o agente do DPF/SP Cláudio Ernesto Canto. Aproveitando-se da confusão, Márcio evadiu-se junto com os demais militantes, enquanto Cláudio Ernesto Canto, apesar do pronto atendimento, veio a falecer mais tarde em consequência dos ferimentos.

No dia 1º de outubro, foi preso, em São Sebastião, o coordenador do setor de apoio, Paulo de Tarso Venceslau, em vigilância montada pela força policial local no "Solar dos Brizolas". Na mesma data, era preso mais um militante do setor de apoio, Abel Bella.

Terminando as "quedas", foram presos, ainda em outubro, Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha e Denison Luiz de Oliveira, remanescentes do grupo de Takao Amano. Essa ação fulminante dos órgãos de segurança resultou na prisão de dezenove terroristas e no "estouro" de doze "aparelhos". O grupo de ação de Takao Amano foi todo preso. O grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury, acéfalo, também sofreu consideráveis perdas, que, somadas ao desaparecimento da indiscutível liderança de Virgílio Gomes da Silva, desestruturaram a ALN em São Paulo.

Essas "quedas" criaram uma crise de segurança na organização. Maria Aparecida da Costa e Aton Fon Filho fugiram para o Rio de Janeiro a fim de aguardar uma oportunidade de saírem do País. Coincidentemente, o deslocamento desses dois militantes serviu para reforçar a estrutura da ALN na Guanabara.

Vários terroristas remanescentes do GTA de São Paulo fugiram para o Uruguai. Esses elementos, após esbanjarem o dinheiro dos assaltos, hospedando-se em hotéis de luxo e fazendo turismo, dirigiram-se para Buenos Aires, onde, a 4 de novembro sequestraram o Boeing 707 da Varig, prefixo PP-VJX, que fazia o voo Buenos Aires-Santiago. Com nomes falsos e chefiados por Aylton Adalberto Mortati, oito terroristas, entre eles Rui Carlos Vieira Berbet, Maria Augusta Thomaz, Lauriberto Jose Reyes e Marcílio Cesar Ramos Krieger fizeram com que o avião se desviasse para Cuba. Os passageiros foram mantidos durante todo o tempo sob tensão, ameaçados com armas e dinamite. Os sequestradores distribuíram panfletos e leram um manifesto atacando o governo brasileiro. Em Cuba, além de se protegerem contra a perseguição policial, os terroristas tiveram a oportunidade de frequentar o curso de guerrilha, proporcionado por Fidel Castro aos militantes da organização subversiva.

Por intermédio de Paulo de Tarso, coordenador do setor de apoio em São Paulo (que, como vimos, fora preso em 19 de outubro) foi

desmantelado o restante deste setor, com várias prisões, desmascarando a velada atuação dos frades dominicanos.

No dia 2 de novembro, foram presos, no Rio de Janeiro, os Freis Fernando e Ivo. No dia 3, já em São Paulo, Frei Fernando "abriu" a rede de apoio da ALN. Foram presos em São Paulo, os Freis Tito e Jorge; Carlos Guilherme Penafiel, ex-repórter da "Folha da Tarde", responsável pelas fotos para documentos falsos; o casal Luís Roberto Clauzet e Rosemeire Nogueira Clauzet, ele ex-diretor da "Folha da Tarde"; João Antônio Caldas Valença, ex-Frei Maurício, responsável pelo setor de imprensa; Roberto de Barros Pereira, engenheiro do metrô que registrou um carro da organização em seu nome; Manoel Calos Guimarães Morais, engenheiro que emprestou o carro para levar "Toledo" para o Uruguai no final de setembro; e Genésio Homem de Oliveira, que emprestava a sua casa para reuniões de Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"). Todos os elementos presos, além das atividades específicas, prestavam-se a homiziar os fugitivos da organização.

Os dominicanos "abriram", também, o esquema de saída para o Uruguai, provocando a prisão de Frei Beto no Rio Grande do Sul.

Para culminar a série de delações, Frei Fernando, mesmo conhecendo o temperamento de Marighela, que não admitia ser preso vivo, "abriu" o esquema de contato e levou a polícia ao "ponto" da Alameda Casa Branca, onde morreu o líder comunista. Apesar de uma série de alegações, as esquerdas não perdoaram Frei Fernando de Brito e seus seguidores por essa fraqueza, que privou a "*revolução brasileira*" de seu líder mais respeitado.



18. Os dominicanos levam Marighela à morte

A persistência e o trabalho de inteligência desenvolvidos pelos órgãos de Segurança em São Paulo, levaram à conclusão da possibilidade de

Paulo de Tarso Venceslau fornecer os dados que conduzissem ao alvo principal da operação: Carlos Marighela.

Preso desde o dia 1º de outubro, Paulo de Tarso, negava-se a admitir a possibilidade de contatar o líder da organização. Enfim, pressionado insistentemente pela pergunta "*Onde buscaria contato com a organização, caso fosse colocado em liberdade?*" acabou confessando que a chave era o telefone 62-2324, pertencente ao Convento dos Dominicanos, nas Perdizes. Em seguida, forneceu o nome de Frei "Ivo" como sendo a pessoa a quem procuraria.

Esse dado ia ao encontro das informações prestadas por Isaías do Vale Almada, militante da VPR, por ocasião de sua prisão, em março, quando denunciou a participação de Frei Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto), da Ordem Dominicana, como integrante da organização terrorista.

No prosseguimento das investigações, apurou-se que Frei Yves do Amaral Lesbaupin (Frei "Ivo") faria uma viagem ao Rio de Janeiro, no dia 2 de novembro, domingo, para fazer contatos para a organização. O encontro seria com o ex-monge beneditino Sinval Itacarambi Leão (Frei "Timóteo"), com quem já havia feito contato, em julho, para verificar a possibilidade de infiltração no meio religioso no Rio de Janeiro. Frei Ivo apresentaria Frei Timóteo a Frei Fernando de Brito, que havia assumido a coordenação dos dominicanos da ALN em São Paulo.

No Rio de Janeiro, após uma operação de vigilância, Frei Fernando e Frei Ivo foram presos no interior de um ônibus. Levados a prestar esclarecimentos num órgão policial, os religiosos admitiram que estavam no Rio de Janeiro para fazer contatos políticos. Mais tarde, o ex-monge Sinval Itacarambi Leão foi preso pela polícia carioca.

Levados para São Paulo, Frei Fernando e Frei Ivo "abriram" toda a estrutura de apoio da ALN que estava sob responsabilidade dos dominicanos, incluindo atividades de aliciamento, imprensa, fornecimento de documentos falsos, homízio de terroristas, etc. Em consequência das declarações dos dois religiosos, foram desencadeadas, dentro do maior sigilo, as prisões dos integrantes do setor de apoio em São Paulo, incluindo outros religiosos dominicanos.

Frei Fernando admitiu que era o responsável pela coordenação das atividades do setor de apoio da ALN em São Paulo e que mantinha contatos com Marighela, desde a saída de Frei Osvaldo de São Paulo; em junho. Marighela combinou que, quando desejasse fazer contato com os dominicanos, ele, ou um preposto, ligaria para a Livraria Duas Cidades, na Rua Bento Freitas nº 158, em São Paulo, de propriedade dos dominicanos, e, através de senhas pré-estabelecidas, marcaria o contato no Rio de Janeiro ou em S. Paulo, em horários e lugares pré-combinados.

A senha "*Aqui é o Ernesto*", ou "*aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica*" significava que o contato seria na Alameda Casa Branca, na altura do nº 800, às 20 horas, em São Paulo.[43] Já a senha "*Aqui é o Ernesto*" ou "*aqui é por parte do Ernesto. A tradução está pronta e você pode vir buscá-la*" estabelecia que o contato seria na esquina da Rua Dias da Cruz com Rua Carolina Santos, no Méier, na cidade do Rio de Janeiro, às 20 horas.

Após colaborar nas prisões e confessar o esquema de contato com Marighela, Frei Fernando foi levado, no dia 4, para o seu local de trabalho, na Livraria Duas Cidades. Ao atender ao telefone, às 16 horas e 30 minutos, escutou: "*Aqui é por parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica*".

A partir daí, foi montado um dispositivo, e os freis Ivo e Fernando dirigiram-se para o local do encontro, no Volkswagen da organização que se encontrava no nome de Roberto Barros Pereira. Quinze minutos antes da hora combinada, o carro dos dominicanos estacionou em frente ao nº 800 da Alameda Casa Branca e desligou as luzes. Toda a área em redor estava sendo vigiada.

Cerca de 19 horas e 50 minutos, desceu a rua, a pé, um indivíduo mulato, indo parar próximo do carro onde se encontrava um delegado do DEOPS/SP com a investigadora Estela Borges Morato, representando um casal de namorados. O delegado, simulando estar se sentindo incomodado com a indiscrição do tal indivíduo, ligou o

[43] Antes desse local era utilizada a Rua Teodoro Sampaio, na altura do nº 40, mas foi mudado, pois Marighela o achava muito perigoso.

carro, arrancou até uns poucos metros adiante, parou e desligou as luzes. Em seguida, continuou encenando o namoro. O desconhecido permaneceu observando o carro do delegado por cerca de cinco minutos, após o que, desceu a rua, passou pelo carro, parou novamente e seguiu no sentido rua abaixo.

Às 20 horas, Carlos Marighela subiu a Alameda Casa Branca, no sentido contrário ao percorrido pelo seu segurança. Caminhava pela calçada oposta a que estava estacionado o carro dos religiosos. Quando atingiu a altura onde estava parado o carro, atravessou a rua em linha reta e, aproximando-se do veículo, cumprimentou os frades. Frei Fernando desceu do carro para permitir a entrada de Marighela no banco traseiro.

Neste exato momento, a equipe de policiais que estava próxima, acercou-se do carro e deu voz de prisão, ordenando que Marighela saísse com as mãos para o alto. Conforme o combinado, os dominicanos saltaram do carro. Marighela, ao invés de obedecer, abriu uma pasta de couro que trazia consigo e tentou empunhar um revólver Taurus calibre 32. Diante do gesto de resistência, os policiais atiraram. Quase que instantaneamente, estabeleceu-se violento tiroteio na Alameda Casa Branca. Os demais veículos do dispositivo cercaram o quarteirão, mas não conseguiram impedir a fuga de dois carros suspeitos.


FOLHA DA TARDE

METRALHADO MARIGHEL
CHEFE GERAL DO TERRO

Um terceiro carro, marca Buick, com um ocupante, rompeu o cerco policial e continuou a avançar, mesmo após tiros e gritos de advertência e de ter um dos pneus traseiros furado. Dando a nítida impressão de tratar-se da cobertura de Marighela, o veículo foi metralhado, tendo seu único ocupante falecido no local. Tratava-se de Friedrich Adolf Rohmann, residente à Rua Flórida nº 135, em Santo Amaro, dentista, sem antecedentes criminais ou policiais. Pelo que foi apurado, Friedrich sofria de neurose de guerra e deve ter sofrido um desequilíbrio emocional ao ouvir o tiroteio, tentando romper o cerco policial.

Carlos Marighela usava roupa esporte e tinha nos bolsos alguns rascunhos, miudezas, cerca de mil dólares e 2 cápsulas de cianureto. Usava identidade falsa, em nome de Mário Reis Barros, expedida pelo Instituto Pereira Faustino, do Estado do Rio de Janeiro.

Tempo: bom, nebuloso e inst. no anoitecer. Temp.: em elevação. Ventos: Este, fraco. Visib.: boa. Máxima: 29,0. Mínima: 17,7 (Detalhes na 1ª pág. do C. de Classificados)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quarta-feira, 5 de novembro de 1969 — TERCEIRO CLICHÊ — Ano LXXIX — N.º 181

Marighela morre metralhado em São Paulo

Ciclamato sai do mercado até fim de exames

Desde ontem está proibido o emprêgo de ciclamatos em alimentos e bebidas nacionais. A decisão foi tomada pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, e vai perdurar até as conclusões dos estudos científicos que estão sendo feitos pelo Ministério da Saúde sôbre os efeitos da substância.

Os meios científicos dos Estados Unidos analisaram ontem com ceticismo o primeiro isolamento do vírus da leucemia, tarefa inédita conseguida por uma equipe de pesquisadores da Universidade escocesa de Glasgow. Os cancerologistas norte-americanos admitiram, no entanto, que o feito contribui para antecipar a cura da moléstia.

O chefe do Departamento de Virologia da Universidade do Texas, Dr. Leon Dmochowsky, declarou que "dificilmente a descoberta de Glasgow seria um grande acontecimento." O redator científico da Sociedade Norte-Americana de Combate ao Câncer criticou os cientistas escoceses por "exagerarem um pouco o seu trabalho." (Págs. 9, 13 e Caderno B)

A BATALHA PERDIDA

Ao ver que fôra atraído à uma cilada, Marighela correu para o Volkswagen, onde acabou metralhado

O chefe terrorista Carlos Marighela foi morto pela polícia com uma rajada de metralhadora, ontem à noite, em São Paulo, quando tentava entrar num Volkswagen azul, na esquina das Alamêdas Lorena e Casa Branca, onde se encontraria com dois padres presos que serviam de isca.

Carlos Marighela, que chegara ao local numa camioneta Willys, não atendeu à voz de prisão que lhe deu o delegado Fleury, do DOPS, e foi atingido pela rajada no peito e na cabeça, enquanto os seus dois companheiros reagiram a tiros, matando a investigadora Estela de Barros Borges, que participava da operação.

A polícia descobriu a maneira de encontrar Carlos Marighela há dias, quando prendeu 11 padres num convento do bairro do Paraíso. Dois dêles se dispuseram a colaborar com a polícia na prisão de Marighela e agacharam-se na parte de trás do Volkswagen quando o terrorista foi atingido pela rajada de metralhadora.

ACHADOS E PERDIDOS

Quanto ao tiroteio que envolveu os policiais empenhados na operação, ficou razoavelmente esclarecido que os dois carros que conseguiram escapar faziam parte da segurança de Marighela e, na penumbra da rua e sem ter noção exata do que ocorria, seus ocupantes resolveram abrir a bala o caminho para a fuga.

No entrevero, o delegado do DEOPS/SP Rubens Cardoso de Mello Tucunduva foi ferido a bala na coxa esquerda. A investigadora do DEOPS/SP Estela Borges Morato, atingida gravemente na cabeça, veio a falecer no dia 7 de novembro.

O terror perdia o seu maior inspirador. Os Freis Fernando e Ivo, depositários da confiança de Marighela, fraquejaram diante da realidade da prisão e do desmascaramento.

TERCEIRO CLICHÊ — JORNAL DO BRASIL — Quarta-feira, 5/11/69 — 1.º Caderno

FIM DE UM AGITADOR

Telefoto JB-UPI

O terrorista Carlos Marighela tombou atingido por uma rajada de metralhadora no peito e na cabeça

Marighela morre em São Paulo ao cair numa cilada do DOPS

São Paulo (Sucursal) — Atraído a uma cilada por dois padres presos pela polícia e usados como isca, o ex-Deputado comunista Carlos Mari- [...] e um na cabeça, caindo deitado no assento traseiro do carro.

Os dois companheiros do ex-Deputado reagiram a tiros, ferindo gravemente a investiga- [...] banco da frente do carro do delegado Fleury quando foi atingida na cabeça por um dos tiros disparados pelos terroristas. O carro, um Chevrolet [...] meio da Alaméda Casa Branca com as lanternas traseiras acesas. O homem não fôra identificado até as primeiras horas de hoje.

MARIGHELA O SUBVERSIVO

Departamento de Pesquisa

Carlos Marighela que completaria 58 anos de idade no próximo dia 5 de dezembro, era filho de pai italiano e mãe negra. Nasceu em Salvador e entrou para o Partido Comunista quando estudava Engenharia. Prêso várias vêzes, não conseguiu terminar o curso, que abandonou no terceiro ano. Mas era aluno brilhante e certa vez fêz toda uma prova em versos.

O DEPUTADO

No Estado Nôvo, Marighela alternou tempos de prisão com períodos de intensa atividade política clandestina. Anistiado em 1945, foi eleito Deputado federal pela Bahia para a Constituinte de 1946, pelo Partido Comunista, que recuperara a legalidade.

Na Câmara, pertenceu à Mesa, como 4.º secretário. Em menos de dois anos pronunciou 195 discursos.

Em 1947 seu mandato foi cassado, juntamente com o de seus 13 companheiros de bancada.

Voltou à clandestinidade e foi enviado para São Paulo, já como um dos principais dirigentes comunistas brasileiros. Em breve estaria no Comitê Central do PCB, e em seguida foi promovido ao Presidium e ao Secretariado.

PRISÃO EM 1964

Depois de alguns anos de atuação política aberta, os comunistas gozando de plena legalidade de fato, Marighela mergulharia mais uma vez na militância clandestina, após a vitória da Revolução de 1964. No dia 9 de maio daquêle ano, foi localizado pela polícia dentro de um cinema na Tijuca. Resistiu à prisão, lutou contra um contingente de policiais e foi atingido por três tiros, um dêles no peito.

Depois de medicado e interrogado no Rio, foi levado a São Paulo, para novos interrogatórios. Deixou a prisão no dia 10 de junho, por fôrça de um habeas-corpus. Em livro que publicou sôbre o episódio — Porque Resisti à Prisão — Marighela assim se refere à viagem do Rio a São Paulo, feita na parte traseira de um carro especial, todo fechado, para transporte de presos: "Senti-me como Gagarin, quando realizava seu vôo espacial."

ROMPIMENTO

Em agôsto de 1967, contrariando ordens do PCB, participou da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Cuba. Não concordava mais com as teses de seus companheiros de mais de 30 anos de comunismo, sôbre a possibilidade de tomarem o poder por outra via que não a luta armada. Em Cuba publicou um artigo na revista Pensamento Crítico, atacando a passividade do comunismo pró-Moscou e aderindo às idéias de focos insurrecionais e de guerrilhas, defendidas por Regis Debray e Ernesto Che Guevara.

Alguns meses depois de voltar da conferência da OLAS, Marighela foi expulso do PCB e fundou o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Para Prestes, seu chefe durante tantos anos, deixara de ser um correligionário, transformando-se num "patriota equivocado."

JORNAL DO BRASIL □ Quarta-feira, 5/11/69 □ 1.º Caderno

Marighela morre em São Paulo ao cair numa cilada do DOPS

São Paulo (Sucursal) — Atraído a uma cilada por dois padres presos pela polícia e usados como isca, o ex-Deputado comunista Carlos Marighela morreu metralhado pelo DOPS ontem à noite, na esquina das Alamedas Lorena e Casa Branca, quando usava uma peruca castanha.

Duas investigadoras participaram da diligência, fingindo-se de namoradas de outros policiais que vigiavam o local do encontro, e uma delas, Estela de Barros Borges, foi mortalmente atingida na cabeça no tiroteio que os dois acompanhantes de Marighela travaram com os agentes do DOPS, antes de serem presos.

O ENCONTRO

Dias atrás a polícia prendeu 11 padres em um convento do Paraíso; dois dos padres presos ajudaram a arquitetar um plano para a captura de Carlos Marighela, marcando com êle um encontro para tratar de uma programação subversiva.

Pouco antes das 21 horas o local do encontro estava vigiado pelo DOPS e a Polícia Federal, com as duas investigadoras — Estela e Ana Teresa Leite — fingindo-se de namoradas de dois dos agentes. Marighela chegou com os dois companheiros em uma Rural Willys. Só o ex-deputado desceu, dirigindo-se a um Volkswagen azul (chapa SP ..... 24-69-28) onde os dois padres o aguardavam.

Ao atravessar a rua, ouviu o delegado Fleury, do DOPS, gritar: "Pare ou atiro." Marighela correu para o Volkswagen, e já tinha conseguido entrar (enquanto os dois padres se agachavam) quando foi atingido por vários tiros no tórax e um na cabeça, caindo deitado no assento traseiro do carro.

Os dois companheiros do ex-Deputado reagiram a tiros, ferindo gravemente a investigadora e levemente o delegado Rubens Tucunduva, do DOPS, atingido de raspão.

BEM ARMADO

Ao entrar no Volkswagen, Marighela levava uma maleta preta com várias armas, mas não teve tempo de usa-las. O vidro da frente do carro foi perfurado por cinco tiros; a camioneta onde estavam os outros dois terroristas também ficou esfilhaçada. Os policiais do DOPS, todos com metralhadoras e revólveres, foram colocados em pontos estratégicos e afastaram das imediações vários casais de namorados.

Os agentes acreditam que Marighela desconfiou da movimentação e falou qualquer coisa com os companheiros. Foi por isso que reagiram tão ràpidamente à ação policial.

— Se êles não estivessem preparados não teriam nenhuma possibilidade de reação e nós os prenderíamos mais fàcilmente. Marighela estava bem armado, mas o tempo que levou para abrir a maleta foi suficiente para que o acertássemos — disse um investigador.

A investigadora Ana Teresa Leite disse que os terroristas também haviam montado um esquema de segurança no local do encontro de Marighela com os padres.

— Via-se claramente que alguns homens estavam só espreitando de uma maneira estranha. Isto não é normal. Depois êles desapareceram.

A policial informou também que sua companheira Estela de Barros Borges estava no banco da frente do carro do delegado Fleury quando foi atingida na cabeça por um dos tiros disparados pelos terroristas. O carro, um Chevrolet 57, recebeu mais de cinco tiros; seus vidros dianteiros e traseiros ficaram destruídos.

NINGUÉM VIU

A maioria dos moradores das proximidades da esquina das Alamêdas Lorena e Casa Branca não viu nem escutou nada — pois estava assistindo ao jôgo Corintians e Santos pela televisão. Só saíram à rua quando ouviram as sirenas das radiopatrulhas e o jôgo estava no intervalo.

Seis radiopatrulhas interditaram o trânsito no local, com ordens de não deixar ninguém passar até o local onde Carlos Marighela foi morto.

Os prédios das imediações foram inteiramente revistados, pela Polícia Federal. A Polícia Técnica chegou às 22 horas e constatou que Marighela vestia terno cinza com camisa azul, alem de uma peruca castanha que caiu no chão do Volkswagen quando êle foi atingido pela rajada de metralhadora.

Os policiais do DOPS diziam que o plano para a captura de Marighela era antigo elaborado a partir da prisão de alguns de seus auxiliares mais diretos. Não adiantaram maiores detalhes, afirmando que depois o delegado Fleury explicaria tudo.

OUTRO MORTO

Um homem que passava com seu Buick 52, na hora do tiroteio, desobedeceu à ordem de parar e foi metralhado pelos policiais, morrendo sôbre o volante do carro, que parou no meio da Alamêda Casa Branca com as lanternas traseiras acesas. O homem não fôra identificado até as primeiras horas de hoje.

O corpo de Carlos Marighela foi levado para o Instituto Medico Legal para a autópsia.

A investigadora ferida morreu quando era socorrida no Hospital das Clínicas.

Os dois companheiros de Marighela foram levados para o DOPS e tôda a região — o Jardim Paulistano — estava cercado pela polícia e interditado a qualquer trânsito.

PRISÕES

A polícia revelou na madrugada de hoje que prendeu várias pessoas que estavam nas proximidades do local onde foi morto o líder terrorista Carlos Marighela, levando todos para o DOPS, onde estão sendo ouvidos, com o objetivo de se saber as possíveis ligações dêstes elementos com o ex-Deputado comunista.

O DOPS montou um esquema para a operação-captura de Marighela, com quatro equipes: a primeira foi a que travou o tiroteio e matou o líder terrorista; a segunda efetuou diligências nas imediações do tiroteio, com várias prisões; a terceira é a que está realizando os interrogatórios, e a quarta está fazendo investigações para prender os elementos restantes da quadrilha de Carlos Marighela.

O delegado Rubem de Melo Tucunduva, ferido na perna durante o tiroteio, em que morreu Carlos Marighela e na madrugada de hoje já estava trabalhando no DOPS. Disse que está bem fisicamente, não havendo problema que o impeça de trabalhar.



O terrorista Carlos Marighela tombou atingido por uma rajada de metralhadora no peito e na cabeça


Marighella morto no veículo







19. ALN - Remanescentes reestruturam-se em São Paulo

Durante a última reunião de autocrítica, realizada por convocação de Marighela e por ele dirigida, em setembro, foi ressaltada a importância de São Paulo, principal ponto de sustentação da organização. Isto porque as coordenações regionais da Guanabara e de Minas Gerais se encontravam desorganizadas, sendo que a segunda estava praticamente desarticulada com a "queda" de Mário Roberto Zanconato e da maioria dos militantes da Corrente. Marighela mal podia prever que, a partir do final desse mês, exatamente a Regional de São Paulo seria profundamente afetada num processo que culminou com a sua própria morte e, em consequência, com a desestruturação de uma das mais bem montadas redes de apoio e dos Grupos de Ação (GA) do GTA de São Paulo.

Desarticulados os GA, Guiomar Silva Lopes, remanescente do grupo Fleury, assumiu sua direção. O grupo, que contava com cinco militantes, passou a usar a denominação de Comando "Virgílio Gomes". [44] A fim de auxiliar o soerguimento e a continuidade da ação do GTA, foram deslocados do Rio de Janeiro para São Paulo Carlos Eugênio Coelho Sarmento da Paz ("Clemente") e Ana Burnsztyn. A seguir, Édio Aparecido de Lima e mais um militante juntar-se-iam a esse grupo.

De qualquer forma, a constituição açodada de grupos, com desprezo pelas normas de segurança, demonstrava a falta de quadros para substituir os elementos preparados para a ação militar.

Em função das "quedas", a ALN, necessitando assaltar para sobreviver, solicitou e obteve apoio das organizações partidárias da luta armada, em São Paulo, para a realização de uma ação. Apoiada pela VPR, pelo MRT e pela REDE, a ALN realizou em 29 de dezembro

[44] Compunham o Comando “Virgílio Gomes”: Carlos Chaiderman, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, Aurora Maria do Nascimento Furtado, José Idézio Brianezi e Reinaldo Morano Filho.

de 1969, um assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.[45]

Os remanescentes fizeram uma avaliação da situação e concluíram que a união em frente, em função das diversas maneiras de atuar das várias organizações, só poderia ser realizada esporadicamente e, portanto, seria necessário refazer o GTA, que era a fonte de recursos da organização. Passaram, pois, a trabalhar com essa finalidade.



20. FALN - A aproximação com a Igreja e o seu desmantelamento

Em 1968, foram estimulados e desenvolvidos pela organização Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) os trabalhos de recrutamento em diversos municípios da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Foi, também, iniciada a estocagem de artigos diversos visando às atividades futuras da organização.

Mário Bugliani estendia o recrutamento à zona rural e Aurea Moretti à zona urbana. Os contatos iniciais com membros do "clero progressista" eram feitos através de Mário Lorenzato, que, em seguida, os passava a Aurea Moretti. No ano de 1968, a FALN aproximou-se da Igreja Católica, obtendo o apoio moral, financeiro e material de diversos de seus integrantes, dentre eles alguns favoráveis a luta armada.

Em 1969, buscando preparar e dinamizar o desencadeamento da luta armada, a FALN instalou o "Campo de Treinamento dos Comandos do Exército Popular de Libertação Nacional". As atividades do campo eram reguladas pelo "Regimento Interno do Campo de Treinamento", cujos artigos caracterizavam o empirismo da organização e, também, o sofrível nível militar de seus integrantes.

---

[45] Pela ALN participaram: todo o comando "Virgílio Gomes", Ana Burnsztyn e Antônio dos Três Reis de Almeida.

O primeiro campo, instalado nas matas das proximidades da Fazenda Capão da Cruz, foi destruído pelo fogo. O segundo, nas matas da Fazenda Boa Vista, distrito de Guatapará, também em Ribeirão Preto, foi desmantelado pela polícia em outubro de 1969.[46] Neste campo, ainda em fase inicial de implantação, eram realizados exercícios de tiro e de técnicas de guerrilhas.

Em 1969, foi planejado por Mário Bugliani, com o assessoramento de Djalma Quirino de Carvalho e de César Marcelino da Silva, o sequestro de um membro da família Marchesi, usineiro abastado da região, o qual não se concretizou por falta de condições da organização e em razão dos acontecimentos de outubro desse ano.

Na noite de 12 para 13 de outubro, foi realizado um assalto à pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, de onde foi roubada grande quantidade de dinamite e estopim.[47]

A pronta ação dos órgãos de segurança, a partir desse roubo, desbaratou a FALN, impedindo que a organização efetivasse seus intentos criminosos. Ao ser desbaratada, a organização já se estendia pelos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Bebedouro, São Joaquim da Barra, Franca, São José dos Campos, Bauru e São Paulo. Foram presos cerca de 50 militantes e apreendido farto material destinado à luta armada, como uniformes de campanha, armas, munição e explosivos. Só em São Paulo, capital foram “estourados" três "aparelhos" da organização.

Dentre os vários “aparelhos" da FALN, destacava-se o do “Lar Santana", considerado como o centro nervoso da organização. Deste "aparelho" só tinham conhecimento três elementos da cúpula terrorista: Wanderley Caixe, Mário Lorenzato e a madre Maurina

---

[46] O responsável pelo campo era Mário Bugliani, que recebeu o titulo de "capitão". Sob sua responsabilidade, foram adestrados: José Felipe, Geraldo Nascimento, Agostinho Muniz Batista, Paulo Antônio Paleiros Rocha, Cesar Marcelino da Silva e Djalma Quirino de Carvalho.

[47] Participaram da ação: Wanderley Caixe, Vicente Alessi Filho, Antônio Inocêncio Gomes, José Ivo Vanucchi, Nelson Agenor Toneta, Mário Lorenzato, João Carlos Nicolau e Silvio Rego Rangel.

Borges da Silveira. Nele, eram guardados os principais documentos da organização. Os planos de tarefas futuras, o diário do líder da organização, uma parte da munição e de ácidos para a confecção de explosivos, os esquemas de assaltos e diversos panfletos subversivos ficavam sob a guarda da Irmã Maurina.

Do material existente no "aparelho", pouca coisa restou. Madre Maurina, na condição de religiosa, conseguiu delongar com evasivas, por mais de uma semana, a confissão de sua implicação com a organização. Desta forma, obteve o tempo necessário para destruir a documentação que serviria de prova no inquérito instaurado.

As investigações procedidas, durante a ação policial, revelaram a participação de seis padres do "clero progressista" junto ao setor logístico da organização. Dentro da documentação apreendida, um relatório elaborado por Áurea Moretti, em setembro de 1969, estampava as contribuições financeiras feitas conscientemente pelos religiosos; bem como as suas ideias favoráveis à luta armada. [48]

Madre Maurina que, à sombra da caridade prestada através do Lar Santana, escondia munição e explosivos nas dependências da entidade, foi banida do Brasil, trocada pela vida do cônsul japonês Nobuo Okuchi.

Na realidade, a extinta FALN comportou-se muito mais como um grupo do que como uma organização. Não possuía uma linha política definida nem uma estrutura que a tornasse operacional, carecendo, ainda, de elementos capacitados a dirigi-la militar e politicamente.

Nascida sob a inspiração das ideias de Marighela, a FALN, caso vingasse, tornar-se-ia mais um grupo revolucionário com autonomia tática, mas tutelado estrategicamente pela orientação emanada pelo líder da ALN.



[48] Eram citados nominalmente, no relatório de Áurea, os padres: Angélico Sândalo Bernardino, Enzo Campos Gusso, João Rípoli, Plinio Toldo, Luís Eugênio Peres e Joaquim Correa Leandro.

21. Marx, Mao, Marighela e Guevara - M3-G

Edmur Péricles de Camargo era um homem de confiança de Marighela. Após se exilar no Uruguai, em 1964, retornou e voltou a militar no PCB, sendo setorizado no Comitê Estadual de São Paulo (CE/SP), ficando responsável pela impressão dos órgãos comunistas "Tema" e "Combate".

Com o afastamento de Marighela do PCB e a criação do Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), Edmur o acompanhou, desligando-se, também do partido. Em agosto de 1968, Edmur foi enviado a Brasília para fazer um levantamento da região e verificar a possibilidade de instalação de uma área de treinamento de guerrilhas nos arredores das cidades de Formosa, Posse, São Romão, Pirapora e São Domingos.

Realizado o levantamento, Edrnur recebeu ordem de aguardar em Brasília novas instruções da organização. Ali permaneceu por dois meses, até que foi orientado para se encontrar com Marighela em Formosa, no Estado de Goiás. No encontro, Edmur concluiu pela inviabilidade do projeto de implantação de uma área estratégica, tendo em vista as condições fisiográficas desfavoráveis e a falta de motivação dos habitantes locais. Na mesma ocasião, Edmur apresentou um plano de ocupação da cidade de Unaí, em Minas Gerais, que Marighela ficou de apreciar junto com a Coordenação Nacional.

Na verdade, o projeto foi descartado desde o início pela sua inviabilidade prática. Edmur queria dar um passo maior do que as pernas - não possuía meios suficientes para realizar a ação. [49] Desgastado, por considerar-se o comandante da área de Goiás, Edmur dirigiu-se a São Paulo para pedir explicações a Marighela.

---

[49] Em fevereiro de 1969, o militante José Gomes da Silva ("Ricardo”) fez contato com Edmur em Brasília e informou que o plano de ocupação de Unaí tinha sido rejeitado.

Em São Paulo, no primeiro encontro com Marighela, não foi possível tocar no assunto, considerado de caráter secreto, pela presença de dois estudantes na reunião. Edmur ficou aguardando um novo encontro com o chefe da ALN, durante dois meses, mantendo contatos semanais com "Toledo". Contrariado com o que considerava pouco caso de Marighela, Edmur entregou a "Toledo" uma carta pedindo desligamento da ALN. [50]

No início de maio, Edmur viajou para Porto Alegre, onde, com os contatos que possuía, esperava continuar seu trabalho revolucionário. No Rio Grande do Sul, Edmur tentou integrar-se nas organizações que ali atuavam, mas foi delicadamente recusado, pois era considerado "queimado" em todo o País, o que colocava em risco as estruturas existentes no Sul. Tal fato fez com que Edmur partisse para a estruturação de um grupo próprio.

Através de um antigo militante do PCB, Miguel Marques, Edmur contatou Jorge Fischer Nunes. Miguel concordou com a formação de um grupo tático independente, que tomou o nome M2-G (sigla que homenageava Marx, Mao e Guevara). O grupo propunha-se a atuar em frente com outras organizações do Rio Grande do Sul, caso fosse necessário. Miguel Marques ficou como elemento de ligação entre o M2-G e as outras organizações.

Através de Miguel Marques, Índio Brum Vargas aproximou-se de Edmur levando consigo alguns seguidores. O M2-G foi engrossado no contato feito com as outras organizações. Da VAR-Palmares aproximaram-se de Edmur, Ataíde Teixeira, Paulo Roberto Telles Frank e Gustavo Buarque Schiller; da VPR, o ex-tenente do Exército Dario Viana dos Reis; e do PCB, Bertolino Garcia da Silva. Também

---

[50] Na carta, Edmur acusava Marighela de "*centralismo autocrático*" por contrariar um dos princípios da ALN de liberdade tática de atuação dos grupos. Influenciado pelo resultado do levantamento da área de Goiás, Edmur expos a opinião de que a guerrilha rural era insubsistente sem a guerrilha urbana, que não deveria ter o caráter secundário e diversionista preconizado por Marighela. Finalizando sua carta, Edmur não concordava com o emprego indiscriminado da violência, que "queimava" o militante, fazendo-o viver totalmente da organização.

do POC o M2-G teve a colaboração, com a participação de alguns militantes.

O M2-G resolveu partir direto para a ação e, no dia 13 de junho, Edmur assessorado por Jorge Fischer, assaltou a Caixa Econômica Federal da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre. O dinheiro arrecadado destinou-se à montagem da infra-estrutura do grupo, através de Índio Vargas e Miguel Marques, que se encarregaram de alugar "aparelhos". Em 23 de julho, foi assaltada a agência Petrópolis do Sulbanco, em Porto Alegre.

No início de outubro, o líder do M2-G viajou para São Paulo para saber a solução dada pela Coordenação Nacional da ALN a seu pedido de desligamento. Naquela ocasião, a ALN vivia uma crise de segurança, com as "quedas" de setembro e outubro e Edmur não conseguiu contato com Marighela. Enquanto tentava a aproximação, tomou conhecimento pelo rádio da morte de Marighela. Nada mais restava a fazer em São Paulo. Abalado com a morte de seu antigo líder, Edmur, ao retornar a Porto Alegre, prestou-lhe homenagem modificando o nome de seu grupo para M3-G (ou seja: Marx, Mao, Marighela e Guevara).

A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3-G assaltou mais três estabelecimentos de crédito no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a agência Tristeza do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre e, finalmente, a agência Viamão do Banco do Brasil, em 2 de março, em Viamão.[51]

O fim do M3-G foi apressado pela tentativa frustrada de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, Curtis Cutter, em 4 de abril de 1970, realizado pela VPR. A intensificação da atividade policial atingiu em cheio a organização de Edmur, que foi preso em abril de 1970, junto com os treze integrantes de seu grupo.

---

[51] Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles de Camargo tomou parte em todas as ações

Ao ser preso, Edmur já tinha planejado, dentro de seus desvarios, uma "grande ação", com a ocupação da cidade de Caxias do Sul e a distribuição de gêneros alimentícios para toda a população. Planejava, também, a montagem de uma estrutura militar na cidade de Unaí, em Minas Gerais, a mesma cujo planejamento de ocupação causara seu afastamento da ALN.

Dessa forma, teve fim o M3-G, nascido da vaidade contrariada de um megalômano que não aceitou a interferência da direção da ALN nos seus planejamentos irreais.



22. O PC do B e a Guerra Popular

Com o objetivo de desenvolver a luta armada no campo, o PC do B iniciou, em 1966, os primeiros reconhecimentos para definir a área de implantação de um foco guerrilheiro. Nesse ano, Osvaldo Orlando Costa - militante do partido, com treinamento de guerrilha na República Popular da China e oficial da reserva do Exército, formado no CPOR do Rio de Janeiro - foi deslocado para a região sul do Pará, norte de Goiás, que mais tarde se constituiria na principal área de campo do partido. Nesse ano ainda, Wladimir Ventura Torres Pomar juntamente com Nelson Lima Piauhi Dourado e um elemento de codinome "Augusto", passaram a residir em um sítio adquirido em Colinas, no Estado de Goiás, município situado ao longo da rodovia Belém-Brasília e a 100 km ao sul de Araguaína. A missão principal recebida pelo grupo era o reconhecimento da área num raio de aproximadamente 30 km. Os componentes do grupo deveriam trabalhar como agricultores garantindo a própria subsistência e travar contato fazendo amizade com os vizinhos. O grupo deveria, no futuro, servir de apoio à guerrilha. As informações levantadas deviam ser passadas a João Amazonas de Souza Pedroso ou a Ângelo Arroyo.

Em 1967, João Carlos Haas Sobrinho foi deslocado para Porto Franco, no Maranhão, onde abriu uma clínica médica que, com o tempo, evoluiu para um hospital.

Após os reconhecimentos realizados, a Comissão Militar (CN), ligada diretamente à Comissão Executiva (CEx) e integrada por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, havia escolhido a região do baixo Araguaia, no sudeste do Pará, como área prioritária para a instalação do núcleo guerrilheiro. Até o finai do ano desembarcariam nessa área mais cinco militantes do Partido.[52] No início de 1968, uniu-se a eles André Grabois.

Esses primeiros militantes estabeleceram-se comercialmente na área adquirindo uma farmácia e pequenos armazéns, onde vendiam os artigos que interessavam aos habitantes locais e deles compravam o que produziam. Utilizavam-se de um barco que permitia a compra e venda ao longo dos rios.

O estabelecimento desse comércio em diversos lugarejos permitia aos subversivos exercer um efetivo sistema de informações, com o controle e a identificação dos estranhos que chegassem à área possibilitando, também, o sustento dos militantes que lá se encontravam e a compra de "direitos de posse", em glebas que se localizavam no interior da selva.

Em janeiro de 1969, numa casa em São Paulo, o PC do B realizou uma reunião de sua Comissão Executiva (CEx).[53] Ainda nesse mês, o Comitê Central (CC) publicou o documento "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil", no qual reafirma que a primeira etapa da revolução será "nacional e democrática", englobando "amplas massas da população", as quais, dirigidas pelo "partido do proletariado", desencadearão a luta armada no campo, através da "guerra de guerrilhas", visando à criação de um "Exército popular". Às cidades estarão reservados os movimentos de massa, a fim de obrigar "*a reação a conservar nas cidades ponderáveis forças militares*". A luta armada deverá ser prolongada com o "curso de uma guerra de vários anos", apoiada nos recursos existentes no próprio

---

[52] Deslocaram-se para o sul do Pará em 1967: Maurício Grabois, Elza de Lima Monerat, Líbero Giancarlo Gontiglia, Daniel Ribeiro Callado e Paulo Mendes Rodrigues.

[53] Integravam a CEx: João Amazonas, Lincoln Cordeiro Oest, Pedro Carlos Nicolau Danielli, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, além dos suplentes Dynéas Fernandes de Aguiar, Luiz Guilhardini e Manoel Jover Telles.

País. [54] O documento afirma que "*no curso da Guerra popular, elementos isolados e até mesmo unidades das Forças Armadas tendem à desagregação e não terão grande combatividade. Sua tradição militar é quase nula. Empenharam-se pouquíssimas vezes em renhidos combates. A Guerra popular derrotará as Forças Armadas*".

Em 1969, deslocaram-se para a região do baixo Araguaia mais cinco militantes.[55] Os elementos deslocados para a área eram de absoluta confiança da direção partidária e a missão dos mesmos era preparar o caminho para receberem um maior e mais contínuo fluxo de militantes.

Em dezembro de 1969 o CC do PC do B reuniu-se novamente em seu "aparelho" na capital paulista, quando aprovou o documento "*Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo*", através do qual foi lançado um "movimento de revolucionarização ideológica no Partido", a fim de desencadear a Guerra Popular no campo. Por esse documento, os diversos Comitês do PC do B deveriam tornar as medidas que assegurassem "*o envio de elementos para o campo, estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas*".

Em consequência, criaram-se seções-militares nos comitês regionais e municipais, encarregadas de selecionar os futuros "guerrilheiros". O PC do B preparava-se para a luta. João Amazonas, com sua pena, faria dezenas de jovens pegarem em armas e embrenharem-se nas matas do Araguaia.



[54] Colocando como seu principal inimigo os "imperialistas norte-americanos" e as Forças Armadas o documento comete um grosseiro erro de interpretação da realidade, ou om erro intencional ao afirmar que "ultimamente, os serviços secretos das Forças Armadas, em colaboração com a CIA, têm fomentado atos de terrorismo e assaltos a bancos".

[55] Nessa época foram deslocados os militantes: Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, Criméia Alice Schmidt Almeida, Gilberto Olímpio Maria, João Bispo Ferreira Borges e José Humberto Bronca.

23. A consolidação da Ala Vermelha

Nos primeiros dias de fevereiro de 1969, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (AV/PC do B) promoveu uma reunião num sítio próximo a São José dos Campos, no Estado de São Paulo, com a presença de 17 militantes. [56] Nessa reunião, foram tratadas as questões da direção e da linha da AV/PC do B. Concluiu-se que ela não era, até então, uma organização, mas sim um amontoado de partes que não se entendiam e nem se coordenavam, pela falta de uma linha política clara e objetiva. Resolveu-se criar uma Direção Nacional Provisória (DNP), composta por 11 membros, que teria a missão de elaborar uma linha política.[57] Era "provisória", temporária, porque teria que ser ratificada ou retificada por um futuro congresso da organização, que só a partir dessa reunião passou a chamar-se oficialmente de Ala Vermelha (AV).

Foi eleita, também, entre os membros da DNP, uma Comissão Executiva Nacional (CEN), composta por cinco membros e que teria uma função permanente.[58]

Foi ainda nessa reunião que se iniciaram as divergências da CEN com os membros do Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR), os quais, por estarem ligados ao trabalho mais secreto e clandestino da AV, queriam uma série de privilégios.

Estruturada com o nome definitivo, a AV reiniciou a sua série de ações armadas, em São Paulo: em 15 de março, sequestro do

---

[56] Estiveram presentes: Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Paulo Cavalcanti Brasil, João Francisco de Pinedo Kasper, Paulo de Tarso Giannini, Fernando Sanna Pinto, Felipe José Lindoso, Paulo Ribeiro Martins, Olyr Batista Corrêa, Renato Carvalho Tapajós, Jaime de Almeida, José Moreira Chumbinho, Devanir José de Carvalho, Edgard de Almeida Martins, James Allen Luz e Raimundo Gonçalves Figueiredo.

[57] A primeira DNP da AV ficou constituída pelos 11 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

[58] A primeira CEN da AV ficou constituída pelos 5 primeiros militantes citados dentre os que compareceram à reunião.

soldado da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP) Valdeir Gomes, a fim de que elementos da organização escapassem de uma vistoria de carros, em Osasco; em 17 de março, assalto ao Banco F. Barreto, em Osasco, com o roubo de mais de 8 mil cruzeiros; em 7 de abril, assalto ao Banco Francês-Italiano, na Avenida Utinga, em Santo André, de onde foram levados mais de 17 mil cruzeiros; em 14 de abril, assalto à Kombi do Banco Francês-Italiano, na Alameda Barão de Campinas, com o roubo de 20 mil cruzeiros - nesta ação foram assassinados o motorista Francisco Bento da Silva e o guarda bancário Luiz Ferreira da Silva;[59] em 19 de maio, tomada da Rádio Independência, de São Bernardo do Campo, para a transmissão de uma fita gravada por Derly José de Carvalho a propósito do Dia do Trabalho; em 5 de maio, assalto ao Banco de Crédito Nacional, na Rua Pacaembu, na Vila Paulicéia, em São Bernardo, com o roubo de cerca de 250 mil cruzeiros; e em 14 de maio, ato de sabotagem contra a empresa de ônibus Jurema, no Jardim Santo Amaro, com o lançamento de "coquetéis Molotov" e o disparo de rajadas de metralhadora.

Em meados de maio de 1969, a DNP realizou uma reunião, em Santos, na qual a quase totalidade dos membros do GENR foi expulsa da AV, por seu extremo caráter militarista e por não acatar as ordens da CEN. O grupo expulso, liderado pelos irmãos Devanir e Derly José de Carvalho (este, membro da CEN), posteriormente veio a fundir-se com o "Grupo do Gaúcho", dando origem ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Cerca de dez militantes liderados por James Alen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo, descontentes com esses dois grupos viriam, em outubro de 1969, a ingressar na VAR-Palmares (VAR-P).

Apesar das expulsões, a AV prosseguiu nas ações armadas e executou, em Julho e agosto, três assaltos: na Casa Odeon, onde foram roubados seis mimeógrafos; na firma Kelmaq, de onde levaram grande quantidade de material gráfico; e no Banco de Minas Gerais, em Guarulhos, arrecadando quase 4 mil cruzeiros.

---

[59] Participaram da ação: Élio Cabral de Souza, Derly José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, Devanir José de Carvalho, James Allen Luz, Aderval Alves Coqueiro, Lúcio da Costa Fonseca, Gilberto Giovanetti, Ney Jansen Ferreira Júnior, Genésio Borges de Melo e Antônio Medeiros Neto.

Ao retornarem de um treinamento de tiro, em Embu-Guaçu, no dia 5 de agosto, foram presos cinco de seus militantes. As investigações procedidas levaram à descoberta, nos dois últimos dias de agosto, de três "aparelhos" da AV, com a apreensão de grande quantidade de armamento e munição, quando foram presos outros oito militantes da organização.[60]

Essas prisões levaram alguns militantes a afastarem-se da AV, dentre os quais João Francisco Pinedo Kasper, membro da CEN. Levaram, também, a AV a reformular a sua linha política, na tentativa de afastar-se do foquismo militarista que, segundo a visão de boa parte dos dirigentes, estava conduzindo a organização ao isolamento e à destruição. Assim, a CEN designou uma Comissão Auxiliar a fim de refazer a linha política da organização.[61] Em setembro, a Comissão reuniu-se e elaborou o documento denominado "Os 16 Pontos".

Ainda nesse mês, mais um membro da CEN, Paulo Cavalcanti Brasil, considerado o "teórico" da organização e que havia participado da comissão para a elaboração do documento "Os 16 Pontos", resolveu desligar-se, alegando "divergências políticas insuperáveis". Dos cinco membros da CEN eleita em fevereiro, só restavam dois.

Nos últimos dias de outubro e começo de novembro, a AV promoveu uma nova reunião, na qual foram aprovados os "Estatutos provisórios" e o documento "Os 16 Pontos" - que era uma autocrítica da AV - divergindo do seu documento básico anterior e atacando, violentamente, o foquismo.[62]

---

[60] Os cinco presos inicialmente foram: Sérgio Francisco dos Santos, Luiz Toledo de Barros, Vicente Sílvio Noschese, Leopoldo Felice Noschese e Trofimena Mafalda Felice Noschese. No final de agosto também foram presos: Nelson Brissac Peixoto, Carlos Yoshikano Takaoka, Mizael Pereira dos Santos, Alípio Raimundo Viana Freire, Renato Carvalho Tapajós, Laís Furado Tapajós, Vicente Eduardo Gomes Roig e Margarida Maria do Amaral Lopes.

[61] A comissão era composta por: Élio Cabral de Souza, Paulo Cavalcanti Brasil, Edgard de Almeida Martins e Paulo de Tarso Giannini.

[62] Em dezembro de 1967 a AV divulgara o "*Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*".

Com "Os 16 pontos", a AV não abandonava a estratégia da luta armada, mas a colocava numa visão mais ampla, a ser desencadeada após um trabalho de preparação junto às massas, como aparece no 12º "ponto":

> "*O trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias visa à educação, à preparação e à organização das massas para a luta política e para a luta armada (...)*"

Por esse documento, a AV caracterizou-se como a primeira organização subversiva a realizar a autocrítica do seu militarismo inconsequente e a repudiar o seu anterior foquismo. Com o decorrer dos anos, outras organizações alcançariam a mesma visão.

A AV encerrou o ano de 1969 com um ato simultâneo de sabotagem, ao lançar, em 16 de dezembro (Dia do Reservista), duas bombas contra as placas do Serviço Militar, uma nas proximidades do túnel Nove de Julho e a outra na Ponte Pequena, em São Paulo.

Apesar de dotada de uma nova linha política, a AV não abdicava das ações de sabotagem, propaganda armada e de "expropriação". O início do ano seguinte, entretanto, traria uma desagradável surpresa para a organização.



24. O surgimento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Expulso da Ala Vermelha, em meados do ano, o GENR transformou-se no Grupo de Expropriação e Operação (GEO). Liderado por Devanir José de Carvalho, reiniciou as ações armadas, assaltando a perua do Banco da América do Sul, nas proximidades da Avenida 23 de Maio, na capital paulista, da qual roubaram cerca de 50 mil cruzeiros.[63]

Tudo indicava que o grupo de Devanir, pela extremada violência, alcançaria projeção, entre as organizações comunistas que adotavam a luta armada. Entretanto, em consequência de investigações procedidas pela polícia, em 26 de maio, em Santo Amaro, foram presos oito de seus militantes.[64] Em seus aparelhos, a grande quantidade de armamento e munição, além de 91 "bananas" de dinamite, atestavam os propósitos desse grupo.

Debilitado pelas quedas, Devanir e o seu GEO iniciaram, no começo de julho, conversações com o "Grupo do Gaúcho", liderado por Plínio Petersen Pereira ("Gaúcho"), que também havia saído da AV no ano anterior. A intenção era a de fundir os dois grupos e estruturar uma nova organização.

Ao mesmo tempo, James Alen Luz e Raimundo Gonçalves de Figueiredo faziam contatos com a recém-surgida VAR-Palmares (VAR-P), através de militantes que haviam pertencido a Dissidência de São Paulo (DI/SP) e à VPR.

---

[63] O GEO era composto por quase duas dezenas de militantes, destacando-se os cinco irmãos "José de Carvalho":, conhecidos como os "irmãos Metralha". Além desses, compunham o grupo: Aderval Alves Coqueiro, Genésio Borges de Mello, Sérgio Massaro, José Anselmo da Silva, James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, José Couto Leal, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Ney Jansen Ferreira Júnior e Lúcio da Costa Fonseca, além de dois militantes com os codinomes de "Joaquim" e "Cláudio".

[64] Eram eles: Aderval, Genésio, Sérgio, José Anselmo e quatro dos "irmãos Metralha", Derly, Daniel, Jairo e Joel.

Assim, em 23 de julho, executaram, em "frente",[65] o assalto ao Bradesco da Rua Turiassu, no bairro de Perdizes, de onde foram arrecadados quase 7 mil cruzeiros.[66] Essa ação terminaria de forma trágica: Raimundo Gonçalves de Figueiredo baleou o soldado da FPESP Aparecido dos Santos Oliveira, que, já caído, recebeu o impacto de mais quatro tiros, desfechados por Domingos Quintino dos Santos. Foi o primeiro assassinato do grupo de Devanir.

Duas semanas depois, em 8 de agosto, o GEO e o "Grupo do Gaúcho" em "frente" com a REDE, assaltaram a agência da Light da Rua Siqueira Bueno, no bairro Belém, levando cerca de 15 mil cruzeiros.

Avultava, entretanto, o impasse entre os militantes dos dois grupos: integração à VAR-P ou formação de uma nova organização? Assim, durante dois dias, em meados de setembro, reuniram-se numa casa em Campos do Jordão. Como observadores foram convidados Eduardo Leite, pela REDE, Régis Stephan de Castro Andrade, pelo POC, "Altair", pela VAR-P, e Joelson Crispin, pela VPR. Ao final da reunião apenas sete militantes decidiram formar uma nova organização. Os demais optaram por ingressar na VAR-P. [67]

Em fins de setembro, esses sete militantes e mais Jorge Kurban Abrahão reuniram-se em São Paulo e criaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).[68]

---

[65] Em frente: conjuntamente (NE)

[66] Pelo GEO, participaram: Devanir, James, Raimundo, Ney e José Couto. Pelo Grupo do Gaúcho: Plínio, Domingos Quintino dos Santos e Chaouk Abbara. Pela VAR-P: Chael Charles Schreier, Roberto das Chagas e Silva e Carmen Monteiro dos Santos Jacomini, que se apavorou e fugiu. Também participou Eduardo Leite (“Bacuri”) que logo depois não aceitaria a VAR-P e iria formar a REDE.

[67] Optaram por uma nova organização: Devanir, Plínio, Waldemar, Armênio, Nelson Ferreira, João de Morais e Antônio André.

[68] Para o comando do MRT, foram eleitos: Devanir, Waldemar e Armênio, Plínio Petersen Pereira, o "Gaúcho" ficou como uma espécie de "assessor do comando", inclusive formalmente fora do Diretório Nacional (DN) constituído pelos outros sete militantes.

Como linha política, o MRT nada apresentou de novo e era mesmo bastante incipiente, procurando a violência pela violência. Seu único documento, a "Carta de Princípios", era o mesmo confeccionado por Plínio Petersen Pereira no ano anterior, mera cópia dos 25 pontos de Mao Tsé-tung e do PC da China.

Mas não eram essas as preocupações dos seus militantes: os objetivos e a estratégia diluindo-se a reboque da tática das ações armadas. Para ser militante do MRT, diziam, não era preciso ter boa formação política. Bastava saber apertar o gatilho e seguir o lema da organização: "*Se dez vidas tivesse, dez vidas daria*".

Nos seguintes 30 dias, o MRT executaria três assaltos em "frente" com a REDE.

Em 5 de outubro de 1969, a tentativa de assalto ao supermercado Peg-Pag, em Santo Amaro, acabaria em nova tragédia. Na aproximação de uma viatura da polícia, Devanir José de Carvalho baleou o soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima que recebeu, logo após, uma rajada de metralhadora disparada por Mocide Bucheroni, militante da REDE.

Ainda em outubro, Devanir, Plínio e Waldemar, com outros militantes da REDE, assaltaram uma perua da Heliogás, na Lapa.

No início de novembro, os mesmos três militantes assaltaram o carro pagador do INPS, também na Lapa, quando Devanir, "Bacuri"[69] e Denize Peres Crispim, estes dois da REDE, mataram um funcionário do INPS e feriram outro.

Logo após esse assalto, o MRT realizou uma reunião num aparelho em São João Clímaco, na qual compareceu todo o DN, com exceção

[69] Eduardo Collen Leite ("Bacuri") então com 25 anos, era um assassino desequilibrado, psicopata sanguinário, brutal, violento, feroz, impiedoso e temido, principalmente, por seus "companheiros" de terror. Sua marca registrada era atirar na cabeça das pessoas, matando mesmo quando não havia necessidade. A literatura de esquerda disseminada pelo Brasil o trata como "guerreiro", "herói", que "morreu depois de passar mais de 100 dias sendo torturado". Simplesmente mentiras. (NE)

de Jorge Kurban Abrahão. Foi aprovada então, a aquisição de oito chácaras em Itapecerica da Serra, com cerca de 120 mil m^2, para o homízio de militantes e a guarda de material, além de servir para área de treinamento de sobrevivência no mato, que seria ministrado por Plínio, possuidor de curso cm Cuba.

Em fins de novembro, realizou-se uma reunião entre militantes do MRT, da ALN, da REDE, da VPR e do POC, para a formação de uma "frente" político-militar. Em 26 de dezembro de 1969, houve a primeira ação armada dessa “frente", com o assalto simultâneo aos bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, quando roubaram cerca de 68 mil cruzeiros.

No ano seguinte, o MRT prosseguiria nas ações armadas.



25. A PCR atua no campo

A expulsão de Ricardo Zarattini em dezembro de 1968, abalou o Partido Comunista Revolucionário (PCR), em consequência da saída de seus inúmeros seguidores e pelo fim da entrada de dinheiro roubado pelo "Bom Burguês".

Mesmo assim, de acordo com a sua linha política, estruturou-se para atuar no campo, através do Conselho de Luta Camponesa e, em Recife, com o Conselho de Luta Estudantil e o Conselho de Luta operária.

Seu órgão oficial, "A Luta", saía regularmente além dos jornalecos "A Luta Estudantil" e "A Luta Operaria", para os setores específicos. Chegou inclusive, a montar uma área de treinamento de guerrilha, na região de Ribeirão, em Pernambuco, dirigida por Manoel Aleixo da Silva.

Entretanto, em 22 de novembro de 1969, a prisão de seu líder máximo, Amaro Luiz de Carvalho (“Capivara”), no sítio Borboleta em

Palmares, juntamente com os militantes Nuremberg Borja de Brito e Severino Fernando da Silva, iria desarticular a atuação do PCR no campo.



26. O fim do primeiro MR-8

No início de 1969, o MR-8 possuía um "Comando de Expropriações" que, após roubar 5 carros, realizou os seguintes assaltos ao depósito do Projeto Rondon, na Universidade do Estado da Guanabara, de onde levaram grande quantidade de material para ser usado no campo; ao Banco Lar Brasileiro, agência Ipanema, em 6 janeiro; e ao Banco Aliança S.A., agência Abolição, também na Guanabara, em 16 março.[70]

Em abril de 1969, apesar de já ter vários planos de assaltos a bancos, o MR-8 não mais precisou realizar esses roubos. Os cerca de 400 mil cruzeiros novos recebidos de Jorge Medes Valle, o "Bom Burguês", proporcionaram-lhe uma cômoda situação financeira. Com esse dinheiro, pretendia deslocar-se do Paraná e adquirir uma fazenda para treinamento de guerrilha em Santa Catarina, nas proximidades da Serra do Pires, entre as cidades de Mafra, Lages, Curitibanos e Rio do Sul.

Entretanto, uma série de prisões de militantes, desbaratou o MR-8. Em 15 de fevereiro já havia sido preso Umberto Trigueiros Lima. Em 4 de abril, foi a vez de Aluízio Ferreira Palmar, em Cascavel, no Paraná, após um acidente de trânsito. Ainda no Paraná, em 28 de abril, na cidade de Laranjeiras do Sul, foram presos Antônio Rogério Garcia Silveira, Ivens Marchetti de Monte Lima, Sebastião Medeiros Filho e Marcos Antônio Farias de Medeiros.

---

[70] O "Comando de Expropriações" era integrado por: Reinaldo Silveira Pimenta, João Manoel Fernandes, Ivens Marchetti de Monte Lima, Tiago Andrade de Almeida, Sebastião Medeiros Filho, Umberto Trigueiros Lima, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Ronaldo Fernando Martins Pinheiro, Luiz Carlos de Souza Santos, Marcos Antônio Farias de Medeiros, Gerardo Galisa Rodrigues, Joseph Berthold Calvert e Zenaide Machado.

A partir do início de maio, diversos "aparelhos" do MR-8 foram vasculhados na Guanabara e em Niterói, sendo presos doze militantes.[71] Ao mesmo tempo, outros "aparelhos" foram descobertos em Curitiba, onde houve a prisão de mais seis militantes da organização.[72]

Após essas quedas, os remanescentes, entraram em pânico e refugiaram-se em outras organizações. Mauro Fernando de Souza, o mesmo que deu o desfalque no Banco Mercantil de Niterói, ingressou no COLINA, sendo preso em 13 de agosto de 1969, em Petrópolis; Zenaide Machado ingressou na VPR; Joseph Berthold Calvert entrou para a ALN, sendo preso em 26 de outubro de 1969, na fronteira com o Uruguai; Ronaldo Fernando Martins Pinheiro nunca foi preso, apesar de ter sido condenado a 6 anos de reclusão. Menos sorte teve Reinaldo Silveira Pimenta, que, ao ser preso, em 27 de junho, se atirou do apartamento 510 da Rua Bolívar, 124, em Copacabana, um dos "aparelhos" do MR-8.

Na realidade, o MR-8, ex DI/NIT, ex MORELN, nunca passou de um pequeno grupo de pouco mais de 30 militantes. Com uma linha política pouco desenvolvida e sem uma liderança definida, viveu à custa do dinheiro arrecadado num desfalque e em dois assaltos a bancos. Quando pretendia desenvolver-se com os fundos conseguidos com o "Bom Burguês", as prisões de seus militantes acabaram com a organização. Por ocasião das "quedas", a imprensa noticiou com abundância de detalhes suas atividades, e a sua sigla, MR-8, ficou bastante conhecida. Alguns meses depois, em setembro de 1969, a DI/GB assumiria o nome MR-8, por ocasião do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos da América.



---

[71] Foram presos: Luiz Carlos de Souza Santos, Gerardo Galisa Rodrigues, Tiago Andrade de Almeida, Antônio Calegari, Hélio Gomes de Medeiros, Ziléia Reznik, Martha Mota Lima Alvarez, Milton Gaia Leite, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Rui Cardoso de Abreu Xavier, Ubirajara José dos Reis Loureiro e Paulo Amarante Barcellos.

[72] No Paraná, foram presos: César Cabral, Iná de Souza Medeiros, João Manoel Fernandes, Nilse Fernandes, Maria Cândida de Sousa Gouveia e Maria da Glória Oliveira Leite.

27. A DI/GB inicia as ações armadas e assume a sigla MR-8

Decidindo iniciar as ações armadas, a Dissidência da Guanabara (DI/GB) enviou, em janeiro de 1969, João Lopes Salgado para o interior da Bahia, a fim de comprar armas. Ao mesmo tempo, iniciou treinamentos de tiro numa fazenda próxima a Jequié, através de Cláudio Torres da Silva. Quatro meses depois, esses treinamentos intensificar-se-iam na praia do Peró, em Cabo Frio, e numa praia próxima a Búzios.

Após roubar diversos carros, a DI/GB realizou três assaltos no Rio de Janeiro, que tiveram repercussão: em 15 de fevereiro, ao Hospital Central da Aeronáutica, onde Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Cláudio Torres da Silva roubaram a metralhadora INA da sentinela; em 23 de fevereiro, ao Bar Castelinho, na Avenida Vieira Souto, onde esses quatro militantes e mais Stuart Edgard Angel Jones, levaram cerca de 10 mil cruzeiros novos e em 24 de março, ao Banco de Crédito Territorial, no bairro de Bonsucesso, onde esses mesmos cinco militantes roubaram cerca de 38 mil cruzeiros novos. Neste último assalto, Stuart estava muito nervoso, chegando a disparar a sua arma, o que lhe valeu a saída do grupo de ação.

Em abril de 1969, a DI/GB realizou a sua III Conferência.[73] Nela, importantes decisões foram tomadas pela organização a fim de melhor estruturar-se para a luta armada. Profissionalizou diversos quadros, montou "aparelhos", elegeu uma Direção Geral (DG) - integrada por Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins e José Roberto Spiegner - e criou três frentes de atuação: a Frente Operária (FO), a Frente de Camadas Médias (FCM) e a Frente de Trabalho Armado (FTA).

A FO, assistida por Daniel Aarão Reis Filho e dirigida por Stuart Edgard Angel Jones, tinha o objetivo de realizar o trabalho de

---

[73] Estiveram presentes: Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins, José Roberto Spiegner, Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin e Vera Silvia Araújo Magalhães.

agitação e propaganda no meio operário. Integrada por diversos militantes, a FO realizaria, no 2º semestre de 1969, panfletagens nas seguintes empresas: Remington e Eternit, em Guadalupe; Cortume Carioca, na Penha; Metropolitana, no Jardim América; estaleiros Caneco e Ishikawajima, no Caju; e Ciferal, em Ramos.[74]

A FCM, assistida por José Roberto Spiegner e dirigida por Carlos Alberto Vieira Muniz, atuava na "pequena burguesia", particularmente, no meio universitário e secundarista. [75] A sua principal atividade foi a organização dos estudantes nas manifestações de protesto ocorridas durante a denominada "Semana de Rockfeller", em junho.

A FTA, assistida por Franklin de Souza Martins e dirigida por João Lopes Salgado, era a responsável pelas ações armadas - roubos e assaltos - a fim de conseguir fundos para a DI/GB.[76]

A DI/GB resolveu iniciar um trabalho de campo no interior da Bahia e criou um Setor de Imprensa na FCM, chefiado por Fernando Gabeira e sua amante Helena Bocayuva Khair, que publicava os jornalecos "Luta Operária", destinado a FO, e "Resistência", para a FCM.

Após a conferência, os integrantes da FTA iniciaram uma série de roubos de carros e assaltos na Guanabara: em 9 de maio, assalto à agência da Light, no Leblon, onde agrediram e roubaram a metralhadora INA do soldado da PM que estava de guarda; em 4 de julho, assalto à Rural Willys do Banco Mercantil de Niterói, que transportava o dinheiro dos supermercados "Disco", na Rua Farme de Amoedo, em Ipanema, da qual levaram cerca de 60 mil cruzeiros novos; em 4 de agosto, assalto à Kombi do Banco Português do

---

[74] Entre os militantes da Frente Operária estavam: Lúcia Maria Murat Vasconcelos, Mário de Souza Prata, Marcos Dantas Loureiro, Marcos Aarão Reis e Solange Lourenço Gomes.

[75] Faziam parte da Frente de Camadas Médias importantes militantes, como Carlos Augusto da Silva Zílio e Carlos Bernardo Wainer.

[76] Além desses dois militantes, a Frente de Trabalho Armado foi constituída por Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Vera Sílvia Araújo Magalhães, amante de Jose Roberto Spiegner. Posteriormente, ingressaram Jose Sebastião Rios de Moura e Sergio Rubens de Araújo Torres.

Brasil, na Rua Djalma Ulrich, em Copacabana, da qual levaram cerca de 55 mil cruzeiros novos; em 14 de agosto, assalto à residência do Deputado Federal Edgard de Almeida, na Avenida Atlântica, em Copacabana, de onde roubaram quase 50 mil dólares em dinheiro e joias estimadas no valor de 600 mil cruzeiros novos; e ainda em agosto , assalto à Kombi dos supermercados "Mar e Terra" na Rua Hadock Lobo, na Tijuca.

O sequestro do embaixador norte-americano, realizado em 4 de setembro de 1969, em "frente" com a ALN, foi um marco na história da DI/GB. Visto, essencialmente, como uma ação de propaganda política, o sequestro serviu para libertar 15 presos, dentre os quais o seu militante Wladimir Palmeira, detido desde o Congresso de Ibiúna. Serviu, também, para a DI/GB assumir a sigla "MR-8", a fim de ganhar maior repercussão junto ao público [77] e mostrar aos órgãos policiais que o MR-8 não havia sido extinto. [78] Nascia assim, o "segundo" Movimento Revolucionário 8 de Outubro, eX-DI/GB.

À satisfação pelo sucesso do sequestro e pela libertação de Wladimir Palmeira [79] sucedeu-se o pânico pela prisão, em 9 de setembro, de dois de seus militantes que haviam participado dessa ação, Cláudio Torres da Silva, membro da FTA, que, durante a prisão, baleou o Sargento da Marinha Jorimar José Igrejas, e Antônio de Freitas Silva, caseiro do "aparelho" para onde foi levado o embaixador, na Rua Barão de Petrópolis. Alguns aparelhos foram desativados. Helena Bocayuva Khair, que havia alugado o "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis, fugiu para a França, sendo acompanhada, no final do ano, por Luiz Eduardo Prado de Oliveira. Franklin de Souza Martins, membro da DG e líder da FTA, fugiu do Brasil no esquema da ALN, indo fazer curso em Cuba.

---

[77] A DI/GB não estava satisfeita com o seu próprio nome, que trazia reminiscências do PCB e a colocava localizada apenas na Guanabara. Inclusive já fizera panfletagem usando o nome de Frente Estudantil Revolucionária (FER).

[78] Os jornais haviam noticiado fartamente que o "primeiro" MR-8 (ex DI/NIT, ex MORELN) estava extinto em face da prisão de seus militantes em abril de 1969.

[79] Wladimir Gracindo Soares Palmeira ("Marcos") foi banido em 5 de setembro de1969 para o México.

Na onda das fugas, em 8 de outubro, data do aniversário da morte de Guevara, aconteceu o primeiro sequestro de avião no Brasil. Quatro militantes do MR-8, Elmar Soares de Oliveira, Cláudio Augusto de Alencar Cunha, Ronaldo Fonseca Rocha e Edgar José Fonseca Fialho, sequestraram o Caravelle PP-PDX, da Cruzeiro do Sul, quando voava de Belém para Manaus, levando-o para Cuba.

A fim de aumentar a sua segurança e dotar seus militantes de documentos falsos, o novo MR-8 assaltou, em 18 de novembro, o posto de identificação do Instituto Félix Pacheco, no bairro de Madureira, levando centenas de espelhos de carteira de identidade e de formulários de atestado de bons antecedentes.

Em dezembro de 1969, realizou uma miniconferência que aprovou uma "Resolução" dando maior ênfase ao trabalho operário. Desestruturada com a saída de Franklin, a DG foi completada por Cid de Queiroz Benjamin, que assumiu o Grupo de Fogo (GF), criado no lugar da FTA.[80]

Preparava-se o novo MR-8 para prosseguir nas ações armadas, sem saber que, a partir de fevereiro do ano seguinte, uma série de prisões desestruturaria a organização e silenciaria, por algum tempo, a sigla que desejava manter.



28. O sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick

Assaltos a bancos, ataques a sentinelas, roubos de armas e explosivos, assassinatos apresentados sob o eufemismo de "justiçamentos" - a violência estarrecia, porém perdera o ineditismo. A repetição sistemática das ações tirava-lhes o impacto do fato novo

[80] Nessa época, João Lopes Salgado desenvolvia um trabalho de campo no interior da Bahia. O GF era constituído por Carlos Bernardo Wainer, César de Queiroz Benjamin, Alexandre Lyra de Oliveira, Sérgio Landulfo Furtado, Zaqueu Jose Bento e Solange Lourenco Gomes.

gerador de curiosidade. Era necessário imaginar algo que mexesse com a opinião pública.

Com esse pensamento, a direção da DI/GB imaginou, em meados de 1969, o sequestro de um representante diplomático. A ação teria a finalidade de libertar terroristas presos e de chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional para a audácia e a determinação do movimento revolucionário no Brasil.

O alvo mais significativo seria o embaixador dos Estados Unidos, o representante e defensor dos "interesses imperialistas norte-americanos em nosso País".

O pensamento inicial da DI/GB era libertar o seu militante e líder estudantil, Wladimir Palmeira, além dos dirigentes do movimento José Dirceu de Oliveira e Silva e Luís Gonzaga Travassos da Rosa. A ideia partiu de Franklin de Souza Martins, que havia estado preso junto com os demais líderes até o final de 1968.

A direção da DI/GB, liderada por Franklin de Souza Martins, após os planejamentos preliminares, concluiu que a falta de experiência de seus quadros seria um impedimento a consecução de suas intenções. Seria necessário o apoio de uma equipe mais experiente. A ALN já havia conseguido notoriedade através da intensificação de suas atividades, principalmente em São Paulo, e pela constante divulgação de textos de Marighela, incentivando qualquer tipo de "violência revolucionária". Marighela afigurava-se como o apoio mais competente a ser tentado.

Em julho de 1969, Cláudio Torres da Silva, membro da Frente de Trabalho Armado (FTA), foi fazer contato com Joaquim Câmara Ferreira. "Toledo", dentro da autonomia revolucionária permitida pelos princípios da ALN, tomou conhecimento e aprovou o planejamento da DI/GB. Sem o conhecimento de Marighela foi prometido o apoio da ALN à empreitada da DI/GB.

Durante os preparativos, foi alvo de especial atenção a escolha da data da ação. Havia duas opções: a semana de 7 de setembro ou 8 de outubro. O 8 de outubro, significativo pela lembrança da "queda" de Guevara na Bolívia, foi preterido pela semana de 7 de Setembro,

em função da urgência em libertar os presos políticos e da intenção de desmoralizar as comemorações da Semana da Pátria.

No final de agosto, Cid de Queiróz Benjamin, membro da FTA, tornou a fazer contato com "Toledo", em São Paulo, pormenorizando detalhes da operação. Da reunião participou Virgílio Gomes da Silva, coordenador do GTA da ALN, que seria o comandante da operação. Virgílio selecionou os militantes Manoel Cyrilo de Oliveira Neto e Paulo de Tarso Venceslau para participarem diretamente da ação. “Toledo", representando a direção da ALN deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro para coordenar as ações e orientar a ligação com as autoridades.

Os levantamentos, reconhecimentos e providências logísticas da operação, todas sob a responsabilidade da DI/GB, já haviam sido tomadas.

Fernando Paulo Nagle Gabeira, jornalista do Jornal do Brasil e responsável pelo setor de imprensa da DI/GB, através de sua amante Helena Bocayuva Khair, havia alugado, em 5 de agosto, a casa nº 1026 da Rua Barão de Petrópolis, no Rio Comprido. O "aparelho", além de servir ao setor de imprensa, seria utilizado para guardar o embaixador após o sequestro.

Cláudio Torres, Cid Benjamin e Franklin levantaram o itinerário do carro do embaixador, que, invariavelmente e sem qualquer segurança, transitava de sua residência oficial – na rua são Clemente, em Botafogo - para a embaixada, na Av. Presidente Wilson. O itinerário, sempre o mesmo, iniciava-se na Rua São Clemente, passando pela descongestionada e tranquila Rua Marques para atingir a Rua Voluntários da Pátria. A Rua Marques pelas suas características, foi escolhida como o local para a abordagem do carro do embaixador.

Vera Silvia Araújo Magalhães ("Marta"), militante da FTA da DI/GB, foi a encarregada de levantar a personalidade e os horários de saída do embaixador. Aproveitando-se de sua aparência física atraente, e à semelhança de ações anteriores, apresentou-se na casa do embaixador à procura de emprego como doméstica. Atendida pelo encarregado da segurança, Antônio Jamir, "Marta" envolveu-o

emocionalmente, conseguindo os dados necessários à complementação do planejamento.

Acertados os detalhes, foi marcada a data de 4 de setembro para a ação. Paulo de Tarso Venceslau, no dia 2 de setembro, conduziu para o Rio de Janeiro os terroristas Virgílio Gomes da Silva e Manoel Cyrilo. Ao chegarem, foram recebidos por Cid e Cláudio que os conduziram, "fechados", para um "aparelho" no bairro do Flamengo, próximo ao Hotel dos Ingleses.

Virgílio, cioso de suas prerrogativas de comandante, iniciou junto com os outros militantes da ALN os reconhecimentos dos locais e itinerários, ainda no dia 2 de setembro, complementando-os no dia seguinte.

No dia 3 de setembro, completado o planejamento, Paulo de Tarso, por telefone, comunicou-se com "Toledo", em São Paulo, informando: "Negócio fechado. Mande a mercadoria". A senha, enviada para a residência do industrial Jacques Breyton - da rede de apoio da ALN - significava que a ação estava preparada e seria desencadeada e que "Toledo" poderia deslocar-se para o Rio de Janeiro. No mesmo dia, "'Toledo" viajou de avião para o Rio de Janeiro e alojou-se no "aparelho" da Rua Barão de Petrópolis.

Em 3 de setembro, já estava pronto o documento redigido por Fernando Gabeira que seria deixado no carro do embaixador após o sequestro. O manifesto inseria o sequestro dentro do contexto das demais ações terroristas que ocorriam na ocasião, classificando-o como um "ato revolucionário". Fazia propaganda "anti-imperialista" (...) Fazia a exigência da libertação de quinze presos políticos - a serem anunciados oportunamente - que seriam conduzidos para a Argélia, Chile ou México, onde lhes pudesse ser concedido asilo político. A outra exigência era "a publicação e leitura desta mensagem completa nos principais jornais e estações de rádio e televisão de todo o país". Finalizando o manifesto, era feito o ultimato concedendo quarenta e oito horas para o Governo aceitar as condições impostas e mais vinte e quatro horas para que os presos fossem transportados para o exterior em segurança. O não atendimento das exigências representaria o assassinato ou, mais apropriadamente, o "justiçamento" do embaixador. Assinavam o

manifesto a Ação Libertadora Nacional e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) ,nome adotado pela DI/GB a partir de então.

A manhã do dia 4 de setembro foi tensa para os executantes diretos do sequestro. Com a antecedência necessária, foi tomado o dispositivo para a ação.

Na esquina das Ruas São Clemente e Marques ficou estacionado o Volkswagen bege com João Lopes Salgado e Vera Sílvia ("Marta"). O motorista era José Sebastião Rios de Moura ("Baixinho") que se postou em pé na esquina, para anunciar a aproximação do carro do embaixador.

Num Volkswagen azul com chapa de São Paulo, foram transportados Franklin, Cid e Virgílio. Virgílio saltou na Rua Marques e, de acordo com o planejamento, seria um dos elementos a entrar no carro do embaixador após a abordagem. O Volks azul, estacionado na Rua Marques, deveria realizar uma manobra - aparentando movimento normal de trânsito - que obrigasse o carro do diplomata a parar.

Cláudio Torres, Paulo de Tarso e Manoel Cyrilo chegaram ao local num Volks vermelho com chapa do Espírito Santo. Os três abordariam a pé, junto com Virgílio, o carro do embaixador. O Volks vermelho estacionou na Rua Marques, no lado oposto ao Volks azul, para estreitar a rua e impedir a manobrado veículo diplomático.

Na Rua Caio de Melo Franco, no Jardim Botânico, já havia sido estacionada por Sérgio Rubens de Araújo Torres, membro da FTA da DI/GB, a Kombi Volkswagen verde que serviria para transbordo do embaixador.

Tudo pronto. O tempo passava, a tensão aumentava. O Cadillac do embaixador não aparecia.

Cerca das 11:00 horas o esquema foi desfeito. Apurara-se que o embaixador, contrariando a rotina, havia saído de casa bem mais cedo. Restava a alternativa do retorno do mesmo para a embaixada, após o almoço em sua residência.

Às 13:00 horas, Virgílio determinou que o dispositivo fosse retomado. Apenas o Volks vermelho não foi utilizado. Havia vários carros estacionados estreitando a rua. O Volks foi abandonado na Rua Capistrano de Abreu.

Pronto o dispositivo, surgiu na Rua Marques um carro semelhante ao do embaixador americano. Os olhares convergiram para "Baixinho", que se encontrava na esquina. O sinal convencionado não foi dado; era o carro do embaixador português.

Finalmente, às 14:45 horas, "Baixinho" fez o sinal combinado. Surgiu na esquina da Rua Marques o imponente Cadillac negro, chapa CD-3, dirigido por Custódio Abel da Silva. Em marcha moderada, deslocava-se pela rua aproximando-se do local da ação. No banco traseiro, Charles Burk Elbrick. Cerca de vinte metros à frente, um Volks azul deixava o acostamento lentamente e fazia uma manobra em U. Custódio freou para aguardar que a rua ficasse desimpedida.

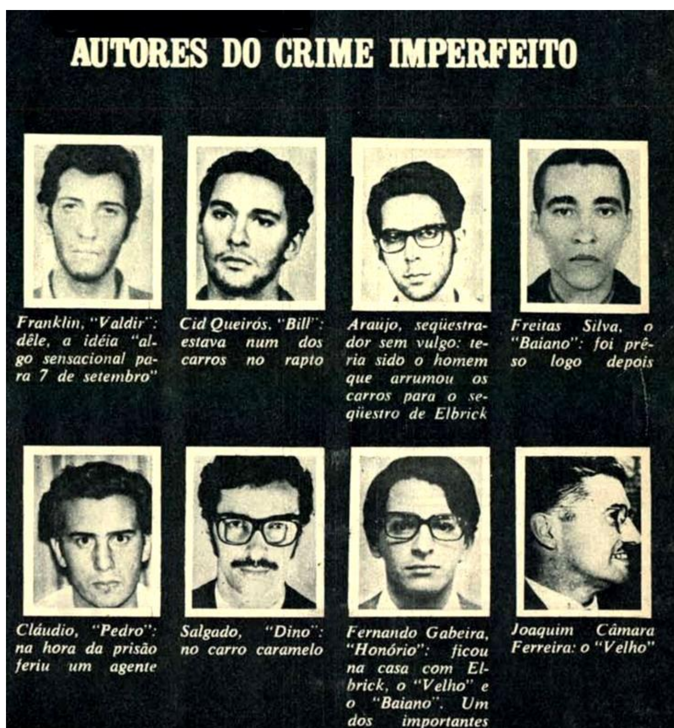
Um trabalho fácil — De acôrdo com as informações do Cenimar — Centro de Informações da Marinha —, a identificação dos seqüestradores foi um trabalho de investigação (como diria Watson) "elementar". Num comunicado oficial, o Cenimar diz que, "horas após o seqüestro, órgãos de informações localizaram a residência da Rua Barão de Petrópolis n.º 1026 (GB), onde se encontrava o Embaixador". Um dos vizinhos da casa teria achado suspeitos os movimentos dos jovens que a habitavam e os denunciou à polícia. Escondidos em habitações próximas, os policiais dizem ter sido possível "observar e fotografar vários dos integrantes do grupo (. . .)". Os principais elementos envolvidos, ainda de acôrdo com a nota, seriam: Franklin Martins, Fernando Gabeira e Helena Bocaiuva Khair*. A idéia do seqüestro, diz o Cenimar, "partiu de Franklin, que havia programado 'algo de sensacional' para a Semana da Pátria. Franklin é um môço moreno, alto e forte, sôlto por um habeas corpus pouco antes do AI-5, em dezembro de 1968, e desde então desaparecido, filho do Senador cassado Mário Martins (que também foi detido juntamente com sua

** Os outros seqüestradores apontados pela Marinha são: João Lopes Salgado, "Dino"; Cláudio Torres da Silva, "Pedro" (já prêso); Antonio de Freitas Silva, "Baiano" (também já prêso); Cid Queirós, "Bill"; José Sebastião Rios de Moura, "Aníbal"; Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho"; e ainda outros identificados só pelo apelido: "Marta", "Breno", "Rodrigo" e "Francisco". Na fase do roubo de carros para o seqüestro é citado ainda Sérgio Rubens de Araújo Torres.*

VEJA - 17/09/69

Repentinamente, a calma da tarde foi interrompida. Quase que simultaneamente, as quatro portas do Cadillac foram abertas e quatro elementos armados lançaram-se para o interior do carro. Virgílio e Manoel Cyrilo encarregaram-se do embaixador. Elbrick, aturdido e sem entender o que estava ocorrendo, foi forçado a abaixar-se no assoalho do carro com as mãos na nuca, enquanto

Virgílio anunciava: "Somos revolucionários brasileiros". Pela porta do motorista, entrou Cláudio Torres que, empurrando Custódio e tomando-lhe o boné, colocou-se ao volante. Pela porta dianteira direita, entrou Paulo de Tarso, ameaçando Custódio com sua arma.
O Cadillac ao arrancar foi seguido pelo Volks azul que fazia a cobertura na retaguarda. Ao retornar à Rua são Clemente, seguindo para a região de transbordo, o carro diplomático passou a contar com uma cobertura à frente proporcionada pelo Volks bege dirigido por Sebastião Rios.



AUTORES DO CRIME IMPERFEITO

Franklin, "Valdir": dêle, a idéia "algo sensacional para 7 de setembro"

Cid Queirós, "Bill": estava num dos carros no rapto

Araujo, seqüestrador sem vulgo: teria sido o homem que arrumou os carros para o seqüestro de Elbrick

Freitas Silva, o "Baiano": foi prêso logo depois

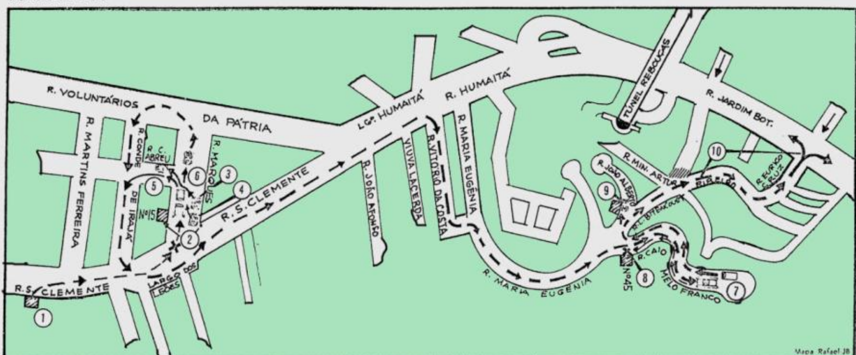
Cláudio, "Pedro": na hora da prisão feriu um agente

Salgado, "Dino": no carro caramelo

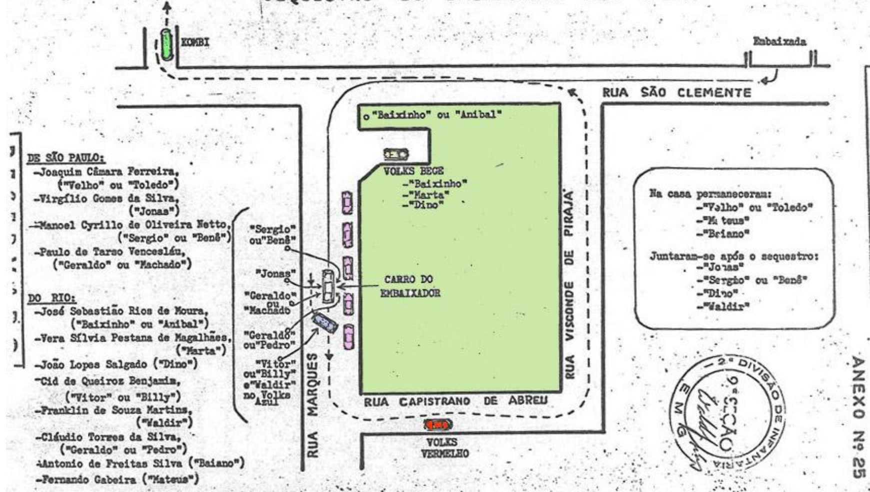
Fernando Gabeira, "Honório": ficou na casa com Elbrick, o "Velho" e o "Baiano". Um dos importantes

Joaquim Câmara Ferreira: o "Velho"

Após rodar alguns minutos, o Cadillac atingiu a região de transbordo. Elbrick recebeu a ordem para fechar os olhos e sair do carro. Imaginando que seria morto, tentou segurar a mão de Virgílio que empunhava um revólver. Recebeu violenta coronhada na cabeça desferida por Manoel Cyrilo. Sangrando abundantemente e atordoado pela pancada, foi colocado no assoalho da Kombi e coberto com uma manta.



1 — O carro do Embaixador sai de sua residência oficial; 2 — dobra na esquina da Rua Marques, onde um dos seqüestradores dá o sinal para os cúmplices; na casa n.º 15, D. Elba é testemunha de tudo; 3 — o Volkswagen vermelho fecha o Cadillac; 4 — um dos seqüestradores, que estava no Volkswagen azul, toma o volante do Cadillac; 5 — o Volkswagen vermelho fica estacionado na Rua Capistrano de Abreu, enquanto o carro do Embaixador contorna o quarteirão para subir a Rua São Clemente; 6 — o Volkswagen azul vai até a Voluntários da Pátria e volta pela Conde de Irajá para seguir o Cadillac; 7 — uma Kombi apanha o Embaixador, no fim da Rua Caio Melo Franco, e foge; 8 — o Cadillac é abandonado em frente ao n.º 45 da Caio Melo Franco; 9 — o Volkswagen azul é deixado, com uma bomba, em frente ao n.º 65 da Rua João Alberto; 10 — a Kombi consuma a fuga, podendo ter seguido para o túnel Rebouças, o Jardim Botânico ou voltado pelo mesmo caminho



Os terroristas tinham, entretanto, cometido um erro grosseiro. O motorista Custódio, previsto para dar o alarme à polícia e divulgar o ocorrido, tinha sido levado ao local do transbordo e visto a Kombi

verde que levaria o embaixador. Esta foi Uma das valiosas pistas que levaram os órgãos de segurança a descobrir o "aparelho" da Barão de Petrópolis, já no dia seguinte, 5 de setembro.

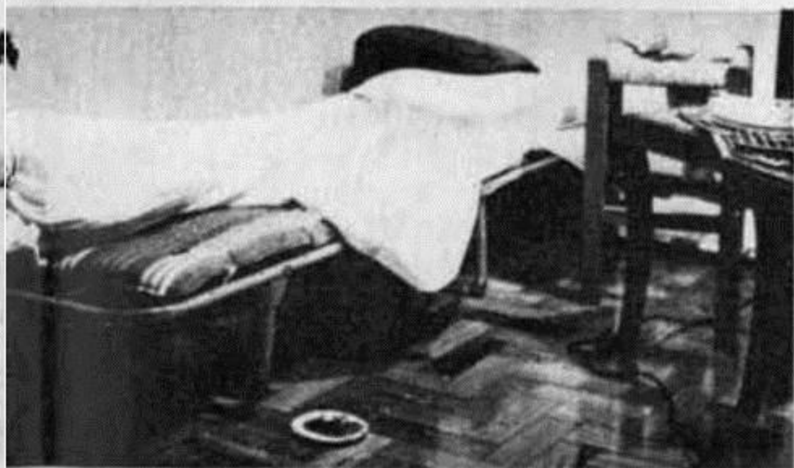


Carro do Embaixador após o sequestro

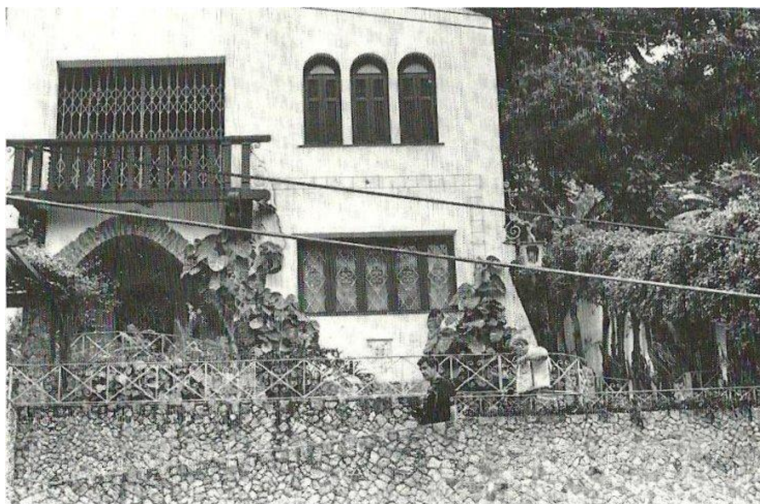


Embaixador após ser solto saindo do Táxi





Dois carros, as armas e disfarces, a cama onde dormiu Elbrick: muita falta de cuidado em disfarçar o seqüestro, um serviço de "intelectuais inexperientes"



Casa onde ficou o Embaixador sequestrado



Kombi 1969

Duas cartas à mulher

O Embaixador Elbrick enviou ontem duas cartas à espôsa. O teor de ambas foi transmitido à Sra. Elbrick pelo JORNAL DO BRASIL, que as recolheu em dois pontos da cidade após telefonemas anônimos dos seqüestradores.

A primeira carta, encontrada na caixa de esmolas da igreja N. Sª. da Glória, no Largo do Machado, está escrita em inglês e tem a seguinte tradução:

"Querida Elvira.

Estou bem, espero ser libertado e vê-la breve. Por favor não se preocupe. Também procuro fazer o mesmo.

As autoridades brasileiras foram informadas das exigências feitas pelas pessoas que me detêm.

Não devem tentar me localizar, o que poderia ser perigoso, mas se apressarem em satisfazer as condições impostas para a minha libertação.

Êste pessoal, sem dúvida, é muito decidido.

Todo o meu amor, querida – esperando que breve estejamos juntos.

Burke."

A SEGUNDA

A segunda carta, encontrada no Supermercado Disco do Leblon, demonstra a satisfação do Embaixador Elbrick pelo encaminhamento que o Govêrno deu à questão. Êle se manifesta assim:

"Querida Elvira.

Acabei de ser informado de que o Govêrno aceitou as condições das pessoas que me têm em seu poder. Esta é uma notícia muito boa, porque significa que serei sôlto tão logo seja confirmado que os 15 prisioneiros libertados chegaram ao México.

Espero estar com você muito breve. Com todo o meu amor,

Burke."

PRIMEIRA CARTA

5 Sept. 1969

Dearest Elvira –

I am all right and I am hoping that I shall be liberated and see you soon. Please don't worry – I am trying not to.

The Brazilian authorities have been informed of the demands of the people who are holding me. They should not try to find where I am, which might be dangerous, but hurry to meet the conditions for my release.

These people, of course, are very determined.

All my love, darling – hoping that we shall be together soon

Burke

SEGUNDA CARTA

5 Sept 1969

Dearest Elvira –

I have just been informed that the Government has acceded to the demands of the people who are holding me. This is very good news because it means that I will be released as soon as it is confirmed that the 15 released prisoners have arrived in Mexico.

I look forward to being with you very soon

All my love

Burke

Conduzido ao "aparelho", Elbrick, ensanguentado e ferido, permaneceu ainda cerca de quatro horas no interior da Kombi, dentro da garagem do "aparelho", aguardando o escurecer para ser levado para o interior da casa.

No local, já se encontravam "Toledo", Gabeira e Antônio de Freitas Silva ("Baiano"). "Baiano" havia sido contratado por elementos da DI/GB como serviçal para, futuramente, prestar serviço como mimeografista na preparação de documentação subversiva.

Após o sequestro, o efetivo do "aparelho" foi engrossado pelas presenças de Virgílio, Manoel Cyrilo, João Lopes e Franklin. No interior da casa foi montado um esquema de segurança. Os terroristas que tinham contato com o embaixador o faziam encapuçados para não serem reconhecidos.

A equipe de sete terroristas mantinha-se tensa, aguardando o desdobramento da ação. Os panfletos deixados no interior do carro diplomático exigiam a sua divulgação através dos meios de comunicação, como uma das condições para a salvaguarda de Elbrick.

Finalmente, durante a noite, os terroristas captaram a transmissão de rádio que divulgava o manifesto. Era sinal de que o Governo resolvera negociar, preservando a vida do diplomata americano. Naquela mesma noite foi iniciada a seleção de nomes para a lista dos quinze criminosos políticos a serem libertados.

A ideia inicial do MR-8 de libertar três líderes estudantis, ampliada posteriormente por "Toledo" para quinze, exigia uma pesquisa para a qual o bando sequestrador não estava preparado. Tiveram dificuldades em selecionar nomes de outras organizações, pois desconheciam a importância dos diversos presos no contexto da subversão. Ignoravam, inclusive, o nome de Mário Roberto Galhardo Zanconato, da Corrente/MG, colocado na relação com o apelido de "Xuxu" (sic).

Finalmente, completaram a lista. Dela faziam parte: Argonauta Pacheco da Silva, Flávio Aristides de Freitas Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti de Monte Lima, João Leonardo da Silva

Rocha, José Dirceu de Oliveira e Silva, José Ibraim, Luís Gonzaga Travassos da Rosa, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Mário Roberto Galhardo Zanconato, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas Sá Rego, Ricardo Zarattini, Rolando Fratti e Wladimir Gracindo Soares Palmeira.

Logo depois que o Govêrno anunciou a decisão de aceitar as suas condições os seqüestradores deram a lista dos 15 presos políticos que querem em liberdade para serem enviados ao exterior como asilados:

1 – Gregório Bezerra, antigo líder comunista;

2 – Vladimir Palmeira, líder estudantil;

3 – José Ibraim, líder operário de Osasco;

4 – João Leonardo da Silva Rocha, advogado paulista;

5 – Ivens Marchetti, arquiteto carioca;

6 – Flávio Tavares, jornalista;

7 – Ricardo Vilasboas Sá Rêgo, estudante carioca;

8 – Rolando Fratti, operário paulista;

9 – *Chuchu* (Mário Roberto Zanconato), estudante de medicina mineiro;

10 – Ricardo Zaratini, engenheiro, de Pernambuco e São Paulo;

11 – Onofre Pinto, ex-sargento do Exército, de São Paulo;

12 – Maria Augusta Carneiro, líder estudantil carioca;

13 – Argonauta Pacheco da Silva, ex-parlamentar paulista;

14 – Luís Travassos, líder estudantil;

15 – José Dirceu de Oliveira e Silva, líder estudantil.

Na manhã do dia 5, sexta-feira, Fernando Gabeira e Cláudio Torres colocaram na uma de donativos da igreja do Largo do Machado uma mensagem, informando que divulgariam a lista de 15 nomes e um bilhete manuscrito de Elbrick para a esposa. Uma cópia da mensagem foi deixada, como alternativa, na uma de donativos da Igreja N.S de Copacabana, na Praça Serzedelo Correia.

Elbrick, acovardado e orientado por seus sequestradores, suplicava em seu bilhete que as autoridades não tentassem localizá-lo, informando que "*a gente que me prendeu está determinada*". Cláudio Torres, orientado por Gabeira, ligou para o Jornal do Brasil e para a Última Hora comunicando onde se encontravam as duas cópias da mensagem e solicitou a sua publicação.

No início da tarde do dia 5 de setembro, a relação com os quinze nomes foi colocada pela dupla Gabeira/Cláudio Torres na caixa de

sugestões do mercado "Disco", do Leblon. Foi utilizado o expediente de ligar para a Rádio Jornal do Brasil, informando o local onde se encontrava a mensagem e pedindo a sua divulgação.

Naquela altura, os órgãos de segurança, graças ao amadorismo dos sequestradores, já tinham localizado o "aparelho" e o mantinham sob vigilância. Após seguirem Gabeira e Cláudio Torres nas andanças para a colocação das mensagens, os órgãos de segurança resolveram demonstrar aos sequestradores que já os tinham sob vigilância e que qualquer dano causado ao embaixador seria imediatamente reprimido. Dois agentes bateram à porta do "aparelho" e, sem se preocuparem em disfarçar suas intenções, fizeram perguntas sobre os moradores da casa e outros detalhes típicos de uma investigação. Gabeira, esforçando-se em aparentar naturalidade, respondeu de forma pouco convincente, as perguntas dos policiais. Enquanto isso, dentro do "aparelho", os sequestradores assustados, preparavam-se para fazer frente a uma ação que não haviam previsto. Virgílio correu para o quarto de Elbrick e, colocando-o sentado no chão, permaneceu com o revólver apontado para a cabeça do apavorado embaixador.

Para alívio dos "revolucionários", os policiais retiraram-se. A vigilância foi intensificada e, a partir daquele momento até altas horas da madrugada, o tempo foi consumido em discussões para decidir qual a atitude a tomar. Chegaram à conclusão que deveriam permanecer no "aparelho" e prosseguir com o planejamento inicial. Enquanto mantivessem Elbrick vivo teriam chance de escapar.

O dia de sábado foi de expectativa. O Governo brasileiro, em respeito à vida humana de um representante estrangeiro, já havia aceitado as condições dos terroristas. O México, um dos países propostos, tinha concordado em receber os presos políticos. Quatorze presos políticos foram reunidos no Rio de Janeiro. Gregório Bezerra seria recolhido em Recife, quando da passagem do avião. Às 17.30 horas, um avião Hércules da FAB decolou da Base Aérea do Galeão levando rumo ao México os primeiros terroristas banidos do território nacional.



Momentos antes de embarcar para o México (foto distribuída pela FAB) os 13 presos embarcados no Rio. Em pé, da esquerda para a direita: Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Villas Boas, Maria Augusta, Ricardo Zaratini e Rolando Fratti. Na segunda fila: João Leonardo, Argonauta Pacheco, Wladimir Palmeira, Ivens Marchetti e Flávio Tavares. Faltam Gregório Bezerra (embarcou em Recife) e Mário Zanconato.

Na manhã do dia 7 de setembro, domingo, foi colocada por Cláudio Torres, no monumento em frente à empresa Manchete, na Praia do Russel, a terceira e última mensagem. Os sequestradores anunciavam o conhecimento da chegada dos 15 subversivos no México e aguardavam apenas uma autenticação, previamente combinada, para libertar o embaixador.

Com o "aparelho" cercado, a vida do sequestrado valia, então, a vida dos sequestradores. Os terroristas resolveram escolher o momento da saída do jogo Fluminense x Bangu, no Maracanã, para libertar o embaixador. Tirariam proveito do início da noite e a confusão do trânsito, no final do jogo, para escapar do cerco policial. Elbrick foi colocado vendado num Volks dirigido por Cláudio Torres, tendo Virgílio Gomes a guardá-lo. Em outro Volks, fazendo a cobertura, deslocaram-se Cid Benjamin e Manoel Cyrilo.

Helena Bocayuva Khair já tinha auxiliado Gabeira a retirar do "aparelho" os dirigentes Franklin, Lopes Salgado e Câmara Ferreira. Antônio de Freitas Silva também já tinha abandonado o local, auxiliado por Helena, tendo sido guardado num "aparelho" no bairro de São Cristóvão.

Por volta das 18.30 horas, os terroristas trancaram o "aparelho" e iniciaram o deslocamento, acompanhados por uma viatura policial. Os órgãos de segurança tinham ordem de não intervir, para não colocar em risco a vida de Elbrick. No congestionado trânsito do término do jogo do Maracanã, os terroristas conseguiram distanciar-se e foram perdidos pela viatura policial.

Elbrick foi abandonado numa rua próxima do Largo da Segunda-feira, na Tijuca, com ordens de permanecer quinze minutos no local, antes de procurar auxílio. O intimidado embaixador cumpriu à risca as ordens dos terroristas, tendo transcorrido o prazo, tomado um táxi e retornado à sua residência.

Terminava assim, resguardada a integridade do embaixador, o episódio que serviria de modelo para o sequestro de mais três diplomatas.



29. Os prenúncios da cisão do POC

Criado em abril de 1968, o Partido Operário Comunista (POC), no início de 1969, estava estruturado em são Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Minas Gerais e Bahia.
A Secretaria Regional de são Paulo (SR/SP) realizou, no princípio do ano, uma Conferência Regional onde foram discutidos aspectos do trabalho de massa no movimento estudantil e no movimento operário, bem como problemas de segurança interna e de disciplina.

A conferência representou uma tentativa de dinamizar o trabalho da organização em São Paulo que, assim como nas demais áreas de

atuação do POC, se encontrava parado, com sérias dificuldades de mobilização, principalmente no meio operário.

Buscando colocar na prática as resoluções dessa conferência, a SR/SP tentou implantar um trabalho operário na região do ABC que, contudo, não apresentou resultados satisfatórios. A tentativa de penetrar no meio operário transformava-se em obsessão para o POC. Entretanto, a origem pequeno-burguesa da organização provocava sérias restrições ao seu trabalho.

Assim, um ano após sua criação o POC pouco tinha progredido. Existiam sérios problemas políticos, econômicos e de segurança que geravam divergências. Os militantes oriundos da DL/PCB/RS e alguns elementos de São Paulo criticavam a direção na nacional formada por antigos militantes da POLOP. A principal critica, motivada pela crise econômica, levou o grupo divergente a propor a realização de "expropriações", como meio de atender a manutenção da organização.

Em Curitiba, antigos militantes da POLOP tentavam implantar um trabalho revolucionário, realizando, para isso, incursões na área estudantil. O contato com a direção nacional do POC foi conseguido no mês de junho. Em setembro, o núcleo do POC de Curitiba e seus prosélitos reunir-se-iam em Caiobá/PR e realizariam o "Ativo de Fundação do POC na Região".

Ainda em junho, visando a dirimir as contradições internas, o POC realizou na praia de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, uma Reunião Ampliada Nacional (RAN), com a presença dos nove membros do Comitê Nacional (CN) e representantes das Secretarias Regionais de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais.[81]

[81] Pelo CN, compareceram: Ceici Kameyama, Éder Simão Sader, Érico Czackzes Sachs, Fábio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Nilmário de Miranda, Otavino Alves da Silva, Peri Thadeu de Oliveira Falcon e mais um, conhecido por "Armando". As Secretarias Regionais estavam representadas por: Clayton Rogério Duarte Netz (RS), Marcos Wilson(MG), Régis Stephan de Castro Andrade (SP), Teresa Daisi Furtado (PR) e "Azevedo" (BA).

No decurso da reunião, ao ser realizado um balanço das atividades da organização, as divergências acirraram-se numa antevisão de um futuro rompimento. O fulcro dos desentendimentos era a realização, ou não, das ações armadas. A maioria dos presentes motivada talvez pela escalada armada da subversão em 1969, apoiava a realização de "expropriações".

As controvérsias na RAN provocaram modificações no Comitê Nacional. Érico Czackzes Sachs, contrário às ações armadas, afastou-se do CN e ligou-se à SR/GB.[82] Otavino Alves da Silva foi substituído por Ângela Maria Mendes de Almeida.[83]

Como reflexo da posição majoritária na RAN, favorável às ações de "expropriação", Flávio Koutzi, um dos dirigentes regionais do POC no Rio Grande do Sul, participou do assalto ao Sulbanco no dia 23 de julho, realizado em "frente" com o M3-G.[84] A SR/RS recebeu 8 mil cruzeiros novos na partilha do produto do assalto, na primeira manifestação armada do POC em toda a sua história.

Em setembro de 1969, autorizado pela direção nacional, Régis Stephan de Castro Andrade compareceu como observador a uma reunião em Campos do Jordão de elementos dissidentes da Ala Vermelha do PC do B. Durante o conclave, Régis Stephan combinou novos contatos para discutir a formação de uma frente de atuação das organizações. Num primeiro encontro, firmou-se um acordo de atuação em frente do POC, do MRT, da REDE e da VPR. A associação das organizações recebeu a denominação de Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e assumiria, a partir de então, a autoria das ações decididas pela aliança, mesmo sem a participação de representantes de todas as organizações.

---

[82] Érico Sachs, substituído no CN pelo suplente "Azevedo", seria preso no Rio de Janeiro em setembro de 1969, no DOPS, de onde se evadiria no dia 20 de setembro, pedindo asilo político na Embaixada do México.

[83] Após a realização da RAN, a Secretaria Executiva Nacional (SEN) foi constituída por Fábio Oscar Marenco dos Santos, Ceici Kameyama, Éder Simão Sader e Ângela Maria de Almeida.

[84] Da ação, realizada sem conhecimento da direção nacional, participou também o militante do POC Antônio Pinheiro Sales.

O Comitê Nacional (CN) do POC aprovou o acordo, e os contatos foram passados por Régis Stephan para Fábio Oscar Marenco dos Santos, que havia recebido orientação da direção nacional para estruturar um "Setor Especial", com o objetivo de participar das ações da FMR.

Houve, no final de novembro, uma segunda reunião, quando se formalizou a constituição da FMR.[85] Em 13 de outubro, dentro da "onda militarista'" que tomou conta do POC, foi realizado um assalto à residência de Manoel Marques Gregório, presidente do clube Portuguesa de Desportos, em São Paulo.

No final de 1969, o POC entrou num processo de luta interna de âmbito nacional. Duas correntes distintas pretendiam impor seus pontos de vista. A corrente majoritária, conhecida como "Voluntarista", propugnava pela colaboração com outros grupos de esquerda, de linha violenta, para tentar impor sua linha política. A facção minoritária, conhecida com "Tendência Proletária", era partidária de um trabalho pacífico de proselitismo e doutrinação da massa operária, para transformá-la em uma classe política independente, apta à conquista do poder e a transformação da estrutura social.

Antevendo o rompimento, o principal organizador da "Tendência Proletária", Éder Simão Sader, passou a realizar reuniões preparatórias para a estruturação de uma nova organização: a organização de Combate Marxista-Leninista-Política-Operária (OCML-PO).



[85] Como representantes de suas organizações e "signatários" do acordo estiveram presentes: Devanir José de Carvalho e Plínio Petersen Pereira do MRT; Joelson Crispim e Ladislas Dowbor, da VPR; Eduardo Leite da REDE; Régis Stephan de Castro Andrade e Fábio Oscar Marenco dos Santos do POC.

30. O COLINA funde-se com a VPR

O ano de 1969 parecia promissor para o COLINA. Seus dois assaltos a bancos realizados em Belo Horizonte, no ano anterior, haviam-lhe fornecido o numerário suficiente para a aquisição de armas e para a instalação de diversos "aparelhos". Suas demais ações armadas - roubo de carros e lançamento de bombas - dirigidas por Ângelo Pezzuti da Silva, foram coroadas de êxito, e a sigla "COLINA" já era respeitada pelas demais organizações subversivas. Na Guanabara, do mesmo modo, Juarez Guimarães de Brito conduzia as ações. Nos dois Estados, diversos assaltos a bancos já estavam planejados, bem como atentados a quartéis e a delegacias de polícia.

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) do COLINA difundiu internamente, o documento "Informe Nacional", no qual faz um balanço, de suas atividades e se vangloria de que a organização "*já realiza ações básicas para a montagem do foco e demais tarefas da luta revolucionária, tais como ação de desapropriação, aquisição de material bélico, químico, de saúde, intendência, engenharia, comunicação, etc, contatos e treinamentos no exterior, definição de áreas táticas e estratégias*". Realçou também que a sabotagem e o terrorismo "*têm sido utilizados" pela organização*; a primeira, visando, "*fundamentalmente a minar a economia e/ou atingir instalações das forças repressivas*" e o segundo, para "*justiçamento ou amedrontamento*".

Na tarde de 14 de janeiro de 1969, o COLINA assaltou, simultaneamente, os bancos da Lavoura e Mercantil de Minas Gerais, em Sabará, onde roubaram cerca de 70 mil cruzeiros.[86]

Apesar do assalto ter alcançado êxito, ele representou o início do desmantelamento do COLINA. Nessa mesma noite, Ângelo Pezzuti da

[86] Participaram do roubo: Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Antônio Pereira Mattos, Erwin Rezende Duarte, João Marques Aguiar, José Raimundo de Oliveira, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Maria José de Carvalho Nahas, Pedro Paulo Bretas e Reinaldo José de Melo.

Silva, seu principal dirigente, foi preso. Suas declarações possibilitaram a prisão de diversos militantes, dentre os quais José Raimundo de Oliveira, do Setor de Terrorismo e Sabotagem, Pedro Paulo Bretas e Antônio Pereira Mattos, do Setor de Expropriação.

Esses depoimentos levaram a polícia a desbaratar três "aparelhos" do COLINA, em Belo Horizonte, na madrugada de 29 de janeiro de 1969. À 01:00 hora, 11 policiais dirigiram-se para o "aparelho" da Rua Itaí, nº 113, no bairro Santa Ifigênia, "entregue" por Ângelo Pezzuti, onde não encontraram ninguém, apenas documentos da organização. Às 02:30 horas, foram para o "aparelho" delatado por Pedro Paulo Bretas, na Rua XXXIV, nº 31, no bairro Santa Ignez, onde encontraram explosivos, armas e munições.

Às 04:00 horas, reforçados por 3 guardas-civis de uma radiopatrulha, os policiais chegaram no terceiro "aparelho", na Rua Itacarambu, nº 120, bairro São Geraldo, também "entregue" por Pedro Paulo Bretas. No local, quando disseram ser da polícia, foram recebidos por rajadas de metralhadora, disparadas por Murilo Pinto da Silva, irmão de Ângelo Pezzuti, as quais mataram o policial Cecildes Moreira de Faria e o guarda-civil José Antunes Pereira e feriram gravemente o investigador José Reis de Oliveira. No local foram encontrados armas, munições, fardas da PM, documentos do COLINA e dinheiro dos assaltos, sendo presos sete militantes da organização.[87]

Essas prisões, posteriormente seguidas de outras, levaram o pânico aos militantes do COLINA em Minas Gerais, inviabilizando o prosseguimento de suas atividades nesse Estado. Como o trabalho na Guanabara prosseguia incólume, foram transferidos para esse Estado, onde chegou a ser criado um "Setor dos Deslocados", englobando os militantes mineiros, ainda desestruturados.

Com as "quedas", sentiu o COLINA a necessidade de intensificar o processo de fusão com a VPR, iniciado no ano anterior, e acelerar os trabalhos de incorporação de outros grupos.

---

[87] Os sete eram: Murilo Pinto da Silva, Afonso Celso Lana Leite, Maurício Vieira de Paiva (ferido com dois tiros), Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Jorge Raimundo Nahas e sua esposa, Maria José de Carvalho Nahas.

Já havia, desde meados de 1968, no Rio Grande do Sul, um grupo, ainda sem nome que atuava no meio operário publicando os jornalecos "União Operária" e "O Rebelde". Embora não tivesse programa e nem estatuto, defendia as posições foquistas e articulava-se em torno do advogado Carlos Franklin Paixão Araújo, com cerca de 30 militantes.[88]

Em novembro de 1968, Carlos Alberto Soares de Freitas já havia feito uma reunião com o grupo numa chácara próxima ao bairro Ipanema, em Porto Alegre, e, em fins de janeiro de 1969, Maria do Carmo Brito, convidou esse grupo gaúcho para uma reunião em março, na qual ele se integraria ao COLINA. Ao mesmo tempo o COLINA faria contatos com outros grupos da Bahia, de Goiás e do próprio Rio Grande do Sul. No início de março foi realizada a reunião prevista na Rua Miguel Lemos, no bairro de Copacabana, à qual compareceram representantes desses grupos.[89] Nas discussões políticas, ficou claro que, para o COLINA, o caráter da revolução era socialista, mas com uma etapa de libertação nacional. Decidiram fazer uma nova reunião, dentro de 60 dias, para efetivar a fusão e deslocar dois militantes do COLINA, Liszt Benjamin Vieira e Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, para intensificar os trabalhos no Rio Grande do Sul.

Ainda no mês de março, o COLINA recebeu a incorporação de dois novos grupos centrados na Guanabara: o Núcleo Marxista-Leninista

[88] Entre eles estavam: Raul Ellwanger, Antônio da Cunha Lousada, Antônio Luiz de Carvalho, João Ruaro Filho, Athanásio Orth, Maria Celeste Martins, Paulo de Tarso, Delci Fensterseifer, Francisco Martinel Torres, Vânia Amoretti Abrantes e o casal Raul David do Valle Junior e Ida Furstein do Valle que seriam posteriormente deslocados para Brasília.

[89] Participaram da reunião: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Inês Etienne Romeu, Helvécio Luiz Amorim Ratton e Dilma Vana Rousseff Linhares, pelo COLINA; Carlos Franklin Paixão Araújo e Antônio Luiz de Carvalho, pelo Rio Grande do Sul; Rafton Nascimento Leão, por um grupo de Goiás; Raul David do Valle Júnior e Ida Furstein do Valle, por Brasília e um elemento de codinomes "Fábio" e "Patrício", representando um grupo da Bahia.

(NML).[90] e a Dissidência da Dissidência (DDD)[91], engrossando seus efetivos e tornando mais forte e importante a organização.

Em 31 de março de 1969, o COLINA executou o assalto ao Banco Andrade Arnaud, na Rua Visconde da Gávea, nº 92, na Guanabara, onde foram roubados cerca de 45 mil cruzeiros e foi assassinado o comerciante Manoel da Silva Dutra.

Em fins de abril, o COLINA realizou um pleno numa casa em Petrópolis, com duração de cerca de 10 dias, ao qual compareceram os mesmos representantes dessa organização que estiveram na reunião do início de março, com exceção de Inês Etienne Romeu; e procederam à integração dos grupos do Rio Grande do Sul, de Goiás, da Bahia e de Brasília. Foi aprovado um novo Programa que, apesar de ainda ser foquista, sustentava a necessidade de realizar um maior trabalho operário e definia o caráter da revolução como sendo socialista, eliminando-se a etapa de libertação nacional. Foi aprovado também um projeto de Estatuto e eleito o novo CN do ex-COLINA.[92]

Na tarde de 15 de maio, militantes do ex-COLINA assaltaram o Banco Mercantil de Niterói, agência do mercado são Sebastião, na Avenida Brasil, roubando cerca de 12 mil cruzeiros.

Alguns dias depois, houve a primeira reunião do novo CN, em Copacabana, onde foi fixada a estrutura orgânica e foram setorizados os membros da direção, além de traçados os planos para a fusão com a VPR.

---

[90] O NML era liderado por: Jaime Walwiltz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Túlio") e Alan Marinho de Albuquerque ("Alex").

[91] A DDD era liderada por: Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, além de Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Minc Baumfeld e Wilson Thimóteo Júnior e sua esposa Flávia de Camargo Cavalcanti de Thimóteo

[92] A partir desse pleno a organização passou a assinar seus documentos como “ex COLINA”. O novo CN era integrado por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho, Carlos Franklin Paixão Araújo, Dilma Vana Roussef Linhares e Carlos Avelino Fonseca Brasil.

Em 28 de maio, após intensa perseguição e tiroteio, foram presos os militantes Fausto Machado Freire e Marco Antônio de Azevedo Meyer, logo após terem roubado um Aero-Willys, na Rua Barão da Torre, em Ipanema.

A última ação do ex-COLINA, como organização, foi o assalto à agência Urca do União de Bancos Brasileiros, na Guanabara, em 16 de junho, de onde foram roubados cerca de 27 mil cruzeiros.

A partir desse mês, foi feita a fusão da organização com a VPR dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-P).



31. VPR: as "quedas" do primeiro trimestre e a fusão com o COLINA

Expurgada daqueles que condenavam o militarismo inconsequente, a VPR iniciou o ano de 1969 com dois assaltos em São Paulo: ao Banco Itaú-América, na Rua Jumana, onde levaram cerca de 35 mil cruzeiros e ao Banco Aliança do Rio de Janeiro, da Rua Vergueiro, onde foram roubados 20 mil cruzeiros.

Mas foi o assalto ao 4º RI que desestruturou a VPR, em consequência das prisões ocorridas em 23 de janeiro, em Itapecerica da Serra. Os depoimentos, particularmente os de Pedro Lobo de Oliveira e Oswaldo Antônio dos Santos, proporcionaram, alguns dias depois, as prisões de Dulce de Souza Maia, José Ibrahim, Roque Aparecido da Silva e João Leonardo da Silva Rocha.

Em 30 de janeiro, foram presos Otacílio Pereira da Silva os irmãos Nelson e Pedro Chaves dos Santos, na Fazenda Ariranha, em Paranaíba, no Mato Grosso, local em que a VPR fazia treinamento de guerrilhas.

Após as expulsões de dezembro de 1968 e as prisões de janeiro de 1969, dos seis elementos que compunham o Comando Nacional (CN) da VPR restavam três: Waldir Carlos Sarapu, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira.

Em 11 de fevereiro, em tiroteio na gráfica Urupês, morria Hamilton Fernando Cunha ("Escoteiro"), militante da ALN, e era ferido José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, da VPR, numa ação em que também foi baleado um policial.

Em 26 de fevereiro, no mesmo dia em que a VPR assaltava o Banco da América, da Rua do Orfanato, levando 102 mil cruzeiros, a polícia chegou a um sítio em Cotia, que servia como "aparelho" da organização, denunciado por Otacílio Pereira da Silva. Seus ocupantes, o casal de militantes Jovelina de Jesus Pereira e Joaquim Gonçalves dos Santos reagiram à prisão, sendo Joaquim morto na ocasião.

Dois dias depois, a prisão e as declarações de Aristenes Nogueira de Almeida, propiciaram que a polícia prendesse, em 2 de março, na Praça da Árvore, em Vila Mariana, dois membros do CN, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira, além de Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Isaías do Vale Almada - marido da cantora Marília Medaglia - Armando Augusto Vargas Dias, militante do Rio Grande do Sul, e o advogado Antônio Expedito Carvalho Pereira.

As prisões de cerca de 30 militantes, entre os quais, os três "militaristas" do CN, e a descoberta de mais de uma dezena de "aparelhos" foi um preço muito caro para o relativo sucesso tático que a VPR alcançou com o assalto ao 4º RI.

Desestruturada, a VPR organizou um congresso em abril de 1969, numa casa em Mongaguá, cidade do litoral paulista.[93] Nele, o grupo

[93] Compareceram a esse Congresso: Carlos Lamarca, Antônio Roberto Espinosa, Chizuo Ozawa, Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho e Claudio de Souza Ribeiro – estes cinco eleitos para o CN – e mais Waldir Carlos Sarapu, Darcy Rodrigues, Eduardo Leite, José Raimundo Costa, José Campos Barreto, Roberto das Chagas e Silva, Ana Matilde Tenório da Mota,

de Celso Lungaretti oficializou a sua incorporação a VPR, e, em face das "quedas" de janeiro, fevereiro e março, o Setor Logístico foi reformulado, criando-se três Grupos Táticos Armados (GTA), que seriam, doravante, os responsáveis pela execução das ações armadas. Ficou decidido não mais haver a fusão com a ALN, cujas, relações estavam estremecidas desde o roubo das armas do 4º RI, e intensificar a aproximação com o COLINA, para uma próxima fusão.

A partir desse congresso, a VPR reiniciou suas ações armadas, com um assalto a um banco na Rua Duílio, na Lapa. Em 9 de maio, realizou o assalto simultâneo aos Bancos Federal, Itaú, Sul Americano e Mercantil de são Paulo, este na Rua Piratininga, na Mooca, cujo gerente, Norberto Draconetti, foi esfaqueado. Nesta ação o guarda-civil Orlando Pinto da Silva foi morto com dois tiros - um na nuca e o outro na testa - por Carlos Lamarca, que se encontrava escondido atrás de uma banca de jornal. Na retirada do grupo, Lamarca disparou uma rajada de metralhadora para o ar, como a marcar seu primeiro assalto a banco e sua primeira morte.

Em 8 de junho, ainda na capital, a VPR assaltou o Hospital Santa Lúcia, na Alameda Ribeirão Preto, levando grande quantidade de equipamento médico. No dia 13, foi a vez da agência da Avenida Jabaquara do União de Bancos Brasileiros, com o roubo de 39 mil cruzeiros.

Reconhecido por populares, foi preso no interior de um cinema, em 28 de junho, o ex-soldado do 4º RI, Carlos Roberto Zanirato. Na manhã do dia seguinte, saindo em diligências para apontar militantes e "aparelhos" da VPR, Zanirato suicidou-se, atirando-se embaixo das rodas de um ônibus, na Avenida Celso Garcia. De qualquer modo, suas primeiras declarações possibilitaram à polícia chegar a dois "aparelhos", onde foram encontrados documentos e armas da organização: um, na Rua Itaqueri, na Moóca, onde foi preso em 29 de junho, Gilson Theodoro de Oliveira, e o outro, na Rua Bonsucesso, no bairro Belém, em 2 de julho, onde residiam José Araújo de Nóbrega e o casal Tereza Ângelo e Gerson Theodoro de Oliveira, irmão de Gilson.

Celso Lungaretti, José Claudio Telles Cubas e sua mãe Maria Joana Telles Cubas.

Nessa época, encerrava-se a primeira fase da VPR. Com a fusão com o COLINA, surgia a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P).



32. A VAR-Palmares e a "grande ação"

Os primeiros meses de 1969 foram marcados pelas prisões de dezenas de militantes da VPR e do COLINA, inclusive diversos de seus dirigentes. Debilitadas, ambas buscaram; na fusão, um modo de rearticularem-se, formando uma única organização, mais poderosa e de âmbito quase nacional.

No início de junho, membros da VPR e do COLINA, numa casa do litoral paulista, próxima a Peruíbe, realizaram uma primeira reunião. Ao final do encontro, foi emitido um "Informe Conjunto", que comentava sobre "*a perfeita identidade política das duas organizações*", o que deveria conduzi-las à fusão, só ainda não concretizada oficialmente em face da ausência de alguns membros do CN do COLINA. Foi marcada uma nova reunião para o final do mês, que ultimaria a fusão, e um congresso para referendá-la.

Nesse período, entretanto, as ações armadas não pararam. Na noite de 22 de junho, militantes das duas organizações assaltaram uma Companhia do 10º Batalhão da FPESP, em São Caetano do Sul, roubando 94 fuzis, 18 metralhadoras INA, 30 revólveres Taurus calibre .38, 360 granadas e cerca de 5 mil cartuchos de calibres diversos. Aumentava o arsenal já conseguido com os assaltos à casa de armas Diana e ao 4º RI.

No início de julho, numa outra casa do litoral paulista, em Mongaguá, realizou-se a denominada Conferência de Fusão, com o comparecimento de todos os integrantes dos dois CN. No "Informe sobre a Fusão", datado de 7 de julho de 1969, já aparecia o nome da nova organização, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-P), que iria, também, ganhar a adesão de militantes da Dissidência do PCB de São Paulo (DI/SP) [94]

Estruturalmente, foram criados dois grandes setores: o Setor de Luta Principal (SLP), para tratar do treinamento e da formação da "coluna guerrilheira"; e o Setor de Lutas Complementares (SLC), encarregado das lutas urbanas e da coordenação das regionais de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Bahia. Na determinação da área estratégica para a implantação da guerrilha rural, foi vencedora a proposta do COLINA, sendo escolhida uma área com mais de 100 mil km^2, nos Estados do Maranhão, Goiás e Piauí, abrangendo as cidades de Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Apesar da fusão ter sido concretizada, as discussões da conferência não foram tranquilas, transcorrendo num clima tenso e, por vezes, tumultuado. Os "massistas", oriundos do COLlNA, mais bem preparados politicamente, criticavam os "militaristas" da VPR, pelo "imediatismo revolucionário" que defendiam. Ao mesmo tempo, entrando com 55 mil cruzeiros e um grande arsenal de armas, munições e explosivos, os oriundos da VPR sentiam-se moralmente fortalecidos, em face do nenhum dinheiro e das duas metralhadoras Thompson e quatro pistolas trazidas pelo COLINA. Entretanto, tudo foi esquecido quando Juarez Guimarães de Brito apresentou o seu trunfo, o planejamento da "grande ação", que poderia dar à VAR-P a sua independência financeira.

Gustavo Buarque Schiller, o “Bicho”, era um secundarista da Guanabara que havia participado das agitações estudantis de 1968 e, através de militantes do NML, era ligado ao COLINA. De família rica,

---

[94] Foi eleito o seguinte CN (três oriundos de cada organização): Carlos Lamarca, Antônio Roberto Espinosa e Cláudio de Souza Ribeiro da VPR e Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Franklin Paixão Araújo, do ex-COLINA.

morava em Santa Tereza, próximo à casa de sua tia, Anna Benchimol Capriglione, conhecida como sendo a "amante do Adhemar", ex-Governador de São Paulo. Ao saber que no casarão de sua tia, na Rua Bernardino dos Santos, havia um cofre com milhões de dólares, levou esse dado à organização.

No início de maio de 1969, o "Bicho" recebeu de Juarez Guimarães de Brito a incumbência de realizar levantamentos mais acurados para um futuro assalto. Descobriu, então, que não havia só um, mas dois cofres, o segundo num escritório em Copacabana. Descobriu também, que deveria haver, nos cofres, de 2 a 4 milhões de dólares, além de documentos que poderiam incriminar por corrupção, o ex-Governador.[95]

Juarez vislumbrou a "grande ação". Num assalto simultâneo, arrecadaria recursos financeiros nunca antes conseguidos por uma organização e, com os documentos, poderia desmoralizar um dos articuladores da Revolução de 1964. Necessitando de mais dinheiro para o roubo dos cofres, Juarez decidiu executar o que denominou de "ação retificadora", assaltando em 11 de julho, a agência Muda, do Banco Aliança. O assalto não proporcionou o resultado esperado: além de só terem apurado 17 mil cruzeiros, foram perseguidos pela polícia, quando Darcy Rodrigues assassinou o motorista de táxi Cidelino Palmeira do Nascimento.[96]

Feitos os levantamentos para o roubo dos cofres, concluiu-se que o assalto ao cofre de Copacabana necessitava de um tempo maior de planejamento, o que a "revolução" não poderia conceder. Decidiu-se, então, pelo roubo de Santa Tereza.

Na tarde de 18 de julho de 1969, 13 militantes da VAR-P, disfarçados de policiais e comandados por Juarez Guimarães de Brito, invadiram o casarão de Anna Benchimol Capriglione, à cata de "documentos

---

[95] Adhemar de Barros fora destituído do cargo de governador de São Paulo e cassado em 1966, mas isso não o impediu de continuar controlando o jogo de bicho no Estado do Rio de Janeiro. O dinheiro arrecadado nessa contravenção era guardado na casa de Ana. (NE)

[96] Os assaltantes foram: Chael Charles Schreier. Adilson Ferreira da Silva, Fernando Borges de Paula Ferreira, Flávio Roberto de Souza, Darcy Rodrigues, Reinaldo José de Melo e Sônia Eliane Lafoz.

subversivos". [97] Após confinarem os presentes numa dependência do térreo da casa, um grupo subiu ao 2º andar e levou, através de cordas lançadas pela janela, o cofre de 200 kg, colocado numa Rural Willys.



Ela guardava o tesouro de segredos do ex-governador

GANGS DE BANCOS TAMBÉM ROUBAM COFRE DE ADEMAR

Depoimentos

Quinze

Seis ficaram

Fuga

Em menos de 30 minutos, consumava-se o maior assalto da subversão no Brasil. Levado para um "aparelho" localizado próximo ao largo da Taquara, em Jacarepaguá, o cofre foi aberto com maçarico, com o cuidado de enchê-lo de água, através da fechadura, para evitar que o dinheiro se queimasse. Aberto, os militantes puderam ver, maravilhados, "*milhares de cédulas verdes boiando*". Penduraram as notas em fios de "nylon" estendidos por toda a casa e

[97] Erradamente, Emiliano José e Oldack Miranda; autores do livro "Lamarca - o Capitão da Guerrilha", Global Editora, São Paulo, 1980, afirmam, na página 59, que Carlos Lamarca comandou a "ação de Santa Tereza". Participaram do roubo: Wellington Moreira Diniz, José Araújo de Nóbrega, Jesus Paredes Sotto, João Marques de Aguiar, João Domingos da Silva, Flavio Roberto de Souza, Carlos Minc Baumfeld; Darcy Rodrigues, Sonia Eliane Lafoz, Reinaldo José de Melo, Paulo César de Azevedo Ribeiro, Tânia Manganelli e mais um terrorista da VAR-P.

secaram-nas com ventiladores. Ao final, os dois milhões, oitocentos mil e sessenta e quatro dólares atestavam o sucesso da "grande ação".

Entretanto, entre os documentos encontrados, só havia cartas e papéis pessoais e nada que pudesse incriminar o ex-Governador, além das inevitáveis especulações sobre as origens da fabulosa quantidade de dólares. O destino dado ao dinheiro nunca foi devidamente esclarecido, perdido nos obscuros meandros da cobiça humana sobrepondo-se à ideologia.

Juarez e Wellington Moreira Diniz deixaram todo o dinheiro num "aparelho" da Rua Oricá, 768, em Braz de Pina, guardado por Luiz Carlos Rezende Rodrigues e Edson Lourival Reis Menezes. Após alguns dias, Juarez foi buscar o dinheiro e determinou que essas duas "testemunhas" viajassem para a Argélia. Edson foi em 12 de agosto, a fim de comprar armas e Luiz Carlos, para fazer um curso de guerrilha.[98]

Cerca de 300 mil dólares foram colocados em circulação, sabendo-se que muitos militantes receberam 800 dólares para emergência e os dirigentes passaram a viver sem dificuldades financeiras. Inês Etienne Romeu recebeu 300 mil dólares. Cerca de 1,2 milhões foram distribuídos pelas regionais, para aquisição de armas, "aparelhos" e carros, além da implementação das possíveis áreas de treinamento de guerrilhas. No final de setembro, Maria do Carmo Brito entregou ao Embaixador da Argélia no Brasil, Hafif Keramane, a quantia de 1 milhão de dólares. As ligações do Embaixador Keramane com o COLINA, através de Juarez e Maria do Carmo Brito, iniciaram-se em 1968, tendo o diplomata argelino auxiliado essa organização na aquisição de armas e na preparação de viagens de militantes para fazer curso na Argélia, como a de Chizuo Ozawa ("Mário Japa"), em novembro de 1969.

Quanto a Gustavo Buarque Schiller, o "Bicho", seu destino foi mais claro - se não, trágico - do que o dos dólares que denunciou. Logo

[98] No início de 1970, já no Brasil, Luiz Carlos Rezende Rodrigues pediu para Jorge Frederico Stein levar do Rio Grande do Sul para a Guanabara, em duas viagens, a quantia de 220 mil cruzeiros.

após o assalto, passou para a clandestinidade no Rio Grande do Sul, onde usou os codinomes de "Luiz" e "Flávio". Preso em 30 de março de 1970, foi banido para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço. Depois de passar longos anos de dificuldades financeiras na França, retornou ao Brasil em 18 de novembro de 1979. Movido por "conflitos existenciais", suicidou-se em 22 de setembro de 1985, atirando-se de um edifício de Copacabana.

Com os dólares, com as armas e com os militantes preparados, a VAR-P nascia grande e prometia tornar-se a maior das organizações subversivas brasileiras. Os conflitos ideológicos entre seus integrantes, originados de uma fusão que nunca desceu da cúpula dirigente às bases, acabariam por dividi-la e enfraquecê-la.



33. VAR-P: O “Congresso do Racha”

Após a Conferência de Fusão entre a VPR e o COLINA, os meses de julho e agosto de 1969 foram dedicados à preparação do I Congresso Nacional da VAR-P, posteriormente conhecido como o "Congresso do Racha", com a redação das teses para o Congresso e a realização das Conferências Regionais para a discussão dessas teses para a eleição dos delegados.

Entrementes, na noite de 29 de julho, a VAR-P perdia dois expressivos militantes, oriundos da DI/SP, num tiroteio com policiais num posto de gasolina da Barra Funda, bairro da capital paulista: Fernando Borges de Paula Ferreira - amante de Sonia Eliane Lafoz – que morreu no local, e João Domingos da Silva que faleceu posteriormente em face dos ferimentos. Nesse tiroteio ficaram gravemente feridos três policiais, Francisco Rocha, José Roberto M. Salgado e Adriano Ramos, além do funcionário público Osmar Antônio da Silva.

Quanto às teses para o Congresso, pelo lado dos oriundos da VPR, dois documentos marcavam uma posição nitidamente foquista, desprezando o trabalho junto às massas e privilegiando, de um modo total e absoluto, a coluna guerrilheira: "A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução", conhecido como as "teses do Jamil" e escritos por Ladislas Dowbor; e o documento "Área Estratégica-Coluna Móvel Guerrilheira", preparado por Carlos Lamarca e Juarez Guimarães de Brito, expressando as ideias do "teórico" Chizuo Ozawa.

Ao mesmo tempo, uma comissão de militantes cuja origem era o COLINA, escrevia os documentos "Teses sobre a Tática" e "Política de Organização", expressando uma posição contra o foquismo e o militarismo, defendendo uma linha socialista.[99] Ainda dentro dessa mesma posição, passaram a circular os documentos "Estratégia", "Guerra Revolucionária", "Situação Internacional, América Latina e Realidade Nacional" e "Contribuição à Elaboração de uma Linha de Massa", este preparado pela regional do Rio Grande do Sul. Em resposta às teses de Ladislas Dowbor, Alvaro Arthur do Couto Lemos Neto escrevia "A Subversão de nossa Estratégia pelo Camarada Jamil".

Na Conferência Especial dos Deslocados, foi aprovado o documento "Revolução no Foquismo"; redigido por "Helio Moreira", pseudônimo utilizado por Apolo Heringer Lisboa, no qual criticava a coluna guerrilheira e defendia a deflagração de "pequenas guerrilhas irregulares", em estreita vinculação com o movimento de massa, cujos efetivos nelas empenhados seriam os embriões de um futuro exército.

Em meados de agosto de 1969, começaram a chegar os primeiros delegados ao congresso, realizado numa casa em Teresópolis. Compareceram os seis integrantes do CN da VAR-P e nove delegados eleitos pelas conferências regionais. José Raimundo da Costa e Celso Lungaretti apresentaram-se como representantes de São Paulo, sem terem sido eleitos por uma conferência, que não foi realizada sob a alegação de problemas de segurança. Não foram aceitos, e, durante

[99] Constituíram a comissão: Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Carlos Alberto Soares de Freitas.

seis dias, o congresso aguardou para que a conferência da regional paulista elegesse regularmente dois novos delegados.

Completando-se os 16 militantes com direito a voto, a Conferência dos Deslocados elegeu um delegado especial, Apolo Heringer Lisboa. Foram também convidados, com direito apenas a voz, outros seis militantes. Na equipe de segurança e manutenção havia 11 militantes.

O grande ausente do congresso foi Ladislas Dowbor ("Jamil"), cujo documento suscitou as maiores polêmicas, além de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do comando da ex-VPR.

Durante cerca de 20 dias, 33 militantes transformaram aquilo que seria o I Congresso Nacional da VAR-P num festival de bebedeiras e tóxicos, recheado por acirradas discussões políticas que, por pouco, não degringolaram em agressões físicas e tiros.[100] Os debates foram prejudicados pelo deficiente encaminhamento da ordem do dia e pelo baixo nível político da médio dos participantes.

Já no início do congresso apareceram divergências ao realizarem o balanço da fusão e o funcionamento da estrutura do CN da VAR-P. Os delegados criticaram a Conferência da Fusão, estabelecida pela decisão da cúpula sem que tivessem sido ouvidas as bases, e não chegaram a um acordo sobre a estrutura da organização, pois as divergências de pensamento político eram profundas.

Nas discussões sobre estratégia e tática, formaram-se três posições: a primeira, a da maioria, defendia a linha estabelecida pelos documentos confeccionados pelo ex-COLINA, a da revolução socialista, com a luta armada sendo realizada simultaneamente com a coluna guerrilheira no campo e a classe operária e segmentos populares nas cidades; a segunda, a da minoria, defendia uma linha nitidamente foquista, estabelecida nas "teses do Jamil", onde o aspecto militar era mais importante que o político e a coluna

[100] Cláudio de Souza Ribeiro bebeu o tempo todo; Raul Moura Ellwanger dormiu com Ana Matilde Tenório da Mota, esposa do ausente Fernando Carlos Mesquita e Darcy Rodrigues tentou violentar uma das mulheres presentes.

guerrilheira no campo era o único aspecto essencial; e a terceira, representada apenas pelo voto isolado de Apolo Heringer Lisboa, que negava a coluna guerrilheira e acusava as duas outras propostas de foquistas.

A "maioria" procurava respostas lógicas, alicerçadas no maior conhecimento político dos militantes cuja origem era o COLINA. A minoria, os foquistas; respostas rápidas e ideológicas, consequência do militarismo extremado da ex-VPR. No dia 5 de setembro, durante o congresso, um exemplo típico do estado de espírito que reinava nesse conclave foi a entrada intempestiva de um dirigente da ex-VPR, numa sessão plenária, gritando, em altos brados a respeito do sequestro do embaixador americano, realizado no dia anterior pela ALN e pelo MR-8: "*Enquanto nós discutimos, eles estão fazendo a revolução!*"

Nas discussões noturnas sobre a tática, cristalizaram-se as divergências e apareceu o denominado "grupo dos 7" ou "racha dos 7". Logo depois, apresentando as divergências como irreconciliáveis, o "grupo dos 7" retirou-se do plenário, lendo um documento datado de 26 de setembro, no qual explicitava a sua decisão: "Fica suspensa a ultimação da fusão VPR-COLINA" e "Fica restaurada a vida orgânica da VPR".[101]

Concretizara-se o "racha". A VAR-P e o "grupo dos 7" reuniram seus representantes e chegaram a um acordo sobre a divisão do patrimônio, segundo o qual o "racha" ficaria com 10% do dinheiro e 60% das armas.

Após a saída dos 7, houve mais uma sessão entre os que ficaram quando reafirmaram a disposição de permanecer na VAR-P e

[101] O "grupo dos 7" era integrado por: Carlos Lamarca Cláudio de Souza Ribeiro, Chizuo Ozawa, Darcy Rodrigues; José Raimundo da Costa, Celso Lungaretti e José Araújo de Nóbrega. Também foi chamado Antônio Rodrigues Espinosa, do ex-CN/VPR, que, em inflamadas discussões, foi pressionado a aderir ao "racha dos 7". Espinosa respondeu que eles estavam livres para sair e que ele continuaria com a VAR-P.

elegeram um CN provisório.[102] Decidiram desmobilizar o congresso durante 10 dias (por problemas de segurança, advindos da saída dos 7) e iniciar a sua segunda fase, após relatar o ocorrido às bases.

Entretanto, alguns dias depois, apareceu uma nova divisão na VAR-P, conhecida como o "racha dos 4" e consubstanciada pelo documento "Cerrar Fileiras por uma Linha Revolucionária". [103] Os quatro, imediatamente, receberam a adesão de mais um participante do Congresso, Liszt Benjamin Vieira, que afirmou também num documento, "nada se nega à Coluna". O "grupo dos 4" unia seus dólares às armas do "grupo dos 7".

Nos primeiros dias de outubro, apos contraditar o novo "racha" com o documento "Pela Unidade de Princípios, Contra o Oportunismo", a VAR-P designou uma comissão para dialogar com os dissidentes, no bar do Hotel das Paineiras, na Floresta da Tijuca. O já então "grupo dos 12" exigiu o nome "VAR-Palmares", dizendo que eles é que davam "peso internacional ao nome". A VAR-P não aceitou, retrucando que já tinham divulgado o ocorrido às bases. Em seguida, o grupo denunciou o acordo sobre o patrimônio que havia sido efetuado no congresso, afirmando que o material deveria ser distribuído proporcionalmente pela quantidade de militantes das organizações que haviam participado das ações armadas e que o obtiveram. Com isso, a VPR seria regiamente aquinhoada com armas e dinheiro. Não obtendo o concorde da VAR-P e após inflamadas discussões, decidiu-se que cada um ficaria com o que já possuía. De qualquer modo, o "grupo do racha" ficou com a maior parte do dinheiro e das armas. Com a VAR-P ficaram cerca de 800 mil dólares. "*Uma vitória de Pirro para a maioria da VAR*".[104]

Nos meses seguintes, grande seria a corrida das duas organizações para o aliciamento das bases. Em setembro, por ocasião do "racha",

---

[102] O CN provisório era composto por Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão Araújo e Antônio Roberto Espinosa.

[103] Compunham o grupo dos quatro e assinaram o documento: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho e Wellington Moreira Diniz.

[104] José, E. e Miranda, O: "Lamarca – O Capitão da Guerrilha", Global Editora, SP, 1980, pág: 63.

a VAR-P possuía cerca de 300 militantes. No final de 1969, mais ou menos 100 militantes haviam permanecido na VAR-P, 100 estavam presos e outros 100 já estavam com a VPR ressurgida após o "racha".

A VAR-P havia perdido a oportunidade de tornar-se a maior organização subversiva brasileira.



34. A VAR-P encerra o seu I Congresso Nacional

Interrompido o "Congresso do Racha" em Teresópolis e já tendo acontecido o "racha dos 4", a VAR-P continuou a 2ª fase do congresso, realizado no início de outubro de 1969, no Rio de Janeiro, num apartamento próximo à Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon, com o comparecimento de todos os militantes da 1ª fase que não aderiram ao "racha", com o acréscimo de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, do ex-CN/VPR.

Além de estabelecer o caráter socialista da revolução brasileira, o congresso da VAR-P determinou que a tática principal seria a coluna guerrilheira, enquanto que as guerrilhas irregulares no campo e na cidade deveriam ser encaradas como formas secundárias de luta. Estabeleceu também a criação de organizações clandestinas de massa no campo e na cidade, a fim de levar a luta armada às massas e formar um futuro exército, a partir da coluna.

Foi eleito um novo CN, e, por problemas de segurança, resolveram encerrar o congresso, nomeando comissões para a redação das resoluções.[105]

Ainda em outubro de 1969, a VAR-P realizou a primeira reunião de seu CN, no Rio de Janeiro. Foi nessa reunião que foram redigidas as resoluções do I Congresso da VAR-P, consubstanciadas nos seguintes documentos: "Programa", "Estatuto", "Estratégia", "Tática", "Tática para o Trabalho no Campo", "Tática para o MO", "Situação Naciona1 e Análise de Classe" e "Balanço Crítico da VAR-Palmares". No final de todos os documentos, aparecia o lema que celebrizou a VAR-P: "*Ousar lutar- Ousar Vencer*".[106]

Nessa época, mais de uma dezena de militantes que haviam sido expulsos da Ala Vermelha ingressaram na VAR-P. [107] A VAR-P procurava assim aumentar seus quadros e articulava-se nos Estados de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia; Goiás, Paraná e Ceará.

Em 15 de novembro, através do documento "Carta Aberta à Direção", um grupo, liderado por Apolo Heringer Lisboa, desligou-se da VAR-P e foi constituir a Dissidência da VAR-Palmares (DVP).

Na noite de 21 de novembro, a polícia chegou num dos "aparelhos" da organização, localizado na Rua Aquidabã, nº 1530, apto 101, no Méier, na Guanabara. Após a voz de prisão, seus ocupantes resistiram a tiros e petardos de dinamite, sendo presos Antônio Roberto Espinosa, do CN, Chael Charles Schreier e Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Fanatizados, Chael chegou a ingerir veneno - apesar dos agentes terem procurado impedir a ação - vindo a falecer no dia

[105] O novo CN era composto por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Carlos Franklin Paixão Araújo, Mariano Joaquim da Silva e Antônio Roberto Espinosa.

[106] A VPR também usava esse lema.

[107] Ingressaram na VAR-P nessa ocasião: James Allen Luz, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Honório Amorim Bezerra, Eliezer Vaz Coelho, Lúcio da Costa Fonseca, Chaouky Abbara, Domingos Quintino dos Santos, e os irmãos Dimas e Denis Antônio Casemiro, este, logo depois, entrando em divergências com seu irmão e ingressando na VPR.

seguinte. Maria Auxiliadora, dois dias depois, tentou enforcar-se.[108] Espinosa, ao contrário, apontou diversos "aparelhos" e elementos da VAR-P, inclusive da VPR, onde havia militado. Com a sua "queda", iniciava-se o desvelamento da estrutura da VAR-P.

Após a prisão de Espinosa, Cláudio Jorge Câmara foi cooptado para o CN e designado para dar assistência ao Setor de Operações na Guanabara, que se encontrava em processo de organização e montagem e seria, posteriormente, incorporado ao Comando Regional (CR).

Na segunda quinzena de dezembro, realizou-se, na cidade de Guarapari/ES, uma reunião do CN. Essa reunião, que durou quase dez dias, foi praticamente dedicada à elaboração de documentos sobre política de organização, os quais passariam a orientar os militantes sobre os critérios de recrutamento, métodos de direção, finanças, normas de segurança e estrutura orgânica. Foram, ainda, discutidas e formuladas resoluções sobre a situação geral da VAR-P, que constaram do documento "Balanço Político e Orgânico da VAR-P". Decidiu-se pela redução dos deslocamentos de militantes, em face dos problemas de segurança, e pela designação dos membros do CN para darem assistência aos diversos organismos subordinados.

Foi criado na ocasião o equivalente a uma Comissão Executiva, composta por duas subcomissões: a Executiva de Luta Secundária, integrada por Jorge Eduardo Saavedra Durão, responsável pela assistência aos CR de MG, BA e GO e a denominada "Imprensa Nacional", por Carlos Franklin Paixão de Araújo, assistente dos CR de SP e RS, e por Cláudio Jorge Câmara, que ficou responsável pelos Setores de operações e de Comunicações no CR da Guanabara; e a Executiva de Luta Principal, integrada por Calos Alberto Soares de Freitas, que tinha a missão de assistir e estruturar os setores logísticos, de treinamento e de área, que seriam os responsáveis pela implantação e treinamento da Coluna Guerrilheira. Fazia também, parte dessa Executiva Mariano Joaquim da Silva, que ficou incumbido de realizar contatos de campo em Goiás, onde faria levantamentos de área.

[108] Maria Auxiliadora Lara Barcelos viria a cometer suicídio em 1976 na República Federal da Alemanha.

A Executiva de Luta Principal, na prática, pouco fez, principalmente por concluir que seria impossível iniciar-se qualquer atividade de treinamento militar pela inexistência de elementos especializados para instruir os seus militantes. Para sanar essa deficiência, o CN da VAR-Palmares designara James Allen Luz para planejar o sequestro de um avião para Cuba, que visava, entre outros objetivos, obter tal treinamento naquele País.



35. O ressurgimento da VPR

Após o "Congresso do Racha" e a reunião com uma comissão da VAR-P, no bar do Hotel das Paineiras, o "grupo do racha" designou uma Comissão Reestruturadora Nacional, integrada por Carlos Lamarca, Juarez Guimarães de Brito e Cláudio de Souza Ribeiro, a fim de reorganizar a VPR.

Entretanto, o mês de outubro de 1969 foi trágico para a VPR. No dia 14, a prisão de Reinaldo José de Melo, que havia participado da "grande ação", possibilitou a identificação de diversos militantes da VAR e dos que haviam aderido ao "racha". No dia 16, foi preso Carlos Minc Baumfeld, que também participara do roubo do cofre, e que denunciou o "aparelho" da VPR, na Rua Toroqui, nº 59, em Vila Kosmos, na Guanabara, onde residia com sua amante Sônia Eliane Lafoz e Eremias Delizoikov, que, resistindo a tiros à voz de prisão, morreu no local. Alguns dias depois, a VPR distribuiu um panfleto clamando por vingança aos seus mortos, particularmente Eremias, e ameaçando os militares do Exército: *"(...) podem esperar, nós vamos enchê-los de chumbo quente*".

No início de novembro de 1969, foi realizado um Congresso Nacional na Barra da Tijuca, no Rio, [109] e o "grupo do racha" adotou, oficialmente, o antigo nome de VPR e elegeu um novo CN. [110]

A estrutura foi reformulada, criando-se dois comandos subordinados ao CN: o Comando Rural ou de Campo e o Comando Urbano, que possuía, em cada regional, um Setor de Inteligência e uma Unidade de Combate (UC).

Desde agosto de 1969, a regional de São Paulo da antiga VPR possuía um sítio em Jacupiranga, próximo ao km 254 da BR 116, onde fazia treinamentos de tiro e marchas tipo guerrilha. Lamarca, nomeado comandante-em-chefe da VPR, não havia participado do congresso, pois se encontrava dirigindo esses treinamentos. Entretanto, a proximidade dessa área a uma rodovia e a regiões urbanas fez com que a VPR a desmobilizasse e ativasse a área de Registro, no Vale da Ribeira. Além desta, a VPR iniciou a preparação de mais duas áreas de treinamento, visando à implantação de uma futura coluna móvel guerrilheira: em Goiás, para onde foi enviado o militante Manoel Dias do Nascimento; e na região Norte do Rio Grande do Sul, entre Três Passos e Tenente Portella, dirigida por Roberto Antônio de Fortini, que chegou a criar, em dezembro de 1969, uma empresa de "fachada", a "Sociedade Pesqueira Alto Uruguai Ltda".

No final de novembro de 1969, a VPR sofreu uma defecção importante em seus quadros dirigentes, com a saída de Cláudio de

[109] Entre outros, estiveram presentes: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Cláudio de Souza Ribeiro, Darcy Rodrigues, Herbert Eustáquio de Carvalho, Liszt Benjamin Vieira, Inês Etienne Romeu, Diógenes José Carvalho de Oliveira, Ladislas Dowbor, Sonia Eliane Lafoz, Iara Iavelberg (amante de Lamarca) e Oswaldo Soares.

[110] O CN era composto por: Carlos Lamarca, Maria do Carmo e Ladislas. Juarez não quis integrar o CN, preferindo ficar em sua assessoria, juntamente com Herbert.

Souza Ribeiro, por motivos amorosos, que se vinham traduzindo em conflitos emocionais e intermináveis bebedeiras.[111]

Em dezembro, a UC da VPR na Guanabara realizou dois assaltos para roubo de armas: a um quartel do Exército, em Triagem, quando foram obtidas duas metralhadoras, e a um quartel da Aeronáutica, na Avenida Brasil, quando três fuzis foram levados. Nos últimos dias do ano, em "frente" com a ALN, o MRT e a REDE, a VPR assaltou os bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, em São Paulo.

O ano de 1969 encerrou-se com um mau presságio para a VPR. A prisão, em 29 de dezembro, em Nanuque, Minas Gerais, do ex-Cabo do Exército José Mariane Ferreira Alves, que havia participado do roubo de armas do 4º RI, levou a polícia a descobrir as ligações de Lamarca com dois oficiais da ativa do Exército, o Capitão Altair Luchesi Campos e o Tenente Rui Amorim de Lima. Apesar do Cabo Mariane ter optado em ficar na VAR-P, sua militância anterior na VPR possibilitou o desvendamento da infiltração desta organização no Exército.



[111] Ex marinheiro e possuidor de curso em Cuba, em 1966, quando ainda no MNR, Cláudio de Souza Ribeiro sempre foi considerado como “linha de frente” da VPR, integrando diversos de seus comandos nacionais e, inclusive, tendo participado do “racha dos 7”. Apaixonando-se por Cleide Dall’Olio, saiu da VPR e foi morar com sua amásia em Recife. Entretanto a história de amor não iria chegar a um final feliz. Em 22 de julho de 1971, por ciúmes, Cláudio assassinou Cleide e entregou-se à polícia, tendo tentando suicídio em agosto. Seis anos depois, em julho de 1977, Cláudio fugiu da penitenciária de Itamaracá.

36. Resistência Democrática (REDE)

Antes da fusão da VPR com o COLINA, Eduardo Leite ("Bacuri") já se encontrava em divergências com a sua organização, a VPR. Após o Congresso de Mongaguá/SP, em abril de 1969, "Bacuri" constatou que as tarefas estabelecidas no conclave não estavam sendo levadas à prática e que a coordenação da VPR não conseguia implantar a linha política lá definida.

No dia 9 de agosto, foi distribuído nas ruas de São Paulo um panfleto da "Resistência Nacional Democrática Popular", organização, até então, inédita para os órgãos de segurança. O panfleto conclamava o povo à luta contra os "generais entreguistas", incentivando a organização de "grupos de ação, de no máximo 6 (seis) pessoas", que teriam como tarefas a distribuição de panfletos, a participação em greves, a sabotagem de empresas estrangeiras e o ataque às instalações da repressão. Os grupos de ação teriam um comandante que faria ligações com outros grupos e, na evolução dos acontecimentos e na intensificação das ações, seria escolhida uma coordenação para a ação conjunta de mais de um grupo. Esta coordenação integraria o organismo à REDE, ou seja à Resistência Democrática, como passou a ser conhecida a nova entidade subversiva. O panfleto da REDE era fechado com as palavras de ordem "Liberdade", "Igualdade", "Solidariedade" e pelo slogan "Liberdade ou Morte".

Na verdade, "Bacuri" associou-se a outro descontente, Gilberto Faria Lima, e iniciou a estruturação da organização, restrita de início, aos dois. Compraram um mimeógrafo e a panfletagem de 9 de agosto representou o esforço solitário da dupla. Com o tempo, o grupo cresceu quantitativamente pelo aliciamento de pessoas propensas a participarem de atividades políticas, de cunho subversivo e pela adesão de dissidentes de outras organizações clandestinas.

A REDE não possuía uma linha política que servisse de orientação e guia para os militantes que a integravam. Num esboço de programa, apreendido nas "quedas" de maio de 1970, a organização pretendia adotar uma estrutura baseada em grupos de combate constituídos de

no máximo seis elementos, sendo um deles o comandante. A união de seis grupos constituiria uma companhia, sendo retirado dos seis comandantes de grupo um comandante de companhia. O escalão imediatamente superior seria o batalhão constituído de seis companhias, cujo comandante seria eleito com a participação do comando da REDE. A organização deveria reger-se pelo centralismo democrático, com os grupos discutindo, estudando e participando das decisões do comando.

A REDE, assim como outras organizações surgidas na mesma ocasião, não passava de um grupo de assaltantes sem qualquer perspectiva e sem objetivos nítidos. Segundo Eduardo Leite ("Bacuri"), sua maior liderança, a REDE pretendia derrubar o Governo através da luta armada, entretanto a ação marginal que desenvolvia nunca foi além de assaltos para a manutenção de seus militantes clandestinos.

A REDE, através seus quadros mais politizados, tentou elevar o nível ideológico de seus militantes. Com esse objetivo, Denize Peres Crispim, amásia de "Bacuri", ministrou cursos de politização em Bom Jesus de Pirapora. Durante os cursos eram realizados também treinamentos de tiro. Além dos assaltos que a caracterizaram, a organização realizou algumas panfletagens no centro da cidade de São Paulo.[112]

A falta de efetivo suficiente levou a REDE a efetuar suas ações “em frente” com outras organizações, destacando-se a afinidade que tinha com o MRT, com a VPR e com a ALN.

Em setembro, alguns de seus elementos incendiaram vários caminhões pintados com as cores do Exército que estavam estacionados no pátio da Fábrica Ford, em Vila Prudente/SP.[113]

---

[112] Os panfletos, sem muita imaginação, repetiam os chavões de sempre, utilizados pelas esquerdas. O encarregado de redigir a documentação da organização era Fernando Kolleritz, ex militante da VPR que havia participado das ligas camponesas até 1964.

[113] Participaram da ação: Gilberto Faria Lima, Ismael Andrade dos Santos e Walter Olivieri, chefiados por "Bacuri".

No assalto realizado em outubro, a dois funcionários da Light, em São Bernardo do Campo, o terrorista Walter Olivieri, motorista do automóvel usado na ação, foi ferido superficialmente com um tiro nas costas, vítima da imperícia de Ismael Andrade dos Santos ao descarregar suas armas.



Caminhão Ford F-6 1948

No dia 5 de outubro, foi realizada uma tentativa de assalto ao Supermercado Peg-Pag da Avenida Américo Brasiliense, em Santo Amaro, pela "frente" constituída pela REDE e pelo MRT. Devanir José de Carvalho, líder do MRT, havia comprado dias antes um caminhão Ford 48, onde pretendia transportar o cofre do supermercado. O caminhão, transportando areia e pneus velhos, tinha sido preparado para receber o impacto do cofre que seria atirado de uma janela do andar superior.

De madrugada, quando a equipe de assaltantes se dirigia pra a área, o Volkswagen dirigido por Devanir José de Carvalho e guarnecido por Mocide Bucheroni e Ismael Andrade dos Santos, ambos da REDE, foi interceptado por uma viatura da radiopatrulha que fazia o policiamento rotineiro. Devanir estacionou o veículo, sacou seu revólver .38 e aguardou. Quando o soldado da FPESP Abelardo Rosa de Lima, mais conhecido como "Rosani", aproximou-se da porta do motorista para pedir documentos, recebeu um tiro no peito. Mocide Bucheroni, complementando o "serviço", saiu do carro e disparou uma rajada de metralhadora contra a vítima agonizante e outra contra a viatura da radiopatrulha.

Da ação, que aumentou o rol das vítimas fatais do terror, participaram também pela REDE Eduardo Leite "Bacuri" e Walter Olivieri. [114]

Em novembro, a REDE e o MRT prosseguiram sua caminhada espalhando a morte e o terror. Na investida contra a agência do INPS na Lapa, três de seus membros adentraram o escritório e, para realizar a "expropriação", mataram um guarda de segurança e feriram outro. [115] Na fuga empreendida, Devanir, que dirigia o Volkswagen, atropelou um pedestre e, ao fazer uma curva, em alta velocidade, bateu na traseira de um caminhão de entrega da Coca-Cola que estava estacionado. Impedido de prosseguir, o famigerado trio retirou sob a ameaça das armas o motorista de um carro que vinha atrás e, apossando-se do veículo, completou a retirada.

Ainda em 1969, a REDE assaltou "em frente" com o MRT a agência da Light da Rua Siqueira Bueno nº 37, em Belém, dia 8 de setembro, e o veículo perua da Heliogás, em novembro. Com o auxílio da ALN, da VPR e do MRT, a REDE participou do assalto simultâneo contra os bancos Itaú-América e Mercantil, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, no dia 29 de dezembro.[116]

A falta de quadros experientes levou a REDE a optar pela constituição de "frentes" na realização de suas ações. Tal fato, aliado à inexistência de uma linha política definida, provocaria, com a "queda" de maio de 1970, a absorção de seus remanescentes pela ALN.



[114] No final de outubro, "Bacuri" expulsou da organização o militante Ismael Andrade dos Santos. Ismael recebeu a missão de alugar um "aparelho" para a organização e gastou o dinheiro em benefício próprio.

[115] Os três eram: Denize Peres Crispim, Eduardo Leite ("Bacuri") e Devanir José de Carvalho ("Henrique").

[116] Além dos militantes já citados a REDE, na ação da Av. Brigadeiro Luiz Antonio, contou com a participação de Elias Marijas Junior e José Bezerra do Nascimento, que haviam sido aliciados para a organização no mês de dezembro.

37. A "Corrente Dois" da AP funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores

Vinícius Caldeira Brant, tendo obtido a aliança de Maria do Carmo Ibiapina de Menezes - com quem passara um período na França - do marido dela, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes; de Altino Rodrigues Dantas Júnior - que regressara de uma visita a Cuba - de Alípio Cristiano de Freitas e outros, apresentara suas ideias no documento "Duas Posições", durante a 1ª RADN da AP.[117] Expulso dessa organização, o grupo que ficara conhecido como "Corrente 2" iniciou estudos e contatos para a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

As divergências essenciais entre as posições do PRT e da AP configuravam-se, a nível estratégico, na caracterização da revolução brasileira. Enquanto o PRT a estabelecia como socialista e realizada numa única etapa, a AP a definia como democrática-burguesa numa primeira etapa. Segundo o PRT, as tarefas democráticas e nacionais seriam realizadas durante a revolução socialista, sem caracterizar uma etapa. A Guerra Popular, escolhida pela AP como o caminho revolucionário, era contestada pelo PRT que fazia opção pela Guerra Revolucionária das massas para a implantação da "Ditadura do Proletariado".

Finalizando as críticas à AP, o PRT, que não aceitava o pensamento de Mao Tse-Tung como a 3ª fase do marxismo, afirmava que "a ligação com as massas", dentro de uma visão leninista, significava ligar-se através do programa, dirigindo-as como sua vanguarda e incutindo nelas a ideologia proletária.

A AP desejava, segundo o PRT, que o militante de origem pequeno-burguesa se "purificasse", integrando-se na produção como operário ou camponês.

---

[117] A ida de Vinícius Caldeira Brant como representante da AP ao 1º Congresso da OLAS em julho/agosto de 1967 e sua permanência na França, num exílio voluntário, contribuíram para que formasse uma ideia sobre a revolução brasileira diferente daquela trazida da China por alguns dirigentes da organização.

O ano de 1969 foi consumido em estudos, pelos líderes do PRT, para a confecção dos documentos que serviriam de base para a formalização do partido.

Entre 17 e 27 de setembro de 1969, em Formoso/GO, às margens da estrada Belém-Brasília, foi realizado o I Congresso do PRT, onde foi aprovado o "Projeto de Programa". Além da confirmação de sua estratégia, foco da dissensão com a AP, o projeto estabelecia uma estrutura organizacional semelhante à daquela organização.

Durante o congresso, o PRT elegeu um Comitê Central (CC) de 13 membros, e uma Direção Nacional Provisória (DNP).[118] A DNP deveria convocar uma reunião do CC para escolher uma Direção Executiva de quatro membros.[119]

No aspecto organização, o PRT constituía-se de comitês central, regionais e de zona - secretarias e regiões.[120]

---

[118] A DNP era composta por Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinicius Nogueira Caldeira Brant e Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes.

[119] O CC constituído no I Congresso, o único realizado pelo PRT, era composto de Alípio Cristiano de Freitas, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Vinicius Caldeira Brant, Alberto Henrique Becker, Augusto Nascimento, Manoel de Souza Castro Ferreira, João Francisco e Pedro de Souza.

[120] Na Região 2 (SP, PR e Triângulo Mineiro), o trabalho de direção estava cumulativamente com o trabalho de direção nacional, sendo exercido por Vinicius Caldeira Brant, Maria do Carmo Ibiapina Bezerra de Menezes e Altino Rodrigues Dantas. Tinham a auxiliá-lo, o membro do CC, Alberto Henrique Becker. Na Região 3 (GB, MG e RJ), o trabalho era coordenado por Alípio Cristiano de Freitas, auxiliado por sua mulher Wanda Corsetti Marinho. Antônio de Paulo e Augusto Nascimento eram camponeses do Vale do Pindaré, no Maranhão, e responsáveis pelo trabalho na R7 (MA e PI). "Luciano" ou "Gordo" e Ferreira eram de Recife, e coordenavam os trabalhos na R6 (AL, PE, PB, RN e CE). Para Recife dirigiu-se João Francisco, membro do CC, após abandonar a militância no PRT em Nova Iguaçu/RJ. Na R8 (GO, DF e Leste do MT), o trabalho incipiente estava sob a responsabilidade de Manoel de Souza Castro, camponês do norte de Goiás, irmão de José Porfírio, que mantinha contatos em Uruaçu, Porangatu e Santa Tereza.

Os comitês zonais deveriam ser compostos por 3 bases em funcionamento - a cinco elementos cada - e duas sendo estruturadas.

Cada comitê deveria ter um secretariado de quatro membros, que ocupariam as Secretarias de Guerra Revolucionária, de Organização, de Massas - Agitação e Propaganda - e a de Finanças.

A Secretaria de Guerra Revolucionária seria a responsável pela guerrilha, pela inteligência e pela propaganda armada. A secretaria planejava a aplicação de dois tipos de guerra revolucionária (GR), a rural e a urbana. Na execução da GR do tipo urbana, havia os setores de terrorismo e sabotagem e de expropriações logísticas. A Secretaria de Organização tratava do preenchimento de quadros e do zoneamento das regiões. A de Finanças respondia pelo suporte financeiro da organização, compreendendo as finanças políticas, correspondentes às arrecadações do partido e as finanças militares, resultantes das "expropriações". A de Massas - Agitação e Propaganda - era a responsável pela imprensa e pela realização de panfletagens e pichações.

Na realidade, o CC do PRT não orientava efetivamente o partido, pois não havia militantes suficientes para estruturar e mobiliar todas as regiões da organização. As regiões 2, 3, 6 e 7 (ver nota 120), foram as únicas que conseguiram estruturar o comitê regional, embora não tenham constituído comitês zonais por absoluta falta de militantes.

A organização era efetivamente dirigida pela DNP, que não conseguiu reunir o CC para eleger a Direção Executiva. A carência de quadros e a falta de recursos aproximariam o PRT de outras organizações visando à atuação em "frente".



38. A FBT estrutura-se em nível nacional

Dotada de uma direção nacional, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) estruturou o seu Comitê Regional (CR) do Rio Grande do Sul e, em julho de 1969, organizou o CR de São Paulo.[121]

Nessa época, a FBT possuía o seu jornal oficial "Voz Proletária" e atuava com células nos setores bancário, estudantil e operário, realizando, basicamente, trabalho de massa, com distribuição de panfletos nas portas de fábricas.

Em agosto e setembro, iniciaram-se os contatos entre Vera Lúcia Stringuini, mulher de Vito Antônio Letizia, com José Arlindo Soares e Inocêncio Rodrigues Uchôa, de Pernambuco e Lourival Almeida de Aguiar, do Ceará, que representavam grupos dissidentes do PORT nesses dois Estados. Em outubro de 1969, realizou-se, na localidade de Massapê, no Ceará, a I Conferência Regional do Nordeste, quando se configurou a entrada desses grupos na FBT. Em consequência, foram criados os CR do Ceará e de Pernambuco.

A FBT ampliava suas atividades: dos trabalhos estudantil e operário, realizados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, estendia-se para tentar o trabalho camponês no Nordeste.

39. MPL: Luta Armada x Conscientização das Massas

Durante o ano de 1969 prosseguia no Movimento Popular de Libertação (MPL) a velada luta entre a ideia de Arraes de apoiar a luta armada e a visão do núcleo dirigente no Brasil, que advogava um trabalho de conscientização para que a queda do regime se desse pela pressão das massas.

---

[121] O CR/RS era integrado por Vito Antônio Letizia, Alexandre Schneiders da Silva, Vera Lúcia Stringuini, Sílvio Nogueira Pinto Júnior e Wili Alberto Branks dal Zot. O CR/SP tinha na sua direção: Luiz Carlos Schmidt, Antônio Carlos de Campos e Antônio Gonçalves Pedro Gomes.

Da reunião de fundação, em maio de 1968, resultou uma comissão provisória de sete membros que representaria as diversas tendências enfeixadas no MPL. Na verdade, a organização pretendia ser uma frente de oposição ao governo revolucionário e não uma entidade com estrutura e diretrizes próprias.[122] A aceitação do MPL implicava na união das oposições e na atuação coordenada das organizações subversivas. Na realidade, tal fato não ocorreu. Todos estavam cobiçando apenas os possíveis benefícios que o prestígio de Arraes pudesse conseguir no exterior para as suas organizações. A união ficou unicamente na intenção, inviabilizada desde o princípio, pela dificuldade de comunicação entre a própria comissão provisória e pela clandestinidade a que se submeteu a oposição.

A edição do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, causou uma dispersão no núcleo do MPL, e o afastamento de alguns de seus membros acelerou o esvaziamento da organização. No início de 1969, foi realizada uma reunião de âmbito nacional na fazenda do pai do ex-deputado Márcio Moreira Alves, no Estado do Rio de Janeiro, quando se procurou fazer uma avaliação do significado do AI-5.[123] Este ato revolucionário serviu para acirrar as divergências dentro do MPL. Os adeptos da luta armada reafirmaram seus propósitos, citando, inclusive, a chegada de um elemento de Cuba, possuidor de curso de guerrilhas, que iria responsabilizar-se por um "Grupo Especial" que se dedicaria a obter recursos através da realização de ações armadas.

Arraes, naquela altura, afirmava não se ter surpreendido com a decretação do ato revolucionário, que era a consequência da crise econômica que ele já havia previsto. Pretendendo manter o fluxo de recursos que recebia do estrangeiro, ordenou de Argel que o MPL reativasse seus contatos com as organizações foquistas. Arraes já tinha recebido na capital argelina, porta-vozes de líderes subversivos,

[122] O nome frente só não foi oficializado porque houve reação de algumas organizações, principalmente da Ação Popular, em aceitar a determinação.

[123] Desta reunião participaram, dentre outros Márcio Moreira Alves, Mauro Borges, Dejaci Magalhães, Vitelbino Ferreira de Souza, Marcos Correia Lins, Francisco Pereira de Araújo, Afonso Delelis e Aurélio Wander Chaves Bastos.

reclamando do isolamento a que estavam sujeitos por parte do MPL no Brasil.

Marcos Correia Lins passou a liderar no Brasil, a corrente de oposição ao apoio à luta armada e, independentemente da orientação de Arraes, iniciou a estruturação de uma organização que teria atuação paralela às já existentes. Em carta endereçada a Miguel Arraes, afirmava que Marighela se recusava a falar com ele. Arraes insistiu com Marcos sobre a necessidade de aproximação com as diferentes forças. O MPL - a “frente das oposições" - não deveria discriminar qualquer organização e sim buscar a união de todas.[124]

Em São Paulo, o consultório dentário de Sônia Correia Lins, na Avenida São Luiz 258, sala 510, tornou-se ponto de encontro de subversivos. Lá eram marcados encontros, guardado material impresso, etc. O consultório tinha-se transformado num "aparelho". A movimentação tornou-se tão acintosa, que a irmã de Marcos, sentindo-se ameaçada, viajou para a Europa em julho de 1969.

Na França, Sônia retomou contato com seu outro irmão, Sílvio Correia Lins, que para lá se deslocara quando teve sua prisão preventiva decretada no Brasil.[125] Iniciaram conversações sobre a situação da organização e sobre a necessidade de definição de uma linha política, a fim de encerrar as divergências entre o irmão, Marcos Correia Lins e Miguel Arraes.[126]

[124] Marcos redarguiu, prevendo para breve o extermínio das organizações foquistas. Arraes não concordou com esse ponto de vista, porquanto apreciava o movimento político no Brasil com a visão distorcida pela distância do exílio.

[125] Sílvio era procurado por atividades subversivas no Estado de Pernambuco, na época em que era Secretário de Viação e Obras Públicas do Governo Arraes. Silvio trabalhava como engenheiro da Renault e transitava frequentemente no eixo Paris-Argel em contato com Arraes.

[126] Em Paris, mantinham residência os militantes do MPL Roberto Las Casas, ex-professor da UnB, e Rui Rodrigues da Silva, ex-secretário de Educação do Estado de Goiás, no Governo Mauro Borges. Refletindo o relacionamento Arraes-Marighela, encontravam-se em ligação com os militantes do MPL, em Paris, os militantes da ALN, Frei Osvaldo Augusto de Resende Júnior e Aloisio Nunes.

Em setembro de 1969, Miguel Arraes dirigiu-se a Paris onde se iniciaram as discussões visando definir a linha política do movimento, sua estrutura, sua política de quadros, a estratégia e as táticas. [127] Durante os encontros, o ex-governador propôs que o movimento em formação se fundisse com a ALN e que os elementos originários do MPL passassem a constituir a infra-estrutura de apoio da organização de Carlos Marighela. Houve reação à proposta, e as discussões prolongaram-se até a Páscoa de 1970.

Um dos pontos abordados nas reuniões foi a necessidade do movimento passar a contar com um suporte financeiro autônomo, que mantivesse um fluxo de recursos constante, independente do auxílio internacional.

Por volta de setembro/outubro foi criada em sociedade, por Miguel Arraes e os irmãos Sílvio e Marcos Correia Lins, a firma de importação e exportação Intrade S.A, com sede em Argel. A firma teria a finalidade de atuar no comércio internacional e canalizar recursos para o MPL. Sílvio Correia Lins ficou como um dos diretores da Intrade, com a obrigação de fazer prestação de contas periódica com Arraes.

Antes da definição dos destinos do MPL, já ocorrera um fato que desagradou os que se opunham à fusão com a ALN. Em outubro de 1969, Arraes, sem consultar os demais companheiros do MPL, tomou a iniciativa de criar em Paris a Frente Brasileira de Informações (FBI). Acompanharam o ex-governador de Pernambuco nessa iniciativa o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o Padre Almery Bezerra e Everardo Norões.

Em novembro de 1969, após a morte de Marighela e com o aumento do número de subversivos que fugiam do Brasil e se dirigiam à Europa, Sônia Correia Lins e Rui Rodrigues da Silva montaram um esquema de recepção e encaminhamento daqueles que se dirigiam à França. Os meios para montagem desse esquema foram conseguidos

---

[127] Da discussão participaram Miguel Arraes, Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva, Silvio Correia Lins, Padre Almery Bezerra, Everardo Norões - sobrinho de Arraes - Violeta Arraes Gervessau - irmã de Arraes - e Sônia Correia Lins.

com uma organização protestante, o CIMADE, que possuía um hospital em Paris e um centro de recepção fora da capital francesa.

Ao "Comitê de Entrada" - como ficou conhecida a entidade criada por Sônia e Rui - juntaram-se alguns dos que chegavam de fora e tinham nesta atividade os meios de sobrevivência custeados pelo CIMADE. O comitê, que serviu para promover a organização MPL junto às demais organizações subversivas, tinha a finalidade de dar apoio financeiro e auxílio de ambientação aos subversivos brasileiros.

No final de 1969, o MPL ainda não tinha um fundo ideológico definido caracterizando-se, aos olhos daqueles que se opunham a Arraes, como um movimento de massas de cunho socialista. A única definição era a de que não apoiava a luta armada.

A aproximação de Arraes e Marighela e a opção deste pela luta armada criariam um obstáculo intransponível à conciliação e provocariam o rompimento.



40. Do MNR surge o Grupo Independência ou Morte

A "queda" da "Guerrilha de Caparaó" desarticulou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). As lideranças que não foram presas retiraram-se para o exterior.

No início de 1968, Amadeu Thiago de Melo retornou clandestinamente ao Brasil, vindo de Cuba. Auxiliado por Ana Araújo Arruda Albuquerque, refez contatos com elementos do MNR que não tinham sido atingidos. O trabalho foi reativado nos subúrbios do Rio de Janeiro, através do militante Roberto Pinto de Luna Pedrosa.

Durante as atividades de rearticulação do MNR, Thiago de Melo manteve dois contatos com o MPL de Miguel Arraes. O primeiro, em 1968, foi feito com o então deputado federal Márcio Moreira Alves. No segundo, em 1969, o interlocutor de Arraes foi Marcos Correia

Lins. Apesar da interferência de Dagoberto Rodrigues, que do Uruguai incentivava o trabalho com o MPL, Thiago de Melo não conseguiu acordo com o grupo de Arraes.

No início de outubro de 1969, em consequência de prisões ocorridas no Grupo de Roberto Pinto de Luna Pedrosa, num subúrbio do Rio de Janeiro, Thiago de Melo novamente retirou-se para o exterior.

Em razão da redução de sua pena pelo Superior Tribunal Militar, no dia 8 de outubro de 1969, foi colocado em liberdade Amadeu de Almeida Rocha, um dos participantes da "Guerrilha de Caparaó", que se deslocou para o Rio de Janeiro. [128]

Ali, reuniram-se na casa de Laís Mourão Sá Tavares de Oliveira, Amadeu, Filisbina Assunção Santos, Ana Arruda, Maria José Lourenço, além da dona da casa, para fazerem um balanço do que sobrara do MNR.[129]

O grupo resolveu contribuir financeiramente para o soerguimento do movimento e lançar um, jornal, que seria o veículo de aliciamento de novos adeptos para a organização a ser criada. O jornal precederia a estruturação da nova entidade. Maria José Lourenço informou que haviam sobrado algumas armas curtas do MNR, que seriam herdadas pelo grupo em formação.

O jornal recebeu a denominação de "Independência ou Morte", e sua direção foi atribuída ao trio: Amadeu, Ana Arruda e Maria José Lourenço. Roberto Pinto de Luna Pedrosa encarregou-se de conseguir

---

[128] Amadeu deslocou-se de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro., procurando contato com a liderança do desarticulado MNR. Ao saber da fuga de Thiago de Melo resolveu então contatar Ana Arruda Albuquerque. Ana que por desentendimentos com Thiago de Melo se tinha afastado da organização, sugeriu um encontro com Maria José da Silva Lourenço.

[129] No inventário realizado, foram acrescidos ao grupo, como militantes em condições de prosseguir no movimento, Roberto Pinto de Luna Pedrosa, Dalva Umbelina e Silva - ligada a Luna Pedrosa - Mário de Lucena Montenegro e Galeno Freitas, jornalista do Correio da Manhã.

material para a tiragem da publicação e responsabilizou-se por sua impressão.[130]

Todo o trabalho do grupo desenvolveu-se em torno do jornal. Hermes Machado desenhou o símbolo do "Independência ou Morte", constituído de um triângulo verde da Inconfidência Mineira e uma estrela vermelha de cinco pontas da Inconfidência Baiana. O grupo considerava esses movimentos os mais significativos da História do Brasil. Em dezembro, foi impresso e distribuído o primeiro número do jornal - tiragem de cem exemplares - rodado por Roberto Pedrosa, na Federação Nacional dos Trabalhadores de Transporte Ferroviário, local onde trabalhava.

Assim, teve início uma organização, surgida dos espólios do MNR, que por gravitar em torno de um jornal, passou a ser conhecida como "Grupo Independência ou Morte" (GIM).



41. Um mil novecentos e sessenta e nove

O ano de 1969 foi um ano politicamente conturbado. Como decorrência do AI-5, editado no final do ano anterior, começava com o Congresso Nacional em recesso e a imprensa sujeita ás restrições da censura. Ao longo dos meses, outros fatos o tornariam um dos anos mais difíceis que o País já atravessara. A evolução do movimento subversivo, com o crescimento de sua virulência e audácia, impedira a ascensão natural do Vice-presidente da República, quando uma trombose cerebral obstou a continuidade do mandato do Presidente Costa e Silva, às vésperas deste promulgar a Emenda Constitucional e convocar o Congresso, recolocando o País

[130] Naquela ocasião o grupo foi reforçado pela adesão de Hermes Machado Neto que havia sido posto em liberdade em Minas Gerais, após cumprir pena por participação na fracassada guerrilha de Brizola. Hermes foi acolhido por Maria José Lourenço na casa de quem passou a residir.

na trilha do estado de direito, em consonância com os objetivos maiores da Revolução de Março de 1964.

Nesse ano, boa parte das quase duas dezenas de organizações subversivas atuantes no Brasil havia expandido sua estrutura a nível nacional. Os assaltos a bancos, as ações de "expropriação" de armas e de propaganda tornaram vulto, embora as principais organizações houvessem definido o caráter complementar da guerrilha urbana e fixado a guerrilha rural como o objetivo estratégico. As organizações que haviam alcançado um maior porte selecionavam e algumas começavam a preparar áreas que denominavam de "estratégicas", para implementá-las, e as demais estabeleciam no campo, pelo menos, áreas de treinamento militar. Essas organizações buscavam conjugar a guerra psicológica a essas atividades. Quase todas as organizações preocupavam-se com a propaganda, particularmente a armada, levada a efeito contra sentinelas e radiopatrulhas, com o objetivo de desmoralizar o aparelho de manutenção da ordem. De acordo com os ensinamentos de Debray, a propaganda tinha como objetivo essencial convencer a população de que a "*revolução é uma realidade já em marcha e que o inimigo não é invulnerável*". A ALN já estruturara e fazia funcionar, com o auxílio do MCI e dos padres dominicanos, um sistema de propaganda no exterior.

Praticamente, todas as organizações subversivas tinham no mínimo um "jornaleco" circulando. Embora de uma maneira geral, não dessem a ênfase que os movimentos revolucionários marxista-leninistas costumam dar ao trabalho de massa, a quase totalidade das organizações tinha, em suas regionais, setores para tratar especificamente dos segmentos estudantil e operário.

As organizações mais importantes haviam conseguido estabelecer uma infra-estrutura de apoio, e a ALN havia estruturado, até com certa sofisticação, o setor de apoio médico cirúrgico, o setor de imprensa e inclusive áreas de repouso e homízio.

Nesse ano, as organizações subversivas, além das ações que se iam tornando rotina, mas que resultaram na morte de mais de vinte pessoas, entre elementos dos órgãos de segurança e civis involuntariamente envolvidos, realizaram ações de grande repercussão: o primeiro sequestro de uma autoridade estrangeira,

cuja segurança é uma responsabilidade do governo brasileiro; a formação de uma célula subversiva dentro da penitenciária Lemos de Brito e a fuga de todos os seus componentes; e o primeiro sequestro de uma aeronave, desviada para Cuba. Essas ações, além da propaganda política das organizações que a realizavam e da demonstração da audácia e de força da "revolução", serviu para libertar quinze subversivos presos, abrindo uma válvula de escape à impunidade terrorista. Apenas a autoridade e a determinação dos ministros militares puderam vencer a indignação e as resistências a essa negociação, que permitiu resguardar a integridade física do embaixador dos EUA.

Ficaria, também, perfeitamente caracterizada a atuação subversiva de padres ditos "progressistas", não só dando apoio, mas em alguns casos integrando organizações subversivas cujos propósitos e métodos conheciam bem. Valendo-se de suas condições, colocaram o instrumental de comunicação social da Igreja à disposição dos terroristas, montaram esquemas de homízio e fuga com base em instalações de suas ordens e paróquias, aliciaram seminaristas para a subversão e um deles chegou a participar de ações armadas na qualidade de instrutor. E, como terroristas comuns, mal preparados ideologicamente, delataram e traíram.

Em 1969, as medidas tomadas no sentido de coordenar a ação dos órgãos de segurança, centralizando as informações e as operações anti-subversivas, mostrariam o acerto da decisão. A centralização das informações antes dispersas por vários organismos, permitiu que fossem processadas metodicamente e com oportunidade, e os resultados não se fizeram esperar. Algumas organizações subversivas, como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) - o primeiro - a Corrente, o Movimento Armado Revolucionário (MAR) e a Marx-Mao-Marighela e Guevara. (M3-G), foram praticamente desmanteladas. Outras sofreram perdas que abalaram suas estruturas, como ocorreu com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi desestruturada em São Paulo, onde era a mais bem organizada e perdeu seu líder maior. Essa ação fulminante permite compreender porque as organizações subversivas apoiadas pelo clero dito "progressista" e demais organizações auxiliares do MCI,

moveriam uma campanha psicológica, sistemática e sem tréguas contra os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Sua eficiência, certamente, não as interessava.

Coincidentemente, várias organizações subversivas começaram a externar o ressentimento da falta de apoio popular e, algumas delas, a colocar em dúvida a validade da linha política adotada, partindo para um processo de sua revisão. Tiveram início as críticas ao foquismo militarista, tido agora como inconsequente. As divergências começaram a tomar vulto, com dissidências e "rachas" constantes que confundiam as análises dos órgãos de segurança. A defesa de posições "massistas" pelos antigos militantes do COLINA, mais politizados, impediu que se concretizasse nas bases, a fusão com a VPR, engendrada na cúpula das duas organizações. Isto frustrou a formação daquela que seria a mais poderosa organização subversiva no País, pela quantidade e qualidade de seus quadros, pela pletora de armas e pelos recursos financeiros de que disporia. Por outro lado, os dados colhidos pelos órgãos de informações permitiam identificar organizações que eram verdadeiros grupos de marginais, sem qualquer formação ou objetivos políticos, e que praticavam a violência pela violência.

Apesar disso tudo, algumas dessas organizações demonstrariam capacidade de se reestruturar e de conduzir a guerra revolucionária por mais alguns anos, inclusive com o incremento de ações audaciosas e violentas. O PC do B, exemplo das poucas que não aderiram ao foquismo como teoria, tomaria medidas que assegurariam o envio de militantes de suas regionais para a área estratégica no campo, em preparação desde 1967, com o intuito de implementar a sua "guerra prolongada".

Hoje, analisando-se os fatos, pode-se concluir que três deles, ocorridos nesse ano, determinaram que 1969 fosse caracterizado como o ano do ápice da aventura subversivo-terrorista, como tal. Os três fatos foram: a eficiência que os órgãos de segurança ganharam com sua ação coordenada; o início do questionamento do foquismo militarista como a linha revolucionária mais adequada e a morte de Marighela.

A despeito de todos os percalços do campo político, o País desenvolvia-se. A inflação caíra para 22% ao ano e o produto interno bruto crescia a taxa superior a 9%. Começara-se a colher os frutos da modernização da estrutura administrativa do Brasil. Em decorrência da criação da Embratel e do Ministério das Comunicações e dos investimentos nesse setor, era inaugurado nesse ano a estação terrena de comunicações por satélite de Itaboraí, que iria revolucionar um dos setores mais deficientes do País, embora dos mais importantes para o desenvolvimento e a integração nacional. Os investimentos na infra-estrutura econômica não eram negligenciados e estavam sendo feitos continuamente, orientados para a expansão do fornecimento de energia, do sistema de transporte, da infra-estrutura urbana e das indústrias pesadas, especialmente do aço e de mineração. Abria-se a economia para o comércio exterior. O País começava a produzir excedentes, além do café.

De qualquer forma, mesmo politicamente, o ano terminou melhor do que havia começado: o Congresso fora re-convocado, a ARENA aclamara os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, a nova Constituição fora promulgada, e o novo Presidente, eleito pelo Congresso, ou por ele homologado, abrira novas esperanças, pois seu tom franco, sua mensagem de renovação e a clareza com que encarava a realidade vivida pelo País criaram expectativas além daquelas normalmente resultantes do advento de um novo governo.



CAPÍTULO VII

O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

1. A Intranquilidade Crescente

Havia em 1968 um clima acentuado e crescente de intranquilidade, com as ações preparatórias e iniciais da luta armada sendo realizadas com desenvoltura, o que conduziu o Governo a editar o Ato Institucional nº 5. A preocupação com essa situação alcançava o Exército, que acompanhava essas ações com interesse, mas era incapaz de identificar seus autores.

Dentre essas ações, o Exército preocupava-se, particularmente, com os assaltos a pedreiras e casas de armas e tinha um interesse especial no esclarecimento dos atos terroristas que lhe haviam atingido diretamente, como o roubo de armamento do Hospital Geral de São Paulo e o atentado ao Quartel General do II Exército - o último deles, realizado 4 dias após o roubo do Hospital, com a morte do soldado Kozel Filho. Chamava-lhe a atenção ainda, o assassinato do Capitão Chandler, do Exército dos Estados Unidos, à porta de sua residência. Neste último, os terroristas, após perpetrá-lo, haviam lançado panfletos na área. Embora a organização comunista não se houvesse identificado, podia-se inferir tratar-se de uma ação revolucionária praticada por organização impregnada pelas teses cubanas de luta armada.

As investigações dessas atividades estavam algumas a cargo do Departamento de Investigações Criminais (DEIC), outras com o de Ordem Política e Social (DOPS), além daquelas que eram acompanhadas pela Polícia Militar ou investigadas por delegacias

isoladas. As Secretarias Estaduais de Segurança Pública não dispunham de um órgão que centralizasse ou coordenasse essas investigações. Nestas circunstâncias, o simples texto do AI-5 era inócuo.



2. O Acaso

Num sítio em Itapecerica da Serra, município da Grande São Paulo, viviam com suas respectivas famílias duas irmãs que chamaremos, simplesmente, de irmã da frente e irmã de trás. O filho desta última brincava normalmente em todo o sítio, embora sua mãe não se desse bem com o cunhado.

Um dia, no entanto, em janeiro de 1969, alguns homens que foram trabalhar no sítio começaram a implicar com o garoto, impedindo-o de circular livremente na parte anterior do sítio. Para escorraçá-lo, um deles chegou a dar-lhe um safanão. Sua mãe então se dirigiu à delegacia de polícia local e denunciou que no setor onde seu cunhado morava um caminhão estava sendo pintado com as cores do Exército.

Policiais ao destacamento de Itapecerica, indo até o sítio, prenderam, às 13 horas do dia 23, quatro dos elementos, tendo um deles logrado fugir. O Delegado local comunicou o fato ao DOPS de São Paulo. No entanto, seus agentes que compareceram ao local julgaram que o inquérito deveria ser policial-militar, correndo pelo Exército. Ligaram-se com o Comandante da 2ª Companhia de Polícia do Exército e recolheram os presos aquela organização militar.

Inquiridos na Cia. PE, o ex-sargento cassado da Força Pública de São Paulo, Pedro Lobo de Oliveira; o desertor do Exército, ex-soldado paraquedista Hermes Camargo Batista; Osvaldo Antônio dos Santos e Ismael Antônio de Souza não se negaram a prestar depoimentos. Ao fazê-lo, apresentaram uma estória-cobertura aceitável: a razão da pintura do caminhão era a realização de um grande contrabando.

Apesar da estória-cobertura verossímil, o major Comandante da Cia. PE, que deveria mandar recolher ao quartel o caminhão pintado com as cores privativas do Exército, julgou que o episódio poderia estar vinculado à subversão. Decidiu, então, além de mandar buscar o caminhão roubado realizar uma "varredura" na área, à procura de outros dados que pudessem esclarecer o caso.[131] No entanto, como sua companhia estivesse com recrutas, recém-incorporados, pediu ao Comandante do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, seu vizinho de quartel, que lhe cedesse uns cinco ou seis homens para guarnecer seus "choques".[132] Tendo o Comandante do Esquadrão sido autorizado a ceder-lhe os homens, combinaram o início da operação para as 5 horas do dia seguinte, 24 de janeiro.



3. Moleque Sabido

Antes das 5 horas do dia seguinte, adentrou à Cia. PE um pelotão do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Não era isso exatamente que o Comandante da Cia. PE pedira. No entanto, como o companheiro do Esquadrão devia ter passado boa parte da noite reunindo aquele pessoal e preparando o seu material para aquela "operação anti-subversiva", não teve coragem de fazer o pelotão retornar ou de mantê-lo inativo no quartel. Decidiu levá-lo também na "operação".

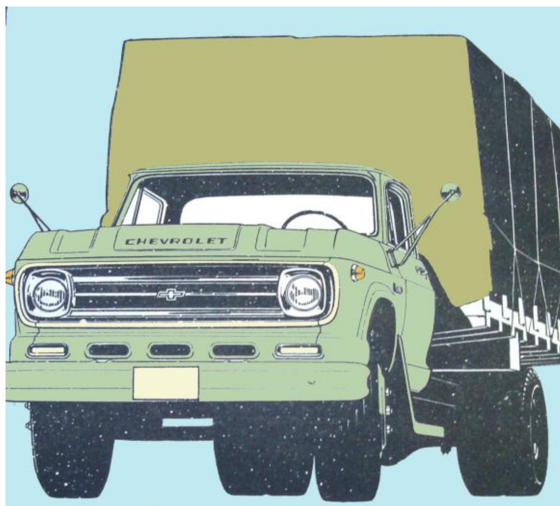
Às 5 horas, um capitão da Cia. PE, que iria comandar a operação, deslocou-se com os choques e o Pelotão de Reconhecimento Mecanizado para Itapecerica. Se o objetivo da operação fosse atrair o público, teria alcançado pleno êxito. Os carros de reconhecimento M-8, do Pelotão de Reconhecimento Mecanizado, constituíram-se numa festa para a criançada.

[131] Varredura: operação de vasculhamento de área, tipo “pente fino”.

[132] Choque: carro aberto, de fácil embarque e desembarque, utilizado pela Polícia.

Foi com um desses garotos que rodeavam os M-8 e que não tinha mais do que 10 anos, que o capitão, procurando saber como os elementos chegavam até o sítio, entabulou a seguinte conversa:

> *" – E como o pessoal chega até o sítio?*
> *- Ele vêm de carro até aquelas árvores lá em baixo, onde deixam o carro e sobem a pé.*
> *- E qual o carro que se utilizam?*
> *- É um fusca cinza, quase novo, mas que tem os dois pneus de trás completamente 'carecas'.*
> *- Oi moleque sabido, só faltava você ter anotado a chapa desse carro para ser um verdadeiro policial.*
> *- E anotei.*
> *- Puxa! Então vá até sua casa e traga essa anotação para mim. É muito importante.*
> *- Não. Anotei aqui*...(disse o menino enquanto apontava o indicador da mão direita para a própria fronte e declinava a placa do veículo) *... 30-81-45".*



Chevrolet Brasil 1969

Retornando ao quartel na tarde desse mesmo dia, com o caminhão Chevrolet "Brasil" pintado de verde, o capitão estava no gabinete do

Comandante da Companhia relatando-lhe o ocorrido, quando este, por volta das 18 horas e 30 minutos, recebeu um telefonema da então Guarda-Civil, informando-o de que um carro com as armas do Exército fora abandonado em Santo Amaro, bairro da zona sul de São Paulo. Incontinenti, o capitão foi enviado para aquele local.

Chegando à rua que lhe fora indicada, qual não foi o espanto do capitão ao deparar-se com o "fusca" cinza, indicado pelo moleque sabido, com a placa que ainda retinha na cabeça. Por mera curiosidade foi examinar seus pneus traseiros. De fato, estavam na penúltima, se não na última lona. No seu interior, haviam sido abandonados uma pistola Walter 7.65, três revólveres .38 e duas carabinas .22.

Procurando saber em que circunstâncias o carro fora abandonado, o capitão foi informado que não o fora voluntariamente. Deslocando-se pela Av. Santo Amaro, ao encontrar uma barreira de trânsito de rotina, seus ocupantes deram-lhe meia-volta e o puseram em desabalada correria em sentido contrário. Ante a atitude suspeita, o carro passou a ser perseguido pela Guarda Civil. Na fuga seu motorista realizou uma manobra inadequada, entrando em uma rua cuja única saída era a própria avenida de onde viera. Percebendo o equivoco, seus ocupantes abandonaram o carro às pressas, deixando no seu interior, possivelmente, parte das armas que transportavam.

No local, o capitão já encontrou dois inspetores do DOPS, que pretendiam, por terem chegado primeiro ao local, conduzir o veículo para aquele departamento. Estabelecida, porém, a ligação entre seus ocupantes e o roubo e a pintura do caminhão de Itapecerica da Serra, cujo inquérito corria na Cia. PE, o capitão convenceu-os a recolher o carro para aquela Companhia, onde eles poderiam realizar as perícias que desejassem. Acompanhado do carro e dos inspetores, o oficial retornou ao quartel.



4. A revelação surpreendente

Já passava das 22 horas daquela sexta feira quando o capitão terminou de relatar ao Comandante da Companhia as circunstâncias do abandono do veiculo e a vinculação de seus ocupantes com o roubo do caminhão que estivera sendo pintado em Itapecerica. De posse desses novos dados, o major voltou a inquirir os quatro presos que retinha na Companhia, nada obtendo deles que pudesse esclarecer a situação.

Retornando ao pátio do quartel, aguardavam-no, ao lado do “fusca” os inspetores do DOPS. Dirigindo-se a eles, o major disse-lhes em tom jocoso: "*O quê vocês estão esperando? Se vão trabalhar conosco tratem de tirar esse paletó e gravata, arregaçar as mangas da camisa e passar uma vistoria completa nesse carro*".

Dessa vistoria resultou encontrarem sob a capa do banco do lado do motorista, um caderno de endereços, um papel com algumas anotações e um recibo da revendedora "Yourcar", referente à venda de uma Kombi verde em nome de Carlos Lamarca. Esse nome não dizia nada aos inspetores e ao capitão. O major, porém, que fora ajudante-de-ordem do Comandante da 2ª Divisão de Infantaria e costumava acompanhá-lo com frequência a Osasco e Quitaúna, lembrou-se vagamente desse nome. Consultando o Almanaque do Exército, lá estava: Carlos Lamarca - Capitão de Infantaria.

Apesar de já passar da meia-noite, o major ligou para a casa do Coronel Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria. Este tomou conhecimento dos fatos, revelou-lhe que o capitão pertencia ao 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna e, dizendo-lhe que o caso era muito importante, determinou-lhe que estivesse no QG da Divisão da Infantaria, segunda-feira pela manhã.

Chateado por ver transferido para segunda-feira o problema que julgara tão importante, o major que tinha seu pai doente em Niterói, e que não fora visitá-lo pelas circunstâncias em que se viu envolvido, deslocou-se para lá na manhã de sábado, bem cedo, antes que

tivessem início as comemorações de mais um aniversário da cidade de São Paulo. O capitão dormira e permanecia no quartel.

As autoridades presentes às comemorações do aniversário da cidade tomaram conhecimento, no palanque, de forma discreta e sigilosa, que na véspera haviam sido roubadas do 4º Regimento de Infantaria dezenas de fuzis automáticos leves – FAL - e alguns cunhetes de munição. A notícia chegara ao QG do II Exército e à 2ª Divisão de Infantaria por volta das 9 horas.

Na Cia. PE, ao tomar conhecimento do fato, o capitão deu ordem para que ninguém mais saísse do quartel. Informou ao II Exército e desencadeou o seu plano de chamada. Tendo reunido os graduados encontrados em São Paulo, passou o restante do final de semana realizando exercícios de tiro. A tropa da Companhia, formada de recrutas, não havia ainda realizado nenhum tiro real.

Quando o telefone tocou ha casa do major, em Niterói, este acabara de chegar. Ciente do fato, agora só retornaria no domingo, após descansar da viagem. Não havia mais pressa. O fato que buscara intuitiva e desesperadamente evitar ocorrera na tarde de 24 de janeiro, quando suas tropas ainda se deslocavam de Itapecerica para São Paulo. O que nem o capitão, nem o major podiam suspeitar é que o Coronel Comandante do 4º Regimento de Infantaria, o Coronel Chefe do Estado-maior da Divisão de Infantaria e o General ex-Comandante da Divisão de Infantaria sabiam, pelo menos, desde outubro de 1968, que existia uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, da qual, entre outros, fazia parte o Capitão Lamarca.



5. A célula subversiva do 4º RI

Declarado aspirante a oficial de Infantaria em dezembro de 1960, Carlos Lamarca foi o 46º classificado numa turma de 57 aspirantes, tendo sido designado para servir no 4º Regimento de Infantaria (4º RI), em Quitaúna, São Paulo. [133]

Nesse Regimento, Lamarca sempre procurou firmar sua liderança entre os graduados. Um desses graduados com quem mais se ligava era o Sargento Darcy Rodrigues, que chegou à Unidade em 1962, procedente da Escola de Sargentos das Armas. Darcy assim se refere a esses contatos mantidos com Lamarca: "*(...) desde aquela época nossa relação foi fundamentalmente política (...) as discussões giravam em torno da luta armada, embora, ainda, naquela época, com posições espontaneistas*". [134]

PROCURA-SE

Se você souber do paradeiro de algum
dêstes homens, telefone para 2-5898 (em Santos)
ou dirija-se à Delegacia mais próxima

Nome: CARLOS ROBERTO ZANIRATO — vulgo "CABRAL"
Filiação: Herminio Zanirato e Ernestina Furtado Zanirato

Nome: JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES — vulgo "MARIANI"
Profissão: ex-cabo do EB
Filiação: Assanine A. de Souza e Eulita F. Alves

Nome: DARCY RODRIGUES — vulgo "SÍLVIO"
Profissão: ex-2.º sargento do EB
Nascido em: 19 Nov. 41
Natural do Avaí/SP

Nome: CARLOS LAMARCA — vulgo "JOÃO"
Profissão: ex-capitão do EB
Nascido em: 27 Out. 37
Natural da Guanabara
Filho de Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca
ALTURA: 1,78 m
CÔR: branca
CABELO: castanho médio liso

[133] Fazendo a apologia de Lamarca, o ex terrorista e deputado estadual pelo PT/RJ, Liszt Benjamin Vieira, ao pronunciar um discurso na assembleia Legislativa, em 25 de agosto de 1983, por ocasião do dia do Soldado, falseou a verdade, quando disse sobre o mesmo: "*Cursou a Escola Militar onde foi o primeiro aluno*".

[134] Depoimento do ex sargento Darcy Rodrigues, em Caso, A. – "A Esquerda Armada no Brasil", já citado, pág 99.

Esse contato, porem, não teve longa duração, nem abarcou a fase de maior efervescência política do período do Governo Goulart. Vislumbrando a possibilidade de integrar a Força brasileira, na Faixa de Gaza, Lamarca conseguiu sua transferência para o 2º Regimento de Infantaria e veio a participar durante 13 meses, da Força de Emergência da ONU, no Oriente Médio. Retornando ao Brasil, foi transferido, em outubro de 1963, para a então 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Em 26 de novembro de 1964, foi preso em Porto Alegre, quando embarcava para Montevidéu, o ex-capitão da Força Aérea Brasileira, Alfredo Ribeiro Daudt, implicado na "Operação Pintassilgo". Dada a sua periculosidade e audácia, Daudt foi transferido do DOPS para o quartel da 6ª Cia. PE, considerado um local mais seguro. Na madrugada de 13 de dezembro, sete dias após sua transferência para aquela organização militar, o ex-capitão da FAB logrou evadir-se. Era um caso inédito naquela Companhia.

Por "coincidência", o Fiscal (Oficial) de Dia à 6ª Cia. PE, de 12 para 13 de dezembro de 1964, era o 1º Tenente Lamarca. Segundo o depoimento do 3º Sargento Nilton Aguidas, entre 8 e 10 de dezembro de 1964, por volta das 20 horas, apesar de Daudt estar preso incomunicável, Lamarca permitiu que seu advogado subisse até o local onde o mesmo se encontrava preso. A palestra entre o advogado e o preso, a portas fechadas, somente foi assistida pelo Tenente Lamarca. [135]

Embora o Inquérito Policial Militar nada tivesse apurado contra Lamarca, ele pediu, no meio de 1965, transferência para São Paulo, por interesse próprio. [136]

---

[135] Segundo depoimento do ex-Sargento Darcy Rodrigues, na obra citada no item anterior, pág. 100, ao referir-se à ida de Lamarca para Porto Alegre, diz: "*ali solicitou inscrição no PCB, mas seu pedido nunca chegou a formalizar-se*".

[136] O militar que solicita transferência por interesse próprio arca inclusive, com todas as despesas decorrentes, desonerando a Fazenda Nacional.

De retorno a São Paulo, Lamarca retomou o contato com o Sargento Darcy Rodrigues. Nesse intervalo de tempo, o Sargento Darcy havia sido punido, em 1963, por ter, em companhia de outros companheiros, participado de um ato de desagravo do sargento-deputado Antônio Garcia Filho contra o jornal "O Estado de S. Paulo" e também por ter participado da campanha à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do II Exército, do ex-sargento esquerdista Onofre Pinto. Em 1964, estivera preso recolhido ao navio prisão Raul Soares. Darcy continuava mantendo contatos com Onofre Pinto que agora pertencia ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Em fins de 1967, início de 1968, remanescentes do MNR uniram-se a dissidentes paulistas da POLOP e constituíram uma nova organização subversiva que iria autodenominar-se Vanguarda popular Revolucionária (VPR).

Nessa altura, Lamarca já estava em contato com Marighela e com outra organização subversiva, possivelmente o PC do B. Estando propenso a unir-se a Marighela e necessitando de apoio no quartel, Lamarca procurou o Sargento Darcy, propondo-lhe também integrar essa organização. Em agosto, Lamarca voltou a procurá-lo, ocasião em que o sargento lhe revelou que pretendia ingressar na VPR, organização a que pertencia o ex-sargento Onofre. Lamarca, de imediato, interessou-se por essa organização, onde não teria que disputar a liderança com os ex-deputados Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira.

Após o contato de Lamarca com Onofre Pinto, o capitão e Darcy ingressaram na organização subversiva e começaram a trabalhar em busca da ampliação da célula no Regimento. Desde logo passaram a fornecer à organização fichas de instrução versando sobre exercícios de tiro, destruições, manuseio de explosivos, etc, além de munição. Esta era obtida através do sargento encarregado do Paiol, sendo a alteração correspondente nos mapas de consumo feita por Darcy, que trabalhava na Fiscalização Administrativa da Unidade.

De todas as tentativas futuras para ampliar a célula na unidade, no entanto, só obtiveram sucesso com o Cabo Mariane e o Soldado Zaniratto. Nem mesmo o sargento encarregado do paiol concordou em entrar para o grupo. Este graduado era um indivíduo com problemas sociais e financeiros. Desquitado, sustentando uma

segunda família e com uma filha doente, vivia solicitando empréstimos aos companheiros. Aos poucos, Lamarca foi-lhe emprestando cada vez mais dinheiro, de modo a tê-lo preso em suas mãos. Inicialmente, o fornecimento de munição, em pequena quantidade, era feito para Darcy. Quando o sargento quis parar e questionar sobre a utilização da munição, foi-lhe informado o fim a que se destinava e o contato deste foi passado para Lamarca. Em três meses, conseguiram dessa forma, desviar cerca de 2000 tiros para FAL, 50 tiros para metralhadora INA e 30 tiros para pistola.

Mariane havia confidenciado a Darcy que, em Foz do Iguaçu, obtivera uma certidão de nascimento falsa, na qual alterara o local de nascimento e aumentara sua idade em dois anos, pois, tendo saído de casa com 16 anos, tinha dificuldade em obter emprego. Valendo-se desse "segredo" comum Darcy passou expor-lhe suas ideias revolucionárias. No momento desejado, Darcy confidenciou-lhe que o Capitão Lamarca compartilhava das mesmas ideias e convidou-lhe a integrar o grupo, o que foi aceito. Já a cooptação de Zaniratto foi mais simples e direta. Darcy havia recebido do Sargento Pittoli, que na ocasião servia na 2ª Companhia de Polícia do Exército, a informação de que Zaniratto era simpatizante das ideias de esquerda. Darcy passou a observar seu comportamento e, em face de sua reação a um ou dois estímulos, convidou-o diretamente a participar do grupo. Com essa célula formada e não conseguindo ampliá-la, em novembro, Lamarca idealizou o assalto ao 4º Regimento de Infantaria e começou a prepara-lo.



6. O assalto ao 4º RI

O assalto estava planejado para ser conduzido em duas etapas: uma no sábado, dia 25 de janeiro, e a outra, no dia imediato.

Na primeira etapa, seria retirado apenas o armamento de dois pelotões da companhia de Lamarca. O armamento restante seria deixado para armar o pessoal de serviço no dia seguinte, sem suspeitas. Essa etapa seria realizada apenas por Lamarca, que, como Comandante da Companhia, tinha meios e modos de concretizá-la.

A segunda etapa contaria com a prévia escala de Darcy como Comandante da Guarda do quartel e do Cabo Mariane como Sargento de Dia ao Rancho. Na madrugada do dia 26, com o uso de uma cópia da chave do Depósito de Armamento, o Soldado Zaniratto seria introduzido no seu interior e até as 15:30, hora marcada para o início da operação, prepararia o armamento em fardos, de modo a facilitar e abreviar o seu transporte. Mariane, do Rancho, que era localizado em frente ao Depósito, vigiaria essa dependência e, dotado de um "hand-talkie", poderia, se necessário, comunicar-se com a segurança, postada fora do quartel.

Pouco antes da hora marcada, um grupo da organização chegaria num Volkswagen, e seus integrantes, fazendo-se passar por amigos de um soldado e contando com a autorização de Darcy, adentrariam ao quartel e estacionariam em local pré-fixado para dar cobertura ao carregamento das armas e ficar também em condições de, se necessário, destruir os meios de comunicações da Unidade. Nessa hora, pretextando uma inspeção, Darcy ordenaria a retirada da munição de todos os postos da guarda e reuniria o pessoal que não estivesse na hora nos postos, para transmitir-lhes pretensas instruções de serviço.

Na hora marcada, Lamarca com sua Kombi e dois companheiros da organização precederiam o caminhão pintado nas cores e com os

indicativos do Exército, o qual entraria no quartel conduzido por dois elementos da organização, ex-militares fardados.

Nas imediações do quartel, postar-se-iam, em diferentes locais; uma caminhoneta Ford F-l00 e dois Volkswagen com o pessoal dos grupos armados e de segurança. Um deles, destinado a apoiar o pessoal no quartel e os outros dois, visando a anular quaisquer reações que partissem, respectivamente, do 2º Grupo de Canhão Antiaéreo 90, vizinho ao 4º RI, ou da Vila Militar de oficiais e sargentos do Regimento.



Ford F-100 - 1967

A reunião final para checar o plano estava marcada para a noite de 24 de janeiro. No entanto, na hora do almoço desse dia, os quatro componentes da célula do 4º RI foram convocados para uma reunião urgente, com o coordenador da operação, Diógenes José Carvalho de Oliveira, vulgo "Luís". Nessa reunião, foi-lhes comunicado a apreensão do caminhão e a prisão dos quatro subversivos em Itapecerica da Serra. Lamarca decidiu então, realizar nesse mesmo dia, a parte do plano quo lhe cabia desenvolver sozinho e o fez entre 18 e 18:30 horas desse dia, levando sessenta e três fuzis automáticos leves e seus respectivos acessórios, três metralhadoras INA e uma pistola .45. Darcy já não regressou mais ao quartel, rumando dali mesmo para a casa de Onofre Pinto, onde havia quatro dias a sua família e a de Lamarca estavam homiziadas e preparadas para viajar

para o exterior. Não só não voltou ao quartel como tentou desestimular Lamarca a fazê-lo. [137]

Nesse mesmo dia, às 18 horas, Dulce de Souza, a "Judith", dando seguimento ao planejamento original, pegava na casa de Onofre as esposas e filhos de Lamarca e de Darcy para conduzi-los ao aeroporto de Congonhas, a fim de que viajassem para o Rio de Janeiro. Dali, ainda naquela noite, seguiriam para Roma e de lá, via Praga, chegariam a Cuba. Essa era a primeira parte do pagamento exigido à organização para a participação de ambos no roubo do 4º RI.



7. Inexperiência?

Numa noite, em fins de setembro de 1968, inesperadamente, Lamarca acompanhado de sua mulher, fez uma visita de cortesia a um sargento do Regimento. O sargento estranhou a visita por não encontrar motivo que a justificasse. A conversa, porém, iniciou-se normalmente, exceto pela situação do sargento que se viu constrangido em sua própria casa. Lamarca, desde logo, procurou deixar sua mulher com a esposa do sargento de modo que ambos ficassem sozinhos.

Em certo momento, após tecer elogios ao comportamento profissional e familiar de seu interlocutor, Lamarca disse-lhe de chofre ser adepto do comunismo. Alarmado, o sargento procurou desconversar, alegando seu pouco interesse e conhecimento sobre política. O capitão então, passou a tentar convencê-lo das qualidades dessa ideologia. Possivelmente para impressionar o

---

[137] Darcy em seu depoimento em “A Esquerda Armada no Brasil”, já citado, pág 106, mente, buscando engrandecer-se aos olhos dos subversivos, quando diz: “*E decidimos regressar imediatamente ao quartel de Quitaúna e executar rapidamente a primeira parte do plano, ou seja, a parte da ação prevista para o dia 25*”. Diga-se de passagem, que nem ele, nem os outros dois, tiveram qualquer participação nessa etapa do roubo.

sargento, disse-lhe estar ligado a um grupo do qual faziam parte o General Zerbini, com o qual já tivera contato, e outros generais colocados em postos chave. [138]

Ao despedir-se, já tarde da noite, o sargento prometeu retribuir aquela visita em futuro próximo. Após a retirada do casal visitante, sua esposa comentou que não havia gostado do rumo que a conversa com a esposa do capitão tomara, ao enveredar-se para problemas políticos.

Após aquela noite, o sargento passou alguns dias angustiado. Chegou a pensar que, por alguma razão com a qual não conseguia atinar, estivesse sendo testado.

Dias depois, foi procurado no quartel pelo sargento Darcy, que lhe disse precisar acertar algumas contas com ele, porque o "Carlinhos" era um pouco precipitado. O sargento a princípio não entendeu, até que com o transcorrer da conversa percebeu que o "Carlinhos" a que Darcy se referia era o capitão Lamarca. A partir dessa constatação ficou mais apavorado.

Nos dias subsequentes, Darcy insistiu com ele para que aderisse ao grupo, dizendo-lhe que o movimento em que estavam era de âmbito nacional e que eles não desejavam vê-lo embarcando “em canoa furada”. Incentivara-o, procurando tranquiliza-lo quanto à família, informando-o que a organização lhe proveria toda a segurança.

Sem ter mais dúvidas quanto à ideologia que Lamarca e Darcy professavam, mas cheio de dúvidas sobre o que fazer, o sargento decidiu falar com o capitão tesoureiro, seu chefe imediato. Ante a sua indecisão, o capitão apresentou-lhe duas alternativas: procurar de imediato o oficial de informações da Unidade ou prosseguir naqueles contatos até obter dados mais concretos. Tendo optado pela última alternativa, o sargento logo percebeu que não tinha condições de prosseguir naquela empreitada, mesmo porque não recebeu o apoio de sua esposa para a linha de ação escolhida.

---

[138] O General Euryale Jesus Zerbini havia sido reformado pela Revolução, em abril de 1964.

Já na segunda quinzena de outubro, o sargento decidiu levar o problema ao oficial de informações da Unidade. Tomada essa decisão, participou a seu chefe imediato, e este solicitou ao major chefe da 2ª Seção que o acompanhasse até ao gabinete do Comandante da Unidade, porque tinha uma importante revelação a fazer-lhes. No gabinete, acompanhado daquele oficial, o Capitão tesoureiro narrou ao Comandante o que vinha ocorrendo. Nessa ocasião, ficou combinado um contato do oficial de informações com o sargento, fora do quartel para que este lhe transmitisse esses dados de forma mais completa e sem despertar a atenção.

Poucos dias depois, o Comandante do 4º RI procurou o Chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria, acompanhado de seu oficial de informações, e determinou que este expusesse a tentativa de aliciamento do sargento por parte de Lamarca, sua ligação com o Sargento Darcy e a possível vinculação do grupo com o General Zerbini. O problema foi de pronto levado ao Comandante da 2ª Divisão de Infantaria. Desta reunião resultou a decisão de manter-se o máximo sigilo sobre o assunto e de se acompanhar as atividades desses três elementos do Regimento, na busca de provas ou fatos novos, inclusive a identificação de outros militares que pudessem ou viessem a integrar a célula subversiva da Unidade. Na ocasião, o Comandante do 4º RI alertou sobre a incapacidade do Regimento em acompanhar as atividades do General Zerbini e outros possíveis implicados de fora do Regimento.

Passaram-se três meses e a Unidade não obteve nenhum dado novo. Lamarca esteve em evidência como sempre desejou, mas como indicado para ministrar aulas de tiro a funcionárias de um banco, ironicamente, para que pretensamente pudessem enfrentar com sucesso os terroristas nos assaltos a banco.

No dia 21 de janeiro de 1969, um cabo do 4º RI procurou o chefe da seção de informações no refeitório de oficiais, dizendo-lhe que necessitava encontrar-se com ele fora do quartel, para transmitir-lhe informações importantes. Como o major se demorasse em definir o local do encontro, o cabo, apavorado, solicitou autorização e retirou-se. Assim mesmo, o cabo foi visto por Darcy saindo do refeitório de oficiais, e foi por ele interpelado. O cabo, porém, deu-lhe uma desculpa aceitável.



Lamarca dando treinamento aos bancários

Esse cabo, havia seis meses, tinha estabelecido amizade com um indivíduo, em um bar em Quitaúna, sobre o qual, posteriormente, veio a saber tratar-se de um ex-militar da Marinha, que tinha vínculos com o Sargento Darcy. Mais tarde, foi convidado a participar do grupo de discussões políticas do qual faziam parte militares do 4º RI e aceitou, informando depois, que o fizera para saber quais as pretensões de seus componentes. Na véspera do fato antes narrado, tomara conhecimento de que, no dia 22, haveria uma reunião para definir as missões dos que participariam de um golpe de mão no Regimento. Nesse dia, apesar de convocado, não compareceu à reunião. A noite foi à casa do major chefe da seção de informações, relatando-lhe esses fatos e informando-o que, apesar de não saber a data exata da ação planejada, sabia que ela deveria ocorrer entre 2 e 30 dias.

Seja por imprecisão nas informações do cabo, seja por dedução, o fato é que para o Comando do Regimento ficou assentado que, se houvesse essa ação, ela seria realizada na época do carnaval, ocasião em que a guarda do quartel já estaria sendo tirada por soldados recrutas. Se se chegou a essa conclusão por dedução, a prática mostrou que apesar de conter alguns aspectos lógicos ela não se confirmou, comprovando sim o ensinamento de que nem sempre as

ações do inimigo obedecem à lógica. O fato é que, se antes podia-se admitir certa cautela em apurar os fatos, em razão de haver apenas a denúncia do sargento contra o oficial, após as informações do cabo, havia dois graduados capazes de testemunhar sobre um problema da maior gravidade, que punha em risco, no mínimo, a vida de integrantes do Regimento.

O Comandante do Regimento, ao tomar conhecimento desse fato novo, no dia 23 de janeiro, reuniu em seu gabinete o subcomandante, os comandantes dos dois batalhões e o fiscal administrativo. Nessa reunião, deu ciência dos fatos, como se oriundos de uma informação da 2ª Divisão de Infantaria, determinando a substituição do sargento encarregado da munição, a imediata troca dos cadeados do depósito de armamento e, quanto ao Capitão Lamarca e ao Sargento Darcy, apenas a intensificação da vigilância.

No dia 24, o Comandante do 4º RI fora a Caçapava e, ao regressar a São Paulo, por volta das 16 horas, esteve na 2ª Divisão de Infantaria, relatando os novos dados ao Chefe do Estado-Maior e ao novo Comandante daquela Grande Unidade. Cerca das 17 horas regressou a Quitaúna, mas, retido por forte chuva que caía na região, só chegou aquela localidade por volta das 18:30 horas. A esta hora estava perpetrado o roubo na Unidade, o qual só foi detectado no dia seguinte, na hora da formatura da unidade para as comemorações do aniversário da cidade de São Paulo.



8. O fio da meada

As atividades subversivas em São Paulo começaram a ser desvendadas com as investigações em torno do grupo preso em Itapecerica da Serra e o roubo no 4º RI.

No mesmo dia 25 de janeiro, foi detido o ex-proprietário do Volkswagen abandonado no bairro de Santo Amaro, o qual revelou

que o dono do carro era o 3º Sargento José Araújo da Nóbrega, do Estabelecimento Regional de Subsistência/2, que estava aguardando reforma. As buscas em torno de José Araújo, vulgo "Zé", mostraram que estava foragido. [139] Nesse dia, foi detido também o dono do sítio de Itapecerica e o seu cunhado, que era vinculado ao PCB desde 1943.

Com base nos depoimentos dos presos e nas anotações registradas no caderno de notas encontrado no citado Volkswagen, foram feitas várias diligências. Numa dessas buscas, a realizada no "aparelho" de Renata Ferraz Guerra de Andrade, que se havia evadido, foram encontrados vários polígrafos de instrução militar, nos quais aparecia o nome do Sargento Pittoli, da Companhia PE. Isso permitiu detectar mais uma infiltração no Exército.

Pittoli era amigo do Sargento Darcy desde a infância, na cidade de Bauru, e, tendo convivido com ele no 4º RI, comungava com suas ideias político-ideológicas. A pedido de Darcy, entregou os polígrafos de instrução a Onofre Pinto, com quem passou a manter contato. Quando da prisão dos elementos da VPR, em Itapecerica, Onofre marcou um encontro com Pittoli, ao qual compareceram também Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luís") e José Raimundo da costa, ("Gilberto"). O objetivo da reunião era obter informações sobre as condições de segurança na Cia PE e sobre os presos e estudar a viabilidade de resgatá-las. Após estudarem todas as possibilidades, ficou combinado que a ação seria realizada nas primeiras horas da madrugada, aproveitando o dia em que Pittoli estivesse de serviço. Os membros da VPR roubariam uma perua Chevrolet tipo C-14 e se apresentariam como agentes do DOPS, tendo sua entrada facilitada por Pittoli. Para confirmar a realização da ação, foi combinado que "Judith" daria um telefonema para Pittoli, a fim de saber da possibilidade da concretização da ação, sendo estabelecida uma senha. No entanto, o fato da Companhia ter entrado de prontidão tão logo foi anunciado o roubo no 4º RI, levou Pittoli a temer pela

[139] Soube-se depois que “Zé” pertencia à mesma organização subversiva – a VPR – e que participara do roubo das armas no Hospital Geral de São Paulo, bem como do atentado ao QG do II Exército.

operação e dar resposta negativa para a ação que, em seguida, se frustrou de vez com sua prisão. [140]



Perua Chevrolet C1415-1968

Ainda no dia 26, foi presa Dulce de Souza Maia ("Judith Meirelles"). "Judith" era do setor de inteligência da organização e participara ou preparara muitas ações, inclusive as que resultaram no assassinato do Cap. Chandler e na morte do Sd Kozel, e seus depoimentos foram muito importantes.

Na segunda-feira pela manhã, um soldado da Cia PE, que fora punido e estivera recolhido ao xadrez no final de semana, procurou o seu Comandante. Contou-lhe que, no dia do atentado ao QG do II Exército, em junho do ano anterior, estava de sentinela naquele quartel quando um efeminado, ou fazendo-se passar por tal, havia se aproximado do seu posto a pretexto de pedir fogo e que esse indivíduo era um dos presos que estavam recolhidos ao xadrez da Companhia. O terrorista reconhecido era Hermes Camargo, que atuava com o codinome de "Xavier". Este fato estabelecia a conexão entre vários atos terroristas e possibilitou a intensificação dos interrogatórios com base em conhecimentos mais objetivos.

[140] Posteriormente, foi apurado que Pittoli havia sabotado as viaturas de pronto emprego da Cia PE, na noite do atentado ao QG do II Exército deixando-as com as chaves ligadas de modo a descarregar-lhes as baterias.

Pedro Lobo, um dos presos, assim descreve essa evolução da situação: "*A repressão só conseguiu saber quem havia participado do justiçamento de Chandler a partir do momento em que foram presos quatro companheiros nossos. Um deles, traidor da revolução, passou a cooperar com a polícia. O traidor falou sobre a ação e forneceu detalhes à polícia a respeito de sua execução. Esse tipo não participara da ação contra Chandler, mas tinha conhecimento indireto de alguns detalhes e, sobretudo, sabia quais os companheiros que tinham participado dela. Eles foram presos em 23 de janeiro de 1969, mais de três meses, portanto, após a ação. Sem essa delação a polícia não teria descoberto jamais os autores da ação, porque a verdade é que não dispunha de nenhuma pista".*

Parece-nos interessante prosseguir um pouco mais na narrativa de Pedro Lobo, na qual se pode notar que ele, que sempre se descreve como figura central dos episódios, oculta no caso que ele próprio era um dos quatro presos. Assim, ele prossegue falando como se fora de personagens distantes: "*O tipo só esteve preso. Eis outro detalhe importante. Foi detido com os outros três companheiros. Estes foram torturados até quase a morte. Mas ele não foi torturado. Cooperou com a polícia desde o primeiro momento de sua captura, não sei se por medo ou covardia, porque na verdade não levou sequer uma bofetada. Não foi maltratado pela polícia*". [141]

Hermes Camargo, que é acusado por Pedro Lobo, pode ter colaborado mais que os outros, porque não tinha convicções político-ideológicas arraigadas. A verdade, no entanto, é que, ante as evidências, todos eles cooperaram, e Pedro Lobo, por ser um dirigente da organização e conhecê-la melhor, foi, sem dúvida, o que contribuiu com as melhores informações, tendo entregado dirigentes nacionais da organização, entre os quais Onofre Pinto, seu padrinho de casamento.

É compreensível que Pedro Lobo tenha ocultado ser ele um dos colaboradores. É natural que elementos como Pedro Lobo, fanfarrão e cabotino, que sempre se descreve como "herói", tivesse a

[141] Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira em "A Esquerda Armada no Brasil", obra já citada, págs. 169 e 170.

necessidade imperiosa de dizer que suas delações foram feitas sob tortura, além do que, subsidiariamente, tal acusação sempre era vista como mais uma contribuição à "causa".

O livro citado, que descreve as ações armadas no Brasil entre 1967 e 1971, premiado pela Casa da Cultura Cubana, traz meias-verdades e acusações sem qualquer preocupação com a verdade. A respeito, na página 320, assim descreve a primeira tentativa de luta armada no sul do País: *"O grupo rebelde estava encabeçado pelo ex coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, que depois de preso conseguiu fugir. Anos mais tarde foi entregue pelo regime militar argentino à ditadura brasileira, cujos corpos repressivos o torturaram até à morte em 1971".*

Ora, Jefferson Cardin, como dissemos antes, prestou declarações na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1982 e, salvo tenha morrido após a elaboração deste capítulo, continua "vivo, gordo e são de lombo", como dizem os gaúchos.[142]

Boa parte das denúncias de tortura no Brasil foi feita com essas motivações: atender a vaidades ou, como propaganda adversa, buscando denegrir, aos olhos da população brasileira e do mundo, os órgãos de segurança do País, visando à sua desmoralização e intimidação. Isto é, como instrumento de guerra psicológica.



9. Intensifica-se o trabalho na Cia PE

Descoberto o fio da meada, as prisões, apreensões e buscas intensificaram-se. Em pouco tempo, a linha política, os objetivos e toda a estrutura da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era

[142] Em 10 e 11 de agosto de 1986, Jefferson Cardin deu entrevistas respectivamente ao Jornal de Brasília e ao Correio Braziliense, quando foi à Brasília para tratar de sua pensão como anistiado. *Nota do editor: Jefferson Cardim faleceu em janeiro de 1995.*

a organização subversiva mais atuante no momento em São Paulo, ficaram conhecidos. Tinham sido levantados os setores e subsetores, as coordenações e boa parte das bases da organização. Sabia-se de suas necessidades para atender à folha de pagamento de seus militantes, profissionais da subversão, que era superior a NCr$ 35000,00 [143] - recursos que eram obtidos quase que exclusivamente através de assaltos.

Nos primeiros dias de março, pouco mais de um mês depois do início dessas atividades, tinham sido identificados 54 membros da organização subversiva e mais 22 eram conhecidos por seus codinomes e/ou funções que exerciam, sendo que 23 deles estavam presos. Em pouco tempo, tinham sido tirados de circulação importantes dirigentes, como Diógenes José de Carvalho, Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e José Ibrahim, sendo que a maioria dos demais presos pertencia ao Setor Logístico, que era o encarregado de conseguir meios para a organização através de ações armadas.

Também foram esclarecidas importantes ações terroristas realizadas pela VPR, sendo identificados seus autores nas seguintes: roubo da pedreira Gato Preto, em Cajamar; atentado ao consulado norte-americano em São Paulo; roubo de armas no Hospital Geral de São Paulo; atentado ao QG do II Exército, atentado à loja "Sears", assassinato do Capitão Chandler; roubo da pedreira Fortaleza, roubo da Casa de Armas Diana e roubo de cinco estabelecimentos bancários - o Comercial (março de 68), o Brasileiro de Descontos (março de 68), o Mercantil (agosto de 68), o Estado de São Paulo (outubro e dezembro de 68) e o Aliança do Rio de Janeiro (janeiro de 69), num total de NCz$ 404.000,00.

Uma semana após o roubo do 4º RI, haviam sido recuperados numa batida no aparelho de Yoshitane Fujimore, vulgo "Edgard Japonês", 18 "FAL", 4 submetralhadoras INA, 2 submetralhadoras "URKO", uma pistola .45 "ITHACA" e grande quantidade de munição. Sabia-se que a VPR, sem dispor de locais seguros para armazenar o restante do

[143] O valor do salário mínimo em maio de 1969 era de NCz$ 156,00 e o dólar valia NCz$ 4,00 (NE)

armamento roubado, o havia deixado sob a guarda da “Ala Marighela".

Detectou-se a existência de um centro de treinamento de guerrilha na Fazenda Ariranha, no Município Paranaíba, Estado de Mato Grosso, onde foi apreendida boa quantidade de armamento diverso e foram feitas as prisões de Nelson Chaves dos Santos, seu irmão Pedro e Otacílio Pereira da Silva.

Foi descoberta uma auto elétrica adquirida pela VPR, onde eram feitos reparos e pinturas nos veículos roubados e em uso pela organização e destinada também a gerar recursos. Encoberto por essa auto elétrica, trabalhava um torneiro-mecânico encarregado de fabricar acionadores para granada, fazendo cerca de 30 por semana, e de preparar canos para bombas e silenciadores para armas.

Eram conhecidas as ligações da organização com os dominicanos, através dos contatos feitos entre o Frei Carlos Alberto Libânio Christo, o "Frei Beto", e Dulce de Souza. Havia sido detectado que a organização se reestruturava deslocando pessoal do Setor Urbano para o Logístico, de modo a dar curso às suas ações armadas.

Começaram a ser feitas prisões, também, de membros de outras organizações subversivas, como o Agrupamento Comunista de São Paulo, conhecido como "Ala Marighela", e a Ação Popular.

Tais atividades estavam comprometendo seriamente a Cia PE no cumprimento de sua missão, que, absolutamente, não era essa. A instrução havia sido relegada a um segundo plano e a administração da subunidade estava prejudicada. Até o tesoureiro da Companhia passava parte do dia e da noite cuidando de subversivos; no tempo que sobrava é que ia fazer seus mapas e balancetes. As atividades anti-subversivas deviam ser desenvolvidas sem solução de continuidade, porque os atos de terror não respeitavam expedientes. A Cia PE não estava estruturada para essa missão. Não tinha pessoal especializado e nem suficiente para esse regime de trabalho. Não dispunha de veículos, de armamentos e nem de meios de comunicações adequados a essas atividades que lhe eram estranhas.

Constatara-se também que, fruto do grande número de prisões, as organizações subversivas haviam aperfeiçoado suas medidas de segurança e seus militantes haviam se tornado mais violentos, respondendo com fogo a qualquer tentativa de prisão. Isto implicava num risco crescente para o pessoal não habituado a essas ações. Influía no ânimo dos próprios policiais, acostumados que estavam com meliantes comuns, que dificilmente os enfrentavam a bala, o que redundava, em alguns casos, em retardo proposital no cumprimento de missões ou numa atuação mais agressiva.

O mais importante, no entanto, é que de início houve uma colaboração espontânea muito grande, refletindo o anseio de se obter sucesso numa área que havia mais de um ano desafiava a polícia. O aumento do trabalho sistemático e até mesmo o êxito inicial começaram a tornarem-se fatores negativos. Era humanamente impossível que deixassem de aparecer os ciúmes e os zelos e que, inevitavelmente, surgisse a questão - a quem pertence o êxito?

Ademais o Major Comandante da Cia PE não tinha canais oficiais para ligar-se com a Secretaria de Segurança, o DOPS, a Guarda Civil e a Polícia Militar. As solicitações eram feitas na base da amizade e atendidas pelo desejo de cooperar. Quando este último começou a arrefecer, os pedidos nem sempre eram atendidos com a presteza necessária, quando a eram. O combate à subversão ia perdendo sua eficiência - pecava fundamentalmente pela falta de coordenação e de controle das ações anti-subversivas.



10. Modificações no esquema de segurança

"No dia primeiro de maio chegávamos a São Paulo. Um avião especial levaria o General Canavarro e todo o seu staff. Quando atingimos o campo de Congonhas, grande massa popular se comprimia para nos oferecer boas vindas. À frente o ilustre Governador Roberto Abreu Sodré com parte de seu secretariado.

As manifestações de afeto que recebíamos à chegada refletiam o quanto esperavam de nós. São Paulo, centro econômico mais importante do Brasil e da América Latina, enfrentava violenta onda de terrorismo, onde meia dúzia de assaltos a bancos ocorriam a cada dia com o fim de obter recursos para o lançamento da contra revolução, operações de sequestro, invasões de quarteis com roubo de armas, enfim atos que deixavam a população amedrontada e tensa (...) De maio a meados de junho procuramos sentir o ambiente e tomamos as medidas iniciais (...)"[144]

Essas são as palavras com que o General Ayrosa, que acompanhou o General Canavarro como Chefe do Estado-Maior do II Exército, descreve em seu livro de memórias a situação em São Paulo, no início de 1969, causa de uma série de medidas que iriam ser tomadas em curto prazo.

Perguntamos ao General Ayrosa a que atribuía essa recepção, de certa forma inusitada, a um Comandante de Exército, e ele nos respondeu:

- A expectativa era de que nós iríamos buscar meios e formas de restabelecer a ordem.

Indagamos se o Governador revelara a incapacidade do Governo Estadual de manter a ordem, e ele explicou:

- Ele não tinha essa capacidade por uma razão muito simples: o problema era muito amplo, a situação insólita e nós mesmos, que antes de irmos para São Paulo nos preocupávamos com o problema e o havíamos estudado, tateamos um bom tempo em busca da melhor solução.

Buscamos conhecer de que natureza eram essas dificuldades, se decorriam de deficiências pessoais, de falta ou inadequação do material, de comunicações adequadas ou de que ordem eram, a que o General Ayrosa respondeu enfaticamente:

---

[144] Ayrosa da Silva, E: "Memórias de um soldado", Bibliex, RJ

- Acima de tudo a deficiência decorrida da falta de unidade de comando, da falta de unidade de coordenação. Embora a Polícia de São Paulo tivesse um efetivo muito grande, fosse bem equipada e inclusive a Polícia Militar fosse comandada por um oficial do Exército, tendo, portanto um relacionamento com o Exército razoavelmente bom – não havendo, pois esse problema de divórcio entre polícia e Exército – não havia também uma ação coordenada, não havia um objetivo definido. Faltava alguém que superintendesse, que orientasse, que coordenasse as ações. Quando fomos para São Paulo aquilo que depois viria a ser a Operação Bandeirante já havia sido esboçada. Prevíamos a necessidade da atuação em conjunto, englobando todos os órgãos de segurança federais e estaduais da área.

Essa preocupação com a coordenação e o controle das atividades anti-subversivas era geral. Entre 6 e 8 de fevereiro de 1969 havia sido realizado o I Seminário de Segurança Interna; em Brasília, sob os auspícios do Exército. Reunindo os Secretários de Segurança, os Comandantes das Polícias Militares e Delegados o Departamento de Polícia Federal, o aspecto que mereceu maior ênfase nesse conclave foi, justamente, a necessidade de integração operacional dos organismos policiais.

De maio a junho de 1969, foi montado um esquema experimental, na 2ª Seção do II Exército, que respondesse a essa necessidade de integração dos diferentes órgãos e de tal modo que cada um se encarregasse daquilo que estava mais ajustado à sua missão normal. Esse esquema foi debatido no Centro de Informações do Exército, que também tinha ideias a respeito e uma visão mais geral do problema.

O General Canavarro, entretanto, não podia fazer essa coordenação de imediato. Ele queria ir obtendo essa integração aos poucos, mas ante as dificuldades para torná-la efetiva e em face da manutenção das ações subversivas em altos níveis, foi convocada, em junho, uma reunião de todos os elementos envolvidos com a segurança na área. Dessa reunião nasceria a Operação Bandeirante.

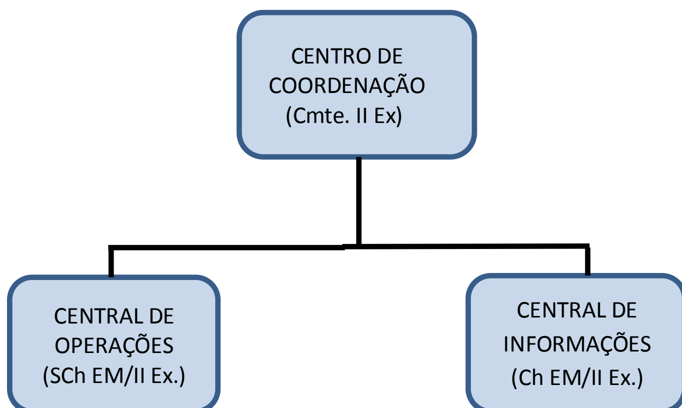


11. É criada a "Operação Bandeirante" – OBAN

Na reunião convocada pelo Comando do II Exército, foi apresentada a proposta de um Centro de Coordenação, que englobava a ação de todos os órgãos de segurança da área, sem limitar a inciativa de qualquer um deles, mas coordenando todas as atividades de combate à subversão. Esse trabalho coordenado seria feito com base, exclusivamente, na compreensão de sua necessidade, por parte de todos os órgãos envolvidos no problema. Não havia, ainda, nenhuma medida legal que indicasse essa colaboração. Ela teria que ser espontânea. O resultado da reunião, no dizer do General Ayrosa, "*foi surpreendente porque todos, unanimemente acharam que a proposta atendia a um anseio geral. O único que poderia mesmo fazer alguma restrição seria o Secretário de Segurança Pública de São Paulo. No entanto o Dr. Hely Lopes Meirelles deu apoio incondicional à proposição. Na verdade o apoio à ideia não foi apenas dos órgãos de segurança, o apoio em São Paulo foi total*".

Esse Centro de Coordenação foi batizado de "Operação Bandeirante".

ORGANOGRAMA DA OPERAÇÃO BANDEIRANTE



O que era, então, na prática, a "Operação Bandeirante"? Era esse Centro de Coordenação, organizado pelo II Exército, constituído inicialmente de uma Central de Informações e de uma Central de Operações, que tinha como objetivo - conforme sua própria estrutura indicava - produzir informações sobre as ações dos grupos subversivos de forma centralizada, assim como orientar centralizadamente as ações anti subversivas.

O que Visava a OBAN? Seu objetivo era, de um lado, evitar superposições e de outro lado, lacunas, definindo responsabilidades e com isso tornando mais efetivo o combate à subversão.

Faziam parte desse Centro de Coordenação, os Comandantes do II Exército e de suas Grandes Unidades subordinadas (2ª Região Militar e 2ª Divisão de Infantaria), os Comandantes do 6º Distrito Naval e da 4ª Zona Aérea, a Secretaria de Segurança Pública, os Chefes dos Departamentos de Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações - estes dois últimos órgãos com uma estrutura ainda incipiente na área.

O Centro de Coordenação não limitava a iniciativa dos órgãos que o integravam e nem se imiscuía no cumprimento de suas missões normais. No entanto, as operações de informações e as operações anti-subversivas, isto é, repressivas, eram por ele coordenadas. Tomemos como exemplo a Força Pública – que, além de participar com elementos para as Centrais de Informações e de Operações, continuava com sua missão normal de policiamento ostensivo. Julgado conveniente que esse policiamento se fizesse com maior ênfase numa determinada área, a bancária, por exemplo, esse policiamento era indicado pelo Centro de Coordenação.

Todos os informes e informações colhidos deveriam transmitidos diretamente e no mais curto prazo para a Central de Informações, que iria processá-los. O Chefe das ações era o General Chefe do Estado-Maior do II Exército e participavam dela todos os órgãos, já citados, sendo que da Secretaria de Segurança Pública participavam o Diretor do DOPS, o representante da Guarda Civil, então, Força Pública do Estado. Na Central de Informações os informes eram imediatamente examinados quanto à sua credibilidade e pertinência, analisados seus dados significativos, integrados com fatos pré-

existentes, examinada sua coerência, enfim, eram metodicamente tratados. Havia uma preocupação muito grande em cruzar os informes, particularmente quando se tratasse de "estouro de aparelho", pois, sendo verdadeira a informação e não havendo a determinação e a iniciativa de fogo necessárias, por certo haveria baixa entre os homens da operação. Em contrapartida, se a informação fosse falsa, os OI poderiam fazer vítimas inocentes. As pessoas envolvidas em subversão, presas ou detidas, deveriam ser encaminhadas às equipes de interrogatório preliminar, de modo a alimentar a Central de Informações e, ao mesmo tempo, possibilitar o controle dessas prisões e detenções. Após sua identificação inicial, os militares eram encaminhados às suas respectivas corporações e os civis ao DOPS.

No DOPS, que matinha os presos civis sob sua custódia, esses eram qualificados e identificados imediatamente. O DOPS é que procedia aos inquéritos, bem como lavrava os autos de prisão em flagrante. Deste modo, cada órgão exercia as atividades para as quais haviam sido constituídos e estavam mais bem preparados. Em comum, os órgãos apenas integravam as equipes mistas das Centrais de Informações e Operações.

O Chefe da Central de Operações era o Subchefe do Estado-Maior do II Exército e dela faziam parte os oficiais de Operações das Organizações Militares componentes do Centro de Coordenação, inclusive o Oficial de Operações da Força Pública do Estado de São Paulo. Essa Central fora criada com base no conhecimento da doutrina revolucionária marxista-leninista e em casos históricos. Segundo esses conhecimentos e experiências, as ações terroristas nas cidades, ou a guerrilha urbana, são secundárias e complementares no contexto da revolução. Destinam-se a obter fundos, a exercer pressão psicológica sobre as autoridades e a população e a fixar efetivos dos órgãos de segurança nas cidades, desviando-os da ação principal. Esta deve realizar-se no campo, onde toma vulto e exige operações militares de envergadura para neutralizá-la.

O Centro de Coordenação deveria reunir-se mensalmente e seus representantes nas Centrais reuniam-se, como rotina, semanalmente ou extraordinariamente quando necessário. A Central de Informações

elaborava um Sumário Diário de Informações que dava, às autoridades e aos órgãos participantes da "Operação Bandeirante", uma visão geral da situação em toda a área, no que tange às atividades subversivas.

O próprio documento constitutivo do Centro de Coordenação esclarecia não haver previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. O fundamental, porém, era essa coordenação. Por isso a "Operação Bandeirante" multiplicou os êxitos alcançados pela Cia PE.

O entrosamento entre os órgãos que a compunham fez-se com relativa rapidez. Desde o início de suas atividades, sucedeu-se uma série de prisões que só iria arrefecer um ano depois. De setembro a dezembro foram presos inúmeros líderes da ALN, até então praticamente intocada. Com a prisão das bases e da cúpula da VAR-Palmares, em dezembro de 1969 e janeiro de 1970, essa organização subversiva foi desestruturada em São Paulo. A FALN que atuava em Ribeirão Preto foi completamente desarticulada. De maio a agosto de 1969, as inúmeras prisões de militantes da Ala Vermelha do PC do B levaram essa organização a reformular sua linha política e dar prioridade para o trabalho de massa.

Essencialmente em razão desse sucesso, a "Operação Bandeirante" sofreria toda a carga das organizações subversivas e seus acólitos de esquerda, na primeira oportunidade que surgisse. Naturalmente, para as esquerdas interessava que os órgãos de segurança, sustentados pela Nação, continuassem desarticulados, dobrando meios e ineficientes.



12. Dificuldades e desencontros

O documento que propunha a criação da "Operação Bandeirante" e que foi apresentado, às forças e aos órgãos que a comporiam, na reunião realizada em 24 de junho de 1969, prescrevia quanto à situação:

a) A área de São Paulo e municípios vizinhos constituindo a denominada "GRANDE SÃO PAULO" - vem sendo alvo da ação de vários grupos organizados sob as mais diversas denominações VPR, OPM, COLINA, FLN, ALA NARIGHELA, etc. - por estudantes habilmente manipulados e pelos adversários da Revolução de 31 de Março de 1964, todos sob a liderança consciente ou consentida de elementos do PCB, do PC do B e outras facções comunistas, já agora identificadas no propósito comum de derrubada do Governo e das instituições.

Inspirados nas ações dos subversivos, com outras finalidades, mas igualmente agitando, provocando danos e contribuindo para uma ação de desmoralização das autoridades, alguns marginais atuam realizando roubos, saques e atentados a pessoas.

- Ações estimadas: desencadeamento da guerrilha urbana; recrudescimento de assaltos a bancos, carros-transporte de valores, organizações industriais e comerciais para obtenção de fundos; assaltos ai quartéis, casas de armas e depósitos de explosivos para obtenção de material bélico, equipamentos, explosivos e a desmoralização das forças policiais e organizações militares; terrorismo, particularmente o seletivo, contra autoridades civis, militares, líderes democratas, industriais e outras pessoas influentes; panfletagem, agitação e propaganda contrária ao Governo e às instituições; exploração de atos dos governos federal, estadual ou municipais, suscetíveis de utilização negativa e adequada aos seus propósitos; tentativas de libertação de presos em quartéis ou prisões civis; tentativas de associação dos Movimentos Estudantil, Sindical, Rural e Religioso.

b) Unidades, serviços e meios do II Exército, 4ª Zona Aérea, 6º Distrito Naval, Secretaria de Segurança Pública (Força pública do Estado de São Paulo - polícia Civil - Guarda Civil), Divisão de Polícia Federal em São Paulo, Serviço Nacional de Informações, Agência em São Paulo, continuarão atuando em toda a área.

c) Não há previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas.

d) Meios: Centro de Coordenação, constituído de uma Central de Informações e uma Central de Operações.

Seguem-se a constituição do Centro de Coordenação e à das Centrais de Informações e Operações, já vistas no item anterior.

No item 4, "Assuntos Administrativos", havia as seguintes prescrições:

> "Logística
>
> (1) Todas as organizações participantes deverão ficar em condições de alimentar os elementos empregados nas operações.
>
> (2) As viaturas serão reabastecidas na origem. Poderão, quando necessário, serem reabastecidas na organização mais próxima ou em estabelecimento civil, mediante controle da Central de Informações.
>
> (3) Todos os elementos participantes devem ser armados e municiados em suas organizações de origem.
>
> (4) Quando necessário, o elemento será evacuado para o Hospital mais próximo.
>
> (5) Ligações e Comunicações
> Todos os meios disponíveis devem ser utilizados e ligados com a Central de Informações"

Da análise desse documento, constata-se que, embora se soubesse da existência de várias organizações subversivas, não se conhecia suas origens, estrutura, a própria orientação ideológica e a linha revolucionária, bem como suas ligações ou desvinculação dos autodenominados partidos comunistas conhecidos. Eram chamadas então de "*grupos organizados" (...) todos sob a liderança consciente ou consentida de elementos do PCB, do PC do B e de outras facções comunistas*". Ainda a essa altura, junho de 1969, ações terroristas eram confundidas com atividades de marginais.

Observe-se que à "Operação Bandeirante" foi dada uma organização tipo Estado-Maior combinado, o que de certa forma era válido pela participação de elementos de outras forças singulares e de segurança, demonstrando o desejo de manter um razoável equilíbrio na participação desses elementos. No entanto, essa organização não previa Centrais de Pessoal, Logística e de Assuntos Civis. [145] A ausência delas e a existência da Central de Operações - embora nas ações estimadas não se fizesse referência a operações de vulto e não fossem previstas atividades de instrução, especificas dessa área - revelam que, na ocasião, ou não se sabia como combater essa ação insólita, ou não se podia determinar que rumos essas ações poderiam tomar, ou ainda, ambas as hipóteses. Realmente, não se tinha experiência e nem conhecimento das técnicas de combate a empregar na guerrilha urbana. Havia um conhecimento razoável quanto às técnicas contra guerrilha rural, mas, paradoxalmente, aí é que seriam cometidos os maiores equívocos. Quanto à guerrilha urbana, o conhecimento era muito pequeno e restringia-se, praticamente, a técnicas de controle: de distúrbios, de calamidade pública, da população e dos recursos, as quais, à exceção da primeira, nunca chegaram a ser empregadas. A técnica de combate à guerrilha urbana foi adquirida na luta diária e desenvolvida na prática do dia a dia, de acordo com as observações, estudos e necessidades de aprimoramento das ações, tendo em vista, precipuamente, o modo de atuar dos terroristas-subversivos. Isto iria distinguir aqueles que a apreenderam da grande maioria que a desconhecia.

Na prática, as atividades que passaram a ser desenvolvidas pela "Operação Bandeirante" eram as mesmas que a Companhia de Polícia do Exército realizava, agora com equipes mistas, formadas por pessoal cuja missão específica era o combate à subversão, com uma equilibrada distribuição de missões e de trabalho, com canais de ligação estabelecidos que permitiam a fácil solicitação de providências por parte de cada Força ou órgão. Essas atividades

[145] Numa estrutura típica de um estado-maior, existe um chefe de estado-maior e, qualquer que seja a missão do comando militar, as atividades do órgão normalmente abrangem, no mínimo, cinco campos: pessoal, informações, operações, logística (hoje apoio administrativo) e assuntos civis.

eram típicas de informações, que têm também funções operacionais pertinentes à produção de informações e contra-informação.

O documento da OBAN esclarecia também que não havia previsão de novos meios para enfrentar as ações subversivas. Ora, havia uma nova missão, e a falta de meios adequados a ela criaria uma série de dificuldades. A primeira delas foi a inexistência de local, de instalações físicas, para o funcionamento da "Operação Bandeirante". Inicialmente, essa organização passou a funcionar no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, mas criava problemas, particularmente quanto ao controle e à segurança dessa subunidade. Este aspecto foi solucionado com a cessão, pela Secretaria de Segurança Pública da parte de uma Delegacia de polícia, no bairro Paraíso, relativamente próxima ao QG do II Exército.

Outras dificuldades surgiram relacionadas ao Apoio Administrativo, em particular à Logística. A "Operação Bandeirante" não dispunha de viaturas, de combustível, de armamento e munição, de meios de comunicação e de rancho. Passou a funcionar com viaturas das organizações participantes, as quais eram abastecidas na origem. Eram viaturas nem sempre adequadas e descaracterizadas, que foram, posteriormente, reforçadas pelos veículos apreendidos dos subversivos, quando não eram roubados, mas adquiridos pelas suas próprias organizações.[146]

Os componentes das diversas equipes eram armados e municiados também nas organizações de origem, que deveriam ainda alimentá-los. O armamento nem sempre era compatível com esse novo tipo de atividade - como andar pela rua, sem ser notado, com um imenso revólver .45? Os meios de comunicações também eram os disponíveis em cada organização, não sendo, particularmente os das Forças Armadas, os mais apropriados para operar nas grandes cidades. Como todo esse material não era de dotação da OBAN, mas carga das Unidades, que continuavam responsáveis por ele, normalmente não eram cedidos ou repostos de bom grado. Sendo as atividades da "Operação Bandeirante" continuadas, nas 24 horas do dia, pode-se

[146] Mais tarde, homens de negócio de São Paulo cotizar-se-iam e dariam apoio material à Operação-Bandeirante, permitindo que fosse suprida parte de suas deficiências.

imaginar as dificuldades decorrentes para a alimentação do pessoal, constituído em diversas equipes mistas e tendo cada um que se alimentar em sua organização.

Ora, para toda a missão de combate há uma mobilização, um esforço para se suprir as deficiências. Estas podem ser admitidas nos tempos de normalidade, mas precisam ser equacionadas e atenuadas para que a missão possa ser cumprida numa situação de guerra. Essa era uma situação de combate, mas que se apresentava diferente. Parece-nos importante a compreensão dessa situação "sui generis" vivida, porque ela teria também reflexos no recrutamento do pessoal e no próprio desdobramento das ações.

Quando há uma guerra declarada, na qual se envolve toda a instituição o soldado profissional, sem sentir prazer e até mesmo vencendo ditames da própria consciência, sente uma compulsão interior de dela participar, sem qualquer subterfúgio, por dever, por ser esta a hora da grandeza de servir, a hora sublime e esperada de se dar à Pátria, que é compartilhada por seus familiares. No entanto, vivíamos uma guerra diferente, anônima, unilateralmente declarada pelo inimigo, não reconhecida oficialmente e que análises equivocadas levaram quase a ocultá-la, na qual não se empenharia mais de 1% (um por cento) dos efetivos das forças nela engajadas. Não apresentava, assim, o mesmo estímulo, mas exigia muito do homem, mais do que no combate regular, porque o enfrentamento era diário, com um inimigo do qual não se tinha informações precisas, que agia inopinadamente, de surpresa, com violência e tendo a iniciativa das ações. Além disso, numa situação de guerra normal os riscos são apenas do militar, não alcançando sua família, que, pelo contrário, permanece em segurança, agasalhada pelo conforto moral de seu gesto e o apoio dos amigos e familiares. Neste caso não! Além da situação constrangedora de se obrigar a ocultar as atividades do marido por questões de segurança, de apresentar desculpas por suas ausências sistemáticas, por seus horários incomuns, por suas atitudes inusitadas, a mulher ainda vive sob pressão psicológica constante, produzida por impropérios dirigidos por caria ou telefone, anúncios falsos e ameaças verdadeiras de sequestro dos filhos.

Muitas foram as mulheres que não suportaram essa angústia permanente, e não foram poucos os lares desfeitos por incompreensões ou falta de estrutura psicológica para suportar tal situação continuada. Por tudo isso, não era fácil o recrutamento para esse tipo de missão.

Principalmente a falta de recursos e a expectativa de que essa era uma situação transitória fizeram com que esses problemas nunca fossem totalmente equacionados, de modo a permitir a "Operação Bandeirante" funcionar com a eficiência que seria de desejar e que a importância da sua missão exigia.

Também criou dificuldades à "Operação Bandeirante" a disparidade de formação de seus integrantes, em todos os aspectos, agravada pela falta de tempo e experiência para se estabelecer um critério de seleção do pessoal. Apesar de ter sido feito um esforço no sentido de selecionar o que havia de melhor, isto só foi alcançado à medida que crescia o êxito e, consequentemente, o prestígio da "Operação Bandeirante”. Tal fato tornaria comum, no início, a necessidade de dispensa e a aplicação de sanções a seus integrantes, pelas razões as mais diversas, desde a falta contumaz ao serviço até a desonestidade, passando pela afoiteza exagerada até o medo.

Outro aspecto que criaria sérias dificuldades de coordenação e controle eram as prisões que fugiam aos trâmites normais, isto é, feitas em nome da "Operação Bandeirante,” mas não obedecendo ao seu planejamento e à sua coordenação e nem atendendo às normas por ela estabelecidas. Quando isso ocorria, o órgão que atuava de forma irregular buscava ocultar o fato ou retardar o seu conhecimento e, em consequência, as informações obtidas. Esse tipo de dificuldade, ao contrário da anteriormente apontada, foi se agravando, à proporção que aumentava o sucesso do combate ao terrorismo e à subversão. Era o sensacionalismo envolvendo os trabalhos, era a busca da promoção pessoal, ou do órgão infrator das normas, em detrimento da impessoalidade e do espírito de equipe que se buscava imprimir às ações da "Operação Bandeirante".

Esses são alguns aspectos negativos, decorrentes da improvisação, que precisam ser conhecidos, mas que tiveram caráter de excepcionalidade, não podendo ser generalizados. Seguramente não

atingem a organização e muito menos a grande maioria de seus integrantes, que sempre se portou com correção, desprendimento, abnegação e, por que não dizê-lo, com heroísmo.



13. Os Centros de Operações de Defesa Interna - CODI

O problema de segurança não é novo, não é especificamente nosso, sendo comum e da própria essência de todo governo. Em nosso País, por exemplo, em 1951, existia um planejamento do Governo, cuja denominação retrata, de forma clara, seu objetivo: "*Plano de Ação Interna para enfrentar uma perturbação da ordem pelos comunistas*". Decorria do fato de ser esta a hipótese mais viável de perturbação da ordem, à época. Esse plano, elaborado por uma Comissão Mista constituída no Conselho de Segurança Nacional, destinava-se a coordenar a ação das Forças Armadas entre si e com as autoridades civis. Previa duas hipóteses: a eclosão da perturbação da ordem, sem o concurso de movimentos armados, e tendo o caráter armado. A previsão de emprego das Forças Armadas era feita considerando que fosse insuficiente a ação das forças policiais, e o emprego efetivar-se-ia por solicitação da autoridade civil, ou a juízo do comando militar competente. Em tal plano, a ação militar era apenas uma entre inúmeras outras componentes previstas pelo Governo. Evidentemente, só seria desencadeada se houvesse a perturbação da ordem ali prevista. Ao Governo interessava, antes de tudo, evitar a perturbação da ordem, e para isso tomaria medidas preventivas, na sua maioria, na esfera dos ministérios e órgãos civis.

Em 1961, o planejamento das Forças Armadas e sua conduta no âmbito da Segurança Interna estavam calcados nas Diretrizes Governamentais de maio desse ano, que previam ações preventivas e ações repressivas. A preocupação das Forças Armadas era basicamente com a defesa de seus aquartelamentos e bases e a possibilidade de sabotagens, atentados às autoridades e outras ações, particularmente visando aos serviços essenciais. Também nessa época, havia uma coordenação das ações previstas para as

Forças Singulares, as Secretarias de Segurança Pública e Ministérios civis, em especial os da Justiça e do Trabalho.

Em 1968, a situação alterou-se, pois se abrira um ciclo insólito de atuação das organizações subversivas. Em julho, o Governo proibira a realização de passeatas. A Diretriz de Segurança do Governo alertava aos comandantes militares de área de que, mediante entendimento prévio com os órgãos de segurança dos Estados, deveriam apoiá-los. Esse apoio poderia chegar ao emprego de tropa federal, para o resguardo da ordem pública e da decisão governamental. Essas ações estavam fundamentadas, essencialmente, nos textos e procedimentos legais. No essencial, não diferia do planejamento feito em 1951.

Esses são alguns aspectos da segurança, tomados ao longo do tempo e em diferentes governos, que demonstram que as Forças Armadas e demais órgãos de segurança cumprem determinações dentro de sua destinação constitucional, que são emanadas pelas autoridades constituídas dos governos civis.

O ápice do sistema político, como nos ensina Francis J. Sorauf, "*é marcado por duas características – a sua universalidade e a qualidade final de sua força*". Primeiro, somente ele se estende a todas as pessoas na sociedade; outras entidades, como as associações religiosas e associações profissionais, como a CNBB, a CUT, a OAB, etc, alcançam apenas uma fração do todo. Toda a vez que qualquer dessas entidades quiser impor suas normas a toda a sociedade, haverá choque. O sistema político possui, em segundo lugar, "*uma qualidade conclusiva e, em última análise, um monopólio da força e da coação na sociedade. Monopoliza a força armada organizada e as ações de prisão e morte*". Não pode aceitar que outras forças se organizem para se oporem a esse monopólio. Assim, sempre que essa característica for violada, haverá choque. Esses são princípios universais da atividade política e de governo.[147]

Em julho de 1969, o Governo, considerando o processo subversivo, bem caracterizado em suas ações e amplitude e suas ligações com

[147] Sorauf J .F. - "Iniciação ao Estudo da Ciência Política"- Zahar Editores, RJ - 1967.

acontecimentos internacionais semelhantes, julgou ser imperativo neutralizá-lo, para garantir a paz interna e preservar sua política de desenvolvimento, e baixou novas diretrizes. Esse documento, denominado Diretrizes para a Política de Segurança Interna, atribuía um papel preponderante aos comandantes militares de área, quanto ao planejamento e à execução de medidas anti-subversivas, e considerava indispensável a integração de todos os organismos responsáveis por essa área. Em decorrência dessas Diretrizes, foram baixados pela Presidência da República documentos particulares aos diversos ministérios, sendo que aos ministérios militares era atribuída a missão de concretizar aquelas ideias mediante estudos específicos.

Fruto desses estudos, que tiveram como base a experiência da "Operação Bandeirante", recém-constituída, foi determinado o estabelecimento, nos Exércitos e nos Comandos Militares, de um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Instruções complementares definiam o modo de estabelecê-los - ligações, contatos e coordenação na área. Regulavam seu papel de assessoramento ao comandante de área, na coordenação do planejamento e execução das medidas de defesa interna. Delineavam sua constituição e determinavam as atribuições de seus responsáveis. De acordo com essas instruções, a organização deveria atender à estrutura administrativa e militar existente. Como a subversão não estava igualmente ativa em todo o território nacional, tal organização deveria ser flexível, atendendo a essa particularidade e às peculiaridades das áreas geográficas onde fossem implantadas.

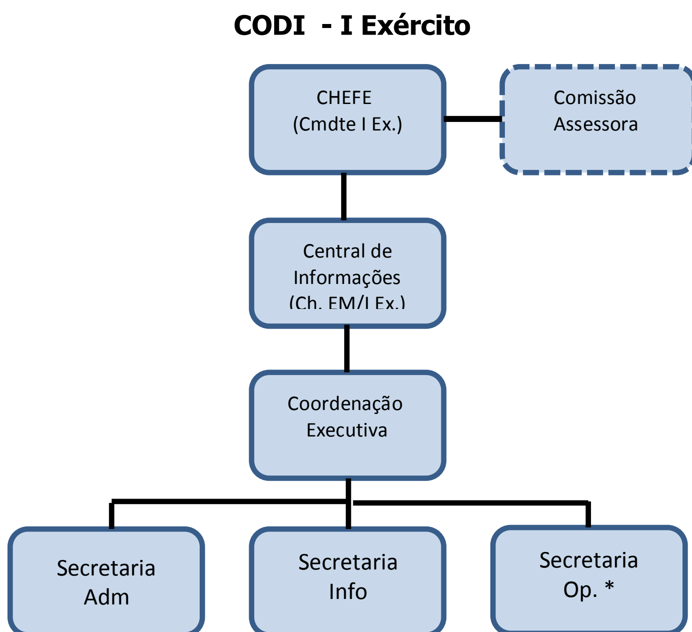
Em resumo, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) nada mais era do que o centro de coordenação já existente no II Exército e batizado de "Operação Bandeirante", com idênticas atribuições. Tanto assim é que, embora recente, mas em razão da mística que já criara, o CODI do II Exército manteve o nome de "Operação Bandeirante".

Em função dessas diretrizes e instruções, o então I Exército, com sede no Rio de Janeiro, onde a subversão também estava bastante ativa, iniciou em outubro de 1969, estudos visando à criação de seu CODI. Contando na equipe de trabalho criada pra esse fim com oficiais que haviam feito um estágio na "Operação Bandeirante", apresentou como resultado de seu trabalho uma estrutura contendo

apenas a parte da OBAN que efetivamente estava atuando, isto é, sua Central de Informações.

A Central de operações, por estar sem função na OBAN, não foi prevista no CODI do então I Exército, sendo, no entanto, prevista uma evolução que já ocorrera no II Exército - a introdução de uma coordenação Executiva, subordinada à Central de Informações (CI), para coordenar as atividades de informações dos diversos órgãos envolvidos e que, por essa razão, funcionaria fora do QG do Exército.

CODI - I Exército



* *Trata-se da Sec Operações de Informações. Não confundir com a Sec Op do EM dos Comandos, que trata de operações militares.*

Sem segredos, no dia 17 de janeiro de 1970, diversos jornais do Rio de Janeiro anunciaram a instalação do CODI do Exército, na véspera. Por várias razões, entre as quais a falta de instalações físicas, o CODI do I Exército somente foi instalado nessa época, quando recrudesceram as ações terroristas e se acumularam as atividades do

Batalhão de Polícia do Exército, que havia prendido vários militantes da VAR-Palmares, apreendendo farta documentação da organização. Havia sido preso, também, um militante do PCBR, em assalto à agência Brás de Pina do Banco Sotto Maior, o que poderia propiciar outras prisões de elementos dessa organização. Em abril, foi incluída na estrutura do CODI uma Comissão Assessora, diretamente subordinada ao Comandante do I Exército, exercendo função e tendo constituição semelhante ao Centro de Coordenação da OBAN. As dificuldades e os desencontros no CODI do I Exército, assim como seus êxitos, seriam em tudo semelhantes aos da OBAN.



14. Evolução na estrutura dos CODI/DOI

Em março de 1970, a Presidência da República baixou nova Diretriz. A novidade que apresentava era a criação de um Conselho de Alto Nível para assessorar o Presidente da República, que determinaria diretamente as ações a realizar.[148] Essa nova diretriz mantinha, basicamente, as missões atribuídas às Forças Armadas. No entanto, fazia uma importante recomendação visando a não engajar as Forças Armadas naquelas missões tipicamente policiais: o Governo Federal e os Governos Estaduais deveriam adotar medidas que visassem, respectivamente, ao fortalecimento do Departamento de Polícia Federal e dos órgãos de Segurança Pública.

Como decorrência dessa nova diretriz, seriam feitos pequenos ajustes, na "Operação Bandeirante" e no CODI do I Exército, que implicavam mais na homogeneização da designação dos diversos órgãos do que nas suas missões e dinâmica de funcionamento.

Assim, foram criados nas áreas, a exemplo do que ocorria no mais alto nível, um Conselho de Defesa Interna que substituía na

[148] Esse Conselho era formado pelos Ministros Militares, o Chefe do SNI, o Secretário-geral do CSN e o Ministro da Justiça, estes em caráter permanente, e os demais Ministros como membros eventuais.

"Operação Bandeirante" o Centro de Coordenação e no CODI do I Exército, a Comissão Assessora. A novidade é que os governadores estaduais passavam a integrar esses conselhos. O Chefe do Estado-Maior seria o Chefe do CODI, e a Coordenação Executiva da Central de Informações, encarregada das informações e das operações de informações, continuava com as mesmas atribuições, agora sob a denominação de Destacamento de Operações de Informações (DOI).

O engajamento das Forças Armadas no combate a subversão foi importante por suprir a falta de um organismo que assegurasse o planejamento integrado e a pronta e eficiente execução nas áreas e a nível nacional. Fez-se imperioso porque o Departamento de Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública, com raras exceções, não tinham estrutura adequada e nem preparo para cumprir essas missões.



15. A batalha perdida

Em junho desse ano, o Estado-Maior do Exército (EME), que já o tinha programado, realizou um simpósio visando, através da troca de experiências e informações, a aperfeiçoar a organização e o funcionamento do CODI, instalado até então apenas nos I e II Exércitos.

Nesse simpósio, além da estrutura e mecânica de funcionamento, foram debatidas as vulnerabilidades dos CODI. Entre estas se destacavam: as deficiências e a inadequabilidade do material posto à disposição pelos CODI; a insuficiência quantitativa e qualitativa do pessoal, particularmente a falta de pessoal especializado em informações; o despreparo das polícias militares e civis, em pessoal, material e adestramento; a dificuldade de obter-se a cooperação e a integração dos Ministérios civis nesse combate; a falta de mentalidade na salvaguarda das informações, inclusive do público

interno; e medidas atinentes aos meios de divulgação e à falta de motivação do público, inclusive o interno.

A maioria dessas deficiências não seria solucionada em curto prazo, seja pela dificuldade que órgãos da dimensão do Ministério do Exército têm para responder com presteza à modificação de sua rotina administrativa, seja pela demora natural que algumas demandavam, como por exemplo, a formação de pessoal. Outras deficiências apontadas deixariam de ser solucionadas pela sua própria complexidade, como foi o caso da falta de motivação do público e a questão correlata da comunicação social. Essas últimas questões seriam, porém, as que trariam as mais sérias consequências e iriam emergir na prática, paradoxalmente, como decorrência do êxito obtido pelos COOI no combate à subversão.

Sabe-se, hoje, que a oportuna e eficiente atuação dos CODI foi um dos fatores que concorreram de forma decisiva para que os comunistas não conduzissem o Brasil para uma guerra civil prolongada e sangrenta. Essa atuação impediu que a guerra revolucionária evoluísse, mantendo-se na fase embrionária dos assaltos, atentados, sequestros e demais atos terroristas. Como não evoluíra, não exigira, até então, a condução de operações militares de vulto. Não atingindo às ações a fase operativa, foram praticamente alijadas do processo repressivo as 1ª, 3ª e 4ª Seções dos Estados-Maiores. Isto, por si só, restringia a participação do público interno. O pessoal do Exército envolvido nas atividades de informações em todo o território nacional, mesmo nos momentos de maior intensidade das atividades subversivas, não ultrapassou a 1% (um por cento) do efetivo da Força. [149]

Por outro lado, esse êxito fazia crescer a importância das 2ªs Seções - afinal, elas, no âmbito do Exército, estavam vencendo sozinhas a batalha contra a subversão no campo militer e seus componentes eram os homens que corriam, diariamente, risco de vida, com muitos deles tendo morrido em ação. Num Exército que vive um longo

[149] Computando-se entre esse pessoal: motoristas, telefonistas, rádio operadores, arquivistas, datilógrafos, encarregados do material, encarregados da manutenção do material bélico, de comunicações e de moto, pessoal de suprimento, de saúde, guarda, segurança, etc.

período de paz, a única e justa recompensa desses elementos era o reconhecimento, nem sempre presente, de seus companheiros e o prestígio por participar de uma guerra. No entanto, em boa parte decorrente dessa situação de prestígio, as 2ª Seções levavam a compartimentação ao extremo, o que conduziu de vez o público interno a alhear-se do problema. Como interessar-se por algo que não lhe era dado conhecer? Esse excesso de compartimentação não levou apenas o público interno ao alheamento, mas chegou, por vezes, a criar animosidade e até ressentimento nos próprios QG, entre o pessoal de informações e grande maioria que, circunstancialmente, não estava exercendo aquela atividade.

Se esse problema interferia de tal forma no público interno, inevitavelmente iria interferir na comunicação com o público externo. Foram os representantes da OBAN que levaram ao simpósio os aspectos contraditórios dessa questão, que, entretanto, deixou de ser analisada com a profundidade merecida. Anunciaram ali o acréscimo na estrutura da OBAN, de uma Central de Difusão sob a direção do Chefe da 5ª Seção, compostas também, por representantes das demais forças singulares e por integrantes da própria Operação. Ao mesmo tempo, expuseram a preocupação quanto à divulgação de atos terroristas e da repressão, propugnando que essas notícias não fossem veiculadas, para não valorizar as ações terroristas, não denunciar as intenções dos órgãos de segurança e não manter os subversivos informados e em evidência junto a opinião pública.

Esta colocação iria restringir as atividades da 5ª Seção, que, na maioria dos casos, se ateve à mostra de material apreendido em poder dos terroristas e à apresentação de entrevistas na televisão com indivíduos que haviam abandonado espontaneamente a militância subversiva. No mais, a difusão de notícias era feita através de notas oficiais, que, normalmente, pecavam pela oportunidade e tinham sua credibilidade reduzida pela censura imposta à imprensa. Sequer os jornalistas credenciados nos QG eram utilizados na sua veiculação ou como auxiliares em sua redação. A Central de Difusão nunca chegou a funcionar, ficando quase tão inativa quanto a Central de Operações.

Outros fatores naturalmente pesavam nesta questão, como por exemplo, o fato da população ter-se mostrado sempre contrária à

ação subversivo-terrorista, negando-lhe qualquer apoio, não se preocupando quanto a esse aspecto e fazendo com que se negligenciasse a necessidade de mantê-la informada.

Na verdade, olvidou-se que a população tinha o direito de ser informada sobre o processo subversivo, por mais intranquila que ficasse, até porque tinha o dever de viver aquela situação. Empolgados com a vitória militar, os que combatiam a subversão esqueceram-se também que o esclarecimento da opinião pública era a única forma de mantê-la na posição favorável em que se colocara.

O fato é que embora apreensiva, com os atentados, sequestros, assaltos e demais ações terroristas, a população nunca pode avaliar os riscos reais que correu e nem as dificuldades e sacrifícios que eram feitos na condução desse combate - que, em última instância, visava a dar-lhe tranquilidade - porque não lhe foi dado conhecer essa realidade.

Em razão disso, no exato instante em que se começava a ganhar a batalha contra a subversão no campo militar, iniciava-se a perder uma batalha importantíssima - a da comunicação social. É verdade que, naquele momento, não se tinha consciência, ainda, da primeira e sequer se dava conta de que a segunda estava sendo travada.

As relações da Revolução com os meios de comunicação de massa estavam no seu mais baixo nível, em razão do AI-5. A preocupação dos órgãos de segurança, exclusivamente com o combate à subversão no campo militar, iria apenas agravar esse relacionamento, ao dificultar o trabalho dos profissionais do setor, cuja colaboração era indispensável para que os fatos fossem apresentados de forma a ser obtida a compreensão da opinião pública e a manutenção da cooperação da população na defesa dos interesses do País.

A ação dos órgãos de segurança atingiram diferentes grupos sociais, como o clero, o magistério, etc. Aquela mesma preocupação impediu que se desse a atenção devida a seus líderes. Não esclarecidos convenientemente, até por instinto, passariam a solidarizar-se com seus pares, quando poderiam ser os elementos capazes de mostrar o real envolvimento de membros do grupo com a subversão e obter a

compreensão da classe em relação ao trabalho dos órgãos de segurança.

Essas desatenções aliadas à censura dos meios de comunicação provocariam a falta de conhecimento e de convicção que predisporiam a população a aceitar como verdade os fatos que lhe fossem oferecidos de forma racional ou emocional. Quando esses dados vieram do exterior, na forma de uma maciça campanha psicológica orientada pelas esquerdas, não sendo adequadamente refutados, tiveram uma aceitação maior do que era de se esperar. Repetidos à exaustão com continuidade, em variadas formas e ocasiões e por diferentes meios e colocados com oportunidades graças a repercussões negativas do AI-5 no exterior, eles atingiram primeiro o Governo, que era apresentado como mais uma "brutal ditadura militar latino-americana". Depois, alcançaram os órgãos de segurança e informações, que vinham sendo os algozes dos subversivos, atingindo-os de forma sistemática e permanente, denegrindo-lhes a imagem de forma irreversível e fazendo com que fossem esquecidos rapidamente os sacrifícios de seus componentes e os inestimáveis serviços prestados à Nação.

De tal ordem seria essa campanha, ao longo dos anos, identificando esses órgãos como algo a ser temido ou odiado, que as mensagens das esquerdas passaram a ser aceitas até por boa parte do público interno, que passou a ver os que lutavam contra a subversão como os responsáveis pelo desgaste da própria Instituição perante a opinião pública. Isso ocorreu até que a campanha se voltasse diretamente para as próprias Forças Armadas, mostrando então que o verdadeiro propósito sempre fora esse - afastar as Forças Armadas da segurança interna - por julgarem os comunistas que são elas o maior obstáculo à sua caminhada rumo ao poder.



CAPÍTULO VIII

1970

1. Renasce o Otimismo Nacional

Embora o Presidente Médici, ao ascender à presidência, fosse um desconhecido para a maioria da população, seus pronunciamentos à Nação, exortando o esquecimento do passado e a união em torno da "tarefa de transformar este País numa grande Nação", fizeram com que fosse recebido, desde logo, com simpatia. Sua franqueza, a sincera enunciação dos problemas e objetivos, ainda que discutíveis, e sua preocupação com a justiça social infundiram esperanças no povo, com o qual tinha facilidade de identificação.

A essas qualidades pessoais iria aduzir o êxito de sua administração, com a continuidade das medidas saneadoras da economia e o adequado aproveitamento de condições conjunturais, como por exemplo, a explosão do comércio mundial a partir de 1968. O Governo deu forte estímulo à exportação, com uma taxa de câmbio flexível e uma série de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, cuidou de modernizar os serviços portuários para tornar possível o aproveitamento dessas condições favoráveis do mercado internacional. Nesse ano, as exportações do País deram um pulo, ultrapassando a marca dos 3 bilhões de dólares. sem dúvida, o Governo estava colhendo os frutos de anos de sacrifícios, mas saber colhê-los e aproveitar as oportunidades surgidas vieram tornar-se em mais um fator do êxito que o Brasil alçaria no seu desenvolvimento.

Tão ou mais importante do que o volume dos recursos obtidos com as exportações, seria a melhoria qualitativa da indústria e sua preocupação com preços competitivos a nível internacional, que

esses estímulos provocariam. Haveria também, uma crescente demanda para os produtos nacionais e, naturalmente, uma melhoria no balanço de pagamento do País.

Nesse ano, foi criado o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, destinado ao financiamento da modernização do parque, industrial tradicional. Mas a meta prioritária do Governo era o abastecimento e a produção agrícola. O apoio dado a esse setor acabou por constituir-se em mais um importante fator responsável pelo crescimento do País. Os preços mínimos, o crédito, os incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes, etc, faziam parte de uma política que enfatizava o desenvolvimento do setor primário, em apoio à expansão das exportações e que visava também, a assegurar um crescimento setorial equilibrado, criando, ao mesmo tempo, condições autônomas para a redução da inflação. As condições climáticas eram favoráveis nesse ano e as safras prenunciavam-se como boas. Seriam colhidas pela primeira vez, mais de 1.800 mil toneladas de trigo. Em 1970; também, seriam ampliadas as centrais de abastecimento existentes e entregues à população as CEASA de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

No período de 1968/70, o setor primário brasileiro cresceu à taxa de 7% ao ano, ritmo sem precedentes no período pós-guerra. Foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A colonização era uma preocupação do Governo, pois este era, e ainda é, o maior latifundiário do mundo livre. As terras devolutas pertencentes aos Poderes Públicos federal, estadual e municipal são estimadas em 50% do território nacional, o que equivale ao dobro da área somada de todos os países da Europa Ocidental. Pensava o Governo, sempre carente de recursos para atender a todos os setores, que seria por aí que poderia modificar a estrutura agrária brasileira.

Mas o crescimento exigia investimentos e grandes somas estavam sendo aplicadas em energia, comunicações e transportes. Nesta última área, estava sendo construída a estrada de Picos (PI) a Vitória (PA), passando pelos vales úmidos do Maranhão, região de terras das mais férteis do País. E, em razão do abalo sofrido pelo Presidente, que presenciou as dramáticas consequências da seca desse ano no Nordeste, decidia-se construir a Transamazônica - mais tarde

praticamente abandonada - numa ideia de estadista, como disse Jarbas Passarinho, pensando na necessidade de articular "a terra sem o homem com o homem sem a terra", na expressão consagrada de Oliveira Viana.

O programa siderúrgico começava a dar frutos em escala apreciável. Incentivos eram dados a construção naval, e implementava-se no País a indústria aeronáutica e petroquímica.

Não descuidando da área social, o Governo investia em habitação, um setor que crescia a cada ano, apos a criação do BNH. Um esforço fizera-se para diagnosticar e resolver a questão universitária, e nesse ano ia obter-se uma ampliação substancial de vagas no ensino superior. De 138.000 vagas em 1964, passara-se a 425.000 em 1970, criando-se em 6 anos mais do que o dobro aas vagas criadas em todo o período do País independente. Através de um projeto de lei submetido ao Congresso, foi criado o programa de Integração Social que, ao menos em intenção, integrava o assalariado nos frutos da riqueza nacional, dando-lhe um acréscimo anual de salário.

Com o crescimento do PIB de 9,5%, completava o Brasil seu terceiro ano consecutivo de crescimento a taxas das mais altas do mundo, e não havia fatores que indicassem a mudança desse ritmo em curto prazo. O crescimento da riqueza nacional estava sendo dirigido para ampliar-se no País uma sociedade aberta, isto é, livre. Nessas condições, não se podia encarar o futuro com receio. Renascia o otimismo nacional.



2. A imagem do País no exterior

Desde o final do ano anterior, tivera início uma campanha internacional deturpando a imagem do País. Nesse ano, ela ganhava dimensões preocupantes.[150]

---

[150] Joseph Goebells afirmava que "uma mentira repetida mil vezes acaba por transformar-se em verdade".

Primeiro foram as denúncias sobre o genocídio de índios. Por iniciativa da Chancelaria brasileira, repórteres dos principais jornais do mundo vieram ao Brasil e aqui lhes foram oferecidas todas as facilidades para percorrer o interior do País. As acusações caíram por terra, mas não se podia passar uma esponja na mente daquelas pessoas que haviam lido as notícias sensacionalistas. A imagem continuava a mesma, embora se perdesse o tema. E o tema é o de menos, cria-se outro...

Nesse ano, o Ministro da Justiça reativara o Conselho de Defesa dos Direitos humanos, e em sua primeira reunião haviam sido postas duas questões: a do genocídio de índios e o novo tema que estava sendo explorado externamente - o esquadrão da morte. Na segunda sessão do Conselho, o Conselheiro Danton Jobim, relator da matéria sobre o genocídio de índios, concluiu que se tratava de "mera exploração sensacionalista de um tema inexistente". Mas não se procurou identificar a fonte desses boatos. Quanto ao segundo tema, as notícias tinham procedência, mas a atitude do próprio Presidente em relação ao assunto, bem como as providências do Ministro da Justiça, mostravam que os responsáveis seriam identificados e punidos, como o foram.

As autoridades brasileiras que viajavam ao exterior estavam impressionadas com a eficiência da campanha. Desconheciam, ou não acreditavam na capacidade da "*desinformatzya*" – segundo "O Estado de S .Paulo" - também conhecida, neste século de engenhos destrutivos, como "Bomba D",[151] uma das mais terríveis e eficientes armas de que se vale o MCl, desde o famoso discurso de Kruschev no XX Congresso do PCUS.[152] Constatara-se que a campanha não havia

[151] *Desinformatzya* (do russo): desinformação — no comunismo, designa as estratégias destinadas a manipular a verdade. Em outras palavras é o conjunto de técnicas para divulgar mentiras sobre um tema, fazendo-as parecer serem verdades. Para a consecução desse objetivo são utilizados artifícios de retórica: mentiras, omissão deliberada sobre os fatos, analogia, eufemismo, adjetivação, satanização, uso de metáforas, sobretextos e desorganização. (NE)

[152] Ver em "O Estado de S.Paulo" edição de 15 Nov 86, o editorial "Aids e *desinformatzya*: qual a pior?"

afetado os meios governamentais e empresariais, que, pelo contrário, expressavam confiança no País, reconhecendo os êxitos do Governo brasileiro na administração e no encaminhamento dos problemas econômicos e nos esforços para conduzir o Brasil à plenitude democrática. Esses dados foram transmitidos à imprensa pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, Amaral Freire, que declarou, ainda, que "*na opinião geral predomina a imagem denegrida, fruto de uma campanha sistemática contra o Brasil, cujo Governo e apresentado como terrível ditadura militar*".

Mas, os temas já se estavam tornando insubsistentes. Eis que se retoma ao tema eleito desde 1964: a tortura. Dado o seu apelo emocional, muito mais forte que a morte de índios ou de bandidos, foi o tema escolhido. Variavam-se a forma, a oportunidade e os meios utilizados, mas o tema passou a ser sempre o mesmo. Em pouco tempo, estava criado o condicionamento psíquico desejado na população.

Tal era o nível dessa orquestração que a representação de 19 senadores e deputados, que compareceu à Conferência da União Interparlamentar, propôs-se a utilizar aquele fórum internacional para; no dizer do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, "*substituir a imagem deformada por uma imagem real do País e, sem deixar de apresentar as dificuldades ainda existentes no campo político, testemunhar o real esforço do Presidente para restaurar definitivamente a vida democrática no País*". Entre esses parlamentares, quatro eram do partido de oposição, o MDB, inclusive o Deputado Tales Ramalho. Esse deputado oposicionista contestou em Haia as denúncias que julgava inspiradas por políticos brasileiros no exílio. De volta ao Brasil tal foi a pressão do patrulhamento ideológico por ele sofrida que o deputado se viu na contingência de dar explicações públicas sobre a sua conduta.



3. As eleições de novembro

Apesar das dificuldades apostas para a volta à normalidade democrática, com sequestros de autoridades estrangeiras, pirataria aérea, campanha caluniosa no exterior etc, o Governo ia cumprindo eventos que representavam um avanço nesse sentido. As eleições de 15 de novembro eram um marco nessa direção. Nessas eleições a vitória do partido do Governo foi insofismável. A vitória para o Senado foi esmagadora, e na Câmara foi obtida uma folgada maioria absoluta. Naturalmente, para esses resultados concorreu o apoio dos governos estaduais, todos sob o domínio do partido do Governo, a exceção do da Guanabara. No entanto, influíram de forma ainda mais marcante, o desempenho do Governo federal e o prestígio do Presidente Médici, que o havia tornado um cidadão festejado, seja nas tardes do Maracanã, seja nas festas do círio de Nazaré.

Esses resultados fizeram com que surgissem na imprensa insinuações de uma possível "mexicanização" das instituições políticas do País e rumores de autodissolução do partido oposicionista. Eram avaliações, no mínimo precipitadas, dado que a votação obtida pelos candidatos do MDB nos grandes centros, tendo em conta as circunstâncias, não fora de nenhum modo desestimulante.

Mas esse não foi o único passo no sentido da busca dessa normalidade. Os meios políticos não mais foram afetados pela legislação revolucionária, e até o empenho do Governo em transferir os ministérios e seus órgãos para Brasília, de modo a torná-la, efetivamente, o centro de decisão nacional, onde a atividade política é mais intensa, contribuía nesse sentido. Nesse ano, o Itamarati transferiu-se totalmente para a capital, provocando que, no máximo em dois anos, o mesmo ocorresse com as representações diplomáticas. Também os Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio; cujos titulares já tinham seus gabinetes em Brasília, estavam organizando suas transferências. Essas providências foram possíveis porque os governos revolucionários não se haviam descuidado do problema, dando continuidade ao plano de obras da capital. O empenho do Presidente nesse sentido, todavia, ficaria bem caracterizado pela previsão orçamentária de Cr$ 100 milhões para 1971, mais do que o dobro da prevista para o ano em curso.

O Governo, no entanto, enfrentava uma guerra revolucionária, nas condições que temos descrito, e os passos para o desenvolvimento político iam sendo dados com muita cautela, exatamente para que o processo pudesse ter caráter irreversível. Afinal havia os exemplos frustrantes dos dois governos anteriores, que acabaram em lamentáveis retrocessos. Mas, apesar disso, a pressão era constante, particularmente da imprensa, no sentido de que o Governo revogasse o AI-5. Valendo-se, da oportunidade da passagem de seu primeiro ano de Governo, o Presidente Médici abordou mais uma vez o problema com clareza meridiana. A meta síntese de sua administração, que mal se iniciara, era, ao final do mandato, recolocar o País na órbita democrática. Porem, os dados de que dispunha na oportunidade não aconselhavam trilhar esse caminho, ainda mais num futuro imediato.



4. Frente Brasileira de Informações - FBI

Desde 1966, Miguel Arraes vinha trabalhando a ideia de construir uma frente anti-imperialista no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição e que pudesse agasalhar também segmentos dos movimentos operário e estudantil. Desde essa época, alguns líderes de esquerda baseavam suas estratégias na crença de que a política econômica do Governo provocaria uma crise que poderia ser aproveitada para derrubá-lo. Brizola e Arraes estavam entre os que assim pensavam.

O trabalho de arregimentação realizado por Arraes durante dois anos, resultou, em 1968, na criação do Movimento Popular de Libertação (MPL), cuja estratégia previa, numa primeira fase, a unificação de todas as esquerdas. Nesse ano o MPL estabeleceu ligações com o PCB, AP, ALN e com os padres dominicanos de São Paulo. Através das facilidades oferecidas para que as organizações subversivas enviassem seus militantes a Cuba, o movimento estabeleceu vínculos com várias delas, entre as quais o PCBR e o COLINA.

Com o início das ações terroristas no Brasil nesse ano, a luta aqui travada ganhou espaço na imprensa internacional. O desenvolvimento do MPL encontrava dificuldades na diversidade de tendências que buscava reunir, principalmente na reação em torno da luta armada, colocada como o objetivo da segunda fase da organização. O AI-5 veio agravar essas divergências, provocando uma dispersão no seu núcleo formador no Brasil. Arraes, numa avaliação distorcida da realidade nacional, talvez pela distância ou querendo construir a conjuntura que lhe parecia mais favorável, atribuía o ato institucional a dificuldades do Governo na área econômica.

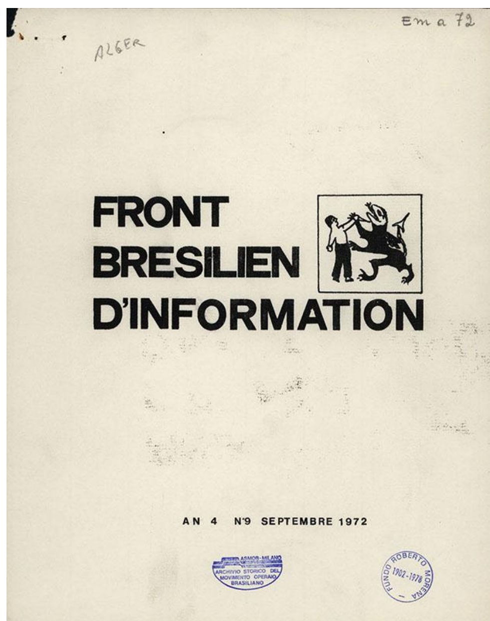
Em 1969, o incremento das ações de terrorismo, particularmente os sequestros do embaixador norte-americano e de aeronaves, fez crescer no exterior as notícias sobre a situação interna do Brasil. Nesse ano, começou-se a perceber o aparecimento de notícias tendenciosas, com o nítido propósito de formar uma falsa imagem do País, particularmente em Paris e em Bruxelas. A prisão de padres "progressistas", comprovadamente integrantes de organizações subversivas, e as medidas tomadas em relação a padres estrangeiros comprovadamente envolvidos na subversão, geraram notícias, e às vezes protestos em jornais e publicações religiosas. O AI-5, para quem não conhecia a situação interna, sem dúvida dava respaldo à distorção das notícias, principalmente em razão das restrições impostas à imprensa do País.

Cientes dos ensinamentos de Lenin da necessidade de aprender a suplementar, com o máximo de rapidez, uma forma de luta com outra, e conscientes da força da opinião pública nas democracias, as esquerdas deram início a uma virada de tática.

Nesse ano, o MPL encontrava-se quase num impasse. Sentindo a necessidade de definir a linha política, a estrutura, a estratégia e as táticas do movimento, Arraes reuniu-se em setembro, em Paris, com alguns de seus dirigentes. As propostas radicais de Arraes não permitiram o entendimento desejado. Antes, porém, que os destinos do MPL ficassem definidos, Arraes, em outubro de 1969, tomou a iniciativa, juntamente com o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o

padre Almery Bezerra e Everardo Norões, de criar em Paris a Frente Brasileira de Informações (FBl).

A FBI pretendia sensibilizar a opinião pública mundial e conseguir o seu apoio para a luta das organizações subversivas no Brasil, através da difusão de notícias tendenciosas que apresentassem o governo brasileiro como um contumaz violador dos direitos humanos.



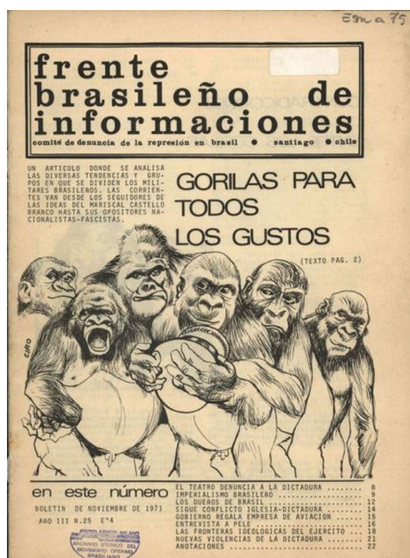
A Frente, pela sua versão em francês "*Front Brésilien d'Information*", passou a ser conhecida na Europa como "Front". Inicialmente, a orientação do Front ficou centralizada com Arraes, a partir de um escritório central em Argel, com endereço postal de Plateau Sauliers - BP (Caixa postal) nº 5.[153]

O jornal "El Siglo", porta-voz do Partido Comunista Chileno em editorial na edição de 15 de novembro de 1969, anunciou a criação

[153] Desde fins de 1969, o movimento dos Tupamaros, do Uruguai, o MR-8 e a VPR já possuíam um esquema de intercâmbio e de difusão de informações, através da agência notícias cubana Prensa Latina.

da FBI em Paris, com correspondentes no Brasil e em outros países latino-americanos. A agência noticiosa serviria como meio de divulgação de elementos subversivos e das organizações revolucionárias brasileiras. As notícias segundo "El Siglo", seriam recolhidas e avaliadas por uma equipe com representação de todas as correntes ideológicas.

O Chile, pela facilidade de comunicação com o Brasil e por concentrar um efetivo maior de asilados brasileiros, teve em novembro de 1969, a primazia do lançamento dos boletins da FBI em sua versão espanhola "Frente Brasileño de Informaciones", com endereço postal Casilla Postal 3594 - Santiago/Chile.



frente brasileño de informaciones

comité de denuncia de la represión en brasil • santiago • chile

UN ARTICULO DONDE SE ANALISA LAS DIVERSAS TENDENCIAS Y GRUPOS EN QUE SE DIVIDEN LOS MILITARES BRASILEÑOS. LAS CORRIENTES VAN DESDE LOS SEGUIDORES DE LAS IDEAS DEL MARISCAL CASTELLO BRANCO HASTA SUS OPOSITORES NACIONALISTAS-FASCISTAS.

GORILAS PARA TODOS LOS GUSTOS

(TEXTO PAG. 2)

en este número

BOLETIN DE NOVIEMBRE DE 1971

AÑO III N.25 E°4

No Uruguai, realizados os contatos, Paulo Romeu Schilling Schirmer - ligado a Leonel Brizola - e Carlos Figueiredo de Sá - ex-juiz da Justiça do Trabalho, cassado pelo AI-5 e militante da ALN - assumiram a coordenação da rede de divulgação, auxiliados pelos asilados brasileiros que lá se encontravam. O jornal uruguaio "De Frente", na edição de 8 de janeiro de 1970, dava início à campanha da FBI, publicando uma matéria sob o título "Torturas no Brasil".

A criação da FBI ocorrera sem grande publicidade. Havia a necessidade da realização de uma solenidade de impacto que ajudasse à promoção da entidade. No dia 15 de janeiro de 1970, ocorreu no grande Salão de Mutualité, em Paris, a "*Reunião de Solidariedade com o Povo Brasileiro*", prestigiada por personalidades da esquerda mundial e transformada no marco do nascimento da FBI ou "Front".

Tendo ao fundo um grande mural com a fotografia do finado Carlos Marighela, George Casalis - professor da Faculdade de Teologia Protestante de Paris - presidiu a cerimônia, com a participação de uma mesa diretora composta pelo advogado Jean Jacques de Félice Blanquart, Miguel Arraes, Jean Paul Sartre, Michel de Certau - padre jesuíta, redator da revista "Notre Combat", professor do Centro Experimental Universitário de Vincennes, Pierre Jalée - presidente do Comitê de Defesa da revista "Tricontinental", e autor de diversas obras sobre a economia do Terceiro Mundo, Jan Talpe - físico belga, ex-professor da USP, expulso do Brasil por envolvimento com a ALN - Luigi Maccario - secretário-geral da Federação Italiana de Metalúrgicos – M. Ghisenti. Essas presenças, por si só, davam aos espíritos menos desatentos, a nítida orientação ideológica da solenidade.

Durante a reunião, proferiram-se palestras em consonância com o objetivo do evento. O Padre Michel de Certau utilizou o tema "Os militares no poder: o poder contra o povo"; Pierre Jalée, "O imperialismo lhe destrói"; Jean Jacques de Félice, "A lógica da tortura"; Jan Talpe, "O único meio de defesa: a luta armada"; Miguel Arraes, "O povo brasileiro na luta por sua libertação" e Jean Paul Sartre, "Sob o fogo cruzado dos burgueses".

Usaram da palavra, transmitindo o apoio das entidades que representavam, Luigi Maccario e o enviado do Comitê Nacional da União Nacional dos Estudantes Franceses, Pierre Vallade.

A reunião no Mutualité, além de celebrar o surgimento da FBI, representou a expansão da entidade internacional de esquerda "Europa-América Latina" (ELA), com a criação de mais uma seção nacional, o "Comitê Francês Europa-América Latina". A ELA já possuía a seção italiana em funcionamento e outras em formação, como a

suíça, a belga, a inglesa e a escandinava. Tinha o objetivo de promover o intercâmbio e a comunhão de interesses entre os povos europeus e latino-americanos, auxiliando a luta das organizações comunistas na América Latina. A ELA ampliaria as campanhas de informação e difamação desenvolvidas pela PBI, o que também seria feito por outros organismos semelhantes existentes em vários países.

Os organizadores do encontro propuseram ao final da reunião, uma "Campanha Contra a Repressão Política na América Latina" - típica das organizações de frente comunistas - visando a: *"apoiar as forças de libertação que lutam no Brasil e em toda a América Latina; fazer com que todo os franceses tomem conhecimento e comunguem com os interesses dos povos latino-americanos e informar, suscitar reuniões públicas e estudar de maneira profunda as relações da Europa e da América latina, descobrindo meios de ação e de pressão".* A programação da campanha foi traçada em Paris, tendo como principais articuladores Miguel Arraes, Almino Afonso, Jean Paul Sartre e Waldech Rochet, secretário-geral do Partido Comunista Francês.

A revista "*Notre Combat*", mensário do Movimento Cristão, editada em Paris, publicou como suplemento de seu número 37/38, de fevereiro de 1970; o livreto "*La lutte de peuple bresilien*", de autoria da FBI. O suplemento narrava a reunião de 15 de janeiro no Salão de Mutualité, e na sua contracapa, apresentava os objetivos e o modo de atuação da FBI da seguinte forma:

"A Frente Brasileira de Informações propõe-se a assegurar a defesa do povo brasileiro em luta e a difundir as informações e os documentos capazes de permitir um conhecimento exato da situação no Brasil, rompendo assim, a barragem da censura imposta pela ditadura.
A Frente Brasileira de Informações denunciará por todos os meios à sua disposição o domínio imperialista sobre o Brasil, as medidas tomadas pela ditadura contra o povo e as ações específicas de repressão. Para este fim ela se esforçará em fazer chegar à imprensa e às organizações internacionais, bem como aos brasileiros, tanto do interior quanto do exterior, todas as informações necessárias.
A Frente Brasileira de Informações abrirá escritórios em todos os países com a finalidade de promover a circulação de informações de

qualidade e estabelecer ligações com todos aqueles que, no exterior, estejam ou não organizados em comitês de assistência, dando seu apoio à luta de nosso povo ou sua ajuda à vítimas da ditadura". (os grifos são nossos)

Em um livreto editado pela FBI apresentaram mensagem de solidariedade e apoio as seguintes organizações: Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Comitê de Iniciativa Belga de Solidariedade com a América Latina (CIBSAL), Movimento Separatista Basco (ETA), Fundação Bertrand Russel, Liga Comunista (Seção Francesa da IV Internacional) e Comitê Palestino.

A diversidade ao apoio dava uma mostra do alcance da atuação da FBI. A partir daí ela passaria a ser apoiada por número cada vez maior de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional.

A variedade de órgãos de difusão dava crédito aos dados difundidos, já que o leitor ignorava que todas as notícias apresentadas, com pequenas nuances, eram originárias de uma mesma fonte.

A FBI passou a integrar organismos que lhe proporcionavam uma maior amplitude de ação. Idealizados por Almino Afonso, "Comitês de Solidariedade aos Presos Políticos" foram criados no Chile, Bélgica e França.
O Partido Socialista do Chile e o Partido Comunista Francês, este na pessoa de Waldech Rochet, apoiaram a medida que, em seguida, se estenderia a outros países.[154]

A proliferação dos comitês foi medida decisiva para que se efetivassem as intenções da FBI. Conforme o País em que se instalaram, receberam denominações diversas: "Comitê Americano para Informações sobre o Brasil" (nos Estados Unidos), "Comitê Chileno de Solidariedade aos Torturados Brasileiros" (no Chile),

[154] Os comitês de solidariedade são típicas organizações de frente comunistas. Jamais se viu no Brasil, por exemplo, qualquer movimento articulado de solidariedade ao povo do Afeganistão, mas proliferaram os de solidariedade ao povo do Chile. (*Nota do editor: No Chile havia sido deposto o governo comunista de Allende e o Afeganistão estava invadido pela URSS*)

"Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil" (no Chile, Uruguai, Argentina, México, Estados Unidos, Canadá, França, Itália e Suíça), "Comitê de Denúncia contra as Torturas" (no Uruguai e Bolívia) e "Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros" (na França).

O "Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros", criado durante o encontro de 15 de janeiro, tinha sede na redação da revista católica de esquerda "*Croissance des Jeunes Nations*", cujo diretor era o Padre José Broucker, tradutor das obras de D. Hélder Câmara.

Os comitês, integrados por militantes de diversas organizações, tinham a tarefa de organizar e coordenar a divulgação no exterior de tudo que fosse contra o Governo brasileiro. Inicialmente, a estruturação dos comitês ficava sob a orientação de Arraes, na Europa, de Almino Afonso, no Chile, e de Paulo Romeu Schilling Schirmer, no Uruguai.

A FBI também passou a empegar os terroristas auto exilados ou banidos, sustentando-os no exterior. De onde provinham tantos recursos, não foi possível se determinar ao certo. O fato é que esse trabalho exigia milhares de dólares que brotavam como que por encanto.

A Frente esboçou um arremedo de estrutura orgânica em que a coordenação internacional ficaria a cargo de um "Comitê de Direção", instalado em Argel, com as seções existentes nos diversos países orientadas por um "responsável local". O "responsável local", designado pela coordenação internacional, coordenaria as equipes da FBI constituídas por "participantes" e auxiliadas eventualmente, por "colaboradores".

Em janeiro de 1970 foi preso o casal Arthur Jáder Cunha Neves e Ângela Maria Cunha Neves, ex-militantes da AP e militantes do PCBR. O casal, integrado nas atividades da FBI, preparava e entregava o material para difusão a Maria Tereza Porciúncula de Moraes, funcionária do Ministério de Relações Exteriores, e a Maria Regina Senna Figueiredo. As duas intermediárias enviavam a matéria, pela mala diplomática, a Miguel Darcy de Oliveira, diplomata destacado na Embaixada do Brasil na Suíça, que a distribuía aos encarregados de providenciar a publicação.

Em maio, a Seção Uruguaia da FBI realizou uma ação psicológica, através do envio de mensagens, versando sobre "Torturas no Brasil", a vários elementos aqui residentes. Segundo a própria mensagem, postada no correio no Rio Grande do Sul, os destinatários eram escolhidos aleatoriamente através de catálogos telefônicos.

Na França, os asilados Renato Bayma Archer da Silva, ex deputado, e o jornalista Hermano Alves integraram-se à FBI através de contatos mantidos com Márcio Moreira Alves. Com a chegada à Argélia dos quarenta banidos, trocados pelo embaixador alemão sequestrado no Brasil em junho de 1970, a FBI passou a ser dirigida por um colegiado composto por Miguel Arraes, Apolônio de Carvalho, do PCBR, Ladislas Dowbor, da VPR, Jean Marc Friedrich Van Der Weid, da AP, e José Maria Crispim, do PCB. A constituição desse colegiado, formado por facções comunistas empenhadas na luta armada no Brasil, dá uma boa ideia da "isenção" das notícias difundidas no exterior e da força que a guerra psico-política ganhava.

Durante 1970, os boletins intitulados Frente Brasileira de Informações foram publicados no Chile e no eixo Paris-Argel, nos idiomas espanhol e francês, respectivamente, focalizando invariavelmente os temas: a perseguição de religiosos e operários católicos, o extermínio de índios (genocídio), o conflito de gerações e classes, a exploração de flagelados, a ditadura militarista e a perda da liberdade, a tortura a presos políticos, a divulgação de nomes de supostos torturadores e a violência policial e os esquadrões da morte.

Dentre as entidades internacionais que se associaram ao Front, a *Amnesty International* [155] destacou-se por uma intensa campanha difamatória desencadeada contra o Brasil pelos seus diversos comitês espalhados por vários países. Em parte, a virulência da Amnesty era

---

[155] A *Amnesty International* é uma organização privada, cujo objetivo declarado é ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas, que **não tenham cometido ato de violência**. Foi fundada em 28 de maio de 1961, em Londres, pelo advogado britânico Peter Beneason. Funciona com status de entidade na Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e EUA.

justificada pelo fato de seus comitês terem sob contrato vários terroristas brasileiros, banidos e foragidos.

Em meados de 1970, a Amnesty International publicou e difundiu o documento "*Mission d'Enquete au Brasil*". O texto, segundo a publicação, representava o resultado de uma pesquisa que teria sido realizada por dois advogados da Corte de Apelação de Paris, Louis E. Pettiti e Jean Louis Weil, sobre a situação dos presos políticos no Brasil. Após acusar a legislação revolucionária de discricionária, o relatório admitia a existência de tortura contra os presos políticos no Brasil. Descrevia pormenorizadamente todos os tipos de tortura possíveis e imagináveis, e alegava que seriam elas impostas aos prisioneiros no Brasil. A partir dessa publicação, qualquer subversivo que tivesse a oportunidade de ser entrevistado, podia "escolher o tipo de suplício" - que desejava fazer crer - a que tivesse sido submetido. Ninguém se perguntou quem eram Louis E. Pettiti e Jean Louis Weil, quais suas ideologias, quais seus objetivos... O homem é assim, daí o êxito da psicopolítica.

Em outubro, o jornalista italiano Aldo Santini esteve no Uruguai fazendo uma reportagem com os Tupamaros. Através de Aldo, Carlos Figueiredo de Sá conseguiu m contato na Embaixada da Itália, que se encarregou de enviar, pela mala diplomática, material destinado a Arraes na Europa. O esquema foi utilizado até março de 1971, quando da expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai.

No Uruguai a campanha de difamação era veiculada pelo jornal “El Popular”, órgão oficial do Partido Comunista uruguaio e pelo vespertino “YA”, que, nas suas edições de 10 e 11 de dezembro de 1970, publicou uma suposta reportagem com terroristas brasileiros, a propósito do sequestro do embaixador suíço no Brasil. As reportagens foram cedidas por Carlos Figueiredo de Sá, em nome da ALN.

Em Lima, no Peru, o ex deputado paulista David Lehrer era o contato da FBI. Lehrer, como correspondente da agência cubana de notícias Prensa Latina, fazia frequentes viagens a Montevidéu, para apanhar matéria para divulgação.

No final de 1970, o reflexo da ação da FBI fazia-se sentir na Europa, particularmente na França. A frequência quase diária da publicação

de notícias difamantes nos jornais franceses criara uma imagem negativa do Brasil em toda Europa e também na América.



5. O fim do CC do PCBR

As declarações de Paulo Sérgio Granado Paranhos, preso em dezembro do ano anterior, permitiram que a polícia atingisse profundamente o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Logo no início de janeiro, foi preso Salatiel Teixeira Rollins, membro do secretariado. No dia 13, chegou-se ao "aparelho" da Rua Inhangá nº 27, em Copacabana, onde foi morto Marco Antônio da Silva Lima, que iniciou um tiroteio, tendo ferido os sargentos Rubens e Almada. Na ocasião, foi baleada no abdômen a militante Ângela Camargo Seixas, quando também procurava disparar sua arma.[156]

Alguns dias depois, foram presos mais três integrantes do CC, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Augusto Henrique Maria d'Aurelle Ollivier e Jacob Gorender. Em seguida, em 28 de fevereiro, houve a prisão de Apolônio Pinto de Carvalho e seu filho, René Louis Laugery de Carvalho, ambos membros da CEx. Ao mesmo tempo, iniciava-se a busca ao primeiro dirigente do partido, Mário Alves de Souza Vieira, nunca encontrado pelos órgãos de segurança.[157]

Mas, essas quedas não se restringiram só à cúpula do partido, atingindo, também, dezenas de quadros intermediários e militantes

---

[156] Ângela Camargo Seixas vive no exterior com Philip Agee, notório desertor da CIA, tendo o auxiliado na elaboração do livro "Por Dentro da CIA".

[157] Em fevereiro de 1970, o jornal francês "Le Monde" publicou a notícia de sua morte. Posteriormente, alguns militantes do PCBR denunciaram terem "ouvido" Mário Alves em prisões brasileiras.

de base, na Guanabara, no Paraná e no Nordeste, particularmente, em Pernambuco.[158]

Nesses meses, durante as prisões, o PCBR realizou duas ações armadas: na primeira, em 13 de fevereiro, assaltando o Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Icaraí, Niterói, onde foram roubados cerca de Cr$ 50.000,00; e na segunda, em 16 de março, assaltando o carro de transporte do "Bank of London", em Fortaleza, quando foram roubados cerca de Cr$ 90.000,00.

Houve nessa época o deslocamento de diversos militantes da Guanabara para a Bahia, por medida de segurança. Ali, em 25 de maio, assaltaram o Banco da Bahia.[159] A chegada inesperada da polícia frustrou o assalto, com os sacos de dinheiro sendo abandonados na calçada. Na fuga, os militantes iniciaram cerrado tiroteio, ferindo o escrivão Tibúrcio Souza Barbosa, que perdeu as funções do braço direito, e o guarda Zacarias Bispo da Silva Filho.

Em junho, o PCBR resolveu sequestrar o cônsul norte-americano em Recife, a fim de trocá-lo pelos elementos presos. Para isso, entretanto, era preciso um Volks branco, à semelhança do pertencente a Nancy Mangabeira Unger, membro do CR/NE, que julgavam já conhecido dos órgãos de segurança. Depois de duas noites de procura, encontraram, às 22:00 horas do dia 26, um Volks estacionado em Jaboatão; na Grande Recife, nas proximidades do Hospital da Aeronáutica.

Quatro militantes do PCBR desceram do carro dirigido por Nancy Mangabeira Unger: Carlos Alberto Soares, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Gersino Saraiva Maia e Luiz "Jacaré" (este nunca perfeitamente identificado). Ao tentarem render o motorista, este,

---

[158] Foram presos, nessa ocasião, entre outros: Bruno Dauster Magalhães e Silva, Olien Lustosa de Morais, Nésio Jacques Pereira, Romeu Bertol, Airton Correa de Araújo e Juliano Homem de Siqueira.

[159] Participaram do assalto na Bahia:. Bruno Maranhão, Fernando Augusto da Fonseca, Antônio Prestes de Paula, Getúlio de Oliveira Cabral, José Adeildo Ramos, Valdir Salles Saboia, Paulo Pontes da Silva, Alberto Vinícius Melo do Nascimento e, no seu batismo de fogo, Theodomiro Romeiro dos Santos.

identificando-se como Tenente da Aeronáutica, tentou reagir. Carlos Alberto Soares não teve dúvidas e, disparando à queima-roupa, atingiu-o por duas vezes na cabeça e no pescoço. A vítima, o tenente Matheus Levino dos Santos, chegou com vida ao hospital, sendo operado dois dias depois. Entretanto, após 9 meses de impressionante sofrimento veio a falecer em 24 de março de 1971, deixando viúva e duas filhas menores. [160] O imprevisto levou o PCBR a desistir do sequestro.

A frustrada tentativa redundou numa nova leva de prisões em Recife. Em 16 de julho, chegou-se ao "aparelho" da Rua Jandaia nº 37, em Afogados, quando foram presos Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, primeiro dirigente do CR/NE, sua amante Vera Maria Rocha Pereira e Nancy Mangabeira Unger, responsável pelo Grupo Armado de Propaganda (GAP) do CR/NE. Os três reagiram a tiros, saindo ferida Nancy, com um tiro no abdômen e outro na mão direita. As declarações prestadas, particularmente as de Nancy Mangabeira, proporcionaram a "queda" de três outros "aparelhos" e a identificação de diversos outros militantes. Nancy, em seus depoimentos, tomou uma "eficiente" decisão: enquanto, para os órgãos de segurança, entregava seus companheiros, na justiça e para o seu próprio partido, acusava Francisco de Assis e Vera Maria de "traição". [161]

---

[160] Em relatório médico datado de 4 de março de 1971, aparece: *"Visto hoje, após 8 meses, apresenta um dos quadros mais tristes a que pode chegar um ente humano. Vive hoje, depositado em colchão adequado de borracha cheio d'água; mesmo assim, não foi possível evitar as escaras de decúbito que, a despeito também de todos os cuidados da enfermagem, conta hoje com 27 escaras disseminadas praticamente em todo o corpo, algumas delas já chegando na exposição do osso. Não é capaz de manter conversação. Por vezes, quando estimulado, passa a responder nossas perguntas por meio de monossílabos. Tem emitido, com frequência, gritos que podemos dizer horripilantes, que são ouvidos em toda a enfermaria onde se encontra e em outras dependências do Hospital".*

[161] Nancy Mangabeira Unger, banida em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, era filha de pai americano e sua mãe, brasileira, era filha de Otávio Mangabeira. Por ironia, o próprio consulado americano, sem saber do planejamento do sequestro do cônsul, correu em sua defesa, alegando a dupla nacionalidade de Nancy, brasileira e norte-americana.

Nessa época, o PCBR, depois de sucessivas reuniões, decidiu, através dos “Documentos de Julho”, partir para uma linha de cunho essencialmente militarista, fazendo críticas ao "imobilismo do CC". Resolveu também, incrementar as ações armadas em "frente" com o MR-8, a ALN, a VPR e o MRT, e a continuar enviado seus militantes para fazer cursos de guerrilha em Cuba, à semelhança dos que já haviam seguido viagem, como Antônio Duarte dos Santos e sua amante Jeny Waitsman, além de Avelino Bioni Capitani.

Em 11 de setembro, membros da organização assaltaram o Banco do Brasil, em Maranguape, no Ceará, de onde roubaram cerca de Cr$ 200.000,00.[162] Na noite de 27 de outubro, três militantes do PCBR, Getúlio de Oliveira Cabral, Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva, "cobriam um ponto” nas proximidades do Posto São Jorge, situado na Avenida Vasco da Gama, em Salvador quando, de um Jeep Willys, desceram quatro agentes que lhes deram voz de prisão. De imediato, Getúlio saiu correndo, sendo perseguido por um dos agentes, trocando tiros. Os outros dois foram presos, sendo colocados no banco traseiro do Jeep, o pulso direito de Theodomiro algemado no pulso esquerdo de Paulo Pontes. Os três agentes subiram no veiculo e conduziram-no por uns 30 metros em direção aos tiros, para auxiliar na captura do Getúlio. Nesse intervalo, Theodomiro retirou um revólver Taurus, calibre .38, da pasta que portava, e, com a mão esquerda, atirou pelas costas, no agente que saia do Jeep. Morria ali, traiçoeiramente assassinado, o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, deixando viúva e dois filhos menores. Ato contínuo, Theodomiro deu mais dois disparos, ferindo o agente da Polícia Federal, Amilton Nonato Borges, sendo dominado pelo outro policial.[163]

---

[162] A partir de 15 de maio de 1970 a moeda brasileira voltou a ser denominada “cruzeiro”, em lugar de “cruzeiro novo”. O símbolo voltou a ser CR$. O valor do salário mínimo nessa ocasião era de CR$ 187,20. (NE)

[163] Pelo crime, Theodomiro foi condenado à morte, pena essa comutada para prisão perpétua e, posteriormente para 8 anos. Em 17 de agosto de 1979, fugiu da penitenciária da Bahia, conseguindo asilo na Nunciatura Apostólica e obtendo salvo conduto para o exterior. Depois de passar alguns anos em Paris, Theodomiro regressou ao Brasil em setembro de 1985. Recebido como herói, declarou que iria se filiar ao PT e que não se arrependia do ato que havia praticado.

Tal assassinato desencadeou nova leva de prisões em Recife e Salvador, além das de Elinor Mendes de Brito e Alberto Vinicius Melo do Nascimento, em 29 de novembro, em Pato Branco, no Paraná. Assustado, o único militante que sobrara da antiga CEx, Bruno Maranhão, fugiu para a Franca, no final do ano, junto com sua esposa Suzana.



6. O fim das lideranças carismáticas na ALN

O início de 1970 encontrou a ALN sob o impacto da morte de Carlos Marighela. A organização, órfã do carisma de seu chefe, atuava sem coordenação nacional, por iniciativa das diversas regionais.

Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo" ou "Velho", ausente do País desde o sequestro do embaixador norte-americano, impunha-se como o substituto natural de Marighela. Sua reconhecida experiência e a total concordância com o pensamento do líder morto, habilitavam-no à chefia nacional da ALN.

"Toledo" encontrava-se na Europa, fazendo contatos e buscando apoio para a luta revolucionária, quando tomou conhecimento da morte de Marighela. Sentindo o momento crítico que vivia a organização, Câmara Ferreira resolveu retornar ao Brasil, via Cuba. Além de se afirmar como herdeiro de Marighela junto às autoridades cubanas, fez contato com militantes do II Exército da ALN, [164] que haviam concluído o curso de guerrilhas, concitando-os a retornarem ao Brasil e a retomarem a luta clandestina.

---

[164] Assim ficou conhecido o grupo de militantes da ALN que terminou o curso de guerrilhas no final de 1969 e que aguardava oportunidade de retornar no Brasil

Antes de viajar para o Brasil, onde chegaria no final de janeiro de 1970, "Toledo" concedeu entrevista à Rádio Havana reafirmando os princípios revolucionários de Marighela. A entrevista, publicada no "Diário de las Américas", editado em Miami pode ser considerada como uma orientação aos militantes da ALN no Brasil.

Durante a entrevista, "Toledo" confirmou que a revolução brasileira não tinha prazo fixo e que as ações de guerrilha urbana, através dos assaltos a bancos e da propaganda armada, deveriam prosseguir num ritmo crescente. No campo, os revolucionários eram concitados a "*matar o gado e distribuir a carne entre a população*". A morte de Marighela, lamentada como um profundo golpe, deveria ser vingada com a eliminação dos responsáveis, a qual seria estendida aos "*torturadores, exploradores e norte-americanos*". Finalizando, relembrava-se que a união das forças revolucionárias, uma ideia constante do pensamento político de Marighela, deveria ser conseguida através de "*ações concretas e não nas mesas de discussão*". Citando o sequestro do embaixador norte-americano, realizado pela ALN em "frente" com o MR-8, como um primeiro passo para a unificação das forças revolucionárias, "Toledo" vaticinava a união das organizações revolucionárias brasileiras partidárias da "*derrubada da ditadura pela via armada*".

Em março, "Toledo" estabeleceu para a ALN as tarefas de consolidar a organização, retornar a iniciativa nas cidades e tomar a iniciativa no campo. Em documento divulgado nesse mês, "Toledo" suspendia a ida de militantes para Cuba, afirmando a necessidade da presença de revolucionários no Brasil e a existência de um grande número de militantes com curso de guerrilhas.[165] As "quedas" e as frequentes crises de segurança sugeriam prioridade na ida do comando da organização para o campo, com a criação de uma coordenação tática no eixo Rio/São Paulo.

No Uruguai, a ALN, através de Carlos Figueiredo de Sá, tentava refazer o esquema de entrada e saída de militantes, através da

[165] Vários militantes do II Exército da ALN já estavam atuando no Brasil e existia um novo grupo de membros da ALN em Cuba, conhecido como III Exército ALN, aguardando o início de um novo curso de guerrilhas.

fronteira, o qual havia caído com a prisão de Frei Beto. Prejudicando parcialmente os planos da organização, no dia 13 de abril de 1970, era preso Luís Carlos Rocha Gaspes, mandado por Carlos Sá com gráficos contendo roteiros e localidades da fronteira, integrados nos esquemas de trânsito dos subversivos. [166]

Dentro das atividades da ALN no exterior, Carlos Figueiredo de Sá participou, em maio, como delegado da ALN, de uma reunião em La Paz com outras organizações terroristas do continente, visando à integração de suas atuações dentro de um quadro revolucionário sul-americano.

Em documento datado de 1970, "Toledo" assinalava a morte de Marighela como a principal causa do adiamento do lançamento da guerrilha rural, afirmando que a organização prosseguia na fase da sua preparação.

No "Relatório Sobre a Coordenação da Região Centro-Norte" ficava definida, a partir de 1969, a vinculação dos trabalhos de Minas Gerais e do Nordeste à Guanabara, na "Coordenação Centro-Norte". O texto do relatório, em parte uma autocrítica, enunciava uma vacilação na aplicação da estratégia que colocava o campo - a área estratégica - como principal e diagnosticava a falta de trabalho de massas. Quanto ao relacionamento da ALN com as outras organizações, estabeleceu-se uma política de restrição à execução de ações em "frente" por questões de segurança. As ações em "frente" seriam admitidas em situações excepcionais, na concretização de grandes feitos, como os sequestros.

Da avaliação dessa documentação e de suas atividades, depreendia-se que o comando da organização, incluindo o controle de pessoal no exterior, estava sob a liderança de "Toledo". Entretanto, havia uma

[166] O trânsito de subversivos pelas fronteiras foi planejado em conjunto com Apolônio de Carvalho do PCBR e com o ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira. O objetivo principal era o envio de militantes para realizarem curso em Cuba e era de interesse geral das organizações adeptas da luta armada.

rebeldia desse pessoal quanto à direção no Brasil, decorrente da falta de um órgão de direção localizado em Cuba.[167]

"Toledo", nos seus escritos, fazia ainda uma análise da "situação atual da organização". A falta de quadros legais era apontada como uma das causas da fraqueza das estruturas revolucionárias nos grandes centros e inibidora da passagem à ofensiva. Criticava a falta de coordenação entre as ações do GTA e da Frente de Massas. E preconizava:

> *" - mudar a qualidade de atuação, de modo a quebrar o isolamento político através de ações políticas desenvolvidas pelos setores sociais; e*
> *- iniciar ou consolidar - caso existente - o trabalho na área estratégica".*

Durante esse período de criação e consolidação de suas estruturas no Brasil e no exterior, a ALN sofreu um grande golpe. No dia 23 de outubro, poucos dias depois de conceder uma entrevista à revista "Pensamento Crítico", era preso e morria de enfarte Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo".

A prisão de "Toledo" foi o resultado de um paciente trabalho dos órgãos de segurança, que detectaram a presença e a atuação de Maria de Lourdes Rego Melo ("Baixinha"), sua companheira de "aparelho". Através da vigilância de Maria de Lourdes, chegou-se a um militante da Rede de Apoio, Mauricio Segall ("Mathias") e a Viriato Xavier de Melo Filho ("Torres"), finalizando pela prisão de "'Toledo", na esquina da Avenida Lavandisca com Alameda. Javaperis, na capital paulista. Impedido de sacar a arma, "Toledo" reagiu violentamente, chutando e mordendo seus captores, vindo a sofrer um infarto do miocárdio que o matou aos 57 anos de idade.

Com o desaparecimento de Joaquim Câmara Ferreira terminava o período de atuação monolítica da ALN, resultado da orientação

[167] Na tentativa de solucionar esse problema, foram definidas as voltas dos militantes João Leonardo da Silva Rocha e Ricardo Zarattini ao Brasil, visando a preparação e ao estabelecimento de uma liderança que pudesse atuar em Cuba.

centralizadora emanada da personalidade forte de seus líderes nacionais. O ciclo, iniciado com Carlos Marighela, começara a sofrer abalos durante o comando de "Toledo", através das contestações à linha política e à forma de atuação, formuladas por militantes que se encontravam em Cuba.

Mais cedo do que se pudesse imaginar, a ALN cindir-se-ia pela falta de uma liderança carismática que a pudesse conduzir nos difíceis momentos do confronto armado.

Após a "queda" de "Toledo", dois anos e meio após a publicação do primeiro número, a ALN conseguiu divulgar uma edição mal cuidada, do nº 2 do jornal "O Guerrilheiro". A apresentação e o editorial, assinados por Joaquim Câmara Ferreira, estimulavam a realização de ações e a criação de grupos revolucionários. Na mesma edição, sob o titulo "Carta ao Militante", o jornal anunciava a morte de "Toledo" e concitava a organização a superar o e golpe e a levar a proposta de Marighela e de Câmara Ferreira às últimas consequências. Este artigo, assinado pela "Coordenação Nacional", era datado de 24 de outubro. A publicação terminava concitando o voto nulo nas eleições de 15 de novembro.



7. As atividades da CR/SP da ALN

Debilitada com as derrotas de 1969, a Coordenação Regional de São Paulo da ALN (CR/SP) resolveu aderir à frente de Mobilização Revolucionária (FMR), constituída pela VPR, REDE, POC e MRT. Em janeiro de 1970, Flávio Augusto Neves Leão de Sales integrou-se a uma comissão de levantamento da FMR junto a representantes das outras organizações.

A partir da segunda quinzena de janeiro, foi duramente golpeado o até então intocado Setor de Massas da CR/SP. Miguel Nakamura e José Alprin Filho, este importante dirigente do subsetor operário,

foram presos no dia 29 de janeiro. No desenrolar da operação, Maria Luiza Locatelli Garcia Beloque, coordenadora do subsetor estudantil, e sua cunhada, também militante, Leslie Denise Beloque, foram presas no dia 2 de fevereiro. Vários estudantes, militantes desse subsetor, seriam presos nos dias subsequentes.

O Grupo Tático Armado (GTA), coordenado por Guiomar Silva Lopes, reconstituiu-se com os remanescentes do grupo de Carlos Eduardo Pires Fleury e com elementos que agiam na Guanabara. Aos poucos, elementos da Frente de Massas (FM) iam sendo cooptados para comporem o GTA.

Esse GTA assim fortalecido, assaltaria a agência do União de Bancos Brasileiros, na Avenida Jabaquara, em 2 de março, e a agência do Bradesco, no Jaguaré, em 20 de março.[168]

As atenções dos órgãos de segurança continuavam voltadas para o Setor das Massas. Nelson Luiz Lott de Morais Costa, preso na Guanabara, "abriu" um ponto que teria com '"Alencar" em São Paulo. Com essa colaboração que Nelson Lott proporcionou, em 20 de março, foi preso Gilberto Luciano Beloque ("Alencar"), o coordenador do Setor, dando sequência à sua desarticulação.

A prisão de "Alencar" irradiou-se, atingindo a Rede de Sustentação (ou de Apoio), em fase de reestruturação após as quedas de 1969, e o próprio GTA. No dia seguinte, eram presas a coordenadora do GTA, Guiomar Silva Lopes e, junto com ela, Sónia Hipólito, da Rede de Sustentação. Grande número de militantes do Setor de Massas e da Rede de Apoio foi preso na mesma oportunidade.

Por ocasião de sua prisão, Guiomar Silva Lopes tentou o suicídio, ingerindo substância desconhecida. Atendida no Pronto Socorro

[168] Lembramos que a FM tinha também seu poder de fogo e realizava ações. Via de regra, um elemento do GTA dava cobertura às ações da FM. Exemplificando, citamos o assalto a um sodado da FPESP, nas proximidades do Ibirapuera, para "expropriação" de sua arma, realizado no início de 1970, por Hiroaki Torigoe, Venâncio Dias Costa Filho e José Carlos Gianini, todos da FM, supervisionados por Carlos Eugenio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") do GTA.

Santa Lúcia, foi transferida, por falta de vagas, para o Hospital das Clinicas, onde ficou sob observação. Após algumas horas no hospital, Guiomar, movida pelo fanatismo incutido nos integrantes do GTA, tentou novamente o suicídio, lançando-se da janela do 4º andar. Por sorte, ou azar, teve a queda amortecida por um toldo, sobrevivendo com a bacia fraturada. Foi transferida para o Hospital Geral de São Paulo - estabelecimento militar - onde, sob intensa vigilância, pode restabelecer-se para responder na justiça por seus crimes.

No prosseguimento das operações, os órgãos de segurança dirigiram-se, no dia 2 de abril, à Rua Zumá de Sá Fernandes, em Presidente Altino, onde residia o militante Dorival Ferreira, da Rede de Apoio. Na tentativa de fuga, Dorival iniciou um tiroteio, ferindo gravemente o soldado da FPESP José Ruiz Gimenez. Insistindo em sua resistência, Dorival foi morto a tiros pelos policiais. No "aparelho" foram encontrados inúmeros materiais destinados à confecção das mais sofisticadas bombas, além de armamento e material explosivo. Dorival era o responsável pela fabricação das bombas da CR/SP e já estava estruturado no GTA, tendo participado de vários assaltos.[169]

José Edézio Brianezzi ("Mariano"), um dos comandantes de grupo do GTA, morreu em 13 de abril, num enfrentamento com a polícia. Brianezzi, junto com Antônio dos Três Reis de Oliveira, pretendia montar, ainda em 1970, um "aparelho" rural da ALN ao Norte do Estado do Paraná. Ambos eram nascidos em Apucarana e pretendiam utilizar contatos e conhecimentos da área para este empreendimento. Três Reis de Oliveira, também estruturado no GTA, e fanatizado pela mística de "não cair vivo", morreu em 17 de maio, quando mantinha contatos da "frente" com a militante da VPR Alceri Maria Gomes da Silva - também morta - no "aparelho" da Rua Caranguataí, no bairro do Tatuapé. Terminava assim o projeto de utilizar o Paraná para a instalação de um "aparelho" rural.

As "quedas" de março/abril imobilizaram o GTA por algum tempo. As ações passaram a ser feitas pelo grupo de fogo da Frente de Massas,

[169] Com a "queda" de Guiomar, José Edézio Brianezzi assumiu a coordenação de um dos grupos do GTA e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz passou a coordenar o GTA como um todo, enquanto outro grupo era liderado por José Milton Barbosa.

que assaltou a agência do Banco do Brasil da Avenida Jabaquara, em 29 de maio, e que, ainda nesse mês, assaltou o supermercado "Peg-Pag'" da Avenida Higienópolis.

Ainda em maio, durante uma reunião da Frente de Mobilização Revolucionária, com as presenças de "Toledo", Lamarca e Devanir José de Carvalho, foi decidido colocar em execução o planejamento do sequestro do embaixador alemão, realizado pela VPR desde o início do ano.[170]

Após o assalto ao carro Pagador do Banco de Minas Gerais, narrado no item seguinte deste capítulo, "caiu" a militante do GTA Ana Burnsztyn e vários elementos da Frente de Massa, inclusive Rafael de Falco Neto, responsável pela tentativa de reestruturar o setor de imprensa da CR/SP.

Ana Burnsztyn foi presa, no dia 14 de julho, por investigadores particulares do Mappin, quando tentava roubar uma sacola daquela loja. No momento de sua prisão, Ana sacou um revólver .38 que portava na bolsa e efetuou dois disparos, atingindo o segurança Isidoro Zambaldi, que veio a falecer posteriormente, vítima dos ferimentos.

No dia 15 de agosto de 1970, foi preso o militante do GTA - oriundo da Frente de Massas (FM) - Reinaldo Morano Filho. Reinaldo foi preso num "ponto" com a militante Basia Waitman, que chegava de uma viagem ao Uruguai. Reinaldo esteve envolvido na tentativa de ressurgimento do setor de imprensa da CR/SP, juntamente com Rafael de Falco Neto e Monir Tahan Sab.

Nesse período, o grupo de fogo da FM realizou os seguintes assaltos: ao supermercado "Peg-Pag", no bairro Indianópolis; a um Posto Telefônico, no bairro da Liberdade; à Drogasil, da Avenida Jabaquara e ao supermercado "Ao Barateiro", da Rua Coronel Diogo. O GTA só voltaria a operar depois de reforçado por militantes do II Exército da ALN, dentre eles Yuri Xavier Pereira e Márcio Leite Toledo.

---

[170] Ver no item 29, deste capítulo, a descrição desse sequestro.

Em 15 de setembro, a FMR realizava um assalto ao carro transportador de valores da Brink's, na Rua Estados Unidos. Nessa ação, que teve a participação de militantes da VPR e do MRT e rendeu 480 mil cruzeiros, foram feridos dois guardas de segurança.

Na segunda quinzena de setembro, ocorreu nova reunião da FMR, ampliada com um representante do MR-8, para tratar do sequestro de três diplomatas. As ações ocorreriam consecutivamente em São Paulo, na Guanabara e no Nordeste, e serviriam para libertar, duzentos presos políticos. A resolução, tomada por Devanir José de Carvalho, do MRT; "Toledo", da ALN; Lamarca, da VPR e Carlos Alberto Vieira Muniz, não foi colocada em prática. Ocorreram discussões envolvendo o número de militantes de cada organização a ser libertado, exigindo a VPR um número idêntico ao da ALN, tendo em vista "*não existir organização maior ou menor na frente*".

Enquanto internamente a ALN se via às voltas com as discussões na FMR, externamente, sob a orientação do frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior ("Cláudio"), foi montada uma estrutura ligada à FBI para divulgação de notícias desabonadoras ao Governo brasileiro e, ao mesmo tempo, destinada a obter recursos no exterior. Com ligações na Argélia, através de Miguel Arraes, o esquema passava por Roma, onde atuavam Frei Osvaldo e os militantes Carlos Henrique Knapp e Eliane Toscano Zamikhowski, e chegava, a Paris, onde se encontrava Aloisio Nunes Ferreira Filho. Na Itália, frei Osvaldo mantinha contatos com o Partido Comunista Italiano visando conseguir recursos financeiros para a atuação da ALN.

Após o trauma da morte de "Toledo" e das "quedas" subsequentes, incluindo um "aparelho" que servia de local de impressão, a ALN prosseguiu seus contatos na FMR, discutindo a questão dos sequestros. O planejamento inicial das três ações consecutivas, que já apresentava dificuldades, não foi adiante em decorrência da morte de "Toledo" e de "quedas" do PCBR no nordeste. Após as eleições de 15 de novembro, foi realizada nova reunião da "frente", onde Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") representou a organização. Tratava-se da realização de um sequestro urgente por solicitação da VPR. O MR-8 opinou que a ação só deveria ser realizada em excepcionais condições de segurança. Vencida pela maioria, a VPR comprometeu-se a não atuar até uma próxima

reunião da Frente, que se daria dentro de dois meses. Quebrando seu compromisso, a VPR realizaria isoladamente o sequestro do embaixador suíço, no dia 7 de dezembro. Tal atitude iria arrefecer o relacionamento das organizações dentro da FMR.



8. O justiçamento de Ary Rocha Miranda

Havia pouco tempo tinham sido incorporados ao GTA os militantes Ary Rocha Miranda e Wilson Conceição Pinto, egressos da Frente de Massas. Após os primeiros assaltos, os dois manifestaram a intenção de afastarem-se por inaptidão aquele tipo de atividade. Foram ameaçados de morte por Monir Tahau Sab, caso resolvessem abandonar a organização.

No dia 11 de julho de 1970, durante o assalto ao carro pagador do Banco Nacional de Minas Gerais, na chegada à agência do banco, na Av. N. S. da Lapa, esquina com Afonso Sardinha, Eduardo Leite ("Bacuri") - que se havia agregado à ALN após o desbaratamento da REDE, em maio de 1970 - feriu "acidentalmente" Wilson Conceição Pinto e Ary Rocha Miranda.

Wilson Conceição Pinto encontrava-se, dentro do esquema do assalto, a cerca de 30 metros do banco, no seu posto de observação, na Av. N.S. da Lapa, esquina com Afonso Sardinha, quando ouviu um tiroteio na porta do banco - "Bacuri" acabava de ferir mortalmente Ary Rocha Miranda. Momentos depois era a vez de Wilson ser atingido por "Bacuri" com um tiro transfixante no braço esquerdo. Ao ligar o surpreendente acontecimento às ameaças de Monir, Wilson evadiu-se do local, evitando embarcar num dos carros da ação.

Ao procurar socorro no Hospital São Camilo, em São Paulo, Wilson entregou-se às autoridades. Em declarações aos órgãos de segurança, afirmou que: *"Há muito tempo eu já havia demonstrado a intenção de abandonar a militância e entregar-me às autoridades.*

Durante minha militância na ALN, senti que muitos elementos têm disposição para entregar-se à polícia, só não o fazendo por medo de represálias da organização e também temerosos com a tortura policial que a organização propaga existir, acrescendo detalhes horríveis". Prosseguiu: *"A ALN não dá o devido valor aos operários que consegue recrutar, alegando falta de nível político. Mesmo dentro da organização é notória a existência do espírito de classe".*

Quanto a Ary Rocha Miranda, gravemente ferido, foi transportado de carro, por Hiroaki Torigoe, "Bacuri" e um militante chamado por "Francisco", para o aparelho de "Bacuri". Por falta de socorros, Ary faleceu por volta das 22.30 horas daquele mesmo dia. Como "história de cobertura" para o "acidente", foi apresentada a versão de que "Bacuri" confundira os dois com policiais. A farsa teve prosseguimento com a ida do militante do GTA Reinaldo Morano Filho, ex acadêmico de Medicina, ao "aparelho" para prestar socorros a Ary, quando este já estava morto.

No dia seguinte, Flávio Augusto Neves Leão de Sales saiu para procurar local para enterrar o morto. Escolhido o local, por volta das 15 horas, Flávio Augusto, Aurora Maria do Nascimento Furtado e "Bacuri" colocaram o cadáver na mala do carro e realizaram a inumação num terreno em Embu-Guaçu. A família de Ary Rocha Miranda não teve o conforto de ser avisada de sua morte, nem do local do enterro. Mais conveniente seria atribuir o "desaparecimento" de Ary aos órgãos de segurança, como foi feito. Só se tomou conhecimento da trama macabra através das prisões posteriores de Denize Crispim, a companheira de "Bacuri", e Reinaldo Morano Filho.

É importante que se ressalte o processo de recrutamento utilizado pela ALN em relação a Reinaldo Morano Filho. Reinaldo havia sido preso no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Enquanto aguardava julgamento, desenvolvia suas atividades normais na Faculdade de Medicina da USP, onde estudava. No início de novembro de 1969, foi procurado na faculdade por uma mulher, até então desconhecida, que lhe afirmou ter informações seguras que o processo redundaria na condenação de todos a dois anos de prisão. Em seguida, Trajano Pontes Filho, seu companheiro de apartamento, transmitiu-lhe notícias, nunca confirmadas, de que elementos declarando-se policiais teriam estado a sua procura. Tais fatos provocaram a fuga

de Reinaldo para Salvador, ainda em novembro, e seu ingresso na clandestinidade. No seu retorno clandestino a São Paulo, fez contato com a mesma mulher na Faculdade de Medicina, acertando seu ingresso na ALN e sendo designado para atuar no desfalcado GTA.



9. Atividades da CR/GB da ALN

As prisões de militantes da ALN na Guanabara, no final de 1969, elevaram Carlos Eduardo Fayal de Lira e Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins à Coordenação Regional da Guanabara (CR/GB).

O GTA da CR/GB estava estruturado com dois grupos, coordenados por Paulo Henrique Rocha Lins e Mário de Souza Prata. Nos dias 9 de janeiro e 17 de fevereiro, o GTA "expropriou" a agência Lido do Banco do Estado de Minas Gerais e a agência Avenida Brasil do Banco Nacional Brasileiro S.A., respectivamente, conseguindo cerca de 50 mil cruzeiros nas ações.

Pretendendo aumentar a potência de fogo do grupo, foi realizado, por volta das 14 horas do dia 25 de janeiro, um assalto à Fábrica do Andaraí, do Exército. O alvo eram as metralhadoras das sentinelas que se mantinham nas ruas. Divididos em dois grupos, os assaltantes esperavam um sinal de Carlos Eduardo Fayal de Lira para iniciar a ação, atacando simultaneamente os dois soldados. Dado o sinal, o grupo chefiado por Paulo Henrique Rocha Lins acovardou-se e não atacou a sentinela. O segundo grupo, chefiado por Fayal de Lira, agrediu a coronhadas o soldado George de Souza, ferindo-o na cabeça e retirando-lhe a metralhadora. Durante a fuga, no interior do Volkswagen usado na ação, Mário de Souza Prata, ao tentar desengatilhar a arma, provocou um disparo, atingindo mortalmente Luiz Afonso Miranda Costa Rodrigues, que se encontrava no banco dianteiro. Por volta das 16 horas, o carro foi encontrado na Rua Teodoro da Silva, com o cadáver de Luiz Afonso no banco dianteiro.

No dia 11 de março de 1970, os militantes do GTA Mário de Souza Prata, Rômulo Noronha de Albuquerque e Jorge Raimundo Júnior deslocavam-se num Corcel azul, roubado, dirigido pelo último, quando foram interceptados nas Laranjeiras, por uma patrulha da PM. Suspeitando do motorista, pela pouca idade que aparentava, e verificando que Jorge Raimundo não portava habilitação, os policiais ordenaram-lhe que entrasse no veiculo policial, juto com Rômulo Noronha de Albuquerque, enquanto Mário de Souza Prata, acompanhado de um dos soldados, iria dirigindo o Corcel até a delegacia mais próxima. Aproveitando-se do descuido da polícia, que não revistara os detidos, Mário, ao manobrar o veículo para colocá-lo à frente da viatura policial, sacou de uma arma e atirou, matando, com um tiro na testa, o soldado PMEG Newton de Oliveira Nascimento que o escoltava no carro roubado. O soldado Newton deixou viúva, D. Luci e órfãs duas filhas menores de quatro e dois anos.


Corcel 1969

Dois dias depois, tinha prosseguimento o festival de violência patrocinado pela ALN. No dia 13 de março, foi abordado na Lagoa Rodrigo de Freitas, para uma verificação de rotina, um Volkswagen vermelho conduzindo Carlos Eduardo Fayal de Lira, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins e Ronaldo Dutra Machado. Agindo com rapidez, os subversivos saltaram do carro, ocasião em que Fayal de Lira, sacando sua arma, atirou contra a barreira, ferido gravemente o Sargento do Exército Francisco Aniceto Antunes de Carvalho. Na confusão reinante, Ronaldo e Paulo Henrique fugiram a pé do local. Fayal de Lira, encurralado, assaltou um carro que passava e retirou à força do volante a Sra. Juanita de Souza, que se fazia acompanhar de seu filho, o menor de 9 anos, Paulo Alves de Souza. Não percebendo

a presença da criança no veículo, os agentes de segurança acabaram ferindo-a na axila, ao prosseguirem na perseguição armada. Preocupado apenas com a sua segurança, Fayal, também atingido no tiroteio, rompeu o cerco policial e abandonou a viatura com o menino ferido na Rua Siqueira Campos, completando a fuga a pé.

Fayal, sentindo-se perdido, procurou o amparo dos pais, que o internaram numa casa de saúde e o entregaram às autoridades no dia 16 de março. O subversivo seria banido em junho de 1970, trocado pelo embaixador alemão sequestrado na Guanabara.

A "queda" de Fayal de Lira ocasionou várias prisões e a desarticulação da CR/GB, que prosseguiu com a ida de Ronaldo Dutra Machado para Recife, em companhia de Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins. Ronaldo seria preso em Recife, em 28 de março e Paulo Henrique, em Natal, no dia 13 de abril. Em seguida, foram presos na Guanabara, os militantes do GTA Nelson Luiz Lott de Morais Costa e Epitácio Remígio de Araújo.[171]

No dia 19 de julho, ocorreu um fato insólito desligado de qualquer interferência da Coordenação Regional. Jessie Jane, militante da Frente de Massas da CR/SP, ligou-se a Colombo Vieira de Souza Júnior e aos irmãos Eiraldo e Fernando Palha Freire e juntos resolveram sequestrar um avião e exigir a troca dos passageiros por quarenta presos políticos, que seriam transportados para Cuba.

O sequestro foi frustrado pela pronta e eficiente ação de tropas especiais da Força Aérea Brasileira que, após furarem a tiros os pneus do Caravelle prefixo PP-PDX da Cruzeiro do Sul, recobriram a aeronave com espuma e a invadiram, resgatando os passageiros reféns. Durante a ação, o sequestrador Eiraldo Palha Freire tentou o suicídio com um tiro no pescoço, vindo a falecer dias depois.

A motivação dos quatro sequestradores era a libertação de parentes subversivos presos, além do reconhecimento da autoria de um feito espetacular. Washington Alves da Silva, militante da ALN preso em

---

[171] Com a desarticulação da Coordenação Regional, foi constituída uma direção provisória, com a participação de Aldo Sá Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes e Antônio Sérgio de Matos.

São Paulo e pai de Jesse Jane, encabeçava a lista dos presos a serem trocados. No rol dos subversivos, constavam ainda os nomes de Iná de Souza Medeiros e Marcos Antônio Faria de Medeiros, respectivamente, irmã e cunhado do sequestrador Colombo Vieira de Souza Júnior.



Caravelle da Cruzeiro



Ação de Resgate do Caravelle

Em meados de 1970, Mário de Souza Prata, sua mulher Marilena Villas-Boas Pinto e José Carlos Avelino da Silva abandonaram a ALN e incorporaram-se ao MR-8.

No dia 15 de julho, Zilda de Paula Xavier Pereira, ex-coordenadora da CR/GB, conseguiu fugir do Hospital Pinel em Botafogo, onde fora internada ao simular doença mental, apos sua prisão em 1969.[172]

A partir de julho - reforçado inclusive por dois "cubanos"[173] – o GTA fez dois assaltos: ao posto policial da Favela Azul, quando foram roubados armamento, inclusive metralhadora INA, e fardamento; e a uma agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, no Leblon.[174]

O GTA da CR/GB faria mais uma vítima fatal, em 19 de agosto, durante a tentativa de assalto à agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos. O vigilante Vagner Lúcio Vitorino da Silva foi baleado por Sônia Maria Ferreira Lima. Caído e sangrado na porta do banco, o vigilante teve seu coldre e sua arma roubados. Constatada a morte de Vagner, os assaltantes entraram no banco e procuraram o gerente, que, utilizando um estratagema não se identificou, informando que o gerente estava ausente. Isto fez com que os terroristas abandonassem o local sem consumar o assalto. [175]

---

[172] Zilda, auxiliada em sua manobra pelo Dr. Iberê Brandão Fonseca e Rosita Teixeira de Mendonça, foi para Cuba.

[173] Assim eram chamados os militantes possuidores de curso de guerrilhas em Cuba.

[174] O GTA passou a contar com a participação de Reinaldo Guarany Simões, Sônia Maria Ferreira Lima, Viriato Xavier de Melo Filho e Benjamin de Oliveira Torres Neto, os últimos recém-chegados do curso em Cuba. No início de agosto, mais dois "cubanos" incorporaram-se ao GTA da CR/GB: Isis Dias de Oliveira e Gilson Ribeiro da Silva.

[175] Participaram dessa ação: Isis Dias de Oliveira, Sônia Maria Ferreira Lima, Aldo de Sá Brito de Souza Neto, Hélcio Pereira Fortes, Benjamin Torres de Oliveira Neto, Reinaldo Guarany Simões, Otoni Guimarães Fernandes Júnior e mais os militantes do PCBR Getúlio de Oliveira Cabral e Francisco Roberval Mendes.

Dias após essa ação, Otoni Guimarães Fernandes Júnior, que dela participara, seria preso, constituindo-se em mais um desfalque para o GTA.

Refletindo os entendimentos da FMR em São Paulo, a CR/GB iniciou a realização de ações em "frente" a partir de julho. Contrariando orientação dada em março, que limitava a grandes feitos a constituição de frentes, a ALN optou por esta linha de ação quando as "quedas" que afetaram o GTA chegaram a inviabilizar a sua atuação armada. A organização participou dos assaltos à churrascaria Rincão Gaúcho e à Kombi de transporte de valores da firma Moinho Inglês, em São Cristóvão, ambos realizados com a cooperação do MR-8.



10. Atividades da ALN no Nordeste e em Minas Gerais

Em Fortaleza, a frustração da tentativa de assalto ao Banco Mercantil do Ceará, em 4 de dezembro de 1969, foi compensada pela realização de algumas ações armadas, pelo grupo liderado por José Sales de Oliveira.[176] Uma delas, em 10 de março, foi contra a fábrica da Coca-Cola, em Fortaleza, em assalto que rendeu cerca de 8 mil cruzeiros.

As ações armadas realizadas no Ceará adequaram-se às condições sócio-econômicas da área, não se registrando "expropriações" vultosas de estabelecimentos de crédito, como ocorria nos grandes centros. O assalto a um trocador de uma empresa de ônibus, os roubos de mimeógrafos e máquinas de escrever nos Instituto de Química e Matemática da UFC e um assalto a um casal de idosos, nas proximidades do quartel do 23º BC, em julho, são arroladas como façanhas realizadas pelo grupo de José Sales de Oliveira.

---

[176] Como Sílvio Albuquerque Mota, orientador do grupo, foi para Cuba participar do Curso de Guerrilhas, José Sales de Oliveira passou a coordenar as atividades da ALN no Ceará.

Em meados de 1970, foram deslocados para o Ceará, Antônio Espiridião Neto, Waldemar Rodrigues de Menezes e Antônio Carlos Bicalho Lana, militantes recém-chegados de Cuba, diplomados nas escolas de terrorismo de Havana. A organização tinha ideia de iniciar um trabalho de campo na Região do Cariri. No início de agosto, o advogado Tarcísio Leitão de Carvalho, considerado o ideólogo da ALN no Ceará, ministrou uma palestra sobre guerra psicológica aos militantes da ALN. Durante a palestra, realizando uma avaliação critica, Tarcísio assinalou o distanciamento da organização das massas e sugeriu a criação de um jornal que divulgasse as ideias da ALN.

A ALN/CE manteve contatos com o PCBR, organização mais bem estruturada na área do Nordeste, surgindo o acordo de realizarem ações em conjunto. Os assaltos ao carro-pagador do Banco London, em 16 de março, e ao Banco do Brasil, em Maranguape, em 11 de agosto, foram ações realizadas "em frente" pelas duas organizações.

Se as ações armadas, pela frequência e pelos recursos auferidos, contrastavam com a atividade subversiva nos grandes centros, o mesmo não se podia dizer de sua violência. Em 29 de agosto, o sequestro e o assassinato do comerciante José Armando Rodrigues, proprietário da firma Ibiapaba Comercial Ltda, em São Benedito/CE, revoltaram a opinião pública. Após assaltarem a loja, os terroristas da ALN levaram José Armando, sob a ameaça de revólveres, amarraram-no com cordas para prevenir resistências, torturaram-no - barbaramente espancado, conforme laudo cadavérico - assassinaram-no a tiros e lançaram seu corpo num precipício na Serra de Ibiapaba.[177]

Os assaltantes recolheram 32 mil cruzeiros da loja do comerciante, sem qualquer reação. Por que o mataram? A resposta à pergunta envolve-se no absurdo, quando se sabe que dois de seus assassinos eram os ex-seminaristas Antônio Espiridião Neto e Waldemar

[177] O grupo assassino, chefiado por José Sales de Oliveira, constituiu-se por Carlos Timoschenko Soares de Sales, Antônio Espiridião Neto, Francisco William de Montenegro Medeiros, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Waldemar Rodrigues de Menezes.

Rodrigues de Menezes - este, o autor dos disparos. Cabe uma reflexão sobre o assunto: onde teriam assimilado tanto ódio e violência? No ensino cristão dos seminários ou na curta estada em Cuba? O fanatismo ideológico teria transformado o modesto comerciante de São Benedito em burguês monopolista, associado ao imperialismo norte-americano?

Após atirarem o corpo no penhasco, os terroristas reencetaram a fuga rumo a Fortaleza. À noite, nas cercanias de São Luiz do Curu, o grupo foi cercado, ocorrendo as prisões de Waldemar de Menezes e de Francisco William de Montenegro Medeiros.

Nos dias seguintes, foram realizadas outras prisões e com o deslocamento dos principais terroristas para fora da área, desarticulou-se a atuação armada da ALN no Ceara.[178]

Em Pernambuco, da mesma forma que no Ceará, a ALN ligou-se ao PCBR. No dia 28 de março, além de Ronaldo Dutra Machado, foi preso em Recife Perly Cipriano. Em decorrência das investigações, foram desarticulados três "aparelhos" do PCBR e da ALN, com várias prisões.

Num dos "aparelhos", situado na Rua Pimenteira, em Casa Amarela, houve reação, resultando no ferimento do investigador Joaquim Francisco de Melo. No enfrentamento também saiu ferido o subversivo Mauricio Anísio de Araújo. As prisões prosseguiram com a apreensão de grande quantidade de armamento, munição e explosivos, além de material de impressão. Com essas prisões, apurou-se que fora da autoria do grupo da ALN os assaltos à Farmácia de Pronto Socorro Jayme da Fonte e a um posto de gasolina na Avenida Rosa e Silva.

Ao final da operação policial, no dia 31 de março, haviam sido presos doze elementos do grupo da ALN em Recife.

---

[178] José Sales de Oliveira e Antônio Espiridião deslocaram-se para Pernambuco, enquanto Antônio Carlos Bicalho Lana, Gilberto Thelmo Sidney Marques e Carlos Timoschenko Soares de Sales dirigiam-se para São Paulo, visando o prosseguimento de suas atividades criminosas em melhores condições de segurança.

Nesta época, Paulo Henrique de Oliveira Rocha Lins, seguindo orientação da Coordenação Centro-Norte, foi deslocado para o Nordeste, com o objetivo de estruturar a organização no Rio Grande do Norte. Após seguir com Ronaldo Dutra Machado para Recife, os dois terroristas ficaram homiziados no Colégio Marista, acoitados pelo irmão Aloísio. Paulo Henrique fez contato com Avelino Batista Neto e, pouco tempo depois, dirigiram-se para o Rio Grande do Norte, onde iniciariam, com orientação de Avelino, que era da área, o trabalho de estruturação da organização no Estado.

A conduta suspeita de Paulo Henrique fez com que a polícia o detivesse - e através dele, também foi preso Avelino - no dia 13 de abril. Após uma tentativa frustrada de suicídio, Paulo Henrique relatou todo o seu envolvimento com a ALN na Guanabara e no Nordeste.

Enquanto isso, em Belo Horizonte, o trabalho de aliciamento que a ALN iniciara após a desestruturação da Corrente, dava seus primeiros resultados. Havia um grupo formado, inclusive com treinamento de tiro. Julgando-se preparado, o grupo, após realizar algumas panfletagens, fez seu primeiro assalto, em 6 de junho, contra o supermercado Merci, do Bairro de Lourdes. Um mês depois, outra ação, desta vez contra o supermercado Camponesa, não obteve êxito.

No início de agosto a ALN em Minas era reforçada com a chegada do militante Marcos Nonato da Fonseca, "queimado" por sua ativa participação no GTA da CR/GB.

No final de setembro, seria mais uma vez reforçada com a chegada à capital mineira de Aldo Sá Brito, recebendo então, a incumbência de planejar e preparar o sequestro do cônsul da Inglaterra, em Belo Horizonte. Essa ação estava prevista pela Coordenação Nacional, num esquema global destinado à libertação de terroristas presos.



11. A tentativa de implantação da "Área Estratégica" da ALN

No início de 1968, Carlos Augusto da Silva Sampaio, líder estudantil em Belém, foi contatado e convencido a ligar-se com Carlos Marighela. Aproveitando-se das férias do início daquele ano, Carlos Augusto deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde fez contato e estabeleceu um esquema de comunicação com Marighela, através da militante Maria Cerqueira - moradora na Av. N.S. de Copacabana, em cima do Mercadinho Azul - e do casal João Batista e Zilda de Paula Xavier Pereira, coordenadores, naquela ocasião, da ALN na Guanabara.

Em setembro de 1968, Carlos Augusto foi procurado em Belém por João Batista, com a orientação para o início da estruturação da ALN no Estado do Pará. [179]

Em junho de 1969, Carlos Augusto, juntamente com João Alberto Capiberibe, em nova viagem ao Rio de Janeiro, recebeu a missão de iniciar o trabalho de implantação de uma área rural, na região do Rio Araguaia, até a cidade de Imperatriz no Maranhão. No Rio de Janeiro, Carlos Augusto encontrou-se com os frades dominicanos Ivo e Fernando e com Nestor Mota, elementos que haviam vasculhado a região escolhida em reconhecimentos realizados em 1968. Na volta a Belém, fizeram-se acompanhar de Nestor Mota, que se dirigiu a Conceição do Araguaia para fazer contato com João Carlos Ramalho, que trabalhava no Movimento de Educação de Base (MEB). Após acertos e dentro do esquema de iniciar o trabalho de doutrinação no campo, João Moacir Santiago Mendonça passou a morar com João Ramalho em Conceição do Araguaia.

Em 17 de agosto de 1969, Flávio Augusto Neves Leão de Sales, que havia sido recriminado pela organização por ser viciado em maconha, realizou, por iniciativa própria, um assalto à firma Gelar em Belém,

---

[179] Com o início do trabalho de aliciamento, o grupo constituiu-se com a adesão de João Alberto Rodrigues Capiberibe, João Moacir Santiago Mendonça, Pedro Alcântara Carneiro e Flávio Augusto Neves Leão de Sales.

auxiliado por marginais comuns.[180] A intensificação da atividade policial em Belém, provocou, por questões de segurança, a viagem apressada de Carlos Augusto e João Moacir Santiago Mendonça ao Rio de Janeiro, onde se homiziaram no apartamento de Maria Cerqueira. Flávio Augusto, também ameaçado, deslocou-se para São Paulo, onde integrou-se ao GTA, passando a participar ativamente de ações armadas, movido, quase sempre, pela euforia da maconha.

Ao retornarem a Belém, Carlos Augusto e João Moacir informaram-se de que Capiberibe já tinha conseguido um local apropriado na área do Tocantins. Após o retorno de Carlos Augusto do Rio de Janeiro, um grupo da ALN em Belém tentou um assalto a um carro de um oficial da Marinha. Este fato levou as autoridades a desenvolverem um trabalho específico, visando a detectar e identificar o grupo, que iniciava uma atuação sistemática e organizada em Belém.

Com a morte de Marighela, em novembro de 1969, o grupo perdeu a ligação com a Coordenação Nacional da ALN que se encontrava em São Paulo. Somente em abril de 1970, Carlos Augusto – já formado em advocacia - retomou a ligação com a Coordenação Nacional, sendo colocado em contato com "Toledo" em São Paulo. “Toledo” informou que seria enviado para Belém, a fim de ser colocado na área rural escolhida, um militante que regressara de Cuba.

Em junho de 1970, José Silva Tavares, antigo militante da Corrente, chegou de Cuba e recebeu orientação de "Toledo" para dirigir-se a Belém, com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos de implantação da área estratégica. "Toledo" insistiu para que as atividades fossem alicerçadas no trabalho de doutrinação da massa rural.

Em julho, foi providenciada a compra de uma área próxima a Imperatriz, no Maranhão, que seria a base para o desenvolvimento do trabalho estratégico. Em setembro de 1970, José Tavares foi

[180] Flávio Augusto provocaria, em 25 de agosto, a morte de sua madrinha e irmã de criação, Sulamita Campos Leite, estraçalhada por uma bomba de alto teor explosivo, enterrada no quintal da residência dos Sales, na Travessa Curuzu, nº 2235, em Belém.

deslocado para Belém. O planejamento constava da ida antecipada de Capiberibe para a área de Imperatriz, onde receberia Tavares.

Enquanto a ALN tramava a articulação de sua área estratégica, as forças de segurança, centradas na 8ª Região Militar, coroando diligências que vinham realizando desde abril, desmantelaram inúmeros “aparelhos” da organização. No dia 7 de setembro, quando aguardavam o ônibus para se deslocar para Imperatriz, foram presos Capiberibe, sua esposa, Janete Del Castilho Capiberibe e sua cunhada, Eliane Lúcia Del Castilho Goes. No mesmo dia, "caiu" Carlos Augusto. José Tavares foi preso na manhã do dia 8 de setembro, no interior do ônibus que o conduzia a Imperatriz. No desenrolar da operação, foram presos na base da área estratégica - onde já existia uma construção rústica para acolher os militantes - o estudante do 3º ano de Medicina, Pedro Alcântara Carneiro e Wanderley Gomes Camorim. Na área já se iniciara o trabalho de massa, através do atendimento à população local, realizado por Pedro Alcântara. Com eles foi apreendido um mosquetão 7 mm com a respectiva munição.

Durante a ação policial que se abateu sobre a ALN no Pará, foi detectada a existência de um grupo na Faculdade de Ciências Econômicas de Belém, com a participação de Roberto Ribeiro Correia, responsável pela publicação do panfleto "Luta Revolucionária". O grupo tinha ligação direta com Capiberibe e distribuía a "Luta Revolucionária" na área universitária e nos pontos mais carentes da cidade de Belém.

Dessa forma, teve fim a tentativa organizada da ALN de implantar uma "área estratégica" na convulsionada área do noroeste do Maranhão/Norte de Goiás, conhecida como "Bico do Papagaio". Também frustrada foi a sua intenção de estender-se ao Rio Grande do Norte. A organização sofreria, nesse ano, uma série de reveses no nordeste e nas duas principais CR de São Paulo e Guanabara, mas seus GTA estavam sendo reforçados pelos "cubanos" do “II Exército da ALN”. A ALN, todavia, ao contrário do que preconizava "Toledo", cada vez afastava-se mais das massas e tornava-se mais violenta e sanguinária.



12. O PC do B prepara-se no campo e na cidade

Em 1970, a atividade principal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) consistiu na preparação da Guerra popular no Sudeste do Pará, região até então mantida na clandestinidade. Nesse ano, pouco mais de uma dezena de militantes seriam deslocados para lá tendo como objetivo imediato tomar conhecimento da região, adaptar-se à nova vida e realizar um progressivo trabalho de massa com cunho essencialmente social e sem conotações políticas aparentes, de modo a ganhar a confiança da rarefeita população local.

Na cidade, a fim de agrupar jovens que, embora sem nível ideológico para tornarem-se militantes, tivessem um maior grau de politização que a massa, o PC do B criou, no início de 1970, na Guanabara, um organismo para-partidário denominado de União da Juventude Patriótica (UJP). Para organizá-la foi designado o Comitê Universitário do Comitê Regional Leste (GB), através de Lincoln Bicalho Roque e de José Roberto Brom de Luna. No manifesto-programa de março, a UJP afirmava que seu objetivo era congregar "*os jovens da Guanabara*", entre "*operários, estudantes, professores, favelados, comerciários, bancários, jornalistas e artistas*". Criava, assim, o PC do B, uma fértil fonte para o recrutamento de seus futuros "guerrilheiros".

Nesse ano, três documentos aprovados pelo CC marcaram a linha política do partido. O primeiro, publicado em abril e escrito por João Amazonas e Maurício Grabois, sob o título de "Atualidade do Pensamento de Lenin", caracterizou o início público das controvérsias com o PC da China. O PC do B não aceitava a concepção chinesa de que o pensamento de Mao seria uma "nova etapa do marxismo". O segundo, de julho, com o título de "Mais Audácia na Luta contra a Ditadura", procurava aprofundar o "*movimento de revolucionarização*", iniciado no ano anterior. Finalmente, em dezembro de 1970, o documento "Desenvolver Lições Mais Vigorosas" procurava aumentar o "*espírito de oposição das massas*" e "*acelerar a preparação da luta armada*".



13. A AV amplia a sua estrutura

A Ala Vermelha (AV) entrou no ano de 1970 com uma nova linha política estabelecida pelo documento “Os 16 Pontos”, aprovado no ano anterior, no qual repudiava o foquismo e assumia o trabalho de massa.

Dispunha de uma Direção Nacional Provisória (DNP), composta por 7 membros efetivos, dos quais três eram do Bureau Político (BP) e 2 suplentes. A AV estava estruturada em sete Comitês Regionais (CR).[181]

Cada CR, além de uma Rede de Apoio, possuía dois setores, o Setor de Trabalho Operário e o Setor de Trabalho de Massa, subdividido nos subsetores universitário, secundarista e da pequena burguesia. Tudo indicava que, por ser a primeira organização a reformular a sua linha política e a aderir ao trabalho de massa, conseguiria crescer e alcançar maior projeção na esquerda revolucionária brasileira.

Entretanto, em 20 de janeiro de 1970, a prisão de Diniz Cabral Filho, fundador e dirigente número 1 da AV, arrefeceu o ânimo e o funcionamento da organização. As "quedas" decorrentes no CR de Minas Gerais levaram o pânico a seus militantes, que debandaram em busca de segurança em outros Estados. Essas "quedas” acrescidas de divergências políticas proporcionaram o surgimento, em Minas, de um grupo dissidente liderado por Fernando Sana Pinto, membro da DNP, e que ficou conhecido como o "Grupo Mineiro".

---

[181] Os CR estavam organizados nos Estados de SP, GB, RS, MG e ES e no DF. Entretanto, era em São Paulo que a AV estava melhor estruturada e onde inclusive, se localizava a sua DNP. No RS, possuía militantes em Porto Alegre e em Santa Maria e em MG, atuava em Belo Horizonte e no Triângulo Mineiro. Havia ainda, o início da organização de um CR no Nordeste, com militantes em PE (Recife e Zona da Mata) e no CE (Fortaleza e Jucás).

Em maio, numa casa alugada no litoral paulista, reuniu-se a DNP para tratar da questão do "Grupo Mineiro", do problema de finanças e da recomposição do BP. [182]

No mês seguinte, uma nova reunião da DNP aprovou que o I Congresso da AV seria realizado dentro de 18 meses e publicou o documento "Diretivas para o Trabalho Operário". Decidiu também que a organização passaria a editar dois jornais, o "Unidade Operária" e o "Luta Proletária".

A partir de agosto, sem dispor de uma infra estrutura que lhe garantisse a sobrevivência, a AV criou um Curso de Madureza, no ABC paulista. Com isso, além de conseguir recursos financeiros, a organização poderia recrutar novos militantes. Ao mesmo tempo, a fim de conseguir recursos imediatos, a AV assaltou em setembro, um Volks do Banco Francês Italiano, em São Bernardo do Campo, que transportava o dinheiro do pagamento dos funcionários da Chrysler, roubando Cr$ 78.000,00. Apesar de ter mudado a sua linha política, a AV não se esquecia da facilidade em conseguir dinheiro através de assaltos.

Em outubro, novas "quedas" afetaram a estrutura da organização. No Rio Grande do Sul, a prisão de onze militantes, dentre os quais vários do CR, possibilitou a identificação de outros e a desarticulação da AV nesse Estado. Na Guanabara, parte do CR também foi presa.

Para fazer a propaganda do voto nulo, através da transmissão de uma fita gravada, militantes da AV tomaram a Rádio Clube de Santo André, na véspera das eleiç6es de 15 de novembro. Ao final da ação, o Gálaxie roubado no dia anterior foi abandonado com um dispositivo de explosão, que não funcionou.

---

[182] A direção da AV resolveu afastar Fernando S. Pinto da DNP. Não acatando a decisão, Fernando e seu grupo foram expulsos. Na recomposição do BP, procedida uma nova eleição, esse organismo ficou constituído por Edgard de Almeida Martins, Olyr Batista Correa e Paulo de Tarso Giannini.


Ford Galaxie 1967

Para discutir o desenvolvimento de sua linha política, particularmente em relação ao movimento operário, a DNP promoveu na primeira quinzena de dezembro de 1970, aquela que seria a sua última reunião, antes das grandes "quedas". O ano seguinte seria desastroso para a AV.



14. O MRT reduz-se a um grupelho

As ações armadas do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ao longo de 1970, seriam todas, realizadas na "frente" político-militar criada em novembro de 1969.

Em 11 de março, o MRT, através de Devanir José de Carvalho e Plínio Petersen Pereira, participou, com a VPR e a REDE, do sequestro do cônsul japonês.[183] É dessa época o início dos contatos do MRT com o denominado "Grupo Mineiro", dissidência da AV em Minas Gerais, cujos militantes haviam-se deslocado para São Paulo, a fim de pedir auxílio a Devanir. Esse grupo, que alguns meses depois, se transformaria no Movimento Revolucionário Marxista (MRM), também participaria de ações armadas realizadas pela "frente".

[183] Esse sequestro está descrito no item 22 deste capítulo

Depois do assalto ao Banco Itaú-América, na Vila Leopoldina, em 25 de março, no qual participaram Devanir, Antônio André Camargo Guerra e José Rodrigues Ângelo, pelo MRT, esses mesmos militantes e mais Plínio e Waldemar Andreu assaltaram, em 2 de maio, numa ação de "frente", a Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, no qual "Bacuri", da REDE, assassinou o guarda de segurança João Batista de Souza.

Logo depois desse assalto, o Diretório Nacional (DN) do MRT realizou uma reunião para tratar da saída de Armênio de Souza Rangel, que não se considerava mais em condições de permanecer no comando. Essa reunião marcou o início das divergências entre Devanir e Plínio e transcorreu num clima de violência. Enquanto Devanir chamava Plínio de oportunista, mais preocupado em realizar-se financeiramente, este, que tinha a maioria na reunião, acusava Devanir e Antônio André de realizarem as ações somente pela violência. Dos sete membros do DN, cinco acompanharam Plinio e desligaram-se do MRT.

O MRT reduzia-se a um grupelho de militantes, girando em torno de Devanir: Antônio André, José Rodrigues e Domingos Quintins, além de dois simpatizantes, que também sairiam logo depois. Fortalecer-se-ia, entretanto, com a chegada de Joaquim Alencar de Seixas, antigo militante expulso do PCB do Rio Grande do Sul, com sua família, constituída pela esposa, Fanny Akselrud de Seixas e quatro filhos. Desses filhos, Ivan, com apenas 16 anos, passaria a condição de militante, participando de assaltos junto com o pai.

Em 29 de maio, Devanir e Antônio André, pelo MRT, assaltaram o Banco do Brasil, agência da Avenida Jabaquara, de onde roubaram cerca de180 mil cruzeiros novos.

Entretanto, com a saída do grupo do "Gaúcho", o MRT precisava reestruturar-se. Realizou, então, uma reunião, na qual foi eleito um novo comando, integrado por Devanir, Antônio André e Joaquim. Foi também aprovada uma "Carta de Princípios", baseada na antiga, de Plínio Petersen, e ficou decidida a publicação do órgão oficial do MRT, o “Voz Guerrilheira”.

No mês de setembro, dois novos militantes ingressaram no MRT: Dimas Antônio Casemiro, vindo da VAR-P, e Gilberto Faria Lima, da ALN. No dia 15, seis militantes do MRT, em "frente" com outros da ALN e da VPR, assaltaram um carro-forte da Brink's, fato já relatado no item 7 deste capítulo. Logo após esse assalto, Devanir e Joaquim participaram de uma reunião da "frente", onde ficou decidido o sequestro de três diplomatas para a libertação de 206 presos, cujos resultados também já foram narrados no mesmo item 7 deste capítulo.

É dessa época a publicação de dois panfletos do MRT. Num deles, dirigido ao público em geral, concitava a população a participar da luta armada, que "*culminará com a vitória da Revolução Socialista no Brasil e no mundo*". No outro, dirigido às vítimas dos roubos de carros, procurava justificar essas ações, afirmando que o "*seu carro foi requisitado por necessidade da Revolução*".

Alguns dias depois das eleições, Devanir e Joaquim participaram de uma nova reunião da "frente", na qual a VPR defendia a execução imediata dos sequestros enquanto que o MR-8 queria esperar uma melhor oportunidade.

Em 14 de dezembro, o MRT participou, com a ALN, a VPR e o MRM, de um assalto frustrado a um carro forte da Brink's, na Rua Paraíso, próximo da Praça Oswaldo Cruz. Apesar de metralhado e de ter um guarda de segurança ferido, o veículo de transporte de valores arrancou em alta velocidade e conseguiu escapar do bloqueio.

A última ação armada do MRT, em 1970, foi um puro ato de vingança contra um estacionamento de veículos na Água Funda, em razão do carro da organização ter sido apreendido nesse local. No final de dezembro, seus militantes, com outros da ALN, atacaram o estacionamento com rajadas de metralhadora e "coquetéis Molotov", ateando fogo numa pequena casa ali existente e roubando um Volks e diversas placas de automóveis.

Para o MRT, o ano terminava bem, apesar do "racha" do grupo do "Gaúcho". O ano seguinte, segundo seus militantes, seria marcado por ações mais espetaculares, dentre as quais o "justiçamento" do Delegado Sérgio Fleury, que era o seu grande inimigo e que lhes

combatia implacavelmente. Para isso, já estavam realizando os levantamentos em sua residência e nos locais que costumava frequentar. Não esperavam seus militantes, contudo, que os primeiros meses de 1971 determinariam o fim da organização.



15. O surgimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM)

No início de 1970; alguns militantes da Ala Vermelha (AV), em Minas Gerais, entraram em divergências políticas com a organização e foram pedir auxílio ao MRT contatando seu líder Devanir José de Carvalho.

Em maio, essa dissidência foi formalmente expulsa da AV e seus integrantes, deslocando-se para São Paulo, passaram a ser conhecidos como o "Grupo Mineiro". Em julho, o grupo criou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). [184]

Sem possuir uma linha política definida e uma estrutura concreta, seus militantes procuraram integrar-se ao operariado, realizando cursos no SENAI, com a finalidade de capacitarem-se profissionalmente e realizarem trabalho de massa nas fábricas.

Nesse ano, entretanto, quatro militantes fundadores do MRM participaram de quatro ações armadas, todas na capital paulista, em "frente" com o MRT, a REDE, a VPR e a ALN.[185]

---

[184] Foram os seguintes os criadores do MRM: Fernando Sanna Pinto, Job Alves dos Santos, Milton Tavares Campos, Jaime de Almeida e Joana Darc Jansen Ferreira.

[185] Foram realizados os seguintes assaltos: ao Banco Itaú-América, em Vila Leopoldina; à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, no qual morreu um guarda de segurança; à garagem da CMTC, na Avenida Imperatriz Leopoldina e a um carro forte da Brink's, na rua Paraíso (este frustrado).

Com esses assaltos o MRM conseguia o dinheiro necessário para a sua sobrevivência. Só no ano seguinte, definir-se-ia como uma verdadeira organização, estabelecendo uma estrutura e adotando uma linha política.



16. PCR: na prisão, "Capivara" vira "cachorro".

Com a prisão de Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara"), seu primeiro dirigente, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) resolveu reestruturar sua direção.[186] Nesse ano, o partido restringiu-se às atividades de pichações e panfletagens nas áreas urbanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, além de prosseguir no aliciamento de camponeses na região de Ribeirão, em Pernambuco.

Enquanto isso, os depoimentos prestados por "Capivara", num estreito regime de colaboração, iam aumentando o conhecimento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre o PCR. Em dezembro de 1969, os policiais ficaram satisfeitos quando o nome de "Capivara" foi incluído na lista dos que seriam trocados pela vida do embaixador suíço sequestrado na Guanabara. A oportunidade de enviar um "cachorro" ao Chile era ímpar, e a polícia chegou a combinar um código para as comunicações sigilosas que seriam estabelecidas.[187] Na última hora, entretanto, a troca de "Capivara" por Vera Maria Rocha Pereira, militante do PCBR, frustrou a operação.

A fim de incrementar a tiragem de suas publicações, o PCR realizou, em 28 de dezembro de 1970, em Natal, um assalto a um departamento do Governo do Rio Grande do Norte, roubando

---

[186] A direção passou a ser integrada por Manoel Lisboa de Moura e sua amante Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa, Emanuel Bezerra dos Santos e sua amante Luiza Maria Nóbrega e Rinaldo Claudino de Barros.

[187] Na gíria policial "cachorro" é o militante que passa a colaborar e a trabalhar para um órgão de segurança.

mimeógrafos e máquinas de escrever. Apesar do PCR ser contra os assaltos destinados a arrecadar dinheiro (motivo da expulsão de Zarattini), achava natural realizar aqueles que lhe possibilitasse obter bens materiais, como armamento, automóveis, material gráfico, etc, para suas atividades, que, diga-se de passagem, cada vez ficavam mais restritas.



17. O MR-8 intensifica as ações armadas

Após a miniconferência de dezembro do ano anterior, o MR-8 entrou em 1970 com uma nova Direção Geral.[188] Editava os jornais "Avante" e "Resistência" e estava fortemente organizado na Guanabara e iniciando sua estruturação na Bahia, vista como o trampolim para o Nordeste. Possuía também, dirigido por João Lopes Salgado, um trabalho de campo na Bahia, na região de Cangula, em Alagoinhas, e uma "área de recuo" no Rio de Janeiro, na região de Cachoeiras de Macacu, para homízio e recebimento de militantes do exterior. Em janeiro e fevereiro, havia adquirido cerca de 50 revólveres Taurus, calibre .38, além de quase cinco mil cartuchos.

Em 31 de janeiro, foi preso, em São Paulo, Fernando Paulo Nagle Gabeira, que havia participado do sequestro do embaixador americano. Seus depoimentos foram decisivos para a identificação de diversos militantes, e, através deles, iniciaram-se as investigações para suas localizações. [189]

---

[188] A nova DG era constituída por Daniel Aarão Reis, José Roberto Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, que comandava o Grupo de Fogo (GF), Stuart Edgard Angel Jones, que dirigia a Frente Operária, e Carlos Alberto Vieira Muniz, que permanecia na direção da Frente de Camadas Médias.

[189] Fernando Gabeira, nessa época, estava atuando no subsetor operário da ALN/SP. Foi banido para a Argélia em 15 de junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão. Posteriormente, fez curso em Cuba com o codinome de “Ignácio”, tendo retornado ao Brasil em 01 de setembro de 1979.

No início de fevereiro, houve uma reestruturação do MR-8, com a criação de uma Unidade Externa (UEx), no lugar da Frente Operária.

Para a Bahia, foram deslocados Carlos Alberto Vieira Muniz e Lúcia Maria Murat Vasconcelos, enquanto que o trabalho de campo recebeu o reforço de um grupo de Avelino Bioni Capitani, que se havia incorporado ao MR-8, no Chile.

Na noite de 16 de fevereiro, a polícia encontrou o "aparelho" da Rua Montevidéu, nº 391, na Penha/GB, onde a direção do MR-8 fazia uma reunião. Avisados, os militantes reagiram a tiros, sendo baleado o policial Daniel Balbino de Menezes. [190]

Após diligências processadas noite a dentro, em busca de um táxi que havia levado um dos terroristas feridos, chegou-se ao apartamento da Rua Taylor, onde foi preso José Ruivo de Pereira e Souza. Pela janela dos fundos do apartamento, José Roberto Spiegner escapou espetacularmente, sendo encontrado pouco depois, embaixo da cama em uma casa da Rua Joaquim Silva. O policial subiu rapidamente na cama e o tiro disparado por José Roberto não conseguiu atravessar o colchão. Após tiroteio travado com o outro agente que chegara à porta do quarto, ali morria José Roberto Spiegner, com um tiro na cabeça.

Não acabaram aí as desventuras do MR-8 nesse início de ano. Em 6 de março, sete militantes faziam panfletagem na Avenida Suburbana, próximo a Inhaúma. Ao serem abordados por uma RP, abandonaram os dois Volks e refugiaram-se numa pedreira localizada na Estrada Velha da Pavuna. Cercados e após intenso tiroteio, foram presos Daniel Aarão Reis Filho, membro da DG, Vera Sílvia Araújo Magalhães, ferida de raspão na cabeça, Carlos Augusto da Silva Zílio, ferido no pulmão e no maxilar, Pedro Alves Filho, baleado no braço e Jorge Alves de Almeida Venâncio, além do casal Paulo Cesar Farah e Regina Maria Toscano Farah. [191]

---

[190] Na ocasião, fugiram Daniel Aarão Reis, José Roberto Spiegner, Cid de Queiroz Benjamin, Vera Silvia Araújo Magalhães, Carlos Augusto da Silva Zílio e mais um militante não identificado.

[191] Daniel e Vera Sílvia seriam banidos em 15 de junho para a Argélia, enquanto Pedro Alves o seria em 13 de janeiro de 1971, para o Chile.

As declarações dos militantes presos, particularmente as de José Ruivo, Daniel, Vera Sílvia e Jorge Alves, proporcionaram as "quedas" de diversos "aparelhos" e militantes.

Em 24 de março, o Grupo de Fogo (GF) assaltou a Kombi do Banco Irmãos Guimarães, na Rua Almirante Gavião, roubando um revólver e o próprio veículo, onde foram encontrados, apenas, malotes com cheques e papéis contábeis.

Na tarde de 15 de abril, parte do GF assaltou a agência Ramos do União de Bancos Brasileiros, na Rua Cardoso de Moraes, 542, de onde foram levados cerca de 15 mil cruzeiros novos. Com a prisão, alguns dias depois, de Sonia Regina Yessin Ramos, que havia participado desse assalto, pode levantar-se dados que levaram à prisão, entre 22 e 26 de abril, dos três membros da DG, Cid de Queiroz Benjamin, Samuel Aarão Reis e Carlos Bernardo Vainer, além de diversos outros militantes de menor expressão, entre eles, Cláudio Cardoso Campos.[192] Nesses quatro primeiros meses de 1970, o MR-8 perdia cinco membros da DG, além de quadros do GF e de outras frentes.[193]

Em junho, João Lopes Salgado e Alexandre Lyra de Oliveira, disfarçados de funcionários da Light, entraram na residência do industrial José Carlos Leal, no Leblon, acobertados por outros militantes do GF. Em face da reação da vítima, fugiram, depois de Salgado ter baleado o industrial.

Em julho, descontentes com os procedimentos adotados no sequestro do embaixador alemão, cinco militantes que haviam participado dessa ação deixaram a VPR e integraram-se ao MR-8. Ao

---

[192] Alguns anos mais tarde, com o pseudônimo de "Daniel Terra", Cláudio Cardoso Campos escreveria diversos trabalhos sobre a linha política do MR-8. Considerado como o seu maior teórico, Cláudio é hoje o primeiro dirigente da organização.

[193] Nessa época, foi constituída nova DG, com Carlos Alberto Vieira Muniz, designado comandante-em-chefe, Stuart Edgard Angel Jones, João Lopes Salgado e Sérgio Rubens de Araújo Torres, o qual havia participado do sequestro do embaixador americano.

mesmo tempo, por outras razões, mais três militantes da VPR também entraram no MR-8. Com o reforço desses oito militantes, o GF do MR-8 realizou nesse mês, quatro assaltos: a uma garagem na Rua Cirne Lima, de onde, levaram três Volks e algumas placas; a Casa da Banha, na Tijuca; à residência do Sr. Adam Valock, em Copacabana, de onde roubaram o cofre com 5 mil cruzeiros novos, 3.500 dólares e uma coleção de moedas estrangeiras [194] e à distribuidora da Kibon, em Copacabana, quando foram roubados quase 15 mil cruzeiros novos e Sérgio Landulfo Furtado baleou um guarda.

Na tarde de 13 de setembro, sob o comando de João Lopes Salgado, onze militantes do MR-8 assaltaram a churrascaria Rincão Gaúcho, na Tijuca, em "frente" com a CR/GB da ALN, de onde roubaram cerca de 30 mil cruzeiros novos. Irritados com os dizeres "*Ninguém segura o Brasil*", colado num painel de vidro, explodiram-no com uma bomba, e deixaram outra no local, posteriormente desativada pela polícia.

Nesse mês, o MR-8 recebeu o reforço de três militantes que saíram da ALN [195] e transformou o GF em Grupo Político-Militar (GPM), criando dois, sob os comandos de João Lopes Salgado e Sérgio Landulfo Furtado. Os GPM, além de realizar os assaltos e "justiçamentos", tinham a missão de fazer a propaganda armada, através da distribuição de gêneros alimentícios nas favelas e do sequestro de gerentes de supermercados.

Em outubro os militantes do GPM realizaram dois assaltos: no dia 4, ao posto de gasolina Shell, no Flamengo, roubando cerca de 8.500 cruzeiros novos; e no dia 30, ao depósito da Coca-Cola, na Gávea, de onde roubaram cerca de 13 mil cruzeiros novos.

Em novembro, após o assalto a uma loja de Loteria Esportiva, no Flamengo, de onde foram roubados 3 mil cruzeiros novos, os dois GPM foram unificados, sob o comando de Roberto Chagas da Silva.

---

[194] Ao ser assaltado, o Sr. Adam iniciou um discurso, dizendo que também era comunista. César de Queiroz Benjamin, o "Menininho", não querendo perder tempo, desfechou-lhe uma coronhada com o revólver.

[195] Eram eles: José Carlos Avelino da Silva, Mário de Souza Prata e sua companheira, Marilena Villas Boas Pinto.

No dia 13, César de Queiroz Benjamin, o "Menininho", quando "cobria um ponto" na Rua Visconde de Itamarati, junto a Igreja Divino Salvador, no Encantado, com Sônia Eliana Lafoz e Caio Salomé Souza de Oliveira, trocou tiros com os componentes de uma radiopatrulha. Ferindo dois policiais, os três militantes conseguiram fugir, com Caio baleado na mão e Sônia ferida de raspão na cabeça e na perna.

Às 11:30 horas de 20 de novembro de 1970, sob o comando de Mário Prata, o MR-8 assaltou o Banco Nacional de Minas Gerais, agência Ramos.[196] Enquanto se processava o assalto, chegou o carro-forte do banco e seus integrantes, imediatamente, entraram em intenso tiroteio com os terroristas, saindo feridos dois guardas e um transeunte, além de Stuart Edgard Angel Jones, baleado no joelho. Os militantes, levando mais de 55 mil cruzeiros novos e um revólver Taurus calibre .38, fugiram em três carros, depois de picharem o muro em frente ao banco, com a frase "Comando Joaquim Câmara Ferreira".[197] Na Avenida Brasil, na altura de Bonsucesso, quando faziam o transbordo de Stuart, os militantes foram atacados por um guarda que os havia seguido. Alexandre Lyra de Oliveira foi baleado no ombro e nas costas, enquanto que o guarda caía atingido por um tiro de espingarda desfechado por "Menininho".

Em 27 de novembro; Mario Prata, "Menininho"; Marilena, Roberto das Chagas, Manoel Henrique, Gradel e José Carlos Avelino assaltaram os dois policiais militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, ponto turístico em Botafogo, levando-lhes dois revólveres e suas fardas. Na ocasião, feriram a coronhadas o Tenente do Exército, Flávio Amarante Ribeiro, que passeava no local com a família.

---

[196] No banco, entraram Mário Prata, Sérgio Landulfo Furtado, Alexandre Lyra de Oliveira, José Carlos Avelino da Silva e Dirceu Grecco Monteiro. Na cobertura, junto à porta, ficaram Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira. Na rua, como cobertura externa, estavam Stuart Edgard Angel Jones, Cesar de Queiroz Benjamin, Nelson Rodrigues Filho, Marilena Villas-Boas Pinto e José Mauricio Gradel.

[197] Homenagem do MR-8 a "Toledo" da ALN, falecido em 23 de outubro de 1970.

Para encerrar o ano de 1970, em 29 de dezembro, o MR-8 assaltou a Kombi de transporte de valores do Moinho Inglês, em São Cristóvão, o que lhe proporcionou cerca de 33 mil cruzeiros novos.

Quase duas dezenas de carros roubados e 14 assaltos foi o saldo da organização nesse ano. Em compensação, teve dezenas de quadros presos e um deles morto, membro da DG. No ano seguinte, a linha militarista do MR-8 continuaria a prevalecer, com a realização de dezenas de ações armadas.



18. A cisão e a crise do POC

Em janeiro de 1970, a SR/SP do Partido Operário Comunista (POC) realizou em um sítio, perto de São Roque, uma Conferência Regional. Foram discutidos a realização das ações armadas, o trabalho operário e o trabalho estudantil. Houve divergências sobre a prioridade a ser estabelecida entre a execução de "expropriações" e a efetivação de tarefas no meio operário. Acentuaram-se as divergências surgidas por ocasião da Reunião Ampliada Nacional (RAN) de julho de 1969.

Os militantes ligados à "Tendência Proletária" defendiam a realização do trabalho operário nos sindicatos legais e não aceitavam a realização das ações armadas. Os "voluntaristas" faziam uma aberta opção pelo trabalho armado e sugeriam a criação de "Uniões Operárias" clandestinas, para a atuação no movimento operário.

A Conferência Regional serviu para aflorar e aguçar as divergências entre as duas correntes do POC, coexistentes, de forma tácita, desde a Reunião Ampliada Nacional. Na reunião, foi reeleita a direção da SR/SP, composta por militantes "voluntaristas". [198]

---

[198] Compunham a direção da SR/SP: Régis Stephan de Castro Andrade, Helena Sumiko Hirata, Laurindo Martins Junqueira Filho, Luís Eduardo da Rocha Merlino, e Gilberto Mathias ("Túlio").

O rompimento, inevitável efetivar-se-ia em fevereiro, durante uma reunião realizada na residência de Eder Simão Sáder. Ao final do encontro, Eder e seus liderados retiraram-se do POC, reafirmando a intenção de criar uma organização voltada exclusivamente para o trabalho operário. Após o "racha", a direção do POC foi reformulada.[199]

Terminada a reunião, as duas correntes mandaram emissários às diversas SR, tentando "ganhá-las" para suas posições. Ao final da disputa, o POC ficou com a maioria nas SR de São Paulo e do Rio Grande do Sul e um pequeno núcleo na Guanabara. Minas Gerais, Guanabara, Bahia e Paraná acompanharam a "Tendência Proletária" na fundação da Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-PO).

Enquanto ocorriam as reuniões entre as duas correntes, os "voluntaristas" aprofundavam o relacionamento do POC dentro da Frente de Mobilização Revolucionária (FMR) e estruturavam o Setor Especial.

No dia 25 de março o Setor Especial partiu para a prática. Tendo Fábio Marenco como motorista, um bando entrou na agência do Banco Itaú-América da Rua Guaipá. Na cobertura, um Volkswagen com Eduardo Leite e Fernando Kolleritz, da REDE, e outro, com Devanir José de Carvalho e Antônio André Camargo Guerra, do MRT.

Durante o assalto, aproximou-se do banco um carro de transporte de valores da Brink's. Fábio Marenco ficou assustado e fugiu com o Volkswagen. Devanir, com a experiência de muitas ações anteriores, rendeu um dos guardas do carro-forte, facilitando a fuga da "gang", a pé.

No final de maio, a direção nacional do POC resolveu suspender a realização de ações dentro da FMR. A decisão do Comitê Nacional descontentou os militantes do Setor Especial, Antônio Pinheiro Sales

[199] A direção passou a ser constituída por: Emir Simão Sáder, Fábio Oscar Marenco dos Santos, Flávio Koutzi, Ângela Maria Mendes de Almeida e Regis Stephan de Castro Andrade.

e Paulo Walter Radtke, que passaram a fazer contatos independentes com a VPR. Em consequência desta rebeldia, e por haverem tentado apropriar-se das armas da organização, os dois foram expulsos do POC no final de maio. Antônio e Paulo dirigiram-se para o Rio Grande do Sul, onde, reunindo antigos contatos, fundaram o Movimento Comunista Revolucionário (MCR).[200]

Em julho, a direção nacional tomou a deliberação de suspender definitivamente a realização de ações armadas, em "frente" ou isoladamente.

Mais tarde, realizou-se uma reunião do POC com a VAR-Palmares, quando foi criado o "Comitê Revolucionário Permanente" (CRP), composto pelas três OS. O CRP tinha o objetivo de discutir as linhas das três organizações, as quais se aproximavam, visando a uma futura fusão. Para o POC, configuraria a concretização da Frente de Esquerda Revolucionária (FER), aspiração antiga contida no Programa Socialista para o Brasil (PSB).

O CRP chegou a reunir-se três vezes, mas, com a prisão de Régis Stephan, em agosto, o comitê deixou de contar com a participação do POC. O sucesso do CRP ficou comprometido não só pela prisão de Régis, mas também por divergências internas dentro das próprias organizações.

A prisão de Régis Stephan desarticulou o POC. Muitos militantes, dentre eles dirigentes, abandonaram a organização, alguns indo para o exterior. [201] O Comitê Nacional, reduzido com as prisões e

[200] Apesar de não estar mais integrado à frente, o POC e a FMR prosseguiram auxiliando-se mutuamente. Devanir de Carvalho entregou a Mauricio Frajman um lote de espelhos para confecção de carteiras de identidade, carteiras de motorista e títulos de eleitor. Em contrapartida o POC "guardou" os militantes Gilberto Faria Lima e Valneri Neves Antunes que haviam saído da área de treinamento em Registro, SP.

[201] A perseguição policial no Rio Grande do Sul obrigara os dirigentes da SR a homiziarem-se e fugirem. Flávio Koutzi, sua amante Maria Regina Jacob Pilla e Marco Aurélio Almeida Garcia abandonaram suas obrigações na secretaria e buscaram refúgio no exterior.

desistências, buscou a rearticulação da organização através da realização de uma Conferência Nacional.

A Conferência Nacional foi antecedida por Conferências Regionais em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Duas tendências persistiam no partido e eram representadas, uma, por Fábio Oscar Marenco dos Santos e a outra, pela dupla Luís Eduardo da Rocha Merlino e Ângela Maria Mendes de Almeida. Fábio criticava os métodos de discussão empregados pela tendência oposta. Defendia a tese de que a esquerda perdera sua oportunidade histórica e seria preciso começar do nada para construir-se uma organização realmente capaz de influir na política nacional. A outra tendência reconhecia que as teses continham desvios e erros, mas que seria a partir delas, tomadas criticamente como base, que se poderia avançar.

Apesar das divergências, as duas tendências defendiam essencialmente o mesmo plano de ação insistindo ambas na necessidade do atendimento de um mesmo conjunto de tarefas, abrangendo a formação teórica dos militantes, o preparo de uma infra-estrutura orgânica eficiente e a manutenção e ampliação dos poucos núcleos de trabalho operário existentes.

Em novembro, em São Paulo, foi realizada a Conferência Nacional do POC. Saiu vitoriosa a tese de direcionar o POC para o trabalho de doutrinação, reaproximando-o da OCML-PO. A conferência reconstituiu o Comitê Nacional, desfigurado pelas deserções e fugas para o exterior[202], e o Comitê Nacional escolheu uma Secretaria Executiva Nacional (SEN).

A reconstituição do CN e o remanejamento de quadros não escondiam a crise enfrentada pelo POC. Flávio Koutzi, membro da direção, foi para o exterior antes da Conferência Nacional. Depois dela, Ângela Maria Mendes de Almeida, Gilberto Matias, Helena Sumiko Hirata e Emir Simão Sáder, todos militantes a nível direção,

---

[202] A direção nacional ficou composta por: Fábio Oscar Marenco dos Santos, Wladimir Neto Ungaretti, Alberto Augusto Junior – responsável pelo Setor de Formação de Quadros – Ana Mércia Marques da Silva – responsável pelo Setor Interno – Ricardo Prata Soares – responsável pelo Setor Imprensa – Hélio Bento Miranda Cunha e Laurindo Martins Junqueira Filho.

deixaram o País. Além dos dirigentes, cerca de dez militantes abandonaram a organização. Em seguida, no início de 1971, a dirigente regional Ruth Santana Brandtner morreu num acidente automobilístico na Argentina, quando retornava do Chile.

A Conferência Nacional apenas estagnou a crise latente no POC, que se manifestaria mais agudamente no 2º trimestre de 1971.



19. O surgimento da OCML-PO

Após o rompimento com o POC, a Tendência Proletária, liderada por Eder Simão Sáder, realizou um Ativo Nacional, em abril de 1970. Da reunião participaram representantes da Bahia, Minas Gerais, do Paraná, da Guanabara e de São Paulo.

No Ativo, ficou resolvido que a nova organização, denominada Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO), passaria a editar o jornal "Política Operária" (PO) - de responsabilidade do Comitê Nacional (CN) - e a "Tribuna de Debates" (TD) - publicação de circulação interna para que os militantes e colaboradores pudessem expor suas opiniões. Além destas publicações, o CN da OCML-PO propôs-se a publicar o Boletim Interno (BI), destinado a militantes e a simpatizantes, onde seriam veiculadas orientações de interesse imediato da organização.

Durante o Ativo, foi escolhido um Comitê Nacional Provisório e foram distribuídas funções e responsabilidades.[203]

---

[203] Eder Simão Sader, Lídia Acerboni, José Luiz Homem da Costa e Pedro Ivo Furtado foram escolhidos como membros efetivos do Comitê Nacional.

A Secretaria Executiva Nacional (SEN) do POC foi substituída pelo Bureau Político (BP) na OCML-PO. A princípio, o BP ficou constituído pelos quatro membros efetivos do CN.

A OCML-PO, abominando o militarismo, dava ênfase ao trabalho junto ao operariado, procurando manter-se fiel ao Programa Socialista para o Brasil (PSB), aprovado no IV Congresso da ORM - PO, em setembro de 1967.

Em curto prazo, a organização tinha como objetivo a penetração na classe operária, a fim de, em médio prazo, realizar a doutrinação marxista-leninista e a conscientização do operariado para as lutas econômicas e políticas. Em longo prazo, a OCML-PO previa a revolução socialista realizada pelos trabalhadores da cidade e do campo.

Em abril de 1970, a OCML-PO divulgou a sua "Declaração Política", considerada o primeiro documento doutrinário da organização. O texto diagnosticava a debilidade da esquerda, pela falta de ligação com o operariado e pela supremacia de concepções burguesas dentro do movimento. Na outra ponta, a debilidade da classe operária era assinalada pela falta de uma organização independente e de consciência política. A declaração preconizava a criação do Partido Revolucionário e não descartava as atividades armadas, consideradas indispensáveis, desde que orientadas para o trabalho de organização de classe. Esta organização deveria ser orientada para as áreas mais importantes e selecionadas, chamadas "polos proletários".

"*O ponto mais débil no movimento operário é a ausência de organismos de luta dos trabalhadores da cidade e do campo*", afirmava o texto da OCML-PO. Para corrigir este desvio, era orientada a constituição de "comitês de empresas" nos setores mais avançados da classe operária. Pelo exemplo, a classe operária incentivaria a mobilização do povo e estimularia a luta camponesa. O combate à estrutura sindical vigente, "*vinculada ao Ministério do Trabalho*", seria conduzida através de oposições sindicais, atuantes nas bases das empresas, com o objetivo de "*minar os alicerces dos sindicatos oficiais*".

Finalizando, a OCML-PO admitia, na construção do partido da classe operária, a constituição de frentes e alianças com outras organizações, desde que subordinadas ao compromisso de mobilização da classe.

Os problemas de segurança para a OCHL-PO começariam cedo. No dia 27 de abril de 1970, foram presos em Salvador vários estudantes secundaristas. Todos menores, estavam atuando no Movimento de Organização e Luta (MOL), uma organização de frente do movimento secundarista da Bahia, promovido pelo POC e que seria encampado pela OCML-PO.

O organismo estudantil clandestino tinha uma coordenação geral que orientava os Comandos de Ação (CA) – grupo de quatro a cinco estudantes - através de assessores. O MOL à semelhança do Movimento Universidade Crítica (MUC) - organização de frente para o movimento universitário, também criada pelo POC e que seria orientada mais tarde pela FB-PO - tinha a finalidade de aliciar e doutrinar estudantes para atuação nas organizações subversivas. O MOL tinha como orientadores os militantes do OCML-PO Aderbal Caetano de Burgos e Jaime de Almeida Cunha.

No dia 1º de maio, pouco tempo depois do Ativo, foi "estourado" um "aparelho" em Santo Amaro, Recife.[204] Os contatos da OCML-PO foram todos perdidos no Estado de Pernambuco.

O trabalho não pôde ser retomado e a aspiração da organização de expandir-se para o Nordeste ficou definitivamente prejudicada.

O trabalho na Guanabara conseguiu desenvolver-se no movimento estudantil. Em meados de 1970, a SR/GB realizou um Ativo Regional, no qual foi escolhido um novo secretariado.[205]

---

[204] Foram presos: Pery Thadeu de Oliveira Falcon (“Romero”), sua irmã, Yara Ceci de Oliveira Falcon (“Tina”), Paulo Henrique do Nascimento (“Maia”) e Stéfane Brito Lins.

[205] O Secretariado era composto por: Aderbal Caetano de Burgos, Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira, João Antônio Arnoud Herédia e "Orlando".

A SR/GB tinha três setores: interno (SI), estudantil (SE) e operário (SO).[206] Publicava, através do SI, o jornaleco "Proletário". Quanto ao seu SE, aos poucos foi se afastando da organização e constituindo um grupo com tendência e disciplina próprias, assumindo, a partir de novembro de 1970, a denominação de fração.

Em São Paulo, a direção nacional da OCML-PO confundia-se com a SR/SP. O Setor Interno (SI) da direção nacional era responsável pela tiragem mensal do jornal "Política Operária" (PO). O Setor de Organização Nacional (SON), em fase de estruturação, teria a responsabilidade de distribuição do material impresso às SR, de recolhimento das contribuições financeiras dos Estados e da confecção de documentação "fria". Em âmbito regional, a SR/SP dava "assistência" ao Setor Estudantil (SE) e ao Setor Operário (SO).[207]

No Paraná, foi realizado um Ativo Regional, em Caiobá. A SR/PR orientava as atividades de um Setor Central de Organização Interna (SCOI) e um Setor Político. Com as investigações sobre o afogamento de Francisco Dias Vermelho, em um sítio próximo a Curitiba no início de agosto de 1970, tiveram início as prisões que desarticularam o trabalho da OCML-PO no Estado do Paraná. As atividades no movimento estudantil de Curitiba e na Célula do Norte - com sede em Apucarana - onde se desenvolvia um trabalho camponês, foram

[206] O SI, "assistido" por Aderbal Caetano de Burgos, controlava o arquivamento e a distribuição de material escrito, o recolhimento e a contabilidade das contribuições, bem como o cadastramento de colaboradores; simpatizantes. O SO, sob a responsabilidade de "Orlando", não conseguiu fazer recrutamento no meio operário, retratando a incapacidade crônica da organização de conseguir um relacionamento mais íntimo com o proletariado. O Setor Estudantil (SE), sob a liderança de Nilton Bahalis dos Santos, ao crescer, sentiu-se desprestigiado pela pouca importância atribuída ao Movimento Estudantil (ME) nas diretrizes da organização.

[207] O SO, "assistido" por Luiz Carlos de Almeida, desenvolvia o trabalho operário através de duas células na Região do ABC. Existia ainda um trabalho operário na Grande São Paulo, orientado por Lídia Acerboni. O setor chegou a publicar alguns números do jornal "Avante Operário". O SE, praticamente, não existia, pois a partir da cisão com POC, a OCML-PO ficou sem militantes estudantis.

suspensas, e a OCML-PO perdia mais um ponto de apoio em sua articulação nacional.

O trabalho na Bahia não chegou a ter expressão. Limitou-se a um esforço de aliciamento no movimento estudantil, visando a um trabalho no setor operário. Em setembro, iniciaram a publicação de um jornal clandestino, "A Faísca", que era distribuído nos ônibus dos bairros operários e na Petrobrás.

Dessa forma, o ano de 1970 representou um esforço da OCML-PO em montar a sua estrutura, voltada preferencialmente para a organização da classe operária. Entretanto, os "comitês de empresa", preconizados por sua "Declaração Política" não surgiram, evidenciando que a organização herdara de suas antecessoras, a ORM-PO e o POC, a dificuldade de penetração no proletariado.



20. MCR: uma fugaz rebeldia no POC

O inconformismo com a suspensão das ações armadas no POC provocou uma manifestação de rebeldia em dois militantes do Setor Especial do partido, Antônio Pinheiro Sales e Paulo Walter Radtke. Ignorando as reflexões autocríticas da organização, a dupla de insatisfeitos tentou apoderar-se das armas do Setor Especial.

Em julho de 1970, reunindo um pequeno grupo de jovens comunistas, Pinheiro Sales e Paulo Radtke fundaram, no Rio Grande do Sul, o Movimento Comunista Revolucionário (MCR). O MCR resumiu-se à reunião de oito militantes e alguns simpatizantes, que não chegaram a definir uma estrutura de organização.[208]

[208] Aderiram à dupla Paulo Radtke e Antônio Pinheiro Sales, os seguintes elementos: Brilo Kan-Iti Suzuki, Juarez Santos Alves, Cezar Cresqui e Mailde Cresqui, Hélio Zamir Sanchotene Trindade, Ulisses Arpini, Ivan Braccher Ferreira e José Ângelo sobrinho.

Através dos contatos com a VPR em São Paulo, a dupla estabeleceu ligação com essa organização no Rio Grande do Sul e, de julho a dezembro de 1970, realizaram uma série de assaltos em "frente". Em 26 de julho, participaram de um frustrado assalto à agência do Banco do Brasil de Gramado. No dia 13 de agosto, empreenderam ações contra a Companhia de Fumos Santa Cruz e contra a Fábrica de Cigarros Flórida, ambas em Porto Alegre. No dia 24 de agosto, a frente VPR-MCR aumentou o poder de fogo de seus grupos com a ação contra a Oficina Precisão (caça e pesca), quando foram roubadas grandes quantidades de armas e munições. Os escritórios dos Moinhos Riograndenses, em 8 de setembro, e a Distribuidora e Representações Modelos Ltda, no dia 27 de novembro, foram outros alvos da típica ação marginal dessa "frente"

Finalmente, no dia 10 de dezembro de 1970, os assaltos à agência do Banco Itaú-América S.A. e à Farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, foram as últimas do tema "manifestação política" do MCR. Entre os dias 11 e 15 de dezembro, foram "estourados" cinco "aparelhos" em Porto Alegre, sendo três da VPR e dois do MCR, e apreendida grande quantidade de armamento e munição.

O grupo foi extinto com a prisão de Antônio Pinheiro Sales, Paulo Walter Radtke, Brilo Kan-Iti Suzuki, Juarez Santos Alves, Cezar Cresqui e Mailde Cresqui. Hélio Zamir Sanchotene Trindade, ao tomar conhecimento da onda de prisões, suicidou-se em Porto Alegre.

Na sua curta existência de cinco meses, o MCR demonstrou a desorientação e o despreparo daqueles que se lançavam na aventura armada da revolução brasileira.



21. VPR: meses de planejamento e sigilo

A VPR iniciou o ano de 1970 com uma linha política estabelecida no seu último congresso de novembro do ano anterior, logo após o “racha”.

Em janeiro, o Comando Nacional (CN) expediu o "Informe nº 3", no qual analisava a situação do País, da esquerda e da organização, e estabelecia um plano de trabalho para esse ano. Ao mesmo tempo, publicou parte dos documentos aprovados no congresso, dos quais se destaca o capítulo referente à "Propaganda Armada".

Depois de considerar o novo Presidente eleito – General Emílio Garrastazu Médici - como "*um militar totalmente inexpressivo*" e o novo governo como o "*politicamente mais fraco desde 1964*", a VPR apontava o seu inimigo: a burguesia.

Privilegiando a luta armada como a única forma de tomada do poder, a VPR estabelecia duas tarefas fundamentais para esse ano: a propaganda armada e a guerrilha rural.

Para a organização, a agitação e a propaganda não deveriam, como até agora acontecia, simplesmente inocular nas massas a necessidade de fazer a revolução, mas mostrar-lhes um quadro revolucionário pronto para que nele ingressassem, inicialmente, a reboque da vanguarda.

Dentre as ações de propaganda armada, a VPR as caracterizava como sendo de três tipos: as "de repercussão nacional, às de grande vulto"; às "de repercussão local" e as "*de repercussão interna, dentro da vanguarda, como troca de prisioneiros, justiçamentos de torturadores, etc*". Nestas últimas ações, a VPR enquadrava os justiçamentos dos "dedos-duro" e dos "traidores", condenados por

um "tribunal revolucionário", que poderiam ou não ser divulgados pela organização.[209]

Sobre a guerrilha rural, a segunda tarefa fundamental desse ano; a VPR afirmava que ela seria desencadeada através de três fases:

- na primeira, a preparação dos quadros em áreas de treinamento.[210]

- na segunda, a implantação de áreas táticas (AT), onde seriam desencadeadas guerrilhas irregulares; e

- na terceira, a Coluna Móvel Guerrilheira, de fundo estratégico e que seria o embrião de um Exército Popular.

Em carta "Aos Comandantes de Unidades de Combate", datada de 7 de janeiro, Carlos Lamarca afirmava que "*a palavra de ordem é aguçar a luta, em todos os níveis, em todos os lugares*".

Para realizar todo esse ambicioso plano, a VPR precisava ter uma organização dinâmica que lhe permitisse, com mais facilidade, acionar suas bases sem os entraves de uma estrutura complexa, com excessivos comandos intermediários.

Seu CN era composto por três militantes: Carlos Lamarca, nomeado comandante-em-chefe, Ladislas Dowbor ("Jamil") e Maria do Carmo Brito. Ligados diretamente ao CN, havia as Unidades de Combate (UC), nos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul. Apesar de falarem comumente em Comando Urbano e Comandos Regionais, eles não existiam como organismos estruturados - o comando de UC confundia-se com o comando regional.

Na Guanabara, havia duas UC. Uma, denominada de "João Lucas Alves" - UC/JLA - era comandada por José Ronaldo Tavares de Lira e

[209] As discussões sobre a propaganda armada durariam todo esse ano, e seriam intensificadas em dezembro, a partir do sequestro do embaixador suíço.

[210] A VPR já havia feito um treinamento de outubro a dezembro de 1969 e, naquele momento, janeiro de 1970, iniciava a implantação de uma nova área de treinamento na região de Registro.

Silva, ex-Sargento do Exército, e possuía duas bases.[211] Essa UC, como as demais, possuía uma vida própria, com um Setor de Imprensa, um de Documentação, um de Inteligência e uma Base Médica, onde se destacava Almir Dutton Ferreira.[212] A outra UC estava em gestação e fora denominada "Severino Viana Colou". Era comandada por Herbert Eustáquio de Carvalho, um ex-estudante de Medicina, homossexual, vindo do COLINA de Minas Gerais.[213] Essa UC era encarregada de executar pequenas ações. Integrada fundamentalmente por militantes oriundos do Comando Secundarista (COSEC), possuía duas bases.[214]

Em São Paulo, havia apenas a UC coordenada por José Raimundo da Costa, que possuía cerca de 20 militantes e que, em seguida, passaria para a coordenação de Ladislas Dowbor. No Rio Grande do Sul, havia a UC "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), dirigida por Félix Silveira Rosa Neto.[215]

---

[211] A primeira base era coordenada por Darcy Rodrigues, ex-Sargento do Exército, e integrada por Gerson Theodoro de Oliveira, sua companheira Tereza Ângelo, Maurício Guilherme da Silveira e Flávio Roberto de Souza; e a segunda, coordenada por José Maurício Gradel e integrada por Sônia Eliane Lafoz, Jesus Paredes Soto, Adair Gonçalves Reis e Christóvão da Silva Ribeiro.

[212] Os responsáveis eram os seguintes militantes: Documentação – Melcides Porcino da Costa e sua companheira Ieda dos Reis Chaves; Inteligência - Celso Lungaretti, Maria Barreto Leite Valdez, Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley e Base Médica Almir Dutton Ferreira.

[213] Ao dirigir-se para a área de treinamento da guerrilha em Registro, Herbert foi substituído por Juarez Guimarães de Brito.

[214] A primeira, coordenada por Alex Polari de Alverga, era integrada por sua companheira Lúcia Velloso Maurício, Paulo Cesar de Amorim Chagas e Vera Lúcia Thimóteo; a segunda, coordenada por Alfredo Hélio Sirkis, constituía-se de Júlio Cesar Covello Neto e Marco Antônio Esteves da Rocha. Como homem de confiança de Juarez e encarregado de contatos com outras organizações, havia Wellington Moreira Diniz.

[215] Integrada pela companheira de Felix Silveira Rosa Neto, Eliana Lorentz Chaves, Fernando Damatta Pimentel, Irgeu João Menegon, Luiz Carlos Dametto, José Clayton da Silva Vanini e Isko Germer, ex-Tenente da PM gaúcha, essa UC havia sido reforçada, em dezembro de 1969, com a entrada de mais de uma dezena de militantes oriundos do POC.

Além da área urbana, a VPR passava, nesse início de ano, a dar maior atenção ao trabalho de campo dirigido, pelo próprio Lamarca. Estava iniciando os trabalhos na área de treinamento do Vale do Ribeira, na região de Registro, em São Paulo, e implantava uma futura área tática (AT), na região de Três Passos, no Norte do Rio Grande do Sul. Fracassara a tentativa de criar uma AT em Goiás, para onde havia sido enviado Manoel Dias do Nascimento. A mando da organização, Antônio Nogueira da Silva Filho comprara uma fazenda no interior goiano, mas "desbundou" (ou seja, desistiu da subversão) e pediu para sair. Julgado por um Tribunal Revolucionário, por pouco não foi justiçado, sendo expulso pela contagem de 2 x 1, com o voto isolado a favor do fuzilamento.[216]

Em termos de "frente" com outras organizações, a VPR participava com a ALN, a REDE, o POC e o MRT. A VPR fazia também, contatos com o grupo denominado de Frente de Libertação Nacional (FLN), liderado pelo ex-major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, chamado pelos militantes da VPR, de "Comandante Arco-íris", pela indefinição de sua ideologia. Juntas, VPR e FLN realizaram o planejamento de diversas ações, dentre os quais o do sequestro do embaixador alemão na Guanabara.

Nesse início de 1970, os órgãos de segurança empenhavam-se em descobrir as infiltrações da VPR no Exército, através das declarações do ex-Cabo José Mariane Ferreira Alves. Preso, o Capitão Altair Luchesi Campos negou peremptoriamente as suas ligações com a VPR e com Lamarca. Acareado com o Cabo, [217] em prantos, o Capitão Luchesi confessou suas ligações com a organização.

---

[216] O Tribunal, constituído por Celso Lungaretti, Ladislas Dowbor e Carlos Alberto Soares de Freitas, expulsou-o em 24 de setembro de 1969. Com medo, Antônio Nogueira da Silva Filho, ainda em 1969, fugiu para Milão, na Itália.

[217] Ao ser acareado com o Cabo, este lhe disse: "*Vamos ser homens, Capitão! Eu caí, estou falando a verdade e, se faço nesse momento esta declaração, não é por vingança. Não tenho raiva de nenhum oficial que tenha me dado punição quando soldado. O senhor realmente esteve no aparelho de Lamarca*".

No exterior, a VPR iniciava a montagem de uma estrutura em Cuba, onde se encontrava Onofre Pinto, banido em setembro do ano anterior. Inclusive, já havia conseguido recrutar diversos marinheiros do ex-MNR que possuíam curso de guerrilha lá realizado. Ao longo dos meses seguintes, esses militantes integrar-se-iam à VPR no Brasil. [218]

Nos dois primeiros meses do ano, a VPR decidiu diminuir ritmo de suas ações, a fim de não arriscar alguma prisão que pudesse por em risco a área de treinamento. O sigilo era prioritário. Sua única ação armada, nesse período, foi o assalto ao Centro de Transmissores de Manguinhos, perto da Avenida Brasil, na Guanabara, realizado em 30 de janeiro. Quatro militantes fardados de militares da Aeronáutica subjugaram a guarda da FAB e levaram três fuzis e algumas fardas.

Apesar de limitar suas ações, o mês de fevereiro não foi bom para a VPR, em São Paulo. Na tarde do dia 20, por acaso, quando quatro policiais militares faziam diligências para apurar um furto de carro, foi localizado um "aparelho" da VPR no Jardim das Cerejeiras, em Atibaia. Assim que chegaram à casa, os PM foram recebidos a tiros de FAL, disparados por Antônio Raimundo de Lucena, que mataram o 3º Sargento Antônio Aparecido Ponce Nogueira e feriram o 2º Sgt Edgar Correia da Silva. Antônio Raimundo morreu no tiroteio que se seguiu, enquanto que sua esposa, Damaris de Oliveira Lucena, foi presa. No "aparelho", além de documentos e material cirúrgico, foi encontrado um verdadeiro arsenal: 11 FAL, 24 fuzis, 4 metralhadoras, 2 carabinas calibre .22, 2 espingardas calibre 12, 1 Winchester calibre .22, explosivos e milhares de cartuchos de calibres diversos. No dia seguinte, durante os interrogatórios, Damaris declarou que a VPR estava fazendo "*treinamento militar em florestas perto de Registro*". Não se sabe muito bem o porquê, mas os órgãos de segurança passaram a acreditar que a área era em Registro do Araguaia, em Mato Grosso. Perdia-se, naqueles dias, a primeira oportunidade de descobrir a área de treinamento.

---

[218] Os ex integrantes do MNR recrutados foram: José Maria Ferreira de Araújo, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Edson Neves Quaresma e Jose Anselmo dos Santos, além de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, bancário, ex vice presidente da CGT e ex presidente da OLAS.

Logo depois, apareceu a segunda oportunidade, também por acaso. Na manhã de 27 de fevereiro, um acidente de carro na estrada das Lágrimas, em São João Clímaco, colocava na mão da polícia Chizuo Ozawa ("Mário Japa"), que sabia onde era a área de treinamento. Perguntado sobre o assunto, "Mário Japa" disse que estava localizada em Goiás. Mais uma vez, os órgãos de segurança foram desviados em suas buscas, naturalmente em decorrência do erro inicial.

Entretanto, a simples prisão de "Mário Japa" preocupou a VPR e, particularmente, Lamarca, internado nas matas de Jacupiranga. Era preciso, urgentemente, fazer um sequestro para libertá-lo, ação concretizada em 11 de março, através do cônsul japonês em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a fim de desviar de São Paulo a atenção dos órgãos de segurança, a UC/MRS iniciava as ações armadas. No dia 2 de março, assaltou um Volks do Banco Brasul, que transportava dinheiro da Companhia Ultragaz, levando 65.000 mil cruzeiros.

A relativa inação da VPR nesses dois primeiros meses do ano, seus planejamentos, sua preparação e, particularmente, o sigilo com que procurava cercar suas ações, permitiam prenunciar grandes atividades da organização nos meses a seguir.



22. O sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi

A VPR havia iniciado o treinamento de militantes para a guerrilha rural. A área de Registro/SP estava em pleno funcionamento e sua existência e localização eram consideradas assunto do mais alto sigilo.

No dia 27 de fevereiro, Chizuo Ozawa ("Mário Japa"), militante da VPR, sofreu um acidente automobilístico em São Paulo Ao ser socorrido, foram encontrados farta documentação e armamento dentro de seu carro, o que provocou a sua prisão.

Lamarca e o Comando da VPR, ao tornarem conhecimento do fato, ficaram apreensivos. "Mário Japa" já tinha estado na área em Registro, e poderia, ao ser interrogado, "abrir" a preparação guerrilheira da organização. Era necessário libertá-lo rapidamente para preservar o sigilo das operações no Vale do Ribeira.

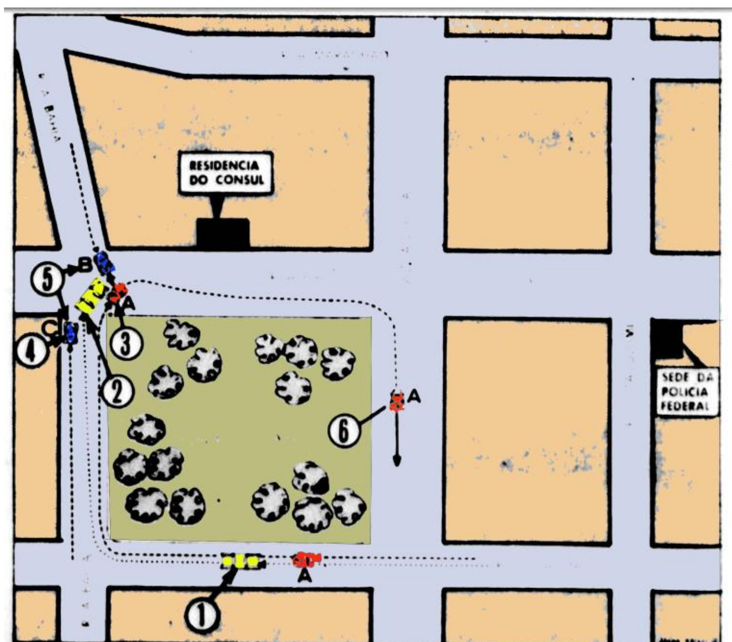
A forma mais expedita seria o sequestro de uma autoridade ou de um representante diplomático. O exemplo da ação contra o embaixador norte-americano, em setembro de 1969, no Rio de Janeiro, pesou decisivamente na opção pelo sequestro do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi.

Atendendo a orientação de Ladislas Dowbor, os militantes Liszt Benjamin Vieira, Mário de Freitas Gonçalves, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes Silva e Joelson Crispim realizaram o levantamento para a ação. Do MRT, participou do levantamento, além de Devanir José de Carvalho e Petersen Pereira, o militante Jose Rodrigues Ângelo Junior.

Através de Ladislas Dowbor e Liszt Benjamin Vieira, foram contatados Devanir José de Carvalho e Eduardo Leite ("Bacuri"), os coordenadores do MRT e da REDE, respectivamente. A VPR necessitava de auxílio para executar a ação. Seus quadros mais experientes estavam empenhados no Vale da Ribeira ou fazendo levantamentos nas áreas de Goiás e do Norte do Rio Grande do Sul, visando à implantação das "áreas estratégicas". Além dos desfalques, a organização perdera grande parte de seu arsenal no "estouro do aparelho" de Antônio Raimundo Lucena, em Atibaia/SP, no dia 20 de fevereiro.

No dia 11 de março, após terminar seus trabalhos no consulado, Nobuo Okuchi dirigia-se para a residência oficial na Rua Piauí, 874. Cerca das 18:20 horas, quando o Oldsmobile dirigido por Hideaki Doi trafegava pela Rua Alagoas, passando pela Praça Buenos Aires, um Volkswagen azul, aparentando realizar uma manobra descuidada, interpôs-se no caminho do veiculo consular na esquina da Rua Bahia. Hideaki freou o carro e chegou a reclamar da barbeiragem. Okuchi, no banco, traseiro do Oldsmobile, também não se preocupou quando viu um rapaz alto apanhar uma metralhadora, junto ao volante do

Volkswagen e se dirigir para seu carro. Julgava ser uma verificação policial de rotina.



O seqüestro teve a seguinte mecânica: 1 — Carro do Cônsul seguido de perto pelo carro A; 2 — Carro do Cônsul dobra para a Rua Piauí; 3 — Carros B e A fecham o Oldsmobile do Cônsul; 4 — Carro C pára atrás do carro do Cônsul; 5 — Saem os seqüestradores dos carros B e C obrigando o Cônsul a entrar no carro A; 6 — Carro A foge levando o Cônsul

O planejamento tinha funcionado a contento. Liszt Benjamin Vieira, parado na Praça Buenos Aires, tinha assinalado para Ladislas Dowbor, na esquina das ruas Bahia e Alagoas, a aproximação do carro do cônsul. Ladislas fez o sinal convencionado para Devanir José de Carvalho que arrancou como Volks azul, colocando-se no caminho do Oldsmobile. Marco Antônio Lima Dourado, militante da VPR, era o rapaz alto que apanhara a metralhadora no carro de Devanir e, para surpresa de Okuchi, ameaçava o motorista Hideaki.

Plínio Petersen Pereira, que se encontrava junto a Ladislas, auxiliou Liszt a retirar o cônsul de dentro do carro, sob a ameaça de armas, e a conduzi-lo para um Volkswagen vermelho que estava estacionado na Rua Alagoas, do outro lado da esquina. Os militantes da VPR

Oswaldo Soares e Mário de Freitas Gonçalves, ao longo da Rua Bahia, faziam a segurança e interrompiam o trânsito nas proximidades da esquina.

Okuchi, colocado no banco traseiro, teve os olhos vendados com esparadrapo e foi forçado a colocar a cabeça sobre os joelhos de Liszt, que se postara a seu lado. O motorista do carro era "Bacuri", que partiu em velocidade após Ladislas ocupar o outro banco da frente. O Volks azul seguiu à retaguarda, na segurança, até a Avenida Dr. Arnaldo, com os outros participantes do sequestro.

"Bacuri" conduziu o carro para a Avenida Ceci, nº 1216, em Indianópolis, "aparelho" que ocupava com Denize Peres Crispim, onde Okuchi ficou "guardado" até o dia 15. Os contatos com o cônsul eram feitos por Ladislas e Liszt, que se comunicavam em inglês. Okuchi, que tinha pouco tempo de Brasil, não entendia corretamente o português.

No "aparelho", permaneceram vigiando o cônsul, até a sua liberação, "Bacuri", Ladislas e Liszt. Denize, além de cuidar das compras e da alimentação, foi a única pessoa que saiu do local para levar os comunicados dos sequestradores e as mensagens do cônsul. Iniciou fazendo contato com José Raimundo da Costa, que tinha a tarefa de difundir o acontecimento através de notificações às estações de rádio e aos jornais. Tendo a imprensa estampado, no dia seguinte, uma foto de José Raimundo, como um dos prováveis sequestradores, ele foi substituído na missão por Fernando Kolleritz.
Os comunicados, escritos por Ladislas, exigiam a libertação de cinco presos políticos e a obtenção de asilo político no México, ou outro país que a isto se dispusesse. As exigências dos sequestradores iam da paralisação das atividades de busca à propaganda de "*suspensão das violências contra os presos políticos*". Os terroristas ameaçavam dinamitar o esconderijo do cônsul, com todos que lá estivessem, caso houvesse alguma tentativa de resgate. Todos os comunicados eram assinados pelo "Comando Lucena" da VPR, em alusão ao terrorista morto em Atibaia.

No comunicado nº 4, os terroristas divulgaram a lista dos cinco presos a serem libertados. Damaris de Oliveira Lucena, esposa do falecido Antônio Raimundo de Lucena, homenageado com a

denominação do Comando, e seus três filhos encabeçavam a lista. Chizuo Ozawa, o principal objetivo da ação, era referido como "*um nissei de nome de guerra Mário*". A seguir, o rol apresentava o nome de "Toledo", como um elemento simpatizante que teria sido preso junto com Chizuo. Os terroristas estavam mal informados. Chizuo foi preso só durante o desastre que sofreu. Otávio Ângelo ("Tião") da ALN e a Madre Maurina, da FALN de Ribeirão Preto, completavam a lista.

Os terroristas, na realidade, tiveram dificuldades em elaborar a lista. Nem o nome verdadeiro de Chizuo eles sabiam. Ao ser contestada a existência de "Toledo", o comunicado nº 5 o substituía por Diógenes José Carvalho de Oliveira, da VPR, teria condições de identificar o "nissei Mário".



O grupo de terroristas liberados, já no México. Madre Maurina está com a bolsa preta

Libertados os presos políticos e transportados em segurança para o México,[219] teve início a operação de libertação de Nobuo Okuchi. No comunicado nº 6, os terroristas exigiam a suspensão do policiamento

[219] Os terroristas em suas "Comissões da Verdade" sempre dizem que os presos foram "torturados barbaramente". Madre Maurina é mostrada como exemplo de ter sido "quase morta" pelas torturas. Na foto no México ela parece estar muito bem... (NE)

e advertiam sobre as consequências trágicas para o cônsul caso fosse tentado algo contra eles.

No domingo, 15 de março, às 16 horas, "Bacuri" retirou Liszt do "aparelho”, deixando-o na Vila Mariana. Por volta das 18 horas, Okuchi foi vendado e levado por Ladislas para o banco traseiro do Volks vermelho. “Bacuri” e Denize, após revistarem a casa e queimarem documentos, trancaram a porta. O endereço estava sendo abandonado por questões de segurança.
Após rodarem algum tempo, para se certificarem de que não estavam sendo seguidos, deixaram o Cônsul Okuchi na Rua Arujá, atrás da Cervejaria Brahma. Ladislas saltou com o cônsul, enquanto “Bacuri” dava uma circulada pelas redondezas com o carro, para verificar se havia vestígio de polícia. Caso não voltasse, Ladislas assassinaria o cônsul japonês.

Para sorte de Nobuo Okuchi, o Volks vermelho retornou e recolheu Ladislas, afastando-se do local. De táxi, o diplomata retornou à sua casa, cansado, mas com sua integridade física preservada.

Respeitando os compromissos assumidos e resgatado o diplomata nipônico, teve prosseguimento a luta diuturna contra o terror. Confirmando sua comprovada eficiência, os órgãos de segurança, no período de abril/maio, já tinham prendido, ou eliminado em combate, os seguintes terroristas envolvidos no sequestro: Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Oswaldo Soares, Fernando Kolleritz, Miguel Varoni, Alcery Maria Gomes da Silva e Joelson Crispim (os dois últimos foram mortos).

Mas a VPR também era eficiente. Logo após o banimento de “Mário Japa", Almir Dutton Ferreira enviou um de seus contatos ao México, Maria Adelaide Valadão Vicente, aeromoça da BRANIFF, a fim de saber o que Chizuo havia falado. Num "ponto", ao qual também compareceu Diógenes José Carvalho de Oliveira, Maria Adelaide entregou 8.000 cruzeiros a Chizuo e ficou sabendo que a "*repressão pensava que a área era em Goiás*". Transmitida a notícia, a VPR ficaria tranquila por mais um mês.



23. VPR: A tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre

No início de 1970 a VPR atuava no Rio Grande do Sul através da Unidade de Combate "Manoel Raimundo Soares" (UC/MRS), um organismo numeroso, com mais de duas dezenas de militantes, reforçado pelos elementos oriundos do POC. Havia, também, estabelecido aliança com o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), um grupelho comunista dirigido por Almir Olímpio de Melo, mais conhecido como "Paulo Melo". Procurando auxiliar o MR-26, Félix Silveira Rosa Neto, comandante da UC/MRS, entregou em janeiro, 30 mil cruzeiros a "Paulo Melo", que fugiu com o dinheiro.

À essa época, a UC/MRS já havia sido aquinhoada, pelo Comando Nacional (CN), com o "privilégio" de preparar a futura área tática (AT) da VPR, na região de Três Passos, no Norte gaúcho, para onde havia destacado quase uma dezena de seus quadros. Precisava, entretanto, além de redimir-se do fracasso com suas ligações com o MR-26, realizar uma ação que marcasse a sua presença no cenário da esquerda brasileira e que caracterizasse a sua eficiência aos olhos do CN. Para isso, idealizou e conseguiu a autorização para o sequestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter.

Em fevereiro, os militantes da UC/MRS, reforçados por Gregório Mendonça, do MR-26, iniciaram os levantamentos sobre o cônsul, que passou a ser continuamente vigiado. Observaram que, durante os dias da semana, ele se deslocava sempre acompanhado por um carro de segurança, com dois agentes. O melhor seria sequestrá-lo num fim de semana.

A quebra do silêncio da VPR, com o sequestro do cônsul japonês, deu liberdade a UC/MRS para realizar a ação. Em meados de março, Carlos Roberto Serrasol Borges alugou uma casa na Avenida Alegrete, no bairro Petrópolis, onde ele mesmo, com o auxílio de outros companheiros, guardaria o cônsul durante as negociações.

Confiantes no sucesso da ação solicitaram ao CN que elaborasse um comunicado a ser entregue às autoridades, logo após a ação. Juarez Guimarães de Brito incumbiu o responsável pelo Setor de Inteligência Celso Lungaretti, de redigir o "Comunicado Número Um", que bem demonstra a falsidade das alegadas justificativas para o sequestro:

> *"O cônsul norte americano em Porto Alegre (Curtis Cutter) foi sequestrado às .... horas do dia ...... de março pelo comando "Carlos Marighela" da Vanguarda Popular Revolucionária. Esse indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a CIA, Agencia Central de Inteligência, órgão de espionagem internacional dos Estados Unidos e revelou vários dados sobre a atuação da CIA no território nacional e sobre as relações dessa agência com os órgãos de repressão da ditadura militar. Ficamos sabendo, entre outras coisas, que a CIA trabalha em estreita ligação com o CENIMAR, fornecendo inclusive orientação a esse último órgão, sobre os métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros. A CIA e o CENIMAR sofrem a concorrência do SNI, sendo que essa rivalidade é tão acentuada que em certa data um agente da CIA foi assassinado na Guanabara por elementos do SNI. Esse informe foi cuidadosamente abafado pela ditadura, mas o depoimento do Agente Cutter, nosso atual prisioneiro, permitiu que o trouxéssemos a público. Após prestar o seu depoimento, o Agente Cutter foi julgado por um tribunal de justiça revolucionária e condenado à morte por suas atividades como membro de um dos mais nefandos órgãos do imperialismo norte americano no mundo inteiro."*

Condenado à morte pelo tribunal revolucionário, a VPR condescendia em entregá-lo vivo, desde que as autoridades libertassem "50 companheiros presos" e fossem "*enviados, em avião civil, para a Argélia*". No final do comunicado, vinha a ameaça:

> *"A não aceitação ou quebra das condições significa a imediata execução da sentença de morte contra o Agente Cutter. A vida do cônsul espião está nas mãos da ditadura".*

O sequestro foi marcado para o dia 21 de março, um sábado. Na tarde desse dia, estando tudo pronto, já com o carro para a ação roubado, o sequestro fracassou pela primeira vez, em virtude de erro no planejamento. Nova tentativa foi marcada para duas semanas depois.

No dia 4 de abril (também um sábado), o "Comando Carlos Marighela” foi assim constituído: no carro da ação, um Volks azul, estavam o comandante da operação, Félix Silveira Rosa Neto, com pistola calibre .45, o motorista Irgeu João Menegon, com revólver .38, Fernando Damatta Pimentel, com revólver .38 e Gregório Mendonça, do MR-26, com metralhadora INA .45; e no carro da cobertura, iam o motorista, Reinholdo Amadeo Klement, com revólver .38, Antônio Carlos Araújo Chagas também com revólver .38, e Luiz Carlos Dametto, com metralhadora INA .45. Além das armas, algumas granadas completavam o arsenal formado para o sequestro.

Na manhã desse dia, o cônsul saiu sozinho de sua residência, com sua caminhonete Plymouth azul-marinho. Pelo excesso de tráfego nos caminhos percorridos, nada foi tentado. À tarde, novamente o cônsul saiu em direção à Vila Hípica. Em Vila Assunção, tentaram encostar no seu carro, mas, por mais uma vez, o tráfego impediu a ação. Às 16 horas, o americano encontrava-se numa rua sem saída, no bairro Tristeza. Montaram o esquema de bloqueio da rua, que fracassou por imperícia de lrgeu: em vez de fechar, seu carro emparelhou com o do cônsul. Este, pensando que os rapazes queriam fazer um "pega", arrancou a sua potente Plymouth, deixando para trás os surpresos terroristas.

Combinaram então, nova tentativa para essa mesma noite, marcando um ponto de encontro, ao qual Luiz Carlos Dametto não compareceu. Apesar do desfalque, resolveram agir assim mesmo. Os frequentes fracassos irritavam e açodavam os militantes do "Comando Carlos Marighela".

Às 20 horas, o cônsul, acompanhado de sua esposa, saiu para visitar uns amigos, estacionando na Avenida Independência, nas proximidades do Teatro Leopoldina. Às 22:30 horas, saiu o casal acompanhado de um amigo. Tomando o carro, foram seguidos até a Rua Vasco da Gama, quando, logo após a Rua Ramiro Barcellos,

foram ultrapassados e fechados pelo Volks dirigido por Irgeu, ocorrendo uma batida. Os três militantes desse carro, Félix, Fernando e Gregório desceram, cercando a caminhonete do cônsul. Este, à vista das armas, não titubeou: arrancou violentamente abalroando o Volks e atropelando Fernando. Félix, por trás, atirou com sua pistola .45, acertando a omoplata da vítima, que, mesmo ferida, conseguiu escapar.

O Volks batido foi abandonado na Rua Dona Laura. O outro carro foi guardado para futuras ações. De madrugada, reunidos no "aparelho" em que o cônsul deveria ser guardado, analisaram as causas do fracasso. Até hoje, não se sabe o que fizeram, naquele momento, com o "Comunicado Número Um"



24. VPR: a crise de abril

Ao contrário do que se esperava, além do sequestro do cônsul japonês, a VPR pouco fez em abril. Aliás, esse mês configurou-se como de verdadeira crise na organização, com a prisão de cerca de 50 militantes nos três Estados, Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara, atingindo desde a cúpula até as bases. Sua única ação armada, nesse fatídico mês, foi a do dia 12, na Guanabara, quando assaltou uma garagem junto à estação de Todos os Santos, roubando dois carros. No resto, foi uma sucessão de "quedas."

No Rio Grande do Sul, logo no início de abril, foi desmantelada a futura área tática (AT) de Três Passos, com a prisão de quase uma dezena de militantes que integravam a "Sociedade Pesqueira Alto Uruguai Ltda", órgão de "fachada" da VPR. Em túneis escavados nas barrancas do Rio Uruguai, nas proximidades da barra do Turvo, foi encontrada grande quantidade de armas, munições e material de acampamento. Roberto Antônio de Fortini, que havia recebido 65.000 cruzeiros para a preparação da AT, conseguiu fugir com alguns outros militantes que só seriam presos nos meses seguintes.

Em Porto Alegre, em 11 de abril, a prisão de Eliana Lorentz Chaves possibilitou as "quedas", nos dois dias seguintes, do comandante da UC/MRS, Félix Silveira Rosa Neto e outros quatro militantes. As declarações dos militantes presos, particularmente as de João Carlos Bona Garcia, possibilitaram o desvendamento da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano e dos demais militantes que integravam a UC gaúcha, além da localização de 5 "aparelhos" da organização, em Porto Alegre.

Mas foi na Guanabara que se iniciaram as prisões que possibilitariam à polícia atingir o CN/VPR. Tudo começou no dia 8 de abril, com a prisão de Joaquim Pires Cerveira, da FLN, e com a localização de seu "aparelho", na Rua Bento Lisboa, no Catete.

Ocupando esse "aparelho", os órgãos de segurança prenderam, no dia 11, Wellington Moreira Diniz, lugar-tenente de Juarez Guimarães de Brito, um dos Cmt UC na Guanabara. Wellington, em suas declarações, forneceu dados sobre a operação plástica que Carlos Lamarca havia feito no ano anterior e sobre as fotos tiradas para a nova identidade. Os agentes saíram em busca do fotógrafo.

Enquanto isso, o CN/VPR fazia uma reunião com os seus Cmt UC, numa casa em Peruíbe, cidade do litoral sul paulista, à qual compareceram Carlos Lamarca, vindo da área de treinamento, Ladislas Dowbor, membro do CN e Cmt UC em São Paulo, e Maria do Carmo Brito, membro do CN, além dos dois Cmt UC da Guanabara. O Cmt UC do Rio Grande do Sul, também previsto para a reunião, não foi encontrado.[220]

Foi decidida a desmobilização da área de Jacupiranga, por término de treinamento, e a ativação da AT de Três Passos.[221] Discutida a necessidade da descentralização do Comando para a condução das operações de guerrilhas irregulares na nova AT, Lamarca recusou a

---

[220] Félix Silveira Rosa Neto já havia sido preso em 12 de abril. Ainda na casa estavam presentes Iara Iavelberg, amante de Lamarca, Maria Barreto Leite Valdez, que iria cumprir missão no Sul e Tercina Dias de Oliveira, a "Tia" retirada da área de treinamento no início de março.

[221] A VPR ainda não sabia que a AT já havia sido desmantelada.

proposta de aumentar o CN de três para quatro membros, mas aceitou a formação de um Estado-maior do Sul, para auxiliá-lo na condução das operações.[222]

Terminada a reunião, cada participante voltou para seus lugares de ação. Maria Barreto seguiu para Porto Alegre, levando ordens escritas para Félix, que, obviamente, não foi encontrado.[223]

Na Guanabara as investigações procedidas em busca do fotógrafo levaram à prisão, no dia 15, do Dr. Afrânio Marceliano Freitas de Azevedo, médico do Hospital Gaffrée Guinle, que havia realizado a operação plástica em Lamarca. O Dr. Afrânio, por sua vez, indicou os médicos que haviam solicitado a operação: Almir Dutton Ferreira, da Base Médica, preso nesse mesmo dia; e a Dra. Germana Figueiredo, também da Base Médica da VPR, detida no dia seguinte. Mais três militantes foram presos no mesmo dia 16: Celso Lungaretti, Edmundo de Menezes Paredes Júnior e Vanísio Bernardino de Melo Ferreira.

Em São Paulo, ainda nesse dia 16, foi preso Roberto Macarini, do Setor de Inteligência da UC. Conduzido no dia seguinte para um "ponto", desvencilhou-se dos agentes e atirou-se do Viaduto do Chá.

Mas as grandes "quedas" ainda estavam por vir.

Wellington Moreira Diniz falou sobre o "ponto" que teria com Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, no dia 18 de abril, no Jardim Botânico. Conduzido num jipe da própria VPR, Wellington ficou aguardando sozinho no carro, enquanto os agentes cercavam o local. Juarez e Maria do Carmo, vindos da reunião do CN em Peruíbe,

---

[222] Sobre o assunto da descentralização do comando, Lamarca escreveria o documento “Não Só Um Exemplo”.

[223] Presa alguns dias depois, Maria Barreto Leite Valdez disse que, não encontrando Félix, rasgou essas ordens que estavam em um envelope fechado.

chegaram num Volks e deram algumas voltas, percebendo que era uma armadilha. Maria do Carmo foi a uma feira próxima e comprou alguns maços de couve, colocando-os numa sacola. Por baixo, um revólver. Foi ao jipe, entregou a sacola a Wellington, alertando-o sobre a arma. Voltou rápido ao Volks, avisou Juarez e tentaram escapar em alta velocidade. A tudo isso assistiram os agentes. Observando a tentativa de fuga, fecharam o Volks no momento em que Juarez colocava a arma na janela para disparar. No tiroteio, o Cmt UC "Severino Viana Colou" foi ferido com um tiro no punho e outro no abdômen.

O casal tinha um pacto de morte, jurando que nunca seriam presos vivos. Maria do Carmo, entretanto, estava paralisada pelo medo. Juarez, ferido, arrebatou-lhe a pistola calibre 7,65 mm e dá um tiro em sua própria cabeça, vindo a falecer, algumas horas depois, no Hospital Souza Aguiar.

Maria do Carmo Brito, membro do CN, talvez pelo choque da morte do marido, não se mostrou à altura da posição que ocupava na VPR e não fez jus à fama que tinha. Em poucas horas entregou dezenas de militantes, sendo presos, nesse mesmo dia, na Guanabara, o Cmt UC José Ronaldo Tavares de Lira e Silva e mais quatro outros membros da VPR. Denunciou o "aparelho" onde havia sido realizada a reunião do CN em Peruíbe, cortando a alternativa de homízio de Lamarca, caso a área de treinamento fosse descoberta. Entregou o "ponto" que teria com Ladislas Dowbor, em São Paulo, onde esse membro do CN foi preso, junto com Liszt Benjamin Vieira, também integrante da UC. Apontou como sendo em Jacupiranga a área de treinamento de guerrilha da VPR, confirmando as declarações de Celso Lungaretti. E, finalmente, esclareceu o destino dado aos dólares roubados do denominado "cofre do Adhemar" e as ligações da VPR com o governo da Argélia, através do seu Embaixador Hafif Keramane.

Para Maria do Carmo, cerca de um milhão de dólares ainda estavam com o Embaixador. Colaborando com a polícia, montou uma operação-armadilha para Keramane, escrevendo-lhe, de próprio punho e em francês, um bilhete marcando uma entrevista, na qual a conversa seria gravada. Seu banimento para a Argélia em 15 de

junho de 1970, em troca da vida do embaixador alemão, impediu que a operação fosse concretizada.[224]

Na sequência das "quedas", em 26 de abril, foram presas, no "aparelho" de Peruíbe, Maria Barreto Leite Valdez e sua filha Luíza Helena Barreto Leite Valdez. No dia seguinte, em São Paulo, foi detido Wanio José de Mattos, ex-Capitão da PM/SP e integrante do Setor de Inteligência.

No final de abril, era crítica a situação da VPR. Havia perdido dois membros do CN, Ladislas e Maria do Carmo, além dos comandantes das suas quatro UC. Dezenas de outros quadros haviam sido presos, enquanto outros buscavam refúgio no exterior. A futura área tática estava desmantelada, e Lamarca, o comandante em chefe, estava perdido nas matas de Jacupiranga. A VPR estava desmantelando-se e dependia do seu retorno para reestruturar-se.



[224] A partir daí, Maria do Carmo Brito sempre foi considerada como um “bom partido”. Indo para o Chile, casou-se em outubro de 1971 com Ângelo Pezzuti da Silva, seu antigo companheiro do COLINA. Após a queda de Allende, o casal esteve em vários países da Europa e da África, havendo quem diga que Keramane teria devolvido 800 mil dólares para Maria do Carmo. Em setembro de 1975, num acidente de carro nunca bem explicado, em Paris, ela perdeu seu segundo marido. Retornou ao Brasil em setembro de 1979. Depois de casar-se com Chizuo Ozawa, o “Mário Japa”, entrou para o PDT de Brizola, sendo nomeada, em 1983, assessora da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

25. VPR: as áreas de treinamento do Vale do Ribeira

De acordo com a sua linha política, a VPR pretendia criar o seu Exército Popular a partir de uma Coluna Móvel Guerrilheira, inicialmente instalada numa área estratégica. Antes disso, porém, precisava criar guerrilhas irregulares em áreas táticas.

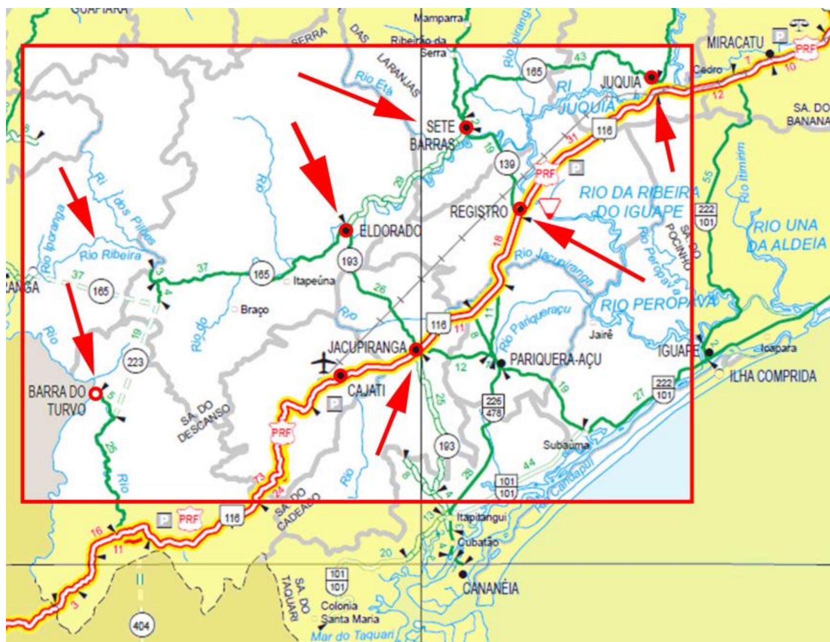
A área estratégica, nos tempos da VAR-Palmares, escolhida na confluência dos Estados do Maranhão, Piauí e Goiás, ficara em segundo plano, condicionada, nas palavras de Carlos Lamarca, "*às discussões com a ALN*". Fracassara a ideia de criar uma área tática em Goiás, mas, à essa época ainda estava em pleno andamento a preparação da de Três Passos, no Norte do Rio Grande do Sul. Falava-se também, numa segunda área tática, na região de Foz do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná.

Mas, para realizar tudo isso, a VPR precisava possuir quadros preparados, que ativassem com eficiência, as áreas táticas. Resolveu-se criar uma área de treinamento político-militar, onde os militantes pudessem adquirir as técnicas de guerrilha rural. Carlos Lamarca era o homem indicado para desenvolver essas tarefas.

Desde meados de 1969, a VPR, ainda embutida na VAR-Palmares, já havia iniciado negociações para adquirir um sítio onde pudesse realizar esse treinamento. Manoel de Lima, ex-prefeito de Jacupiranga, município localizado a 30 Km ao sul de Registro na região do litoral sul paulista, era amante da cunhada de Onofre Pinto. Manoel possuía, em sociedade com Flozino Pinheiro de Souza, o Sítio Palmital, na altura do km 254 da BR-116, rodovia que liga São Paulo a Curitiba. Com 40 alqueires de terras, 30 km ao sul de Jacupiranga, o sítio acabou sendo vendido à VPR. Celso Lungaretti adquiriu-o por 3.500 cruzeiros, registrando-o em seu nome falso, "Lauro Pessoa".[225]

---

[225] Ver o croquis a seguir.



Croquis da Região de Sete Barras

Em 15 de novembro, Lamarca foi levado por Joaquim dos Santos e José Raimundo da Costa para o Sítio Palmital, onde já os aguardavam Celso Lungaretti, Yoshitane Fujimore, Massafumi Yoshinaga e José Lavecchia. A partir do dia seguinte, quando Joaquim e José Raimundo retornaram para São Paulo, os cinco militantes permaneceram no sítio, realizando treinamento de tiro, marchas e reconhecimento das áreas adjacentes. Observaram, entretanto, que a área não era a ideal: além de ser pequena, a excessiva proximidade da rodovia e a constante presença de caçadores aumentavam a sua vulnerabilidade, inviabilizando-a como área de treinamento para mais "guerrilheiros".

No início de dezembro, o mesmo Manoel de Lima disse-lhes que possuía outro sítio, de 80 alqueires, um pouco mais ao norte, situado a 4 km da BR-116. Reconhecido o local, Joaquim dos Santos

comprou-o por 40.000 cruzeiros. A primeira área foi desmobilizada e seu material transferido para a nova, denominada de área 2. Em São Paulo, Manoel Dias do Nascimento passou a adquirir gêneros, que Joaquim dos Santos levava para a área. A mãe de Manoel, Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", ocupou, em 18 de dezembro, um dos três barracos existentes na entrada do sítio; junto com quatro crianças - três netos e um filho adotivo. Além de fornecer a "fachada", a "Tia" poderia costurar as roupas especiais dos futuros "guerrilheiros", cuidar do rádio transmissor-receptor e servir como base de entrada, fornecendo alimentação e pousada incidais para os militantes que iriam chegar. José Lavecchia ocupou o outro barraco. Joaquim dos Santos levou para a área 4 FAL, 6 fuzis, 2 espingardas calibre 12 - automáticas, 1 espingarda 12 - simples, 3 Winchester 44, 3 Winchester 22, 2 carabinas 22 – semi-automáticas, 17 revólveres .38, 1 pistola .45 e 1 revólver .32, além de milhares de cartuchos de diversos calibres.

Antes do Natal de 1969, a área 2 estava pronta. Extremamente montanhosa e coberta de densas matas, serviria perfeitamente para o treinamento. As poucas casas existentes na região permitiriam o sigilo necessário. No início de janeiro de 1970 já se encontravam na área, além da "Tia" e Lavecchia, Lamarca, sua amante Iara Iavelberg e Fujimore.

De acordo com o planejado, cada Estado - Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara - deveria enviar 6 militantes, num total de 18 "alunos", sem contar com Lamarca e Lavecchia, este previsto para fornecer a "fachada" legal, com a "Tia".

Na noite de 7 de janeiro, levados por Joaquim, chegaram os dois primeiros "alunos", José Araújo de Nóbrega e Ariston Oliveira Lucena. Depois de dormirem na Capelinha, designação dada ao local das 3 casas, os seis militantes (Lamarca, Iara, Fujimore, Lavecchia e os dois recém-chegados) seguiram para um barracão, localizado a 400 metros das 3 casas, o qual seria a "base logística” da área, onde passaram o dia preparando o material - mochilas, armas, munições, gêneros alimentícios, medicamentos, roupas, etc.

No dia seguinte, 9 de janeiro, seguiram para um primeiro campo de treinamento, distante poucos quilômetros do barracão, onde foram

iniciadas as aulas e as discussões políticas, durante quase 2 semanas. Lamarca já estava contrariado pela demora da chegada dos demais militantes e pela discussão que tivera com Nóbrega, sobre a presença de Iara na área.

Durante esse período, passaram a considerar o local acanhado para receber mais alunos e deslocando-se uns 2 km, no rumo norte, pelas margens do Rio Capelinha, encontraram uma área que lhes pareceu a ideal, na qual montaram a Base "Carlos Roberto Zanirato". [226]

Na noite de 22 de janeiro, chegaram mais dois militantes - os gaúchos Edmauro Gopfert e Antenor Machado dos Santos. A partir do dia seguinte, durante uma semana, o grupo iniciou a montagem de mais uma base, a "Eremias Delizoikov", localizada a uns 300 metros a sudeste da "Zanirato". As instruções continuavam em ritmo lento, aguardando novos "alunos".

No dia 30, chegaram Delci Fensterseifer e Diógenes Sobrosa de Souza e, em 2 de fevereiro, vindos do Rio Grande do Sul, Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes. Alguns dias depois, da Guanabara, chegaram Darcy Rodrigues, Roberto Menkes e sua companheira Carmen Monteiro dos Santos Jacomini. Em meados de fevereiro, chegou Herbert Eustáquio de Carvalho, também da Guanabara. No fim do mês, juntou-se ao grupo Mário Bejar Revollo, um boliviano militante da DVP. No mês de março, a "Tia", por problemas de saúde, foi deslocada para o "aparelho" de Peruíbe. Lavecchia incorporou-se, definitivamente aos treinamentos e, nessa ocasião, chegou o último "aluno", Gilberto Faria Lima, militante da REDE.

Nesse mês de março, considerou-se completa a área de treinamento, com Lamarca comandando o núcleo "Carlos Marighela", composto por duas bases: a "Carlos Roberto Zanirato", com Darcy Rodrigues no comando e tendo a integrá-la, Gilberto, Lavecchia, Revollo, Valneri,

---

[226] Nessa base foram colocados: 2 FAL com 1.000 tiros, 8 revólveres, 2 Winchester 44 com 300 tiros, 2 carabinas .22 com 1.000 tiros, 2 espingardas 12 com 2.000 tiros, facões de mato Collins, faroletes, bússolas, rádios HT, redes de nylon com mosquiteiros, material de cozinha, gêneros alimentícios, cantis, mochilas, facas-punhal, canivetes, material para limpeza de armas, etc.

Delci, Antenor, Herbert e Iara; e a "Eremias Delizoikov", comandada por Yoshitane Fujimore e integrada por Diógenes, Ariston, Nóbrega, Edmauro, Roberto Menkes, Carmen e Ubiratan. Um total de 18 militantes, dentre os quais, duas mulheres.

Como já vimos, por duas vezes no mês de fevereiro - no dia 20, com a prisão de Damaris de Oliveira Lucena, e no dia 27 com a de Chizuo Ozawa - os órgãos de segurança estiveram próximos de descobrir a área.

No dia 1º de março, a notícia da prisão de Chizuo Ozawa ("Mário Japa") fez com que Lamarca exigisse um sequestro urgente para que fosse libertado o companheiro. No dia 11, o sequestro do cônsul japonês foi realizado, com sucesso (ver item 22) .

Até o início de abril, Lamarca dirigiu reuniões de crítica e autocrítica, chegando, inclusive, a pensar na formação de um Tribunal Revolucionário para julgar Nóbrega, que estava pensando em sair da organização. Após aulas teóricas e práticas de armamento e tiro, marchas, topografia, explosivos, minas e armadilhas, emboscadas, instrução tática individual e teoria política, o treinamento foi dado por encerrado, sendo aprovados, para futura participação na Coluna Móvel Guerrilheira: Lamarca, Darcy, Fujimore, Valneri, Herbert, Ubiratan, Edmauro, Delci, Diógenes, Lavecchia e Roberto Menkes. Dos 18 militantes, 7 haviam sido "reprovados".

No dia 11 de abril, Iara foi retirada da área, por motivo de doença, indo para o "aparelho" de Peruíbe, logo depois seguida por Lamarca, para a reunião do Comando Nacional (CN). Foi no período dessa reunião que se iniciou a série de prisões que levaria a descoberta a área de treinamento.

No dia 16 de abril, Celso Lungaretti, preso na Guanabara, denunciou a existência da área 1 e disse que a área 2 era próxima.

No dia 17 de abril, o Centro de Informações do Exército (CIE) informava ao II Exército sobre a existência da área 1 e sobre a provável localização da área 2. Às 23:00 horas, uma equipe do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE) deslocou-se para

Jacupiranga, a fim de prender Manoel de Lima e Flozino Pinheiro de Souza.

Na manhã de 18, um sábado, Flozino foi preso, enquanto um de seus filhos corria para avisar Manoel que ele também estava sendo procurado. Manoel descobriu Lamarca e Joaquim almoçando num restaurante na entrada de Jacupiranga, e avisou-os da prisão de Flozino.

Nesse mesmo momento, suicidava-se Juarez Guimarães de Brito, na Guanabara e era presa sua esposa Maria do Carmo Brito que, na tarde desse sábado, falava sobre as duas áreas de treinamento. As declarações de Lungaretti estavam assim confirmadas pelas de Maria do Carmo, membro do CN. O CIE passou os dados para o II Exército, em caráter de urgência.

Nessa mesma noite, Lamarca chegou à área e informou que ela seria desmobilizada, em virtude da prisão de Flozino. Determinou, também, que Darcy e Edmauro se deslocassem para um Posto de Observação (PO), denominado "topo-bicha", que dominava a região da Capelinha (três casas), entrada natural da área.

Na manhã de 19 de abril, havia na área dois, 17 militantes. [227] Lamarca decidiu evacuá-los em três turmas: a primeira turma, composta por 8 militantes, sairia na dia seguinte; a segunda, com Lavecchia, Diógenes, Ariston e Gilberto, no dia 21; e a terceira, com Lamarca, Darcy, Fujimore, Nóbrega e Edmauro, no dia 24. Para isso, Fujimore e Diógenes abririam uma trilha até a torre de micro-ondas, na Serra do Aleixo, de onde poderiam atingir, com facilidade, a BR-116. Enquanto isso, os que iriam permanecer desativariam as bases e esconderiam o material. Decidiu também abandonar a base "Zanirato" e ocupar a "Eremias", mais favorável ao ocultamento e à defesa.



[227] Iara fora para Peruíbe e depois da reunião do CN seguiu para São Paulo com Tercina (a “Tia”) e Maria Barreto Leite Valdez.

26. "Operação Registro"

Localizada a área de treinamento, na manhã de 19 de abril, domingo; no QG/II Exército tomavam-se as providências necessárias para o seu desbaratamento e a possível prisão dos terroristas. Na hora do almoço, as decisões estavam tomadas. A "Operação Registro", como fora denominada, começaria com o vasculhamento da área.

A 1ª fase de vasculhamento seria executada, basicamente, por militares do 2º BPE, deslocados para a região nesse mesmo dia, para vigiar as proximidades da área 1 e observar a saída de suspeitos para a BR-116; e por elementos de informações do CIE, da 2ª Seção/II Exército e do 2º BPE, a serem deslocados na manhã do dia seguinte, para localizar e destruir a área 2. Para isso, contariam com o apoio de 4 helicópteros e a cobertura de 5 aviões T6 da 1ª Força Aérea Tática (1ª FAT). Participaria ainda dessa fase, uma bateria do Comando da Artilharia de Costa e Antiaérea (CACAAé), com seus homens, dispostos entre Iguape e Cananéia, para vigiar os acessos que, particularmente do interior da área 1, demandavam o litoral.

A 2ª fase de limpeza seria executada por elementos do 1º Batalhão do 4º Regimento de Infantaria (1º/4º RI), do 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) e do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM) .

No cumprimento da 1ª fase, as 17:00 horas, saiu uma equipe do 2º BPE, transportada por helicóptero, pousando ao anoitecer próximo à fazenda Boramy; às 19:00 horas, partiu outra equipe de C-14, que se reuniu à primeira antes da meia-noite; e às 23:00 horas, seguiu a terceira equipe, também de caminhonete, que não chegou ao destino, pois teve um acidente no caminho, no qual morreu um soldado e os demais ficaram feridos.

No PO da "topo-bicha", Darcy e Edmauro avistaram um helicóptero e transmitiram a Lamarca que, às 17:30 horas a aeronave sobrevoava a área 1.

Planejamentos feitos, de lado a lado, tudo indicava um encontro decisivo, para a manhã do dia seguinte: a chegada dos elementos de informações coincidindo com a saída dos 8 militantes que seriam evacuados na primeira turma.

As fortes chuvas que caíram em São Paulo no dia 20, entretanto, ajudaram os "guerrilheiros" da VPR, só permitindo que os 4 helicópteros, transportando 25 homens, decolassem de Cumbica ao meio-dia. Nesse interim, saiam pela trilha da torre de micro ondas e dai à BR-116, os 8 militantes. [228]

Um dos helicópteros pousou em Jacupiranga e os outros 3 em Registro. Perguntando aos moradores da região de Jacupiranga, um Sargento descobriu o sítio do "Maneco". Estava localizada a área 2.

Às 15:30 horas, os 4 helicópteros desceram a 2 km das 3 casas. Na "topo-bicha", Darcy informou a chegada dos helicópteros e à noite, na base "Eremias", esclareceu que havia no local homens no valor de um pelotão.

Voltando ao PO, às 05:30 horas, de 21 de abril, Darcy e Lavecchia (que substituíra Edmauro), conforme o combinado com Lamarca, tentaram comunicar-se através do rádio, nada conseguindo.

Ainda na manhã desse mesmo dia, a 1ª/1º/4º RI, que chegara durante a noite, passou a ser empregada a partir das "3 casas", com a missão de limpar a área e de atingir o ponto mais elevado do primeiro compartimento (a "topo-bicha"), aí estabelecendo uma base para a saída de novas patrulhas.

A tarde, um avião C-115, com uma equipe da Brigada Aero terrestre (Bda Aet), integrada por 11 oficiais, 17 subtenentes e sargentos e 6 cabos, pousou em Registro.

---

[228] Saíram 2 a 2, em intervalos de 10 minutos: Herbert e Revollo, Roberto Menkes e Carmen, Ubiratan e Antenor, e Delci e Valneri. Enquanto os 8 fugiam, Manoel de Lima era capturado no "aparelho" de Peruíbe, já ocupado pela polícia.

Não conseguindo ligação com o PO, Lamarca, na hora do almoço, enviou Diógenes para observar o que havia ocorrido. Ao retornar, cerca de 3 horas depois, Diógenes afirmou que ouviu vozes dando ordens na região do PO e os "*gritos de Darcy e Lavecchia sendo torturados*".[229] Os 7 militantes deslocaram-se para o depósito de suprimentos, uns 2 km ao norte, onde deveriam se encontrar com Darcy e Lavecchia, caso não estivessem presos.[230]

No dia 22 de abril, o General Cmt do CACAAé foi designado comandante da "Operação Registro". Seu Posto de Comando (PC) foi instalado em Pariquera-Açu, sendo, poucos dias depois, deslocado para Jacupiranga.

A 1ª/1º/4º RI, com cães de guerra da PM/SP, foi empregada em ações de vasculhamento na região de Capelinha. Sediados em Registro, 7 helicópteros de reconhecimento e 4 aviões T6, da 1ª FAT, forneciam apoio aéreo às operações. À tarde, a equipe paraquedista iniciou os patrulhamentos, com sua base sendo colocada a noroeste da área, a fim de barrar as saídas para Barra do Turvo e Braço. Sem saber, havia sido colocada em rota de colisão com o "grupo dos 7", que seguia rumo noroeste, em direção a Braço. Nessa tarde, foi descoberta a base "Zanirato". À noite, homens de uma bateria do 6º GACosM ocuparam a estrada que saía da torre para a BR-116. Ainda nessa noite, a PM/PR passou a ser empregada para bloquear as saídas para o Sul.

Em 23 de abril, Lamarca já havia decidido sair da área pelo norte, atingindo a estrada que liga Braço a Eldorado. Nesse dia, prosseguiram as patrulhas de vasculhamento da área, por tropas da 1ª/1º/4º RI e da equipe paraquedistas, que se deslocaram para o 2º compartimento.

No dia 24 de abril, uma sexta-feira, o "grupo dos 7" continuava marchando sempre no rumo norte. Nesse dia, helicópteros de combate e aviões T6 bombardearam e metralharam áreas suspeitas.

[229] Note-se que Darcy e Lavecchia nem tinham sido capturados. (NE)

[230] Nesse ponto houve um erro de coordenação: enquanto que para Darcy e Lavecchia o encontro seria na região da torre, para Lamarca e seus companheiros, ele seria no depósito.

À tarde, 2 patrulhas paraquedistas foram lançadas para percorrer os ribeirões Capoeira e Calixto, afluentes do Rio Capelinha. O encontro com os militantes da VPR parecia ser iminente.

Na manhã de sábado, 25 de abril, enquanto o "grupo dos 7" prosseguia para o norte pelo ribeirão Calixto, descobriu-se um erro da patrulha designada para esse ribeirão. Ela seguira em direção contrária à prevista, tomando o contra azimute! Corrigido o erro, retornou à sua missão, mas ao descer o Rio Capelinha, não identificou a confluência do ribeirão Calixto, indo parar na base das "3 casas". Perdia-se mais uma vez, a oportunidade de encontro. Nesse dia, foi descoberta a base "Eremias".

No domingo, 26 de abril, Darcy e Lavecchia tomaram o rumo leste, chegando às proximidades das "3 casas". Decidiram escapar em direção à BR-116 e, à noite, pediram comida na casa de um morador da região. Observaram, entretanto que, nem bem saíram, o camponês foi avisar os soldados.

Na manhã de segunda-feira, 27 de abril, Darcy e Lavecchia, ao pedirem carona a um caminhão, na altura do km 246 da BR-116, foram presos pela equipe de abastecimento dos helicópteros, que estava estacionada junto a uma instalação do DNER. Em vez de serem levados ao PC avançado, distante 5 Km, o Capitão Ajudante de Ordens do General conduziu-os até Jacupiranga, a 30 km, para serem apresentados ao Cmt da Operação. Perdia-se um tempo precioso para a busca de informes. No retorno, indicaram o local onde haviam escondido seu material, onde foram apreendidos 2 FAL com 130 tiros, 2 revólveres .38 com 120 tiros e 2 mochilas.

O “grupo dos 7” nesse dia e nos que se seguiram, prosseguia no mesmo esquema de deslocamento, sempre no rumo norte.

No dia 1º de maio, a BR-116 foi totalmente interditada, com o tráfego sendo desviado para a estrada da Ribeira, antiga rodovia São Paulo-Curitiba.

No domingo, 3 de maio, foi feito um vasculhamento geral da área, com o lançamento de 18 patrulhas que nada encontraram. Muitos já acreditavam que os "guerrilheiros" já haviam conseguido sair.

No dia 5 de maio, terça-feira, o Comando da Operação determinou a desmobilização parcial da área, mantendo, apenas, um dispositivo de vigilância, com uma companhia do 6º RI em Capelinha e tropas em Barra do Turvo e Braço. O apoio aéreo ficou reduzido a 3 helicópteros.

Na quinta-feira, 7 de maio, em reunião no QG/II Ex, decidiu-se desmobilizar ainda mais a área, apesar da opinião contrária do CIE, que insistia em afirmar que os militantes ainda não haviam saído. Um pelotão do 2º BC, que estava em Braço, recebeu ordens de abandonar aquela região.

A despeito da desativação, o CIE havia montado um dispositivo de vigilância e informações.[231] Dois oficiais seguiram para São Paulo, a fim de conseguir reforços, nada conseguindo em face da ordem de desmobilização do dispositivo.

As 10:30 horas de 8 de maio, o "grupo dos 7" - Lamarca, Fujimore, Gilberto, Diógenes, Nóbrega, Ariston e Edmauro - atingiu a localidade de Barra do Areado, a 10 quilômetros a sudoeste de Braço. Viram que haviam cometido um erro de cálculo: em vez de rumarem sempre para o norte, desviaram-se para noroeste.

Dirigindo-se para uma venda e dizendo que eram caçadores perdidos, alugaram, por 80 cruzeiros, uma "pick-up" Ford F-350 do proprietário da venda, a fim de levá-los até Eldorado. Tomaram banho no rio, trocaram de roupa e almoçaram.

Enquanto isso, o proprietário, já instruído, enviou dois moradores a cavalo para avisar a tropa do Exército que estava em Braço. Não encontrando ninguém (o pelotão havia sido retirado no dia anterior), seguiram para Eldorado, onde alertaram que os 7 militantes viriam na

[231] Compunham o dispositivo os seguintes elementos: do CIE e da 2ª Seção do II Ex, no PC em Jacupiranga; do DOPS/Santos (2 delegados, 2 escrivães e 5 investigadores), reforçados por praças da PM/SP; da 2ª Seção/II Ex, com 3 agentes, no km 230 da BR-116; do 2º BPE, com 1 Capitão e 3 Sargentos, na Casa Amarela; e da PM/SP, para reforçar o policiamento em Barra do Turvo, Braço, Pariquera-Açu, Iguape e Cananéia.

carroceria da F-350. Por telefone, foi avisada a polícia de Registro. O Sargento comandante do Destacamento da PM, que policiava Eldorado, determinou que seus seis soldados, armados de revólveres .38, estabelecessem uma barreira e seguiu para Jacupiranga, a fim de avisar o Exército. Às 18:30 horas, o PC de Jacupiranga decidiu enviar um pelotão do 6º RI para Eldorado.

Às 17:30 horas, entretanto, já haviam saído os 7 militantes de Barra do Areado, deixando suas mochilas na venda e levando somente as armas: cada um com revólver .38 e as armas "pesadas", 2 FAL, 1 metralhadora INA, 2 espingardas calibre 12 e 2 fuzis. Depois de uma pequena parada em Braço, chegaram a Eldorado por volta das 19:00 horas. Na barreira, os soldados da PM pediram-lhes os documentos e não acreditaram na história de caçadores. Nóbrega foi o primeiro a atirar, acertando um soldado. Com o tiroteio, alguns soldados foram feridos, enquanto outros fugiram para um lado e os 7 correram para o outro, parando 50 metros adiante. Observando que ninguém ficara próximo da F-350, Ariston e Diógenes foram buscá-la e, após embarcarem, os 7 seguiram em direção a Sete Barras, com Edmauro, levemente ferido na cabeça.

Enquanto isso, às 19:30 horas, o PC de Jacupiranga tomava ciência do ocorrido em Eldorado. Só então o pelotão do 6º RI seguiu para Eldorado, agora em perseguição aos militantes. Nesse ínterim, cerca de 20 homens da PM/SP, chefiados pelo Tenente Alberto Mendes Júnior, haviam seguido de Registro para Sete Barras. Aí chegando, o Tenente Mendes soube que nada havia ocorrido nessa cidade, como, erradamente fora avisado. Por telefone, soube então, que o entrevero havia sido em Eldorado, para onde seguiu já reforçado por uma Rural Willys vermelha. No cruzamento com o Rio Etá, que transbordara pelas chuvas, a Rural atolou, prosseguindo os policiais militares com uma C-14 e um caminhão Chevrolet, com o toldo abaixado.

Cerca de 1 km depois houve o encontro já narrado na introdução deste livro (Volume I), quando alguns homens do Ten. Mendes ficaram feridos. Após render-se, o Ten. Mendes deixou o restante de seus homens sob as armas dos terroristas e levou os feridos até Sete Barras. Isto feito retornou sozinho, em busca de contato com o grupo, preocupado que estava com o restante dos policiais militares.

Encontrou os terroristas pouco além do Rio Etá, de posse de um caminhão civil por eles capturado. Constatou logo que os soldados haviam sido abandonados e deixados para trás. Informado que ficaria como refém, foi obrigado a seguir com o "grupo dos 7" em direção a Sete Barras. Ao tentarem atravessar o atoleiro do Rio Etá, não conseguiram transpô-lo com o caminhão. Prosseguiram então a pé, em duas filas indianas dispostas nas margens da estrada.

Era quase meia-noite, quando o grupo ouviu vozes e barulho de veículos, cerca de 15 metros a frente, na entrada de Sete Barras. Nesse momento, Edmauro, que havia ficado mais à retaguarda por estar ferido, começou a gritar que estava perdido. Os soldados da barreira, assim alertados, deram ordem de "alto", o que fez com que o grupo se embrenhasse no mato, levando consigo o tenente.

Pouco depois, passou um veículo civil no sentido Eldorado-Sete Barras e, ultrapassando o local da estrada onde haviam estado antes os terroristas, chocou-se com a barreira, travando-se intenso tiroteio. Era o pelotão do 6º RI, que vinha de Eldorado, em viatura civil - as militares haviam sofrido sucessivas panes - e provocara o tiroteio entre as próprias forças amigas, o que causou 4 feridos. A sorte, decisivamente, ajudava os militantes da VPR.



27. "Operação Sete Barras"

Confirmada a presença dos terroristas ainda na área, no dia 9 de maio, teve início uma nova operação, denominada "Sete Barras". Para essa operação, o dispositivo foi reajustado, estabelecendo-se o cerco com: uma bateria do 2º RO 105, em São Miguel Arcanjo, ao norte; elementos do 6º GACosM e da PM/SP, a oeste do Rio Etá; um pelotão do 6º RI, em Eldorado; elementos do 5º GCan 90 AAe, do 6º RI e da Polícia Civil, em Sete Barras; uma companhia do 6º RI, a leste do Rio Etá; e uma companhia do Batalhão "Brucutu", da

PM/SP, em Juquiá. Para o apoio aéreo, havia 2 helicópteros da 1ª FAT.

Após o entrevero, o "grupo dos 7" havia se reduzido a 5, sem contar o Tenente Mendes, conduzido como refém. Nóbrega, perdido, ficou ao sul de Sete Barras; Edmauro, também perdido, permaneceu próximo de Eldorado. Lamarca e seus companheiros deslocaram-se no rumo norte, em direção a São Miguel Arcanjo.



Funeral do Ten. Mendes Jr. em São Paulo a 11/09/1970

O dia 10 de maio, domingo, foi marcado pelo assassinato do Tenente Mendes, [232] praticado a coronhadas, desfechadas por Yoshitane Fujimore e Diógenes Sobrosa de Souza.[233] Após enterrá-lo, o já então

[232] O assassinato do Tenente Mendes foi descrito na Introdução deste livro, no volume I, "*A Violência em Três Atos*". É o segundo ato.

[233] Diógenes Sobrosa de Souza foi preso no Rio Grande do Sul em 12 de dezembro de 1970, sendo condenado à morte em novembro de 1971. Em fins de 1979, com a "anistia", foi liberado.

"grupo dos 5" andou algumas centenas de metros, chagando a uma plantação de abacaxis e bananas, numa fazenda 20 km ao norte de Sete Barras. Essa fazenda estava ocupada por tropas do Exército. Mas, mesmo assim, os cinco ficaram no local durante 10 dias, escondidos embaixo de uma pedra que formava uma espécie de gruta.

Na manhã desse domingo, Edmauro foi pedir guarida numa casa próxima do local em que passara a noite. Denunciado, foi preso logo depois, quando dormia numa pequena casa de madeira que servia de paiol.

Nóbrega, por sua vez, não conseguiu sair da área, pelo forte cerco, chegando a ser visto próximo de um riacho. Até terça feira, dia 12, permaneceu escondido. Nessa manhã, dirigiu-se a um lavrador pedindo comida. Às 14 horas, quando a aguardava, foi preso por um sargento e um soldado, levados pelo lavrador.

No início da noite de 18 de maio, segunda-feira, Lamarca e Fujimore saíram do esconderijo e foram comprar gêneros numa venda próxima à Estrada do Areiado. Apesar da denúncia feita pelo proprietário da venda, o Comandante da Operação não acreditou no informe e as medidas para o cerco aproximado só foram tomadas muito tarde.

Depois de 10 dias escondidos, percebendo que haviam sido denunciados, os cinco militantes reiniciaram, em 19 de maio, o deslocamento para o norte em direção a São Miguel Arcanjo.

Quatro dias após, em 23, às 11 horas, Fujimore dirigiu-se a um nissei proprietário do Sítio Alvorada, próximo do entroncamento da Estrada Sete Barras-São Miguel Arcanjo com a Estrada da Formosa. Falando em japonês, disse que estava com outros companheiros lutando contra o Exército e que pagariam bem pela comida, marcando um encontro às 10 horas do dia seguinte. O proprietário foi à venda em busca da tropa do 2º RO 105, quando encontrou diversos oficiais praticando tiro de revólver.[234]

---

[234] Posteriormente, Diógenes e Ariston, presos, declararam que esses tiros os espantaram para longe do local.

No dia seguinte, 24 de maio, um domingo, os 5 militantes chegaram bem cedo ao local previsto para o recebimento da comida. Às 11 horas, uma hora depois da hora marcada, viram chegar um "japonês" (seria o mesmo do dia anterior?), seguido por mais um homem. Lamarca disse "bom dia" ao "japonês". Nesse momento, observou que um pouco mais atrás vinha um outro elemento, fardado. Gritou que era a "repressão" e os cinco fugiram para um lado enquanto a "repressão" fugia para o outro. Mais uma vez, houvera o contato e novamente fora rompido. O "grupo dos 5", após esse encontro, reiniciou o seu deslocamento para o norte, acampando no dia 29 de maio, a cerca de 1 km de tropas do Exército.

Na manhã do dia seguinte, 30 de maio, após tornar banho num rio, barbear-se e cortar o cabelo, Gilberto Faria Lima conseguiu sair da área sozinho. A ideia do grupo, agora reduzido a 4, era conseguir auxílio de transporte junto aos militantes da VPR, em São Paulo.

Na tarde de 31 de maio, aproximou-se uma viatura do 2º RO 105, rebocando uma cisterna, que ia buscar água. Na direção, um sargento nissei, com pistola .45, e mais 4 soldados - 2 na boléia e 2 na carroceria - todos desarmados. Ariston fez sinal para a viatura, que parou. Ato contínuo, tomaram-na de assalto e vestiram as fardas dos militares, deixando os soldados só de cuecas, embaixo de um toldo na carroceria. Encontraram no porta luvas a relação das senhas. Ainda com o sargento nissei ao volante, encontraram mais à frente uma barreira, onde foi interpelá-los um sargento. Dizendo que precisava do suprimento com urgência, o nissei passou com facilidade, sem mesmo ter que usar a senha.

Já com Fujimore ao volante, fardado de sargento, o grupo chegou a São Miguel Arcanjo, onde abasteceu. Daí passaram por Itapetininga e Tatuí, ganhando a Rodovia Castelo Branco. Já em São Paulo, na Marginal do Tietê, perto de Vila Maria, voltaram a colocar as roupas civis, deixando os militares, sem roupas, amarrados na carroceria.

Acabava, nessa noite de 31 de maio, a "Operação Sete Barras".

Em 8 de setembro, o cadáver do Tenente Mendes era desenterrado do local apontado por Ariston, preso em 19 de agosto. Alguns dias depois, Lamarca divulgava um manifesto intitulado "Do Vale do

Jacupiranga ao Vale do Ribeira", onde descreve a sua versão dos acontecimentos, procurando justificar o assassinato do Tenente.

Não há dúvida que a fuga bem sucedida serviu para que tentassem criar o mito Lamarca. Por outro lado, José Araújo de Nóbrega, também ex-militar, preso na área em 12 de maio, fazia declarações importantes sobre a infiltração da VPR no Exército. De próprio punho, sob o título de "Visão Crítica Pessoal", Nóbrega escrevia:

> *"O capitão Lamarca não possui QI satisfatório, a altura de ser um líder revolucionário. É um elemento de caráter volúvel, não tem posição definida, suas decisões são tomadas seguindo suas tendências emocionais. Suas qualidades militares são limitadas, tem limites de aproveitamento prático do conhecimento técnico que possui. É pouco engenhoso. O valor político que possui para ser um líder de esquerda lhe foi dado pela imprensa (interessada ou não). Suas façanhas são limitadas e são raras, todavia é um elemento audacioso".*

De fato, Lamarca era audacioso, e sua audácia advinha, pelo menos em boa parte, da compulsão que tinha para "aparecer", para se fazer notado. Colocado em 46º lugar numa turma de 57 aspirantes, não era, sem dúvida, uma inteligência brilhante e, embora gostasse de tiro, não chegou a ser um atirador de escol, era apenas um bom atirador.

De qualquer forma, eficiente ou embusteiro, a VPR dele estava precisando para a sua reestruturação.



28. VPR: os rescaldos de maio e a reestruturação de junho

Fruto das sucessivas "quedas" do mês de abril, o CN da VPR estava esfacelado.

Na Guanabara desaparecia a UC "Severino Viana Colou". A outra UC, a "João Lucas Alves", passou a ser comandada por Sônia Eliane

Lafoz, tendo ganhado o reforço de três militantes oriundos da VAR-Palmares. Em São Paulo, no lugar de Ladislas, assumiu o comando da UC, Oswaldo Soares. No Rio Grande do Sul, a VPR iniciava a sua restruturação após o fiasco da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano e das consequentes prisões. Ao todo, eram cerca de 60 militantes nos três Estados e um trabalho iniciando-se no Nordeste.

Não pararam, entretanto, as "quedas", em consequência das prisões. Em maio, resistindo a tiros à voz de prisão, foi morto Joelson Crispim, que havia participado do sequestro do cônsul do Japão.

No dia 17, em São Paulo, foi preso o recém-designado comandante da UC, Oswaldo Soares, que entregou seu "aparelho", como já foi narrado, onde morreram sua companheira Alcery Maria Gomes da Silva e Antônio dos Três Reis de Oliveira, militante da ALN.

Também foram presos, em maio, Encarnación Lopes Peres, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Jovelina Tonello do Nascimento e seu marido Manoel Dias do Nascimento, que colaborou com a polícia na identificação de dezenas de militantes.[235]

Na Guanabara, no dia 14, foram presos Richard Domingues Dulley e sua esposa Ana Maria Aparecida Peccinini Dulley, do Setor de Inteligência, e, no dia 20, Eudaldo Gomes da Silva.

No Rio Grande do Sul, ainda no dia 14, foi preso Roberto Antônio de Fortini, que havia dirigido a implantação da área tática de Três Passos.

Nesse mês de maio, a VPR somente executou duas ações armadas: no dia 23, quando roubou 4.500 cruzeiros da casa de câmbio "Adam Exchange", em Copacabana; e no dia 26, em São Paulo, quando, em "frente" com a ALN; o MRT e a REDE, obteve 130 mil cruzeiros do Banco do Brasil, na Avenida Jabaquara.

---

[235] Banido em janeiro de 1971, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz fez, na Suécia, um filme sobre Maria Auxiliadora Lara Barcelos, militante que se suicidara em 1976. Retornando ao Brasil, passou a trabalhar na EMBRAFILME em 1984.

O mês de junho marcou a reestruturação da VPR, engrossada com o retorno do restante dos militantes que haviam participado do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Carlos Lamarca reassumiu as suas funções de comandante-em-chefe e participou de uma reunião da "frente" integrada pela ALN, pelo MRT e pela REDE. Apesar de não ter sido aprovada a constituição de um Comando Urbano, composto por um dirigente de cada organização, foi reconhecida a necessidade de concentrar esforços e de serem realizados planejamentos conjuntos. O CN foi completado com Herbert Eustáquio de Carvalho e Inês Etiene Romeu.

No Rio Grande do Sul, reestruturava-se a UC "Manoel Raimundo Soares (UC/MRS), que passou a ser comandada por Reinholdo Amadeo Klement, que também acumulava o Setor de Inteligência junto com sua companheira Vilma de Oliveira Franceschi. A UC era constituída por duas bases: a primeira, denominada de "João Lucas Alves", era coordenada por Diógenes Sobrosa de Souza; e a segunda, por Antônio Carlos Araújo Chagas.
Na manhã de 10 de junho, a UC/MRS assaltou a agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, onde foram roubados 2.218 cruzeiros. Na ocasião a PM tentou impedir o assalto, resultando tiroteio que não acarretou nenhum ferido.

Em São Paulo, Yoshitane Fujimore assumiu a UC, que recebeu a denominação de "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL), e a dividiu em duas bases: a primeira, coordenada por Valneri Neves Antunes; e a segunda, por José Maria Ferreira de Araújo.

Fato marcante desse mês de junho foi a apresentação à polícia de Massafumi Yoshinaga, arrependido de sua atuação passada. Compareceu à televisão e deu várias entrevistas, procurando mostrar à juventude o erro de caminhar-se pela trilha do terrorismo.[236]

Na Guanabara, os militantes da VPR reuniram-se numa única UC, a "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), em homenagem ao líder morto em 18 de abril. Comandada por Sônia Eliane Lafoz, possuía

---

[236] Em 6 de junho de 1976, Massafumi Yoshinaga apareceu enforcado em sua residência, em Vila Odete, na capital paulista.

três bases: a primeira, coordenada por Gerson Theodoro de Oliveira; a segunda, por Roberto das Chagas e Silva; e a terceira por Zenaide Machado.

Enquanto isso, Alex Polari de Alverga prestava assistência ao denominado "grupo dos proletas", constituído por cerca de dez marginais levados pelos salva-vidas Walter Ribeiro Novaes e Alípio Barbosa. Com eles, a VPR pretendia formar uma base para realizar assaltos na já conturbada área da Baixada Fluminense.

Mas, indubitavelmente, a ação mais importante da VPR nesse mês de junho, foi o sequestro do embaixador alemão, através da UC/JGB.



29. VPR e ALN: o sequestro do embaixador alemão

Desde o início de 1970, coerente com a sua intenção de realizar atividades de propaganda armada, a VPR da Guanabara vinha realizando levantamentos para o sequestro de alguns diplomatas, como os embaixadores dos Estados Unidos, do Japão, da Suécia e da Alemanha, este último em "frente" com a FLN, de Joaquim Pires Cerveira.

A prisão, em 18 de abril de 1970, de Maria do Carmo Brito, membro do CN, e a localização de seu "aparelho" na Gávea, proporcionaram aos órgãos de segurança a descoberta de um minucioso planejamento para o sequestro do embaixador alemão. Nele apreciam as primeiras letras dos codinomes dos principais participantes da ação: Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Roberto das Chagas e Silva, Alex Polari de Alverga e Joaquim Pires Cerveira. Desses seis, três estavam presos, um morto e somente dois soltos.[237]

[237] Eram o "Maciel" e o "Bartô", posteriormente identificados como sendo, respectivamente, Roberto das Chagas e Silva e Alex Polari de Alverga.

Em maio, as prisões estavam abarrotadas de militantes da VPR. Para ela, era urgente desencadear uma operação de sequestro que libertasse os principais quadros e que, ao mesmo tempo, tivesse repercussão internacional. A UC/JGB retomou os planejamentos já realizados. O que visava ao embaixador norte-americano, dirigido por Alfredo Hélio Sirkis, mostrava uma segurança forte e atenta, motivada pelo sequestro anterior do Embaixador Elbrick, em setembro de 1969, e a tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre, em abril de 1970. O referente ao embaixador da Suécia revelara que o veículo do diplomata fazia constantes mudanças de itinerário, tornando muito difícil a sua execução.

Decidindo-se pelo sequestro do embaixador do Japão, no dia e no momento previstos, a ação foi sustada pela presença inesperada e ocasional, de um camburão da polícia.

Resolveu-se então, sequestrar o embaixador alemão, de 61 anos, Ehrenfried Von Holleben. O planejamento inicial mostrara que a ação poderia ser executada, com grandes chances de sucesso.[238] Apesar dos planos já serem do conhecimento da polícia, a segurança do embaixador era pequena, constituída por um carro com dois agentes. Além disso, os terroristas raciocinaram que os órgãos de segurança não estariam acreditando que fosse realizada a ação, com o planejamento já conhecido. A VPR pensou corretamente.

Atualizaram o planejamento e roubaram quatro carros. Desde maio possuíam uma casa de dois quartos para guardar o embaixador, na Rua Juvêncio de Menezes, nº 535, em Cordovil, alugada para o "casal" Gerson Theodoro de Oliveira e Tereza Ângelo. Em São Paulo, nos primeiros dias de junho, uma reunião entre Carlos Lamarca, "'Toledo" (da ALN) e Devanir José de Carvalho (do MRT) havia estabelecido a lista dos 40 prisioneiros que seriam trocados pelo embaixador. Como reforço, receberam 30 mil cruzeiros, uma metralhadora INA, uma pistola .45 e dois militantes da ALN, José Milton Barbosa e "Bacuri", este para comandar a ação.

---

[238] O planejamento foi dirigido por Alex Polari de Alverga, com a ajuda de Lúcia Velloso Maurício, Vera Lúcia Thimóteo e Júlio Cesar Covello Neto.

No dia 11 de junho de 1970, durante o jogo Inglaterra x Tchecoslováquia, pela Copa do Mundo, quando o trânsito era diminuto, Holleben saiu da Embaixada, localizada na Rua Presidente Carlos de Campos, em Laranjeiras; em direção à sua residência, na Rua Cândido Mendes, em Santa Teresa. Sentado no banco de trás de sua Mercedes preta, o embaixador tinha como funcionário Marinho Huttl e o agente da polícia Federal Irlando de Moura Régis, sentado no banco da frente e portando um revólver .38. Seguindo a Mercedes, como segurança, ia uma Variant, com os agentes da polícia Federal Luiz Antônio Sampaio, motorista, e José Banharo da Silva, com uma metralhadora INA.



Variant 1969



Pick Up Willys 1970



Opala 1970

Tendo ocupado o dispositivo da ação desde as 19 horas, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" executou o sequestro às 19:55 horas, nas proximidades da residência do embaixador, no cruzamento da Rua Cândido Mendes com a Ladeira do Fialho.

Ao aproximar-se o carro diplomático, Jesus Paredes Soto deu um sinal a José Mauricio Gradel, que avançou uma pick-up Willys abalroando a Mercedes. Incontinenti, o casal que namorava na "Escadinha do Fialho", Sônia Eliane Lafoz e José Milton Barbosa, este

com metralhadora, disparou suas armas contra a Variant da segurança, ferindo Luiz Antônio no abdômen e na coxa esquerda e Banharo na cabeça. Ao mesmo tempo, "Bacuri", à queima roupa, disparou três tiros de revolver .38 em Irlando de Moura Régis, matando-o com um tiro na cabeça.



JORNAL DO BRASIL

A CENA DO CRIME

A VÍTIMA

Embaixador alemão é seqüestrado

Herbert Eustáquio de Carvalho, empunhando uma pistola .45, arrancou o diplomata da Mercedes e embarcou-o no Opala, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende. Deixando no local a "pick-up" do abalroamento, três carros fugiram em alta velocidade, em fila indiana: na frente, um Volks grená dirigido por Roberto das Chagas e Silva e transportando Sônia Eliane Lafoz e Alex Polari de Alverga; no meio, um Opala com Jose Roberto, "Bacuri", Herbert e o embaixador, e atrás, cerrando a fila, um Volks vermelho dirigido por Gradel, levando José Milton e Jesus Pareces Soto.

Executado por 9 terroristas, o sequestro não durou 4 minutos e deixou um morto e dois feridos graves. Espalhados pelo chão alguns panfletos assinados pela VPR e pela ALN: um "Esclarecimento" e um manifesto "Ao Povo Brasileiro".

Subindo pela Cândido Mendes, Herbert colocou algodão embebido em éter no nariz de Holleben. No outro lado de Santa Tereza, na altura do nº 200 da Rua Professor Olinto de Oliveira, foi feito o transbordo para uma Kombi verde clara, onde estavam aguardando Gerson Theodoro de Oliveira, Mauricio Guilherme da Silveira e Alfredo Hélio Sirkis, para servir de intérprete. Saiu a Kombi dirigida por Mauricio: na frente, Gerson e "Bacuri" e atrás, Sirkis e o embaixador, colocado dentro de uma pequena caixa de madeira. Os dois Volks e o Opala foram, logo depois, abandonados por seus ocupantes.



Alemanha Apreensiva Com Onda de Seqüestros

Diário de Notícias

GOVÊRNO PRONTO PARA IMPEDIR A TRAGÉDIA

TERROR EXIGE 40 BANDIDOS PARA POUPAR O EMBAIXADOR

GOVÊRNO E POVO CONTRA TERROR

O MORTO

Seleção Repudia Seqüestradores

Terror na Mira

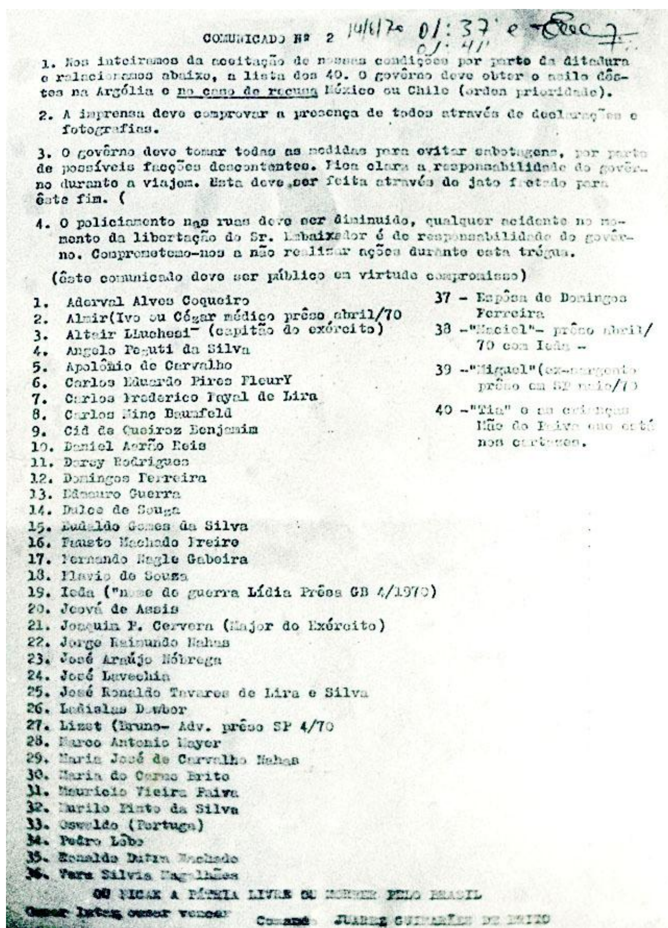
LEIA HOJE

- Assaltada Embaixada no Uruguai
- Resgate do Corpo de Aramburu
- Incêndio Mata Dois na Vila

Loteria Esportiva Faz 7 Milionários

Cerca das 21 horas, depois de dar uma raspada num ônibus, chegaram ao "aparelho" de Cordovil, onde aguardavam Manoel Henrique Ferreira e Tereza Ângelo. O caixote foi desembarcado e Holleben colocado num dos quartos. Nessa madrugada "Bacuri" datilografava o "Comunicado nº 1", no qual fazia diversas exigências às autoridades, dentre as quais a libertação de 40 presos e a divulgação pela Rádio Nacional, de "*comunicados entre as regionais da organização*". Ao mesmo tempo, Mauricio deixava a Kombi num

determinado local, para ser apanhada posteriormente, a fim de levar de volta o embaixador.



COMUNICADO Nº 2 14/6/70 01:37' e ... 01:41'

1. Nos inteiramos da aceitação de nossas condições por parte da ditadura e relacionamos abaixo, a lista dos 40. O govêrno deve obter o asilo dêstes na Argélia e no caso de recusa México ou Chile (ordem prioridade).

2. A imprensa deve comprovar a presença de todos através de declarações e fotografias.

3. O govêrno deve tomar todas as medidas para evitar sabotagens, por parte de possíveis facções descontentes. Fica clara a responsabilidade do govêrno durante a viagem. Esta deve ser feita através de jato fretado para êste fim. (

4. O policiamento nas ruas deve ser diminuido, qualquer acidente no momento da libertação do Sr. Embaixador é de responsabilidade do govêrno. Comprometemo-nos a não realizar ações durante esta trégua.

(êste comunicado deve ser público em virtude compromisso)

1. Aderval Alves Coqueiro
2. Almir(Ivo ou Cézar médico prêso abril/70
3. Altair Lluchesi (capitão do exército)
4. Angelo Pezuti da Silva
5. Apolônio de Carvalho
6. Carlos Eduardo Pires FleurY
7. Carlos Frederico Fayal de Lira
8. Carlos Mino Baumfeld
9. Cid de Queiroz Benjamim
10. Daniel Aarão Reis
11. Darcy Rodrigues
12. Domingos Ferreira
13. Edmauro Guerra
14. Dulce de Souza
15. Eudaldo Gomes da Silva
16. Fausto Machado Freire
17. Fernando Nagle Gabeira
18. Flavio de Souza
19. Ieda ("nome de guerra Lídia Prêsa GB 4/1970)
20. Jeová de Assis
21. Joaquim P. Cervera (Major do Exército)
22. Jorge Raimundo Nahas
23. José Araújo Nóbrega
24. José Lavechia
25. José Ronaldo Tavares de Lira e Silva
26. Ladislau Dowbor
27. Liszt (Bruno- Adv. prêso SP 4/70
28. Marco Antonio Mayer
29. Maria José de Carvalho Nahas
30. Maria do Carmo Brito
31. Mauricio Vieira Paiva
32. Murilo Pinto da Silva
33. Oswaldo (Portuga)
34. Pedro Lobo
35. Ronaldo Dutra Machado
36. Vera Silvia Magalhães
37 - Espôsa de Domingos Ferreira
38 -"Maciel"- prêso abril/70 com Ieda -
39 -"Miguel"(ex-sargento prêso em SP maio/70
40 -"Tia" e as crianças Mãe do Paiva que está nos cartazes.

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL

Ousar lutar, ousar vencer Comando JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO

Comunicado dos Terroristas exigindo a liberação de 40 "companheiros"

Durante os cinco dias que durou o sequestro, mensagens foram trocadas entre os governos brasileiro e alemão. Seis comunicados do "Comando Juarez Guimarães de Brito" foram enviados às autoridades. Tereza os levava a Alex (sempre em três vias) que, depois de colocá-los em três locais, avisava as rádios e os jornais para apanhá-los. Diversos "comunicados internos" foram trocados

entre o comando da operação e a VPR em São Paulo, através da Rádio Nacional. Em código, eles transmitiam dados e instruções.

Nesses cinco dias, foram tranquilas as relações entre Holleben e os cinco terroristas, sempre escondidos por capuzes. A comunicação era feita por Sirkis, que em inglês, fazia o seu proselitismo, dizendo, entre outras coisas, que estavam tentando libertar seus companheiros torturados nas prisões.

Na segunda-feira dia 15, "Bacuri" seguiu para São Paulo, deixando Gerson no comando da operação. Nessa mesma noite, os 40 banidos, dentre os quais 20 da VPR, chegavam à Argélia, em avião da VARIG. Só faltava agora, soltar o embaixador. O problema foi que, ao buscar a Kombi, Maurício não mais a encontrara. Deixada num local de estacionamento proibido, ela fora rebocada pelo DETRAN.



O grupo de terroristas soltos em troca do embaixador. Note-se que nenhum deles parece ter sido "cruelmente" torturado. A moça sentada à direita é Vera Sílvia Magalhães que, por estar sentada, foi apresentada como "prova" de ter sido "barbaramente" torturada e, devido a isso, não podia ficar em pé.

Durante todo o dia seguinte, 16 de junho, os militantes buscaram uma saída para o problema, chegando, inclusive, a aventar a hipótese de levá-lo de ônibus.

Às 22 horas, chegou a solução, na forma ele um carro trazido por José Roberto Gonçalves de Rezende e Roberto das Chagas e Silva. Numa primeira leva, Sirkis e Manoel foram deixados no Méier. Na segunda, saíram Gerson, Tereza e o embaixador, largado às 23 horas, na Tijuca, próximo da Rua Barão de Mesquita.

Reconhecido por um popular, foi levado até a Embaixada portando no bolso do casaco, um documento relatando torturas que, prazerosamente, se dispôs a divulgar na Europa. Nos seus depoimentos, posteriormente prestados, o Embaixador Holleben nada falou sobre esse documento e nem sobre suas conversas em inglês com Sirkis, o que poderia tê-lo identificado.

A VPR, paradoxalmente, ganhara mais um aliado. [239]



[239] Trocados pelo embaixador alemão foram banidos 40 militantes para a Argélia, em 15 de junho de 1970. Desses 20 eram da VPR: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Göpfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araújo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislas Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antônio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira. Os outros 20 pertenciam a outras organizações comunistas: Aderval Alves Coqueiro, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamim, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antônio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

30. VPR: um 2º semestre violento

Reestruturada e com o moral alto pelo sucesso alcançado com o sequestro do embaixador alemão, a VPR ingressou no 2º semestre de 1970 disposta a incrementar suas ações violentas.

Na noite de 26 de julho, um domingo, quatro militantes da VPR do Rio Grande do Sul e mais dois do MR-26 tentaram sequestrar o gerente e o subgerente do Banco do Brasil em Gramado, a fim de levá-los a abrir o banco. Apesar de subjugarem o subgerente, o grupo que foi à casa do gerente surpreendeu-se com os gritos histéricos de sua esposa, o que os colocou em fuga.

Dois dias depois, em São Paulo, num assalto realizado em "'frente" com o MRT e o MRM, militantes da VPR roubaram mais de 40 mil cruzeiros de uma garagem da CMTC, localizada na Avenida Imperatriz Leopoldina.[240]

Em 19 de agosto, era preso em São Paulo, Ariston Oliveira Lucena, um dos assassinos do Tenente Mendes. Vinte dias depois, Lucena indicava o local onde a vítima havia sido enterrada.

Ainda em São Paulo, Lamarca participava de mais uma reunião da "frente", agora somente com a ALN e o MRT, quando se tratou das ações conjuntas para os dois meses seguintes, que culminariam com as que seriam realizadas em 4 de novembro, data do primeiro aniversário da morte de Marighela.

Na Guanabara, três ações foram realizadas pela UC/JGB no mês de agosto: no dia 6 o assalto a um posto de fiscalização do Ministério do Trabalho, em Caxias, com o roubo de carteiras de trabalho; uma semana depois, o assalto a um terminal de ônibus em Nova Iguaçu, levando uma caixa de metal onde só havia bilhetes de ônibus; e o assalto a uma garagem em Piedade, onde foram roubados um Volks e três pares de placas.

---

[240] Pela VPR participaram Yoshitane Fujimore, Ariston Oliveira Lucena e Gregório Mendonça.

No Rio Grande do Sul, a UC/MRS desejosa de redimir-se dos fracassos anteriores, em “frente” com o MCR, realizou, em 13 de agosto, assaltos simultâneos à Companhia de Fumos Santa Cruz e à Fábrica de Cigarros Flórida, de onde foram roubados cerca de 16 mil cruzeiros. Em 29 desse mês, essa "frente" assaltou a casa de armas de caça e pesca Oficina Precisão, na Rua Benjamin Constant, levando 9 revólveres calibre .32, 3 espingardas, 1 carabina e mais de 10 mil cartuchos.

No mês seguinte, setembro, mais dois assaltos foram bem sucedidos: no dia 4, ao posto de gasolina Antão Farias, de onde foram levados 2 Volks; e no dia 8, à Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses, que rendeu 6 mil cruzeiros.

Apesar de, nesse mês, terem sido presos três militantes que haviam participado da preparação da área tática de Três Passos, a UC/MRS estava exultante com as ações armadas que vinham sendo executadas. Tanto é que, no momento mesmo em que o CN colocava em discussão a possibilidade de serem criados "comandos de sabotagem", a VPR gaúcha dispensava os debates e organizava o citado comando.[241] Açodado, Isko Germer, coordenador do "comando de sabotagem" da UC/MRS, em documento datado de 28 de setembro, propunha o sequestro de "*ex-governadores, militares e diplomatas*", além de operações de sabotagem com "*bombas, minas, granadas e material incendiário*" em portos e navios.

Em São Paulo, ainda em setembro, a UC "Antônio Raimundo de Lucena" (UC/ARL) recebeu um reforço na figura de Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, vindo de Cuba trazendo 2 mil dólares. Duas ações armadas foram realizadas pela VPR na capital paulista, nesse mês: no dia 15, em "frente" com militantes da ALN e do MRT, assaltaram carro-forte da Brink’s (já narrado nas ações do MRT) e no dia 28, assaltaram e incendiaram a RP nº 53, na Rua Alcindo Guanabara, próximo da Avenida Lins de Vasconcelos, roubando os dois revólveres e a metralhadora INA dos dois policiais militares.

---

[241] O “Comando de Sabotagem” era integrado por: Isko Germer, Marco Antônio Lima Dourado, Cesar Augusto Tejera de Ré e Miguel Vinstow Golchisesek Maslak.

Mas, nem só de sucesso viveu a VPR/SP, em setembro de 1970. No dia 22, foram presos Mário de Freitas Gonçalves e sua companheira Noêmia Iba. Na tarde do dia seguinte, ao ser levado para "cobrir um ponto" nos terminais de ônibus do Anhangabaú, Mário conseguiu fugir espetacularmente, enquanto seu companheiro reagia violentamente à prisão, morrendo em consequência dos ferimentos recebidos. Identificado, pelos documentos que portava, como sendo "Edson Cabral Sardinha", só mais tarde se conseguiu levantar que o morto era o misterioso "Aribóia" - José Maria Ferreira de Araújo, ex-marinheiro com curso de guerrilha em Cuba e companheiro da paraguaia Soledad Barrett Viedma. Em seu lugar, como coordenador de uma das bases, assumiu Edson Neves Quaresma.

Na segunda quinzena de setembro, numa reunião da '"frente" decidiu-se realizar a "Campanha pelo Voto Nulo" para as eleições de 15 de novembro.

Na Guanabara, no dia 6 de setembro, um comando da VPR rendeu o gerente do União de Bancos Brasileiros, que chegava à sua residência, em Nilópolis, e obrigou-o a abrir a agência, em São João de Meriti, roubando cerca de 100 mil cruzeiros. Os militantes previstos para a cobertura da ação - Sônia Eliane Lafoz, comandante da UC/JGB, Roberto das Chagas e Silva, comandante de uma base; e José Maurício Gradel - não compareceram. Os três acabaram saindo da VPR e ingressando no MR-8.[242]

Rearticulou-se então, a UC/JGB. Como comandante, no lugar de Sônia, ascendeu Gerson Theodoro de Oliveira, e as bases foram reduzidas a duas: uma, coordenada por Alex Polari de Alverga, e a outra, por Adair Gonçalves Reis.

---

[242] Por defenderem a montagem de uma melhor infra-estrutura para a organização, antes de prosseguir nas ações, esses militantes, não atendidos, deixaram a VPR, transferindo-se para o MR-8. Foram acompanhados pelos militantes Roberto Menkes, Carmem Monteiro dos Santos Jacomini, Jesus Paredes Soto, Manoel Henrique Ferreira e Caio Salomé Souza de Oliveira.

Nos últimos dias de setembro, em "frente" com o PCBR, a UC/JGB fracassou no assalto a um carro-pagador do Bamerindus, em Nova Iguaçu.

No início de outubro, deu-se a transferência do CN de São Paulo para a Guanabara. Seguiram para o Rio de Janeiro, Lamarca, Iara, Inês Etienne e José Raimundo da Costa, com escolta fornecida pelo MRT. Depois de quase 4 meses escondidos em "aparelho" do MRT, Lamarca e Iara eram entregues a domicilio à VPR. Lamarca não se esqueceria do favor que essa pequena organização lhe havia prestado. O "casal" foi descansar, durante dois meses, em Rio D'Ouro, pequeno lugarejo situado entre Piabetá e Santo Aleixo.

Em meados de outubro, numa reunião da "frente", decidiu-se executar três sequestros consecutivos, como demonstração de força, no dia do aniversário da morte de Marighela, 4 de novembro. A ideia, como já vimos anteriormente, era libertar 200 presos.

Em São Paulo, duas prisões importantes aconteceram no dia 2 de outubro: as de Ubiratan de Souza e Valneri Neves Antunes, que haviam participado da área de treinamento do Vale do Ribeira. Seus depoimentos esclareceram detalhes ainda obscuros do que haviam feito em Registro e possibilitaram à OBAN iniciar as investigações sobre a UC/ARL.

A única ação armada da VPR, nesse mês, foi a do dia 12, quando foram roubados três carros de uma garagem em Todos os Santos, na Guanabara.

No dia 23, Lamarca divulgou o documento "Nota Complementar Sobre Guerrilha", onde eram estabelecidas as diferenças entre guerrilha tática e guerrilha irregular.[243]

---

[243] Para Lamarca, na guerrilha tática deveriam atuar grupos de militantes com regularidade e constância nas ações. Já a guerrilha irregular deveria ser desenvolvida pelos camponeses da região, treinados pelos militantes, sem regularidade e somente com pequenas ações. No Vale do Ribeira tinha havido treinamento. Na região de Três Passos haveria guerrilha tática e no Nordeste, José Raimundo da Costa preparava a irregular.

Entre os dias 1º e 9 de novembro, atendendo as recomendações "da frente", a VPR decretou uma absoluta parada nas atividades. As ações previstas para serem desencadeadas alguns dias antes de 15 de novembro, pela "Campanha do Voto Nulo", não poderiam ser prejudicadas por possíveis "quedas".

A partir do dia 10, iniciou-se a panfletagem armada em diversos bairros de São Paulo, com militantes da ALN , do MR-8, do MRT, do PCBR e da VPR. Vários foram os choques entre a polícia e os terroristas, destacando-se: o do dia 10, em Vila Prudente, quando foram baleados os soldados da PM, Garibaldo de Queiroz e José Aleixo Nunes, e o motorista de táxi José Marques do Nascimento; e o do dia 13, na Avenida das Nações Unidas, em Santo Amaro, quando foram feridos nas costas o Sargento da PM, Wilson Nora dos Santos e o Cabo Artur Ré Saraiva.

Dois dias depois das eleições, uma nova reunião da "frente" determinou a posição de "recuo" e suspendeu os três sequestros programados, apesar da opinião contrária da VPR.[244]

No dia 19, Lamarca escreveu o documento "Partido ou Proletariado?", retornando o tema "avanço ou recuo", "vanguarda ou massa", que havia, na Guanabara, provocado o "racha" dos oito militantes que foram para o MR-8. Definindo-se pelo "proletariado", Lamarca procurava demonstrar que o recuo, para a organização, não era uma posição revolucionária, sendo incompatível mesmo com os "princípios leninistas". Analisava, também, o quadro geral das esquerdas, concluindo que as organizações estavam desmembradas, isoladas politicamente e passando por uma séria crise de segurança causada, basicamente, pelo "aperfeiçoamento militar da repressão". Finalmente, estabelecia os quatro objetivos a serem atingidos pela VPR: o *"desmascaramento da ofensiva política da classe dominante*", a "*ruptura do isolamento político*" - a ser conseguida pela propaganda armada - a "*preparação da guerrilha rural*" e a "*organização de comandos de sabotagem*".

---

[244] Essa reunião está descrita no item 31 deste capítulo.

Diversos foram os documentos que circularam sobre esses comandos. O de Adair Gonçalves Reis defendia a execução de "*pequenas ações de sabotagem ou ações de terror contra edifícios públicos, representações diplomáticas, residências de empresários norte-americanos, generais, clubes de luxo frequentados pela burguesia (Iate Clube, Clube Militar), etc*". Já o de Gerson Theodoro de Oliveira preconizava a realização de sabotagem nos "*locais vitais para a normalidade da vida na cidade (usinas elétricas, gasômetros, vias de comunicação - pontes, viadutos - torres de comunicação - telégrafa, telefone, etc)*".

Ouvidas as bases da Guanabara, foi criado um Comando de Sabotagem subordinado à UC/JGB, no qual atuava Ubajara Silveira Roriz, um estranho militante oriundo da DVP e que proporia a retirada dos "*suportes da ponte Rio-Niterói*", a provocação de "*incêndios insuspeitos nos lençóis petrolíferos*", a danificação do material das usinas de eletricidade, dando "*marteladas nos pontos fracos das turbinas*" e a soltura de "*milhares de ratos em cidades siderúrgicas (como Volta Redonda)*", a fim de "*criar epidemias e paralisar a produção*". [245]

Nos dias 3 e 6 de novembro, no Rio Grande do Sul, foram presos mais dois militantes que haviam participado do treinamento no Vale do Ribeira, respectivamente, Delci Fensterseifer e Antenor Machado dos Santos. As declarações de Delci possibilitaram à polícia chegar à placa que Yoshitane Fujimore estava usando em seu carro, um Volks grená. Às 11:30 horas de 5 de dezembro, um sábado, Fujimore foi reconhecido em Vila Mariana e perseguido ao longo de várias ruas de São Paulo, até ser alcançado na Praça Santa Rita de Cássia, no Jabaquara. Saindo do Volks disparando uma metralhadora e um revólver, Fujimore e seu acompanhante, mais tarde identificado como sendo Edson Neves Quaresma, morreram no local em consequência do tiroteio estabelecido.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a UC "Manoel Raimundo Soares" prosseguia nas ações armadas, incentivada pelo êxito das

---

[245] O Comando de Sabotagem era integrado por: Maurício Guilherme da Silveira, como coordenador, Walter Ribeiro Novaes, José Carlos de Oliveira Mendes e Ubajara Silveira Roriz.

efetuadas em agosto e setembro. Na noite de 27 de novembro, junto com dois militantes do MCR, assaltaram a Casa Modelo, distribuidora dos produtos Lacta, localizada na Rua Dr. Eduardo Chartier. Procurando dar a entender que era um assalto de marginais, usaram disfarces e, além de 3.550 cruzeiros, levaram dois relógios, um rádio e chocolates.

No dia 7 de dezembro, Isko Germer, Luiz Carlos Dametto e Marco Antônio Lima Dourado executaram aquela que seria a primeira e única ação do "comando de sabotagem", ateando fogo na sede campestre do Círculo Militar - ainda em construção - em Vila Assunção, em Porto Alegre.

A última ação armada da UC/MRS foi executada na tarde de 10 de dezembro, com os assaltos simultâneos ao Banco Itaú-América, à farmácia e à tesouraria, localizadas no interior do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de onde roubaram um total de quase 73 mil cruzeiros. O "Comando Yoshitane Fujimore" que praticou a ação foi constituído por nove militantes da VPR e quatro do MCR, e chegou a disparar contra um carro que o perseguiu.

Logo depois, entre os dias 11 e 13 de dezembro, foram localizados cinco aparelhos (três da VPR e dois do MCR) e presos os militantes do MCR e 9 da VPR,[246] causando, na prática, o desmantelamento dessas duas organizações no Rio Grande do Sul. As declarações dos elementos presos, particularmente as de Carlos Alberto Tejera de Ré, possibilitariam a identificação e a prisão dos remanescentes, no ano seguinte.

Nessa época, estava em pleno andamento o sequestro do embaixador suíço, na Guanabara.



[246] Os militantes da VPR presos foram: Luiz Carlos Dametto, Carlos Alberto Tejera de Ré, Diógenes Sobrosa de Souza, Jorge Sobrosa de Souza, Edemar Meimes, Carlos Roberto Serrasol Borges, Airton Antônio Castagna, José Clayton da Silva Vanini e Flávio Gil Reis.

31. VPR: o sequestro do Embaixador da Suíça

Em meados de outubro de 1970, a "frente" composta por cinco organizações subversivas, MLN, VPR, PCBR, MR-8 e MRT, estava em plena euforia, fruto da perspectiva das ações que iram executar em conjunto, na semana do primeiro aniversário da morte de Marighela, em 4 de novembro. Dentre essas ações, a VPR planejava ativamente o sequestro que iria executar na Guanabara, o do Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, um dos três a serem sequestrados.

A morte, em 23 de outubro, de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", líder máximo da ALN e a sucessão de prisões que atingiram o PCBR, em Recife e em Salvador, arrefeceram o ânimo da "frente", agora embalada apenas pelas ações de propaganda armada que pretendia realizar alguns dias antes das eleições de 15 de novembro.

A VPR, entretanto, debruçava-se inteiramente nos preparativos para o sequestro. No dia 19 de novembro, Carlos Lamarca enviou o documento "Recorrência da VPR à Frente", no qual questionava a quantidade de presos da VPR e da ALN que deveriam ser soltos pelos três sequestros. Num total de 200 presos, dentre os quais 25 do PCBR, 15 do MR-8, 7 do MRT e 43 de outras organizações, a VPR não concordava com os 40 que a ela haviam sido propostos, em comparação com os 70 da ALN. Numa linguagem agressiva, talvez pela ausência de "Toledo", Lamarca propunha a inversão dos números, 70 para a VPR e 40 para a ALN: "*De qualquer modo*", afirmava Lamarca, "*a VPR tem como questão fechada que o número de militantes da VPR e da ALN deve ser o mesmo*".

Alguns dias depois, a ALN, o MR-8 e o MRT enviaram o documento "Ao Comando da VPR", no qual decidiam "*reabrir as discussões em torno do número de presos a ser pedido no sequestro*", fazendo, entretanto, severas críticas ao procedimento da VPR, que questionava os números estabelecidos numa reunião conjunta, à qual ela mesma havia comparecido. Sem que Lamarca percebesse, já estava embutida, no documento, a posição de "recuo" - em vez de "sequestros", a palavra vinha no singular.

O fracasso das ações de propaganda armada na "Campanha pelo Voto Nulo", ocasionando choques trágicos com a polícia e pouco rendimento, precipitou o "recuo" da "frente".

Numa reunião realizada alguns dias depois das eleições, no "aparelho" de Joaquim Alencar de Seixas do MRT, à qual compareceram Herbert Eustáquio de Carvalho e Yoshitane Fujimore, pela VPR, o MR-8, representado por Carlos Alberto Vieira Muniz, apresentou a proposta de suspensão por tempo indeterminado, dos três sequestros, até que fossem preparadas melhores condições de segurança, com "aparelhos", dinheiro, armas, documentação, esquema médico, etc. Para o MR-8, havia que se montar antes, uma infraestrutura eficiente que assegurasse o sucesso das ações. Era a posição de "recuo" que a VPR já havia discutido poucos meses antes e deliberado contra.

A maioria optou pelo "recuo", e a VPR comprometeu-se a não realizar o sequestro até a reunião da "frente", prevista para ser realizada em dois meses. Lamarca, na Guanabara, consultou as bases. Favoráveis a ação, a VPR decidiu executá-la usando a sua autonomia e à revelia da "frente".

Bem que o MR-8 tentou atrasar o sequestro, lançando a ideia de executar uma ação que iria render 20 metralhadoras. Como precisavam de fardas da PM e para provar que essa ação já estava em andamento, o MR-8 assaltou os dois policiais militares que davam guarda no Mirante Dona Marta, em Botafogo, em 27 de novembro. Chegou mesmo a pensar em não devolver uma metralhadora que a VPR lhe havia emprestado, necessária para o sequestro. Depois de acirradas discussões, concluiu que seria "oportunismo demais" e devolveu a arma.

Nada mais faltava à VPR. Os levantamentos já estavam prontos, realizados pela Unidade de Combate "Juarez Guimarães de Brito" (UC/JGB), comandada por Gerson Theodoro de Oliveira.

O esquema médico já havia sido montado por Inês Etienne Romeu, que combinara com o Dr. Edson Medeiros, ex-vereador cassado em 1964, para aguardar um telefonema até às 13 horas do dia aprazado. Se houvesse feridos, seriam recebidos por Walter Ribeiro Novaes,

que estaria aguardando com um Volks estacionado na Rua Costa Bastos, em Santa Teresa. Daí, seriam levados para um sítio da Estrada do Guerengué, na Taquara, alugado por Sinfrônio Mesaneto, onde seriam recebidos pelo caseiro Honório Amorim Bezerra, ex-militante da Ala Vermelha e da VAR-Palmares.

Os carros para a ação já haviam sido conseguidos. No dia 22 de novembro, às 6 horas, assaltaram a garagem e o estacionamento localizados na Rua de Bonsucesso, nº 500, de onde levaram três Volks - dois azuis e um branco - além de dois pares de placas e um revólver INA calibre .38. Às 5:30 horas de 30 de novembro, assaltaram, pela segunda vez, a garagem "Todos os Santos", localizada na Avenida Amaro Cavalcanti, no Encantado, de onde levaram um Aero Willys cinza claro e dois Voks, um branco e outro azul turquesa.

Como desinformação, Paulo Brandi de Barros Cachapuz daria, logo após o sequestro, diversos telefonemas para rádios e delegacias, procurando dar falsas pistas à polícia sobre o paradeiro dos terroristas.

O “aparelho” escolhido para a guarda do embaixador seria, do mesmo modo que o do alemão, a residência do "casal" Gerson e Tereza, que haviam alugado, desde julho, uma casa de três quartos da Rua Tacaratu, uma ladeira que começava em Rocha Miranda, onde havia um quartel da PM, e terminava em Honório Gurgel.

O esquema para o envio das mensagens às autoridades já estava pronto, com "pontos" anteriormente marcados entre os três "legais" do "aparelho", Gerson, Tereza e Herbert - este apresentado à vizinhança como irmão de Tereza - e Ivan Mota Dias e Zenaide Machado, que os deixariam em cinco diferentes locais, avisando logo depois, aos órgãos de comunicação social.

Os levantamentos sobre os hábitos do embaixador haviam mostrado que ele saía diariamente por volta das 8:45 horas, de sua residência na Rua Campo Belo, em Laranjeiras, e dirigia-se no seu Buick azul de chapa diplomática para os escritórios da embaixada, na Rua Cândido Mendes, na Glória. Não havia carro de segurança, com o embaixador desprezando as sugestões da Polícia Federal nesse sentido. Para ele,

o sequestro do alemão mostrara que esse carro não impediria a ação de elementos determinados a isso. Do mesmo modo, desprezara as recomendações de constantes mudanças de itinerário: de sua residência, na Campo Belo, passava pelas ruas Pereira da Silva, das Laranjeiras, Ipiranga e Conde de Baependi, chegando à Praça José de Alencar, ao Catete e daí, atingindo a Glória. Para ele, o sequestro de um embaixador suíço era improvável, já que o envolvimento do pequenino e neutro País não traria dividendos políticos aos sequestradores. Passava, portanto, diariamente, entre 8:50 e 9:00 horas, na Rua Conde de Baependi, uma rua estreita, de mão única, que liga Laranjeiras ao Flamengo. Com ele, no Buick azul, seguiam o motorista, desarmado, e um agente da Polícia Federal, com uma pistola 7,65 mm.

Depois de dois adiamentos, Carlos Lamarca marcou a ação pra o dia 3 de dezembro. Tudo pronto, com os militantes em seus postos, o comandante da operação não apareceu: Sirkis havia se esquecido de entregar-lhe a chave do Volks que o levaria e a Gerson, ao local determinado.

O ESTADO DE S. PAULO

Sequestrado no Rio o embaixador suíço

Entre 8:50 e 8:55 horas do dia 7 de dezembro de 1970, uma segunda feira, consumou-se o sequestro. O Embaixador Giovanni Enrico Bucher, de 57 anos, saiu de sua residência na hora prevista, com o motorista Hercílio Geraldo e o agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo.

Um pouco antes de entrar na Rua Conde de Baependi, Adair Gonçalves Reis, que estava como "olheiro", deu um sinal para Gerson Theodoro de Oliveira e saiu a pé da área. Gerson, por sua vez, sinalizou a Alex Polari de Alverga, que ligou o motor de seu Aero-Willys cinza claro, estacionado na calçada da esquerda, perpendicularmente à rua, na altura do nº 63. Segundos depois, avançou em direção a contramão, chegando a tocar com o para-choque do seu carro com o do Buick azul. Ao mesmo tempo, Inês Etienne Romeu, num Volks azul estacionado junto à calçada da direita, deu marcha a ré, impedindo a fuga do Buick por esse lado. Enquanto isso, um Volks branco, dirigido por Maurício Guilherme da Silveira; simulava uma pane na esquina da Rua Senador Correia, impedindo o acesso de outros veículos à Conde de Baependi, e Herbert Eustáquio de Carvalho dava segurança à operação. Lamarca (de cavanhaque, terno e gravata) e Gerson, com metralhadora, aproximaram-se pela direita do Buick.

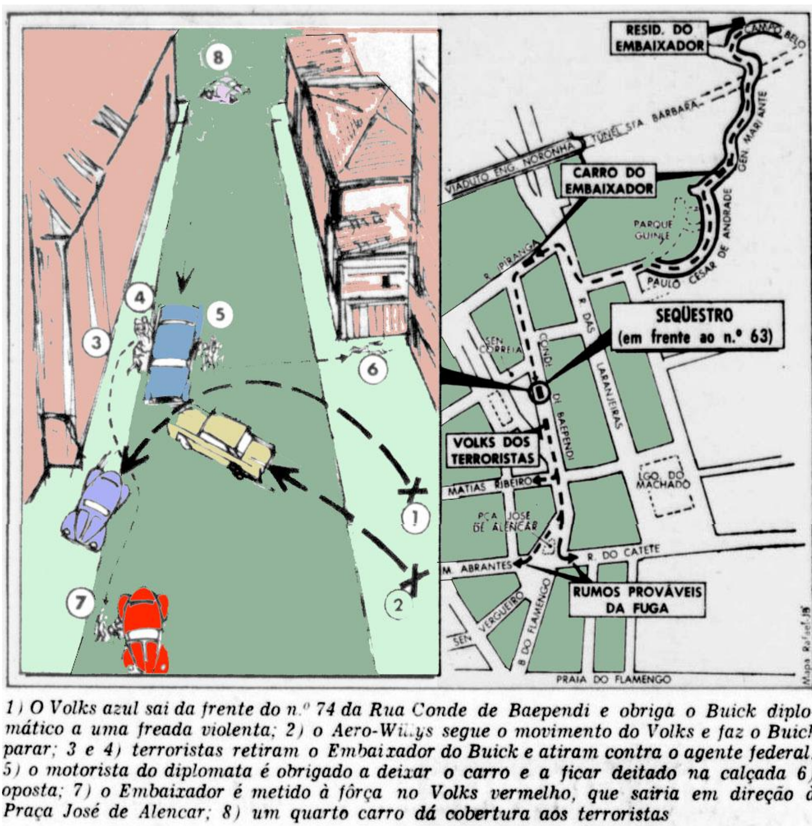
Lamarca bateu no vidro da janela do agente de segurança e abriu a porta, desfechando-lhe dois tiros com um revólver Smith & Wesson calibre .38, cano longo, a uma distância de um metro: o primeiro tiro atingiu o teto do carro e o segundo, as costas do agente que, por instinto de defesa, se virara.[247]

Alex retirou o motorista, Hercílio Geraldo, obrigando-o a deitar-se de bruços na calçada. Aproveitando um descuido, Hercílio fugiu, saindo correndo por entre as obras de um prédio em construção. O apavorado embaixador, retirado do carro, foi levado por Inês a um Volks azul-turquesa, dirigido por José Roberto Gonçalves de Rezende.

Alex, Herbert e Inês fugiram no Volks branco de Mauricio, que saiu na contramão, sendo posteriormente abandonado numa transversal da Rua Riachuelo. Lamarca e Gerson, com o embaixador, fugiram no Volks de José Roberto. A ação durou pouco mais de 30 segundos. Na fuga, Bucher pode vislumbrar dois soldados da PM que corriam para o local dos tiros, vindos da Praça José de Alencar, onde atendiam a um acidente de trânsito, a 100 metros do local do sequestro.

[247] O agente da Polícia Federal Hélio Carvalho de Araújo, com a medula totalmente seccionada pelo projétil, viria a falecer às 2:00 horas do dia 10 de dezembro d 1970, no Hospital Miguel Couto.

Abandonados na Conde de Baependi, ficaram o Aero-Willys e o Volks usados para fechar o Buick.



1) O Volks azul sai da frente do n.º 74 da Rua Conde de Baependi e obriga o Buick diplomático a uma freada violenta; 2) o Aero-Willys segue o movimento do Volks e faz o Buick parar; 3 e 4) terroristas retiram o Embaixador do Buick e atiram contra o agente federal; 5) o motorista do diplomata é obrigado a deixar o carro e a ficar deitado na calçada 6) oposta; 7) o Embaixador é metido à fôrça no Volks vermelho, que sairia em direção à Praça José de Alencar; 8) um quarto carro dá cobertura aos terroristas

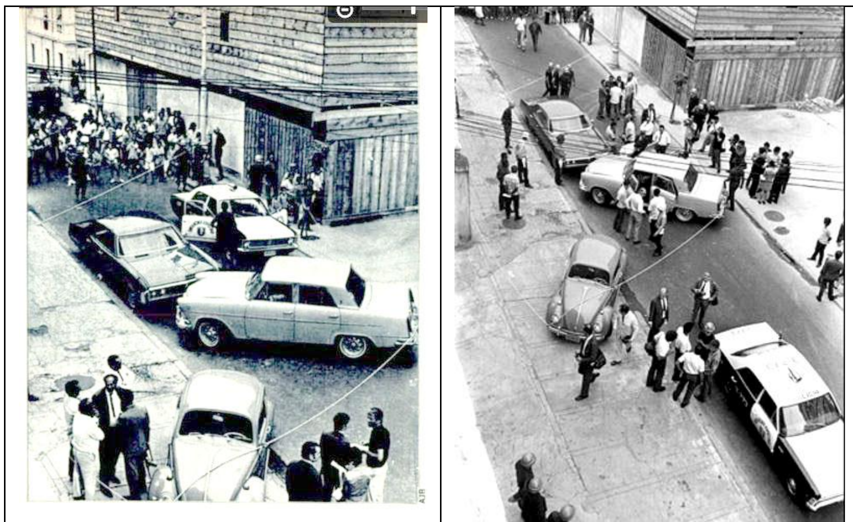
Dentro deste, inclusive sobre o corpo ensanguentado do agente, panfletos do "Comando Juarez Guimarães de Brito", da VPR, tentavam justificar a "Operação Joaquim Câmara Ferreira" e afirmavam, paradoxalmente: "*Deste instante em diante, a vida do Sr. Embaixador está sob inteira responsabilidade do Governo*".

Cerca de 15 minutos depois, após ultrapassar o Túnel Santa Bárbara, José Roberto deixou Lamarca, Gerson e Bucher na Rua Miguel de Paiva, onde embarcaram no Volks branco de Sirkis. Subiram um pouco por Santa Tereza, desceram ao Rio Comprido e passaram,

sucessivamente, pela Tijuca, pelo Engenho Novo e por Cascadura, onde trocaram as placas. Seguindo por Madureira, atingiram o "aparelho" da Rua Paracatu, em Rocha Miranda, às 9:45 horas, onde já os esperava Tereza Ângelo.



Hélio Araújo, o agente encarregado da segurança de Bucher, morreu quarta-feira



Fotos do local logo após o sequestro

Nesse período, os órgãos policiais desencadeavam operações de bloqueio em diversas saídas da Guanabara. Entretanto, os telefonemas dados por Paulo Brandi de Barros Cachapuz conduziam o grosso das forças para as matas da Floresta da Tijuca e desviavam sua atenção dos subúrbios da Leopoldina. Alguns momentos depois da chegada ao "aparelho", Bucher pediu que seus sequestradores queimassem um documento que fora encontrado em sua pasta - uma análise da situação brasileira - no que foi atendido.[248]

Durante os 40 dias que duraram as negociações, cinco militantes cuidaram do embaixador: Lamarca, Herbert, Gerson, Tereza e Sirkis. Foi bem tratado, chegando a receber duas bermudas, duas camisas, chinelos, cigarros, remédios e até, um ventilador para enfrentar o forte calor do verão carioca. Constantemente, jogava "biriba" em parceria com seus sequestradores e tomava banho de sol, no pequeno quintal dos fundos. Chegou a ser fotografado e respondeu, num gravador, a uma dezena de perguntas que lhe haviam sido enviadas pela revista alemã "Stern". Inicialmente de capuzes, uma semana depois, os cinco militantes ficaram com os rostos descobertos.[249]

Algumas horas depois do sequestro, a VPR enviou o "Comunicado nº 1", um "Manifesto do Povo Brasileiro", uma "Carta Aberta à Embaixada Suíça" e uma carta de Bucher, de próprio punho. Entre as diversas exigências, três destacavam-se:

- a divulgação do "Manifesto do Povo Brasileiro", por dois dias consecutivos, na primeira página dos jornais e, em todas as rádios e TVs do País, às 6, 12, 18 e 20:30 horas;
- a cessão de passagens gratuitas nos trens suburbanos da Central e da Leopoldina, durante dois dias; e
- a liberação de 70 presos para o Chile, a Argélia ou o México.

---

[248] Em suas declarações depois de solto o Embaixador, obviamente, esqueceu-se desse detalhe.

[249] Bucher disse que seus sequestradores ficaram de capuzes o tempo todo. Naquela época com as fotos existentes nos arquivos dos órgãos de segurança, os cinco militantes poderiam ter sido identificados.

Ao meio-dia de 9 de dezembro, uma nota oficial do Ministro da Justiça afirmava que "*o Governo Brasileiro, no empenho de preservar a vida e a liberdade do Embaixador da Suíça*", estava aguardando uma carta de próprio punho do Embaixador e a "*relação nominal dos terroristas presos*". Nessa mesma tarde, a VPR expediu o "Comunicado nº 2", dizendo que só divulgaria a lista dos 70 presos após cumpridas as exigências. Quatro dias depois, novamente a VPR cobrou essas exigências, através do "Comunicado nº 3" e, no dia 16, com o "Comunicado nº 4".

Por esses dias, instaurara-se uma verdadeira confusão nos órgãos de segurança, abarrotados por falsas denúncias anônimas, falsas exigências e falsos comunicados. Peritos grafotécnicos eram chamados para verificar a autenticidade dos comunicados. Apesar dos verdadeiros terem sido encaminhados com a assinatura do embaixador, alguns outros já apareciam com essa assinatura e só a pericia pode mostrar a falsificação.

No dia 17, o Governo deu a garantia da libertação dos presos e, no dia seguinte, a VPR enviou o "Comunicado nº 5", com a lista dos 70. Na segunda-feira, 21 de novembro, o Governo respondeu que aceitava libertar 51 da lista. Não concordava, entretanto, com os outros 19, pelos seguintes motivos: 6 eram autores de sequestros, 4 estavam condenados à prisão perpétua ou a penas elevadas, 3 haviam cometido homicídios, 1 não estava identificado, 1 não queria ir e 4 já estavam em liberdade.

A partir desse momento, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" entrou numa série de discussões para ver se matavam ou não o embaixador. No dia seguinte, Lamarca enviou um "Comunicado Especial", não aceitando a preterição dos 13 e concordando com a substituição dos 6 seguintes. Redigido em forma de ultimato o final do comunicado trazia a sombria advertência de que estavam "*firmes no propósito de executar a sentença de morte*". Ao mesmo tempo, Lamarca determinou que os militantes das duas bases enviassem, por escrito, a respectiva posição.

No documento de Adair Gonçalves Reis, datado de 24 de dezembro, aparece:

"*Propomos a marcação imediata da data e horário para o justiçamento, com comunicado à ditadura. Prazo mínimo de 48 horas e máximo de 72 horas, tomando as 18 horas da tarde como horário básico*".

Em 26 de dezembro, Zenaide Machado afirmava:

"*A saída é pagar o preço alto e carregar um defunto que irá muito nos incomodar*".

Nessa mesma data, Ivan Mota Dias declarava:

"*Demorando a resposta da ditadura ao comunicado especial, damos um ultimatum que se não for aceito nos levará a 'fechar' o cara. Havendo resposta negativa ao comunicado especial, pode-se pensar em negociar com o Feller.*[250] *Eu penso que 6 ou 8 milhões de dólares seriam possíveis de serem obtidos e parte desse 'tutu' poderia ser entregue ao Jamil*[251] *na Europa, através dos contatos suíços em Genebra (os caras daquela Liga de Direitos Humanos). O pessoal de lá teria 'tutu' para voltar e para comprar equipamentos interessantes para lutar aqui, inclusive armas*".

Ubajara Silveira Roriz, o mesmo que, aventara a ideia de soltar milhares de ratos nas cidades siderúrgicas, defendia "*fazer a ditadura levar o cadáver do embaixador atravessado na garganta, nas suas andanças pelo mundo*".

Nas respostas, somente Alfredo Hélio Sirkis e José Roberto Gonçalves de Rezende não viram dividendos políticos na morte do embaixador. Dentre os cinco militantes confinados no "aparelho" da Rua Tacaratu, inicialmente Sirkis ficou isolado, numa posição absolutamente minoritária. Com as respostas e o passar dos dias, Lamarca mudou a sua posição. Mesmo assim, eram cerca de 15 votos contra 3, a favor da execução. Lamarca, como comandante em chefe da VPR, exerceu

---

[250] Max Feller, embaixador substituto.

[251] "Jamil" era o codinome de Ladislas Dowbor.

o seu poder de veto, sustou a execução e enviou uma lista substituindo os 13.

Sem o saber, Bucher nunca estivera tão perto da morte como naqueles dias em torno do Natal do ano de 1970.

No dia 28, o Governo informou que, da nova lista, muitos também não poderiam ser libertados, pelos mesmos motivos anteriores; outros, inclusive, não desejavam sair do País. No dia 30, a VPR enviou nova lista.

Já aliviados pela decisão de negociar, os sequestradores resolveram fazer uma festa na passagem do ano, com o comparecimento dos vizinhos; no quarto dos fundos, escondidos, só ficaram Sirkis e o embaixador.

No dia 4 de janeiro, o Governo informou a preterição de mais 9 presos, no dia seguinte substituídos por nova lista enviada pela VPR. No dia 6, nova preterição de mais 4 e, um dia depois; nova lista substituindo esses 4.

No dia 11, uma nota do Ministro da Justiça condicionava o embarque dos 70 presos (já reunidos na Guanabara) a um comunicado da VPR comprometendo-se a libertar o embaixador, comprometimento esse enviado no dia seguinte.

Às 24 horas de 13 de janeiro de 1971, os 70 presos escoltados por 3 agentes da Polícia Federal decolaram do Galeão, num Boeing da VARIG, aterrando as 4:15 horas no aeroporto de Pudahuel, em Santiago do Chile, sendo fotografados ao lado do avião com os braços erguidos e os punhos cerrados. Era a saudação dos "vitoriosos" comunistas às dezenas de militantes que os aguardavam nas varandas do aeroporto, com faixas e cantos dos hinos nacionais do Brasil e do Chile, entremeados pelo hino da Internacional Comunista, por sambas brasileiros e pelo coro de "*assassinos filhos da puta*", dirigido ao avião.

Um dos agentes da Polícia Federal desceu do avião para colher a assinatura das autoridades chilenas pelo recebimento dos banidos. Ao dizer que tinha uma correspondência para o Adido Militar

brasileiro, o Comissário Hugo Toro, afirmando que "*aqui quem manda sou eu*", arrebatou-lhe o documento diplomático, rasgou o envelope e saiu a fim de lê-lo.



Os setenta terroristas trocados pelo Embaixador

Depois de ficar duas horas guardado por agentes chilenos armados, o agente da Polícia Federal foi liberado. Às 6:45 horas o avião decolou e 4 horas depois, aterrissava no Galeão.

Para a liberação do embaixador, do mesmo modo que a do alemão, a VPR estava com problemas de carro: o Volks previsto havia sofrido um acidente, quando Walter Ribeiro Novaes entrou na traseira de um caminhão, na Avenida Brasil.

No dia 15, Lamarca abandonou o aparelho, indo encontrar-se com Iara Iavelberg, vinda de São Paulo.
Ao alvorecer de 16 de janeiro de 1971, Sirkis e Gerson, no Volks acidentado, levaram o embaixador até próximo ao penhasco da Igreja da Penha, onde o deixaram às 5:05 horas. O diplomata suíço

apanhou um táxi e, seguindo rigidamente as instruções de seus sequestradores, dirigiu-se para a casa de um dos conselheiros da Embaixada, próxima ao Largo do Machado. Logo depois, foi para a sua residência, num carro diplomático, nela entrando sem ser percebido pelas dezenas de jornalistas e policiais que aguardavam, havia dias, a sua chegada de táxi.

Ainda nessa manhã, Bucher, acompanhado de sua governanta, foi fotografado, sorridente e queimado pelo sol. Depois de 40 dias, o Sr. Embaixador voltava para o seu mundo.[252]



[252] Dos 70 banidos para o Chile, em 13 de janeiro de 1971, em troca da vida do embaixador suíço, 24 eram militantes da VPR: Antônio Expedito Carvalho Pereira, Antônio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Piola, Christóvão da Silva Ribeiro, Delci Fensterseifer, Encarnación Lopes Peres, Geny Cecília Piola, Ismael Antônio de Souza, João Carlos Bona Garcia, Jovelina Tonello do Nascimento, Luiz Alberto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Pedro Chaves dos Santos, Roberto Antônio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Ubiratan de Souza, Valneri Neves Antunes, Wânio José de Matos, e Wellington Moreira Diniz. Os outros 46 pertenciam a outras organizações subversivas: Afonso Celso Lana Leite, Afonso Junqueira de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Carlos Bernardo Vainer, Carmela Pezzuti, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Derly José de Carvalho, Edmur Péricles Camargo, Elinor Mendes Brito, Francisco Roberval Mendes, Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Irani Campos, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Marc Friedrich Charles Van der Weid, João Batista Rita, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Julio Antônio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchoa Regueira, Mara Curtiss de Alvarenga, Marco Antônio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unger, Paulo Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Viegas, Pedro Paulo Bretãs, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis Laugery de Carvalho, Samuel Aarão Reis, Sonia Regina Yessin Ramos, Takao Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan Vatutin Herzcher Borges, Vera Maria Rocha Pereira, Washington Alves da Silva, e Wilson Nascimento Barbosa.
Obs: Geny Cecília Piola casada com Bruno Pioli, levou suas três filhas menores, Tatiana, Kátia e Bruna.(NE)

32. VAR-P enfrenta sucessão de crises

No primeiro dia do ano, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P), a título de comemorar o aniversário da revolução cubana, sequestrou em pleno voo um avião Caravelle da companhia Cruzeiro do Sul, que fazia a linha Montevidéu-Porto Alegre-Rio de Janeiro, desviando-o para Cuba. O sequestro foi planejado por James Alen Luz, que o executou juntamente com Athos Magno Costa e Silva, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, Isolda Sommer, Nestor Guimarães Herédia e Marília Guimarães Freire, esposa do terrorista Fausto Machado Freire. Os objetivos reais do sequestro eram realizar a propaganda política da organização, conseguir treinamento militar para esses militantes em Cuba, e retirar do País Marília Freire, militante da ALN. Não obtendo o treinamento militar que desejava, a VAR-P ainda perdeu os militantes Isolda Sommer e Athos Magno, que, desgostosos com a falta de coordenação da organização, a abandonaram.

Enquanto isso, cumprindo as decisões da reunião realizada no final do ano anterior, em Guarapari/ES, os integrantes da CN deslocaram-se para as áreas onde lhes cabia assistir aos CR, para discutir as resoluções aprovadas nessa reunião.

Na primeira quinzena de janeiro ocorreram inúmeras prisões de militantes da VAR-P em Minas Gerais. Dos militantes remanescentes, uma parte passou a integrar um grupo dissidente autodenominado "Grupo de Política Revolucionária" (GPR), que no mês seguinte se desligaria da VAR-P, e o restante que permanecia na organização, deslocar-se-ia para o Rio de Janeiro, provocando a desarticulação do CR/MG.

Em São Paulo, nesse início de ano, igualmente ocorreram várias prisões, com a apreensão de quase todo o armamento da organização distribuído a esse Comando Regional, e vários militantes

do Setor de Operações, em fase de formação, abandonaram a organização.[253]

No início de fevereiro, a VAR-P promoveu uma reunião, na Guanabara, dos dirigentes do CN, que integravam a Executiva de Luta Secundarista, para discutir as quedas ocorridas nos CR/SP e CR/MG. Por questões de segurança e ao efetuarem um balanço geral da organização, essa reunião foi transferida para Araruama, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro e transformada em reunião do Comando Nacional. Durante esse evento, foram decididas a extinção do CR/MG, a regionalização dos integrantes do CN e o atrelamento do CR/GO à Executiva de Trabalho Principal. Foi elaborado ainda, um documento, no qual eram definidos o militante, o parapartidário, o simpatizante e o aliado, e estabelecidas as linhas gerais para a tática operária.[254]

Em março, Jorge Eduardo Saavedra Durão viajou para o Chile e Uruguai, com a finalidade de contatar exilados, encaminhar um investimento financeiro da organização, ao final não realizado, comprar armas, providenciar o envio de material político para o Brasil e acertar a remessa de notícias brasileiras para a FBI. Ainda em março, no dia 2, em “frente" com o M3-G, o CR/RS assaltou a agência do Banco do Brasil, em Viamão, roubando Cr$ 7.400,00.

De volta do exterior, Jorge Eduardo reuniu-se com o grupo encarregado da imprensa nacional e foi elaborado o primeiro número do jornal interno "Palmares", cuja impressão teve que ser feita na

[253] Nesse período foram presos, entre outros: Amilcar Bayard e Dilma Vana Roussef Linhares, esta integrante do CR; e abandonaram a VAR-P: Sonia Cardoso, Everardo Nóbrega Queiroz e Leda R. Amaral Queiroz.

[254] Ao final, fez-se a divisão de responsabilidades, designando-se Jorge Eduardo Saavedra Durão para o CR/RS, também responsável pela Imprensa Nacional, Carlos Franklin Paixão de Araújo para o CR/SP, Cláudio Jorge Câmara para o CR/CE - devendo, ainda, assistir os elementos de MG e BA e o Setor de Comunicações - Mariano Joaquim da Silva para o Nordeste, onde deveria abrir uma frente de trabalho, enquanto Fernando Luiz Nogueira de Souza, recém cooptado para o CN, receberia os contatos em Goiás e, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas, integraria a Executiva de Luta Principal.

imprensa do CR/RS, em face das prisões ocorridas no grupo da imprensa nacional, que praticamente o desestruturou.[255]

Tendo em vista a deserção de vários elementos do Setor de Operações do CR/SP, Carlos Franklin Paixão de Araújo solicitou a transferência da Guanabara para São Paulo de Adilson Ferreira da Silva, dando-lhe a incumbência de reestruturar o setor. Com a transferência de elementos de outros CR iniciou a organização dos setores estudantil, operário e de inteligência. Em março, o Setor de Operações realizou um assalto à empresa "ABC Transporte Coletivo", que rendeu Cr$ 6.000,00 à organização. Em abril, um novo assalto, agora ao supermercado do SESI, no Cambuci, rendeu pouco mais de Cr$ 5.000,00.

Enquanto o CR/RS e CR/SP iam se organizando na Guanabara, boa parte dos militantes da VAR-P, identificando-se com as posições militaristas e vanguardistas da VPR, passou para essa organização, inexistindo, praticamente, o CR/GB. Na Bahia e no Nordeste o trabalho principal não se desenvolvia.

Em fins de abril e começo de maio, a VAR-P realizou na cidade de São José dos Pinhais (PR) uma nova reunião de seu CN. [256] Durante essa reunião foi elaborada uma série de documentos e aprovado o início de uma campanha denunciando a "tortura de presos políticos" e o "desmascaramento da farsa eleitoral" de 15 de novembro.[257]

---

[255] Foram presos do setor de imprensa nacional: Antônio de Pádua Prado Jr, sua esposa Iara Glória Areias Prado e Rui Goethe da Costa Falcão.

[256] O CN estava constituído por: Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Franklin Paixão de Araújo, Cláudio Jorge Câmara, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Mariano Joaquim da Silva e o seu mais novo integrante, Fernando Luiz Nogueira de Souza.

[257] Durante essa reunião foram elaborados os seguintes documentos: “Tática Para o Trabalho no Campo”, “Programa Tático de Lutas”, “Propaganda Armada”, “Luta Ideológica”, “Diretrizes para o Movimento Estudantil”, “Agitação e Propaganda”, “Carta da VAR ao POC e PRT” (propondo a formação de uma “frente”), “Informe sobre o CPR” e “Homenagem a um Revolucionário Morto” (Juarez Guimarães de Brito).

Feito um balanço dos meios e das atividades da organização, constatou-se que, dos 800.000 dólares que dispunha em outubro do ano anterior, restavam apenas 350.000, decidindo-se distribui-los entre os CR e o trabalho principal. Não houve acordo quanto à proposta de suprimir os trabalhos na Bahia e no Nordeste, de modo a fortalecer os CR do Centro-Sul. O assunto ficou para ser cuidado num Congresso Extraordinário, convocado para fins de agosto e início de setembro quando, além de se decidir esse assunto, deveria ser eleito um novo CN.

A organização, porém, não conseguia deslanchar. No CR/RS o trabalho resumia-se ao Setor Operário, que foi desestruturado com a ocorrência de inúmeras prisões nos meses de maio e junho, inclusive a de Jorge Eduardo Saavedra, do CN. Em São Paulo, houve novos "desbundamentos" no Setor de Operações, e os Setores de Imprensa, Operário e Estudantil tinham reduzida capacidade de atuação. Também era ineficiente o Setor de Inteligência, que tinha como um de seus responsáveis Elizabeth Mendes de Oliveira - "Bete Mendes". Este setor nunca chegou a estruturar-se efetivamente, cumprindo apenas tarefas referentes a documentação. Além da falta de experiência e preparo político de seus integrantes, Bete Mendes e Roberto Bielawski levavam constantemente para o Setor, os seus problemas pessoais. Na Guanabara, com a prisão de Cláudio Jorge Câmara, do CN e assistente do CR/GB, este foi, praticamente, desarticulado.

Em razão da prisão dos dois membros do CN em julho, decidiu-se adiar o congresso extraordinário marcado para o final de agosto. Porém, nos meses de agosto e setembro, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, eram presos dois outros membros do CN, Carlos Franklin Paixão e Fernando Luiz Nogueira. Este último, por ocasião de sua prisão, tentou o suicídio, tendo sido conduzido ao Hospital Souza Aguiar, onde foi posto fora de perigo. Após essas prisões, os dois membros remanescentes do CN, incapazes de resolver a crise que se abatera sobre a organização, voltaram a convocar um Congresso Nacional, então marcado para o primeiro trimestre de 1971, em Recife.

Durante esse período o CR/SP, através de seu Setor de Operações, ainda realizou alguns assaltos. Assim, em julho, assaltou o

supermercado Pão de Açúcar, da Rua Conselheiro Furtado, sendo roubada a quantia de Cr$ 20.000,00. No mês de setembro, realizou dois assaltos, em "frente" com o PRT, ambos ao supermercado Pão de Açúcar, o primeiro na filial da Rua Afonso Brás e o segundo na filial da Rua Baturité.

No mês de setembro, voltaram a ocorrer várias prisões no CR/SP, entre os quais Elizabeth Mendes de Oliveira e Maria Celeste Martins, esta última do CR.

Praticamente desarticulada e acéfala no restante do País, a VAR-P continuava a existir pelas atividades do CR/SP, que ainda realizou algumas ações armadas no último trimestre do ano. Em outubro, assaltou o supermercado Peg Pag, da Avenida Paes de Barros e a empresa Paulista de ônibus, localizada na Rua Pascoal Ranieri Mazzilli. No mês de novembro, fez nova carga sobre o supermercado Pão de Açúcar - primeiro assaltando novamente a filial da Rua Baturité e depois, a da Rua Barão de Jundiaí, este último em “frente” com o PRT.

Durante todo esse ano, debatendo-se em sucessivas crises provocadas pelas constantes prisões e deserções, a VAR-P não conseguiu estruturar, com eficiência, os seus diversos organismos, nos diferentes níveis, e tudo indicava que a organização duraria enquanto restassem os dólares provenientes da divisão ocorrida apos o “racha” de setembro/outubro de 1969.



33. O surgimento da Dissidência da VAR-Palmares (DVP)

Em setembro de 1969, durante o "Congresso do Racha" da VAR Palmares (VAR-P), Apolo Heringer Lisboa havia permanecido como voto isolado, contrário às posições defendidas pela VAR-P e pela VPR, por ele consideradas como foquistas. Através de seus documentos “Contribuição a uma Autocrítica da Organização" e "Revolução no Foquismo", assinados com o pseudônimo de "Hélio Moreira", Apolo

negava à coluna guerrilheira o seu papel primordial e defendia a formação de guerrilhas irregulares em vinculação com a massa.

Em 15 de novembro, o documento "Carta Aberta à Direção" formalizava o afastamento do grupo liderado por Apolo, constituído por sua esposa Carmen Helena do Vale Heringer Lisboa, o boliviano Mario Bejar Revollo e sua companheira Sílvia Lajes de Oliveira. Estava criada a Dissidência da VAR-Palmares (DVP) que, logo depois, receberia a adesão de elementos oriundos do setor operário da VAR-P.

Nessa época, estava em gestação outra dissidência na VAR-P, constituída por elementos do setor estudantil que haviam sido do antigo Comando Secundarista (COSEC) da Guanabara. Formando o autodenominado Grupo de Política Revolucionária (GPR),[258] iniciaram uma aproximação política com a DVP e romperam formalmente com a VAR-P, em fevereiro de 1970, através do documento "Carta Aberta".

As prisões de numerosos militantes da VAR-P em Minas Gerais, ocorridas em janeiro, haviam provocado uma debandada de e seus integrantes. Os que se dirigiram à Guanabara, mais de uma dezena, integraram-se uns ao GPR e, outros à DVP.

Na primeira quinzena de março de 1970, o GPR incorporou-se à DVP, sendo constituída a primeira Direção da Organização (DO), com Apolo e Carmen pela DVP e Cláudio Antônio Gonçalves pelo GPR. Estruturada basicamente na Guanabara, no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense e Volta Redonda) e em Minas Gerais, a DVP possuía quatro setores subordinados diretamente à DO: o Setor Operário, que tinha a responsabilidade do trabalho de massa e do recrutamento junto à classe operária; o Setor de Imprensa, para elaborar e distribuir os documentos da organização; o Setor da Pequena Burguesia, para as discussões políticas e ideológicas, além de angariar fundos provenientes de contribuições; e o Setor Estudantil, constituído com base nos militantes oriundos do GPR.

---

[258] Os principais líderes do GPR eram: Cláudio Antônio Gonçalves Egler, João Cesar Belizário de Souza, Leonardo Valentini, Clero José Praia Fiúza, Laert Seixas Wilmana Pereira e Gustavo José Meyer.

Ainda ligado à DO, foi criado um Grupo de Operações (GO), para as ações armadas, cujos componentes realizaram treinamentos de tiro, com revólveres .32 e .38, em Coroa Grande, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Pensando nas guerrilhas irregulares, Mário Bejar Revollo integrou-se à área de treinamento da VPR, em Registro.

Em 29 de março, a DVP iniciou suas ações armadas de forma violenta. Silvia Lajes de Oliveira, Tomas David Weiss, Leonardo Valentini e Eurico Natal tentaram roubar um automóvel no bairro de Ipanema, na Guanabara. Ao passarem pela Avenida Vieira Souto, foram abordados por uma viatura policial, cujos integrantes desconfiaram das intenções do grupo. Sílvia iniciou o tiroteio, sendo feridos o agente Hélcio Gomes de Moraes, com um tiro no pescoço, e um vigia noturno, Antônio dos Anjos Ferreira, baleado na perna. Leonardo Valentini, ferido no ombro, foi atendido pela médica Graciela Meienberg Fadul ("Júlia"), mãe do militante Antônio Carlos Meienberg Fadul.

Temeroso das investigações que seriam desencadeadas, Eurico Natal entregou a Geraldo Ferreira Damasceno as armas que guardava em sua residência - uma carabina .44 e cinco revólveres .38 com munição - acondicionadas numa mala. Três semanas depois, tranquilizado quanto a segurança, pediu a devolução das armas, só recebendo, depois de muita insistência, a mala cheia de tijolos. Geraldo, precisando de dinheiro, havia vendido as armas.

Levado o caso à DO, instalou-se, em maio, um Tribunal Revolucionário, integrado por Apolo, sua esposa Carmen, Eurico, João Leite e Sílvia, no “aparelho” dos dois primeiros militantes, em Sepetiba, o qual decidiu, por unanimidade, o "justiçamento" de Geraldo Ferreira Damasceno. Apesar de avisado por Jonas Soares, Geraldo confiava que a DVP, no máximo, o expulsaria.

Às 23 horas de 29 de maio de 1970, com a cobertura de Jonas Soares e Paulo Roberto Machado da Silva, Apolo Heringer Lisboa e João Leite Caldas encontraram Geraldo em frente ao nº 55 da Rua Leblon, em Duque de Caxias, só que acompanhado de um seu amigo, de nome Elias dos Santos. Previsto para ser morto a facadas, a presença de Elias modificou o planejamento da dupla assassina. Ali

mesmo, Geraldo foi abatido com seis tiros desfechados por Apolo, e Elias morreu para não haver testemunhas, com um tiro disparado por João Leite.

Pouco mais de duas semanas depois, na noite de 16 de junho, Apolo, João Leite e Paulo Roberto tentaram roubar um Volks de um casal de namorados, estacionado na Rua Otranto, em Vigário Geral. Recebidos a tiros pelo proprietário do carro, Apolo e Paulo Roberto fugiram, deixando João Leite Caldas agonizante na calçada.

Os dois fracassados assaltos e o "justiçamento" provocaram a saída de diversos militantes da DVP, no segundo semestre de 1970, além da extinção do CO e da criação de uma coordenação operária a fim de fortalecer os trabalhos nesse setor.

Por discordarem da suspensão das ações armadas, Mário Bejar Revollo, Sílvia Lajes de Oliveira e Tomas David Weiss foram expulsos da organização, em novembro.

Inviabilizada como organização militarista, a DVP procuraria novos caminhos, no trabalho de massa junto à classe operária.



34. A desarticulação da REDE

No início da 1970, a REDE perdeu importantes militantes do seu grupo de ação.[259] Pela total falta de efetivo, ela passou a realizar, apenas, ações em "frente" com outras organizações. No dia 11 de março, a REDE participou com a VPR e o MRT do sequestro do cônsul japonês. Em 2 de maio, o assalto à Companhia de Cigarros Souza Cruz, no Cambuci, em São Paulo, foi realizado em "frente" com o

[259] Walter Olivieri abandonou a organização, Gilberto Faria Lima, no início de janeiro, tinha se deslocado para a área de treinamento de guerrilhas da VPR em Registro, SP; e os militantes Elias Mejias Júnior e José Bezerra do Nascimento, por questões de segurança, foram desligados das ações armadas.

MRT e o MRM. Nesta ação, houve mais uma oportunidade para "Bacuri" exercitar o seu instinto assassino: o guarda particular João Batista de Souza foi morto a tiros por ele, sem ao menos ser instado a render-se.

Em maio, ocorreram as "quedas" que esfacelaram a REDE e provocaram o seu desaparecimento como organização. Praticamente, só restaram o casal "Bacuri" e Denize Peres Crispim e o militante Almir Marun Cury que, por afinidade e por falta de opção, se ligaram à ALN.

Dessa forma, desaparecia a REDE, que se notabilizou, no seu curto período de existência, pela violência - aspecto característico transmitido pela personalidade de seu celerado líder, Eduardo Leite ("Bacuri").



35. As contradições afloram dentro da Ação Popular

No início de 1970, novas alterações ocorreram na articulação nacional da AP. A saída da organização do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que "ganhou" a maioria dos militantes de sua regional para o PRT, provocou o desmantelamento da Região 10 (Goiás-DF), com sua posterior extinção pela Direção Nacional.[260]

Os impactos no trabalho camponês, representados pelas "quedas", em meados de 1969, no Vale do Pindaré/MA e na Zona da Mata/PE, foram recompensados pelo trabalho de implantação das Regiões 9 e 10 (Especiais). A R-9 Especial foi estabelecida na região de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina na Bahia, através da direção. de Ronald Cavalcanti de Freitas. A R-10 Especial fixava-se na região do Vale do Cariri, no Sul do Ceará, orientada por José Luís Moreira Guedes e Rui Soares Frazão. As duas regiões, consideradas assunto

[260] O trabalho remanescente existente em Goiânia, Brasília e Anápolis, ficou a cargo de um Comitê Seccional, subordinado à Região 5 (Minas-Goiás).

do mais alto sigilo na organização, ligaram-se e eram diretamente orientadas pela Comissão Executiva Provisória (CEP).

No início de 1970, tomava corpo na AP a ideia de deslocar dirigentes nacionais da organização para o interior do País. Sob o nome código de "Projeto Ho-Chi-Min", previu-se a cidade de Feira de Santana, na Bahia, para a instalação da Direção Nacional. O objetivo do deslocamento era evitar a militância em São Paulo e nos grandes centros, onde a ação policial se tornara intensa.

Preocupada com a segurança da organização, a CEP divulgou, em abril de 1970, a circular "*Mobilizar todo o partido para levar adiante a campanha contra a repressão*", divulgando normas e procedimentos para evitar e denunciar a atividade policial, que se tornara preocupantemente eficiente, a partir da integração das Forças Armadas no combate à subversão.

Ao retornar da China - via Chile - Jair Ferreira de Sá, secretário-geral da organização, acompanhado de Paulo Gustavo, acompanhado de Barros Carvalho, participou em Santiago de uma conferência dos partidos e organizações marxista-leninistas sul-americanos. [261]

Após a conferência, quando do regresso ao Brasil, Paulo Gustavo foi preso, no dia 13 de setembro, em Rivera, no Uruguai. Detido com farta documentação, trazida do Chile e da China, depois de entregue às autoridades brasileiras, “abriu” todo o esquema da AP, possibilitando um amplo conhecimento sobre a organização.

Por motivo de segurança, a III RADN (Reunião Ampliada da Direção Nacional), prevista para o final de setembro, foi adiada.

Durante a longa ausência de Jair Ferreira de Sá, agravaram-se as questões políticas na organização. Em julho de 1970, na décima reunião da CEP, foram acrescentadas ao projeto de estatuto modificações nas teses da "revolução brasileira", ficando estabelecida a "revolução ininterrupta por etapas" e a "construção do partido

[261] Paulo Gustavo frequentava o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, China, onde Jair esteve em busca de apoio e reconhecimento para a AP.

novo". Dentro da CEP, Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá, em minoria, questionavam a análise da sociedade brasileira, o caráter da revolução e o caminho da luta armada. A questão do partido já não conseguia encobrir a gama de contradições latentes dentro da AP.



36. A extinção do PRT

No ano de 1970, o PRT tentou colocar em prática seus propósitos revolucionários, que se limitaram a uma série de assaltos visando a sobrevivência de seus militantes profissionalizados. A rotina repetia-se. As organizações subversivas, nascidas de decisões imaturas de meia dúzia de comunistas, não apresentavam um planejamento de infra-estrutura de sustentação e, mesmo assim, resolviam fazer a "revolução". Fácil era justificar os assaltos como "expropriações", tentando encobrir a incompetência de sensibilizar e conseguir o apoio da massa, supostamente a beneficiária de sua ação.

Em fevereiro, iniciou-se a "ação revolucionária" do PRT. Altino Dantas chefiou um assalto a um hotel de encontros amorosos, na Lapa, no Rio de Janeiro. Em março, "expropriaram" o supermercado Pão de Açúcar da Av. São Gabriel, em São Paulo.

Inspirado nos Sucessos de Altino, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, português naturalizado, principal líder do PRT na Guanabara, resolveu "fazer finanças" e planejou o assalto à agência da Caixa Econômica Federal em Anchieta. Feitos os reconhecimentos e o planejamento, no dia 10 de abril de 1970, o "padre" Alípio e o Grupo de Ação (GA) da Guanabara partiram para a empreitada "revolucionária". Bisonhos e mal preparados, o chefe e o grupo bateram em desordenada retirada quando o gerente reagiu ao assalto, ameaçando chamar a polícia.

Em maio, o "liberalismo" e o despreparo dos militantes do PRT na Guanabara causaram a "queda" do "padre" Alípio e de grande parte dos militantes da Regional da Guanabara.[262]

As "quedas" da Guanabara enfraqueceram, ainda mais, o já combalido PRT. A crise financeira e a falta de quadros ameaçavam a existência do partido. A organização vislumbrou na atuação conjunta com outras entidades clandestinas o alento para a sua sobrevivência. Em meados de 1970, Altino Dantas, em nome do PRT, fez contatos com o POC, que não desistia da intenção de formar a Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Altino contatou também a VAR-P, a ALN e o MR-8. Todas essas relações indicavam que o PRT seria incentivado a prosseguir no caminho escolhido dos assaltos e da violência.

Os dirigentes Altino Dantas e Maria do Carmo Ibiapina Menezes, em julho, participaram de uma reunião, com a VAR-P e o POC, com o objetivo de estudar a viabilização de uma frente de atuação. A reunião redundou num estreitamento do relacionamento do PRT com essas organizações. Os entendimentos com o POC foram praticamente suspensos com a prisão de Régis Stephan, em setembro de 1970, não se formalizando a criação da FER. A organização com a qual o PRT mais se relacionou foi a VAR-P, realizando em conjunto várias "ações de expropriação" em São Paulo.

Em agosto, Vinicius Caldeira Brandt foi preso em São Paulo. Com ele "caíam" seus contatos, enfraquecendo a Regional 2 (SP). Em outubro, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes e seu marido Sérgio Horácio Bezerra de Menezes foram presos no Rio de Janeiro, juntamente com o outro membro da Regional da Guanabara, Alberto Henrique Becker. Poucos foram os militantes de importância que restaram nessa Regional.

Enquanto isto, Altino, o único remanescente da DNP, continuava "expropriando" em São Paulo, unido ao setor de operações da VAR. A cadeia do Supermercado Pão de Açúcar foi a maior vítima do GA do

[262] Naquela época, o comitê regional, além do "padre" Alípio, era composto por Wanda Corsetti Marinho – amante do "padre" – e por João Francisco. Wanda foi presa e João Francisco abandonou o PRT.

PRT, reforçado por "Zequinha" da VAR-P. Por duas vezes em setembro, e duas vezes em outubro, o Pão de Açúcar foi vítima de "expropriações".

O Assalto à fábrica de parafusos Mapri, em São Paulo, no dia 10 de março de 1971, seria o canto do cisne do PRT. Com a prisão de Altino Rodrigues Dantas Júnior, em 13 de maio de 1971, no Rio de Janeiro, a hidra do PRT perdia a sua última cabeça e desaparecia como organização.

Desde a sua expulsão da AP, em setembro de 1968, a "Corrente 2", ou "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), que dera origem ao PRT, demonstrou que seria mais uma tendência fugaz na constelação de organizações subversivas, surgidas com a atomização das esquerdas no período 68/69. A clandestinidade obrigou o PRT a cair na sanha da violência e dos assaltos para garantir a sua sobrevivência. A incapacidade de sensibilizar a população para a sua despropositada luta gerou o isolamento que o sufocaria e o destruiria.



37. O PORT e as "quedas" de maio e de julho

Em 1970, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) possuía apenas quatro Comitês Regionais: em São Paulo, na Guanabara, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Sua maior força residia em São Paulo, onde possuía células nas faculdades de Física e de Letras, na USP, e entre os metalúrgicos e os têxteis. E foi em São Paulo que o PORT sofreria suas primeiras "quedas". Elas se iniciaram durante as manifestações do 1º de Maio, realizadas no bairro Belém, na capital, quando foram presos cerca de 20 militantes, dentre os quais Olavo Hanssen, ex-estudante de engenharia da USP, que estava trabalhando numa indústria química de Santo André e atuava infiltrado no Sindicato dos Metalúrgicos. Alegando, desde o primeiro dia de sua prisão, estar passando mal de saúde, Olavo foi transferido para o Hospital do Exército onde se suicidou, em 9 de

maio, ingerindo grande quantidade de um remédio tóxico, o que provocou um grande protesto da linha posadista mundial, dizendo que ele havia sido "assassinado sob tortura".

Em 13 de julho de 1970, na Guanabara, foi preso Primo Alfredo Brandimiller que, em suas declarações, entregou toda a estrutura e a direção do PORT, inclusive aquela que viria a ser sua esposa, Miriam Gomes Burger, presa logo depois com outros militantes do PORT nesse Estado.

A partir daí, mais cinco militantes foram presos em São Paulo. Na leva de prisões, foi detido, em 20 de julho, o líder internacional trotskista Hugo Miguel Bressano ("Nahuel Moreno"). Desconhecendo sua real importância, a polícia liberou-o em 11 de agosto, enviando-o para a Argentina.

Essas "quedas", além de outras, de militantes de menor nível, levaram o pânico ao PORT. A organização, desarticulada, levaria um ano para estruturar-se novamente.



38. O desmantelamento da FBT

Nos três dias de carnaval de fevereiro de 1970, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) realizou a sua II Conferência Nacional, numa granja em Cachoeira do Caracol, entre os municípios de Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul. Com a presença de cerca de 30 militantes, representando o Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Ceará, foi eleito um Comitê Central (CC) composto de 11 membros efetivos.[263]

---

[263] Compunham o CC: Vito Antônio Letizia, Vera Lúcia Stringuini e Antônio Carlos Campos, estes três compondo o Bureau Político (BP), e mais Sílvio Nogueira Pinto Junior, Sérgio Jovelevitħs, Érico Dorneles, Luiz Antônio dos Santos Aranovich, Luiz Castilhos, José Arlindo Soares, Bartolomeu José Gomes e Sérgio José Cavalcante Buarque.

Durante a Conferência, foi feita uma análise da situação nacional e estabelecida a linha política da FBT, centrada em agitações nos meios sindical, estudantil e camponeses. Críticas foram tecidas a "Posadas" e aos grupos guerrilheiros. Ficou acertado que a III Conferência Nacional seria realizada em maio desse ano, em Porto Alegre, sendo posteriormente adiada para julho e transformada em um pleno reduzido, tendo em vista a má situação financeira da organização.

Em 24 de abril, quando realizavam uma reunião no "aparelho" da Rua do Sossego, em Recife, foram presos 11 militantes. Quatro dias depois, no Rio Grande do Sul, foram presos outros 7 integrantes da organização. No início de maio, foi a vez de São Paulo, onde caíram 9 membros da FBT. Ao mesmo tempo, no Ceará, foram também presos mais 4 de seus militantes.

As sucessivas prisões em vários Estados, em abril e maio, impediram a realização do pleno previsto e desmantelariam a FBT. Ao todo, foram mais de 30 prisões, inclusive 11 de membros do CC. Os remanescentes encolher-se-iam ou fugiriam para o exterior, como Deivis Hutz. Alguns abandonariam a militância, como Francisco José Acioly Vasconcelos Filho. Outros ingressariam em outras organizações, como Clóvis Carneiro de Oliveira. A FBT só tentaria a sua rearticulação dois anos depois.



39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte

O ano de 1970 foi utilizado pelo Grupo Independência ou Morte (GIM) para refazer os contatos do antigo MNR e para aliciar militantes e simpatizantes para o grupo em formação. Adotou uma estrutura orgânica, baseada no grupo de ação (GA). Ao invés de células ou bases, o GA seria o organismo embrionário constituído por três militantes.[264]

---

[264] Três GA formariam uma equipe de ação (EA) e três ou mais EA formariam um setor. Três ou mais setores estabeleceriam uma regional.

Em setembro de 1970, João Carlos Reis Horta conversou em Juiz de Fora com o professor Avelino Gonçalves Kock Torres. Avelino, pessoa conhecida e respeitada no meio universitário local, passou a receber o jornal "IM" e foi considerado a ponta de lança da organização para uma futura expansão para o Estado de Minas Gerais.

O conhecimento do Padre Narciso Sminovski, Capelão da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, proporcionou a Amadeu Rocha ligação com o clero "progressista". Em uma de suas frequentes visitas a Amadeu, no Rio de Janeiro, Narciso proporcionou um contato com o Padre Mário Prigol, da Igreja do Catumbi. Amadeu desejava receber a publicação clandestina do clero "progressista", "O Círculo". Realizado o encontro, o Padre Mário aceitou receber e distribuir o jornal subversivo "Independência ou Morte" e proporcionou um contato com o Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota"). "Padre Mota" concordou em escrever artigos para publicação no jornal da organização e passou a receber e distribuir o IM. A pedido do "Padre Mota", a organização imprimiu um documento, defendendo a ala "progressista" da Igreja, o qual foi difundido no meio eclesiástico.

Através de Ana Araújo Arruda Albuquerque, foi retomado o contato com o escritor Antônio Calado, que passou a ligar-se ao grupo e a receber o jornal. Na área militar, Amadeu Rocha foi procurar o ex-major cassado, Fernando Ryff Correia Lima, seu antigo conhecido do ISEB, que se integrou na organização como leitor do jornal "IM".

No final do ano, Maria José da Silva Lourenço retirou-se para o Chile com seu amante Jorge Pinheiro dos Santos. Perdendo a participação de Maria José Lourenço, o trabalho do grupo do jornal ficou limitado às atividades de Amadeu Rocha e Ana Arruda. A sofrível qualidade do jornal caiu ainda mais, gerando críticas por parte dos militantes mais exigentes.

O "Grupo Independência ou Morte" lutava para arregimentar adeptos, mas se limitou, em 1970, a captar leitores para seu jornal.



40. O MPL aproxima-se do clero "progressista"

No início de 1970, o Movimento Popular de Libertação (MPL) não tinha um fundo ideológico definido. No Brasil, o movimento caracterizava-se como um trabalho de massa de cunho socialista. Para a direção que se encontrava em território brasileiro, a intenção de transformar o MPL em "frente anti-imperialista" não mais existia. A organização procurava adotar uma linha de atuação própria, no universo das esquerdas brasileiras, pautando sua atividade na conscientização, através da educação.[265]

Em janeiro, Miguel Arraes reconheceu a difícil situação em que se encontrava o movimento. A maioria dos elementos que haviam participado da reunião de fundação abandonara a organização. O núcleo que coordenava os trabalhos do MPL no Brasil estava reduzido a Marcos Correia Lins, Piragibe Castro Alves e Afonso Delelis, todos contrários à pretensão de Miguel Arraes de conduzir o movimento para uma aliança com a ALN.

Em março, Sônia Correia Lins foi a Argel e acusou Arraes de não se submeter as decisões da direção do movimento, representada pelos três remanescentes do núcleo original. Arraes não aceitou a admoestação e acusou a direção de estar provocando um rompimento, respaldada pelos recursos advindos das atividades comerciais de Sílvio Correia Lins na firma Intrade, e de estar isolando as organizações militaristas no Brasil. Ocorreu o rompimento.

Roberto Las Casas, Rui Rodrigues da Silva e os irmãos Sílvio e Sônia Correia Lins definiram-se contra a fusão com a ALN e romperam com Arraes. Pretendiam prosseguir na estruturação de uma organização de massa com ideologia de esquerda sem adotar a política

---

[265] A frente de Educação contava com o concurso de Beatriz Bebiano Costa, Maria Letícia Ligneul Cotrin e Maria Aída Bezerra. Beatriz Bebiano ministrava cursos sobre Educação e Maria Letícia, atuando no Movimento de Educação de Base (MEB), fazia o trabalho do MPL, através de cursos ministrados em Teresina, Manaus, Fortaleza e Aracaju.

imediatista do foquismo. Arraes, o Padre Almery Bezerra e Everardo Norões, persistiam na postura de apoio à ALN.[266]

Em abril, a Frente Brasileira de Informações (FBI), orientada por Miguel Arraes, tentou assumir a direção do "Comitê de Entrada", que representava um importante papel no auxílio aos subversivos brasileiros na França. Dentro do "Comitê de Entrada", atuavam elementos ligados às diversas organizações, auxiliando a direção da entidade na identificação e no encaminhamento dos subversivos que chegavam a Paris. Severo de Albuquerque, militante da AP, e Luiz Prado de Oliveira, do MR-8, desempenhavam no Comitê o assessoramento relativo às suas organizações. Arraes pretendia capitalizar para si e para a sua facção, o prestígio adquirido pela entidade junto à esquerda brasileira. A disputa pela hegemonia no organismo desgastou as duas partes junto ao CIMADE que, ao final de 1970, retirou o apoio financeiro do Comitê, provocando o encerramento de suas atividades.

O rompimento com Arraes representou para o MPL a perda de importante apoio político e financeiro. Iniciou-se, então, um período de reconstrução do MPL, com a formação de grupos de debate e a busca de contatos, principalmente nas áreas de Educação e operária.

Em 1970, o MPL já tinha chegado a algumas conclusões. Abjurava o foquismo e fazia do trabalho de conscientização, realizado na área da Educação, junto à Igreja e no meio operário - os três setores básicos de atuação da organização - sua atividade principal. O movimento tinha o objetivo de implantar um regime socialista no Brasil, em longo prazo. O contato com os estudantes foi evitado. A radicalização do movimento estudantil poderia colocar em risco a organização. A primeira fase, após a cisão, centrou-se em contatos com o clero, com os intelectuais e com os trabalhadores urbanos e rurais.

---

[266] Após o rompimento com os irmãos Correia Lins, houve a dissolução da sociedade da firma Intrale. Depois de um primeiro ajuste de contas, Arraes entendeu ter direito a uma parcela maior de capital, como ressarcimento. Insistiu com Sílvio na devolução do restante do dinheiro, nada conseguindo de positivo.

Em Salvador, existia um grupo ligado à esquerda católica que se reunia para debater problemas conjunturais e propor alternativas socialistas para o Brasil. Istvan Jancso, professor universitário, ligado a D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento em Salvador, dedicava-se, em companhia deste, ao diletantismo socialista em encontros com a presença do Padre Alfredo Hervé, da Igreja do Pilar, e do jornalista Walter Santiago, do Jornal da Bahia. Outros grupos socialistas proliferavam pelo Nordeste. Em Fortaleza, o Padre Daniel Constant Jouffe, do Instituto de Ciências Religiosas, orientava um grupo semelhante ao de Salvador, congregando católicos apologistas do socialismo. Em Recife, o trabalho era orientado por João Francisco de Souza, elemento ligado a D. Helder Câmara. Istvan Jancso mantinha contatos, através da "Igreja Progressista", com os outros grupos em Recife, Fortaleza e no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, os contatos eram feitos através do Padre Tranquilo Mortele ("Padre Mota") e de José Domingos Cardoso, antigo militante da JOC.

A partir de determinada época, a discussão entre os grupos foi sistematizada pela publicação do jornal "O Círculo". Os orientadores de "O Círculo" eram Istvan Jancso e o Padre Daniel. Os trabalhos gráficos ficaram sob a responsabilidade do Padre Alfredo Hervé, naturalmente com recursos da Igreja.

No final do 1º trimestre de 1970, o Padre Alfredo Hervé apresentou Istvan Jancso a Marcos Correia Lins, na cidade do Rio de Janeiro. Após conversações com a participação do Padre Alfredo Hervé e de Piragibe Castro Alves, ficou decidida a adesão do grupo de "O Círculo" ao MPL. De início, apenas Istvan Jancso e o Padre Hervé passaram a participar, cabendo aos dois a tarefa de aliciar outros elementos do Grupo de "O Círculo" para o movimento. Istvan recebeu a incumbência de montar o Setor de Estudos e Informações, que funcionaria em conjunto com o Setor de Educação, com a finalidade de estabelecer uma linha política e elaborar um documento básico pata o movimento.

No Rio de Janeiro, José Cardoso e em Fortaleza, o Padre Jouffe, concordaram também em participar do MPL.

Apoiado no Grupo "O Círculo" da igreja dita "progressista", o MPL articulava-se no Nordeste, ampliava sua penetração na área operária e, em parte, na Igreja da cidade do Rio de Janeiro.



41. Um mil novecentos e setenta

Este foi um ano politicamente tranquilo. Vivia-se sob a vigência do AI-5, e os políticos, sabidamente, tinham pouca interferência nas decisões governamentais. Todavia, dentro dos princípios enunciados pelo Presidente da República, que tinha a dupla missão de preservar a Revolução e promover a volta do País à plenitude democrática, aos políticos cabia ampliar, com suas atitudes e comportamento, o raio de sua autonomia e, no exercício de suas atribuições, desenvolver sua própria área de liberdade. Só assim a dupla função do Presidente poderia obter êxito. O novo governo criara condições para o desarmamento dos espíritos, proposto e iniciado pelo Presidente da República, mas as circunstâncias conduziam a cuidados de ambas as partes, fazendo com que a evolução do processo político fosse tímida e lenta. O Presidente desejava que o comportamento e as atitudes dos políticos fossem altivas, mas não abria mão dos instrumentos que a Revolução outorgara-lhe para conduzir o processo, embora não os utilizasse. Os políticos queriam ampliar sua área de liberdade, mas, simplesmente esperavam pela revogação do AI-5. Ocorre que as decisões do Governo não são assentadas apenas em intenções, e vivíamos numa realidade que não indicava a conveniência da revogação imediata daquelas medidas acautelatórias.

No Exterior, o País sofria os efeitos de uma guerra psicológica - e é preciso que se tenha sempre em mente – conduzida por subversivos fugidos ou banidos do Brasil, frustrados com sua impotência e que contavam com o apoio de organizações de frente e de fachada do Movimento Comunista Internacional. Ela se desenvolvia através de uma campanha sistemática, cuja principal arma, a propaganda, visava a gerar emoções e com elas influenciar opiniões, naturalmente

em apoio aos objetivos de seus promotores ou orientadores. Gastava-se nesse trabalho milhões de dólares, que brotavam como por encanto, para manter uma estrutura internacional que, de quebra, dava emprego a dezenas de subversivos que deixavam o País.

Como diz o editorial, já citado neste capítulo, do jornal 'O Estado de S. Paulo', "*a custa de sistemática repetições da aleivosia, mesmo conceituados jornais e revistas caem nas redes da trama*". Internamente, isto ocorria no País, verificando-se opiniões que, sem estarem inseridas nessa campanha externa, mostravam-se por elas influenciadas. Neste ano, inclusive, um experimentado cronista político passava a defender a inexistência da guerra revolucionária entre nós. Seu argumento, simplista, era de que aqui não havia nenhum "Vietnam". Ora, a guerra, revolucionária ou não, é fenômeno evolutivo, que tem suas fases de progressão, seus passos e suas gradações e, felizmente, graças às providências do Governo e a atuação dos órgãos de segurança, o povo brasileiro não chegou a conhecer esse infortúnio nas suas fases mais avançadas, como no Vietnam, no Camboja, no, Iêmen, etc.

Internamente, as ações das organizações subversivas mostravam exatamente a evolução do processo revolucionário. Enfrentava o País, talvez, o ano de maior intensidade dessa luta. Embora fossem evidentes os progressos dos órgãos de segurança, correspondendo a cada prisão a novas prisões, "estouros de aparelhos" e enfrentamentos com os subversivos, o terrorismo estava longe de ser neutralizado. Uma organização subversiva, a REDE, havia sido desmantelada pela ação desses órgãos. Outras duas organizações, o PRT e a FBT, desapareciam, porém mais por suas próprias ineficiências do que pela ação dos órgãos de segurança. Eram organizações que nasceram como fruto de personalismos e que nunca foram capazes de se estruturarem ou sequer de definirem uma linha política coerente. No entanto, da mesma forma que essas organizações desapareciam, outras surgiam como consequência das constantes dissidências, como aconteceu ao longo desse ano com o aparecimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM), oriundo de um "racha" na Ala Vermelha, e da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO) e do Movimento

Comunista Revolucionário (MCR), frutos de sucessivos "rachas" no Partido Operário Comunista (POC).

Embora as prisões afetassem certos setores ou regionais de algumas organizações, elas continuavam a atuar com intensidade, sendo que algumas recebiam, inclusive, reforços do exterior como foi o caso da ALN, que nesse ano acolheu seus militantes do chamado "II Exército de cubanos". Evidenciava-se claramente um incremento na radicalização e na violência, que, naturalmente, não seria unilateral. A resistência à prisão a todo o custo causou várias mortes, de ambos os lados. Houve assassinatos frios, como nos casos do Tenente Levino ou do Sargento Walter, quando o assassino algemado, não tinha sequer qualquer chance de fuga. Igualmente revela-se essa violência na morte covarde do vigilante do Banco Nacional de Minas Gerais, Vagner Vitório, roubado quando ainda agonizava à porta do seu emprego, ou na do investigador da loja Mappin, assassinado por Ana Bursztyn por motivo de somenos importância, ou ainda, o assassinato cruel e sem qualquer sentido do modesto comerciante José Armando, de São Benedito, no interior do Ceará. A violência atingia também os próprios militantes, como atestam os justiçamentos de Ary Rocha Miranda e Geraldo Ferreira Damasceno e os suicídios e as inúmeras tentativas de suicídio, frutos de normas de segurança orientadas por um incompreensível fanatismo.

Além do incremento das ações armadas nas cidades, que cresceram no segundo semestre desse ano, vários trabalhos estavam sendo realizados no campo: na região de Imperatriz e no Vale do Pindaré, no Maranhão; no Vale do Cariri, no Sul do Ceará; na região do Araguaia, no sudeste do Pará e norte de Goiás; na zona da mata em Pernambuco; na área de Bom Jesus da Lapa, na Chapada Diamantina na Bahia, etc. Dessas ações, a que preocupou mais as autoridades militares foi a que talvez tivesse menor importância, pois, embora localizada numa área vital para o País, tratava-se apenas de uma área de treinamento militar, já findo quando descoberta - a área do vale do Rio Ribeira do Iguape, no litoral sul de São Paulo. Aí, como ocorreria em outras oportunidades, no afã de eliminar no nascedouro um possível foco guerrilheiro, os chefes militares agiram açodadamente, olvidando-se de um ensinamento comezinho e milenar - a necessidade de informações precisas para a decisão racional. No entanto, a rapidez das decisões que levaram ao emprego

de várias unidades, inclusive das forças auxiliares, e ao apoio de outras forças singulares, num final de semana, vencendo a inércia comum numa estrutura hierarquizada e da dimensão das nossas Forças Armadas, foi um aspecto altamente positivo desse episódio. O desencadeamento imediato das operações demonstrou que havia uma preocupação geral entre os chefes militares de impedir, a todo custo, que prosperasse no País qualquer tentativa de se criar aqui um novo "Vietnam". Se algum reparo pode-se colocar nessa parte inicial das operações, seria exatamente, por contraditório que pareça, o de ter-se mobilizado e deslocado forças de certo vulto, sem que se tivesse informações adequadas sobre a área e, principalmente, sobre as forças em presença, o que poderia tê-las levado a indesejáveis reveses ou, no mínimo, fazê-las cair no vazio, afetando seu moral.

Paradoxalmente, no caso do vale do Ribeira, se houvesse sido desencadeada, preliminarmente, como seria de boa técnica, uma operação de informações, é provável que nenhum "guerrilheiro" tivesse sido preso. O treinamento a que os terroristas se propuseram havia terminado em meados de abril e sua retirada da área foi retardada unicamente em razão da participação de Lamarca na reunião do CN/VPR, em Peruíbe, realizada nesse período, sendo pois, iminente sua retirada da área, chegassem ou não as tropas. Em contrapartida, a realização da operação de informações não daria margem a que a organização comunista a que pertencia esse líder subversivo tentasse, como fez, fazer dele, um ex-militar comum - abaixo da média - um mito. É essa margem de incerteza sobre o que é mais vantajoso em determinada circunstância, ou o que é mais correto executar em certa ocasião, que transforma o combate num jogo e a guerra no domínio do acaso, do imprevisto, fazendo com que o tempo e o espaço sejam elementos sempre presentes e importantes nas decisões. São esses fatores subjetivos que conduziram Clausewitz a dizer ser, na guerra, "*mais do que em qualquer outro domínio, necessária uma inteligência sutil e penetrante para discernir e apreciar a verdade de cada momento*". A fuga ou a retirada antecipada dos guerrilheiros era, nas circunstâncias, de somenos importância. O emprego da força nessas condições, porém, poderia afetar-lhe o moral, fator que se torna relevante nesse tipo de operações.

Além desses aspectos, neste caso, desde a tentativa inicial de prisão dos supostos proprietários da área até a perda da viatura militar com a qual os subversivos restantes fugiram da região, sucedeu-se uma série de erros elementares, envolvendo fundamentos de combate, de tal modo que esse episódio se tornou um repositório de ensinamentos a serem estudados e apreendidos. O erro mais significativo foi, sem dúvida, o do encontro com os "guerrilheiros" no sítio Alvorada, onde o erro destes foi tão grosseiro que, se houvesse sido preparada uma emboscada, a Operação poderia ter tido ali o seu término, com êxito quase total.

Em 1970 o Governo enfrentaria, ainda, situações delicadas, decorrentes do que as organizações subversivas denominaram de "grandes ações", representadas pelos sequestros de diplomatas e de aeronaves, em busca da repercussão internacional. Nada menos de três sequestros seriam realizados nesse ano: o do cônsul do Japão em São Paulo e dos embaixadores da República Federal da Alemanha e da Suíça. O governo brasileiro nesses episódios fixou uma conduta independente das pseudo reações internas e internacionais. Negociou com os terroristas, que com sua ação envolveram ou ameaçaram pessoas alheias aos problemas internos, mesmo os que se mostravam simpáticos com os sequestradores, mas cuja segurança era uma responsabilidade sua. O Governo estava ciente de que esta era uma ação a que estavam sujeitos os países do mundo livre, independentemente do tipo de seu governo – do plenamente democrático ao autoritário - mas não os países totalitários. De fato, até hoje, não ocorreu e nem ocorrerá sequestro em nenhum país comunista ou ação que envolveu ou envolverá seus representantes diplomáticos, por ser evidente a conivência e a identidade ideológica desses países com a ação terrorista. Do mesmo modo que não ouviremos falar de Comitês de Solidariedade aos povos dos "afeganistãos", das "etiópias", dos "cambojas", das "tchecoslováquias" e dos "tibetes" do mundo.

Mesmo depois do sequestro do cônsul brasileiro em Montevidéu e da negativa do governo uruguaio em negociar com os terroristas, o governo brasileiro não mudou sua conduta. Negou-se, é verdade, a cumprir exigências descabidas ou propagandísticas dos terroristas, como viagens gratuitas em trens suburbanos, por julgar que a impunidade de assassinos e assaltantes já era um preço

suficientemente alto a pagar. E os terroristas, que blefavam, recuavam. Embora houvesse setores que se mostrassem céticos quanto aos resultados até então alcançados com essa política, pois tal atitude sequer resultou numa melhoria da imagem do governo brasileiro no exterior, este continuou irredutível. Para ele, esse posicionamento, sobretudo, honrava os compromissos do País com a comunidade internacional e ajustava-se aos sentimentos humanitários da população brasileira. Esse respeito aos direitos humanos, sem aspas, sem dúvida, tinha que tornar mais claro e nítido o caminho que o governo brasileiro trilhava, mesmo que não o admitissem.

Além desses três, vários sequestros foram planejados, e alguns, embora frustrados, foram tentados. Destes, a tentativa de que foi vítima Curtis Cutter, cônsul norte-americano em Porto Alegre, narrado no item 23 deste capítulo, dá uma amostra cabal da moral comunista que orientava a guerra psicológica de que o País era alvo. Para os comunistas, sob o pretexto de que "*os fins justificam os meios*", as barreiras éticas inexistem. "*A moralidade comunista*" - como acentuou Lenin - "*é subordinada aos interesses da luta proletária de classes*". Sob essa moral, pode-se enganar, exagerar e, como no caso em pauta, mentir. Nessas condições, a propaganda torna-se uma arma perigosa e poderosíssima.

Talvez tanto quanto a própria incapacidade que se ia delineando de alcançar seus objetivos, atormentassem as esquerdas as realizações do Governo. A Revolução ia mudando a imagem de ineficiência do País: "*até um homem como o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, proscrito pelo regime político, dá seu testemunho de que se firma de nosso País uma 'nova imagem' a qual permite a empresários europeus ver no Brasil a grande nação do final deste século*", diz o jornalista Carlos Castello Branco, em uma crônica política, no início de outubro desse ano. É esse mesmo insuspeito cronista que diz: "*O Governo Médici vai consolidando uma imagem de eficiência que se começou a construir no País a partir de março de 1964. Eficiência no diagnóstico dos males financeiros e econômicos e eficiência na execução de soluções objetivas e realistas para as questões mais*

importantes relacionadas com o desenvolvimento material". [267] Para isso, o Governo perseguia suas metas com determinação em todos os campos, o que lhe proporcionava um alto índice de popularidade. Seria o mesmo jornalista antes citado, que diria no final desse ano: "*não ha dúvida de que, nas atuais circunstâncias, o Presidente Médici, se se submetesse a um referendo popular, teria o seu mandato legitimado".* E era ainda a imprensa que registrava o clima de otimismo que existia na época: *"A visão pragmatista que está na base da política do desenvolvimento é hoje notoriamente triunfante nesta terceira etapa do processo revolucionário. 1970 nos devolveu, salvo correções, ao clima de 1960, e é sob esse impacto que iniciamos a 'década de grandeza'. A liderança do General Médici se exerce nitidamente nesse sentido e ela marcou com decisão o episódio eleitoral de que emergimos, tanto mais quanto a outra vertente estava suas fontes estancadas. Hoje, como há dez anos, voltamos a acreditar que o Brasil queimará etapas na sua luta contra a pobreza*". [268]



[267] Recorde-se que o Presidente Médici não hesitou, neste ano, em afastar o Ministro da Indústria e do Comércio, que não se entrosara com os demais setores da alta administração do País. Essa determinação não se verificava apenas na área administrativa. No campo político o Presidente repelira com um expressivo "vocês estão doidos" a alguns deputados que lhe propuseram o adiamento das eleições sob o pretexto de se concluir algumas composições internas do partido do Governo.

[268] Dissemos insuspeito, ao nos referirmos ao jornalista Castello Branco, porque combateu com veemência o regime autoritário, ainda que, às vezes, com argumentos bastante discutíveis. Mas, exatamente por essa sua posição, as citações da imprensa nesse ano referem-se praticamente a seus artigos e estão contidos no Volume III de "Os Militares no Poder", págs: 646, 687, 692/693, 722 e 736.

CAPITULO IX

1971

1. As Atividades subversivas

Obs: No documento que serviu de base para esta edição eletrônica está faltando a página 590, a primeira deste item 1, que apesar de nossos esforços não foi possível obter. Assim, iniciamos contando o episódio que está no começo da segunda página (591) deste item.

O Chile tinha eleito Salvador Allende como Presidente da República. Allende, um comunista ferrenho, começou a tentar transformar aquele país em mais uma república comunista. Para lá os terroristas comunistas brasileiros corriam para se exilar e eram recebidos de braços abertos.

Luís Gonçalves de Oliveira, nascido em 02 de junho de 1946 no Rio Grande do Norte, de uma família pobre, que migrava pelos estados brasileiros à procura de sobrevivência, era um andarilho que percorreu o Brasil e foi parar no Chile. Na última semana de maio de 1971, ao passar pela principal avenida de Santiago, a Avenida O'Higgins, se deparou com uma exposição onde, em 30 painéis, um grupo de terroristas brasileiros exilados expunha fotografias mostrando o Brasil como terra da tortura, miséria, fome e matanças.

Indignado, sob o olhar espantado dos transeuntes, começou a quebrar os painéis, inutilizando cinco deles. Os terroristas o atacaram e começou uma luta que só terminou com a chegada da polícia. Eis o seu relato:

"*Ainda tive a paciência de percorrer a exposição por cinco minutos, mas aí não me contive. Comecei a quebrar os primeiros painéis que tinham dois metros quadrados cada um. Já tinha inutilizado uns cinco quando um sujeito com cara de japonês e outros vieram contra mim, travando-se então uma luta corporal, só interrompida com a chegada dos carabineiros*". [269] Preso, Luís elogiou as realizações do governo brasileiro e passou a ser chamado pela imprensa chilena de "*minigorila brasileño*" [270]

Ainda nesse ano, o ex-deputado Márcio Moreira Alves tentou distribuir, durante as sessões da 59ª Conferência Interparlamentar realizada na Europa, um panfleto altamente ofensivo ao País, ação que não logrou êxito em decorrência de gestões promovidas pela delegação brasileira. O mesmo verificou-se com um deputado

---

[269] O sujeito "com cara de japonês" que atacara Luís era o terrorista Takao Amano, um dos trocados pela libertação do embaixador da Suíça. Luís preferiu ficar preso, não concordando que o embaixador brasileiro que pretendia indenizar os subversivos pela meia dúzia de painéis destruídos (Jornal do Brasil, 01/06/1971). A essa altura, 1971, a imprensa livre já desaparecera no Chile (Jornal do Brasil, 26/05/1971).

[270] Reportagem do Jornal do Brasil de 01/06/1971: "*Luís contou que foi levado para a polícia e só no dia seguinte foi procurado pelo cônsul brasileiro Melilo Moreira de Melo, que acabara de tomar conhecimento do incidente pelos jornais e se prontificou a pagar os prejuízos, para que ele não ficasse na cadeia. Luís disse que preferia ficar detido os dias que fossem necessários, mas que em hipótese alguma permitira que o cônsul reembolsasse os responsáveis pela exposição. Afinal, foi solto mais tarde e levado para a casa do diplomata brasileiro, sob sua proteção. Revelou que só não voltou para completar a destruição da mostra, porque o cônsul o impediu.*

No Chile ainda foi entrevistado pela imprensa local, que o chamou no dia seguinte de 'minigorila brasileño', pois em suas declarações elogiou o Governo do Presidente Médici o suas realizações. Durante a entrevista, não permitiu que fosse fotografado, porque temia ser procurado pelos subversivos asilados, para vingarem-se dele. Enquanto esteve preso, o quarto onde morava foi revistado por estranhos que levaram todos os seus pertences. Veio para o Brasil com a roupa que tinha no corpo e uma calça comprada pelo cônsul". (NE)

comunista da Venezuela que ali acorreu “em solidariedade ao povo brasileiro”, com uma carta de acusações ao Brasil.[271]
Internamente, as notícias sobre as atividades terroristas vinham sendo veiculadas pela imprensa, mas, normalmente, restringiam-se a seus atos em si, muitas vezes sem relacioná-las às diferentes organizações subversivas, sem dar uma ideia mais ampla dessas atividades e sem que transparecesse que elas se tornavam, a cada dia, mais violentas e radicais. Reconhecia-se serem essas atividades "desvinculadas das aspirações políticas que se afirmavam na vida nacional", sendo inclusive a causa principal da perturbação do processo político. A falta dessa visão de conjunto, importante para que a população pudesse "viver" o problema, já se disse, era em grande parte culpa dos órgãos de segurança e, por via indireta, do Governo, a quem cabia essa responsabilidade. O fato é que as notícias de prisões, do desbaratamento de aparelhos, etc, que se tornavam uma constante, sem que se informasse o público sobre as novas organizações que surgiam, e sobre a vinda para o País de terroristas com curso de guerrilha no exterior, sobre as tentativas de implantação de focos de guerrilha rural, etc, davam a impressão de que a subversão estava praticamente contida. Isso gerava incompreensões pela não correspondente evolução do processo político. Desse modo, qualquer fato de maior repercussão, como ocorreria nesse ano com a morte de Lamarca, e a não correspondente "abertura política", levavam essa incompreensão a experimentados cronistas e políticos.



2. O processo político

A compreensão do processo subversivo em curso no País poderia ter sido, paradoxalmente, o elemento catalisador que vinha faltando para afrouxar o nó dado pela Revolução - a que já nos referimos algumas vezes - trazendo de volta a seu seio, no "bonde histórico" do desenvolvimento que o Brasil experimentava, aquelas pessoas que

[271] Ver Jornal do Brasil de 21/09/1971.

dela se afastaram, não por problemas ideológicos. Por falta de comunicação e dessa visão política, perdia-se essa oportunidade ímpar. Essa não era a ocasião de reunir homens num partido político de apoio aos governos revolucionários, mas a oportunidade de consolidar um instrumento político que reunisse as ideias interpretativas do ideário da Revolução, como contribuição importante para o fortalecimento das instituições democráticas. Ao contrário - embora se entenda os problemas que toldaram essa visão na época - deixou-se engrossar o aglomerado de pessoas que sempre se aglutinavam em apoio ao Governo e cuja única força polarizadora era o "governismo" e que, naturalmente desagregar-se-ia com a mudança de Governo, ou à medida que ele perdesse sua força como tal.

A área política já era considerada saneada. O Presidente Médici não se valia dos poderes que o Governo estava dotado para punir qualquer parlamentar. Havia um esforço dos partidos para que o Congresso recuperasse suas funções e reafirmasse sua utilidade. Não tendo, porém, se modernizado, o Congresso debatia-se com dificuldades para examinar os inúmeros projetos que o Governo remetia para seu exame. Esse ano, além de mais de meia centena de projetos, o Executivo encaminharia ao Congresso a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e o Plano Nacional de Desenvolvimento, juntamente com o orçamento plurianual e a proposta orçamentária.

No Congresso, porém, a discussão mais importante girava em torno da volta do recesso de julho que a constituição de 67 eliminara. O retorno do recesso, justificavam os parlamentares exigindo reforma da Constituição, seria o primeiro passo na direção da redemocratização do País. Neste contexto e diante da reafirmação do Presidente de que era cedo para reformulações no processo, não se geravam fatos políticos.

Como salientaria Tancredo Neves, nesse ano, dois foram os fatos políticos: a exitosa viagem do Presidente Médici aos Estados Unidos da América e o pronunciamento do Gen. Souto Malan, chefe do Estado-Maior do Exército, no final do ano, propugnando pelo desengajamento controlado das Forças Armadas do processo político. Em março, os novos governadores tomaram posse. Nem mesmo a

renúncia do Governador do Paraná, Haroldo Leon Perez, com pouco mais de seis meses de governo, por corrupção, teve a repercussão que seria usual. Do episódio a imprensa tiraria duas conclusões principais: a firme determinação do Presidente Médici de não compactuar com a corrupção, sobretudo de pessoas nas quais havia depositado confiança e que a escolha indireta não era garantia de probidade dos governantes.



3. O País vai bem, mas o povo vai mal

O Brasil entrava no seu quarto ano consecutivo de crescimento acelerado, atingindo em 1971 uma expansão do PIB de 3%, sendo por isso, natural que as áreas econômicas e sociais gerassem mais fatos do que a área política. A continuidade desse ritmo exigia novos projetos e principalmente investimentos. O Governo preocupava-se em aplicá-los de tal sorte que, a par da manutenção do crescimento, pudesse corrigir ou atenuar as disparidades regionais que refletiam flagrantes desigualdades de rendas das áreas mais pobres em relação as mais evoluídas do País.

Nesse ano o Governo lançaria dois programas regionais com esse objetivo. Em julho, foi anunciado o Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria no Norte e no Nordeste (PROTERRA). Esse programa previa a aplicação de Cr$ 4 bilhões até 1976, transferindo 20% dos incentivos fiscais do total até então destinado à industrialização da área.[272] Seu objetivo era facilitar o acesso do homem à terra e o fomento da agroindústria nessas regiões. Tratava-se sem dúvida da reorientação de uma política que havia depositado unicamente na industrialização a esperança da redenção do Nordeste.

[272] Eram destinados à industrialização do Nordeste 50% do produto do Imposto de Renda, representando esse montante uma ajuda sem paralelo na história do País, de umas a outras regiões.

No final do ano foi lançado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com o objetivo de integrar ao processo de desenvolvimento que se verificava no País, os Estados de Mato Grosso e Goiás e o DF. O programa previa, entre outras coisas, o asfaltamento da Belém-Brasília e a construção de rodovia asfaltada entre Brasília e Cuiabá, com prolongamento até Cáceres (MT). O programa, cujos recursos estavam especificados no projeto, previa a construção de uma rede de silos e armazéns, a implantação de usinas de beneficiamento, frigoríficos e obras de saneamento.

Nesse ano foi apresentado ao Congresso o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que definia de forma global a estratégia do Governo para o período de 1972 a 1974. O plano visava a garantir a transformação do País numa sociedade desenvolvida e tinha o ambicioso propósito de elevar o Brasil à posição de 8ª economia do mundo e-ultrapassar, em 1974, a barreira dos 500 dólares de renda per capita.

Como é da dinâmica dos governos, o início de novas obras alternava-se com a inauguração de outras. Nesse ano tinha sido iniciada a expansão das siderúrgicas, dentro de um programa que previa a autossuficiência na produção de aço, com 20 milhões de toneladas em 1980. Era inaugurada a usina hidrelétrica de Xavante, de 400 mil KWA, no rio Paranapanema, onde estava prevista, para o ano seguinte, a conclusão da usina de Capivari. Nesse ano, estavam sendo aplicados 50 milhões de dólares na construção da usina da Ilha Solteira, do complexo de Urubupungá. Inaugurava-se o Aeroporto de Brasília e dava-se continuidade às obras do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Nesta cidade e em São Paulo, tocavam-se, em ritmo lento, as obras de seus respectivos metrôs. Enquanto a Ishikawagima dava início à construção do maior dique do continente, que lhe permitiria construir navios de até 400 mil toneladas, o Xavante, caça a jato da Embraer, fazia seus voos teste.

Nesse ano, também, portanto há apenas 16 anos, eram instaladas as primeiras cabines de telefones públicos na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, as ligações telefônicas interestaduais ou mesmo intermunicipais levavam horas para se efetivarem, quando não havia interrupções nas linhas e essas ligações se concretizavam. Só no final

desse ano, os terminais telefônicos dessas cidades seriam integrados no sistema de discagem direta à distância (DDD), atestando essas medidas a verdadeira revolução por que passavam as comunicações no país. As comunicações estendiam-se também à Amazônia, onde estava prevista a implantação de 194 emissoras de rádio.

Mas a preocupação maior do Governo continuava a ser com a Educação: 100 milhões de dólares estavam sendo aplicados no desenvolvimento de projetos de modernização do ensino e 25 milhões de dólares eram aplicados para ativar o ensino agrícola. Essas cifras confirmavam que o Brasil era realmente um dos países que mais destinavam recursos à Educação no mundo. O Brasil era dos poucos países que gastavam mais em Educação do que em Segurança. Após um ano de debates, o Governo enviava ao Congresso a Reforma do Ensino Primário e Médio. O MOBRAL,[273] que em setembro completaria um ano, com 1.350.000 alunos frequentando suas aulas, em 3.200 municípios, receberia, em abril, pouco mais de seis meses após o início de suas atividades, a visita de uma equipe de técnicos da UNESCO para conhecer os métodos utilizados pelo País que, nos últimos meses, mais alfabetizara adultos. Aniversariava, também, pela primeira vez, logo após o MOBRAL, o projeto Minerva, que reunia em torno das estações de rádio 180 mil brasileiros frequentadores dos cursos primário e ginasial. No afã de ampliar a alfabetização, o MEC realizava convênio até com o MEB, apesar de seus métodos esquerdizantes. Referindo-se a esse esforço e às verbas empregadas nesse setor, o Jornal do Brasil assim se expressou em seu editorial de 19 de junho: "*Estas somas significativas, a que se acrescentam outras contempladas nos orçamentos dos Estados e no Orçamento da União, definem a filosofia do desenvolvimento brasileiro*".

Apesar dos projetos de assistência indireta, através do PIS, da Educação e da construção de moradias, com o BNH reformulando sua política com medidas de caráter social, e apesar da criação, nesse ano, da Central de Medicamentos, o Governo tinha consciência das dificuldades em superar as disparidades regionais e a desigualdade

---

[273] O programa MOBRAL era o Movimento Brasileiro de Alfabetização destinado a reduzir a taxa de analfabetismo das populações carentes. (NE)

de distribuição de renda, o que levou o Presidente Médici a proferir a frase que se tornaria célebre: "*O País vai bem, mas o povo vai mal*".



4. Amplia-se a rede de "*desinformatzya*"

As notícias deturpadas sobre o Brasil no exterior continuavam a ser veiculadas de forma crescente. Tinha-se a nítida impressão que seus mentores já percebiam a falência da perspectiva de alcançar o poder pela luta armada e que sofriam, mais do que com os reveses impostos aos grupos terroristas, com os êxitos que o governo brasileiro ia alcançando nos campos econômico e social. O objetivo estratégico era colocar barreiras que estancassem o fluxo de recursos do exterior, imprescindíveis para a manutenção desse êxito.

Em janeiro desse ano surgiu a versão italiana da FBI, a "Fronte Brasiliano D'Informazione". A publicação italiana apresentava a maioria dos artigos escritos por estrangeiros, criticando aspectos políticos e econômicos do governo brasileiro. As denúncias sobre "assassinatos" e "torturas" de presos políticos eram frequentes, porém menos intensas que nos boletins chileno e francês. A "Frente" possuía ramificações nas cidades de Roma, Turim e Carrara.

Na Itália, dentre os vários órgãos ligados à FBI, destacava-se na Publicação de material difamante contra o Brasil, o "Centro de Informazioni América Latina" (CEIAL); órgão auxiliar da Conferência dos Bispos da Itália. O CEIAL publicava textos tendenciosos de clérigos ligados à "Igreja progressista" no Brasil, como D. Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, D. Antônio Fragoso e D. Pedro Casaldáliga.[274] O trânsito e as comunicações de religiosos brasileiros

---

[274] Recorde-se que D. Hélder Câmara e D. Antônio Fragoso foram signatários do manifesto dos bispos do chamado "terceiro mundo", no qual aconselhavam, mesmo, a subversão e a luta de classes. Em 1970, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, depois de debater pela televisão com o bispo D. José Maria Pires, aceitou o convite para programa semelhante com D. Helder Câmara, que, no entanto, desistiu do debate, preferindo, ao invés de apresentar suas posições de forma clara e franca pela televisão brasileira, levar suas objeções ao "L'Express" de Paris.

na Itália ficavam facilitados pela existência de freiras e padres "progressistas" na Secretaria de Estado do Vaticano.

No Uruguai as atividades subversivas de Carlos Figueiredo de Sá provocaram sua prisão, em fevereiro desse ano, e a intimação para que deixasse o País. Dirigiu-se para o Chile, onde prosseguiu com suas atividades ligadas à FBI e à ALN.

A expulsão de Carlos Figueiredo de Sá do Uruguai provocou uma modificação no esquema da FBI. O militante do PCBR César Pereira Gomes passou a ser o representante ostensivo da frente, enquanto Paulo Schilling permanecia nas sombras como o seu principal coordenador. Geraldo Jorge Sardinha assumiu os contatos com o MLN-Tupamaros, passados por Carlos de Sá.

Em fevereiro de 1971, Ladislas Dowbor e Apolônio de Carvalho, membros do colegiado da coordenação internacional da FBI, dirigiram-se para a cidade de Lund, na Suécia, onde se encontrava asilado o militante do MAR, Élio Ferreira Rego. Das conversações, resultou a decisão de criar-se uma sucursal da FBI em Lund sob a supervisão de Élio Rego.

No Chile, em janeiro de 1971, a chegada dos setenta banidos em troca do embaixador suíço, sequestrado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970, fez com que se intensificasse a campanha de denúncias, através dos boletins da "*Frente Brasileña de Informaciones*", órgão de divulgação do "Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil".

Na prática, a quase totalidade dos brasileiros asilados no Chile tinha participação na FBI. Teotônio dos Santos Júnior e sua mulher Vânia Bambirra, assim como o ex-líder estudantil e militante da AP, José Serra, eram pessoas atuantes dentro do esquema da frente. José Serra era um dos ativos "pombos-correio" entre Santiago e Montevidéu.

Carlos de Sá, do Chile, não perdia a oportunidade de intensificar a campanha de denúncias no Uruguai. Remeteu para César Pereira Gomes um artigo de Paulo Canabrava versando sobre uma tentativa de golpe de oficiais radicais da Aeronáutica no Brasil. A reportagem,

após chegar às mãos de Paulo Schilling, foi publicada no diário de tendência esquerdista "*Ahora*". Em julho, remeteu matéria versando sobre torturas, que foi publicada no semanário esquerdista "*Marcha*".

No Chile, as revistas "*Ercilla*", "*Mensaje*", "*Punto Final*" e "*Causa Marxista-Leninista*" tornaram-se veículos de calúnias e infâmias contra o governo brasileiro.

A expansão da tiragem dos boletins da Frente, em Santiago, provocou a suspensão de sua distribuição gratuita. Em abril, circulara um panfleto informando que o boletim não seria mais distribuído gratuitamente, em decorrência do aumento das despesas. Em setembro de 1971, Carlos de Sá retornava ao Chile de uma viagem à Argélia, com dólares para financiar as atividades da FBI, atenuando a crise financeira da entidade.
Em outubro de 1971 foi lançado em Santiago do Chile uma nova publicação da FBI, a revista "Temas e Debates", editada graças a um fundo de ajuda aos asilados brasileiros, constituído por instituições da Igreja Católica.

Ampliava-se a rede e os veículos da "*desinformatzya*" contra o Brasil.



5. PCBR: um ano de incertezas

O ano de 1971 iniciou-se com o PCBR praticamente desarticulado em sua cúpula dirigente. No exterior, Apolônio de Carvalho, banido em 11 de junho de 1970 para a Argélia, e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão observavam, na segurança proporcionada pela distância, seu partido desmoronar-se em face da eficiência dos órgãos de segurança.

Em 13 de janeiro, seis novos quadros foram engrossar o rol dos exilados, banidos que foram para o Chile, em troca da vida do embaixador suíço.[275]

Ao mesmo tempo, as bases sofriam pesadas perdas na Guanabara, tornando praticamente inviável a atuação nesse Estado. Resolveu-se então, dar prioridade e reestruturar o CR/NE, até então dirigido por Marcelo Mário de Melo, membro do CC, Mário Miranda de Albuquerque e Cláudio Roberto Marques Gurgel.

Fernando Augusto da Fonseca e Antônio Prestes de Paula, membros do CC, realizaram uma reunião em meados de janeiro, na Praia do Pirangi, próxima a Natal, da qual participaram, além dos três membros do CR/NE, vários militantes. Nessa reunião, além de serem traçadas as normas para a atuação do partido, calcadas em rígidas regras de clandestinidade, aprovou-se a saída de Mário Miranda de Albuquerque da direção do CR/NE, em face do seu expresso desejo de visitar a esposa Vera Maria da Rocha Pereira, banida no Chile (apesar de, por ocasião de sua prisão no ano anterior, Vera estar amasiada com Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho).[276]

O grupo nordestino não se aguentou por muito tempo. Em 30 de janeiro, a polícia encontrou um aparelho do PCBR na Praia de Maria Farinha, em Paulista, Pernambuco, no qual, além de ser apreendida grande quantidade de armamento, munição e explosivos, foram presos Odijas Carvalho de Souza e Lylia Silva Guedes. Seis dias depois, no mesmo local, foi preso Mário Miranda de Albuquerque. Odijas, preso já doente, foi levado para o Hospital da PM, vindo a falecer de embolia pulmonar, em 8 de fevereiro.

---

[275] Dos banidos, pertenciam ao PCBR: René Louis Laugery de Carvalho, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Nancy Mangabeira Unger, Marco Antônio Maranhão Costa e Vera Maria Rocha Pereira.

[276] Dentro do espírito da “moral revolucionária” o grupo nordestino do PCBR por certo bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lylia Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvone de Souza Loureiro, que era amante de Mário Miranda de Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual for amante de Rosana Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva.

Nesses dias foram descobertos mais dois "aparelhos" do PCBR: um, na Praia de Candeias, em Jaboatão, em Pernambuco, e o outro, na Praia de Pirangi, em Natal, onde foram presos outros quatro militantes.[277] Em 9 de março, mais um "aparelho" era descoberto em Natal, na Lagoa do Bonfim, com a prisão de Marcelo Mário de Melo, do CR/NE. Estava difícil, em qualquer lugar, a atuação do PCBR, com seus militantes sendo delatados pelos companheiros presos, numa reação em cadeia.

Suas ações armadas nesse ano, ficaram restritas a atuação em "frente" com outras organizações subversivas na Guanabara. Em dezembro de 1971, uma reunião definia uma nova direção nacional para o partido.[278] Essa direção não duraria mais do que um ano.



6. MOLIPO: uma dissidência da ALN

As condições de realização dos cursos em Cuba propiciavam o surgimento de descontentamentos entre os militantes da ALN. A longa espera, aguardando a chegada de outros elementos, num país carente em recursos, que optara pela socialização da miséria, gerava o desencanto com o "paraíso comunista". A distância e a falta de informações do Brasil aguçava o mal-estar dos brasileiros, submetidos, muitas vezes, a uma disciplina rígida e coercitiva por parte dos cubanos. A proibição de contatos com a massa do povo cubano e a limitação do trânsito a determinadas áreas de Havana

[277] Os quatro militantes presos eram: Carlos Alberto Soares, assassino do Tenente Levino, Rosa Maria Barros Soares, Cláudio Roberto Marques Gurgel e Maria Yvone de Souza Loureiro. Nos dias seguintes seriam presos na Guanabara Osmundo Bezerra Duarte e José Cursino Saraiva Maia, que também havia participado da ação contra o Tenente Levino.

[278] A nova direção do PCBR era integrada por Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Luiz Alberto de Andrade Sá e Benevides.

emolduravam o ambiente de clausura vivido pelos candidatos a guerrilheiro

Após a morte de Marighela, em razão da falta de ação do comando da ALN sobre o pessoal que se encontrava na ilha, foi escolhido, com a participação das autoridades cubanas, Washington Adalberto Mastrocinque Martins para ser o representante do "II Exército da ALN" junto a "Toledo". O problema estava momentaneamente equacionado.

Os problemas repetir-se-iam durante o curso do grupo que ficou conhecido como "III Exército da ALN".[279] Os descontentamentos transformaram se em divergências políticas com o questionamento das diversas "quedas" e mortes de militantes ocorridas durante o ano de 1970.

Em julho de 1970, a insatisfação dos militantes do III Exército da ALN aumentou com relação à direção da organização no Brasil. Acusava-se a Coordenação Nacional (CN) de não dar apoio ao Setor de Massas e de retardar a implantação da guerrilha rural.

Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior, mandado por "Toledo", deslocou-se de Roma para uma reunião com os descontentes em Cuba. Durante o encontro, foi escolhida uma direção política do grupo, composta por João Leonardo da Silva Rocha e Lauriberto José Reyes, que seria o canal de contato com a direção no Brasil. As divergências foram, temporariamente, contornadas.

Apesar das medidas adotadas, as criticas continuaram até que, em outubro de 1970, ocorreu uma reunião dos militantes da ALN em Cuba, quando foram discutidos os acontecimentos que envolviam a organização e os erros que ela estaria cometendo.

O documento resultante da reunião assinalava os princípios que não tinham sido observados pela organização e a divergência de métodos que existia entre o grupo e a ALN. Veiculava ainda, duras criticas a elementos que se encontravam na Europa como importantes

[279] Grupo de militantes do ALN que realizou o curso em Cuba no período entre maio e dezembro de 1970.

dirigentes, que nunca se haviam destacado em trabalhos ou em ações armadas.

Após a morte de "Toledo", o "Grupo da Ilha" [280] intensificou as discussões em torno das divergências políticas, contestando a Coordenação Nacional instituída após o desaparecimento de Toledo.

Enquanto o "Grupo da Ilha" desgarrava-se da ALN, a Frente de Massas (FM) da Coordenação Regional de São Paulo (CR/SP) também entrava em rota de colisão com a direção nacional da organização. As críticas da Frente aproximavam-se das do "Grupo da Ilha" no que se referia à pouca importância atribuída ao trabalho de massas em relação às atividades do GTA .

No início de 1971, a coordenadora do Setor Estudantil do CR/SP, Sílvia Peroba Carneiro Pontes, orientava a formação de “Comandinhos”, estruturas enquadrantes de elementos em fase de aliciamento.[281] Tal fato quase antecipou o "racha", pois a direção da ALN não concordava com aquela forma de recrutamento. Na ocasião, os desentendimentos não tiveram prosseguimento, graças à atitude mediadora de José Milton Barbosa.

---

[280] "Grupo da Ilha" também conhecido como "Grupo dos 28", por ser esse o número de militantes que divergiam da ALN. Era constituído por: Rui Carlos Vieira Berbet, João Leonardo da Silva Rocha, Lauriberto José Reyes, Márcio Beck Machado, Arno Preiss, João Zeferino da Silva, Luiz Raimundo Bandeira Coutinho, Itobi Alves Correa Junior, Aylton Adalberto Mortati, Maria Augusta Thomás, Ana Maria Ribas Palmeira, Antônio Benetazzo, Ana Maria Corbisier Mateus, Vinícius Medeiros Caldevilla, Flávio Carvalho Molina, Frederico Eduardo Mayr, Mário Roberto Galhardo Zanconato, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu de Oliveira e Silva, João Carlos Cavalcanti Reis, Boanerges de Souza Massa, Natanael de Moura Giraldi, Francisco José de Oliveira, Jeová Assis Gomes, Carlos Eduardo Pires Fleury, Sérgio Capozzi, Jane Vanini e Silvio de Albuquerque Mota.

[281] O "comandinho" foi um passo concreto para o desenvolvimento do trabalho de massas. Os elementos não seriam retirados das escolas e das fábricas para receber uma formação militar, permaneceriam em seus locais de atividade recebendo formação política através de leituras orientadas e discussões.

A crise entre a direção nacional e a FM foi reacesa com o "justiçamento" do membro da Coordenação Nacional, Márcio Leite Toledo; em 23 de março de 1971. O fato provocou uma revolta generalizada abrangendo até elementos do GTA, normalmente em total sintonia com a direção nacional. A crise foi amainada e a separação adiada pela concessão da CN de cooptar um dos coordenadores da Frente de Massas, Monir Tahan Sab, para a direção nacional.

As dissensões entre a FM e a CN e o GTA iniciaram-se realmente por questões de vaidade e disputa do poder. A FM cresceu e ganhou certa autonomia, adquirindo condições de realizar ações.

As ações da Frente tinham de ter a participação de um elemento do GTA que seria o "matraqueiro", responsável pela cobertura.[282] Com o desenvolver das querelas, os "matraqueiros" começaram a faltar aos "pontos de ação", alegando, posteriormente, imprevistos como enguiço do carro e problemas no trânsito, dentre outros.[283]

Em maio de 1971, Yuri Xavier Pereira foi a Cuba buscar um último entendimento com o "Grupo dos 28" e acertar a volta dos militantes ao Brasil. Após uma reunião com a cúpula do grupo dissidente, representada por Carlos Eduardo Pires Fleury, Jeová Assis Gomes e Antônio Benetazzo, Yuri reconheceu a impossibilidade de reconciliação, ficando estabelecido que o grupo voltaria ao Brasil por conta própria.
Com a chegada dos primeiros elementos ao Brasil, ainda em maio de 1971, foram reabertas as discussões que pareciam encerradas com a viagem de Yuri a Cuba. Enquanto crescia a afinidade entre o "Grupo da Ilha" e a FM, a CN e o GTA de São Paulo permaneciam unidos, defendendo a posição militarista.

Monir Tahan Sab seria, em seguida, afastado do CN sob a alegação de levar para debate posições pessoais e não as defendidas pela FM. Ao ser afastado do CN, Monir afastou-se também da FM, constituindo

---

[282] Elemento que conduzia a metralhadora ("matraca") e realizava a segurança da ação.
[283] Os encontros localizados antes das ações armadas para combinar detalhes da operação eram chamados de "pontos de ação".

um grupo independente.[284] Este grupo mantinha contatos tanto com a ALN quanto com a Dissidência da ALN (DI/ALN), denominação assumida pelo "Grupo da Ilha" dos quais recebia apoio e com os quais participava de ações para sobreviver.

Os primeiros elementos que chegaram de Cuba tinham a tarefa de estabelecer uma infra-estrutura para receber o restante do pessoal. A ideia inicial era a divisão do grupo em dois para a atuação nas cidades e no meio rural. Na guerrilha urbana, seria dada mais ênfase às ações de propaganda armada: comícios em fábricas, atentados terroristas, assaltos a quartéis e a viaturas militares, dentre outras. A guerrilha rural seria desenvolvida em áreas correspondentes ao nordeste de Minas Gerais e ao centro-oeste e norte de Goiás.

No dia 16 de julho de 1971, a DI/ALN iniciou suas atividades assaltando o posto de gasolina Capricho, em Santo André. Durante a fuga, assaltaram ainda a viatura radiopatrulha nº 13, levando todo o seu armamento.

Com o afastamento de Monir Tahan Sab da CN e da própria organização, Hiroaki Torigoe e Silvia Peroba Carneiro Pontes assumiram as discussões em nome da FM. No início de agosto, as divergências chegaram a um ponto extremo, com a destituição dos dois da Coordenação da FM. Foram acusados de participação na divulgação de um documento que reconhecia a derrota política da ALN e previa, para breve, a sua derrota estratégica.

No dia seguinte, conforme previsto, Francisco Carlos de Andrade, militante da Frente de Massas, participou de uma reunião em seu "aparelho", com as presenças dos militantes da Frente, Silvia Peroba, Arthur Machado Scavoni, Pedro da Rocha Filho e José Garlos Gianini. Ao encontro deveriam estar presentes um representante da ALN e outro da DI/ALN para esclarecer as posições das duas facções, visando à tomada de posição da FM da CR/SP.

Dois fatos precipitaram a definição da FM: a destituição de Silvia Peroba, no dia anterior, e a ausência do delegado da ALN. A DI/ALN

---

[284] O grupo era integrado por: Paulo Miguel Novaes, pelo casal Tânia Rodrigues Mendes e Gabriel Prado Mendes e por Ana Maria Rodrigues.

representada por Maria Augusta Thomas, acabava de "ganhar" a FM da CR/SP para as suas hostes.

Em documento datado de agosto de 1971, a DI/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada às tarefas que se propôs a realizar.

Estabelecida a fusão de grande parte da FM à DI/ALN, a nova organização adotou uma estrutura constituída de um Comando Nacional (CN), um Setor Estudantil, um Setor de Classe Média, um Setor Operário e um Setor Camponês.[285]

Como novidade, o Setor de Classe Média representava uma preocupação da organização em conseguir, fora do Movimento Estudantil, novos adeptos para a luta revolucionária. Dava prioridade à atuação na categoria dos bancários e dos professores primários. Na atividade urbana, a ideia de intensificar a ligação com as massas foi incrementada com a criação dos "comandinhos".

As ações armadas, dentro do pensamento da organização, visavam à propaganda, não se destinando à simples obtenção de recursos para o sustento da clandestinidade. No entanto, a DI/ALN iniciou uma série de ações de caráter até mais violento do que as da própria ALN, e tornou-se responsável, nesse ano, por mais de vinte episódios de violência em São Paulo.

Para as ações, em face da carência de pessoal, foram empregados todos os elementos disponíveis, sem considerar o seu setor de atuação. Em 28 de agosto, um grupo da DI/ALN, assaltou uma radiopatrulha no município de São Caetano do Sul, tendo sido roubados um revólver e uma metralhadora INA. Durante o assalto, o guarda da PMSP, Norival Ciciliano, foi ferido gravemente com um tiro

---

[285] O CN foi constituído por Hiroaki Torigoe, Francisco José de Oliveira e Aylton Adalberto Mortari. O Setor Operário, mobiliado com militantes da FM, passou a receber a orientação de Hiroaki Torigoe, enquanto o Setor de Classe Média e o Setor Estudantil eram coordenados respectivamente por Márcio Beck Machado e Silvia Peroba. O Setor Camponês, dirigido por Jeová Assis Gomes e Carlos Eduardo Pires Fleury, tentava estabelecer um ponto de apoio para as atividades rurais.

no abdômen, desferido por Maria Augusta Thomás. No dia 31, foi realizado um atentado a bomba no Consulado da Bolívia, causando ferimentos graves em dez pessoas.[286]

Após estabelecido o "racha" com a ALN, a organização iniciou o processo de escolha de sua denominação. Após debates e avaliações de propostas, foi adotada a denominação de Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Desde a sua constituição, o MOLIPO realizou uma série de assaltos, roubos de carros e viaturas policiais, armamentos e atentados a bombas, demonstrando que a critica que faziam ao militarismo da ALN não correspondia à sua atuação, permanecendo no campo das ideias e não se efetivando na prática.[287]

Na sequência de suas atividades terroristas, o MOLIPO resolveu realizar propaganda armada por ocasião de um aumento de tarifas

---

[286] Foram feridos no atentado: Samuel Pereira Borba, escrivão do DEOPS; Nelson Laurindo e Eurico Conrado Radeck, investigadores do DEOPS; José Tadeu da Silva e Antônio Carlos Schiamerelli, investigadores da RONE; Sebastião Moreira de Azevedo, motorista da RONE; Benedito Gonçalves Arruda, sargento da PMSP; Geraldo dos Santos Reis, ascensorista; Ronaldo Reza, auxiliar de escritório e João Batista Dominici Cabral, menor de idade.

[287] Ações armadas do MOLIPO em 1971:

- Agosto: assalto à agência do Ministério do Trabalho.
- Setembro: assalto ao restaurante Bierhale em Moema; atentado fracassado com bombas incendiárias ao Mappin e assalto a um posto de identificação em Santo André.
-Outubro: assalto e incêndio de uma radiopatrulha em Santo André; explosão de um veículo na Rua João Moura; pichações na Cidade universitária e na PUC; assalto à loja de perucas Dejan, em Vila Mariana; assalto à indústria de máquinas AMF; atentado à bomba contra o escritório da Esso na Rua Pedro Américo; atentado à bomba com hasteamento da bandeira Marighela no prédio do jornal "A Gazeta" e atentado à bomba contra a loja Sears de Agua Branca em São Paulo.
-Novembro: "expropriação" de um automóvel Volkswagen no bairro das Perdizes e assalto ao Banco Nacional de Minas \Gerais no interior das FMU.
-Dezembro: discurso gravado e divulgado na Cidade Universitária através de alto falantes de uma Kombi "expropriada"; distribuição de cartões de natal com textos subversivos na favela de Vila Palmares, nas vésperas de Natal e assalto a uma loja de roupas na Rua Xavantes, no Brás, seguida de panfletagem e distribuição do produto do roubo no bairro de Sapopemba.

dos transportes coletivos. No dia 31 de outubro de 1971, em Brasilândia, um bando chefiado por Ailton Adalberto Mortari incendiou um ônibus da Companhia de Transportes Urbanos SA (TUSA). Enquanto o coletivo era incendiado, chamado por populares, aproximou-se do local o cabo da PMSP Nelson Martinez Ponce. Ao avistar o policial, Ailton, que fazia a cobertura da ação, não se preocupou em rendê-lo ou imobilizá-lo, simplesmente matou-o com uma rajada de metralhadora.

Enquanto isso o Setor Camponês do MOLIPO seguia um planejamento realizado ainda em Cuba. O grupo pretendia internar-se no campo; conseguindo, numa primeira etapa, legalizar sua situação, familiarizando-se com e a área e seus habitantes. Numa segunda etapa, em ligação com elementos da cidade e deles recebendo apoio, iniciaria assaltos a localidades pequenas, distantes uns 400 a 500 km da base de guerrilha. Tais ações visariam a angariar fundos, fazer adeptos e desmoralizar as forças de segurança, atraindo-as para áreas afastadas de suas bases.

A área inicialmente selecionada situava-se ao longo do Rio São Francisco entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa.[288] Foram realizados reconhecimentos em Ibotirama, por se tratar de um importante entroncamento rodoviário. Naquela época, foram tentados contatos com o MR-8 para unificar as ações das duas organizações no interior baiano, visto que as áreas de atuação eram próximas.

Esta primeira tentativa do MOLIPO fracassou pela falta de dinheiro e pelo cerco a Lamarca, desenvolvido pelos órgãos de Segurança exatamente nessa região. Carlos Eduardo Pires Fleury, inclusive, teve que abandonar roupas e munição em uma pensão de Ibotirama, pela proximidade das forças de segurança empenhadas na captura de

[288] O primeiro a chegar à área foi Boanerges de Souza Massa, por volta de maio, instalando-se em Bom Jesus da Lapa. Em seguida, Carlos Eduardo Fleury, em junho, fez contato com Boanerges, estabelecendo planos para mobiliar a área. Em julho, o trabalho no campo reforçava-se com a chegada de Jeová Assis Gomes e Rui Carlos Vieira Berbet, ambos procedentes de Cuba.

Lamarca. Deixando a Bahia, o pessoal da organização dirigiu-se para Goiás, onde Jeová Assis Gomes iniciava um trabalho na região de Araguaína.[289]

No entanto, a partir de novembro, iniciou-se a desarticulação do MOLIPO, com importantes "quedas" ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais se refletiram no campo.

Em São Paulo, os órgãos de segurança chegaram ao endereço da Rua Cervantes nº 7, em Vila Prudente. No dia 5 de novembro, ao tentarem entrar no "aparelho", após se identificarem como policiais, os agentes foram recebidos a bala. Ao final do tiroteio que se seguiu, jazia morto o terrorista José Roberto Arantes de Almeida. Ao ser vasculhado o local, foram encontrados documentos e pertences dos terroristas Aylton Adalberto Mortari e Maria Augusta Thomás, que lá também residiam. No mesmo dia, Francisco José de Oliveira, outro dos dirigentes nacionais da organização, ao ser surpreendido na Rua Turiassu, repetiria, numa trágica e fatal monotonia, a reação à prisão, enfrentando a polícia com uma arma na mão e encontrando a morte.

A derrocada prosseguiria no dia seguinte, 6 de novembro, com a prisão de Flávio de Carvalho Molina. Flávio "caiu" vivo porque foi possível aos agentes confundirem-se com a multidão e agarrá-lo, firmemente, antes que pudesse usar as duas pistolas que portava, juntamente com uma granada de mão. Das poucas coisas que Flávio admitiu ao ser interrogado, foi ter realizado curso em Cuba, onde foi doutrinado pelo instrutor cubano Olaf "*a andar armado e resistir à prisão, matando, sempre que possível, seus captores, a fim de não ser preso vivo e correr o risco de falar*". Explicava-se, de certa forma, a suicida disposição dos elementos que vinham de Cuba. Forjou, também, a estória de um "ponto" que teria às 13 horas do dia seguinte, na Rua Marqueti. Ao ser colocado no local, empreendeu a tentativa de fuga, obstada, em última instância, a tiros, que lhe causaram a morte.

---

[289] Participavam do trabalho em Araguaína: Sérgio Capozzi, sua mulher Jane Vanini e Otávio Ângelo. Rui Berbet e Boanerges instalaram-se em Balsas, no Maranhão, próximo a Araguaína.

No Rio de Janeiro, os órgãos de segurança chegariam a Carlos Eduardo Pires Fleury, em dezembro. Fleury tentaria abrir caminho a bala e tombaria morto .

Orientada pela documentação apreendida nos "aparelhos" estourados, teve início uma operação de informações visando a atingir o Setor Camponês do MOLIPO. No dia 21 de dezembro, foi preso em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso, Boanerges de Souza Massa. Boanerges entregou o "ponto" que teria com Rui Carlos Vieira Berbet, provocando sua prisão, dia 31 de dezembro, em Natividade/GO. Rui foi preso com documentação falsa em nome de "João Silvino Lopes". Debilitado pela malária, imaginou poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilância e suicidou-se.

O ano de 1971 terminava de forma pouco promissora para o MOLIPO com as “quedas” de importantes lideranças e a detecção do Setor Campo.



7. As atividades da CR/SP da ALN

Em São Paulo, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, membros da coordenação Nacional Provisória, acumulavam as funções da Coordenação Regional (CR), compondo-a junto com a militante Lídia Guerlenda, que substituíra Márcio Leite Toledo, em "crise ideológica". Enquanto a CN aguardava o desfecho da luta interna provocada pelo pessoal do "III Exército", cursando em Cuba, a CR/SP enfrentava problema idêntico, representado pelo conflito entre o Grupo Tático Armado (GTA) e a Frente de Massas (FM).

No início de 1971, a CR/SP acionou o GTA numa série de ações em "frente" com outras organizações, inclusive o assassinato do industrial Boilesen, realizado com o MRT, em 15 de abril. A VPR, com

o relacionamento estremecido na "frente" pela realização, sem consulta, do sequestro do embaixador suíço, participou apenas do assalto ao carro transportador do Banco Andrade Arnaud, na Rua Lavapés, no bairro Cambuci, em 22 de janeiro. As demais ações foram realizadas em colaboração com o MRT e com o incipiente MRM, até abril, quando as duas organizações foram desmanteladas.[290]

No início de 1971, a FM da CR/SP começou a participar de ações armadas, quebrando a exclusividade do GTA como instrumento de violência e intimidação. O esquema consistia da presença de um elemento do GTA, como cobertura, e da ação dos militantes da FM integrados em grupos de fogo. A FM limitara-se, até então, a ceder militantes para o GTA, quando solicitada. A realização de ações por parte dela fez crescer a rivalidade entre os dois organismos.

Nesse ano a ALN renovou os esforços para restabelecer o setor de imprensa, prejudicado desde a "queda" dos dominicanos, em outubro de 1969. Em 1970, o esquema gráfico da ALN estava para ser montado por Rafael de Falco Neto. Os contatos estavam adiantados e Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante de Jornalismo da PUC, aceitou tornar-se responsável pela gráfica, desde que não fosse clandestina. O aspecto legal da gráfica serviria de "cobertura" para a edição clandestina da imprensa da ANL e amenizaria os custos, através de serviços prestados a terceiros. A prisão de Rafael, em meados de 1970, adiou o projeto. Jorge Fidelino foi recontatado no

---

[290] Ações realizadas em "frente" pela ALN com o MRT (algumas, também com o MRM), em São Paulo, em 1971: em 18 de janeiro, roubo de carros e placas no estacionamento da Avenida Água Branca nº 337, com lançamento de "coquetel Molotov" e ferimento em um motorista; em 31 de janeiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar", na Rua Maestro Elias Lobo; em 4 de fevereiro, assalto ao supermercado "Pão de Açúcar'", na Rua São Gabriel; em 6 de fevereiro, assalto ao supermercado Fioreto, na Rua Silva Bueno; em 10 de fevereiro, assalto à firma "Mangels do Brasil", no Ipiranga; em 10 de março, assalto ao Banco Comércio e Indústria, localizado no interior da Indústria Villares, em Rudge Ramos, e a tentativa de demolição de uma ponte sobre o rio Tietê, no bairro do Jaguaré (a demolição fracassou por falha do dispositivo de acionamento da carga explosiva) e em 29 de março, assalto às joalherias “Divina” e “Nilton Bottura e Miranda”, nas Ruas Amália Noronha e Oscar Freire, respectivamente, no bairro Sumaré.

final de 1970 por Monir Tahan Sab, e reiniciaram-se os planejamentos para a montagem do "aparelho de imprensa".
Em março de 1971, com dinheiro fornecido por Monir, Fidelino instalou a gráfica na Rua Domingos de Moraes. Auxiliado por Ladislau Crispim de Oliveira, imprimiu cinco números do jornal "Venceremos" e o nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", órgão central da ALN, datado de setembro de 1971. Fidelino escrevia artigos para as duas publicações, tornando-se o redator-chefe da imprensa da ALN. O esquema gráfico da ALN em São Paulo realizava também a falsificação de documentos, tudo sob a orientação de Jorge Fidelino. Além do dinheiro empregado na montagem desse esquema, a ALN realizou 7 (sete) assaltos a escolas, firmas, cartórios, posto de identificação e delegacia do trabalho, para roubo de impressoras "off set", máquinas de escrever, máquinas e material de plastificação, mimeógrafos, estênceis, certidões de nascimento e casamento e carteiras profissionais.

Nesse ano, as atividades revolucionárias em São Paulo cresceram muito, principalmente se comparadas ao descenso do ano anterior. O GTA, sob a coordenação geral de "Clemente" - Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz - possuía diversos grupos de fogo, orientados por José Milton Barbosa, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Sérgio de Matos e Manoel José Mendes de Abreu. A intensa movimentação do GTA foi acrescida à da FM, preocupada em mostrar sua eficiência em ações armadas.

Em 10 de maio, a ALN realizou um assalto a Frota de táxis Bandeirante, nas proximidades do museu do Ipiranga, liderado por Flávio Augusto Neves Leão e Antônio Eduardo da Fonseca o qual resultou na morte do vigia da firma.

Além das ações narradas no texto e de incontáveis roubos de carros, placas, etc, a ALN realizou nesse ano, 25 (vinte e cinco) panfletagens e 15 (quinze) assaltos a bancos, supermercados e empresas, para roubo de dinheiro. Realizou ainda, algumas ações insólitas, como o assalto ao caminhão frigorífico da Swift, em 17 de maio, seguido da distribuição de frios aos favelados da Av. Palmares, em Santo André.

Com objetivo especifico, realizou uma série de ações que visavam a alvos militares, para aumentar sua potência de fogo e desmoralizar

as Forças Armadas e a força policial. Durante uma partida de futebol de um pelotão do Exército, no Parque da Aclimação, no dia 19 de julho, o soldado de guarda ao caminhão foi rendido e teve sua metralhadora roubada. No dia 17 de agosto, o soldado do Exército João Guedes Nogueira, realizando trabalha de estafeta, foi rendido na Rua Aspicuelta, em Pinheiros, e teve sua pistola .45 roubada. A escalada teve sequência no dia 13 de setembro, com o assalto a uma viatura do Exército estacionada na Avenida Gualter, em Pinheiros, ficando o motorista privado de sua pistola .45. Além dessas ações, o GTA havia assaltado e incendiado cinco viaturas policiais, roubando o armamento de suas guarnições.

Com o intuito de dar um paradeiro a essas ações de desmoralização e desassossego, foi montada uma operação, colocando-se viaturas do Exército, simulando pane, guarnecidas apenas com um motorista, nas áreas de maior atuação terrorista em São Paulo.

Às 15:00 horas do dia 23 de setembro, a viatura estacionada desde cedo na Rua João Moura, bairro do Sumarezinho, foi abordada por um Volkswagen que estacionou à sua frente com cinco elementos fortemente armados. Três homens e uma mulher saltaram do veículo e, enquanto a mulher, identificada como Ana Maria Nacinovic Correia, imobilizava o soldado, os três terroristas dirigiam-se para a viatura a fim de se apoderarem da metralhadora deixada sobre o banco. Naquele momento, uma equipe de segurança surgiu e deu voz de prisão aos terroristas recebendo, como imediata resposta, uma saraivada de balas. Durante o entrevero, morreram os terroristas Antônio Sérgio de Matos, Manoel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. Ana Maria, correndo, conseguiu evadir-se por uma rua lateral.

Uma camionete "Variant", que fazia a cobertura da equipe de ação da ALN, a cerca de cem metros, abandonou a área ao iniciar-se o tiroteio, tendo antes seus ocupantes trocado tiros com os agentes de segurança.

No dia 6 de outubro, Monir Tahan Sab e Yutaka Nishikawa foram feridos numa tentativa de assalto a um carro estacionado nas proximidades da Avenida Cursino, no Jardim da Saúde. Tratava-se de um Volkswagen da PMSP. Os assaltantes chegaram a ferir, durante o

tiroteio, o capitão da PM Francisco Antônio Coutinho e Silva e o soldado da PM Erasmo Correia Bueno, mas foram alvejados, Monir na garganta e Yutaka na barriga. Resgatados por Venâncio Dias da Costa Filho e Paulo Miguel Novaes, que permaneceram no carro da cobertura, os feridos foram levados para o "aparelho" do primeiro.

A gravidade do estado de saúde de Monir obrigou, no dia seguinte, o sequestro do médico Dr. Anísio Costa Toledo. Verificada a impossibilidade de restabelecimento sem uma cirurgia num hospital, a direção da organização resolveu entregar Monir à sua família. No dia 13 de outubro, o irmão de Monir internou-o no Hospital São Camilo e ligou-se às autoridades, informando o ocorrido.

A ALN não se preocupou com Monir - ele havia se afastado da organização e criado um grupo independente. Venâncio, pelos cuidados dispensados a Monir, seria expulso da organização por Yuri Xavier Pereira, aderindo, em seguida, ao MOLIPO.

Esses dois fatos fizeram com que cessassem as ações terroristas contra as viaturas militares.

Outra série de ações foi planejada para comemorar o que ficou conhecido como a "quinzena Marighela-Toledo". Para marcar a ocasião, a CR/SP executou a intensificação das ações terroristas de propaganda armada.[291]

Dentro de um esquema normal de treinamento da organização no dia 4 de dezembro, após atirarem com suas armas, um grupo de terroristas resolveu testar suas granadas. Lídia Guerlenda acionou a primeira granada que não funcionou. Acionou o segundo petardo e

[291] Ocorreram durante a "quinzena Marighela-Toledo": em 26 de outubro, assalto à agência da Light, na Rua Silva Bueno, no Ipiranga; em 27de outubro, atentado a bomba, seguido de incêndio, e panfletagem na indústria Supergel, no Jaguaré; em 29 de outubro, assalto com panfletagem na indústria Vulcan, no bairro de Socorro; no início de novembro, o incêndio de um ônibus no bairro operário de Vila Ema e de duas peruas de transporte e distribuição do jornal "Folhas"; no início de novembro, panfletagem no centro de São Paulo, e em 03 de novembro, incêndio do carro do cônsul americano, atentado a bomba e pichação na casa do diretor-presidente da Sears e do diretor da Companhia Chicago Bridge.

este explodiu em sua mão direita, destruindo-a quase totalmente. O grupo retornou a São Paulo, onde Lídia foi tratada por LindaTayah.

No dia seguinte, quando se deslocavam de carro para tratar do problema da mão de Lídia, o trio José Milton Barbosa, Li**n**da Tayah e Gelson Reicher foi surpreendido por uma "operação arrastão", na Avenida Sumaré. Abandonaram o carro, mas, avistados pelos policiais, foram perseguidos. Após tentarem entrar em varias residências, os terroristas buscavam fugir pulando cercas e atravessando quintais. Utilizando este expediente, atingiram a Rua Verissimo onde surpreenderam o soldado da PMSP Waldomiro Trombettas, rendendo-o.

Waldomiro foi obrigado a parar um Galaxie que passava pelo local conduzindo um casal. Linda Tayah entrou rapidamente no carro, enquanto o casal, ao sair do carro, lançou-se, por precaução, ao solo. Aproveitando-se da surpresa dos terroristas com a precavida iniciativa do casal, Waldomiro atracou-se com José Milton Barbosa, conseguindo tirar-lhe a metralhadora. Nesse instante Linda atirou, ferindo Waldomiro na mão. Alertados pelo tiro, os demais soldados acorreram ao local, tendo início um tiroteio, ao final do qual José Milton estava morto e Linda Tayah ferida com um tiro na cabeça.

Quando os policiais se aproximaram para socorrer Linda, Gelson Reicher atirou nos policiais, ferindo o soldado PMSP Alcides Rodrigues Souza. Perseguido, Gelson conseguiu evadir-se do local.

No dia 8 de dezembro, Gelson e seus companheiros conseguiram sequestrar o médico Dr. Euclydes Fontegno Marques para atender Lídia Guerlenda, que, mais tarde, receberia uma mão ortopédica.

Após recuperada do ferimento, Linda Tayah, respondendo a uma pergunta das autoridades policiais, declarou que um militante do GTA, quando instado a se identificar pela polícia, "*manda bala e tenta fugir*", o que não poderia acontecer era "*cair vivo*", como ocorreu com ela, desacordada com um tiro na cabeça.

O ano de 1971, apesar da intensa atividade, terminava com o CR/SP e o GTA desfalcados pela atividade dos órgãos de segurança. Muitos militantes, que começavam a questionar o tipo de atuação da ALN,

foram desestimulados a dissentir, pelo exemplo do que ocorreu com Márcio Leite Toledo. Só lhes restava um caminho: a permanência na militância até a "queda", por morte ou prisão.



8. As atividades da CR/GB da ALN

A ALN na Guanabara havia se desestruturado após o frustrado assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos, em agosto de 1970.[292]

Debilitada pelas "quedas" e transferências ocorridas no 2º semestre de 1970, prosseguiu com a sua política de realização de ações em "frente" com outras organizações.

No dia 25 de janeiro, a organização dava sua colaboração ao assalto realizado no 10º Setor de Guardas de Controle de Trânsito, na Rua Pereira Landim, em Ramos. O "Comando José Roberto Spiegner" responsável pelo roubo de uma metralhadora INA, representava uma frente constituída pelo MR-8, MRT, VPR, ALN e PCBR.

Em abril, o GTA em fase de formação, realizou um assalto à Garagem Pina, em Vila Isabel, roubando quatro automóveis e dez pares de placas. A ação foi considerada um adestramento, em razão do GTA

[292] Otoni Guimarães Fernandes Júnior, Reinaldo Guarani Simões e Eduardo Leite foram presos em agosto de 1970. Por estarem "queimados" na Guanabara, Antônio Sérgio de Matos e Sônia Maria Ferreira Lima transferiram-se para São Paulo, enquanto Marcos Nonato da Fonseca e Aldo Sá Brito de Souza Neto deslocaram-se para Minas Gerais. Benjamin de Oliveira Torres Neto rompeu seu contato com a organização.

atuar pela primeira vez de forma isolada, sem a colaboração de outras organizações.[293]

A exemplo de São Paulo, a Guanabara desenvolvia esforços para estabelecer sua imprensa própria. No dia 22 de julho, foi realizada uma ação contra a empresa RUF na Rua Debret, com o roubo de uma copiadora eletrônica de matrizes, um mimeógrafo e várias máquinas de escrever. Uma semana depois, no dia 29 de julho, os recursos financeiros para o empreendimento foram conseguidos através do assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Providência, que rendeu cento e cinquenta e sete mil cruzeiros.

Dias antes da ação, chegara à Guanabara, vinda de São Paulo, a militante Sônia Hipólito, para montar o Setor de Documentação da CR/GB. Sônia e Antônio Carlos Nogueira Cabral alugaram um "aparelho" onde instalaram o esquema de fornecimento de documentação. O material necessário foi conseguido através dos assaltos ao cartório do Registro Civil, José Alves Linhares, na Rua Joaquim Méier, com o roubo de duas mil certidões, carimbos e máquinas, no dia 9 de agosto, e aos 5º e 18º Postos Eleitorais na Rua Miguel de Lemos, com o roubo de mil e quinhentos títulos eleitorais, em 17 de agosto.

Em agosto, a CR/GB conseguia publicar e difundir o primeiro número de seu jornal "Ação". Dentro da mesma orientação do "Venceremos" e de "O Guerrilheiro", "Ação" fazia propaganda das atividades criminosas da organização, endeusando os militantes da ALN pela sua coragem e ousadia.

As ações da CR/GB passaram a ser orientadas para a propaganda armada e para a intimidação. O GTA, com a experiência adquirida nas ações bem sucedidas, decidiu eleger viaturas policiais como fonte

---

[293] Em meados de maio, as fileiras do CR/GB seriam engrossadas por Antônio Carlos Nogueira Cabral e Luís José da Cunha ("queimados" em São Paulo) e por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Aurora Maria do Nascimento Furtado, que foram integrados ao CTA. Em contrapartida, Gilson Ribeiro da Silva, voluntariamente, perdeu a ligação com a organização, deixando a militância.

de suprimentos de armamento e munição.[294] Com o fito de desmoralizar as forças policiais, as viaturas eram incendiadas. Assim, ocorreram os assaltos às radiopatrulhas na Avenida Prado Junior, em 31 de julho; na Praça Avaí, em 19 de novembro; e na Rua Dias da Cruz, em 31 de outubro. Na Praça Avaí, os subversivos simularam um acidente de trânsito a poucos metros do local da viatura e quando os patrulheiros foram verificar o ocorrido, foram rendidos e algemados a um poste. Em seguida, a viatura foi incendiada e o local panfletado.

Animados com o resultado do assalto ao Hospital da Ordem Terceira, a CR/GB planejou o assalto à Casa de Sade Dr. Eiras em Botafogo.[295] Definido o dia 2 de setembro como a data da ação, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Matos e Hélber José Gomes Goulart foram de São Paulo para o Rio de Janeiro para reforçar o GTA.

No dia do pagamento, o GTA, comandado por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e contando com a participação de Hélcio Pereira Fortes, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Sônia Hipólito, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Paulo Cesar Botelho Massa, além do reforço paulista, entrou em ação à chegada do carro pagador na casa de saúde. Surpreendida, a guarda de segurança do nosocômio reagiu ao assalto. Ao final de um intenso tiroteio, o rol das vítimas fatais da subversão estava acrescido dos guardas de segurança Gardênio Jaime Dolce, Silvano Amâncio dos Santos e Dermerval Ferreira dos Santos, enquanto o médico Dr. Marilton Luiz

[294] O GTA da CR/GB era dirigido por Flávio Augusto Neves Leão de Sales e articulava-se em dois grupos. O primeiro grupo, chefiado pelo próprio Flávio, era constituído por Aurora Maria do Nascimento Furtado, Isis Dias de Oliveira e Carlos Alberto Maciel Cardoso. O segundo grupo, chefiado por Antônio Carlos Nogueira Cabral, era formado por Sonia Hipólito, Paulo César Botelho Massa e Merival de Araújo.

[295] O levantamento, assim como o do assalto anterior, foi realizado por intermédio de Carlos Alberto Maciel Cardoso. Carlos Alberto ex-marinheiro cassado em 1964, aliciara para a organização sua amásia Hermelinda de Jesus Melo e Silva, funcionária do Hospital da Ordem Terceira. Hermelinda de Jesus realizou o levantamento da data do pagamento dos funcionários. Quanto à Casa de Saúde Dr. Eiras, o levantamento do dia do pagamento foi feito por Maria da Conceição Nascimento, servente do estabelecimento e namorada do irmão de Carlos Alberto, o fuzileiro naval Paulo Sérgio Fonseca Cardoso.

dos Santos Morais e o enfermeiro Almir Rodrigues de Morais saiam feridos. Os assaltantes, além de oitenta mil cruzeiros, levaram as armas dos guardas abatidos.

O jornal Ação nº 2, de setembro/outubro, fazendo apologia da chacina da Casa Dr. Eiras, assim justificava os assassinatos: "*A imprensa da ditadura procurou explorar politicamente a morte dos guardas, apresentando-os como vítimas inocentes. No entanto, é preciso ficar bem claro que, consciente ou inconscientemente, naquele momento agiram como defensores dos exploradores e de seu governo, atacando os guerrilheiros. Por isso não foram poupados e nem o serão aqueles que tomarem a mesma atitude*".

Carlos Alberto Maciel Cardoso e sua companheira Hermelinda de Jesus Melo e Silva foram presos dia 9 de outubro pela Polícia Federal, por suspeita de participação no assalto ao Hospital da Ordem Terceira da Penitência. Admitiram algumas coisas procurando ganhar a confiança de seus inquisidores. Vislumbrando a possibilidade de ser solto, Carlos Alberto propôs entregar os militantes da organização. Solto no dia 10, Carlos Alberto entregou um "ponto frio", com um dirigente de CR/GB, conseguindo fugir do controle dos policiais. Retornando ao seio da organização, narrou a sua astúcia para conseguir a liberdade. Não convenceu. Foi julgado por um "tribunal revolucionário", composto da direção da CR/GB, naquela altura constituída por Hélcio Pereira Fortes, Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral, e condenado à morte.

No dia 13 de novembro, os juízes, transvestidos de carrascos, tiveram um encontro com Carlos Alberto e informaram-no do seu destino. Apavorado, Carlos Alberto saiu correndo, sendo perseguido por Flávio Augusto e Antônio Carlos, disparando suas armas. Ferido, ainda tentou abrigo no interior de uma casa da Rua Bernardo, no Encantado, onde seus algozes terminaram o serviço. Hélcio Pereira Fortes recolheu de carro os companheiros, após concluída a missão de justiçamento.

Os dirigentes da CR/GB não se preocuparam com Carlos Alberto, apesar dos "relevantes serviços" prestados em levantamentos que proporcionaram ações de vulto para a organização. Os argumentos de traição não se confirmaram, pois a organização nada sofreu com a

prisão de Carlos Alberto. Apenas as suspeitas de três elementos, constituídos em "tribunal revolucionário", foram suficientes para determinar a sua morte...

Apesar de realizar ações isoladas, a CR/GB procurou manter um estreito relacionamento com as demais organizações ligadas à luta armada, objetivando a unidade da esquerda revolucionária.

Assim sendo, foi realizada uma série de ações em "frente",[296] sendo que a do dia 28 de outubro, o assalto à agência do Banco Itaú-América, na Rua Conde de Bonfim, resultou numa vítima. A ação, realizada em "frente" com o PCBR, a VAR-P e o MR-8, constou, inclusive, da interdição da Rua Conde de Bonfim no trecho defronte da agência. Uma viatura policial que passava pelo local tentou intervir, mas foi obstada por rajadas de metralhadora, saindo ferido o detetive Walter Cláudio Ramos Mattos.

Finalizando o ano, a quadrilha da ALN na Guanabara, reforçada por Yuri Xavier Pereira e José Milton Barbosa, realizou no dia 8 de novembro um assalto à Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). O plano frustrou-se, em parte, pelos cinquenta mil cruzeiros arrecadados, quando se esperava mais de duzentos mil.

O ano de 1971 representou o crescimento e a reestruturação da CR/GB, compensando-se as "quedas" ocorridas em 1970. A coordenação estava operando sem crises de segurança - a única pressentida terminou num "justiçamento" - e a imprensa regional,

[296] Ações realizadas pela ALN em “frente” com o PCBR e a VAR-P, na Guanabara: em 19 de agosto, assalto ao apartamento do comerciante Jaime Pazuello, na Rua Paula Freitas; em 23 de agosto depredação de dois postos de gasolina na Rua Barata Ribeiro e na Avenida Vieira Souto, por estamparem cartazes de subversivos procurados; em 16 de setembro, assalto a uma Kombi transportadora de valores do Banco Bradesco, na Ponte do Quintino, com o roubo de vinte mil cruzeiros; em 30 de outubro, assalto à joalheria Missagea, na Avenida Rio Branco, com o roubo de quarenta mil cruzeiros e joias (com a participação do MR-8)

representada pelo jornal "Ação" (27), [297] significou um salto de qualidade da atuação da regional.



9. A falta de liderança na ALN

Após a morte de Joaquim Câmara Ferreira - "Toledo" - a organização tentou recompor-se através de uma Coordenação Nacional Provisória (CNP), reunindo alguns coordenadores regionais da ANL.[298]

Em janeiro, a CNP expediu o documento "Balanço dos Três Anos" no qual através de uma autocrítica, esforçava-se para aproximar-se das posições do "Grupo dos 28" e da FM da CR/SP. Através de Carlos Figueiredo de Sá, que se deslocou de Montevidéu para Santiago, recontactou os militantes que haviam sido banidos em troca do embaixador suíço. Ainda nesse mês surgiram problemas no NE. A subordinação dos trabalhos daquela área à uma coordenação no Sul era criticada. O grupo que lá atuava foi transformado, à revelia da organização, na Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN). O problema, no entanto, foi contornado com a liberdade de atuação tática da FLNN, que se mantinha estrategicamente ligada à ALN. A CNP tudo fazia no sentido de manter a unidade da organização.

O amadurecimento das divergências sobre o "desvio esquerdista" da organização, iniciadas com as contestações do “III Exército da ALN”, em Cuba, refletiu no desencanto de Márcio Leite Toledo, que foi destituído da CNP e integrado a um grupo de fogo do GTA.

As posições de Márcio Toledo, contestando a orientação da Coordenação Nacional, teriam consequências trágicas. Ao tentar se desligar da organização, seria "justiçado", no dia 23 de março, por

[297] A CR/GB publicou em novembro o nº 3 de "Ação".

[298] Yuri Xavier Pereira, Márcio leite Toledo e Carlos Eugenio Sarmento Coelho da Paz (“Clemente”) representavam São Paulo, Arnaldo Cardoso Rocha, Minas Gerais e Hélcio Pereira Fortes, a Guanabara.

um comando do qual faziam parte Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz - "Clemente" - este o autor dos disparos fatais.[299]

O assassinato de Márcio Toledo gerou uma onda de protestos dentro da organização. A CNP, desgastada, foi modificada com a substituição de Yuri e "Clemente".

Numa tentativa de apaziguar o descontentamento reinante, particularmente na FM, a CNP cooptou para a direção nacional da organização Monir Tahan Sab, um dos coordenadores da Frente de Massas.

A tentativa de contornar o problema surgido com os militantes do "III Exército da ALN" em Cuba, frustrou-se com a viagem de Yuri a Havana, em maio, ocasionando o surgimento do MOLIPO, em meados de 1971, perdendo ainda a ALN, a maior parte da Frente de Massas da CR/SP.

Sentindo a impossibilidade de manter a unidade da organização, a CNP inclinou-se de vez para o militarismo. Em junho, em pleno fogo da luta interna, a CN divulgou um histórico da organização fazendo um retrospecto de sua atuação. Após conhecer o declínio das atividades armadas em 1970, em decorrência dos golpes sofridos, a CN admitiu que as atividades da organização se limitaram à sobrevivência e à reorganização. Para reverter esta situação, preconizava-se a intensificação da guerrilha urbana, onde os militantes teriam "*a própria luta como escola de preparação de combatentes*". Preocupava-se em criar uma infra-estrutura intimamente ligada aos grupos de ação, com o aumento da potência de fogo, através da compra, expropriação ou fabricação de armamento e com a utilização de explosivos - bombas, granadas e "coquetéis Molotov". Reassumindo sua posição militarista, a CN apregoava que as Frentes de Massas deveriam realizar ações de caráter armado, mobilizando uma potência de fogo própria. A CN transmitia, ainda, orientação a seus militantes no exterior para que não recrutassem, pois esta atividade teria de ser realizada no Brasil,

[299] O episódio foi narrado no volume I, na Introdução. É o "Terceiro Ato".

em pleno clima do enfrentamento armado e para que todo o trabalho ficasse subordinado ao comando da organização no Brasil.

Com o "racha" do "III Exército da ALN" e da Frente de Massas da CR/SP, não se justificava mais o afastamento de Yuri e "Clemente" da Coordenação Nacional. Ambos foram reintegrados à direção nacional, ficando Yuri como responsável pela CR/SP e pelas ligações da organização com o exterior.

Enquanto os elementos que voltavam ao Brasil aglutinavam-se em torno do MOLIPO, os que permaneceram no exterior, sob a liderança de Rolando Fratti, Argonauta Pacheco da Silva e Ricardo Zarattini - que ainda em Cuba se afastara do "Grupo dos 28" - propunham reformulações na linha Política da organização. Esta facção intitulou-se Tendência Leninista da ALN (TL/ALN) e, sem se afastar da organização, ganharia praticamente todo o esquema da organização no exterior. A TL/ALN divulgou em agosto de 1971, o documento intitulado "Uma Autocrítica Necessária", onde expos seus pontos de vista.

Com a data de 25 de agosto, a CN difundiu o documento "ALN e a Unidade da Esquerda Revolucionária" onde consignava como problema mais premente da revolução brasileira a questão da unidade revolucionária. A declaração publicada no nº 3 do jornal "O Guerrilheiro", de setembro de 1971, assinalava que apesar da unanimidade do repúdio ao reformismo e da adoção da guerra revolucionária, num "salto de qualidade", por diversos grupos, não ocorrera a unidade e sim a atomização da esquerda revolucionária. A união, segundo o informe, estava entravada pelo oportunismo e pela aspiração de hegemonia de certas organizações que chegavam a realizar ações acima de suas forças, para se imporem como liderança.

A ALN preconizava a troca de experiência, no plano político e militar, entre as organizações da esquerda revolucionária, para a identificação de pontos de afinidade, objetivando, posteriormente, a formulação de um plano político comum. De início, a "frente" seria formada em nível de organizações que adotassem a violência revolucionária, com o objetivo de perpetrar ações conjuntas e combinadas. Posteriormente, seria estendida a todas as forças progressistas, populares e democráticas.

O excesso de ações armadas e a falta de trabalho de massa, questionamentos que conduziram ao "racha", tornaram a aflorar na organização. Em São Paulo, onde "Clemente" conduzia o GTA de forma açodada, realizando ações indiscriminadamente e expondo os militantes e a própria organização a riscos desnecessários, ocorreram novas criticas ao "desvio militarista" da ALN.

Pretendendo atenuar as criticas e evitar novas dissensões, a Coordenação Nacional resolveu deslocar "Clemente" para o Setor Rural, afastando-o da violência do asfalto. No final de outubro, foi deslocado para o Nordeste.

Somente em outubro foi difundido no Brasil o citado documento da TL\ALN. Em resposta a esse documento, a CN difundiu em novembro, uma declaração satirizando seus autores afirmando que "*intelectuais de esquerda podem chegar a cronistas, pesquisadores, vulgarizadores e repetidores de 'teorias' da moda, mas dificilmente a revolucionários*". Nas respostas irônicas ao texto da TL a CN fez analogias entre as propostas apresentadas e as resoluções do VI Congresso do PCB, tachando de irreais e direitistas as intenções da TL.

Acossada e preocupada com o crescimento da TL/ALN e motivada pela mecânica de desinformação e de dificuldade de comunicação com o exterior, assinalada como causa geradora das divergências com o "Grupo da Ilha" a direção da organização expediu, em dezembro de 1971, a "Mensagem aos Militantes no Exterior", onde fez um balanço de suas atividades e pediu uma definição em termos de uma militância efetiva na organização ou o seu abandono.

Ainda este ano, a ALN receberia o apoio da maioria dos militantes que se encontravam no Chile, os quais produziram um documento intitulado "Análise de Conjuntura da Revolução Brasileira" remetido à CNP/ALN. No texto, os banidos reafirmavam a validade dos princípios doutrinários de Marighela, apresentando a ação como "*essência ideológica do princípio da iniciativa*". O documento de cunho militarista, não falava de trabalho de massa e estabelecia a "*defesa ativa*" como tática adequada à organização, dentro de um

quadro de "*defensiva estratégica*", determinado pelas derrotas sofridas pela organização, desde o final de 1969.

A CNP antes do término do ano produziria ainda o documento "Orientações com Companheiros no Exterior", onde fez uma avaliação critica das diversas turmas que fizeram curso em Cuba - o "Centro de Treinamento". Os quatro "Exércitos da ALN"[300] foram criticados, ressalvando-se exceções representadas por revolucionários de atuação destacada no retorno ao Brasil. As deficiências foram atribuídas a falhas no recrutamento dos militantes enviados a Cuba, considerados despreparados política e idelogicamente. No mais, o documento era uma repetição de recomendações anteriores relativas ao acatamento das ordens emanadas do comando no Brasil.

A presteza com que se procurou constituir uma Coordenação Nacional para a organização não foi suficiente para manter a unidade da ALN. Constituída de militantes sem experiência política e sem uma liderança efetiva, propiciou com sua conduta pendular o surgimento de dissidências e rachas que não foi capaz de contornar e que enfraqueceram a organização.



10. A Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)

Após o assassinato do comerciante de São Benedito e as consequentes "quedas", a atividade terrorista no Ceará manteve-se suspensa, com o deslocamento dos "quadros" mais procurados para outros Estados.

Antônio Esperidião Neto e José Sales de Oliveira, estabelecendo-se em Pernambuco, iniciaram os contatos visando a reestruturar o

---

[300] O "IV Exército da ALN" representado por reduzido número de militantes que fizeram curso em Cuba em fins de 1970 e julho de 1971, era constituído por Caio Venâncio Martins, Domingos Fernandes, Luís Eurico Tejana Lisboa, Marília Angélica do Amaral, Ronaldo Dutra Machado, Suzana Keninger e Tânia Regina Rodrigues Fernandes.

trabalho da ALN na região Nordeste. A fim de equacionar o problema, mantiveram ligação com José Calixtrato Cardoso Filho, que já tivera relações com a VAR-P e exercia a liderança sobre um grupo espalhado na região de divisa dos Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Da avaliação efetuada pelo trio, conclui-se que a organização no Nordeste já se mantivera muito tempo isolada da Coordenação Nacional que se situava em São Paulo. Tal fato tinha gerado desânimo e provocado a deserção de muitos elementos que abandonaram a militância ou se transferiram para outras organizações. A subordinação dos trabalhos no Nordeste a uma coordenação no Sul também foi alvo de críticas, sob a alegação de que o Nordeste apresentava uma realidade própria, diversa da do Sul do País. A criação de uma coordenação no próprio Nordeste parecia a solução lógica para o isolamento da área.

No dia 8 de janeiro, o trio ficou reduzido com a prisão do ex-seminarista Antônio Esperidião, em Recife.

Movidos pelo apelo regional é visando à integração de outros grupos atuantes no Nordeste, José Sales e José Calixtrato instituíram a Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN).

Em fevereiro, a dupla dirigiu-se a São Paulo para fazer contato com a Coordenação Nacional da ALN. No final de fevereiro, Gilberto Telmo Sidney Marques, que para lá se deslocara após a chacina de São Benedito, recebeu da CN, a incumbência de verificar a situação da organização em Recife e de iniciar um levantamento de area estratégica no Nordeste. Enquanto isto, Yuri Xavier Pereira mantinha conversações com José Calixtrato Cardoso Filho para estabelecer o relacionamento ALN-FLNN.

No retorno de Gilberto Telmo do Nordeste, em meados de março, já estava decidido que a FLNN manteria a sua autonomia tática, mas sua atuação estaria voltada para os objetivos estratégicos da ALN. Naquela ocasião, Arnaldo Cardoso Rocha foi designado para coordenar o trabalho rural no Nordeste, integrado à FLNN. Arnaldo tinha a intenção de, numa primeira fase, intensificar as atividades nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco aproveitando-se da estrutura

já implantada por José Calixtrato na região do Cariri. Numa segunda fase, a FLNN deveria estender suas atividades para a região do Bico do Papagaio, no norte de Goiás e oeste do Maranhão.

Nesse ano, a FLNN realizaria apenas duas ações: no dia 27 de agosto, uma ação tática rural ao assaltar a Coletoria Pública em Bodocó, no sertão pernambucano [301] e, no dia 20 de novembro, assaltando a Companhia de Transportes Urbanos (CTU) de Recife.

Após o assalto, o bando dirigiu-se para Campina Grande, na Paraíba, onde se dispersou. Por volta de outubro de 1971, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente"), membro da CN/ALN foi deslocado para o Nordeste, passando a atuar junto a Arnaldo Cardoso Rocha.



11. A Morte de Aldo Sá Brito e a Campanha de Difamação

A chegada de Aldo Sá Brito de Souza Neto, da Guanabara, criou ânimo novo no grupo da ALN em Belo Horizonte. A facção estava em fase de criar uma infra-estrutura para intensificar sua atuação na capital mineira. Necessitava, portanto, de recursos financeiros para seu empreendimento.

No dia 6 de janeiro de 1971, o grupo assaltou a agência do Banco Nacional de Minas Gerais na Rua Tupinambás. Ao final tarde, quatro elementos desembarcaram de Volks na porta do banco, permanecendo um ao volante. Três penetraram no banco, enquanto Milton Campos de Souza permanecia na porta. O guarda, no interior da agência, foi facilmente dominado e o assalto seguiu a técnica conhecida, com a prisão de clientes e funcionários no banheiro. O gerente foi então forçado a entregar aos assaltantes oitenta e nove

[301] Participaram da ação: Arnaldo Cardoso Rocha, José Sales de Oliveira, Francisco Peixoto de Carvalho ("Galego") e José Calixtrato Cardoso Filho.

mil cruzeiros, em dinheiro, e cinquenta e quatro mil cruzeiros em cheques.

As coisas teriam corrido favoravelmente aos assaltantes, não fosse a demora na realização do assalto e a presença, próximo à agência de um agente do Serviço Secreto da PMMG que, investigando um outro problema, teve sua atenção voltada para indivíduo parado na porta do banco.

Em determinado momento, Milton impediu a entrada de um cliente no banco, ameaçando-o nervosamente com o revólver que sacara. A cena foi presenciada pelo agente PM e por populares que, curiosos, começaram a se aglomerar na porta do banco. Despreparado para a situação e assustado com o rumo que as coisas iam tomando, Milton guardou a arma e afastou-se calmamente, caminhando pela rua, quando foi seguido e preso pelo agente da PM.

Os três assaltantes que se encontravam no interior do banco, ao saírem, defrontaram-se com uma pequena multidão à porta. Um deles atirou para o chão a fim de abrir passagem, denunciando a todos que se tratava de um assalto. O tumulto que se seguiu, com gritos e correrias, chamou a atenção de uma viatura do Juizado de Menores que passava pelo local.

O Volks dos assaltantes saiu em desabalada carreira, sendo acompanhado pela viatura policial com a sirene ligada. Perturbados pela perseguição, os terroristas não obedeceram o plano de fuga e entraram na rua onde se localizava a Delegacia Contra Roubos e Furtos. Alertados, os agentes da delegacia incorporaram-se a caçada aos subversivos.

No bairro da Floresta, na altura da Praça Negrão de Lima, os assaltantes resolveram abandonar o carro, deixando-o atravessado na rua. Na troca de tiros que se seguiu, Newton Moraes, um dos assaltantes, atingiu mortalmente o menor de quatorze anos, Marcelo Coimbra Tavares, que passava pelo local e se refugiou, junto com Aldo Sá Brito, no interior de um prédio. Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antônio da Fonseca, que completavam o grupo, roubaram um Aero-Willys e conseguiram deixar o local.

Newton Moraes seria preso no interior do prédio sem oferecer resistência, enquanto Aldo, ao tentar escapulir por uma janela do 3º andar, sofreria uma queda, vindo a falecer na manhã do dia seguinte, apesar de socorrido na Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (FEAMUR).

As prisões de Milton Campos de Souza e Newton Moraes causaram a desarticulação do trabalho da ALN em Minas Gerais, com a identificação e a prisão de vários militantes.[302] O coordenador da ANL em Minas, Arnaldo Cardoso Rocha abandonou o Estado, deslocando-se para São Paulo. O mesmo destino tomaram outros militantes.[303]

A morte de Aldo Sá Brito foi rotulada como mais um assassinato da “ditadura militar”. Na realidade, os órgãos de segurança, ao invés da morte de Aldo, anunciaram a sua prisão. Imaginava-se que Aldo houvesse participado do sequestro do embaixador suíço, assunto ainda em discussão por parte do Governo no que se referia aos presos a serem libertados. O anúncio da prisão visava a intranquilizar os sequestradores, dentre os quais se imaginava estar incluído Aldo. Posteriormente, ao ser anunciada a morte do terrorista, ela foi explorada, no País e no exterior, como tendo sido sob tortura. Como o retardamento do anúncio havia cumprido sua finalidade e existia registro médico da entrada de "Santana", nome utilizado por Aldo na sua documentação fria, às 19:00 horas do dia 6 de janeiro, na FEAMUR, contendo inclusive a orientação médica da tentativa de salvar a sua vida, os órgãos de segurança não se preocuparam em esclarecer o episódio.

No caso, cometiam-se dois erros. O primeiro, ao não se esclarecer a população. Não se tratava de imputação ou não de responsabilidade. A falta de esclarecimento dava credibilidade à maldosa exploração do fato. O segundo erro é que esses estratagemas utilizados com a intenção de beneficiar as operações correntes, invariavelmente, causavam muito mais malefícios aos órgãos de segurança do que vantagens, quando essas vantagens efetivamente existiam.

[302] Foram presos Luiz Fernando Gonçalves dos Reis, Hervê de Melo e o cabo PMMG Cecílio Emigdio Saturnino, entre outros.
[303] Entre eles, Walderez Oliveira Nunes e os assaltantes Marcos Nonato da Fonseca e Eduardo Antônio Fonseca.

No rastro desse fato e valendo-se da credibilidade auferida com ele, buscou-se generalizar os casos de tortura como eles fossem a regra na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Buscavam envolver também os militares encarregados de ouvir Newton Moraes. Em carta datada de 2 de agosto de 1971 ao Juiz Auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, Newton declara não "*se responsabilizar por abaixo-assinado que será por fim enviado a esta auditoria*", no qual eram descritas torturas que teria sofrido num quartel do Exército. As acusações constavam de uma carta denúncia remetida pelos presos políticos da Penitenciária de Linhares aos órgãos de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais. Newton afirmava em sua carta: "*fui tratado com todo o respeito devido à pessoa humana*", quando se referia a uma entrevista mantida com um oficial do Exército, nas dependências do Quartel General da 4ª Região Militar.

As acusações falsas estavam inseridas na campanha de difamação patrocinada pela subversão, com o objetivo de desestabilizar o governo revolucionário.



12. O surgimento da Tendência Leninista da ALN

Enquanto o retorno dos militantes do III Exército da ALN significava a cristalização das divergências com a Coordenação Nacional e o surgimento do MOLIPO, elementos da organização que permaneciam no exterior, pretenderam assumir a direção da ALN, imprimindo-lhe uma nova orientação.

Em Cuba, Ricardo Zarattini Filho, afastando-se do "Grupo da Ilha", ligou-se a Rolando Fratti e Argonauta Pacheco da Silva, formando uma coordenação da ALN no exterior. O trio pretendia reformular a linha política da organização, redirecionando-a numa "*postura leninista*", para uma maior ligação com as massas.

Antes de se ligar com a coordenação no Brasil, foi feito contato com José Maria Crispim que se encontrava na Itália, representando a ALN na coordenação da FBI. Crispim viajou para Cuba, onde concordou com a nova posição advogada para a organização, fazendo com que todo esquema da ALN no exterior se inclinasse para a nova tendência que surgia.

Rolando Fratti e Ricardo Zaratine deslocaram-se para o Chile, onde a reflexão e a posição autocritica, assumidas pela maioria dos exilados, criavam um ambiente favorável para a proposta de mudanças e a difusão de novas ideias.

Finalmente, elaborado por Rolando Fratti, foi enviado à CN no Brasil o já referido documento "Autocrítica Necessária", expondo os pontos de vista e as propostas do grupo, que assumia, a partir de então, a denominação "Tendência Leninista da ALN" (TL/ALN) No documento, datado de agosto de 1971, a TL/ALN criticava a ALN pelo isolamento das massas, pela concepção errada de conduzir a luta e pela estrutura inadequada das tarefas que se propôs a realizar.

O desvio da ALN, olvidando a "*revolução como obra das massas*", foi atribuído a dois fatores: o afluxo para a organização de "*elementos da pequena burguesia, notadamente estudantes, imbuídos do espírito radical*", e a influência das teses de Regis Debray sobre estes elementos. O primeiro fator conduziu a ALN a um excesso de ações urbanas de caráter armado, completamente desvinculadas das massas, enquanto o segundo negava o trabalho junto às massas e a necessidade de um partido que seria substituído pela "*Coluna Móvel Estratégica*".

Condenando a concepção revolucionária que a esquerda radical vinha adotando, os dissidentes criticavam a própria "*doutrina Marighela*" quando afirmavam que a "*expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de formação de quadros*" e que "*a necessidade de autoafirmação de muitos se ajustava ao critério seletivo, ocorrendo a incorporação de muitos radicais, em detrimento do justo critério leninista de seleção nas forças fundamentais: operariado e campesinato*". A TL prosseguia suas criticas, afirmando ter sido criado dentro da ALN um verdadeiro "*culto ao guerrilheiro urbano*" e que o conceito de "*liberdade tática*" fazia com que os

militantes se sobrepusessem as ordens de suas próprias coordenações.

Para corrigir o "*desvio esquerdista*" e sanar as imperfeições levantadas na linha política da ALN, os dissidentes propuseram para debate cinco pontos:

1º - o estabelecimento de um programa amplo, reunindo as forças básicas a todas as camadas e classes sociais, dentro de uma estratégia nacional-libertadora e democrática;

2º - o estabelecimento de uma frente única, num novo tipo de aliança, englobando não só organizações e partidos mas, inclusive, outras forças interessadas na revolução, tendo como base a "*aliança operário-camponesa*";

3º - a necessidade de um "*partido marxista revolucionário*" para a condução do processo revolucionário, visto que a sua falta impedia de levar avante a "expressão mais elevada da luta de classes, a luta armada". Neste ponto, o documento propunha a realização de um congresso, para decidir a estrutura e a linha política do partido, e o estabelecimento de uma escola de quadros políticos e militares na organização;

4º - a formação do "Exército Revolucionário do Povo" (ERP), apontado como necessário para quebrar a coluna vertebral do sistema do Governo, as Forças Armadas. Os dissidentes não aceitavam, à priori, as fórmulas preestabelecidas do "foco" ou da "coluna móvel", bem como os esquemas do "Cerco da cidade pelo campo" ou da "insurreição generalizada nos grandes centros urbanos" como dogmas para a criação de seu exército. Deixando indefinido o processo de formação do ERP, a TL/ALN propôs a transformação dos GTA em "destacamentos de propaganda armada" (DPA), como principal instrumento do trabalho político nas cidades e no campo. Os DPA, ao contrário dos GTA, não teriam autonomia tática e agiriam dirigidos por uma chefia político-militar, tendo ainda como diferença fundamental que nem todos os membros do destacamento necessitariam ser quadros marxistas, bastando, para tanto,

estarem de acordo com o programa nacional-libertador e democrático da ALN.

5º - o estabelecimento de uma política exterior que proporcionasse um maior relacionamento com o sistema socialista mundial. Ignorando o conflito sino soviético, a TL/ALN preconizava a ligação não só com Cuba, mas também com os outros países que apregoavam a luta armada. Recomendavam ainda, o estabelecimento de relações com organizações progressistas do mundo capitalista desenvolvido e, como principal e prioritário, o relacionamento mais profundo com as organizações revolucionárias da América Latina, principalmente com aquelas dos países vizinhos ao Brasil, por considerar o movimento no Brasil como "*integrante de um processo de revolução continental*".

Os cinco pontos propostos para debate sintetizavam os problemas levantados pelos dissidentes, para a condução do movimento armado.

A TL/ALN pretendia, em verdade, a realização de um congresso, onde a força política acumulada, representaria a conquista de importantes posições na Coordenação Nacional da ALN, transformada em partido marxista revolucionário.

O documento foi respondido em tom de zombaria pela CN da ALN, que comparou as propostas da TL às resoluções "direitistas" do VI Congresso do PCB, como já vimos no item 9.

A TL/ALN constituía uma facção dentro da própria ALN, sem ideias fracionistas. Combatia o "*vanguardismo militarista*" dentro da ALN, que, "*preocupando-se exclusivamente com a formação do combatente e não do militante*", estaria conduzindo a organização à destruição. Assumindo esta postura, a TL/ALN não reconheceria a sua expulsão, decretada, em março de 1972, pela Coordenação Nacional no Brasil.



13. O assassinato de Henning Albert Boilesen

O industrial Henning Albert Boilesen começou a morrer em janeiro de 1971. Nessa época, Antônio André Camargo Guerra, comando do MRT, "cobriu um ponto" em Cascadura, na Guanabara, com Herbert Eustáquio de Carvalho, da VPR, para tratar das próximas ações da "Frente". Na ocasião, Herbert, a mando de Carlos Lamarca, entregou-lhe um bilhete com três nomes: "Henning Boilesen", "Peri Igel" e "Sebastião Camargo" (Camargo Correia). Segundo Herbert, Lamarca pedia ao MRT que os levantassem a fim de futuros sequestros ou "justiçamentos".

Boilesen, um dinamarquês de 55 anos, havia sido lutador de box e jogador de futebol em Copenhague em sua juventude. Formado em Administração de Empresas, veio para o Brasil em 1942 como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959. Ingressando na Ultragaz, pela sua grande capacidade de trabalho, foi galgando postos sucessivamente até tornar-se o presidente do Grupo Ultra, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liquefeito do petróleo.

Preocupado com os aspectos sociais do trabalho, auxiliava diversas entidades e havia criado o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), para a formação de mão de obra especializada. Entrosado com o meio empresarial, possuía os títulos de "Cidadão Paulistano" e de "Homem de Relações Públicas em 1964", além de quase uma dezena de medalhas e condecorações, outorgadas por diversas entidades, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Museu de História do Rio de Janeiro.

Casado, com 3 filhos e 4 netos, Boilesen disputava "peladas" de futebol nos fins de semana e era fanático torcedor Palmeiras. Apaixonado pelas artes plásticas patrocinava exposições e privava da amizade de inúmeros artistas que expunham vizinha cidade de Embu. Mas, para a VPR, ele era um "espião da CIA" e patrocinador da OBAN. No bilhete passado por Herbert para Antônio André, Boilesen estava em primeiro lugar e assinalado com um sinistro "X".

A partir da 2ª quinzena de janeiro de 1971, iniciaram-se os levantamentos do industrial paulista, dos quais participaram Devanir José de Carvalho, Dimas Antônio Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Dan de Carvalho, pelo MRT, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz ("Clemente") pela ALN, e Gregório Mendonça e Laerte Dorneles Méliga, pela VPR.

Nos levantamentos procedidos, descobriu-se que Boilesen residia no Morumbi e que diariamente, às 09:00 horas, antes de ir para o trabalho, passava para ver seus filhos, na Rua Estados Unidos 1.030. Só não conseguiram descobrir a sua suposta ligação com a OBAN.

A prisão de Laerte e Gregório, respectivamente, em 2 e 4 de fevereiro, fez com que suspendessem a ação temporariamente, pois ambos haviam participado dos levantamentos. Passados alguns dias, entretanto, observaram que o industrial não mudara seus hábitos e continuava a não possuir segurança pessoal. Concluíram que a ação não havia sido delatada por seus companheiros.

Numa reunião do comando do MRT, realizada em 17 de fevereiro, Boilesen foi julgado e condenado à morte. Na pauta resumida dessa reunião, apreendida dois meses depois, aparece um lacônico "Justiçamento-CIA". Uma semana depois, em 23 de fevereiro, na pauta de uma nova reunião do comando, aparecia na própria letra de Devanir: "*Tarefa prioritária: Sobre a pena de morte - apresentar proposta à frente*". O MRT, para executar a ação, precisava propô-la à "frente", constituída pela VPR, pela ALN, pelo MR-8 e pelo PCBR, além do próprio MRT. Boilesen ganhou mais alguns dias de vida.

A morte de Devanir José de Carvalho, líder do MRT, baleado ao resistir a prisão, em 5 de abril, precipitou a ação. Dimas e Gilberto, o "Zorro", entraram em contato com "Clemente" e José Milton Barbosa, da ALN, e pediram auxilio para a execução de Boilesen, como vingança pela morte de Devanir.

Entre os dias 9 e 13 de abril, o "Comando Revolucionário Devanir José de Carvalho", criado especificamente para a ação, realizou novos levantamentos sobre Boilesen. Dimas escreveu o panfleto que seria jogado sobre a vítima, procurando "justificar" o assassinato.

Na manhã de 14 de abril, o "Comando Revolucionário" formou o seu dispositivo. No carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antônio Sérgio de Matos, como motorista, Yuri Xavier Pereira, com Fuzil Mauser 7mm, e José Milton Barbosa, com metralhadora INA. No carro de cobertura outro Volks, três militantes do MRT: Dimas Antônio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas, com Winchester 44, e "Zorro", com metralhadora INA. Haviam decidido que a ação seria executada em frente à casa dos filhos de Boilesen, na Rua Estados Unidos, a fim de causar maior impacto na opinião pública. Estacionaram os dois carros na Alameda Casa Branca e Yuri e José Milton esperaram na esquina para observar a saída da vítima. Subiriam nos carros e fechariam o carro do industrial antes que ele desse a partida. Entretanto, nesse dia, Boilesen foi a Guanabara para tratar de negócios. Ganhou com isso mais 24 horas de vida.



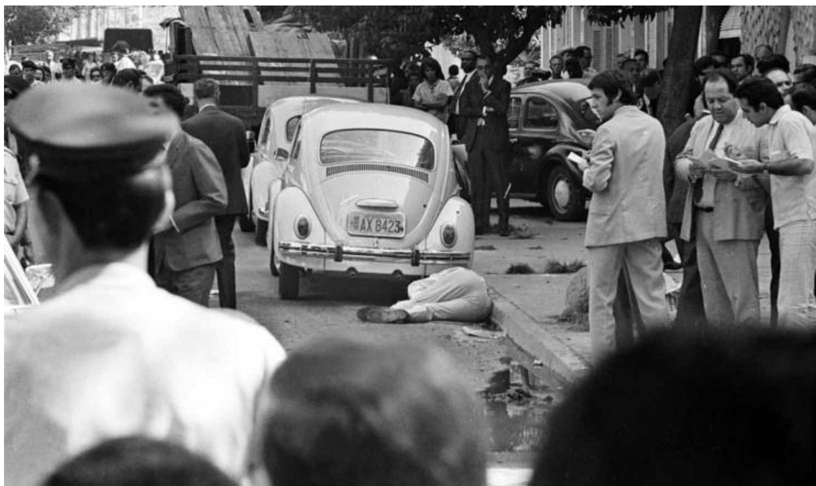
O ESTADO DE S. PAULO

Terror mata industrial

Quem era Henning Boilesen

No dia seguinte, 15 de abril de 1971, novamente o Comando Revolucionário tomou posição. Dessa vez, Boilesen compareceu e, às 09:10 horas, saiu da casa de seus filhos. O planejamento, no entanto, não fora bem feito. Ao entrarem na Estados Unidos, os terroristas observaram surpresos, que o Ford Galaxie do industrial já

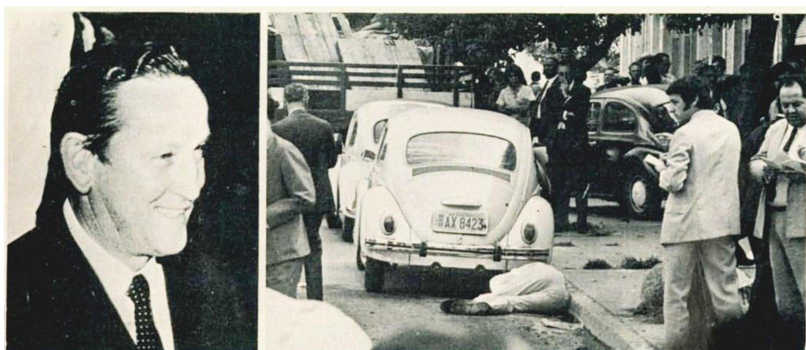
virava à direita, tomando a Rua Peixoto Gomide. Após alguns segundos de hesitação, decidiram executar a ação assim mesmo e saíram em perseguição ao carro do industrial. Para evitar uma feira livre, Boilesen entrou na Rua Professor Azevedo Amaral e pegou a Rua Barão de Capanema. Na esquina da Alameda Case Branca, parou para entrar à esquerda. Nesse momento, os dois carros dos terroristas emparelharam com o dele. Pela esquerda Yuri, colocando o fuzil para fora da janela, disparou um tiro que foi raspar a cabeça de Boilesen. Este saiu do Galaxie e tentou correr em direção contrária aos carros. Foi inútil. José Milton descarregou sua metralhadora nas costas do industrial e Yuri desfechou-lhe mais três tiros de fuzil. Cambaleando, Boilesen arrastou-se por mais alguns metros e foi cair na sarjeta, junto um Volkswagen. Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro, que arrancou-lhe a maior parte da face esquerda. Joaquim e "Zorro" jogaram os panfletos por cima do cadáver. Os terroristas, subido em seus carros, arrancaram em alta velocidade, fugindo pela Alameda Casa Branca na direção da Avenida Paulista. Mais tarde no relatório escrito por Yuri e apreendido pela polícia, aparecem as frases: "*Durante a fuga trocávamos olhares de contentamento e satisfação...Mais uma vitória da Revolução Brasileira*".



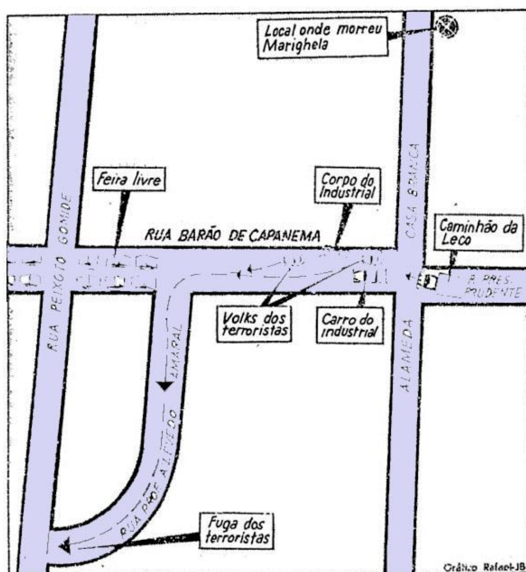
O corpo de Boilensen

O assassinato durara menos de dois minutos. Os disparos haviam chamado a atenção de dezenas de populares que estavam na feira livre. Vários carros e casas foram atingidos por projéteis. Caídas, uma senhora, atingida no ombro, e uma vendedora de maçãs, ferida na perna, aumentavam o pânico das pessoas, que correram em direção à Rua Peixoto Gomide. Sobre o corpo de Boilesen, mutilado com 19 tiros, os panfletos da ALN e do MRT, dirigidos "*Ao Povo Brasileiro*", traziam a ameaça:

> "*Como ele, existem outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA: OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE*".



Boilesen, um empresário caído na sarjeta com dezenove balas na cabeça: os extremos da violência



O carro do industrial foi cercado por dois Volkswagen dos terroristas. Êle tentou fugir a pé mas logo caiu, atingido pelas rajadas de metralhadoras, que também feriram duas pessoas de uma feira livre



O local onde o carro foi bloqueado. Boilesen caiu junto ao Volks

JORNAL DO BRASIL

Rio, 16 de abril de 1971

Diretor-Presidente: C. Pereira Carneiro

Diretores: M. F. do Nascimento Brito, José Sette Camara

Editor-Chefe: Alberto Dines

Revoltante e Estéril

Na Alamêda Casa Branca, em São Paulo, ontem, quatro indivíduos armados de metralhadoras mataram o industrial Henning Albert Boilesen. Os assassinos são filiados aos movimentos subversivos Aliança Libertadora Nacional e Movimento Revolucionário Tiradentes.

O crime foi friamente premeditado. Em plena via pública, pela manhã, com risco para pessoas que por ali transitavam, o grupo terrorista eliminou a vida do Sr. Boilesen, à vista de testemunhas naturalmente horrorizadas. Duas mulheres foram atingidas pelas balas, com ferimentos felizmente sem gravidade uma no ombro e outra na perna.

Assim que se divulgou a informação, o sentimento geral só podia ser, como foi, da mais candente revolta. Nada justifica o ato selvagem que um punhado de fanáticos planejou e calculadamente executou. A invocação de pretextos ou motivações para o bárbaro assassinato só fazem agravar a estupidez irracional de um crime profundamente chocante para a nossa sensibilidade nacional e inteiramente contrário às tradições brasileiras e cristãs de convivência pacífica.

Moralmente, portanto, ninguém poderá aplaudir o que ontem foi levado a efeito em São Paulo, com requintes de insensibilidade e de crueldade que a todos custa admitir. Por mais que os atentados se multipliquem por tôda parte no mundo, por mais que uma ideologia sectária e desumana procure defender o uso da violência a serviço de objetivos supostamente políticos, a morte do industrial Henning Albert Boilesen clama aos céus e pede justiça. É uma feroz brutalidade que atinge em cheio a civilização brasileira. Ninguém pode com ela concordar, ninguém pode aceitá-la, ninguém pode minimizá-la.

O homicídio em si é estúpido. Como ato destinado a promover consequências de ordem política ou social, só pode ser negativo, na medida que é estéril êsse método de luta que começa pela renegação do que é mais caro e mais essencial à cultura brasileira e universal. Estamos, porém, diante de um fato consumado, a demonstrar com eloquência gritante que pelo menos uma pequena minoria de militantes fanáticos escolheu o caminho da violência cega, que não se detém diante da vida de um cidadão indefeso, apanhado de surprêsa em plena rua e metralhado pelas costas, à vista do público perplexo e traumatizado. O jôgo da violência está aberto. Aonde pode êsse jôgo insensato conduzir-nos?

Nada de bom se pode esperar de tamanha monstruosidade. A subversão disse ontem, a bala, com o sacrifício de uma vida humana, que pretende levar mais longe um programa terrorista que começou por sequestrar aviões e representantes diplomáticos. A opinião pública exprime a sua repulsa a êsse jôgo da violência e, consequentemente, apóia as autoridades que tratam de coibir a sanha homicida de fanáticos que, em nome de uma pretensa e caricata justiça, assalta, rouba e mata. Nada, absolutamente nada, justifica o hediondo crime ontem friamente perpetrado em São Paulo. Êle é uma nódoa indelével, uma afronta à nação, uma advertência trágica e uma insanidade que enoja e revolta.

Editorial do Jornal do Brasil sobre a revoltante morte do industrial

Nota oficial relata os fatos

No Rio, os orgãos de segurança distribuiram uma nota intitulada Metralhas Assassinam Industrial Paulista em Plena Rua:

"Hoje (ontem), por volta das nove e meia da manhã, na Alameda Casa Branca, esquina de Barão de Capanema, no bairro de Cerqueira Cesar, São Paulo, cinco terroristas portando armas automaticas, em dois carros, mataram covardemente o industrial Henning A. Boilesen, presidente da Associacao Brasileira de Gas Liquefeito de Petroleo (Assoeigas) e do Grupo Ultrafertil. Fazem parte dêsses grupos as lojas Ultralar e Ultragas. O fato se revestiu de requintes de crueldade e sadismo, pois a vitima pressentindo a acao abandonou seu automovel e correu à procura de abrigo, ocasião em que foi ferido. Ato continuo, com extrema frieza, os assassinos prosseguiram em seu cruel designio, metralhando-o sem piedade. Henning A. Boilesen nao teve a menor possibilidade de defesa, falecendo imediatamente no local, contando-se 19 tiros em seu cranio.

Os terroristas em sua sanha assassina nao levaram em conta outras pessoas que se encontravam no lugar, tendo atingido automóveis e ferido duas senhoras que passavam pelo local. As vitimas foram socorridas no Hospital das Clinicas nao sendo ventiladas suas identidades por motivo de segurança.

Populares que assistiram a cena procuraram proteger-se da sanha assassina dos metralhas que em nenhum momento preocuparam-se em afastá-los de suas pontarias, conforme declarações obtidas no local.

Em manifesto lançado por ocasião do atentado, os comuno-terroristas procuram justificar o crime como vingança pela morte de Devanir José de Carvalho (Henrique) que resistiu à prisão a tiros quando cercado pela policia paulista. Esquecem-se dos assassinatos cometidos por Devanir, como quando do assalto a agência do Banco Bradesco na Rua Ciro Costa, em São Paulo, matando friamente o guarda de serviço. Esquecem-se das duas senhoras vitimadas vilmente no crime cometido hoje. Suas vitimas, em sua maioria são como estas senhoras, populares inocentes, os quais afirmam defender. Para os fanáticos a morte dos "burgueses terroristas" é que importa. Os pequenos como Marcio Leite Toledo, Ari da Rocha Miranda e outros por êles justiçados, são esquecidos e rotulados de traidores. Esses conforme o manifesto "já sentiram o peso da justiça revolucionária."

O fato que já era do conhecimento dos orgaos de segurança e que documentos apreendidos e dados a conhecimento publico, vem de uma vez por todas desmascarar os falsos "salvadores da patria" e mostrar ao povo brasileiro a verdade nua e crua dos comuno-castristas, vendilhões do povo brasileiro."

Nota oficial sobre o assassinato



14. O fim do MRT

Desde o seu início, o ano de 1971 trouxe maus prenúncios para o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Em 14 de janeiro, cinco militantes do MRT, em "'frente" com outros militantes da ALN, da VPR e da OPCOR, sigla do novo nome do MRM, realizaram um frustrado assalto ao carro pagador do Banco Itaú-América, na Avenida Dr. Arnaldo, no Sumaré/SP. Apesar de Devanir José de Carvalho ter procurado bloqueá-lo com um caminhão e de terem sido feitos vários disparos, o carro pagador conseguiu evadir-se.

A prisão de diversos dirigentes da Ala Vermelha (AV), na segunda quinzena de janeiro, permitiu que os órgãos policiais passassem a saber quem eram os autores das dezenas de assaltos ocorridos no ano anterior, dentre os quais Devanir e outros militantes do MRT.

Ao mesmo tempo, a "Frente", da qual o MRT fazia parte, analisando as causas do fracasso do assalto de 14 de janeiro, concluiu que seus militantes não estavam preparados para ações de grande porte e resolveram realizar "pequenas" ações de "expropriação".

Assim em 22 de janeiro, o MRT, a ALN, a VPR e a OPCOR assaltaram a Kombi do Banco Andrade Arnaud, no Cambuci, da qual levaram cheques, uma carabina e dois revólveres. Em 30 de janeiro, essas mesmas organizações realizaram o primeiro assalto ao Supermercado PEG-PAG, em Santo Amaro, do qual levaram NCr$ 4.500,00 e 6 garrafas de "whisky".[304] Cerca de uma semana depois, realizaram um segundo assalto a esse supermercado, quando levaram o equivalente a NCr$ 12.000,00.

A partir de 28 de janeiro, a prisão de Waldemar Andreu que havia saído do MRT no ano anterior, precipitou as detenções de uma série de militantes desse grupo, na primeira quinzena de fevereiro.

---

[304] Neste assalto, Ivan Akselrud Seixas, filho de Joaquim Alencar, com apenas 16 anos, exercitou a sua "aptidão" para as ações armadas.

Mesmo assim, o MRT realizou três assaltos em fevereiro de 1971: o primeiro, no dia 10, na metalúrgica Mangells, na Mooca, onde, em "frente" com a ALN e a OPCOR, roubou NCr$ 270.000,00 além de duas carabinas e um revólver; o segundo, no dia 12, no supermercado "FIORETO", no Ipiranga, onde, junto com a ALN, levou NCr$ 8.000,00 e o terceiro, no dia 19, a uma firma de maquinas tipográficas, na Rua Vergueiro, onde roubou uma "off-set" e outras máquinas acessórias.

A partir desse assalto, três reuniões marcaram as atividades da organização. Na primeira reunião, de 17 de fevereiro, o MRT "julgou" e condenou o industrial Henning Boilesen à morte. Na segunda, realizada um mês depois, reestruturou o seu comando, integrado por Devanir, Antônio André e Dimas, este colocado no lugar de Joaquim Alencar de Seixas. Na terceira, em 22 de março, criou duas bases para as ações armadas: a "Base Eduardo Leite" e a "Base Yoshitane Fujimore".[305] Na pauta dessa reunião, com a própria letra de Devanir, aparecia como "tarefa prioritária", a sombria proposta para o justiçamento de Boilesen: "*Sobre a pena de morte - apresentar proposta à frente*".

Nessa época, o MRT estava financeiramente bem, pois, além do apurado nos assaltos, Devanir passou a contar com 4 mil dólares trazidos pela ALN, mais do que suficiente para a sobrevivência de seus militantes e simpatizantes, que não chegavam a duas dezenas.[306]

---

[305] A primeira base integrada por Devanir, Antônio André, Joaquim Alencar e Domingos Quintino dos Santos, e a segunda constituída por Dimas, Gilberto, José Rodrigues e Ivan.

[306] O MRT só considerava como militantes aqueles que participavam das ações armadas. Os nove "simpatizantes" da época eram: Pedrina José de Carvalho, esposa de Devanir; Fanny Akselrud de Seixas, esposa de Joaquim, e suas filhas, Iara Akselrud de Seixas e Ieda Akselrud de Seixas; Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas; José Xisto de Oliveira, José Dan de Carvalho, Gildevil Oliveira de Melo e Antônio Telles de Menezes.

A partir do dia 22 de março, iniciaram-se as "quedas" dos militantes da OPCOR, que, em face das antigas ligações e da atuação na "Frente", aumentaram o conhecimento da polícia sobre o MRT.

Em 29 de março, o MRT, junto com a ALN, realizou um assalto simultâneo à joalheria Milton, na Rua Amália Noronha e à joalheria Rolex, na Rua Oscar Freire, em Pinheiros. Por alguns dias, os militantes do MRT fizeram farta distribuição de relógios a seus amigos e familiares.

Em 30 de março, o MRT, a ALN e o MR-8 idealizaram uma ação que, segundo eles, ganharia repercussão internacional e "comemoraria" a data dos 7 anos da Revolução de Março: a explosão, por dinamite, da ponte sobre o Rio Tietê, no bairro do Jaguaré. Frustrada, a ação só serviu para irritar os ânimos dos componentes da “Frente”.

Abril foi o mês crítico para o MRT. No dia 03, foram presos Antônio André Camargo Guerra e Domingos Quintino dos Santos, cujo "aparelho", na Rua Cruzeiro, na Barra Funda, foi ocupado pela polícia., Na manhã do dia 5, ao chegar nesse "aparelho", Devanir recebeu voz de prisão. Reagiu a tiros, morrendo baleado logo depois.

Dimas Antônio Casemiro e Gilberto Faria Lima assumiram o comando do MRT e entraram em contato com a ALN, pedindo ajuda para o que qualificaram de vingança pela morte de Devanir, através do "justiçamento" de Boilesen.[307]

No dia 14, foram presos dois "simpatizantes". Isso não alterou os planos com relação a Boilesen. Na manhã de 15 de abril, a ALN e o MRT assassinaram-no, no que seria a última ação armada desta organização.[308] Nesse mesmo dia, às 19.00 horas, foi preso José Rodrigues Ângelo Júnior, no seu "aparelho" da Avenida Dr. Arnaldo, nº 1532.

[307] Lembrar que Boilesen já havia sido “julgado e condenado” pelo MRT, em 17 de fevereiro. Faltava apenas, a aprovação da "Frente".

[308] O assassinato de Boilesen está descrito no item 13 deste capítulo.

Na manhã do dia 16, Joaquim Alencar de Seixas e seu filho Ivan foram presos. Logo em seu primeiro depoimento, Joaquim falou sobre o "ponto" que teria, nesse mesmo dia, com Gilberto Faria Lima, na altura do nº 5.000 da Estrada do Cursino. Indo ao local, a polícia recebeu tiros, partidos de elementos que estavam num carro sem placa. Joaquim, ao tentar fugir aproveitando a confusão, morreu no local, sob fogo cruzado. Nesse mesmo dia, após a prisão de Florival Cáceres, chegou-se ao "aparelho" de Devanir, na Rua Diogo Barbosa Rego. No local, foi encontrada uma grande quantidade de documentos, dentre os quais anotações sobre as reuniões do comando do MRT, atestando que Boilesen já havia sido condenado à morte antes da "queda" de Devanir, além de dezenas de nomes de empresários que seriam levantados para futuros sequestros ou "justiçamentos".

No dia seguinte, 17, no "aparelho" de Dimas, na Rua Elisa Silveira, na Saúde, foram presas Pedrina José de Carvalho, viúva de Devanir, e Maria Helena Zanini Casemiro, esposa de Dimas, e encontrado um verdadeiro arsenal e produtos de assaltos. Horas depois, Dimas Antônio Casemiro e Gilberto Faria Lima chegaram ao local, reagindo a tiros à voz de prisão. Enquanto Gilberto conseguia fugir, embrenhando-se num matagal, Dimas morria baleado.

Como rescaldos, foram presos, ainda em abril, três simpatizantes da organização.

Dos elementos que participaram de ações armadas, três nunca foram presos: Plínio Petersen Pereira, Armênio de Souza Rangel e João de Morais. Da última fase do MRT, só um conseguiu escapar à prisão, Gilberto Faria Lima, que continuaria na ALN até que, assolado por problemas psicológicos, fugiu para o exterior, nunca mais sendo visto.

Acabava-se o MRT que, de setembro de 1969 a março de 1971, assaltou dezenas de empresas, roubando, em “frente” com outras organizações, cerca de NC$ 1.185.000,00. [309]

---

[309] Essa soma equivalia a cerca de 6.300 salários mínimos (NE)

A história do MRT confunde-se com a história de "Henrique" - Devanir José de Carvalho. Só ele, ao longo da sua trajetória de crimes, no PC do B, na AV e no MRT, cometeu mais de 30 assaltos, um sequestro e, direta ou indiretamente, 6 assassinatos, além de causar dezenas de feridos. Na realidade, restrito à capital paulista, o MRT nunca passou de um bando armado, com pouco mais de uma dezena de militantes orbitando em torno de “Henrique”.

FIM DO VOLUME II

